UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Thor João de Sousa Veras

A captura populista da liberdade:
Crítica imanente da regressão democrática.

Florianópolis

2024

Thor João de Sousa Veras

A captura populista da liberdade:
Crítica imanente da regressão democrática.

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ética e Filosofia Política

Orientador: Prof. Dr. Denílson Luís Werle

Florianópolis

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Veras, Thor João de Sousa
Captura populista da liberdade : Crítica imanente da regressão democrática / Thor João de Sousa Veras ; orientador, Denilson Luis Werle, 2024.
420 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Populismo. 3. Liberdade. 4. Democracia. 5. Neoliberalismo. I. Werle, Denilson Luis. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. III. Título.

Thor João de Sousa Veras

A captura populista da liberdade:
Crítica imanente da regressão democrática

O presente trabalho em nível de Doutorado avaliado e aprovado, em 10 de Outubro de 2024 , pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Franciele Bete Petry
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. José Ivan Rodrigues de Souza Filho
Universidade Federal de Rio Grande do Norte

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Filosofia

_____
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

_____
Prof. Dr. Denílson Luís Werle
Orientador

Florianópolis, 2024

Para Nina, Nazaré e João.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o resultado de um longo e divertido percurso de minha formação filosófica na ilha de Florianópolis. Percorrido de forma intensa, colhendo muito aprendizado e tecendo muitas amizades na Universidade Federal de Santa Catarina, tal trajetória me permitiu atravessar os poucos metros do córrego que separa as salas do velho Colégio de Aplicação até os blocos e bosques do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - e de outras salas mundo afora. As pessoas que contribuíram para essa travessia foram inúmeras e estão guardadas para sempre em um baú de algum material precioso dentro de mim.

A liberdade, tema desta pesquisa, tem uma origem etimológica difusa, que em muitas linguagens está vinculada a uma noção socializada de "crescimento" em uma comunidade. Neste paradigma, a *eleutheria* grega ou o *libertas* em latim, significa pertencer a um grupo que compartilha uma experiência de crescer e aprender conjuntamente. Ser livre, em outras línguas, é reservado para o viver-junto em um grupo de amigos, um reconhecimento mútuo – *friends* e *freedom* em inglês, *freiheit* em alemão. Em outras palavras, ser livre, assim como escrever uma tese, consiste numa aventura socialmente produzida de amizade.

Por esta razão, árdua é a tarefa de reunir e mencionar aqui as pessoas amigas que me ajudaram na caminhada de pesquisa, me possibilitando a liberdade necessária para tratar de um tema tão cabeludo e atual. Torna-se mais complicado tentar listar tais amizades, especialmente quando se corre o risco de cometer injustiças com quem eu devo ter pensado tanto e deixado de fora. Apesar da dificuldade de elencá-las apenas em pouquíssimas linhas, sintetizar no curto espaço um bocado de experiências profundas e encontros alegres, gostaria de agradecer na sequência a quem diretamente foi fundamental para a conclusão deste doutorado.

Agradeço aos membros da banca que avaliaram e contribuíram sobremaneira com este trabalho nas várias etapas de desenvolvimento com sugestões, críticas e (re)formulações que foram cruciais para lapidar os argumentos e concluir a tese; Ao professor Denilson Werle, orientador desde a primeira empreitada, agradeço pela parceria e confiança de sempre, especialmente nos momentos decisivos da pesquisa; e pelo exemplo de um pensar rigoroso e de uma crítica implacável como ofício filosófico – ou de marceneiro - inesgotável; Ao professor Gustavo Cunha, sou imensamente grato pela generosidade intelectual, pelos incentivos e a acolhida no mundo das ciências sociais, pelas críticas e lições honestas e, mais que tudo, pela valiosa amizade; Ao professor Ivan Rodrigues, agradeço pela disposição infindável ao diálogo, pelas vastas leituras e prosas partilhadas e, certamente, pela paciente,

tenra e admirável camaradagem; Já no caso da professora Franciele Petry, sou grato pelo apoio constante, pelo auxilio na experiência de docência, por ter me introduzido ao mundo ensaístico da crítica, e por ter mostrado o ritmo e cadência das investigações dialéticas, que abriram janelas para um pensar filosófico na periferia do mundo; Aos professores Alessandro Pinzani e Tiago Borges, suplentes na banca, mas titulares na minha formação, agradeço pela inspiração de uma vida toda.

Gostaria também de expressar meus agradecimentos aos espaços institucionais que permitiram desenvolver, aperfeiçoar e moldar o trabalho da tese, garantindo as condições materiais, e, também, existenciais, para uma pesquisa dessa natureza.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Processo 001), pela bolsa de estudos que me foi concedida durante os anos de pesquisa, que permitiu apoio financeiro e viabilizou meu doutorado sanduíche na Alemanha. Ao competente apoio institucional do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFSC – agradeço pela oportunidade de desfrutar da excelência do seu ensino e pesquisa, e, especialmente, pelo privilégio de frequentar inesquecíveis aulas e eventos de todas professoras e professores que edificaram minhas posições filosóficas; last but nos least, pela incrível atenção dos coordenadores e coordenadoras, sobretudo, pelo suporte das secretárias Jacinta e Irma, que tornaram meus anos de doutorado realmente especiais.

Ao centro de pesquisa *Normative Orders* e ao professor Rainer Forst, que me acolheu como supervisor no estágio sanduiche em Frankfurt. Sou grato pelas pizzas e cervejas depois do colóquio de teoria politica, além da disponibilidade em tecer comentários a partir do olhar afiado e confluente do mundo; Agradeço também ao Darrel Moellendorf, Maria Paola Ferretti e Martin Saar pela simpática e gentil recepção em suas aulas e eventos; Rodrigo Campos por ter me introduzido ao Colóquio de filosofia do direito do Max Planck Institute; Aos colegas do International Arbeitkreis no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, em especial ao Thiago Simmim e o Johannes Röß. Ao *Center for Human Studies and Social Change*, especialmente pela acolhida de Rahel Jaeggi, Robin Celikates e Christian Schmidt em Berlim, e pelo financiamento do DAAD, auxilio financeiro importantíssimo na minha passagem na universidade Humbolt. *Nas Summer Schools* que participei, agradeço à Serena Khader, Frederick Neuhouser, Asad Haider, Hauke Brunckhorst, Maeve Cooke e Lawrence Hamilton, pelos inesquecíveis diálogos e ensinamentos; A universidade Sciences Po, de Paris, pela recepção e comentários de Katia Genel, Daniel Loick, Thomas Zicman de Barros e Axel Honneth, contribuições valorosas e debates travados que incorporei na tese ou nas andanças

da vida. Aos amigos de Paris, sou grato aos rolês com Italo Alves, Niklas Platzer, Marcus Döller, Giovanna, Dandara Jesuine e Julia Piedade.

Agradeço do fundo do coração aos grupos de pesquisa, núcleos, eventos, worskshops, lives, encontros, grupos de *whatsapp*, e outros espaços que engrandeceram academicamente e existencialmente toda a jornada. Dentro da noite veloz e nos longos dias, vocês me ajudaram a aguentar a barra que foi essa pandemia e o pandemônio da regressão democrática, mas também foram parceiros em tirar duvidas, testas hipóteses, dividir as angústias e celebrar e co-dividirem as felicidades da pesquisa e da vida. A vocês, meu agradecimentos:

Ao NEFIPO, especialmente aquelas e aqueles que se reuniram em torno do grupo "Projetos Inacabados" para ler Rawls e Habermas e toda sorte de crítica social, ou somente para prosear sobre a vida: Julia Moura, Felipe Moraes, Raquel Cipriani, Talita Oliveira, Diana Piroli, Nunzio Ali, Ivan Rodrigues, Danilo Caretta, Thyago Rudian, Eduardo Borba, Ivan Farias, Jorge Sell, Julio Tomé, Rodolfo Neto e Tiago Mendonça;

Ao Grupo de Estudos "Critica do Capitalismo", a nossa Escola de Florianópolis, presença ubíqua, formadora e, mais importante, duradoura. Ao Eduardo, Ivan e Felipe, obrigado pela escuta e o companheirismo de sempre. Ao Felipe, novamente, pelo carinho na leitura atenta e meticulosa, que muito contribuiu no ano final de escrita e estudo;

Ao Grupo de estudos de Filosofia do Direito GEFID – coordenados pelos professores Delamar e Alessandro, agradeço, entre tantos, à Barbara Buril, Ilze Zirbel, Eduardo Costa, Leandro Cisneros e muitas outras pessoas;

Aos colegas da Revista Peri, agradeço ao Fabio Belli, Felipe Moraes, Paola Viila, Nailane Koloski, Carlo Valdés, Ana Stela Carneiro, Luisa Smaniotto, e outro bocado de pessoas;

Ao NUPESC – Núcleo de Pesquisa em Sociologia, agradeço a Dora Hoff, Joci Decol, Duda, Gustavo Teixeira, Matheus Kieling, Maiara Correa, Pamella Picoli, Daniel Rego e outras e outros que passaram por lá;

Ao NEPESC – Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea, pelas leituras mais instigantes de Adorno, Benjamin, Marcuse e de diagnósticos mils, agradeço especialmente ao Alexandre Vaz, mestre da dialética na periferia do Sul da ilha; e as queridas Dani Torri, Bruna Avila, George Feldman; Natan Schmitz e toda uma turma;

Ao CEII – Circulo de Estudos da Ideia e da Ideologia, pelas leituras sobre Hegel, Marx e a brazilianização do mundo, valeu Lucas, Felipe, José Mauro, e tantos outros;

Ao CEBRAP, sou grato especialmente ao núcleo do Desjus e seus integrantes: Lucas Petroni, Raissa Whiby, Guilherme Cardoso, Bruno Camiloto, Gustavo Henrique, Jonathan,

Julio Barroso, Andreia Fresatti, Sebastian Rudas, Thiago Scarelli e muita mais gente; Ao ANA – Argumentarion National Association, pelo evento e todos comentários em Toronto;

Aos colegas da Escola Brasileira de Psicanálise – seção Santa Catarina pela incursões lacanianas no presente, aos ensinantes pela transmissão e ética do desejo e a paixão pelo negativo;

Aos colegas da graduação do curso de ciências sociais da UFSC por acolherem um filósofo estranho no ninho;

Aos amigos da UCS, em especial ao grande parceiro de toda hora, Felipe Taufer, com quem desbravei intermináveis e prazerosas discussões e descobertas acerca dos mistérios da normatividade, das contradições do capital e do Juventude F.C:, aos queridos Odair Camati e Lucas Taufer, com quem aprendo sobre política, filosofia e os pampas;

A Red Latinoamericana de Estudios Sociales Criticos, gracias ao compas David Gomes, Gonzalo, Santiago Prono, Juan Alberto Fraiman, Jozivan Guedes, Jovino Pizzi, Leandro Paolicchi, Adriana Vercellone e Gonzalo e todos que pensam uma Teoria Critica desde el sur!;

Aos colegas do Primeiro Congresso Nacional de Teoria Critica de Buenos Aires; A USP, em nome de Rurion e Luiz Repa, por todos encontros de Teoria Crítica que significaram muito;

Ao GT De Teoria Critica da ANPOF, agradeço aos eventos organizados pelos coordenadores Amaro Fleck, Fran Petry, Nathalie Bressiani, Felipe Campello e todas e todos membros pelos debates e cervejadas; ao pessoal do grupo Teorias Normativas do Direito de Belém do Para, agradeço ao professor Saulo Matos e Ricardo Dib por me permitir em participar de seus eventos de uma Teoria Critica na Amazonia;

Ao grupo de Cosmologias médio ambiente e Cambio Climatico, pelas discussões no JALLA no Mexico e os preciosos ensinamentos sobre ecologia e povos originários; A Associação Serra de Minas, pelos debates sobre justiça social;

A fundação Humboldt, pelo convite para participar no evento no Rio de Janeiro sobre minha pesquisa, Ao PPGLM da UFRJ, especialmente ao Leonardo Macedo e Thiago, Priscila Cupello, por me chamaraem para ministrar workshop sobre Teoria Critica; Aos amigos de São Leopoldo, agradeço pela Unissinos em nome de Inácio Helfer e Polyana Tydre pelo evento sobre Honneth e a Polyana na UFPR novamente no evento sobre Hegel e Marx;

Aos amigos da conferência de teoria politica em Braga, Felipe Linden, Xan, Samuele Mazzolini, Eric-John Russel e Natalia Botonaki, pelas trocas e afetos em Portugal;

A New School for Social Research e Loyola Uni de Chicago pela discussão ao meu *paper* sobre quilombismo na conferência de Teoria Politica; especialmente ao Italo; Aos amigos de Frankfurt, Nica Siegel, Julio Caceda e Carlos Morado, e, com saudades, ao Tiago Mendonça e Bruna Adriano, que tornaram os dias frios em aventuras diárias; a Juana Lorena Oliveira, que tornou a melhor amiga de goles, memes e agonismos; Ao Prof Armando Lisboa, pela interlocução contínua; Ao Kayo Campos, Cleber Coelho, João Nilson Alencar, Tomas Fontan e João Carlos Correa, Gabriel e Shay, amigos da ilha que levo para todo canto no peito; Ao Iago Batistela, amigo desde o primeiro dia na filosofia da UFSC e amigo para todo o sempre; A Anita, *in memoriam*, cujos diálogos, projetos, risadas em meio à uma afiada e precisa visão crítica deixou saudades;

Aos meus pais, Nazaré Cavalcante e João Veras, pelo apoio constante e incondicional, a insistência em um pensar sobre a condição colonial; e por ter me ensinado a domar e cultivar o amor táctil pelos livros, que me forneceu as condições e inspirações para descobrir e trilhar experiências sociais de liberdade;

A Nina, pela esperta, leal e doce presença;

Aos membros da família Los Souzas, Beck e Dummel, pelas raízes que me prendem e me fazem lembrar que não estou sozinho. E a Helena Trindade, *in memoriam,* pelo cuidado e carinho infinito, de uma saudade que permanece e se perpetua no tempo e espaço;

A minha esposa e companheira Melissa, pela a paciência com as minhas ausências, pela celebração das minhas presenças e das alegrias que compartilhamos pelo mundo, e, mais importante, por ser o sol que faz a vida valer a pena;

Ao final, o que aprendi de mais singelo, transcende o espaço destas páginas, mas me permitem dizer que, ao longo processo de aprendizagem, toda a viagem valeu a pena;

Entrego a versão final deste trabalho no dia que completam dois anos da mais recente e infame tentativa de um golpe de Estado em pleno século XXI no Brasil. Se tais covardes tivessem sucedido, dificilmente estaria aqui para contar história. De fato, os sonhos da liberdade nascem dos (e contra) pesadelos fascistas. Agradeço, e dedico, por fim, a todas e todos que defendem e defenderam a democracia contra quaisquer seduções e apelos autoritários – as verdadeiras e verdadeiros batalhadores da liberdade.

As pessoas manipularem a tal ponto o conceito de liberdade, que ele acabou por se reduzir ao direito dos mais fortes e mais ricos tirarem dos mais fracos e mais pobres o que estes ainda tem. As tentativas de modificar isso são encaradas como intromissões lamentáveis no campo do próprio individualismo, que, pela lógica dessa liberdade, dissolveu-se num vazio administrativo.

Theodor W. Adorno

O populismo, desconhecendo a sua própria ignorância, com murmúrios de sangue e terra, anseios nativistas impraticáveis e desprezo trágico pelas preocupações com as mudanças climáticas pode no futuro invocar outros monstros. (...) No entanto, em todas as versões, o espírito da barata irá prosperar. Precisamos conhecer bem essa criatura para ter melhores chances de derrotá-la.

Ian McEwan

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar a captura do vocabulário progressista da liberdade pelo populismo de ultradireita e os consequentes efeitos antidemocráticos decorrentes dessa apropriação regressiva. Para isso, *o primeiro passo* consiste em reconstruir a gênese da gramática libertária do populismo tardio – marcado por uma esfera pública digitalizada e uma articulação política da ultradireita transnacional - distinguindo o modo pelo qual os ideais libertários da modernidade, em sua acepção progressista, foram ressignificados de modo reacionário pela concepções de liberdade neoliberal e tradicionalista do populismo tardio de ultradireita, presentes tanto nos fascismos do início do século XX, quanto no neofascismo do século XXI. Desse esforço de diagnóstico do tempo, emerge uma *desiderata* dos elementos e dos estágios reflexivos necessários para se criticar o presente fenômeno do populismo tardio no decorrer da *segunda parte da tese*: (i.) uma teoria política (agonista ou liberal), cuja metodologia de escrutínio crítico (construtivista ou desconstrutivista), seja precedida de uma concepção da liberdade progressista (ética ou moral), como fundamento normativo, (ii.) uma crítica do sequestro/hackeamento/apropriação desse referencial que leve em conta o atual estágio de dominação capitalista como causa do populismo (enquanto hegemonia ou erosão iliberal), e, que aponte, por fim, (iii.) uma concepção de libertação como transformação social dessa regressão política (que seja prefigurativa ou deliberativa). Como alternativa aos modelos de teoria política analisados, a *terceira parte da tese* defende a hipótese de que a melhor adequação de crítica do fenômeno do populismo tardio e de sua forma de dominação política seria através das lentes da filosofia social, que convencionamos doravante chamar de *crítica imanente da sociedade*. Comprometida com a análise das patologias da razão e manifestações ideológicas da liberdade, esse modelo pode ser apresentado nos formatos de crítica reconstrutiva e pós-reconstrutiva (negativa, reflexiva e social), no contexto do centro e da periferia do capitalismo global. Ao final, o fenômeno da captura populista da liberdade é compreendido como uma distorção da ideia moderna de liberdade social, cuja deformação política gera uma patologia da esfera pública democrática, onde o remédio possível de transformação política radical centra-se em torno de uma ideia renovada de socialismo.

Palavras-chave: Liberdade; Populismo; Neoliberalismo; Democracia.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the capture of the progressive vocabulary of freedom by far-right populism and the consequent anti-democratic effects resulting from this regressive appropriation. The first step is to reconstruct the genesis of the libertarian grammar of late populism – characterized by a digital public sphere and a political articulation of the transnational far-right – distinguishing the way in which the libertarian ideals of modernity, in their progressive meaning, were re-signified in a reactionary way by the neoliberal and traditionalist conceptions of freedom, present both in the fascisms of the early twentieth century, as well as in the neo-fascism of the twenty-first century. From this diagnostic effort, emerges a desiderata of the elements and reflexive stages necessary to criticize the present phenomenon in the course of the second part of the thesis: (i.) a political theory (agonist or liberal), whose methodology of critical scrutiny (constructivist or deconstructivist), is preceded by a conception of progressive freedom (ethical or moral), as a normative foundation, (ii.) a critique of the capture/hijacking/appropriation of this referential that takes into account the current stage of capitalist domination as a cause of populism (as hegemony or iliberal erosion), and, finally, (iii.) a conception of radical democracy as a social transformation of this political regression (which is prefigurative or deliberative). Still in the wake of these critical assumptions, the third part of the thesis defends the hypothesis that the best adaptation of the critique of the phenomenon of late populism and its form of political domination is through the lens of the social philosophy, something we conventionally call the immanent critique of society, committed to the analysis of the pathologies of reason and ideological manifestations of freedom, this model can be presented in the formats of reconstructive and post-reconstructive critique (negative, reflexive and social), in the context of the center and periphery of global capitalism. In the end, the phenomenon of the populist capture of freedom is understood as a distortion of the modern idea of social freedom, whose political deformation generates a pathology of the democratic public sphere, where the possible remedy for radical political transformation revolves around a renewed idea of socialism.

Keywords: Freedom; Populism; Neoliberalism; Democracy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Modelos de filosofia politica do populismo tardio p.201
TABELA 2 – Modelos de teoria critica do populismo …….....p. 320

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

PARTE I – GÊNESE DO POPULISMO TARDIO 27

1. DISCURSO PROGRESSISTA DA MODERNIDADE 33

1.1. Usos da liberdade na modernidade burguesa 37

1.2. Conjectura popular na modernidade industrial 50

1.3. Imagens da libertação na modernidade tardia 58

2. VELHO ESPÍRITO DO POPULISMO 66

2.1. Desusos da liberdade: liberalismo autoritário 70

2.2. Captura populista da liberdade 75

2.3. Miragens da libertação na modernidade industrial: contrarrevolução fascista 89

3. NOVO ESPÍRITO DO POPULISMO 95

3.1. Abusos da liberdade: neoliberalismo autoritário 97

3.2. Captura neopopulista da liberdade 106

3.3. Paisagens da libertação na modernidade tardia: contrarrevolução neofascista .. 113

PARTE II – CRÍTICA INTERNA E EXTERNA DO POPULISMO TARDIO 119

4. CRÍTICA DESCONSTRUTIVISTA DO POPULISMO 129

4.1. Agonismo político e liberdade ética 133

4.2. Populismo tardio como crise biopolítica-hegemônica 139

4.3. Transformação social como prefiguração republicana 145

5. CRÍTICA CONSTRUTIVISTA DO POPULISMO 153

5.1. Liberalismo político e liberdade moral 156

5.2. Populismo tardio como crise democrática-iliberal 162

5.3. Transformação como deliberacionismo liberal 173

6. LIMITES DA TEORIA TRADICIONAL DO POPULISMO 181
6.1. Construção ou e desconstrução da liberdade? 182
6.2. Populismo como hegemonia ou erosão democrática? 189
6.3. Transformação: prefigurativa ou deliberativa? 194

PARTE III – CRÍTICA IMANENTE DO POPULISMO TARDIO 205

7. CRÍTICA RECONSTRUTIVA DO POPULISMO 220
7.1. Crítica imanente e liberdade comunicativa 221
7.2. Populismo tardio como patologia da esfera pública (I) 225
7.3. Transformação social como deliberação radical 236

8. CRÍTICA PÓS-RECONSTRUTIVA DO POPULISMO 247
8.1. Nova crítica imanente: liberdade negativa, reflexiva e social 252
8.2. Populismo tardio como patologia da esfera pública (II) 279
8.3. Transformação prefigurativa, republicana e socialista 303

9. POR UMA CRÍTICA IMANENTE DO POPULISMO NA PERIFERIA 325
9.1. Liberdade social e reconstrução com reserva dialética 328
9.2. Populismo tardio como patologia da esfera pública (III) 333
9.3. Democracia radical como socialismo 350

CONSIDERAÇÕES FINAIS 363
REFERÊNCIAS 367

Introdução

> A liberdade para os lobos muitas vezes significou a morte das ovelhas.
>
> **Isaiah Berlin**

> Tem sido frequentemente apontado que os movimentos totalitários usam e abusam das liberdades democráticas com o objetivo de suprimi-las.
>
> **Hannah Arendt**

"Liberdade" é a palavra-chave das lutas políticas de nosso tempo: lideranças empregam para conquistar ideologicamente mentes e corações de populações ou reivindicar a legitimidade de plataformas de governo; movimentos utilizam para ganhar tração social e contestar ou disputar tais poderes instituídos, corporações mobilizam para pleitear independência em fluxos comerciais e cidadãos e cidadãs levantam bandeiras libertárias para a garantia, ampliação e, às vezes, como veremos, a restrição de direitos humanos.

Ainda assim, alguém poderia objetar: teria a liberdade alguma vez deixado de ser protagonista de lutas e desejos de uma época? Considerada em larga medida como expressão maior da autonomia humana, um exercício de auto-pertencimento, auto-conservação, auto-suficiência ou mesmo auto-contentamento, a gramática da liberdade tem sido evocada e disputada desde a aurora da antiguidade chegando no seu ápice na modernidade, por diferentes personagens históricos e movimentos insurgentes, além de ter motivado e orientado as principais revoluções e transformações históricas dos últimos duzentos anos.

Guiando o povo tal como Marienne, alegoria de uma batalhadora de liberdade contra a tirania monárquica, retratada na maior representação visual do ideal de liberdade no ocidente - o conhecido quadro de Delacroix, tal imagem apenas atesta a triunfante relevância da liberdade no desenvolvimento científico, artístico e, sobretudo, social, bem como no combate à violência e arbitrariedade de instituições políticas.

Mais do que um ufanismo patriota, há um traço preponderante de rebeldia contida nessa figuração que remonta outra imagem feminina, a pirata irlandesa Anne Bonny, que aparece em uma gravura de 1725, cravada no frontispício de um navio carregando, como no semblante francês, uma espada e uma bandeira com uma caveira e ossadas cruzadas.

Influenciado por tais ideais, as lutas por liberdade[1], em sua maioria progressistas, atravessaram os eventos centrais da modernidade pautando demandas transatlânticas por libertação colonial, racial e sexual, além de redistribuição justa de renda e *status* pelo Estado.

A ideia de liberdade sempre veio acompanhada, portanto, de símbolos de resistências que fogem a representações da nobreza ou monarquia, e, mais que isso, aparecem justamente para expor a dimensão espúria e ilegítima de tais poderes: retratos de Toussaint Loverture no Haiti ou Luiz Gama e Zumbi dos Palmares no Brasil encarnam o valor de libertação que em outras partes do mundo estaria encabeçado em jacobinos ou piratas[2].

A longa e sinuosa estrada da liberdade

Como sabemos, o recorrente uso da ideia de liberdade nos conflitos sociais contemporâneos não é novidade na história tortuosa deste conceito. Tampouco é inédita a perplexidade teórica e o caráter desafiador da semântica da liberdade que reside, precisamente, na sua maleabilidade e ambiguidade constitutiva. Ainda mais quando consideramos a liberdade, ao mesmo tempo, um ideal celebrado da emancipação de formas de opressão, mas, também, uma potente arma ideológica, que pode reverter, a bel-prazer de quem se utiliza, as conquistas progressistas que marcam a sua história[3].

Como nos lembra Tyler Stovall, a linha tênue e o contrastes entre ativistas políticos que se consideram batalhadores da liberdade ou terroristas podem ser vistos em termos negativos ou positivos. Na mesma esteira, Annelien De Djin[4] é certeira ao apontar como "os lutadores pela liberdade mais fervorosos de hoje gostam de se retratar como herdeiros dos revolucionários que criaram nossas democracias modernas" Mas, pontua, De Djin, "com seu apelo por um governo mínimo, os entusiastas contemporâneos da liberdade se parecem muito mais com os oponentes da democracia do que com seus arquitetos".

---

[1] Para um panorama dessas lutas libertárias e suas concepções filosóficas, ver: Snyder, Timothy. **On freedom**. Crown Publishing Group: New York, 2024.

[2] Aliás, o potencial rebelde da herança da pirataria sobrevive até hoje no mundo virtual e online em sites de compartilhamento de conteúdos – desde o Napster até o Pirate Bay - como representação de um mundo sem fronteiras. O mesmo ocorre com o legado imagético de Marianne que moldou culturas politicas de nações ao redor, para o bem ou para o mal: em aparições recorrentes como na efigie que estampa cédulas de dinheiro brasileiro, moedas argentinas, ou mesmo na controversa "Estátua da Liberdade" americana, símbolo maior do "American Way of Life" e todo componente racista e a carga imperialista que a acompanha e respinga em lojas de departamento pelo Brasil afora.

[3] Sobre o caráter dual da liberdade: *para* algo e *de* algo; negativa e positivo, ou seja, a sua dimensão individualista e comunitarista e as possíveis apropriações ideológicas dessas concepções, ver: Wellmer, Albert. Wellmer, Albrecht. "Models of Freedom in the Modern World", **in (org), Michael Kelly Hermeneutic and Critical Theory in Ethics and Politics.** Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990, pp. 227-252

[4] De Djin, Annelien. **Freedom: An Unruly History.** Harvard University Press, 2021. p.5

Por esta razão, a liberdade como conhecemos está, mais do que nunca, em perigo. Sobretudo a liberdade que em nome da qual gerações mortas lutaram contra ditaduras e tiranias e para o desenvolvimento geral de progresso social e a igualdade material. Não mais sendo conduzida pelo povo, mas sim por aqueles que arbitrariamente falam em nome do povo, em especial, populistas de direita, a liberdade tornou-se moeda de troca para os problemas e crises de nosso tempo.

Reificada nas disputas politicas em todas esferas da vida, não são raras as ocasiões em que o direito à liberdade é proferido contra esse mesmo Estado garantidor de direitos sociais em nome do mercado ou da tradição. Podendo oscilar entre um abandono de qualquer liberalismo ou sua apropriação autoritária, as lideranças populistas e seus seguidores preconizam uma liberdade fraca com os fortes e forte com os fracos. Em seus programas, a "lei e a ordem" estariam a serviço da defesa de uma liberdade ocidental acompanhadas dos valores fascistas da "Deus, família e pátria".

Reconhecidamente reacionário, o inimigo aqui não seria mais a aristocracia e a monarquia absolutista, como no caso das lutas por liberdade na modernidade burguesa, tampouco as classes dominantes que exploram economicamente trabalhadores na modernidade industrial e nos anos gloriosos da "Era social Democrata" do hemisfério norte e dos ensaios trabalhistas e desenvolvimentistas do Sul global. Ocorre que neste momento de crise do neoliberalismo e da modernidade tardia, que vem se agravando nos últimos trinta anos ingloriosos deste breve século XXI, o alvo se volta antes para o Estado social e os respectivos direitos conquistados por movimentos operários, feministas, ecologistas e antirracistas das últimas décadas. Suicidária, tal demanda de liberdade pretende minar as próprias condições que permitem ela mesma sobreviver – como no caso dos protestos contra medidas sanitárias e regulações em prol da saúde coletiva na pandemia do Covid-19.

Liberdade como eles a entendem

Certamente algo mudou nos discursos e reivindicações de direitos nas lutas por liberdade. Em sua maioria, as pessoas que influenciadas por tais gurus do caos e da desordem que saem às ruas, *floodam* redes sociais, colocam-se contrárias aos avanços progressistas aludidos acima, insistem na demanda do direito individual à liberdade para justamente reduzir ou diminuir o papel social do Estado em todas as esferas da vida, obliterando direitos sociais fundamentais. Como resultado, não são poucas as vezes que, também, essa pauta tem sido levantada por meio de ações e discursos autoritários, os quais tais públicos consideram ser

necessários para combater a dimensão opressora do social. Ora, o que tais pessoas consideram como opressão são as mais esdrúxulas possíveis: não poder fumar dentro de um restaurante, não poder avançar no sinal vermelho, ser proibido de dirigir com a velocidade que lhe convém ou, até mesmo, recusar a imunização diante de uma pandemia de um vírus que dizimou milhares de pessoas ao redor do mundo, tornaram-se, graças ao grande vilão do Estado, afrontas a essa dimensão hiperindividualista da liberdade.

Contra a garantia de um mínimo de regulação coletiva e civilizatória, tais discursos denunciam aos ventos um conspiratório complô generalizado, cujo pretenso objetivo seria um orquestrado "sequestro da liberdade"[5], articulado em nome de uma suposta "nova ordem global" de controle e manipulação política em função de um Estado dominado por elites progressista malignas.

Como veremos, embora tal elaborada construção de uma narrativa da "ameaça da liberdade" remonte discursos que concederam a golpistas e autocratas os prumos das experiências totalitárias do século XX, nos dias de hoje, com a massificação das redes digitais, a liberdade se tornou exponencialmente mais disseminada nos círculos autoritários. Em suma, o saudosismo ditatorial retorna como um espectro que assombra nossas frágeis, mas resilientes, democracias ao redor do globo, ou, talvez, como uma realidade irreversível, cujo fim que se avizinha nos faz relembrar fantasmas do extermínio de massa, agora, em escala maior: aniquilação de nosso habitat terrestre.

É essa torção do significado moderno e emancipatório da liberdade, ao menos no contexto das lutas políticas desse específico bloco histórico, que essa tese se propõe a investigar. É, especialmente, pois, essa inversão sistemática da liberdade progressista e suas conquistas sociais, entendida aqui como o resultado paulatino de uma ampliação de demandas por maior pluralidade, integração e inclusão, que a presente tese procura explorar nos discursos e justificativas hegemônicas, que legitimam justamente o seu contrário: uma formação tão manifestamente não emancipatória com ataques à igualdade de direitos, às

[5] Chamada de "grande reset", tal narrativa consiste em estabelecer, sem qualquer lastro empírico ou justificação racional, uma teoria conspiratória que sustenta uma complô mundial, tramado com a ajuda de bilionários como George Soros e instituições de ajuda humanitária internacional como ONU, articulados com governos e lideranças políticas progressistas. Por detrás dessa "nova ordem mundial", estaria o plano de uma agenda 2030, uma plataforma que se apresentaria contra a mitigação do aquecimento global e medidas para emergência climática, mas que, nas lentes da ultradireita, seria uma forma dar poder à elite global e corroer os valores cristãos do ocidente e implementar uma ditadura comunista global. Essa posição pode ser encontrada em uma ampla revisionista literatura de ultradireita, para citar alguns: Fiuza, Guilherme. **Passaporte 2030 - O sequestro silencioso da liberdade**. Editora Avis Rara, 2022; Lopez, Daniel. À **beira do abismo: geopolítica, globalismo e o fim do mundo**. Editora Vide Editorial, 2022; Murray, Douglas. **A guerra contra o ocidente**. Editora Faro Editorial, 2022.

liberdades civis, ao constitucionalismo e às normas básicas de tolerância e inclusão. É, enfim, a ideologia regressiva da liberdade, levado por uma política excludente, o tema a ser arduamente explorado nas próximas páginas.

Alguém disse populismo?

Como essa liberdade sistematicamente distorcida alcançou tamanha repercussão e adesão ao redor do mundo? Especialmente logo após um derradeiro século pacificado, no qual a tese de fim da história havia sido disseminada com a hegemonia neoliberal e a ideia de apatia da participação política havia se alastrado pela teoria política? O recorte aqui proposto parte do fenômeno explosivo do "momento populista" que marcou o período de escrita dessa tese – para além do seu aspecto pejorativo ou apologético, mas como uma categoria crítico-reflexiva.

De modo geral, o argumento a ser defendido assume que tais formas individualistas e autoritárias de liberdade, influenciadas por correntes negativas e dogmáticas de pensamento filosófico situadas no atual estágio do capitalismo e da modernidade, têm sido mobilizadas a partir de um generalizado vocabulário libertário e uma pulverizada plataforma populista.

O objetivo dessa aliança ímpia entre neoliberalismo e neoconservadorismo consiste em minar as bases sociais que, ainda hoje, orientam e servem como indicadores de um progresso político, constantemente renovado e atualizado pelas lutas de movimentos subalternos. Em ordem de defender essa tese, tal empreitada só poderia ser realizada mediante um expediente analítico que articule as mais sofisticadas e debatidas filosofias políticas e sociais que temos à disposição no debate público contemporâneo.

Para além dos esforços positivistas, circunscritos a avaliações apenas empíricas e estatísticas das dinâmicas democráticas, impera em tais análises um reconhecível esforço de avaliar normativamente a complexidade democrática e antidemocrática de tal fenômeno político. Emerge desse cenário a inevitável questão: o que fazer com essa tal liberdade? Devemos continuar a apostar no valor da liberdade ou abandoná-la diante do envenenamento espraiado de um conceito que outrora orientou lutas progressistas?

A resposta aqui resulta de uma avaliação dos múltiplos conceitos e concepções de liberdade, do reflexo enigmático de seus respectivos eventos disruptivos deste breve século XXI e das novas roupagens de personagens rebeldes que figuram e se autodenominam como "batalhadores libertários".

Grande Regressão: Veredas

Diante deste multifatorial e complexo fenômeno de um progresso às avessas, o que motiva a escrita dessas linhas é ainda o esforço de desvelar a cínica torção da ideia de liberdade[6] promovida pelas novas forças regressivas e antidemocráticas. Se há alguma motivação que subjaz a escrita dessa tese, portanto, para além de fornecer uma sistematização analítica dos mais profícuos diagnósticos e modelos críticos presentes na filosofia política contemporânea, trata-se de um interesse prático: decifrar os eventos de manipulação e propaganda pseudolibertária e autoritária que se desenrolam diante de nossos olhos, de algum modo treinados na tradição da filosofia social, que nos colocam irrequietos e dispostos, tal como sugere Wendy Brown[7], a repensar nossa ideia de liberdade para combater as formas retrógradas que estão vigentes e sendo defendidas por tais lutadores de uma liberdade desfigurada.

Isso significa orientar nossas análises políticas para o que Brown considera fundamental: uma "re-significação da liberdade, para torná-la um conceito que afirma as visões da esquerda, para afastá-la desse tipo de iteração libertária, agressiva, antissocial e antiestatal". Em um mundo cada vez mais rodeado de crises, o desafio de se pensar os sentidos da liberdade toca no âmago das mais importantes e urgentes questões de nosso tempo. Em especial, aquelas que tomam, cotidianamente, espaço considerável em manchetes de jornais e noticiários ou dos algoritmos de postagens que rolamos em redes sociais.

No que concerne ao futuro da liberdade, sabemos que os elefantes na sala são vários: a autonomia humana diante das crescentes tecnologias de inteligência artificial, a libertação de *whistleblowers* que escancaram o sistema de vigilância e controle de países imperialistas, a sobrevivência global diante do colapso climático, a exclusão de imigrantes que atravessam países para buscar refúgio, a persistente exploração e precarização de trabalhadoras e trabalhadores de aplicativos digitais, a autodeterminação de povos desde Hong Kong até as Chiapas, do rio de uma Palestina bombardeada até o mar, de uma Ucrânia sob ameaça plutocrática, a livre prática de cátedra em universidade ou de espaços artísticos em países sob

[6] O cinismo torna-se elemento central para inversão como já a anunciava Adorno em "Personalidade autoritária". Para uma atualização desse diagnóstico como racionalidade do capitalismo tardio: Cf. Safatle, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

[7] Brown, Wendy. El neoliberalismo es una de las fuentes del ascenso de las formas fascistas y autoritarias: conversación con V. Gago. **Le monde diplomatique**, 2020 Disponível em: www.eldiplo.org/notas-web/el-neoliberalismo-es-una-de-las-fuentes-del-ascenso-de-las-formas-fascistas-y-autoritarias/. Acesso em 24 de setembro de 2023.

experiências autocráticas, a livre escolha de mulheres em decidirem a concepção de seus filhos, o livre direito de ir e vir de populações pretas constantemente impedidas pelo racismo institucionalizado em práticas cotidianas, enfim, a liberdade que teima em nos conduzir como ideal político significante que unifica todas as lutas deste rico, amplo e controverso conceito filosófico.

Como veremos nesta tese, reinventar a liberdade, de modo a situá-la, ainda, como uma bússola da crítica, torna-se o caminho mais profícuo e árduo para reivindicar a sua dimensão social. No que se segue, a leitora ou o leitor serão apresentados neste breve prelúdio às três perguntas centrais que a presente introdução prevê situar e que correspondem as partes que estruturam o trabalho:

i. - Qual contexto de surgimento da apropriação da liberdade contemporânea e quais públicos ou subjetividades responsáveis por essa deturpação?;

ii. - Qual manifestação política institucional que tornou possível essa ressignificação e em nome de que concepção de liberdade?;

iii. - Como podemos criticar tanto a dimensão subjetiva quanto a objetiva ou institucional da captura da liberdade como um fenômeno regressivo do ponto de vista democrático?

Para oferecer um mapa do desenlace das respostas que perpassam o trabalho, a seguir avistaremos (i.) a localização de um diagnóstico do tempo que explicite o que constitui tais conflitos pela liberdade e quais seriam as novidades das concepções libertárias de tais públicos e pautas; o que implica responder quais os públicos que levantam tais bandeiras antiprogressistas em torno da liberdade individual, (ii.) a formulação da manifestação política que catalisa tal ressignificação libertária em torno de um "populismo tardio, e com isso indicar quais suas respectivas concepções de liberdade eminentemente autoritárias e, finalmente, (iii.) a sistematização dos elementos necessários para a análise social desse fenômeno (uma desiderata) e a reconstrução de três possíveis estratégias de crítica política da apropriação populista da liberdade na modernidade tardia, apresentando qual modalidade ou plataforma política permitiu a astúcia de conquistarem tamanha repercussão e poder, a despeito das resistências sociais e dos mecanismos institucionais de proteção da democracia.

I. Luta por liberdade: gramática moral dos novos conflitos sociais

"Nunca fomos tão engajados", apontava Roberto Schwarz, ao interpretar a hegemonia da esquerda em pautar a cultura política dos movimentos artísticos e políticos no Brasil da

metade do século XX.[8] Foi nesse período que sonhos libertários[9] floresceram no cenário progressista dos anos 1960 - seja no norte ou sul global – e clamavam por uma demanda militante e contracultural de libertação geral[10]: "Libertem sua mente"; "Libertem Angola"; "Libertem Angela Davis" "Libertem Nelson Mandela"[11], para citar alguns. "Free At Last" era o modo pelo qual Martin Luther King terminava seu icônico discurso sobre um sonho de qualquer homem e mulher andar de forma livre nas ruas das cidades do século XX.

A hiperpolitização do cotidiano ressoava os brados situacionistas e sua utopia de revolucionar o cotidiano e disputar com as forças conservadoras cada território da vida social. As lutas libertárias foram cruciais nesse sentido: as práticas micropolíticas ressignificaram aspectos fundamentais do imaginário arcaico em produtos que podiam ser instrumentalizados como luta política.

O significante da liberdade que decorreria daí havia se tornado um trunfo da esquerda para se disputar pautas mais redistributivas, pautando e disputando certos pontos sólidos do debate na esfera pública: pena de morte não diminui criminalidade, porque o crime tem origem na desigualdade social; desemprego não é responsabilidade do desempregado, mas do sistema econômico que produz injustiças; progresso moral não pode ser reduzido a desenvolvimentos e ganhos materiais, porque tem como fundo maior a efetivação de uma rede institucional de solidariedade e justiça social[12]. De modo geral, essa concepção de liberdade se subsumia a uma noção restrita de igualdade, típica da esquerda tradicional, mas que vigorava graças à consolidação de uma Estado garantidor de direitos sociais mais básicos.

Contudo, no contexto de crise do capitalismo democrático[13] em sua versão neoliberal, os sonhos libertários se tornaram pesadelos autoritários. O que antes havia sido visto pelos movimentos sociais como resultado de uma constante luta a favor de efetivação de políticas públicas e direitos de classes e grupos subalternos, hoje privilegiam narrativas que eliminam tais conquistas em função de um individualismo exacerbado sob a benção da

[8] Schwarz, Roberto. Nunca fomos tão engajados. **Folha de S. Paulo**, 26/06/2004, p. 6

[9] Basta lembrar os icônicos protestos pelo boicote aos ônibus em Montgomery, Alabama, em 1956, conforme relatado em: King, Martin Luther. **Stride toward freedom**. The Montgomery Story. Souvenir Press, 2018. Ver também o excelente livro sobre o imaginário do movimento antirracista do século XX: Kelley, Robin D. G. **Freedom dreams: the Black radical imagination.** Boston: Beacon Press, 2002.

[10] Sobre esse caldo cultural no imaginário da década 60 em diante, vale conferir a reconstrução de Nelson, Maggie. **Liberdade. Quatro canções sobre cuidado e repressão**. São Paulo: Companhias das Letras, 2022.

[11] Mandela, Nelson. **A cor da liberdade**: os anos de presidência. Editora Zahar, 2018

[12] Nobre, Marcos. A nova direita **Folha de S.Paulo**, 03/03/2009. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0303200906.html.

[13] Wolf, Martin. **The Crisis of Democratic Capitalism**. New York: Penguin. 2023.

retórica da meritocracia e austeridade. Tais "liberdades feias"[14] se legitimaram como um libelo ao livre mercado em torno de slogans como "Liberdad, carajo!", teorias conspiratórios como "Liberdade contra vachina", e uma liberdade de expressão que estimula o racismo, a perseguição de gênero e aos povos originários, como ameaça a palavra de ordem maior dos conservadores radicais[15]: "Liberdade acima de tudo!"

Embora o início do século tenha sido marcado por levantes e revoltas progressistas ao redor do mundo: acampamentos, ocupações e primaveras de insurgências que demandavam pautas libertárias - muito em razão da herança antiglobalista e anticapitalista de movimentos contra os efeitos desiguais do neoliberalismo e de políticas de austeridade decorrentes da globalização econômica - a esquerda tradicional pouco se renovou na sua compreensão de liberdade. Enquanto isso, um importante articulista notava que, na primeira década do século, a direita se apresentou em nova roupagem, trajado agora como "*paladino da liberdade"*, ocupando um a um os espaços disponíveis nos meios de comunicação de massa e na esfera pública, em um combate cotidiano contra as teses de esquerda então dominantes.[16]

Dez anos depois, na segunda década deste breve século XXI, podemos aferir que os conflitos pela liberdade não aparentam mais indicar um protagonismo do campo da esquerda com sua clássica pauta de lutas redistributivas ou, até mesmo, em torno da reivindicação do reconhecimento das diferenças. O que se apresenta no horizonte é uma policrise da liberdade. *Politicamente*, hoje em dia, raros são os "Partidos da Liberdade", que empregam esse significante ao redor do mundo e que não sejam da ultradireita – ou que não façam concessões, coalizões ou quaisquer que sejam as alianças com tal campo extremista[17]. *Economicamente,* poucas são as demandas por liberdade que não descambem no fortalecimento de oligopólios financeiros e aumentem a desigualdade no mundo via políticas de austeridade. *Culturalmente*, mais difícil ainda seria encontrar uma demanda por liberdade de expressão que não fosse reduzida a uma autorização de ódio contra povos mais

[14] Anker, Elisabeth.. **Ugly Freedoms**. Duke University Press, 2022.
[15] Strobl, Natascha**. La nueva derecha: un análisis del conservadurismo radicalizado**. Katz editiones, 2023.
[16] Nobre, ibid. De acordo com o autor, *"Venceu e transformou a sua vitória em poder institucional. O resultado foi uma guinada nos pontos de partida do debate político. O que se pede hoje de todos os lados é mais prisão, mais responsabilização dos indivíduos, mais progresso material puro e simples. E por aí vai. É nisso que consiste a atual hegemonia da direita".*
[17] Pensando na primeira década do século XXI, Todorov havia inicialmente identificado essa mudanças nos chamados novos "inimigos íntimos da democracia". Ao atestar com perplexidade e inquietação que "um certo uso da liberdade pode representar um perigo para a democracia" na Europa. Os usos e abusos se referiam a partidos xenófobos, antimuçulmanos e antiafricanos como o Partido da Liberdade nos Países Baixos ou o Partido Austríaco da Liberdade e a Liga do Povo da Liberdade na Itália, além do *Die Freiheit* na Alemanha, *Svoboda* na Ucrânia, ou o antissemita *La libre parole* na Franca, que militavam contra a entrada de estrangeiros em seus países.

vulneráveis. *Socialmente*, enfim, temos uma cultura da liberdade voltada para singularização e a autopromoção cujos tipos ideais centram-se em torno de influencers como novas personalidades integradas a uma novíssima industrial cultural, tomando o lugar de mídias tradicionais e meios de formação da vontade coletiva que perderam seu valor emancipatório e se tornaram um reforço à perseguição e dominação de tais povos e ideais.

É como se as energias utópicas, outrora esgotadas pelo pacto neoliberal e seu realismo imposto pela redução violenta do horizonte de expectativas, tivessem sido renovadas pelo próprio campo da direita. O que surge daí é um ecossistema diverso, com uma agenda e um projeto positivo de sociedade e nação. Não sendo mais uma reação negativa aos avanços progressistas da social democracia, mobilizados em torno de emoções negativas como ressentimento, raiva e nostalgia[18], o potente combustível para a subversão. Como afirma o pesquisador argentino Stefanoni, esse interregno apenas atesta que a rebeldia se tornou de direita e a esquerda se reduziu ao polo muito conformista. O exemplo mais notório são a profusão de marchas por liberdade, levantes e protestos mobilizados para golpes e perseguições antidemocráticas, que despontaram com o apoio de líderes e movimentos autocráticos[19].

Para isso, algo mudou e precisou se alterar na esfera pública, em especial, no espaço midiático: entre livros e redes, entre ruas e tweets, a direita se reinventou, formou contrapúblicos, se apoderou de tecnologias, conquistou a hegemonia política. O espectro mais conservador e reacionário encontrou na semântica da liberdade um pouso e, ao mesmo tempo, uma nova pátria transcendental e imanente. Mais do que isso, consolidou-se como uma plataforma inaudita da ultradireita[20], uma direita sem medo e desenvergonhada, que captura as pautas da esquerda tradicional, ao passo que a denuncia com suas mesmas táticas, embora com o sinal invertido, de um libertarianismo autoritário e retrógrado.

Conforme será argumentado, a captura da dimensão progressista da liberdade e das estratégias e táticas de uma esquerda socialmente orientada é o núcleo fulcral da ultradireita

---

[18] Todorov, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das letras, 2012. Sobre essa deriva político-partidária, ver Mair, Peter. **Ruling the void: The hollowing of western democracy**. London: Verso, 2013.

[19] Diferentes movimentos figuram aqui ao redor do globo, mas têm como período catalisador a pandemia global da Covid-19 e o ano de 2022:, como os "Freedom Convoys", que foram protestos de combois de caminhoneiros na cidade de Otawa e que radicalizaram e catalisaram movimentos anti-vacinas e os protestos da liberdade de Praga, grupos que se reuniram na Praça Wenceslas para criticar a obrigatoriedade da máscara e vacina entoando "liberdade, liberdade" contra o governo tcheco. O mesmo ocorreu nos chamados protestos de Wellington, na Nova Zelândia, e, no contexto brasileiro, nos bloqueios de caminhoneiros e acampamentos contra os resultados eleitorais e a favor do golpe militar.

[20] Mudde, Cas. **The Far Right Today.** Cambridge, Polity Press, 2019.

contemporânea em sua face transnacional. Esse seria o marco em que novíssimos atores e atrizes entram em campo: as novas direitas conseguiram incorporar a estética de protesto irreverente da esquerda e aplicaram isso, de forma cínica, não somente nas ruas, mas também no ambiente de guerra cultural digital com memes e montagens em torno de uma "política de choque". Assim, a estética dessa nova política consiste basicamente numa estratégia disruptiva, que replica a transgressão e a quebra de decoro[21], outrora monopolizada pela esquerda, mas combinada com uma retórica agressiva, permeada por palavrões e de humor ácido autointitulado "politicamente incorreto".

Todo um ecossistema surge daí: desde comediantes que lutam por liberdade contra censura de suas piadas racistas-machistas, até políticos que usam performances transfóbicas para fazer valer seu capital social nas redes sociais. Como, então, identificar esse novo tipo social? Ora, se a rebeldia virou de direita[22], quem seriam este novos rebeldes e contra quem se insurgem? De fato, tornou-se atraente ser conservador no mundo de hoje[23]. Mais do que isso: a estética transgressora das novas direitas conseguiu conquistar mentes e corações da juventude forjada na linguagem virtual das redes sociais. Desse modo, a nova subjetividade rebelde, ao recusar mediações político-institucionais da democracia liberal, e, por não se ver representada por um partido ou pela mídia tradicional, como fruto do vazio que as formas institucionais de representação haviam deixado, se adaptam à forma política que Gerbaudo[24] chama de "partido digital". Essas novas formas de organizações mobilizam as suas articulações e formações de forma fractal e segmentada, como argumenta Leticia Cesarino[25], em fóruns da *deep web*, em redes de *streaming* como *discord,* ou mesmo em redes sociais como telegrams e whatsapp, todos aparatos disseminados e influentes como um fase digitalizada do que Verónica Gago[26] chamou de neoliberalismo desde abaixo.

Batalhadores da liberdade: a subjetividade rebelde da modernidade tardia

[21] Rocha, Camila; Solano, Esther; Medeiros, Jonas. **The Bolsonaro Paradox: Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Springer, 2021.
[22] Stefanoni, Pablo. **¿La rebeldía se volvió de derecha? Cómo el antiprogresismo y la anticorrección política están construyendo un nuevo sentido común (y por qué la izquierda debería tomarlos en serio).** Buenos Aires, Siglo XXI, 2021.
[23] Cowan, Benjamin. **Moral Majorities across the Americas. Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right.** University of North Carolina Press, 2019.
[24] Gerbaudo, Paolo. **The digital party: political organization and online democracy**. Londres: Pluto Press, 2018.
[25] Cesarino, Leticia. **O mundo do avesso: verdade e politica na era digital**. São Paulo: Editora Ubu, 2022.
[26] Gago, Veronica. **A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular.** Local?: Editora Elefante, 2019.

Logo, a novidade dessa rebeldia conservadora, aliada a essas novas formas de transmissão e compartilhamento digital, consiste na emergência de um paradoxal "tipo social", que surge de forma mais acentuada durante a pandemia. Tal formação deu origem a uma subjetividade antropológica de uma personalidade "autoritária libertária"[27], que pode ser entendido como uma atualização optimizada, performática e esotérica da "personalidade autoritária" descrita pelos frankfurtianos na década de 1950.

Esse novo *ethos* da subjetividade rebelde antissistema tem aqui nessa tese uma nomeação especifica: os batalhadores da liberdade. O batalhador da liberdade não é o mesmo que a ralé, nem que a elite dominante, trata-se de uma força que reúne frações da classe média, mas também do exército de precarizados, mobilizados tal como um novo bonapartismo para engajarem na chamada batalha cultural em favor da concepção de liberdade promovida pela aliança neoliberal e neoconservadora.

Como resultado, a luta por liberdade que tem sido travada por esse público batalhador da ultradireita[28], composto pelos autodenominados guerreiros dessa causa libertária numa guerra que se espraia para todas as esferas da vida social. Provinda do mundo virtual, tais batalhadores assumem a identidade política de "hackers". Provinda da PNL (programação neuro linguística), a linguagem de códigos e segredos que podem ser desvendados através de infoprodutos como cursos online. Eles traduzem o mundo digital para a formação de um exército de reserva de batalhadores através de uma teologia da prosperidade promovida por uma pletora de *coaches* afiliados a causas da ultradireita.

Hackers da liberdade: uma nova personalidade autoritária-libertária

Em nosso caso local, como veremos no capítulo final, encontramos batalhadores em diferentes fronts da sociedade civil: no mercado financeiro mas também em telemarketing, nas academias com bodybuilders mas também com influencers e podcasters; em grandes companhias de agronegócio e em garimpos na Amazônia ilegal; batalhadores nas igrejas neopentecostais mas também em carros e motos de trabalhadores de aplicativo, temos

[27] Amlinger, Carolim; Nachtwey, Oliver. **Gekränkte Freiheit. Aspekte des libertären**. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2022

[28] A referência aos "batalhadores da liberdade" veio do elogio de Steve Bannon, articulador de Trump e da nova ultradireita global, aos patriotas que invadiram a praça dos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023. Cf. Bannon, Steve. **Steve Bannon calls Bolsonaro protesters who stormed Brazil's Congress 'freedom fighters'** Disponivel em: https://www.businessinsider.com/steve-bannon-calls-brazil-protesters-freedom-fighters-storm-congress-2023-1

batalhadores em salas de bate papo de jogos virtuais de *redpill* misóginos mas também entre assessores de políticos do planalto; batalhadores foragidos da justiça em Miami ou Paraguai, mas também que estão em postos de comando da polícia. Os exemplos são variados mas congregam uma pluralidade de batalhadores que outrora emergiram no contexto de expreiencias progressistas – desenvolvimento, neoliberais ou ambas - como lulismo/obamismo/merkelismo/macronismo/kirchnerismo como fruto de uma novo tipo de personalidade, que ascenderam graças a políticas públicas redistributivistas e que hoje compõem uma classe média pulverizada que condensou uma visão de mundo antiestatal e a favor da liberdade ultraliberal.

Concomitante ao surgimento desses públicos conservadores, ONGS e observatórios internacionais vêm constatando que o nível de liberdade no mundo tem diminuído. A razão não é a suposta conspiração engajada por candidatos e lideranças que a eles se opõem, mas, precisamente, por aqueles e aquelas candidatos e lideranças que esses batalhadores antiprogressistas de ultradireita ajudam a ascender ao poder eleitoralmente. Se os mejoristas na argentina[29], os "Proud boys" nos Estados Unidos, os alemães "despertos" do "QAnon", os "patriotas" e "cidadãos de bem" no Brasil conseguem, em suas agitações políticas, alguma vitória que culmine em censura de alguma forma cultural progressista, nesse contexto mais um sinal que a hegemonia esquerdista estaria sendo derrotada e, finalmente, que a redenção que a batalha cultural[30] promete aos adeptos da ultradireita estaria mais próxima.

Não se trata, convém salientar, de uma nova explicitamente direita anti-intelectual, embora conservem elementos dessa natureza, não temos uma rejeição totalizante a qualquer filosofia, visões de mundo ou uma expressiva orientação teórica nas suas ações práticas, muito pelo contrário: a necessidade de formação de uma contrahegemonia cultural abriu a profusão de um *front* de panfletos, livros, perfis em redes sociais e produtos culturais, vindas de novos gurus ou profetas do engano, que circulam em livrarias virtuais e fóruns[31] e compartilham a trajetória de sucesso de batalhadores da liberdade[32] ou compartilham o ódio

---

[29] Semán, Pablo**. Está entre nosotros** . Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2023.

[30] Laje, Agustin. **La batalla cultural. Reflexiones críticas para una nueva derecha**, Buenos Aires, Hojas del Sur, 2022; Zicarelli, Alejandro. **Cómo derrotar al neoprogresismo,** Buenos Aires, Sudamericana, 2022. Laje, Agustin. **El libro negro de la nueva izquierda**, Unión, 2016.

[31] Curcino, L. y Pereira, T. A "Livros, política e populismo: a 'nova' direita brasileira e seus best sellers", **Populismo(s) e suas linguagens. Textos selecionados**, Ribeirão, Húmus, pp. 197-222., 2022.

[32] As narrativas de guerreiros da liberdade circulam em biografias de personalidade da ultradireita. No plano do mercado, Cf. Constantino, Rodrigo. **Autobiografia de um guerreiro da liberdade.** LVM Editora, 2022. No plano político, ver: Bolsonaro, Flávio. **Jair Messias Bolsonaro: Mito ou verdade**. Rio de Janeiro: MCI Editora, 2022;

contra aquelas e aqueles que cotidianamente ameaçam o estabelecimento neoliberal e tradicionalista de suas liberdades. Mais do que propaganda, a ultradireita tratou de instituir um corpo teórico cujas teorias ou filosofias vêm sendo disseminadas e discutidas com o propósito de formar e tomar campo de saberes e instituições de conhecimento.

Diferentemente de uma direita tradicional, eminentemente institucionalista, mesmo que instituída por meio de golpes ditatoriais e regimes autoritários, a direita radical e a ultradireita (uma variante mais perigosa da extrema direita) seria parasitária à institucionalidade, mesmo em contexto democráticos, seja pra criticar a democracia liberal ou simplesmente renegar toda forma de democracia. Conforme um notório líder político de ultradireita bem expressou, trata-se de um objetivo mais nefasto: conquistar eleições, se infiltrar no Estado, com o objetivo de destruí-lo[33], deixando ao livre fluxo oligopolista do mercado financeiro e do poder violento do mais forte. Essa seria a verdadeira essência da liberdade da ultradireita: dissolver as instituições democráticas para que o mercado possa reger a política da forma que bem a entender [34].

Se a direita era estigmatizada pela sua herança de apoio intransigente à ditadura civil-militar-empresarial, como no caso brasileiro; pelo seu caráter autoritário e seu traço golpista, saudosista do fascismo italiano, no caso argentino; pelas perseguições racistas de grupos como Ku Klux Klan, no caso norte-americano; ou mesmo nas franjas alemães cuja herança do holocausto era intocada; hoje em dia com as redes sociais ela tornou-se menos envergonhada e ousada na sua performance. Tais batalhadores da liberdade procuram uma renovação das energias utópicas em torno um projeto políitico conservador para um futuro passado: uma retropia[35] que procura reestabelecer uma hierarquia pretensamente natural contrária aos avanços conquistados por lutas dos chamados novos movimentos sociais.

II. Anatomia do populismo tardio: aliança espúria entre neoliberalismo e neoconservadorismo

Os batalhadores da liberdade marcam a subjetividade de uma nova direita. Mas como explicar que tal rebeldia conseguiu visibilidade e poder institucional? A chave, conforme aludido anteriormente, é uma convocação e apropriação de tais públicos pelo populismo

[33] Milei, Javier. Milei diz estar "infiltrado" no Estado com o objetivo de destruí-lo. **Jornal Metropoles**. Dosponivel em: https://www.metropoles.com/mundo/milei-estado-destrui
[34] Bourdieu, Pierre. The utopia of endless exploitation: The essence of neoliberalism. **Le Monde Diplomatique**, December, 1998. Disponível em: http://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu.com/apocalyptic-populism.
[35] Bauman, Zigmund. **Retrotopia.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

contemporâneo. O populismo de direita hoje se tornou um movimento neofascista pela liberdade. “Deus, família e pátria”, o velho grito de guerra do fascismo italiano, reapropriado pelo fascismo brasileiro (integralismo), repercutido na ditadura civil-militar pelo seu movimento de apoio (as marchas da TFP), teve uma novidade adicional no léxico do atual contexto: a palavra “liberdade”.

Tendo essa questão em vista, na *primeira parte* do trabalho procura-se responder precisamente por que o populismo se tornou a forma política que os autoritários libertários e sua concepção de liberalismo antidemocrático usam para chegar ao poder. O argumento desse momento da tese consiste em apresentar como a ultradireita e o credo libertário autoritário encontraram no populismo a estratégia e a retórica mais eficaz para capturar e ressignificar o discursos progressista da liberdade nas batalhas culturais e na sua cruzada político-religiosa.

Mas o que seria, afinal, populismo? O populismo é o fenômeno político mais desafiador deste ainda breve século XXI. Muitas páginas foram e estão sendo redigidas para se chegar a uma definição mais complexa da ideia de uma política do povo, que o próprio nome suscita, especialmente, quando a categoria povo tem sido mobilizada pelas forças regressistas que foram comentadas até aqui. Já nas suas primeiras décadas, os sinais de que tal expressão política poderia ameaçar nossas liberdades socialmente garantidas já era anunciado[36].

Nesse período, assistimos a uma disseminação de análises das novas experiências populistas na mídia e nos círculos acadêmicos, onde o termo teria entrado na moda e acompanhado os movimentos e plataformas que ganharam visibilidades nas últimas décadas. No caso deste trabalho, o desafio consiste, no entanto, em separar a “palavra” e “a coisa”, para evocar um dizer foucaultiano. Por esta razão, torna-se crucial investigar as diferentes clivagens que atravessam o uso do termo e seu real e efetivo lastro na história e na realidade. Em especial, o enfoque que inova a literatura consiste em apreender este populismo tardio como resultado de um processo de revolta politica e cultural com a modernização progressista que encontramos como chave de analise na circulação de discursos e bandeiras na esfera pública democrática. Esse nexo entre modernidade e liberdade, portanto, tem como mediação uma concepção de esfera publica

[36] Zakaria, Fareed**. The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad**. W. W. Norton & Company, 2007.

Embora o debate acerca da ideia de populismo mobilizado nessa tese tome de partida esta noção enquanto um recurso heurístico de avaliação dos fenômenos contemporâneos, o esforço de revisitar as diferentes interpretações e variações de ocorrências históricas deste fenômeno torna-se uma tarefa preliminar de grande importância. Com o intuito de não somente situar a leitora e o leitor, mas também de apresentar a multiplicidade dos significados do populismo, que variam desde sua conceituação enquanto uma ideologia fina, uma lógica e uma estratégia política, essa tese toma como objeto central o fenômeno do populismo e o seu alcance no contexto dos conflitos pela liberdade de hoje – dando primazia, todavia, ao aspecto fundamental de uma logica politica enraizada nas ações e agendas politicas do dia.

De todo modo, convém reconhecer que o populismo é um conceito difuso e disputado – uma categoria que diz respeito a uma estratégia política que opõe um povo a uma elite, ou nós contra eles. Certamente o populismo pode ter contornos de uma ideologia. Mas diferente de ideologias mais robustas como liberalismo, socialismo, ele pode ser moldado e preenchido de acordo com tais bandeiras. Em linhas gerais, conforme aludido anteriormente, o populismo aqui se refere a um modo de política, ou melhor, uma lógica, que tem no centro a categoria de povo. Mas essa definição preliminar não daria conta das variedades de populismo, isto e, da polissemia que tal conceito imprime no debate contemporâneo e que perpassa de forma transversal diferentes disciplinas.

Na filosofia, contudo, a reflexão acerca das categorias *de povo, elite, massa e soberania* apresenta uma longa história que nos remete aos períodos clássicos e modernos. Tais conceitos dizem respeito à dinâmica de formação da vontade democrática coletiva. No entanto, tais recentes movimentos políticos vêm colocando essas noções em pauta e ação nos quadros de análise poliítica e social de nosso tempo. Se o populismo assume aqui, provisoriamente, um caráter ideológico, o aspecto definidor de tal ideologia é sua constituição dualista: um povo puro (anti-pluralismo) contra uma elite corrupta ou impura (antielitismo). Essa definição fluida, indeterminada, é importante ressaltar, não representa uma ideologia normativamente neutra. A sua lógica de discursos e as modalidades de estratégias politicas podem ser utilizadas tanto no espectro da direita, quanto da esquerda.

Populismo, ou a lógica política do capitalismo tardio

Trata-se em última instância de um agrupamento de discursos e um complexo retórico que estabelece o antagonismo como centro político a ser conservado e buscado. Uma razoável e provisória forma de distinguir o populismo de esquerda e direita seria o seus

aspectos *diáticos e triádicos*[37]. Por um lado, o populismo de esquerda seria *diático*: se detém na clivagem dualista de povo contra uma elite. Pensemos como exemplo no espectro da esquerda o chavismo na Vanezuela: *bolivarianos nacionalistas* se colocam como força plebeia contraa invasão de *yankees imperialistas,* ou, em contexto mais recente, no exemplo do populismo cidadanista ou anarquista dos movimentos de acampados e do Occupy ao redor do mundo: *a força popular de um 99% contra o 1%,* que em cada contexto nacional assume uma feição mas responde a um povo subalterno contra oligopólios, corporações capitalistas ou mesmo políticos corruptos. Salta aos olhos no caso brasileiro o movimento social do MPL (*Movimento Passe Livre*): a representação de cidadãs e cidadãos que usam transporte coletivo contra o sistema político em conluio com empresas que lucram de forma desmedida de um direito social básico como a mobilidade urbana.

Por outro lado, o populismo de ultradireita tomaria a forma *triádica* com três polos envolvidos na dinâmica politica própria: primeiro um povo autêntico, de uma tradição ou comunidade particular (pensamos patriotas ou povo de Deus) contra uma elite espúria (e tal agrupamento não responde a uma classe social necessariamente, mas pode ser apenas pessoas que aderem a valores progressistas) e um povo inautêntico (inimigos a serem eliminados por ameaçarem de algum modo a forma de vida tradicional e conservadora daquele povo autentico). Pensemos nos batalhadores pela liberdade contra uma elite global e contra as minorias de formas variadas: imigrantes, pessoas racializadas, mulheres, LGBTQIAP+, petistas etc.

De modo geral, mesmo com essa definição provisória, estamos diante de uma proliferação teórica da indústria de "estudos do populismo", especialmente quando há uma necessidade alastrada de apreender, empírica e normativamente, os sentidos e modos que o populismo de ultradireita tem afetado a democracia no mundo contemporâneo. Intenta alertar, portanto, que, no recorte proposto na tese, não seria o caso de disputar quais enquadramentos mais adequados do problema em questão, mas, de forma mais modesta, apresentar como o populismo e sua lógica social, no contexto de uma esfera pública digital, tornou-se a estratégia de poder e governança política mais eficaz para traduzir as demandas que as concepções de liberdade – progressistas e reacionárias – encontraram para se legitimar na atual configuração dos sistemas políticos globais.

---

[37] Judis, John**. The Populist Explosion: How the Great Recession Transformed American and European Politics.** Brill, 2016. Uma outra formulação desses dois modelos diaticos e tradicos pode ser encontrada em: Mudde, Cas; Rovira Kaltwasser,. 'Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America', *Government and Opposition*, 48(2), 147–174., 2013.

Certamente, a leitora e o leitor encontrará, assim que ler o subtítulo dessa tese, muitas razões para rejeitar o rótulo de populismo como instrumento analítico para descrever os fenômenos regressivos aqui doravante esboçados. Devem ser perguntar: por que aderir a uma terminologia problemática, que a própria direita se utiliza para criticar as experiencias progressistas em contexto regional. Não seria melhor aderir a outro conceito guarda-chuva como forca explicativoa? Autoritarismo, totalitarismo, iliberalismo, fascismo e autocratismo, pode-se argumentar, cumprem a utilidade de modo mais satisfatório, enquanto termos recorrentes que explicam o caráter problemático de lideranças carismáticas e o emprego de uma profusa linguagem violenta e excludente em plataformas de esquerda, e, sobretudo, de direita, ao redor do mundo.

De fato, não é a intenção desta tese superar tais rubricas de movimentos historicamente regressivos da direita na história da política, visto que todas essas características, devido suas aplicações e fundos históricos, compõem aspectos desse grande complexo de práticas e estratégias políticas do populismo tardio, conforme será reconstruído mais adiante. Se a dimensão híbrida da modernidade tardia existe, a ultradireita pode ser o caso mais definitivo desse entrecruzamento ideológico.

Contudo, a tese poderá mais adiante defender e/ou/ talvez atestar que é mais salutar a utilização do emprego, da noção e do arcabouço teórico do populismo para se compreender a forma de reprodução e perpetuação do poder pela ultradireita contemporânea. Ao menos duas razões surgem nessa argumentação. *Em primeiro lugar*, há uma sintomática crise das ideologias clássicas no mundo contemporâneo, cuja justificativa central seria o fato de que o capitalismo neoliberal, na sua atual fase de modernização regressiva, se apropria e esvazia o significado original de tais ideologias, tornando não apenas anacrônica a sua utilização, mas também um produto cultural e eventualmente um instrumento nas mãos dos ideólogos da ultradireita. Neste sentido, torna-se fundamental recuperar tal vocábulos dos usos e abusos que a mídia enviesada e a forças antiprogressistas fazem do termo. Isso significa recuperar a dimensão normativa do termo. Recuperar desse esvaziamento e banalização, um exercício de justificação e fundamentação que somente a reconstrução crítica pode decantar. Enfim, convém indicar a força crítica e heurística do termo em relação a autoritarismo de todos os espectros políticos e ao decorrer do tempo histórico.

Em *segundo lugar*, se tratando de uma crítica imanente, o diagnóstico deve partir da autocompreensão dessas atrizes e atores que constituem o campo do populismo tardio. Como veremos, a própria ultradireita reivindica o populismo como a forma política mais adequada para vencer a batalha cultural ensejada globalmente pela aliança transnacional de teóricos

neoliberal e neotradicionalistas. Portanto, traçar a gênese e reconstruir os meandros do mecanismo político no qual tal populismo é defendido ainda é função da análise crítica aqui pretendida; seja como deturpação da mesma ideia original de populismo (em sua acepção progressista), seja a distorção da liberdade política reivindicada, que mina as próprias condições de uma convivência e respeitos ao jogo democrático.

De início, o que mais se intenta nesta tese é tornar fundamental a reconstrução das origens e persistência do populismo em sua versão contemporânea capitaneada pela ultradireita. Nesse caso especifico, o que chamamos aqui de "populismo tardio" – a união entre o aspecto ultraliberal da liberdade negativa e a dimensão militar, patriótica e religiosa do tradicionalismo da liberdade moral - serviu como veículo mais eficiente para a ultradireita disseminar seus ideais, mas, também, para se efetivar no poder em lugares assim como o fascismo havia feito no seu momento de surgimento.

Esse populismo neoliberal, ou ao menos, neolibertário, pode ser visto como um movimento antiprogressista, ou, um populismo reacionário[38]. Em outra palavras, o populismo tardio em sua acepção libertária – e com viés neofascista - é uma novidade diante de outras ondas do populismo, porque tem uma hegemonia eleitoral que antes a direita radical não tinha[39], porque surgiu com forças em partidos digitais e porque diferente de ondas anteriores, teve como evento fundamental e propulsor a pandemia da Covid-19, que permitiu se estabilizar como uma plataforma política consolidada[40]. Explorar o modo como tal populismo se reproduz e justifica é também o objetivo desta tese.

Antes de tudo, há uma infraestrutura extrainstitucional que forma a aliança de uma rede transnacional de populismo de ultradireita. Tal junção conveniente consideram irmãos, pares numa proxy, pois compartilham aproximações não casuais[41] - teorias ultraliberais e ultratradicionalistas e seus contrapúblicos conservadores, cujas ressonâncias fascistas têm afinidades de famílias remontam tradições e práticas de ódio e perseguição que são atualizados de acordo com os manuais de batalha cultural dispostos entre tais plataformas.

---

[38] Cassemiro, Paulo. Lynch, Chritian**. O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo.** São Paulo: Contracorrente, 2020.

[39] Kahht, Farid. **El eterno retorno: la derecha radical en el mundo contemporáneo.** Lima, Perú: Editorial Planeta, 2019.

[40] Para compreender a ideia de ondas do populismo, ver Mudde, 2019.

[41] Bolsonaro, Jair. Bolsonaro usa lema fascista. Estado de Minas. **Estado de Minas.** Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/02/17/interna_politica,1345682/bolsonaro-usa-lema-fascista-na-hungria-deus-patria-familia-e-liberdade.shtml

Especialmente quando Bolsonaro[42] diz que a liberdade é mais importante que a vida e a reduz para defender que o povo a equivale à defesa de armamento individual, ou quando Trump afirma que a liberdade que unifica a alma[43], mas a defende para cometer injurias contra minorias como um povo inferior, temos uma retórica populista de acordo com o que os seus ideólogos revelam ser o núcleo propagandístico de seus movimentos.

Liberdade, ainda que (populista) tardia.

Novamente, a ideia de "captura populista da liberdade", tese a ser defendida nas próximas páginas para explicitar o modo pelo qual lideranças no norte e sul global utilizam da retórica de um povo liberto (as colunas mais puras dos batalhadores da liberdade) para perseguir e desconstruir políticas progressistas, foi influenciado pela forma que Olufemi Taiwo[44] se utilizou para descrever como republicanos ressignificaram as políticas de identidade, por exemplo, aquelas de um coletivo progressista e antirracista como *Combahee river,* para usar, precisamente, como arma racista e antidemocrática em torno da ideia de ameaça wokista (um nome pejorativo que a ultradireita se refere, internacionalmente, a frações inclusivistas, progressistas e plurais).

A captura populista consiste em um mecanismo que se utiliza de uma gramática libertária e progressista em seu sentido moderno, inclusive para formular políticas de reconhecimento, para replicar o seu reverso, regressão política. Diferentemente das rupturas institucionais consagradas na história do liberalismo autoritário, esse mecanismo se acopla a democracias contemporâneas e se mascara na forma de um autoritarismo furtivo[45], que embora esteja no poder democraticamente legitimado, desfaz políticas públicas, ações redistributivas e de reconhecimento em função do seu oposto: exclusão e dominação social.

---

[42] "Nossa vida tem valor, mas tem algo com muito mais valoroso do que a nossa vida, que *é a nossa liberdade*. Além das Forças Armadas, defendo o armamento individual para o *nosso povo*, para que tentações não passem na cabeça de governantes para assumir o poder de forma absoluta. Temos exemplo na América Latina. Não queremos repeti-los. *Confiando no povo*, confiando nas Forças Armadas, esse mal cada vez mais se afasta de nós." Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/06/bolsonaro-defende-armar-a-populacao-para-evitar-golpe-de-estado-cjwy9rxvv00ir01rw0s6dlh6u.html

[43] Trump, Donald. Freedom unifies the soul. **The Guardian.** Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/feb/04/freedom-unifies-the-soul-trumps-state-of-the-union-speechwriters-have-thrown-in-the-towel

[44] Taiwo, Olufemi. **Elite capture**. Haymarket Books, 2021.

[45] Varol, Ozan. Autoritarismo Furtivo. **Juridicidade Constitucional e Democracia,** v. 1 n. 2: 2023. Esse conceito tem sido reapropriado por analises de Adam Przeworski e André Singer para pensar a dinâmica parasitaria do populismo em governos instituídos de ultradireita.

O caráter autocrático desse novo populismo expressa um fenômeno transnacional que mobiliza a retórica da liberdade, para, comprovadamente, reduzi-la, enfraquecendo a qualidade do regime democrático[46], o respeito por liberdade políticas[47], o compromisso com o Estado de Direito[48] e a garantia de procedimentos evitem abusos autoritários[49].

As evidências sustentadas por pesquisas comparativas indicam que tais plataformas populistas se utilizam do aparato institucional para promover agendas ideológicas expressamente retrógradas que visam construir inimigos públicos e fazeraqueles que criticam os abusos antidemocráticos de alvos a serem perseguidos pela sua base de sustentação, além de negar o pluralismo de formas de vida através de incitação violenta e vigilante do seu poder centralizador e controlador.

Para isso, mobilizam a liberdade de expressão para destilar ódio, a escola pública para propagar a sua privatização (*homeschooling*) ou sua militarização; usam ministérios de promoção racial para serem racistas; ministérios de direitos humanos para atentar contra minorias; ministério da saúde para propagar negacionismo; ministério do meio ambiente para desmatar; ministério do trabalho para destruir direitos trabalhistas, enfim, todo uma rede do sistema político para propagar o inverso e se legitimarem ideologicamente como a verdade e única noção de liberdade e povo acessíveis.

III. Crítica do populismo tardio: externa, interna, imanente

Em face do diagnóstico delineado até então, o objetivo da tese consiste em explicitar que, diante de uma crescente hegemonia da captura da liberdade pela ultradireita, as críticas progressistas aqui reconstruídas oferecem diferentes contranarrativas para aqueles e aquelas que aderem ao discurso e à causa problemática da cruzada populista tardia. Sobretudo, a crítica procura indicar o caráter democraticamente regressivo[50] do modo como tais públicos que veem na batalha cultural, inculcadas por tais lideranças, como a única forma de reação e

[46] Nord, Marina, Martin Lundstedt, David. Altman, Fabio Angiolillo, Cecilia Borella, Tiago Fernandes, Lisa Gastaldi, Ana. Good God, Natalia Natsika, and Staffan I. Lindberg. 2024**. Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot**. University of Gothenburg: V-Dem Institute.
[47] Smeltzer, Mike and Karppi, Alexandra**. Nations in Transit 2024, Freedom House**, 2024. Disponível em:nationsintransit.org.
[48] World Justice Project. Disponível em: https://worldjusticeproject.org/
[49] LAUT. Adriane Sanctis de Brito, Fernando Romani Sales, Mariana Celano de Souza Amaral and Marina Slhessarenko Barreto**. O caminho da autocracia**. Tinta Chinesa, 2022.
[50] Armin Schäfer, Michael Zürn. The Democratic Regression: The Political Causes of Authoritarian Populism. Londres: Polity, 2024.

solução aos seus problemas, originados pela atual fase do capitalismo e dos efeitos da globalização econômica, da ausência de representação política e do elitismo cultural.

Tais críticas abrem o horizonte, cada uma ao seu modo, à necessária concepção alternativa de liberdade, de extrato social, que não seja individualista e autoritária, mas o seu contrário: solidária e democrática. Dessa perspectiva, o que se defende é que a defesa da liberdade, ou o que se convencionou chamar de liberalismo, sem as deformações causadas pelo capitalismo, não tem outro nome senão socialismo. É por esta razão que a crítica do populismo deve apresentar uma ideia de sociedade, cujos princípios aproximem da concepção de progresso político não-ideológico, que podemos constatar por melhorias sociais, que os movimentos populares dos últimos séculos lutaram para construir institucionalmente, em sua maioria das vezes, em torno de uma visão socialista ou progressista de mundo.[51]

Diante do diagnóstico da captura populista da liberdade e dos modos políticos que tais plataformas usam da contrarrevolução e revolta para se perpetuar no poder, as conseguintes partes da tese visam investigar o caráter democraticamente regressivo dessas formas políticas, de modo a recolocar um sentido progressista atualizado de liberdade moderna como baliza normativa para a crítica do populismo tardio e de alternativa radicalmente democrática como transformação social. As alternativas colocadas giram em torno de três constelações teóricas que ganham a forma de estágios reflexivos de diferentes modelos de análise social e critica política: uma crítica externa, uma interna e uma imanente.

Como resultado, sugere-se aqui, para fins explicativos, uma *desiderata* de críitica reunindo uma relação articulada aos três indicadores aludidos anteriormente relativo as especificidade de cada estratégia de critica: (i.) uma *concepção progressista de liberdade* (enquanto atualização do núcleo moderno das promessas emancipatórias e um modo de interpretar as lutas sociais a partir de uma filosofia da história e de uma ontologia política); (ii.) *uma crítica da distorção e deformação* desse ideal de liberdade pela retorica e aparato institucional do populismo tardio, e, por fim, (iii.) *uma concepção radical de democracia* como remédio transformativo ou modelo terapêutico[52] contra a regressão política populista.

---

[51] Economicamente, Stigltz chama isso de capitalismo progressista ou social-democracia rejuvenecida.Cf. Stigltz, Joseph. **The Road to Freedom: Economics and the Good Society** Penguin Books, 2024. No entanto, em um sentido menos conformista, a crítica da tese visa justamente mostrar que romper com o capitalismo, mas não necessariamente o mercado, torna-se fundamental para pensar uma visão socialista democrática de mundo. Ver cap. 8.3 e cap.9.

[52] Lohmann, Georg. "Zur Rolle von Stimmungen in Zeitdiagnosen", in: Hinrich Fink-Eitel & Georg Lohmann (org.) **Zur Philosophie der Gefühle.** Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1994, pp. 266-292.

Tendo em vista essa estrutura analítica, na *segunda parte do trabalho*, então, a investigação enfoca o modo pelo qual o populismo é percebido como uma ameaça à democracia liberal e a democracia radical se contrapõe como antídoto para seus efeitos nocivos. Dois blocos teóricos respondem a esse problema: *uma crítica externa*, no qual a teoria crítica estipula (mediante fundamentação de uma ontologia política) um princípio normativo independente do contexto histórico e avalia a realidade social de acordo com esse padrão imposto de um construtivismo normativo; e *uma crítica interna,* no qual a crítica interpreta o princípio normativo encontrado em uma comunidade particular e avalia de acordo com os valores exposto e compartilhados nesse contexto como uma forma de composição ou desconstrução normativa.

Emerge no plano analítico uma cartografia das teorias políticas e sociais que enfrentam o problema do populismo: para determinada franja teórica, tratar-se-ia de uma ameaça e uma degeneração da democracia liberal; para outro lado das análises, estaríamos diante de um corretivo das falhas da democracia representativa liberal e ao sistema político tecnocrático e elitista como todo. Para fins categoriais, tais modelos assumem a pecha aqui de uma *crítica externa* provinda do liberalismo (construtivista, procedimental e deliberativa) de uma *crítica interna* que advém de um entrecruzamento entre tradição pós-marxista e pós-estruturalista (genealógica, prefigurativa e agonista).

Uma crítica imanente da regressão democrática

Na *terceira parte,* em contraposição aos modelos críticos *internos e externos*, uma via alternativa progressista se abre em torno da chamada *crítica imanente*, que pode ser apresentada em um sentido mais positivo ou negativo[53], visando superar as parcialidades das críticas anteriores: a ênfase problemática na fundamentação de princípios morais e normas politicas transhistóricas, o recurso liberal que desconsidera o contexto (ou agonista que desconsidera princípios constitucionais mais básicos) e a correlação tensa entre realidade e normatividade.

[53] A dimensão negativa vem sendo reabilitada por adornianos de toda estirpe, e, muito embora Adorno não utilize e reivindique o termo de uma crítica imanente negativa da sociedade, autores como Jaeggi, Pinzani, Fleck e De Caux encontram vestígios desse termo em Postone e Marcuse, relativo a um modo de crítica que encontra na negatividade social fundante um contraponto aos princípios normativos da modernidade (crítica que, segundo tais autores, seria capitaneada por Habermas e seus orientandos e orientandas de gerações recentes da Teoria critica).

Ocorre que, para a crítica imanente, um outro nome para Teoria Crítica da sociedade, o objetivo consiste em identificar o princípio normativo que foi cristalizado através do tempo nas instituições e nas respectivas práticas existentes, e, assim, avaliar em que medida a sociedade realiza ou não tal ideia racional. Ou, no caso de uma critica imanente com acentos mais negativista, trata-se de mostra como tal núcleo racional expõe um aspecto ideológico do tempo histórico que se instaura – no caso a modernidade - ou da sua indeterminação realizável. Na forma de uma reconstrução normativa, esse modelo de crítica não se baseia num critério moral arbitrário, pois está reflexivamente concernido de seu contexto de desenvolvimento e aplicação, diferente da critica externa. Diferente também da crítica interna, tal critica reconstrutiva não está interessada primordialmente na consistência moral da sociedade ou de uma determinada comunidade de indivíduos, pois procura transcender ao contexto no momento em que colocar a autocompreensão de uma forma social especifica sob escrutínio critico, necessitando assim de uma fundação normativa que possa avaliar suas violações.

Nesse contexto, a *crítica imanente* opera com um conceito normativo de racionalidade e liberdade que seria historicamente situado e orientado por um interesse emancipatório na transformação da realidade social capitalista. Ao mesmo tempo em que a crítica imanente parte do diagnóstico do comportamento empírico de práticas sociais de acordo com a autocompreensão de atores e atrizes, ela também pensa a transformação a partir de uma "transcendência intramundana", que supere as relações patológicas que nem sempre tais indivíduos se dão conta. Especificamente, a tradição da Escola de Frankfurt ou, como é chamada, a Teoria Crítica da sociedade, estaria então sendo orientada para diagnosticar e criticar as deformações da liberdade, ocasionadas pelas patologias sociais, que revelam o núcleo irracional de fenômenos como fascismo ou populismo de ultradireita.

Portanto, o objetivo maior consiste em identificar as patologias da liberdade[54] que atravancam o desenvolvimento progressista das pautas democráticas de nosso tempo. Pode-se dizer que, em outros termos, trata-se de uma "nova crítica da ideologia" da liberdade. Não se trata neste sentido de descrever os motivos subjacentes ao "porquê nossa liberdade corre perigo"[55] e qual seria um conjunto de técnicas e protocolos de "como salvá-la", elencar

[54] A correlação entre uma crítica das patologias sociais e autoritarismo não é somente atribuída a tradição da esquerda-hegeliana. Em 1937, Anders utilizou a expressão de patologias para tratar dos problemas e risco a liberdade pelo liberalismo autoritário e o capitalismo exterminista da época. Cf. Anders, Gunther. **Patologia della libertà. Saggio sulla non-identificazione.** Napoli-Salerno: Orthotes, , 2015.

[55] Procedimento típico das análises da ciência política que dominaram a nova literatura das "crises da democracia", geralmente restrita ao norte global, que procuram mecanismos constitucionais para recuperar a

fórmulas e aplicá-las de modo eurocêntrico e descontextualizado, como procedimentalmente têm sido produzidas e vendida em estandes de aeroportos e proferidas em departamentos de ciência política ao redor do mundo.

Trata-se antes de recuperar as linhas gerais de uma "teoria crítica da politica", que explicite os diagnósticos sociais e aprimore os instrumentos teóricos mais tradicionais de investigação da regressão democrática, apresentando normativamente os limites da estratégia populista enquanto forma política e, ao mesmo tempo, aponte para os aspectos ideológicos do uso da liberdade pela ultradireita, tendo sempre em vista as tendencias imanentes a sociedade para transformação e superação da dominação vigente.

Neste último caso, tal reflexão política deve ser perpassada por uma teoria crítica da liberdade que pense o contexto de emergência e consolidação desse campo a partir de suas transformações históricas. Isso requer, enquanto uma ressalva dialética, compreender que tal teoria da liberdade, apesar de seu aspecto universalista e normativamente democrático, corre o risco de reforçar uma narrativa eurocêntrica e neocolonialista da crítica, desconsiderando as feições paroquiais que tais perspectivas sobre liberdade, democracia e populismo representam em seu próprio contexto.

Uma crítica do populismo na periferia do capitalismo

Por esta razão, ao final, *o nono e último capítulo* ocupa-se da dimensão mais especulativa e propositiva da tese, a saber: se a experiência latino-americana, e, mais especificamente, brasileira, revela outro sentido do populismo, que foi incorporada na literatura anglo-europeia de modo unilateral: correlacionando as manifestações populistas no campo progressista ao fascismo, essa experiência também apresenta um sentido apologético, incorporando facetas da nova direita e de seu histórico tradicional como exportação de nossa experiencia local. É como se, para os americanos e europeus, as ideias estariam mais fora do lugar do que qualquer lugar, pois incorporaram as linhas gerais do liberalismo autoritário e do neoconservadorismo que se desenvolveu nos fascismos do século XX, mas que se gestou no Brasil graças a sua estrutura de dominação e violência arcaica e com a faceta liberalizante.

Ao defender esse argumento, de que a explosão populista, em certo sentido, seria o resultado de um processo de periferização e "brazilianização do mundo", em que o centro do

---

mesma compreensão de democracia liberal pré-crise – ou seja, os mesmos procedimentos problemáticos de representação e participação política que levaram a emergência do populismo tardio.

capitalismo replicou as crises do capitalismo e do processo de modernização que tiveram nosso quintal como laboratório, a tese pretende dar um passo adiante da constelação de críticas desenvolvidas do Norte global aqui avançadas. Pois, após percorrer os estágios reflexivos da crítica do populismo tardio elaborada naquele hemisfério, se intenta antes adensar os contornos locais que a liberdade social pode ser tomada como referência normativa. Assim, ao avaliar os limites e potenciais da crítica desenvolvida nas versões do referidas, tal modelo desenvolvido vislumbra partir do contexto da experiência brasileira da ultradireita contemporânea, para que se efetue, enfim, um procedimento dialético por excelência: a crítica se provincializa, ou melhor, periferiza, através da proposição e reconstrução dos potenciais imanentes de um sentido de emancipação socialista e contracolonial. É a partir dessa tradição heterodoxa de uma crítica imanente da periferia que o diagnóstico das patologias políticas de nossa esfera pública está dissociada da recuperação histórico-crítica de elementos do próprio processo de modernização regressiva, iniciada pela herança ainda atual escravocrata e colonial, cujo horizonte esperançoso de uma democracia radical, ainda pode abrir fissuras desejantes para a libertação do social.

PARTE I – GÊNESE DO POPULISMO TARDIO

Liberdade, mas para que classe e com que propósito?

V. I. Lenin

Todo o poder emana do povo. Mas para onde ele vai?

Bertolt Brecht

O populismo é o fenômeno político mais desafiador do breve século XXI. Desde que foi eleito a palavra do ano de 2017 pela Cambridge, toda uma disseminação de análises das novas experiências populistas na mídia e nos círculos acadêmicos vem criando uma verdadeira indústria dos estudos do populismo. Mais do que um termo, o populismo apresenta ser um campo versátil para se compreender os movimentos e plataformas que ganharam visibilidades nas últimas décadas e que articulam e dão expressão política para as contradições centrais de nosso tempo: crise econômica, colapso ecológico e precarização social. Por esta razão, torna-se crucial investigar as diferentes clivagens que atravessam o uso do termo e seu real e efetivo lastro na história e na realidade.

Embora o debate acerca da ideia de populismo que mobilizaremos nessa tese toma esta noção antes de mais nada como um recurso heurístico de avaliação dos fenômenos contemporâneos, sublinhando, em especial, a sua lógica de funcionamento e aplicação no que na dinâmica da esfera publica contemporânea, cabe ressaltar que nesta seção, em especial, o objetivo consiste em revisitar as diferentes interpretações e variações de ocorrências históricas deste fenômeno, de modo a não somente situar a leitora e o leitor, mas também apresentar a multiplicidade de seus significados, que variam segundo a conceituação do populismo enquanto uma ideologia frágil, uma lógica ou, mais importante, uma estratégia política adotada ao sabor das perspectivas metodológicas empregadas[56].

De modo geral, convém estabelecer que o populismo, mais do que um vocábulo que indica a salvação ou condenação da democracia, apresenta em seu núcleo os

[56] Um alerta metodológico vale ser mencionado: neste capítulo a leitora e o leitor notarão que, por razão do caráter introdutório e esquemático da proposta aqui, não irei me filiar a uma corrente analítica especifica da leitura do populismo na ciência politica contemporânea. Isto é, apesar de citar e mencionar as abordagens ideacionais de Cas Mudde; politico-estratégica de Kurt Weyland ou mesmo sociocultural de Pierre Ostiguy (apenas com exceção da perspectiva discursiva que será tratada no capitulo 4), não irei me vincular a uma corrente com a mais adequada a pensar o populismo.

desmembramentos de um modo de política que funciona em torno a categoria de povo. Mas essa definição preliminar não daria conta das variedades de populismo, isto e, da polissemia que tal conceito imprime no debate contemporâneo que perpassa de forma transversal diferentes disciplinas. Na filosofia, contudo, a reflexão acerca das categorias de povo, elite, massa, popular e soberania tem uma longa história que nos remete aos períodos clássicos e modernos. Tais conceitos dizem respeito à dinâmica de formação da vontade democrática coletiva. No entanto, recentes movimentos políticos vêm colocando essas noções em pauta dos diagnósticos do tempo e dos quadros de análise política e social de nosso tempo.

Diferente de outras ideologias clássicas como o socialismo, liberalismo e conservadorismo, o populismo apresenta uma abertura a práticas e conteúdos que podem ser preenchidos em diferentes vertentes e segmentos políticos. Alguns indicam ser uma característica frágil dessa ideologia. Tal inconsistência ou abertura, como será demonstrado, trata-se antes de tudo da expressão de um mecanismo intrínseco ao seu funcionamento, aquele da captura, uma característica parasitária do populismo em relação a outras vertentes políticas. Em linhas gerais, é possível dizer que o aspecto definidor de tal ideologia é seu caráter dualista: um povo puro (anti-pluralismo) e uma elite corrupta (anti-elitismo). Essa definição fluida não significa, no entanto, que represente uma ideologia normativamente neutra. A sua lógica de discursos e as modalidades de estratégias políticas podem ser utilizadas tanto no espectro da direita, quanto da esquerda. [57] Em especial, a presente tese se debruçara ao que doravante chamaremos de populismo tardio de direita.

Assim, o espectro do populismo autoritário ronda os recôncavos do Norte ao Sul global como um assombro às constituídas democracias liberais, um aprofundamento autocrático das governanças neoliberais e, mais desesperador ainda, como um soterramento das experiências social-democratas de centro ou esquerda do século XX. Com isso, o populismo, sobretudo o de direita, produziu sonos intranquilos ao atormentarem populações inteiras nas primeiras décadas do século XXI, substituindo a anterior "Era dos extremos" para uma novíssima "Era de extremistas", período marcado pelo crescimento de lideranças autocráticas no poder e sua consequente cruzada de perseguições a determinadas frações mais vulneráveis da sociedade. Essa nova arquitetura da destruição solapa os sonhos de libertação, que forneceram motivação para mais inclusão e integração social nas últimas décadas, dando

[57] Barros, Thomás Zicman de; Lago, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

vazão aos pesadelos de democracias ocidentais que passam pela exclusão e desintegração programada pelas forças populistas e antiliberais.

O resultado desse novo processo social tem sido o recrudescimento de polarizações, a fossilizações de posições radicais e um consequente separatismo que jogam gasolina e alimentam a força política da ultradireita contemporânea. Em especial, no hemisfério norte, a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido um marco ainda de difícil compreensão e assimilação, promovendo o projeto contrário da solidariedade social que os princípios erigidos desde a sua fundação pretendiam – algo que nos filmes de Ken Loach fica cada vez mais evidente.

Em vários aspectos, a literatura de ficção acompanha o assombro descrito acima: certo dia, narra Ian McEwan[58] em seu conto mais político, um inseto acorda numa forma humana, transformado numa criatura grotesca: o primeiro-ministro da Grã-Bretanha. Influenciada pela barata metamorfoseada de Kafka, a sátira de nosso tempo reflete a retirada dos britânicos graças a saga separatista do obtuso Boris Johnson e retrata o acontecimento que leva Jim Sams a promulgar uma exótica lei geral em seu país: o reversalismo. Ao inverter as leis político-econômicas, o "reversalismo" teria como função fazer as pessoas que trabalham, pagarem, e as que consomem, ganharem. Ou seja, a ideologia serviria para reverter o ciclo costumeiro da economia sem justificava plausível, senão a necessidade de mudança pela mudança. Surge daí um tipo de solucionismo coordenado maleficamente, mas que conquista corações e mentes numa sociedade em crise generalizada.

Nessa lógica absurda, que ganha no decorrer da trama contornos mais surreais com certa capilaridade eleitoral e densidade popular, Sams conta com a ajuda de um presidente dos Estados Unidos, Archie Tupper, como aliança política fundamental. O nome da liderança remete a Trump não por acaso. Juntos, os patetas autocráticos levam adiante o projeto de disseminar tal doutrina de forma generalizada para o mundo, que só consegue ser pulverizada graças a narrativas que bloqueiem formas de uma divisão democrática da ordem social do trabalho. Inspirado também em outro clássico de seu compatriota britânico, Jonathan Swift, "Uma modesta proposta"[59], uma obra no qual temos uma solução mais abjeta para saída de crise: a venda de crianças pobres aos ricos, McEwan consegue apreender a imagem de uma sociedade virado ao avesso, seja pela aderência popular que a liderança da ultradireita consegue capitanear para sua própria manutenção do poder, seja pelo surrealismo de ideais e

[58] McEwan, Ian. **A barata.** São Paulo: Companhia das letras, 2019.
[59] Swift, Jonathan. **Uma modesta proposta e outros textos satíricos.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

processos negacionistas que ganham incorporação massiva. Assim, o "reversalismo", em sua constituição absurda, serve de metáfora para um mundo no qual o populismo tardio dita as estapafúrdias e estúpidas explicações e soluções políticas de saídas das mais variadas crises que vemos no desenrolar da dinâmica social e institucional das civilizações modernas tardias.

Por mais que soe como uma peça fictícia, uma hipérbole de nosso momento, e de fato seja, a alegoria tem um fundo de verdade: tais propostas não estão muito longe do que líderes da ultradireita do primeiro quadrante do século, tais como Javier Milei, Viktor Órban, Giorgia Meloni, Jair Bolsonaro e Donald Trump, constantemente tem propalado a partir das influências radicalmente ultraliberais e retrógradas em relação aos desafios de nosso tempo. Os ideólogos que guiam suas concepções políticas e que os aconselham na tomada de decisões compartilham das ideias mais eugenistas, apocalípticas e exterministas diante da complexidades dos conflitos socias de nossa época. Sobretudo quando ideais tão caros a nossos avanços sociais, tais como liberdade e democracia, são invertidos de modo similar[60], assim como o fluxo econômico e da ordem política da proposta reversalista de Sams e Tupper consegue ressignificar a complexa estrutura da sociedade.

Pensando nessa provocação que motiva o conto de McEwan, a primeira parte desta tese tem como objetivo central reconstruir o modo pelo qual o populismo se tornou o mecanismo, a estratégia ou a lógica hegemônica que se instaurou como captura do conceito de liberdade, principalmente através de concepções que influenciaram movimentos autoritários e fascistas nos últimos 200 anos. Para isso, torna-se fundamental nesse manejamento analítico contrapor dois complexos de concepções de liberdade – uma progressista e uma reacionária/ neorreacionária - e suas formas de transformação social enquanto libertação – uma democrática e outra fascista/neofascista - a partir do contexto maior da modernidade tardia e da formação de subjetividades rebeldes que desafiam as imagens e as miragens da ideia de progresso político da modernidade.

Em ordem de fornecer uma breve genealogia do populismo tardio e seu mecanismo de captura pela gramática neoliberal e neoconservadora com viés fascista, os três primeiros capítulos visam periodizar e situar analiticamente as dimensões históricas que os populismos e suas concepções de liberdade, democracia e transformação social moldaram as práticas sociais e as dinâmicas políticas de sua época. Privilegia-se na análise, portanto, os usos e

[60] A metáfora de um mundo invertido que perpassa esse conto de McEwan sobre o populismo ultrapassou o mundo da ficção e pode ser tomado como sintoma das inversões e apropriações que a nova direita faz com conceitos como democracia e liberdade que será tratado nessa tese. Um comentário autobiográfico sobre esse estado de coisas encontra-se em Klein, Naomi. **Doppelgänger - Uma viagem através do Mundo-Espelho.** Renato Marques. Trad. Editora Carambaia, 2024.

abusos das concepções modernas de liberdade; o modo pelo qual os populismo capturaram e se reapropriaram de tal linguagem, para, enfim, projetarem um sentido de transformação social, ao menos do modo como autocompreendem planos eminentemente regressivos, como reação aos aspectos progressivos que os conflitos da liberdade moderna instaurou nos movimentos socialistas.

Para isso, no *primeiro capítulo*, situado na alvorada da ideia de liberdade na modernidade burguesa[61], que surge no século XVIII e assume um caráter progressista entre duas formulações: uma negativa, como ausência de impedimentos externos a vontade individual e outra positiva, como determinação moral de uma regra ou lei reflexiva para estabelecer sua conduta livre. Contudo, as lutas sociais que se insurgiram contra as contradições do crescente capitalismo industrial e economia agraria na Europa feudalista e aristocrática abriram um novo significado social de liberdade em torno da ideia de socialismo.

O sentido de transformação social que surgiram nos movimentos libertário da modernidade burguesa em torno de lideranças populares (e não necessariamente populistas) e que emerge dessa compressão cooperativa e solidária de liberdade consolida uma compreensão democrática de liberdade, através de lutas históricas por libertação dos batalhadores da liberdade[62] (pelos tipos sociais do *populacho* na modernidade burguesa, do *proletariado* na modernidade industrial e do *precariado* na modernidade tardia) que disputam e efetivam o significado desse significante social através de meios revolucionários, reformistas ou meramente na forma de rebelião. No que se segue, essas três imagens constitutivas da autocompreensão filosófica da modernidade se transfiguram, no contexto de crise da modernidade, em três miragens ou distorções da ideia de progresso, que tem sido mobilizadas pela ultradireita em torno de três reflexões filosóficas: libertarianismo, tradicionalismo e sua síntese fascista, tendo como subjetividade rebelde militante de um liberalismo autoritário da tradição neoliberal.

Assim, no *segundo capítulo*, que trata do período histórico da modernidade industrial e sua crise política do capitalismo liberal, que se inicia nas primeiras décadas do século XX,

---

[61] No decorrer do primeiro capítulo a periodização da modernidade, para fins temporais, mais do conceituais, refletem a tipologia estipulada pelo sociólogo Andreas Reckwitz. Cf. Reckwitz, Andreas. **The End of Illusions: Politics, Economics and Culture in Late Modernity**. Polity, Cambridge 2021. Contudo, isso não significa aderir a visão normativamente mínima relacionada ao conceito de Liberdade que ele toma por influência de Richard Rorty como sendo uma liberdade para abertura de contingências. Embora consideramos a ambiguidade do ideal de liberdade, ainda seguiremos uma linha no decorrer da tese de que tais ideais normativos erigidos na modernidades através de lutas sociais foram desenvolvidos e mantidos independente dos acasos históricos.

[62] A ideia de batalhadores da liberdade em sua acepção progressista remonta uma concepção de Horkheimer de personagens da modernidade burguesa e suas respectivas lutas emancipatórias: Cf. Horkheimer, Max. **Dawn and Decline. Notes 1926-1931 and 1950-1969**. Trad. Michael Shaw. Seabury Press, Nova Iorque, 1978.

vemos como se abre espaço para que forças populistas de direita ressignifiquem o sentido de liberdade a partir de uma compreensão liberal e conservadora que tem como forma política consolidada o autoritarismo que constituiria os fascismos daquela época. O que se depura dessa perspectiva de transformação social aqui assume as formas de contrarrevolução e revolta contra a modernidade e no estabelecimento de experiencias totalitárias como símbolo de rejeição das conquistas que a modernidade industrial garantiu mediante o estado social.

Por fim, o *terceiro capítulo* dessa parte preliminar da tese trata especificamente do surgimento do populismo tardio na crise da modernidade tardia e do capitalismo em sua fase neoliberal. A emergência de uma nova direita no interior das democracias ocidentais marca a fase de uma nova esfera pública que captura os sentidos progressistas de liberdade e os inverte em torno de concepções ultraliberais e neotradicionalistas – uma (con)fusão entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. O resultado dessa junção seria o paradoxal "autoritarismo libertário" do populismo tardio[63]. Com isso, novas revoltas são mobilizadas através desse significante libertário e autoritário e determinam, cada um ao seu modo, o projeto de um novo sentido de contrarrevolução, sendo a plataforma populista seu meio central de difusão.

[63] Ottomayer, Kevin. "Autoritarismus im Kapitalismus und Neoliberalismus". In: Henkelmann, K. et al . (org.), **Konformistische Rebellen. Zur Aktualität des Autoritären Charakters** . Berlin: Verbrecher Verlag, p. 349-67. 2020

1. Discurso progressista da modernidade

> Ninguém negaria que hoje a liberdade permanece incontestada como o valor supremo do mundo ocidental. Agora dificilmente existe um país cujos líderes, por mais duvidosos que sejam, não afirmem que estão perseguindo o ideal. A própria hipocrisia e absurdo de muitas dessas afirmações atestam o enorme poder desse ideal. As pessoas podem pecar contra a liberdade, mas ninguém ousa negar sua virtude.
>
> **Orlando Patterson**[64]

Ao final do primeiro ato de *Don Giovanni*, conhecida ópera de Mozart, uma cena desponta como ápice da narrativa: o personagem principal, um aventureiro libertino e sedutor da nobreza, brada a plenos pulmões um canto que, ao ser evocado em uníssono por todos ali presentes, interrompe o fluxo melódico da peça: *Viva a liberdade*! É neste preciso momento de exaltação que público nota um impasse que se arrasta no decorrer da trama: mesmo que o protagonista tenha uma compreensão própria do sentido de liberdade que o grito encarna (uma determinação particular voltada para seu prazer e satisfação sexual), quando o grupo inteiro adere entusiasticamente ao coro, o que eles projetam ali, observa Slavoj Zizek[65], sob o mesmo significante-mestre – a liberdade – seria antes uma multiplicidade de significados, um desejo pulverizado em diferentes interpretações.

Ao esbravejar em conjunto, aquele coro irrompe justamente o potencial semântico que reside na gramática da liberdade, um exemplo da pluralidade contida na universalidade deste conceito, cuja implicação compele que "participemos apaixonadamente na luta por Liberdade embora nossa ideia de liberdade não seja a mesma".

Em outro contexto, a repetição dos versos "Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós!"[66] – provindos originalmente de um samba-enredo que assumiu, graças a voz de Nara Leão e Paulo Autran, o sentido de um brado denunciador da ausência de liberdade (justamente na peça de teatro de teatro que desafiou a censura ditatorial brasileira), pode ser tomada como exemplo de uma longa história dos usos práticos e contestatórios de um

---

[64] Patterson, Orlando. **Freedom in the Making of Western Culture**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.
[65] Zizek, Slavoj. **Freedom: a disease without a cure.** Bloomsbury Books, 2023.
[66] Rangel, Flávio; Fernandes, Millôr. **Liberdade, liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

conceito político-filosófico. Essa multiplicidade vivaz tornou-se característica fundamental desse conceito no contexto moderno, sendo a centralidade do valor da liberdade creditada em sua acepção progressista como expressão de autonomia individual.

Isso significa que mais do que demandas por igualdade, felicidade, abundância ou outros sonhos que emergiram daquele momento de transição epocal que podem ser localizadas em diferentes períodos históricos – desde as populações indígenas das Américas e sua civilizações, as sofisticadas nações e cidades africanas, as manifestações de povos do mediterrâneo como judeus e cristãos, e, consequentemente, os gregos e os helenistas romanos, os impérios teutônicos pagãos da Europa antiga, a consolidação da força otomana e bizantina e islâmica, a renascença e a reforma e seus aliados protestantes, o nascimento de governos constitucionais da Europa ocidental, enfim, todas manifestações libertárias de pessoas que lutaram por autonomia e autodeterminação contam em torno dessa longa e tortuosa busca pela liberdade[67].

Contudo, no que se segue, a liberdade detida e explorada analiticamente nas próximas páginas tem como vinculo espacial e temporal um contorno antes de tudo moderno – justamente pelo que virá como expressão populista antimoderna ou na sua acepção regressiva. Pensando nesses "novos tempos", o que este capítulo procura atestar de modo preliminar, trata-se exatamente do que se convencionou chamar de um núcleo normativo do discurso filosófico da modernidade[68], mais do que um conjunto de abstrações e categorias desraigadas da historias é, antes de tudo, um situado e peleado discurso progressista sobre a liberdade – e a modernidade tem um sentido localizado em termos enunciativos e imagéticos.

Se na antiguidade, em particular no mundo grego e, também, em sociedades não modernas a liberdade esboça um sentido de pertencimento comum[69], vinculado sobretudo a capacidade de participar no governo de uma cidade ou uma comunidade em particular, no

[67] Neste sentido, não estou propondo nesta tese um movimento etnográfico como aquele do arqueólogo David Wengrow e do antropólogo David Graeber que esboçam uma compreensão anarquista da liberdade – recusando o aspecto normativo da liberdade social - em três aspectos encontrados em civilizações não-modernas: "Mas, para nós, o ponto-chave a ser lembrado é que não estamos falando aqui de "liberdade" como um ideal abstrato ou princípio formal (como em "Liberdade, Igualdade e Fraternidade!"). Ao longo desses capítulos, falamos sobre formas básicas de liberdade social que podem ser colocadas em prática: (1) a liberdade de se afastar ou se mudar do ambiente; (2) a liberdade de ignorar ou desobedecer comandos emitidos por outros; e (3) a liberdade de moldar realidades sociais inteiramente novas, ou alternar entre diferentes realidades". In: Graeber, David; Wengrow, David. **The Dawn of Everything,** 2021. p. 503.

[68] Habermas, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade : doze lições**; trad. Luiz Sergio Repa; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

[69] Avez, Peggy. **L'envers de la liberté,** Paris: Editions de la Sorbonne, 2010.

mundo moderno uma nova ideia[70], provavelmente formulada por Benjamin Constant, começa a entrar em voga: ser livre e participar da dinâmica societária moderna, significaria respeitar uma província da vida particular que não poderia ser interferida por autoridade alguma.

Essa necessidade de proteção de uma esfera privada surgiu sobretudo em decorrência das lutas por liberdade que ilustraram embates entre a defesa da igreja e a vida religiosa e grupos sociais e uma vida mais secular, ou mesmo no âmbito econômico com o surgimento da indústria e a ampliação do comercio contra o controle absolutista de um Estado ou monarca. Uma série de eventos e acontecimentos de ordem histórica-politica[71] se relaciona à passagem das sociedades não-modernas (em algumas teorias chamadas de forma problemática de tradicionais ou arcaicas) para as modernas: o iluminismo e o secularismo do esclarecimento, as revoluções políticas e tecnológicas, o consequente pluralismo politico, a diversidade social e a emergência de classes novas, os direitos de propriedade garantidos por um contrato, o Estado de direito, o processo de industrialização e individualização, a urbanização, a emergência de Estados nação e a consequente globalização.

Não obstante, uma nova questão orientaria a formulação de uma concepção de liberdade na passagem da antiguidade para a modernidade: se anteriormente o impasse giraria sobre "quem poderia me governar?" – algum monarca, o mais capacitado, rico, destemido, ou mesmo a maioria ou leis de uma corte – nessa nova fase moderna a pergunta se desloca para: o quanto de governo deveria ser permitido? Toda uma literatura do liberalismo clássico como Locke, Voltaire, Tom Paine, Mill surge precisamente para dar conta dessa questão e impor limites necessários ao modo de gestão e a preservação de um teto todo seu.

Por esta razão, costuma-se remontar, com toda controversa imbuída nessa datação, o surgimento do advento da modernidade em uma experiencia estética[72], mas vinculada a um território geográfico especifico, no hemisfério norte, mas também como um processo histórico inacabado, em andamento, passível de contradições e ambivalências, que se propaga em disputas através dos tempos nos últimos 500 anos. Tais avanços retratados nas narrativas celebradas, portanto, vem acompanhado de retrocessos que a liberdade para se disseminar como um ideal ocidental valorizado teve que construir a base de escravidão africana,

[70] Berlin, Isaiah. Liberty: in Ted Honderich (org.) **The Oxford Companion to Philosophy**. Oxford,: Oxford University Press, 1995
[71] Treadgold, Donald W. **Freedom: A History.** New York: Oxford University Press, 1990.
[72] Baudelaire, Charles. Sobre a modernidade. São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 25

genocídio indígena, opressão de mulheres[73] e discriminação racial sistemática – como no caso da liberdade americana[74]. Todos esses processos tornaram possível que a liberdade fosse instituída como um valor político[75] passível de ser institucionalizado[76]. Tais processos foram interpretados sob vários aspectos por diferentes teorias filosóficas no decorrer da modernidade até nos dias de hoje[77]. Tomando como referência o legado que tais concepções exerceram no contexto de consolidação no centro do capitalismo democrático de um regime de Estado de Bem- estar social, que efetivou a ideia progressista de liberdade, veremos as imagens diferentes que foram assumidas no decorrer do tempo.

No que se desenrolará a seguir, o objetivo do capítulo consiste em oferecer uma imagem panorâmica das diferentes formas de modernidade no processo do norte global e suas respectivas formas econômicas, políticos e sociais em torno de modelos de capitalismo e seus públicos contestadores: batalhadores de liberdade que emergem das crises de tais ordens sociais. Trata-se de uma forma esquemática, senão didática e não definitiva para apresentar o percurso de desenvolvimento de um discurso progressista da liberdade e as suas formas de disputa entre personagens históricos. De forma especifica, o debate gira em torno da evolução das concepções progressistas da liberdade em suas diferentes fases de modernização. Importante salientar que progresso aqui simboliza o vinculo entre razão e história compartilhado pelas e pelos batalhadores dos movimentos emancipatórios da modernidade burguesa[78]:

> A maioria dos partidários intelectuais do Iluminismo compartilhou a convicção de que tal progresso já havia acontecido na história no que diz respeito à libertação das forças da natureza; portanto, eles concluíram que, a partir de agora, com a superação da monarquia absolutista ou dos regimes despóticos, o uso da razão floresceria tão rapidamente, amplamente e de forma constante, que nas outras formas da vida social – seja organização política, bem-estar

[73] Evans, Sara M. **Born for Liberty: A History of Women in America.** New York: The Free Press, 1989.
[74] Franklin, John Hope. **From Slavery to Freedom: A History of Negro Americans**. New York: A. A. Knopf, 1947; Hampton, Henry; Fayer, Steve. **Voices of Freedom: An Oral History of the Civil Rights Movement from the 1950s through the 1980s**. Bantam: 1990.
[75] Williams, Bernard. From Freedom to Liberty: The Construction of a Political Value. In**: Philosophy & Public Affairs** 30 (1): 3-26, 2001.
[76] Schink, Philipp. Freiheit. Eine Einführung. In: **Freiheit. Zeitgenössische Texte zu einer philosophischen Kontroverse.** Berlin: Suhrkamp, p. 7-68, 2007.
[77] Rocha, Pedro. **Discurso filosófico da acumulação primitiva: estudo sobre as origens do pensamento moderno.** São Paulo, Editora Ubu, 2024.
[78] Honneth, Axel. **O Direito da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p.38.

> econômico ou felicidade individual – o progresso ininterrupto ocorreria em breve[79]

Para isso, primeiro, tomamos como partida os sentidos de liberdade na modernidade burguesa, em sua acepção positiva e negativa. Em segundo lugar, investigaremos qual a forma social que a liberdade aderiu na modernidade industrial, questionando os próprios valores e as contradições do capitalismo liberal, especialmente desde o ponto de vista da tradição socialista – sendo essa peculiar versão de um liberalismo socialista representada por uma ideia de liberdade que superaria o modo de produção e a forma de vida marcada do capitalismo.

Por fim, o capítulo investiga as lutas por libertação que emergiriam no contexto da modernidade tardia, realçando a especificidade que identificamos em relação aos movimentos que emergiram contra a burguesia em torno da ideia de revolução e reforma. É esse aspecto combativo que conduz a presente reconstrução e o sentido da liberdade, de modo que possamos compreender, em geral, os histórico dos verdadeiros batalhadores da liberdade, aquelas e aqueles que, como Angela Davis[80] recorda, transformam a liberdade em uma luta constante contra as arbitrariedades e opressões de nosso tempo em nome da democracia e solidariedade.

1.1.Usos da liberdade na modernidade burguesa

Nenhum ideal teve um impacto institucional tão grande quanto a ideia de liberdade como autonomia individual na ordem moderna. Todos os outros valores que daí surgiram, de algum modo, se tornaram subsumidos a esse grande símbolo libertário. Entre os anos que configuram a chamada "modernidade burguesa", a liberdade assume uma característica central e, doravante, incontornável: uma narrativa acumulativa, triunfalista e racional do progresso cujo horizonte de expectativas se abre temporalmente de forma acelerada.[81] Caracterizada no plano estrutural pela superação da forma da economia agrária e feudal que proporcionou a transição entre capitalismo mercantil para sua forma industrial, essa virada da compreensão progressista da história implicou a substituição da estrutura social monárquica e aristocrática pela burguesa, tendo o proletariado como sua principal contraforça social.

---

[79] Honneth, Axel. How to Envision Social Progress Today? **Social Imaginaries** 4(1),2018) p. 157;
[80] Davis, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.
[81] Koselleck, Reinhard. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro. Contraponto/PUC-RIO, 2006

Nesta fase do desenvolvimento da sociedade ocidental, o capitalismo liberal se consolidou como a forma social que vigorou no século XIX. Marcado pela sua característica econômica de *laissez-faire* – a ideia de livres mercados e a suposta autonomia dessa manifestação monopolista de capitalismo serve, como atenta Albena Azmanova, de fundamento para a liberdade econômica assegurada pela garantia contratual conferida pela lei.[82] A defesa desse modelo de capitalismo foi erigida, como lembra Eric Hobsbawn[83], sob triunfo de uma forma de sociedade baseada no crescimento desenfreado e na competição irrestrita. Assim, a perspectiva de libertação da iniciativa privada que impulsionava o progresso da indústria exigia a remoção das barreiras institucionais à livre circulação dos fatores de produção, incluindo o trabalho.

Consequentemente, a ordem social desenvolvida precisou se aliar a um aparato sofisticado da cultura burguesa, que, politicamente, garantia que o poder fosse distribuído e consolidado por estes mesmos grupos em democracias parlamentares. A infraestrutura da separação de poderes deu corpo na formação do Estado-nação e na sua expansão colonialista ultramar. Tal desenvolvimento das forças produtivas foi possível graças aos avanços tecnológicos que engajaram o progresso material da modernidade burguesa, sobretudo pelas descobertas e revoluções cientificas, como a pólvora e a imprensa, que forneceram as condições para formação de uma esfera pública literária e a consolidação do liberalismo como expressão política desta fase da modernidade e da organização econômica em um sistema de mercado.

O reflexo cultural de nova ordem social formou práticas e valores morais de independência, autorresponsabilidade e soberania de si que, em conjunto, constituíram o individualismo como força orientada para a racionalidade. Diante de plano de fundo racional, a religião perdeu sua força centrípeta e abriu espaço para perspectivas seculares e humanistas. Neste caso, a própria arte serviu como veículo de secularização da religião. E as formas de vida que seguiam estritamente a vida do sacrilégio poderiam ser consideradas então como tradicionais ou pré-modernas, fortemente vinculadas a formas comunitárias, fruto de um "velho mundo" a ser superado por este nova humanidade moderna[84]. Decorrentes desse ambiente e caldo cultural, os conflitos pela liberdade reinventaram novos sentidos de autonomia nos eventos posteriores da Revolução Francesa e suas consequências na Revolução

[82]Azmanova, Albena. **Capitalism on edge. How Fighting Precarity Can Achieve Radical Change Without Crisis or Utopia.** Columbia University Press, 2020.
[83] Hobsbawn, Eric**. A Era das Revoluções: 1789 – 1848.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.
[84] Blumenberg, Hans**. Legitimacy of the Modern Age**. Trad. Robert Wallace. Cambridge, MA, 1983.

Haitiana, desafiando assim as suas formas burguesas a efetivarem seus valores e suas promessas de emancipação.

Batalhadores da liberdade como populacho

Os movimentos sociais populares do início do período moderno tinham por objetivo mobilizar classes pauperizadas (massas de camponeses e trabalhadores) para disputar o poder contra os defensores das estruturas aristocratas e feudais. Em um estudo de Max Horkheimer acerca de tais movimentos libertários, fundamental para uma geração de filosóficos críticos que refletiram sobre um proto-populismo no interior da era moderna[85], destacam-se ao menos três lideranças que marcaram o período: Cola di Rienzo e Savanarola em Roma e Florença dos século XIV e XV; Lutero e Calvino nos movimentos de reformas protestante e Robespierre na Revolução Francesa.

O que tais movimentos realçam, nota Horkheimer, é um interesse compartilhado entre a burguesia e as classes mais baixas em derrotar o regime aristocrático e absolutista. Os chamados líderes populares (Volksführer) não mobilizavam suas lutas para afetar diretamente a base econômica, mas sim desenvolver e aperfeiçoar sua posição burguesa ao traçar mudanças nas esferas políticas, jurídicas, religiosas e militares. As lutas que surgem daí pretendem renovar o corpo de funcionários que dominam tais posto e funções de elites aristocráticas. Trata-se de uma renovação da superestrutura cultural, como define Horkheimer, que procurar substituir por uma nova classe qualitativamente mais apta a seguir com as mudanças progressistas do processo de modernização da época.

Aos olhos das camadas populares, o papel do líder burguês era visto como funcionário das camadas proprietárias. Tais personagens precisavam, portanto, realizar uma tarefa bastante complicada, a saber, reorganizar a sociedade de acordo com seus próprios interesses de classe, ao mesmo tempo em que apresentavam esses interesses como interesses universais com os quais as classes mais baixas podiam se identificar: articular e organizar o egoísmo enquanto propagavam a noção de que o egoísmo e o prazer eram imorais e antissociais. Um exemplo é a ressonância rousseauniana que o discurso proclamado de

[85] O estudo em questão se chama "egoísmo e movimentos libertários: sobre a antropologia de era burguesa", um exemplo de pesquisa histórica e elaboração teórica, que influenciou diretamente as análises de Adorno, Benjamin, Marcuse, Leo Lowenthal e Norbert Gutermann acerca das heranças de tais movimentos e substratos psíquicos na referência revolucionaria a antropologia do homem moderno e burguês. Cf. Abromeit, John. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a persistência do populismo autoritário nos Estados Unidos. **Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade,** *22*(1), 13-38, 2017.

Robespierre: “O homem nasceu para a felicidade e para a liberdade e em todos os lugares ele é escravo e infeliz”.

Todavia, a dimensão popularesca dessas figuras repercutia qualidades mágicas que tais personagens dirigiam para as massas através do "carisma". Não é à toa que na "época burguesa", o discurso público de Savonarola a Hitler tentou algo que não havia tentado na antiguidade, ou seja, "mudar o caráter do ouvinte". Desse modo, o ouvinte "não deve simplesmente ser convencido de algo, ele deve ‘entrar em si mesmo’, melhorar a si mesmo, tornar-se outra pessoa, tornar-se uma nova pessoa". Espera-se que o público se identifique com o orador, internalize os interesses que ele representa e renuncie aos seus. O orador convence as massas "de sua própria natureza profundamente pecaminosa e inutilidade, que só pode ser redimida por meio da adesão à doutrina do líder" Em troca dessa obediência, as massas são compensadas com o amor imaginário do líder.

Esse caráter apelativo fez Horkheimer ressaltar a importância dos símbolos e feriados, a preponderância da fala sobre a ação, o apelo à renovação interior, a substituição da velha burocracia, as lutas pessoais entre aspirantes a posições de elite, a relação principalmente determinada psiquicamente de líderes, sublíderes e seguidores, o emocionalismo religioso e nacional, a ancoragem da diferença entre pobres e ricos na essência eterna do mundo, todas essas são expressões da mesma dinâmica: as massas, postas em movimento sob as palavras de ordem de liberdade e justiça e com um desejo de melhorar sua situação e alcançar para si uma existência significativa, a paz e a felicidade, são incorporados em uma nova fase da sociedade de classes. Todas essas características moldavam uma espécie de protopopulismo cujo discurso libertário seria o veículo principal de engajamento.

Contudo, uma consequência antropológica surge como contraefeito de tais movimentos populares incitados por líderes burgueses: uma vez que, para a burguesia, o egoísmo das massas lideradas pelo líder burguês não deve ser satisfeito, suas demandas são reprimidas como purificação interior, obediência, submissão e auto sacrifício, enquanto o amor e o reconhecimento do indivíduo são desviados para o líder, que foi ampliado para dimensões sobre-humanas. Esse caráter populista revelava o método usado pelos líderes burgueses em moldar ativamente os indivíduos: "*à luz das novas tarefas econômicas, a burguesia teve que elevar seus membros a um nível completamente diferente de autodisciplina, responsabilidade e zelo pelo trabalho do que estava acostumado nos velhos*

tempos"[86]. Isso implicava uma moralidade e um "momento racional transcendente" que era, de acordo com Horkheimer, historicamente progressista, necessário para superar o feudalismo, apesar de ser repressivo.

Em geral, a ampliação do horizonte de expectativa da modernidade burguesa foi possibilitado por lutas e eventos agonísticos que marcaram uma série de revoltas populares – camponesas[87] ou urbanas - que tensionaram as promessas de tais ideais da classe comercial emergente e os limites do poder da monarquia e do colonialismo instituído[88]. Na América Latina, recordemos da insurreição levada a cabo por Tupac Amaru, liderança do povo Inca contra o império espanhol e sua batalha travada na selva amazônica contra milhares de homens do exercito colonizador. Lembremos também do exemplo de Toussaint Louverture, outra liderança que leva o povo haitiano a se emancipar junto com os jacobinos negros do domínio colonial francês. No contexto europeu, o próprio Engels nota em seus estudo sobre as revoltas camponesas da Alemanha que o povo alemão teria uma tradição revolucionária[89] decorrente sobretudo da influencia da reforma protestante. O mesmo ocorreu com os Levellers na Inglaterra e sua importância juntamente aos Diggers para com os movimentos camponeses revolucionários.

Neste período, uma rede de revoltas transatlânticas surgiu de modo colaborativo consolidando uma plataforma de insurgências sociais fundamentais para a luta pela liberdade na modernidade[90]. Mas, ainda, a vitória de tais revoluções haitianas e francesas dão abertura para contestação entre as classes elitistas e populares que figuram na disputa, abrindo novas querelas, como aquela entre jacobinos e girondinos. Destacam-se os combates referentes aos movimentos nacional-revolucionários e as defensoras da emancipação feminina, os membros dos movimentos trabalhistas e os combatentes dos movimentos por direitos civis que lutaram contra formações jurídicas e sociais de desrespeito da parte dessas classes proprietárias.

---

[86] Horkheimer, Max. Egoismus und Freiheitsbewegung. Zur Anthropologie des bürgerlichen Zeitalters. **Zeitschrift für Sozialforschung**, 5, caderno 2. Reimpressão pela Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980.

[87] Para ver o componente messiânicos e teológico das revoltas camponesas, ver o clássico estudo: Bloch, Ernst; **Thomas Münzer: teólogo da revolução,** Rio de Janeiro, tempo Brasileiro, 1973

[88] A este respeito, vale consultar importantes historiadores sobre esse período de rebeliões e revoltas do que estou chamando aqui de populacho ou poupulaça, ressoando uma ideal hegeliana de pöbel, e que influenciaram sobremaneira as lutas por liberdade no período moderno: Hill, Christopher. **The World Turned Upside Down: Radical Ideas During the English Revolution**. Penguin Books, 1991; Forster. R; Greene, Jack P. Greene. **Revoluciones y rebeliones de la Europa Moderna**. Madrid, Alianza, 1972; Villari R. **Rebeldes y reformadores del siglo XVI al XVIII.** Barcelona, Serbal, 1981; Zagorin, Perez. **Revueltas y revoluciones en la Edad Moderna**.Madrid. Cátedra, 1985.

[89] Engels, Friedrich, **A guerra camponesa na Alemanha.** Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/guerras/index.htm. Acesso em 4 de julho de 2024.

[90] Alpaugh, Micah. **Friends of freedom : the rise of social movements in the age of Atlantic revolutions**. New York : Cambridge University Press, 2022.

Nessa esteira, recordemos a importância que lideranças femininas, Olympe de Gouges e Marie-Jeanne Roland, que serviram como mártires em nome da liberdade que promoveram uma radical crítica da extensão da revolução francesa a todas pessoas ali envolvidas, tal como Mary Wollstonecraft e o tensionamento dos direitos humanos e sua promulgação excludente da época jacobina. A este respeito, personagens como Graco Babeuf, pensam de modo similar a liberdade em um sentido mais radical, questionando o direito da propriedade como fundante de uma comunidade igualitária.

Dessas lutas históricas, que procuravam constantemente colocar em xeque as falhas das promessas burguesas de autonomia e reivindicar noções ampliadas de progresso[91], tornou-se lugar comum identificar duas formas tensas de defender a liberdade: liberdade *de* e liberdade *para*, uma negativa, relativa ao ambiente privado e uma positiva, que vale do espaço público. Essa distinção crucial para modernidade abriu flancos para uma pletora de concepções de liberdade.

Liberdade: negativa, reflexiva e social

O correspondente filosófico de tais eventos libertários teve como ressonância o surgimento de uma disputada literatura sobre o significado real de tais demandas por liberdade. Neste caso, a primeira concepção progressista de liberdade que surge nesse contexto é herdeira de uma linha de interpretação que, historicamente, reflete os conflitos do período das guerras civis religiosas dos séculos XVI e XVII. Trata-se da ideia de liberdade negativa. É lugar comum atribuir ao filosofo inglês Thomas Hobbes a formulação mais definitiva desse modelo de liberdade, onde o filósofo condensa as intuições do individualismo moderno na ideia mais geral de liberdade como uma ausência de impedimentos a sua autodeterminação personalista e exclusiva: "*Hobbes prova claramente que não se fala na liberdade do querer, mas na de agir. Livre arbítrio no sentido idealista não existe para ele, somente libertação de obstáculos que limitam as nossas possibilidades de ação. E esta varia consoante o indivíduo, a situação e a classe"*[92]. Ou como outra comentadora ressalva, para

[91] Wagner, Peter. **Progress: a reconstruction.** Cambridge: Polity press, 2018; McCarthy, Thomas. **Race, Empire, and the Idea of Human Development.** New York: Cambridge University Press, 2009.
[92] Horkheimer, Max. **Origens da filosofia burguesa da história.** Queluz de Baixo: Editorial Presença, 1990, p. 49

Hobbes, "*um homem é livre quando não encontra obstáculos para mover-se na direção do objeto de seu desejo ou para fugir do que lhe dá medo*"[93].

As lutas que decorrem dessa concepção se convertem em uma busca jurídica de sujeitos por demarcar um espaço livre de obrigações voluntárias, permitindo que possamos nos retirar para uma esfera de privacidade individual, desde que isso esteja previsto na forma contratual: "*Para Hobbes, absolutista incondicional, toda a limitação ao poder supremo é contra o sentido do contrato original. Claro que no contrato se estabelecem também as obrigações· daqueles que detêm o poder estatal, só que não são os cidadãos que podem reclamar face aos chefes; estes apenas são responsáveis perante Deus e a razão".*[94] É tal concepção jurídica da liberdade, disposta em uma ordem democrática, que assume a ampliação da liberdade em termos progressistas como a garantia institucional que direitos subjetivos fossem convertidos em uma inviolável autonomia privada.

Consequentemente, o legado libertário hobbesiano se refletiria na tradição contratualista que, pelo seu aspecto fundante da importância da propriedade, vai de John Locke, John Stuart Mill até Robert Nozick, defendendo uma concepção individualista possessiva[95]. Nessa vertente, a ideia de progresso deveria garantir que indivíduos, hipoteticamente ou situados numa realidade social, pudessem ser compreendidos como agentes independentes, autossuficientes, racionais e autointeressados e, além disso, respeitados a partir de instituições jurídicas que garantiriam esse modo de vida individualista, somado a tal relação particularista com o mundo, por meio de direitos a não-interferência. A herança moderna dessa leitura da liberdade seria a efetivação de direitos subjetivos.

Ainda, a dimensão negativa[96] da liberdade pode assumir outra característica no contexto moderno, enquanto negatividade e proteção do seu espaço individual, não apenas amparo por uma relação jurídica contratual, mas como marca constitutiva de nosso desejo e de nossa subjetividade. Para esse modelo, a que chamamos doravante de "existencialista" ou "estético", temos uma perspectiva quase artística[97] remontando as filosofias da história e a concepção de soberania de cunho artístico e existencial desenvolvida por Nietzsche e Freud

---

[93] Frateschi, Yara. Liberdade e livre-arbítrio em Hobbes. **Cad. Hist. Fil. Ci.,** Campinas, Série 3, v. 17, n. 1, p. 109-124, jan.-jun. 2007.
[94] Ibidem.
[95] Macpherson, C.B. **The Political Theory of Possessive Individualism**: Hobbes to Locke. Oxford: Oxford University Press, 1987.
[96] Honneth, Axel. Review of "Isaiah Berlin, The Crooked Timber of Humanity". European Journal of Philosophy 1 (1):98-101, 1993.
[97] Para uma reconstrução dessa dimensão estética da liberdade, ver: Rebentisch, Juliane**. Die Kunst der Freiheit. Zur Dialektik demokratischer Existenz**. Berlin: Suhrkamp, 2012.

no século XIX e Sartre[98] no século XX. No caso de Freud, ao resolver os conflitos neuróticos, a paciente poderia postular uma relação interna com o inconsciente em termos de fortalecer as defesas do ego. Trata-se do que Honneth uma vez chamou de "parentesco subterrâneo" entre ambas as perspectivas negativas – contratuais e existencialistas - que reivindica uma espécie de soberania de si anterior a sua relação social.

Contudo, um problema que torna tal modelo inadequado para situações que se desenrolaram na modernidade e que precisou ser reformulado é o seu caráter independente de considerações aos objetivos e desejos de outrem enquanto também livres. Existe um limite na heteronomia, como no caso de uma pessoa alcoólatra, que pode estar livre e sem impedimentos para beber até cair, mas, que, do ponto de vista racional, pode ser considerado escravizado pelos seus impulsos e volições. Um componente de autodeterminação precisa ser adicionado a essa negatividade para que tal possibilidade jurídica seja de fato efetividade em um procedimento racional. Por esta razão, surge um segundo caso de complexo interpretativo de formas progressistas de liberdade, que pelas limitações do exemplo negativo, pode ser concebido como um modelo reflexivo. Trata-se então de uma liberdade moral, no qual indivíduos só podem se conceber livres na medida em que agem de acordo com uma vontade autônoma ou autêntica.

Embora tal noção esteja presente em diversas concepções da antiguidade, sobretudo nas aristotélicas, essa vertente remonta aspectos gerais da filosofia de Jean Jacques Rousseau, que concebe os indivíduos que agem de acordo com suas intenções mais verdadeiras ou que refletem sobre seu eu mais íntimo, segundo uma articulação interna. Embora Rousseau não tenha especificado qual desejo que conduz tal decisão, duas correntes irão aprofundar tal ideia em direções diferentes. A perspectiva da liberdade como autonomia pode ser rastreada, primeiro, na posição kantiana, segundo ao qual as agentes são livres se agem de acordo com leis racionais autoimpostas, assim contribuindo com o progresso como uma demanda generalizada por autodeterminação. Para Kant, seres humanos são livres precisamente porque eles podem obedecer a leis morais que foram autoimpostas, tal como anuncia o imperativo categórico, que deve ser racional e generalizável para todos os seres morais e assim universalmente válido. É, portanto, livre aquele ou aquela que resiste aos impulsos e

[98] Aqui nos referimos a Sartre em "O ser e o nada", dissociado de sua concepção madura que expande o social em termos dialéticos. Já o sentido de liberdade em Freud oscila entre uma dimensão negativa e uma reflexiva como autodescoberta. Para contrastar tais ideias com uma mais afirmativa, ver: Honneth, Axel. Appropriating freedom. Freud's Conception of the Individual. In: Honneth, Axel. **Pathologies of reason**. London: Polity, 2003.

influências externas, formulando intenções e justificações e não tratando outrem como um fim.

Já a segunda acepção, de liberdade reflexiva, cuja ideia seria vista como autorrealização, ou, especificamente, como autenticidade, seria herdeira da tradição romântica. Essa crítica desdobra-se em uma noção de liberdade como autodeterminação – a capacidade de um individuo poder legislar sobre si mesmo, isto é, estipular e seguir leis morais que autonomamente foram impostas e obedecidas. Elaborada em um primeiro momento por Rousseau e depois em sua afirmação mais imponente por Kant, foi formulada para sua forma mais abrangente e ambiciosa por Fichte, para quem a autodeterminação do sujeito era ontologicamente definitiva. [99] No entanto, foi Johann Herder quem procurou na personalidade humana, em especial no "self" original e verdadeiro, algo naturalmente dado e realizado na sua vida através do *médium* da linguagem e de um processo de autodescoberta e autoapropriação. Tal processo se apoia na concepção unitária da natureza como forma de desvelar um proposito em símbolos a serem recriados (poeticamente, por exemplo).

Encarnando essa perspectiva de uma subjetividade livre e genuína, o romantismo[100] foi um movimento que surgiu no século XVIII como reação a uma visão mecanista e artificial da natureza – como vimos anteriormente em Hobbes. Contra a compreensão instrumental da natureza, os românticos tinham em mente uma relação de comunicação natural. A dimensão expressivista dessa concepção de liberdade estabelecia ressonância com as formas artísticas - uma espécie de médium que servia como ponte ou reconciliação com essa linguagem originaria e natural perdida. O significado de liberdade, neste sentido, responde a um núcleo eminentemente dialógico: liberdade não é derivar tudo de si mesmo, do Ego em termos fichteanos; é uma resposta colaborativa, dizendo o que se faz em uma conversa. É por isso que a escatologia romântica aponta para uma comunhão universal.

Neste processo, o desencantamento é a abertura necessária para que a humanidade exerça sua liberdade através da criação. Em ambos os casos, os indivíduos devem se distanciar dos desejos, refletindo se os assumem ou descartam, em ordem promover autonomia ou autenticidade da liberdade em relações com outros, a quem somos dependentes. No entanto, um problema identificado pelas tradições subsequentes[101] nessas duas

[99] Taylor, Charles. Resonance and the romantic era. A comment on Rosa's conception of the good life. In: Rosa, Hartmut (org)..**The Good Life Beyond Growth.** London: Routledge, 2017.
[100] Wulf, Andrea. **Magnificent Rebels: The First Romantics and the Invention of the Self**. London: Polity, 2020.
[101] Em relação à filosofia moral kantiana, Marcuse aponta que "sua filosofia transcendental despertou a crença de que a realização da razão por meio da por meio da transformação dos fatos era desnecessária, pois os indivíduos

formulações da liberdade consiste justamente na desconsideração do contexto, isto é, a primazia do sujeito e de princípios sobre valores que são institucional e socialmente fornecidos historicamente. O que conduz, neste sentido, a concepção de liberdade da dimensão moral da autonomia é um formalismo vazio e um dever pelo dever, enquanto a ideia de autenticidade peca pelo comportamento autocentrado e o egoísmo em relação ao que vem do âmbito social[102]. Entre essas duas dimensões da liberdade: uma negativa contratualista e uma positiva reflexiva, isto é, uma concepção individualista e outra comunal de liberdade, podemos identificar um terceiro modelo de liberdade progressista, uma terceira alameda que remete às intuições de Hegel[103] de que a liberdade individual poderia somente existir no contexto de uma intersubjetividade bem sucedida. Pois sem o reconhecimento afirmativo de outro, um indivíduo não seria capaz de realizar as suas intenções e impulsos sem amarras[104].

Trata-se de uma perspectiva da liberdade que incorpora os momentos anteriores (não como formas errôneas, mas como representações parciais, que corriam o risco de serem absolutizadas) em uma realização que leva a dimensão intersubjetiva e cooperativa como intrínseca à liberdade. Tal realização se daria através de instituições sociais de reconhecimento mútuo, que levam em si a consciência de que dependemos da existência do outro como condição para desenvolver progressivamente a liberdade[105]. Nesse aspecto, reconhecimento diz respeito a formas de relações práticas nas esferas do amor, direito e estima social que conferem autorrealização a indivíduos e grupos que lutam quando têm sua autoconfiança, autorrespeito e autoestima violados. Diferente da liberdade negativa, aqui não vemos o outro como obstáculo ou forma reificadora de desenvolver nossa liberdade, mas sim como uma precondição de uma estrutura social marcada por uma complementaridade

---

poderiam se tornar racionais e livres dentro da ordem estabelecida... A razão e a liberdade tornam-se tarefas que o indivíduo deve cumprir dentro de si mesmo, e ele pode fazer isso independentemente das condições externas" Cf. Marcuse, Herbert. **Negations: Essays in critical theory**. Tradl. J. Shapiro. London: Allen Lane The Penguin Press, 1968, p.134..

[102] Importante frisar que na *Dialética do Esclarecimento*, um dos livros mais importantes do século XX, Adorno e Horkheimer, influenciados por Nietzsche e Freud, criticam a visão kantiana de liberdade como autocontrole racional. Eles argumentam que essa ideia de liberdade é na verdade um reflexo da dominação social, uma vez que a "consciência individual" é uma internalização da autoridade externa. Como alternativa, esses pensadores, incluindo Herbert Marcuse, propuseram formas de liberdade estética mais abertas, menos centradas no indivíduo e menos dominadas pela razão. Essas formas de liberdade envolveriam uma reconexão imaginativa com a natureza em sua riqueza sensorial.

[103] Honneth, Axel XIV—Hegel and Fichte: Two Early Critiques of Capitalism. **Proceedings of the Aristotelian Society** 123 (3):347-376, 2023.

[104] Honneth, Axel. **The Poverty of our freedom. Essays 2012-2019**. Londres: Polity, 2023. p. 5; Honneth, Axel. Three, Not Two, Concepts of Liberty: A Proposal to Enlarge Our Moral Self Understanding. In: **Hegel on Philosophy of history.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

[105] Essa perspectiva conteria uma espécie de proto-crítica do capitalismo: Honneth, Axel. Hegel and Fichte: Two Early Critiques of Capitalism. **Proceedings of the Aristotelian Society** 123 (3):347-376, 2023.

recíproca. Diferente da liberdade moral, esse momento intersubjetivo reflexivo é institucionalizado funcionalmente em práticas, rotinas e valores historicamente arraigados na modernidade.

O objetivo desse modelo de liberdade eminentemente social seria precisamente combate à unilateralidade ou absolutização das liberdade anteriores[106]. Ou seja, o aspecto subjetivo da liberdade da autonomia privada deve ser complementado com uma dimensão objetiva da autonomia pública para que se garanta a autorrealização para todos os indivíduos em um processo de cooperação social recíproca que, por sua vez, deve ser orientado para a eliminação da heteronomia no desenvolvimento histórico em diferentes esferas da vida social: seja nas relações privadas de intimidade, na sociedade civil e no mercado econômico e na esfera pública democrática. No caso das relações de intimidade**,** como amizade, amor ou relações familiares, a liberdade se manifesta como uma forma de encontrar seus próprios fins nos outros, o que nos faz encontrar a "si mesmo nos outros", estabelecendo uma dependência que não seria apenas limitação, mas também complementaridade não instrumental.

Entre outras coisas, trata-se da questão de uma imagem realista do homem para além do *homo oeconomicus* da liberdade negativa, positiva e republicana e a questão de como uma política pode parecer, que também é orientada para uma vida autodeterminada para todas as pessoas além da pressão para crescer. Por último, mas não menos importante, como os mercados podem ser colocados de volta ao serviço de uma sociedade justa com uma imagem contemporânea de liberdade e humanidade. Ainda nesse esteira, a ideia de liberdade social constitui um capítulo na história econômica que Elizabeth Anderson chama de "ética progressista do trabalho"[107], que remonta a um substrato moral da sociedade civil, cuja orientação estaria voltada para relações de solidariedade, confiança e beneficência institucionalizada em formas de afirmação mútua e interdependência. A liberdade social formaria certo pressuposto normativo do mercado[108] que poderia se transformar inclusive em um mercado social com bases sociais[109]. Essa normatividade da liberdade social é muito mais

---

[106] Herzog, Lisa. **Freiheit gehört nicht nur den Reichen**. München, C.H. Beck, 2014.
[107] Anderson, Elizabeth. **Hijacked: How Neoliberalism Turned the Work Ethic Against Workers and How Workers Can Take It Back**. Cambridge: MIT Press, 2023.
[108] Hartmann, Martin. "Invisible Hand and the Impartial Spectator: The Adam Smith Problem Reconsidered?". In: Hans-Christoph Schmidt am Busch (org.). **Die Philosophie des Markts/The Philosophy of the Market**. Hamburg: Felix Meiner, 2016, p. 49-69; Herzog, Lisa. "Freedom, Freedoms, and the Market". In: Herzog, Lisa. **Inventing the market. Smith, Hegel, and Political Theory**. Oxford: Oxford University press, 2013, p. 119-146.
[109] Anderson, Elizabeth. "When the Market was "Left"". In: Anderson, Elizabeth. **Private Government. How Employers Rule Our Lives (and Why We Don't Talk about It)**. Princeton/Oxford: Princeton University press, 2017, p. 1-36

exigente do que o cenário de interdependência descrito por Adam Smith[110], que pensava que a integração social ocorre quando os indivíduos perseguem seu interesse próprio ou o que ele chama de amor-próprio. Essa terceira noção de liberdade, diferente da negativa e positiva, esboça uma dimensão relacional da autonomia individual que, inicialmente, tem no pensamento anarquista sua primeira intuição:

> Só sou livre quando todos os seres humanos que me cercam - homens e mulheres - são igualmente livres. A liberdade dos outros, longe de limitar ou negar minha liberdade, é, ao contrário, sua condição e confirmação necessárias. Eu me torno livre no verdadeiro sentido apenas em virtude da liberdade dos outros, tanto que quanto maior o número de pessoas livres que me cercam e quanto maior e mais profunda e mais extensa sua liberdade, mais profunda e maior se torna minha liberdade.[111]

Embora os socialistas franceses advogassem uma ideia social de liberdade como progresso político[112], somente em Marx temos o desenvolvimento mais completo dessa concepção, na medida que a autorrealização de cada indivíduo depende de uma prática cooperativa de produção. Liberdade, nessa acepção, tem como base material uma perspectiva de que as satisfações humanas não podem ser realizadas sem as contribuições de outros para a sobrevivência mútua[113]. Ao menos quatro concepções de produção não alienadas podem ser encontradas no jovem Marx[114]: expressão de sua própria personalidade na atividade e produto acabado; sensação de realização das necessidades; pertencimento como membro de um gênero mais amplo da espécie humana e um sentimento de cooperação comunitária.

Tais premissas circulavam entre os primeiros socialistas, cuja concepção de liberdade pode ser tida como "filha espiritual da industrialização capitalista".[115] Se Marx havia

---

[110] Ao contrário da crença popular, Smith não era um defensor de atividades de mercado totalmente desregulamentadas, de modo que ele teorizou a necessidade de alguma simpatia mútua para uma coexistência harmoniosa. No entanto, é inegável que Smith acreditava que a ordem social era basicamente possível quando todos agiam de maneira utilitária: sua icônica frase "açougueiro, cervejeiro, padeiro" afirma que se todos buscassem o que achavam que era melhor para si mesmos, cada um teria sucesso e sobreviveria e que é inútil esperar a benevolência dos outros.

[111] Bakunin, Mikhail. **Political Philosophy of Mikhail Bakunin: Scientific Anarchism**. G. P. Maximoff (org.). London: Free Press of Glencoe, 1953, p. 267.

[112] Por exemplo, em Pierre-Joseph Proudhon, **Philosophie du progrès**. Programme. Bruxelles: Alphonse Lèbegue, 1853.

[113] Fausto, Ruy. **Marx: Lógica e Política.** TomoIII. São Paulo: Editora 34, 2002

[114] Giannotti, José A. **Trabalho e reflexão: Ensaios para uma dialética da sociabilidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

[115] Honneth, Axel. **A ideia de Socialismo.** Lisboa: Edições 70, p. 19

elaborado um modelo que interliga liberdade e solidariedade, teóricos que buscavam introduzir a herança da revolução francesa nas lutas e visões de sociedade alternativa ao mundo capitalista encontraram nas ideias de associação livre, cooperação e comunidade uma via possível. Em 1839 Louis Blanc, o revolucionário francês, emprestou de Marx a famosa máxima:

> De cada um de acordo com suas habilidades, a cada um de acordo com suas necessidades", e escreveu: “Sim, liberdade! Isso é o que deve ser conquistado; mas a verdadeira liberdade, a liberdade para todos. É porque a liberdade foi definida pela palavra "direito" que passamos a chamar pessoas livres, escravas da fome, escravas do frio, escravas da ignorância. A liberdade consiste não apenas no direito concedido, mas no poder dado a um homem de exercer e desenvolver suas faculdades[116].

Seguindo essa premissa, um modelo de mercado e de sociedade que se opusesse ao egoísmo privado poderia assumir a forma de grandes cooperativas de trabalhadores (Robert Owen); federações e sindicatos (Louis Blanc e Proudhon) associação universal de apoio mutuo (Sain Simon, Kropotikin) ou mesmo falanstérios e comunidades de propriedade coletiva (Charles Fourier). Alguns comentadores[117] indicam que essa ideia de liberdade social congrega e avança elementos de uma objeção republicana contrária à dominação de um poder desmedido – seja de empregadores despóticos, classe dominante capitalista ou tirania do mercado.

No século XX essa articulação hegeliano-marxiana de uma liberdade social como impulso ético pode ser localizada no pensamento de Hannah Arendt. Enquanto para Marx o trabalho era o potencial para efetivação da liberdade, para Arendt somente na esfera política, compreendida como um campo de contestação publica acerca do bem comum, podemos ser de fato livres em uma atividade colaborativa. Na mesma esteira, John Dewey argumenta que nosso grau de liberdade aumenta ao passo que participamos socialmente em interações e desejos que são compartilhados em associação comum.

---

[116] Blanc, Louis. Freedom. Apud. “YES, FREEDOM! Philippe Van Parijs. In: Aziz Rana (org.) **Reclaiming Freedom.** Boston Review of Books, Boston, 2023.

[117] Robin, Corey. “Reclaiming the Politics of Freedom,” The Nation, 6 April 2011, https:// www.thenation.com/article/archive/reclaiming-politics-freedom/; Robin, Corey. “The New Socialists,” New York Times, 24 August 2018, https:// nytimes .co / 2018/ 08 / 24 / opinion / sunday / what - socialism - looks - like - in - 2018 .html; Alex Gourevitch, Wage- Slavery and Republican Liberty,” Jacobin, 28 February 2013, https://jacobinmag.com /2013/02/wage-slavery-and-republican-liberty/; Tom O’Shea, “Freedom Yet to Come,” New Socialist, 7 June 2018, https:// newsocialist . org .uk / labor-republicans-freedom /.

1.2.Conjectura popular na modernidade industrial

No contexto de crise da sociedade burguesa e da ascensão de uma nova ordem social marcadamente dominada pela forma industrial, uma nova etapa do processo de modernização chegou em seu ápice de abundância[118] e racionalização. Se por um lado tivemos ampla e generalizada racionalização em todas as esferas da vida, por outro lado também se aperfeiçoaram a guerra e o extermínio, como formas irracionais de crueldade mais desenvolvidas. Numa cultura pós-burguesa, o aspecto econômico refletiu a consolidação de um capitalismo (no ocidente) e um socialismo (no oriente) profundamente industrializados, tendo sua fase mais dominante durante os anos 1920.

O abandono da sociedade burguesa foi fundamental para a eclosão da revolução Russa e para a crescente revolução cultural americana, que implementou o "*American Way of Life*" como ethos social para além de seu território. Existia de forma diferente, mas ainda assim recorrente, a promessa de uma sociedade mais igualitária, pela autoridade ou pelo consumo. Entre as potências americanas e soviéticas, as duas formas sociais hegemônicas da época, emergiu um modelo econômico centrado em corporações burocráticas e exploração da mão de obra em termos fordistas.

Nessa fase da modernidade, a industrialização marcou o momento histórico de desenvolvimento tecnológico, que transformou as classes sociais e sua relação com a forma de vida moderna. Não mais o antagonismo entre proletariado e burguesia seria central, mas novos elementos provindos de uma crescente e influente classe média. Tal classe consumia uma indústria midiática, especialmente de rádio e tv, que dava abertura para uma cultura de massa surgir e dominar as arenas de formação da vontade política. O reflexo político dessa mudança cultural levou à proliferação de uma democracia de partidos de massa. Quando no poder, tais partidos assumiram o controle de um complexo sistema burocrático e de um Estado do bem-estar social que se institucionalizou como forma de aparato de poder redistributivo mais progressista já visto.

A Era social democrata: os trinta anos gloriosos

[118] Charbonier, Pierre. **Abundância e liberdade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

Durante a Segunda Guerra Mundial até os anos 1970, o capitalismo tardio teve sua forma mais desenvolvida no modelo de Estado de Bem-Estar social[119] e conseguiu fornecer uma infraestrutura de seguridade social e contratos estatais de emprego e fundos de desemprego necessários para que o capitalismo conservasse sua legitimação. Essa nova fase do capitalismo "organizado", mesmo que disposto de formas diferentes na Europa e no New Deal americano, permitiu o que Azmanova chama de "democratização da prosperidade" em uma espiral de crescimento e regulação estatal e nacionalização da economia. Esse substrato social apenas foi possível, como nos lembra Karl Polanyi, graças à emergência de contramovimentos coletivistas no século XIX que se voltaram para uma estratégia de socialização contra ao credo libertário de autorregulação do mercado.

Coube à sociedade civil e a movimentos políticos organizados incluir classes sociais que estavam excluídos do modelo capitalista liberal. Desse agrupamento de lutas, emergiu concepções de direitos sociais e uma base institucional para garantir a efetividade justa e igualitária de tais direitos. Contudo, esse processo foi acompanhado de algumas falhas: mulheres e outras minorias constantemente tinham acesso negado ao mercado de trabalho, cresceu um sentimento alargado de consumismo que formou uma cultura de massa e uma indústria cultural apática e ainda houve um grande custo ambiental no desenvolvimento do complexo industrial necessário para avançar as economias do Norte Global.

Tais esforços políticos atualizaram as concepções de liberdade e liberalismo em três perspectivas diferentes: o primeiro modelo de liberdade negativa permaneceu preso ao quadro teórico de um liberalismo econômico, o segundo modelo reflexivo voltou-se para um liberalismo político presente em concepções redistributivas de bem-estar e a terceira concepção social de liberdade se desenvolveu em torno de uma compreensão socialista democrática. Em especial, essa última concepção que formou os movimentos insurgentes que atualizaram de forma científica as concepções de progresso dos primeiros socialistas.

Batalhadores da liberdade como proletariado

[119] Cf. Esping-Andersen. Gosta. "Welfare-State regimes in the post-industrial structures". **The three worlds of welfare capitalism.** Cambridge/Oxford: Polity press, 1990, p. 221-229. Kerstenetzky, Celia Lessa e Kerstenetzky, Jacques. "O Estado (de Bem-Estar social) como ator do desenvolvimento: Uma história das ideias**". Dados – Revista de ciências sociais**, vol. 58, n. 3, 2015, p. 581-615. Young, Iris Marion. "Insurgency and the Welfare capitalist society". **Injustice and the politics of difference.** Princeton: Princeton University press, 1990, p. 66-95.

Os batalhadores da liberdade na Era industrial mais tardia apresentavam características similares de caráter revolucionário da burguesia, mas eram movidos por interesses e reivindicações distintas, para não dizer, assimétricas. Trata-se de uma luta contra a injustiça por excelência, contra a alienação e o sofrimento socialmente gerado por uma sociedade capitalista desigual, conforme podemos encontrar em seus escritos mais jovens, indicando "que o resultado do fenômeno contemporâneo - a Marx - da alienação/estranhamento, de fato, se deixava antever antes como uma forma de sofrimento social das classes trabalhadoras".[120]

Originalmente utilizado na astronomia para descrever o movimento de órbitas celestes, a ideia de revolução carregava antes o sentido de um retorno a uma situação anterior. Contudo, foi no contexto da Revolução Gloriosa na Inglaterra que tal termo começou a referir-se a mudanças sociais mais significativas. Alegorias à razão e liberdade eram evocados como sinônimos de emancipação e começaram a circular nas guerras revolucionárias e na formação da primeira república na França. As massas começaram a dar um sentido transformativo para algo que antes tinha a acepção de retorno. Revolução significaria um novo começo, uma nova forma de liberdade conquistada, um horizonte aberto de libertação[121].

Dos levantes que surgiram nessa época, a Revolução Francesa talvez seja o movimento que tenha conseguido conjugar tanto a burguesia quanto as massas sem propriedade em torno de um interesse comum: destronar e remover o antigo regime e promover um progresso nas áreas rurais e urbanas na primeira metade do século XIX. Tais mudanças como uma democratização da terra foram alcançadas pela venda de propriedades nacionalizadas. Ainda assim, a contradição se revelou de forma gritante: o caráter burguês se sobressaiu ao ver que as ações de líderes populares, mesmo que relativamente progressistas, correspondiam mais aos interesses da classe burguesa e contra as parcelas mais pauperizadas da população.

Embora a Revolução Francesa ainda prevaleça em nosso imaginário ocidental como a referência mais paradigmática, um série de eventos foram fundamentais para encarnar essa consciência política progressista e popular: a revolução Americana e a transformação polonesa-lituana foram centrais para um impulso jurídico constitucional que influenciou tremendamente o restante da Europa; os jacobinos negros do Haiti foram o impulso mais social de uma revolução: a saída da escravidão para a autodeterminação. Não apenas Marx

[120] de Souza. Luiz Gustavo Cunha. Propriedade privada e reconhecimento recíproco: fundamentos da crítica do capitalismo em Marx e Honneth e algumas consequências. **Soc. estado.** 39 (1), Jan-Apr 2024, p.8.
[121] Menke, Christoph. **Theorie der Befreiung.** Berlin: Suhrkamp. 2022.

conseguiu diagnosticar o fenômeno que unia os trabalhadores explorados, enquanto uma classe do proletariado, mas, também, formulou uma teoria completa da transformação social revolucionária. Era um fato que, na modernidade industrial, o aumento gradual das forças produtivas, por meio da tecnologia, conhecimento e organização do trabalho, tornava possível a fabricação de produtos que poderiam satisfazer as necessidades humanas de forma geral como progresso material generalizado.

Contra o pano de fundo do longo processo da Revolução Industrial, a revolução política[122] representa o ponto culminante, no qual o poder da aristocracia, enraizado na agricultura feudal, é transferido para a burguesia capitalista em ascensão. O sistema legal liberal, tão importante para o triunfo do capitalismo, é saudado como progresso moral universal pela burguesia, com referência aos direitos humanos supostamente naturais. As classes mais baixas, tendo lutado juntas contra a coroa e a nobreza, agora estão divididas entre aqueles que possuem capital e aqueles que só podem trazer seu próprio trabalho para o mercado. Isso produz a próxima contradição. Como uma teoria da revolução, no entanto, o materialismo histórico sempre exige mais do que apenas uma interpretação convincente do que aconteceu no passado – o foco real é entender o futuro.

Outra razão pela qual o modelo marxista se tornou tão influente foi o fato de oferecer respostas a questões práticas urgentes sobre a revolução. Se imaginarmos as revoluções como processos com um começo, um momento de transição e um resultado – isto é, como eventos que precisam irromper, assumir o controle e se estabilizar – a teoria marxista da revolução pode mostrar que o progresso e a dialética são fatores decisivos em cada um desses pontos. As revoluções eclodem, para Marx, não apenas porque as contradições materiais se tornam cada vez mais extremas, mas porque, ao mesmo tempo, também emerge um grupo de participantes – uma classe – que tem tanto interesse em superar a ordem existente quanto o poder de fazê-lo.

O momento de transição de uma ordem social para outra ocorre nas revoluções[123] porque a esfera em que as contradições forçam uma mudança dialética também define a forma da sociedade como um todo. Não se trata de um progresso fragmentário. Ao mesmo tempo, a transição não é apresentada como uma ruptura total com o passado ou uma mudança completa de cena e, além disso, pode ser realizada não somente em nações centrais do capitalismo, cujo

[122] Habermas, Jurgen. The Story of the Two Revolutions**, Philosophy Today**, vol. 64, no. 2 (2020), pp. 493-498.
[123] Löwy, Michel. **Revoluções.** São Paulo: Boitempo, 2009

processo de industrialização se acelerou, mas também em países de maior concentração rural como no sul global ou na Rússia daquela época.

Essa ideia, que desafia as noções e interpretações mais tradicionais de história em Marx, estaria presente nas correspondências de Marx com revolucionários e populistas russos, mas também no prefacio da segunda edição russa do Manifesto Comunista: "*se a Revolução Russa se tornar o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se complementem, a atual propriedade comum russa da terra pode servir como ponto de partida para um desenvolvimento comunista*"[124]. Neste sentido, revolução[125] significava também a inauguração fundante de uma nova política que realize a liberdade social de forma comunal.

No decorrer do "longo século XIX", a eclosão da revolução inicialmente apresentou um dilema marcante para os anos que se seguiram. Embora o progresso industrial tenha ocorrido inexoravelmente, as forças de trabalho mais organizadas da Europa Ocidental não estavam iniciando revoluções. Isso desgastou a crença em um vínculo confiável entre progresso e dialética. Desse cenário, a socialdemocracia alemã formulou duas respostas dogmáticas conflitantes a esse dilema. A primeira, provinda da variante do socialismo científico de Karl Kautsky, insistia que uma lógica dialética da história era necessária e permanecia rigidamente ligada à tática de esperar o momento certo. Assim, a dialética entraria em vigor, talvez mesmo quando o progresso fosse inesperadamente lento.

O revisionismo de Eduard Bernstein, por outro lado, discordava abertamente da visão que via o progresso técnico como inseparável da intensificação dialética e sugeria buscar o progresso por meio de eleições parlamentares, em vez de uma luta de classes aberta. Para Bernstein[126], a democracia representava o cerne normativo de todos os objetivos socialistas, uma vez que constitui não só a forma de governo baseados no princípio da maioria, mas também a forma adequada de organização da vida social em geral[127]. O experimentalismo da Viena vermelha pode ter sido uma referência inegável dessa visão.[128] Em certo sentido, isso significava ficar do lado do progresso em vez da dialética. Quando, no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, amplas faixas da classe trabalhadora foram mobilizadas com

[124] Engels, Friedrich; Marx, Karl. Manifesto comunista. Editora Boitempo: São Paulo, 1998. p.72
[125] Sobre os sentidos da revolução numa perspectiva ocidental, ver: Arendt, Hannah. **Sobre a Revolução** Lisboa. Relógio d'Água, 2001
[126] Bernstein, Eduardo. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
[127] Honneth, Axel. A **ideia de socialismo.** Lisboa: Edicoes 70, 2017. p.57
[128] Honneth, Axel. La "Viena roja": sobre el espíritu del experimentalismo socialista. In: Cuevas, Jose Manuel (org.). **Recuperar el socialismo: Un debate con Axel Honneth**. Madrid: Editora Akal, 2023.

sucesso, mas sob a bandeira chauvinista da guerra nacional, e não em nome da solidariedade internacional, ambas as variantes foram rejeitadas.

Evidentemente, uma espera mais longa também pode levar a perdas dramáticas, e a simbiose parlamentar com a nação pode levar as pessoas a abandonar completamente seus próprios interesses de classe. Isso selou o "dilema da irrupção", que atraiu respostas de Vladimir Lenin. Por mais que Lenin afirmasse ter suas raízes no conceito de história de Marx, sua compreensão da revolução na verdade decorre da desintegração desse conceito. O partido de vanguarda assume, por assim dizer, o trabalho das vacilantes tendências historicamente progressistas. Logo, a luta de classes para Lenin é principalmente uma questão de política de poder: uma preocupação que pode ser interpretada dialeticamente, mas que na verdade é resolvida em um nível organizacional e marcial. No entanto, sem uma ancoragem sólida em tendências históricas mais amplas, a própria práxis revolucionária se deparou com um dilema adicional, a saber, o da transição.

A crise da Era social democrata

Foi na segunda metade do século XX que esse dilema se tornou difícil de evitar: parecia ficar claro que a transição para algo verdadeiramente novo e verdadeiramente melhor, que sempre foi difícil, colocava a sociedade humana diante de uma tarefa paradoxal – se não impossível. Dado que a revolução comunista evidentemente fracassou mesmo nos lugares onde seus inimigos não a derrotaram - fracassou especialmente se medida contra seus próprios ideais - surgiu seriamente a questão de saber se era possível que uma forma de vida mudasse radicalmente para melhor. Essa dúvida, que sempre acompanhou a noção moderna de revolução do lado conservador, já foi expressa na primeira metade do século XX pela crítica antiautoritária de Lenin entre os socialistas. Rosa Luxemburgo, por exemplo, fez a previsão perspicaz de que a organização autoritária acabaria por ver o triunfo do velho "knut" internalizado sobre os objetivos revolucionários.[129] A dualidade entre reforma e revolução permaneceu na esquerda como uma espécie de fantasma que assombrava as experiencias mais radicais ou conservadoras que foram gestadas no século XX. Em muitas dessas aventuras frustradas, sobrou a melancolia.

[129] Allen, Amy. “Imperialism Ultimately Works for Us”: Rosa Luxemburg's Theory of History. **Critical Times 1** April 2024; 7 (1): 128–152. doi: https://doi.org/10.1215/26410478-11083007

Em face do diagnóstico psíquico que Freud desenvolveu para pensar as ambivalências da estrutura da subjetividade moderna, a transposição da estrutura de desejo de um luto capenga para a tradição socialista foi da responsabilidade do grande bruxo Walter Benjamin. Em sua conhecida formulação, Benjamin encontra no caldo cultural da esquerda ocidental pós-revolução russa, especialmente no contexto de crise generalizada de forças insurgente na Alemanha, um indício melancólico do niilismo burguês. Desse momento em diante, o conceito de "melancolia de esquerda" passou por reformulações significativas após os eventos políticos do século XX – em especial, os levantes de maio de 1968.

Durante muito tempo, a esquerda verticalista reduziu o horizonte de expectativas de mudanças sociais a uma imagem revolucionária da estratégia política como prática regulativa e condicional: a vitória total seria apenas a mudança de um sistema político-econômico que mudaria em escala mundial, dada por uma (muitas vezes sangrenta) luta pela hegemonia do Estado de forma estrutural. O que haveria sobrado da ideia de revolução na modernidade: de sua promessa iluminista progressista até os dias de hoje e sua frustação resignada e estruturalmente incapacitada pelas melancolias do presente? Representando "um novo tempo do mundo", para utilizar um termo de Paulo Arantes, as revoluções modernas rompiam com uma temporalidade ao anunciar na modernidade uma forma de interpretação da história de forma linear e necessária para o desenvolvimento das capacidades e da realização das necessidades humanas. É a aurora da libertação moderna de formas arcaicas da sociedade, mas, ao mesmo tempo, podemos dizer na linha dos frankfurtianos, que também era o momento de ofuscamento das formas de dominação da natureza e dos meios de controle e manipulação das massas.

Fundamental para inaugurar uma tendência gradual ao aprimoramento das capacidades racionais e da realização das promessas modernas de autoconsciência, autodeterminação e autorrealização, sobretudo na perspectiva de uma esquerda hegeliana, a ideia de progresso havia se tornado na metade do século XX um morto-vivo. Vale remontar o argumento de uma genealogia delineado por Nunes[130]: a ideia de progresso cumpre e sempre cumpriu um papel relevante nas formulações socialistas, utópicas ou cientificas, sendo, portanto, como herdeiras diretas da tradição do liberalismo. Desse modo, Nunes enfatiza um diagnóstico que estaria vigente nas teorias ecológicas e cibernéticas: o divórcio entre esquerda e a gramática do progresso teria se dado de fato no contexto da Era nuclear, sendo diversas evidências

[130] Rodrigo Nunes. **Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política**. Tradução: Raquel Azevedo. São Paulo, Ubu, 2023.

cientificas mais variadas que atestaram sua obsolescência: Boltzmann indicou a incalculabilidade do universo e uma abertura para contingência; Darwin apontou para a seleção natural como um processo falível de adaptação e desenvolvimento; Lévi-Strauss inaugurou uma visão estruturalista da história voltada para o perspectivismo que desbancava uma narrativa linear do progresso. Todas essas análises convergiam para uma mudança do paradigma da organização para a emergência de um discurso cientifico, político e econômico de autorregulação: do agente para o sistema social.

Desse modo, a derrocada da ideia moderna de progresso e desenvolvimento[131] se refletiu na obsolescência da ideia de revolução da esquerda: a missão revolucionária do proletariado industrial preconizada por Marx e Engels havia sido dissolvida em uma desconfiança dada as condições históricas bloqueadas da época. Conforme nos lembra Rodrigo Nunes[132], uma pletora de diagnósticos de época surgiriam na segunda metade do século XX para confirmar o sepultamento, mesmo que de forma provisória, dessa ousadia tradicionalista de uma esquerda revolucionaria: Marcuse falava uma nova contrarrevolução e revolta conservadora; Deleuze e Guattari chamavam atenção para o deslocamento de um sujeito histórico industrializado para uma pluralidade de pautas identitárias; Gorz diagnosticava uma crise do estado de bem-estar social e uma mutação da forma trabalho que eliminou vínculos de solidariedade industrial; Negri reformulou a ideia de poder operário em uma forma decentralizada que abria articulações com formas de lutas fora da fábrica; Mouffe e Laclau questionaram as totalizações marxistas em função de concepção de hegemonia anti-determinista como disputa de significantes vazios; e, por fim, Badiou decantou as expectativas revolucionárias programadas em formas dispersas de acontecimentos imprevisíveis.

Se na modernidade o acontecimento revolucionário poderia assumir a forma gradual, produto de uma concepção progressista de evolução social, ou poderia ser performaticamente uma ruptura com uma ordem normativa anterior, no contexto pós maio de 68, a rebarba de todos esses diagnósticos expostos acima foi reduzida a uma forma de transitividade localista que desinflacionou a subjetividade vanguardista da transformação social. Embora em nosso contexto a experiência zapatista e de guerrilheiras de Rojava ainda indicam uma atualidade da ideia de revolução e de sujeito coletivo objetivo, mesmo que sob o lema de “mudar o mundo

[131] O enfraquecimento da ideia de revolução pode ser explicada através da distinção importante formulada por Pasolini no auge do capitalismo tardio entre desenvolvimento e progresso. Pasoloni, Pior Paolo**. Escritos corsários**. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Editora 34, 2020.

[132] Rodrigo Nunes. **Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política**. Tradução: Raquel Azevedo. São Paulo, Ubu, 2023.

sem tomar o poder", não temos em vista uma mudança sistêmica possível pela escala do problema climático diante de nós. Após as críticas demolidoras de Freud, Heidegger, Spengler – que tratam, antes de tudo, lembremos, de uma história reacionária do declínio - o soterramento dessa ideia de progresso com o advento do colapso ecológico iminente - a má notícia que se arrasta na modernidade com a forma de exploração de combustíveis fosseis, que ampliou a escala da catástrofe e reduziu a ideia de progresso a frangalhos, como um paulatino gerenciamento do fim do mundo.

1.3.Imagens da libertação na modernidade tardia

Depois dos processos de modernização burguesa e industrial, as últimas décadas do século XX sofreram uma desorganização do capitalismo, que adentrou estruturalmente em uma nova fase: a modernidade tardia. No final do século XX, temos nessa fase pós-moderna um substituto da sociedade industrial que teria assumido hegemonia de crescimento durante os chamados anos gloriosos do capitalismo democrático. O colapso do comunismo do leste europeu contribuiu com o fim da polarização que existia de forma bélica durante a guerra fria e tornou a cultura americana como hegemônica no sul e norte global. O aspecto individualista orientou os ideais do sujeito na modernidade tardia: autodesenvolvimento, criatividade, autenticidade, tornaram-se as promessas de uma cultura pós-moderna. De fato, a digitalização da sociedade deslocou a dimensão igualitária industrial e abriu espaço para uma nova formal social que valoriza a singularidade.

Na esfera econômica, um processo de pós-industrialização dominou nações em torno de uma realidade automacional. O processo de financeirização foi o grande responsável por efetivar uma nova divisão social do trabalho e a mutação das classes medias da modernidade organizada. Conforme argumenta Reckwitz, uma estrutural de classe social triádica substitui os trabalhadores e a classe media industrial. De um lado, emerge uma classe média formada educacionalmente como resultante da expansão de universidade e a inclusão social de centro até então restritos a burguesia, ao passo que a exclusão dessa nova divisão do trabalho sem o ancoramento industrial levou a uma precarização e o surgimento de uma classe pauperizada.

A Era neoliberal: os trinta anos ingloriosos

Ao menos três características marcam esse processo de neoliberalização da sociedade[133]: uma dimensão econômica, uma cultural e outra política.

Na *dimensão econômica*, temos uma negligência geral de serviços públicos e da infraestrutura social, como formas de transportes, educação, moradia e saúde. Neste sentido o neoliberalismo não tornou a sociedade mais eficiente em seus serviços, mas gerou uma degradação e um aumento exponencial de desigualdades sociais. Neste contexto, surgiu uma nova classe média e uma classe precarizada como sintomas dessa nova modernidade, gerando uma espécie de polarização: enquanto a primeira classe seria defensora de uma cultura marcada pelo ideal de progresso social pela globalização, singularização, e pós industrialização, a classe precarizada e partes da velha classe média estariam confrontadas com experiencias de perda.

Neste sentido, na modernidade tardia, pela primeira vez em muito tempo, a desindustrialização produziu novamente vencedores e perdedores nas sociedades da Europa Ocidental. O poderoso "efeito de elevador" do boom do pós-guerra[134], que havia promovido (quase) todos os grupos profissionais e classes para andares mais altos de renda e segurança social, oportunidades educacionais e oportunidades de consumo, teve um ponto de esgotamento no final da década de 1980. A partir daí, não apenas a desigualdade de renda aumentou novamente, mas também os riscos sociais, como o desemprego, pobreza de renda e falta de riqueza, mas também condições de vida de baixa qualidade e empregos ruins, juntos, foram novamente formativos para a realidade da vida, não da maioria, mas de uma parte significativa da população da Europa Ocidental.

Principalmente devido à perda de empregos bem remunerados na indústria, foi porque este elevador não funcionava mais para todos, porque não havia o suficiente dos novos empregos de serviço, além disso, eles eram muitas vezes mal remunerados. Assim que a maioria dos vestígios de existência proletária foi eliminada nos três países da Europa Ocidental, uma nova era de precariedade começou. A produção industrial encolheu rápida e drasticamente e, como resultado, houve demissões em massa ou os benefícios, direitos sociais relacionados ao trabalho foram reduzidos em grande escala e a proporção de empregos não qualificados na fabricação industrial permaneceu relativamente alta.

---

[133] Reckwitz, Andreas. **The End of Illusions. Politics, Economy, and Culture in Late Modernity**. Cambridge: Polity press, 2021.

[134] Lutz, Raphael. **Jenseits von Kohle und Stahl: Eine Gesellschaftsgeschichte Westeuropas nach dem Boom**. Berlin: Suhrkamp, 2019.

A *dimensão cultural* seria marcada pelas políticas de multiculturalismo e de uma identidade política liberal. O que estaria em jogo nesse sentido seria uma resposta ao aumento de inclusão e integração de culturas na sociedade tardia como sintoma de uma sociedade em constante imigração e, ao mesmo tempo, desintegração de laços culturais previamente estabelecidos. As políticas liberais decorrentes desse movimento consistem na defesa de direitos subjetivos individuais e mecanismos neutros de integração que transformaram cidadãos em indivíduos e sujeitos de direito, gerando respostas egoístas e hiperindividualistas como uma mentalidade neoliberal exigente. Nos Estados Unidos, isso abriu a disputa entre a cultura de um neoliberalismo vitoriano (Reagan) e progressista (Clinton).[135]

Por fim, a *dimensão política* seria relativa a uma crise da democracia na modernidade tardia, nao qual cidadãos passaram a perder adesão e fé na democracia liberal, gerando um problema de legitimação política generalizada, como resposta a incapacidade do sistema em incorporar a sociedade digital e fazer valer o parlamento como representantes políticos. Como sintoma, temos o enfraquecimento de sindicatos e espaços de representação e luta política que deram abertura para o populismo de autoafirmar como uma resposta à crise política, cultural e econômica da sociedade neoliberal.[136] Os novos batalhadores pela liberdade progressista seriam consequência dessa classe media tradicional em crise. A forma política resultante dessa mudança classista é sintomática: não temos mais um Estado de bem-estar social consolidado, mas sim um Estado neoliberal competitivo, resultante da influência que a globalização econômica exerceu nas estruturas legislativas. Os movimentos populistas progressistas que surgiram na modernidade tardia foram uma reação aos efeitos da globalização econômica: os altermundialistas.

Diante do arrefecimento da ideia de revolução pela escala do problema em que nos encontramos enquanto civilização, o grande desafio da organização política progressista no contexto da modernidade tardia consiste em reformular qual pode ser o melhor enquadramento para encaminhar o problema de um sujeito coletivo auto-organizado para mudança. O velho problema leninista, nos convoca Rodrigo Nunes[137], teria de ser repensado a luz desse abandono teleológico da concepção moderna de progresso como algo necessário e

---

[135] Gerstle Gary. **The rise and fall of the neoliberal order: America and the world in the free market era**. Oxford University Press, 2022; Slobodian, Quinn. **Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo**. Enunciado Publicações, 2024.

[136] Reckwitz, 2021, p.21. Cf. Reckwitz, Andreas; Rosa, Hartmut**. Spätmoderne in der Krise. Was leistet die Gesellschaftstheorie?**, Suhrkamp, 2021.

[137] Rodrigo Nunes. **Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política**. Tradução: Raquel Azevedo. São Paulo, Ubu, 2023.

triunfalmente condenado aos povos europeus. Sem embargo, a literatura anarquista foi o ponto de partida, segundo Nunes, para esgarçar o horizonte de perspectiva de um novo sujeito coletivo sem os vícios deterministas do paradigma da produção.

É neste sentido que Kropotkin, Bakunin e Malatesta, cada um aos seus modos, criticaram o automatismo e o fetiche da espontaneidade como uma forma autoritária e centralizadora de pensar a revolução social. Mesmo assim, tais teóricos ainda estariam presos a uma imagem revolucionária de grande escala, incompatível com nossos tempos. O rompimento total ou parcial seria dado pela atualização das premissas anarquistas em torno de formas de auto-organização libertárias e comunitárias: a fixação no local – em oposição ao global - seria o ponto de virada para uma nova forma de política de autogestão que encontrou na *Internacional situacionista* ou em grupos como *Socialismo e Barbárie* uma nova noção de mudança social contracultural. Contudo, essa reformulação flertou com noções de superação cultural em tono de um *ethos* empreendedor que circularam no pensamento neoliberal, sobretudo na ideologia Yuppie do Vale de Silício e suas utopias de mercado orquestradas em torno de um tecnotimismo.

Ocorre que, diante dos impasses que o verticalismo e o horizontalismo revolucionário apresentaram para oferecer saídas ao problema da organização de um sujeito coletivo, podemos encontrar uma eclética explicação como resposta aos desafios históricos pulverizados pela digitalização da vida, da força de movimentos decoloniais do sul global e da ascensão do neoliberalismo como força organizadora do capitalismo de terceira via. Um outro mundo era possível, mas uma outra terceira via não-social-democrata-tecnocrática-neoliberal também era possível, segundo os movimentos altermundialistas defendiam. Essa saída se daria pela consciência de que o problema da organização deveria ser pensado agora à luz das teorias das redes que circulam e refletem a correlação de forças que se estendia de forma global pela interconexão da internet.

Batalhadores da liberdade como precariado

O reflexo desses novíssimos batalhadores da liberdade pode ser encontrado nas insurgências libertárias que foram as lutas altermundialistas do final do século 2000, mobilizadas contra a social democracia complacente com o neoliberalismo progressista

daquela época e marcadamente anticapitalistas. Vale relembrar como Judith Butler[138] conceitua as motivações por detrás de um levante: estar farto de se sujeitar (...) quem faz um levante o faz ao constatar um sofrimento inaceitável" – geralmente, formas de injustiças, segregracao, discriminação, contra regimes de escravidão ou regime colonial, politicas neoliberais ou corrupção de Estado. Na mesma esteira, Antonio Negri[139] argumenta que um levante "semeia desejos indestrutíveis de liberação".

Em nosso contexto da modernidade tardia, a "estrutura de sentimento" e causas históricas levaram tais movimentos contra a globalização econômica e o conservadorismo político a eclodir nas primaveras, ocupações e demais insurgências - que tiveram no ano 2011 o ponto pivotal. Trata-se de uma "pluralidade ecológica" de formas de agir. Dispostas em formas descoordenadas, mas que respondem a uma forma de ação agregada, o filósofo Rodrigo Nunes chega à curiosa formulação de que a organização política desses batalhadores da liberdade se resume a movimentos de nebulas ou redes em escalas diferentes.

O que tais batalhadores da liberdade constituem, neste sentido, seria uma rede ecológica da organização política para além de um jogo de soma zero, representando "uma ordem espontânea que envolve outras ordens deliberadamente constituídas". Buscando inspiração na noção de "matilha" de Deleuze e Guattari, Nunes formula uma ideia de ecologia que se opõe ao modelo moderno da soberania e privilegia os agenciamentos, a dispersão, a variabilidade, a pluralidade de direções como característica de uma organização descentralizada. "Somente uma ecologia que se pensa como ecologia é capaz de colocar-se adequadamente o problema de sua própria unidade"[140]. Os sujeitos coletivos não seriam mais agentes de uma posição específica: partido ou movimento social, mas seriam antes de tudo funções, que desempenham no papel de liderança de forma contingente. Ao invés de atribuir as funções de direção, chefia e liderança a um único agente, temos aqui o modelo de um leninismo difuso, espraiado em redes, que inclui indivíduos soltos que podem, falando em termos leninistas, dar a linha política de forma não concentrada. Aqui a retórica de "massa" a ser coordenada por uma figura centralizada se esvai – "non ducor, duco" não tem vez – somos todos conduzidos por um emaranhado de nós em rede sem polo final ou centro unificador.

Disposta em núcleos organizativos, essa ecologia organizacional procederia de acordo com diferentes fatores: disponibilidade de recursos, aptidões, capacidades de conciliar

---

[138] Butler, Judith. Comentário. Didi-Huberman, Georges**. Levantes**. São Paulo: Edicoes Sesc, 2017.
[139] Negri, Antonio. Comentário. Didi-Huberman, Georges**. Levantes**. São Paulo: Edicoes Sesc, 2017.
[140] Nunes, Rodrigo. Por onde começar? In: Paraná, Edemilson; Tupinambá, Gabriel**. A arquitetura de arestas: as esquerdas em tempo de periferização do mundo**. São Paulo, Autonomia Literária, 2022, p.244.

perspectivas, reconhecimento externo, diversificação funcional e dinâmicas de formação de rede e grupo. Pois nessa nova formatação organizacional, sugere Rodrigo Nunes[141], "melhor que as redes podem aspirar não é a horizontalidade absoluta, mas um determinado equilíbrio que impede que o poder se torne muito concentrado, possibilitando que a função de liderança circule". Ocorre que mesmo diante desse leninismo em rede, as diferentes vanguardas deram vazão a uma nova subjetividade do libertarianismo democrático, uma espécie de precariado libertário surge contra os efeitos da globalização econômica e sua reforma neoliberal baseada na dívida[142]. Esse precariado assume o papel de uma rebelião invisível[143], resultante de um mundo do trabalho em crise[144] que não consegue ainda compartilhar uma linguagem de classe[145] e solidariedade na chamada era pós-industrial[146]. Ao se mobilizarem no contexto do capitalismo neoliberal[147], as frações mais progressistas, infelizmente minoria deste complexo de rebelião, conseguiu engatar e engajar importantes movimentos que reavivaram a luta pela liberdade social no século XXI.

Vale lembrar que a revista inglesa *The Economist* colocou naquele ano, depois estampar uma edição com a foto triunfante de Margaret Thatcher com os dizeres "Freedom Fighter", dizendo que o mundo precisaria mais do que nunca seguir os princípios da ex-primeia ministra e guru neoliberal, uma capa que fala da primavera árabe ao lado das revoluções históricas mundiais de 1848, 1968 e 1989, em julho de 2013, apresentando o que seria mais um exemplo desses levantes sem líderes. Mas, em contraste com os eventos dos séculos XIX e XX, que a revista restringiu à Europa, as revoltas de 2013 estavam supostamente ocorrendo "em todos os lugares". Sua característica essencial era a antipolítica da "falta de liderança". O retorno da "revolução" ao discurso geral aconteceu ainda antes,

---

[141] Rodrigo Nunes. **Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política**. Tradução: Raquel Azevedo. São Paulo, Ubu, 2023.

[142] Streeck, Wolgang. "Neoliberal Reform: From tax state to debt state". In: Streeck, Wolgang**. Buying time. The delayed crisis of demcoratic capitalism.** London/New York: Verso, 2014, p. 65-115.

[143] Honneth, Axel. "The Invisible Rebellion: Working People Under the New Capitalist Economy". In: Didier Fassin, Axel Honneth (org). **Crisis Under Critique. How People Assess, Transform, and Respond to Critical Situations.** New York: Columbia University press, 2022, p. 387-402.

[144] Boltanski, Luc e Chiapello, Ève. "Desconstrução do mundo do trabalho". **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 239-284.

[145] Raphael, Lutz. "Farewell to Class? Languages of Class, Industrial Relations and Class Structures in Western Europe since the 1970s". In: Brigitta Bernet, Lutz Raphael, Benjamin Zachariah (org**.). What's Left of Marxism? Historiography and the Possibilities of Thinking with Marxian Themes and Concepts**. Oldenbourg: De Gruyter, 2020, p. 265-290.

[146] Simim, Thiago Aguiar. "Da luta de classes à luta por reconhecimento? Mérito e classificação na era pósindustrial". **Problemata. Revista Internacional de Filosofia,** vol. 10, n. 4, 2019, p. 273-302. http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i4.49676

[147] Kotz, David. "Crisis". **The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism.** Cambridge/London: Harvard University press, 2015, p. 127-180

com o início da Primavera Árabe em 2011. Os modos de ação e organização, e o simbolismo, dessas revoltas no Oriente Médio e no Norte da África estabeleceram o modelo para levantes na primeira parte da década. A tomada de praças e a montagem de acampamentos, a organização via mídia social, toda profusão das máscaras V-de-Vingança, inspiradas no ato fictício de Guy Fawkes, a energia juvenil e os slogans antipolíticos, tudo isso veio a ser repetido em outros lugares e o modo de organização do qual é o exemplo mais claro do leninismo difuso discutido anteriormente.

Alguns precedentes podem ser encontrados na revolta antineoliberal da Argentina de 2001, sob o impacto de sua crise da dívida. Lá, assembleias de bairro e ocupações de fábricas enfatizavam a horizontalidade e exclamavam ¡Que se vayan todos!. A falta de organização formal significava que não havia agência durável para sustentar a mobilização, e essa ausência significava que quaisquer novas ideias que os movimentos lançassem não encontrariam uma incorporação concreta. Lutadores da liberdade em Honk Kong tomaram as ruas com seus guarda-chuvas amarelos por mais democracia. De modo similar, talvez mais violentamente, os Coletes Amarelos incendiaram a França por um ano (novembro de 2018 ao final de 2019), mas acabaram se esgotando. Alternativamente, esses movimentos foram derrotados pela força da repressão, que dispersou multidões, como aconteceu na Turquia. Em um terceiro caso, eles foram cooptados, pois as vertentes mais antipolíticas do movimento foram tomadas por forças mais poderosas, geralmente de extrato populismo tardio à esquerda, como no caso do Podemos e Syriza na Europa – ou pela ultradireita, como exemplificado pelo Brasil. Ou, em quarto lugar, e mais tragicamente, eles resultam em guerra civil - a Síria ou a Ucrânia indicando algo neste caminho.

Conclusão

Neste capítulo, reconstruímos os sentidos progressistas da liberdade. Primeiro, vimos que a ideia de liberdade na modernidade burguesa cumpriu um papel de mobilizar movimentos populares contra as formas despóticas do feudalismo e da aristocracia. Os batalhadores da liberdade desse período se insurgiram contra tais valores constantemente imbricados de imperialismo e colonialismo a partir de uma forma social do populacho em movimentos camponeses ou urbanos que se rebelavam contra o dominação arcaica ou mesmo no interior das revoluções burguesas. Tais movimentos deram abertura para concepções filosóficas da liberdade, disposta em três dimensões: negativa, reflexiva e social. Segundo, vimos que a ideia de liberdade na modernidade industrial, sobretudo em seu formato social, foi encarnada

em processos de consolidação de uma infraestrutura estatal de direitos sociais e no movimento socialista progressista. No primórdio da modernidade industrial, os batalhadores da liberdade que encarnavam tal concepção de liberdade social foram precisamente os primeiros socialistas que disputavam os sentidos de progresso entre estratégias reformistas e revolucionarias. Por fim, vimos que a ideia de liberdade social no contexto da modernidade tardia reagiu aos processos de neoliberalização das sociedades formando um contingente de trabalhadores e trabalhadoras desempregados e precarizados. As reações ao processo de globalização econômica deram abertura a uma nova noção de liberdade social e de transformação política libertária organizada em torno de protestos descentralizados e mobilizações progressistas horizontalistas. No próximo capítulo, investigaremos como tais noções progressistas de liberdade e de transformação social foram ressignificados pelos populismos do início do século XX e do século XXI em torno de batalhadores da liberdade antiprogressistas.

2. Velho espírito do populismo

> A propaganda (populista) manipula os homens; *onde ela grita liberdade, ela se contradiz a si mesma*. A falsidade é inseparável dela. É na comunidade da mentira que os líderes (Führer) e seus liderados se reúnem graças à propaganda, mesmo quando os conteúdos enquanto tais são corretos. A própria verdade torna-se para ela um simples meio de conquistar adeptos para sua causa, ela já a falsifica quando a coloca em sua boca. Por isso, a verdadeira resistência não conhece nenhuma propaganda.[148]
>
> **Theodor Adorno**

Um espectro ronda o mundo – o espectro do populismo. Depois que Ionescu e Gellner[149] utilizaram em 1960 a conhecida frase de abertura do manifesto de Marx e Engels para descrever o que antes era um fenômeno restrito ao enquadramento latino-americano e, agora, de forma mais acentuada após a crise de 2008, se espraiou para diferentes cantos do mundo, tornou-se lugar comum nos escritos sobre populismo[150] falar de um momento, uma explosão ou um fenômeno que se alastra como uma hegemonia às avessas[151]. Mas, uma questão que surge quando usando palavras-chave ou termos guarda-chuva dessa natureza, sempre é precisamente: como surgiu tal fenômeno e quais suas diferenças com o que enfrentamos de modo difuso e pulverizados no século XXI?

Há diversas ocorrências históricas e trajetórias do populismo. Costuma-se remontar a experiência do narodnismo, o populismo russo[152], como fundamental e percussor das vertentes marxistas e socialistas que se desenvolvem no decorrer do século XX. Os *Narodniki* apresentavam-se como uma alternativa plebeia ao domínio autocrata do czarismo russo. O

---

[148] E continua Adorno: "A propaganda é inimiga dos homens. Ela pressupõe que o princípio segundo o qual a política deve resultar de um discernimento em comum não passa de uma *façon de parler*. Quando a mentalidade antissemita se exprimia, ela se sentia ao mesmo tempo burguesa e rebelde. *A vociferação racista ainda constituía uma forma distorcida da liberdade civil"*Adorno, Theodor; Horkheimer, Max. **Dialética do esclarecimento.** Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.207

[149] Um balanço da herança dessas correntes na metade do século XX pode ser encontrado no pioneiro estudo global: Ionescu, G., and Gellner, E. (org.) **Populism: Its Meanings and National Caracteristics**, London: Weidenfeld and Nicolson, 1969.

[150] Um clássico, mesmo que recente, e predominantemente liberal, no debate, ainda é: Müller, Jan-Werner. **What Is Populism?,** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

[151] Möller, Kolja. Der Populismus als Forschungsgegenstand in Politik und Sozialwissenschaft in. **Populismus Ein Reader**. Berlin: Suhrkamp, 2022.

[152] Venturi, Franco. **Roots of Revolution: A History of the Populist and Socialist Movements in Nineteenth Century Russia,** New York: Alfred A. Knopf, 1960.

primeiro comitê foi criado em 1848 e assumiu no decorrer da sua formação diferentes inclinações ideológicas: anarquistas, socialistas e comunistas integravam o movimento clandestino que aderiu a primeira consistência na organização Zemlja i Volja (Terra e Liberdade) em dialogo com movimentos liderados outrora por Bakunin ou Kropotkin. Mas posteriormente acabaram se aproximando mais do marxismo e das pautas comunistas do que qualquer outra ideologia.

Paralelamente, nos Estados Unidos, desponta outro movimento camponês que assume feições populistas na formação politica no contexto póstumo da Guerra Civil Americana, durante os anos 1880 - o Partido do Povo[153]. Constituído em sua maioria por fazendeiros em uma aliança igualitarista e anti-corporativista de cooperativas de produtores rurais , esse partido tinha fortes acenos de um movimento que podemos considerar de esquerda. Na América Latina, uma experiencia similar havia sido desenvolvida na Argentina com a eleição do Coronal Juan Domingo Perón e a instituição de um novo governo militarista em 1943. Durante o período que esteve no poder, ao lado de sua esposa Eva, Perón promoveu uma inaudita expansão de direitos sociais, uma massiva sindicalização de trabalhadores, que permitiu uma politica trabalhista de justiça ampla.

No entanto, tais manifestações populistas que podemos considerar progressistas, ou mesmo de esquerda, mas evidentemente com semblantes autoritários, podem representar de forma mais generalizada o velho espirito do populismo? No caso da reconstrução aqui empreendida, convém mencionar que tais movimentos aparecem como menos relevantes do que as nefastas politicas populistas que foram capturadas pela retórica, estratégia, e, sobretudo, lógica da direita radical do inicio do século XX. Neste aspecto, o fenômeno do fascismo aparece nesta tese como uma forma de populismo de ultradireita, que pode ser definido como uma organização totalitária da sociedade para a preservação e a expansão do capitalismo em situação na qual esse objetivo não seja mais alcançável pelo desenvolvimento normal do mercado.

Encarnado no ciclo de totalitarismo no século XX, o populismo de direita tomou forma e ressonância nos regimes do fascismo italiano, stalinismo soviético e nazismo alemão. De modo amplo, o fascismo poderia ser definido como um movimento de massa que pretende trabalhar para uma comunidade imaginária considerada como orgânica (nação, raça, civilização) através da purificação etno-racial, da destruição de toda forma de conflito social e de toda contestação (política, sindical, religiosa, jornalística, artística). Ora, historicamente, o

[153] McMath, R. **American Populism: A Social History, 1877–1898**, New York: Hill & Wang, 1993.

fascismo[154] seria uma consequência de diversas crises: a Grande Depressão e os efeitos da guerra, o anticomunismo e as crises democráticas das décadas de 1920 e 1930.

Marcado por uma glorificação da violência[155] e pelo uso dessa violência por meio de milicias, muitas vezes paramilitares, que encarnam por meio de ameaças sistemáticas a recusa de eleições ou quaisquer procedimentos democráticos. Pesquisadores da história desses regimes autocráticos, como Enzo Traverso, aproximam o fascismo de um fenômeno que consegue ser simultaneamente uma revolução que procurava instaurar uma nova sociedade, uma ideologia antimarxista e antissocialista por princípio que se colocava como alternativa ao conservadorismo e ao liberalismo e uma visão de mundo que ensejava um projeto político de renovação e restauração de hierarquias. Neste sentido, o fascismo seria uma variante do populismo de direita, o que Umberto Eco chamou de Ur-fascismo:

> O Ur-Fascismo baseia-se em um "populismo qualitativo". Em uma democracia, os cidadãos gozam de direitos individuais, mas o conjunto de cidadãos só é dotado de impacto político do ponto de vista quantitativo (as decisões da maioria são acatadas). Para o UrFascismo, os indivíduos enquanto indivíduos não têm direitos, e "o povo" é concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica que exprime "a vontade comum". Como nenhuma quantidade de seres humanos pode ter uma vontade comum, o líder se apresenta como seu intérprete. Tendo perdido seu poder de delegar, os cidadãos não agem, são chamados apenas *pars pro toto*, para assumir o papel de povo. O povo é, assim, apenas uma ficção teatral. Para ter um bom exemplo de populismo qualitativo, não precisamos mais da Piazza Venezia ou do estádio de Nuremberg[156]

Portanto, a função que o povo – e as vezes a categoria de "massa" – exerce no velho espírito do populismo costuma ser representado pela a ideologia fascista e sua forma de propaganda totalitária em torno de uma unidade nacional[157]. A primeira onda desse populismo, como afirma Adorno, surge "nos regimes fascistas da primeira metade do século XX, e estabilizou-se absurdamente na forma obsoleta da economia, e multiplicou-se o terror

---

[154] De la Torre, Carlos. Fascism and populism. In: De la Torre, Carlos (org.). **Global Populisms**. London\New York: Routledge, 2021.
[155] Finchelstein, Federico. **Do fascismo ao populismo na história.** São Paulo: Almedina, 2019
[156] Eco, Umberto **O fascismo eterno**. Tradução Eliana Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
[157] Fritzsche, Peter. "The Role of 'the People' and the Rise of the Nazis," in Transformations of Populism in Europe and the Americas, (org.) Abromeit, John; Chesterton, B; Marotta, G e Norman, Y. London: Bloomsbury, 2016, p. 5–14.

de que ela necessita para se manter em pé."[158] No entanto, o modo de produção não significaria uma aliança com o liberalismo daquela época, mas uma reformulação que rejeitasse todos seus elementos progressistas ou democráticos, conforme um fascista da época propriamente revelava: "Ao rejeitar a democracia, o fascismo rejeita a mentira convencional absurda do igualitarismo político, o hábito da irresponsabilidade coletiva, o mito da felicidade e do progresso indefinido.[159]

Assim, convém enfatizar que há uma distinção importante a ser feita: o fascismo reúne as condições de uma ultradireita radical, enquanto o populismo, por outro lado, ainda conserva, mesmo em seu elemento de ultradireita, uma tentativa de se mobilizar dentro das instituições democráticas como canais de participação e radicalização da democracia em função de uma plataforma excludente. Não que na contemporaneidade não possamos encontrar traços neofacistas, pois podemos, mas para os fins dessa reconstrução, contudo, do ponto de visto histórico, essa primeira onda foi composta por essa mistura hibrida entre diversos ativistas e militantes da extrema direita que haviam colaborado e tido alguma forma de contato, de algum modo, com a vasta gama fascista durante a guerra.

Para compreender os recursos ideológicos dessa primeira onda, a série de estudos frankfurtianos sobre fascismo da década de 30-40 foram cruciais para desvendar mecanismos sociopsicológicos e as estruturas políticas de uma "velho espirito do populismo" , cujo discurso acerca do povo, ou, como veremos a seguir, da "cultura de massa", retrataram as pré-condições políticas, econômicas e psicossociais da ascensão do nazismo e de regimes totalitários no início do século XX, - além de serem referências que pavimentaram análises sobre aspectos recentemente recuperados das manifestações de plataformas de ultradireita ao redor do mundo hoje[160].

As investigações geralmente giram em torno das contribuições de um círculo interno[161] do Instituto de pesquisa social de Frankfurt: estudos de Horkheimer sobre autoridade e família, de Marcuse sobre contrarrevolução ou Adorno sobre a personalidade autoritária e os aspectos do populismo de direita no final dos anos 1960. Destaca-se aqui a

---

[158] Adorno, Theodor. **Minima Moralia. reflexões a partir da vida lesada. .** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. Aforismo. 14.
[159] Mussolini, Benito. "The Doctrine of Fascism." ***Enciclopedia Italiana*****,** 1932.
[160] Os exemplos são as coletâneas como Morelock, Jeremiah (org.). **Critical Theory and Authoritarian Populism**. Vol. 9. London: University of Westminster Press, 2018.
[161] Sobre as diferenças entre círculo interno e externo da Teoria Critica, ver: Honneth, Axel. A dinâmica social do desrespeito: para a situação de uma teoria crítica da sociedade. **Politica e Sociedade**, v.17. n, 40, 2018.

contribuição de uma figura periférica, mas que orbitou e influenciou, não sem tensões, tais análises culturais sobre o fascismo: Sigfried Kracauer.

Desse modo, neste capítulo, veremos como o fascismo alemão e italiano representam um antigo espírito do populismo de direita[162]. Para isso, primeiro, trata-se fundamental investigar qual subjetividade rebelde e qual concepção de liberdade circulava entre tais populismos como manifestação autoritária de um público que aderiu aos regimes totalitários. Em segundo lugar, tendo como partida tal personalidade autoritária enquanto batalhadores da liberdade, veremos como o populismo capturou, através da propaganda e técnicas de manipulação, o espirito libertário de modernidade burguesa e as concepção de transformação social colocadas pelo socialismo e liberalismo da modernidade industrial. Essa distorção sistemática da liberdade pode ser compreendida aqui como um modernismo reacionário[163] tendo como objetivo, a ser visto na terceira parte, uma concepção de regressão democrática de tais públicos como contrarrevolução fascista.

2.1.Desusos da liberdade: liberalismo autoritário

No início do século XX, as condições econômicas e sociais da modernização industrial levaram também ao surgimento de lideranças políticas populistas e um discurso que mobilizava uma similar gramática libertária, mas, diferente dos movimentos burgueses, não tinha como intuito uma ruptura social com ordens tradicionais. Já em seu primeiro grande estudo empírico sobre os trabalhadores de colarinho azul e branco nos últimos anos da República de Weimar, Horkheimer e Erich Fromm procuraram determinar o quanto estes trabalhadores eram suscetíveis às tentações dos movimentos políticos autoritários à direita e as suas concepções ideológicas da liberdade. O estudo indicou que se um movimento como tal tentasse tomar o poder na Alemanha, a resistência desses grupos seria mínima. Seus resultados seriam confirmados poucos anos depois.

De acordo com Siegfried Kracauer, um estudioso que analisou a estrutura do populismo de direita que tomou a forma dos fascismos italiano e alemão, mais do que o Estado, uma forma radicalizada de povo seria o alvo do fascismo: soldados desmobilizados no pós guerras, trabalhadores frustrados com partidos socialistas, especialmente aqueles que compunham sindicatos, marcados por um patriotismo revolucionário (no caso da Itália).

---

[162] John Abromeit, Critical Theory and the Persistence of Right-Wing Populism, **Logos** 15, 2016.
[163] Herf, Jeffrey. **Reactionary Modernism: Technology, Culture and Politics in Weimar and the Third Reich**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

Neste caso, surgem duas interpretações do povo: a instrumentalização fascista e uma ideia positiva, que Kracauer pensa como componente das democracias e do universo socialista: o de massa. Enquanto um dos principais objetivos da propaganda totalitária é transformar o "povo" em "partículas de massa" atomizadas, passivas e obedientes, os movimentos verdadeiramente democráticos e socialistas buscam abolir as condições que dão origem a tais massas, capacitando o "povo" a determinar ativamente seu próprio destino.

Esse conceito emerge da contradição entre a rejeição fascista de democracia e a vontade de representar a vontade do Führer como idêntica à vontade de um povo. A função política do populismo de direita seria estabelecer a dicotomia amigo-inimigo: povo contra inimigo do povo. O exemplo de Kracauer seria o ataque a organizações proletárias e sua integração forçada à ideia de um povo. O conceito de povo, neste sentido, seria unitário e coletivista, e pretendia, como no caso de Goebbels, destruir a individualismo liberal. Enquanto liberalismo e socialismo teriam um sentido materialista, o fascismo manteria um caráter anti-materialista ou idealista presente em teóricos como Giovanni Gentile.

Essas formas reivindicadas de uma comunidade alemã ou italiana consistiam na propagação de ideias que, fixadas, separam o povo dos seus interesses concretos, mobilizando-o para um auto sacrifício. Morre-se mais por ideias do que por interesses. Em suma, a propagada fascista consiste em transformar interesses e ideias para que possam ser controlados. A massa ou o povo, segundo, Kracauer, representariam uma cápsula sem conteúdo:

> Devido às suas presunções totalitárias, a propaganda nacional-socialista deve desapoderar o povo real e impor-lhe suas próprias diretrizes; no entanto, ao mesmo tempo, tem que substituir a ideia do povo real pela ilusão de um povo digno do culto divino. Somente fingindo servir ao fantasma de um povo racialmente superior é que o nacional-socialismo pode exigir para si o poder soberano que o criou. Esse poder soberano diviniza a vontade de um povo imaginário para que o povo real não perceba que está se dividindo. O conceito nacional-socialista do povo é uma cápsula sem conteúdo.[164]

Neste sentido, existe uma diferença normativa entre a massa fascista e a massa socialista: a socialista se baseia na razão, pois tenta esclarecer trabalhadores acerca das razões da exploração e encoraja eles a agir coletivamente e a perseguir seus interesses. A massa

[164] Kracauer, Sigfried. “Totalitäre Propaganda” In: Kracauer, Sigfried. **Werke**, vol 2.2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2012, p. 29.

fascista tem uma tendencia a ser regressiva, pois seria irracional e emocional e manipulada através de diferentes mecanismos: culto à personalidade (niilismo do poder, poder pelo poder ele mesmo), estetização da política; privilégio da fala a escrita; a repetição incessante de slogans, o caráter ritualístico, gestos e símbolos irracionais. A ideologia nazista estaria motivada por uma vontade niilista do poder. Segundo Kracauer, o fascismo conseguiu entender as demandas da classe média e a integrou, de forma pseusointegrada, ao povo, o que a esquerda não fez.

Por que a classe média teria uma recusa, mesmo com uma insatisfação com o sistema, a se juntar à causa trabalhadora? Primeiro, porque os partidos e sindicatos só pensavam no trabalhador industrial e não viram as novas classes médias politizadas. Segundo, porque a consciência da classe média era muito burguesa e isso a diferenciava culturalmente da classe trabalhadora[165]. Tudo isso funcionaria como uma compensação psicológica – equivalente ao que nazismo chamava de *Kraft durch freude* e o fascismo italiano de *Dopolavoro* – enfim, uma ilusão de igualdade de classes. Logo, o fascismo, mediante retorica populista, quer mostrar que a contradição não seria entre trabalho e capital, mas entre pessoas virtuosas e pessoas corruptas.

A função sociopsicológica seria aquilo que Fromm descreve como sensação de impotência que seria pervasivo nas sociedades modernas. Mas também estabelecer um poder masoquista para se identificar com forças sociais poderosas, um prazer de estar subordinado a um destino prometido pelos totalitários, liberados das capacidades autônomas de decisão.

Em seu estudo sobre o uso da liberdade no fascismo, Erich Fromm tenta compreender as disposições autoritárias como uma fuga da liberdade moderna. Uma liberdade que, em vez de autodeterminação, promove sentimentos negativos de isolamento e impotência no indivíduo. Embora os seus antigos colegas o acusassem de uma interpretação revisionista de Freud, Fromm desenvolveu uma ideia que mais tarde seria encontrada na dialética do Iluminismo. Para ele, a "submissão" altamente voluntaria, as vezes prazerosa, que constitui o caráter autoritário surge de uma má resolução do caráter dialético da liberdade humana. Como bem nota Dunker[166], não é o amor, mas a reconfiguração de arcaísmos que organiza a massa e mobiliza a satisfação de estímulos masoquistas.

---

[165] Kracauer, Siegfried. **The Salaried Masses**. Trad. Quentin Hoare. New York: Verso, 1998.

166 Dunker Christian. Apresentação à edição brasileira. In: Adorno, Theodor W. **Ensaios sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução Verlaine Freitas. São Paulo: UNESP, 2015.

Em especial, conforme notamos no primeiro capítulo desta tese, nos estudos de Erich Fromm, como *Fuga da Liberdade*[167] e de Franz Neumann[168], *Angústia e Política* podemos encontrar o potencial para uma crítica das patologias da liberdade causadas pelo velho espírito do populismo de direita. No caso de Neumann, a "ansiedade neurótica[169]" é a patologia da liberdade engajada pelas teorias da conspiração que circulam na retórica de líderes carismáticos. O envolvimento libidinal com tais lideranças e seu poder hipnótico intensifica tal patologia à medida que as narrativas mobilizadas identificam inimigos e se projetam em figuras coletivas como judeus, comunistas ou jesuítas, em um discurso inflamatório. Essa patologia permite explicar o que Neumann chama de um terror permanente institucionalizado pela vigilância ininterrupta, a punição pseudo-jurídica e a constante propaganda fascista.

De modo similar, Fromm explicita que as mesmas condições dessa patologia da liberdade resultam de uma interpretação negativa, senão ideológica, em termos de uma liberdade para o autoritarismo, destrutividade e conformismo. No primeiro grupo, Fromm[170] refere-se a indivíduos que viraram fanáticos, pessoas do movimento trabalhista e da burguesia católica que se tornaram colaboradores passivos em torno de um ideal patriota. No segundo grupo, Fromm refere-se as classes médias resignadas que foram emocionalmente atraídas pela retorica nazista de ascensão social e de preservação de uma raça pura. No terceiro grupo, os nazistas que foram motivados por um auto-interesse econômico, foram industriais e aristocratas que queriam defender suas propriedades e prosperar no meio da violência destruidora. Em todos esses grupos, temos uma ideia de captura da liberdade em função da preservação de seus grupos, motivados por um patológico sentimento de anti-solidariedade.Em linhas gerais, os batalhadores da liberdade constituíam uma personalidade autoritária[171] cuja concepção libertária estava orientada para um liberalismo autoritário[172].

---

[167] Fromm, Erich. **Escape from Freedom.** New York: Macmillan, 1994. Para uma atualidade dessa analise, ver: Kellner, Douglas. 'Donald Trump as Authoritarian Populist: A Frommian Analysis'. **Logos 15** (2–3). http://logosjournal.com/2016/kellner-2/, 2016.

[168] Neumann, Franz. Angustia e Politica. **Dissonância: Teoria Crítica e Psicanálise**, Campinas, n. 01, p. 104-154, 1º Sem 2017. Ver também: Franz Neumann, **Behemoth: Struktur und Praxis des Nationalsozialismus, 1933–1944,** Frankfurt a. M., S. Fischer, 1984, p. 269–286.

[169] Honneth, Axel. "Angst und Politik": Stärken und Schwächen von Franz Neumann Pathologiediagnose. In: Honneth, Axel. **Pathologien der Vernunft**: Geschichte und Gegenwart der Kritischen Theorie. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2007, pp. 180-191.

[170] Fromm, Erich. **The working class in Weimar Germany: A psychological and sociological study**. Leamington Spa. Berg. (1984). Do ponto de vista da dinamica partidar, ver: Kirchheimer, Otto. The transformation of the Western European party systems.' In **Political parties and political development**. (org.), La Palombara, J and Weiner, M. pp. 177-200. Princeton. Princeton University Press, 1966.

[171] Della Torre, Bruna. Com quantos paus se faz uma canoa? Notas sobre A personalidade autoritária. **Crítica Marxista**, n. 50, pp. 103-109, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3OCPFXv. Acesso em: 23 jun. 2022.

Essa versão autoritária[173] foi marcado pela conjunção de duas concepções de liberdade típicas do fascismo dos movimentos totalitários do século XX: o neoliberalismo e o tradicionalismo. Este primeiro conjunto de ideias libertárias representava uma apropriação da ideia de liberdade negativa moderna pela suposta racionalidade das teorias econômicas desenvolvidas em função de uma concepção de sociedade totalmente restrita aos fluxos de mercado. Tal visão negativa teve ocorrência primeiro em algumas semanas que precederam a ascensão de Hitler ao poder, em 23 de novembro de 1932, quando Carl Schmitt elabora uma atualização do liberalismo burguês clássico, clamando pela necessidade de um "Estado forte e uma economia sã". Diante da emergência dessa conjunção entre um capitalismo aliada a um Estado totalitário, surgiu entre os fascismo a necessidade de estabelecer uma politica econômica que tornasse insuspeita de qualquer conluio com concepções estadistas socialistas em disputa na época.

É neste sentido que emerge no contexto autocrático uma visão de liberdade econômica, uma atualização da liberdade sem impedimentos moderna, que se apresenta contrária à intervenção estatal e a favor de um comércio que estabelecesse lucro entre as facções totalitárias[174]. Posteriormente, dada a constituição da Sociedade Mont Pelerin, essa concepção encontrou em teóricos como Hayek, Friedman e Mises[175] um anteparo teórico mais elaborado que concebesse uma visão negativa da liberdade que permitisse instrumentos que limitassem a influência de politicas de crédito e da garantia de direitos sociais para a maioria da população.

Baseado numa concepção de liberdade cuja dinâmica organizacional da sociedade deveria ser levado a cabo por uma "ordem espontânea", ao invés de um planejamento estatal, Essa visão neoliberal que se convencionou chamar de liberalismo autoritário[176] não apenas tinha função de limitar o poder social, mas, também estabelecer uma doutrina ética e uma

---

[172] Bonefeld, Werner. Liberalismo autoritario, clase y rackets. **Constelaciones**. Revista de Teoría Crítica, v. 13, p. 448¬459, 2021. Disponível em: https://bit.ly/3yoB24Y. Acesso em: 27 jun. 2022. Cf também: Marcuse, Herbert, "O Combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado" In: Marcuse, Herbert. **Cultura e sociedade**, vol. 1, 1997, p. 53.

[173] Chamayou, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma *genealogi*a do liberalismo autoritário**. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

[174] Bierbricher, Thomas. A problemática neoliberal. In: Castelo branco, Felipe; Yazbek, André (Orgs.). Pensar o neoliberalismo: epistemologia, política, economia. Recife: Ruptura, 2023, p. 51-59.

[175] Stedman Jones, Daniel. **Masters of the Universe. Hayek, Friedman, and the Birth of Neoliberal Politics.** Princeton: Princeton University Press, 2012; Cf. Hayek, Friedrich August von. **The Constitution of Liberty**. The University of Chicago Press, 2011.

[176] Heller, Hermann. Authoritarian liberalism? **European Law Journal**, v. 21, n. 3, p. 295–301, maio 2015.

economia moral[177] enquanto uma forma de vida que fosse expandida ideologicamente para toda população[178].

Nessa visão de mundo, além da maximização da liberdade individual, temos um desdém programático com a democracia e um foco exacerbado na responsabilidade individual, que leva a nível macro o estabelecimento de politicas de governança marcadas por privatizações e politicas de austeridade, redução de assistências trabalhistas e desregulamentação em função de benefícios aos setores financeiros. O laboratório chileno e a experiencia nefasta de 11 de setembro de 1973 de teóricos dessa vertente negativa da liberdade como Milton Friedman e Gary Becker mostra que flerte desse Estado total neoliberal é compatível com qualquer ditadura, ao ponto de o próprio Hayek apontar em entrevista à revista Mercurio que ele seria a favor de um ditador liberal do que um governo democrático sem liberalismo.

Já a segunda concepção de liberdade que na modernidade surgiu como capacidade reflexiva e moral, reduziu o sentido da autonomia a uma subversão catequisada e doravante assume a forma de uma autenticidade tradicionalista vinda de um conservadorismo tacanho. As ideias não são novas, apesar de circularem em nova roupagem. Na filosofia alemã, Oswald Spengler[179] forneceu a ideia de um declínio apocalíptico da civilização, Ernst Jünger[180] uma estética virilizante e heroica da guerra como regeneração, Carl Schmitt a ideia de uma estado de exceção de ordem ditatorial que pudesse ser instituído como forma política de estabilizar as relações sociais – todos sob algum espectro da ideia de "ubermensch" nietzcheano[181].

2.2.Captura populista da liberdade

Como vimos, a astúcia do velho espírito do populismo e de seus líderes autoritários foi mobilizar uma insatisfação econômica e social, cuja articulação ainda tinha a liberdade – em sua acepção neoliberal e tradicionalista - como gramática central e a transformava em um combustível para submissão voluntária a regimes totalitários. Para compreender esse

[177] Safatle, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: Safatle, Vladimir; Da Silva Junior, Nelson; Dunker, Christian (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 17-46

[178] Pinzani, Alessandro. Uma vida boa é uma vida responsável: o neoliberalismo como doutrina ética. In: Rajobac, Raimundo.; Bombassaro, Luís Carlos.; Goergen, Pedro. **Experiência formativa e reflexão: homenagem a naja Hermann**. Caxias do Sul: Educs, 2016.

[179] Adorno, Theodor W. Spengler Today. **Studies in Philosophy and Social Science** 9 (2): p. 305–325, 1941.

[180] Benjamin, Walter. Theories of German Fascism: On the Collection of Essays War and Warrior, edited by Ernst Jünger. **New German Critique 17**: pp. 120–128, 1979.

[181] Adorno, Theodor W. Wagner, Nietzsche and Hitler. **The Kenyon Review** 9 (1): p. 155–162, 1947.

mecanismo de captura precisamos analisar os meandros psicossociais mobilizados pelo populismos que levaram a classe trabalhadora, antes comprometida com uma dimensão libertária de transformação social, a se submeter a uma linguagem libertária da destruição fascista. Para isso, imperava-se indagar o modo planfetário de manifestação e de reprodução intergeracional dessa plataforma retrógrada, visto que a propaganda, para Adorno, constitui a substância fulcral da política e de sua possibilidade de desvelamento crítico.

Isto é, da revisão das técnicas e teorias que constituem esse campo e da "constelação de meios racionais e objetivos irracionais", bem como da tendência civilizatória global, que leva a esta perfeição das técnicas e dos meios, enquanto, no fundo, o objetivo da sociedade, no seu todo, torna-se irrelevante"[182]. Sendo a propaganda fascista, com suas distorções fantásticas, planejada e organizada de forma consciente, esse desafio torna mais complexa a compreensão desse fenômeno, especialmente em face do rebaixamento de tais teorias que circundam a nova direita. A respeito desse entrave, Adorno recomenda que:

> Não deveríamos subestimar estes movimentos por causa do seu baixo nível intelectual e da falta de uma teoria. Penso que seria uma ausência total de visão política acreditarmos que estes movimentos não têm sucesso por estes motivos. Pelo contrário, o que é característico destes movimentos é uma perfeição extraordinária dos meios, nomeadamente e, em primeiro lugar, dos meios propagandísticos no sentido mais amplo da palavra, combinados com a cegueira ou até abstrusidade dos objetivos a atingir.[183]

Na esteira de uma compreensão dialética negativa da sociedade, isto é, um procedimento de crítica imanente que privilegia uma compreensão da negatividade dos fenômenos sociais, Adorno enfatiza que "o conhecimento dos determinantes psicológicos da ideologia não nos pode dizer qual é a ideologia mais verdadeira; ele pode apenas remover algumas barreiras do seu caminho de busca"[184]. Ao propor, nessa breve palestra, uma esquematização dos significados dessa nova direita que, em vários aspectos, aproximam-nos do populismo climático atual, Adorno legou uma orientação importante para repetições possíveis desses mecanismos em manifestações populistas de direita que, como veremos adiante, mantêm ressonância com o momento atual ao reiteradamente reproduzir o seguinte reportório: nacionalismo antissemita, conservadorismo antidemocrático e a personalidade autoritária.

---

[182] Adorno, 2020, p.24.
[183] Adorno, 2020, p.23.
[184] Adorno, 2020, p.90.

O velho espírito do populismo é compreendido por Adorno, em suas pesquisas sobre o comportamento de grupos, nos termos da tensão entre "*outgroup* mau" e um "*ingroup* bom"[185]. O que emerge daí pode ser representando pelo que Adorno chama de "um "complexo de usurpação", que é a ideia de que essas instituições foram tomadas por forças hostis aos "americanos genuínos"[186]. Em suas pesquisas empíricas, Adorno nota que reiteradamente aparece entre esses grupos a reivindicação de um "povo tradicional bom" em oposição à um "povo mestiço e estrangeiro ruim". Com isso, torna-se relevante que a expressão do nacionalismo, ou a ideia de que a *"sobrevalorização da consciência nacional"*[187] não está obsoleta, pois Adorno insiste que "as convicções e ideologias assumem uma forma demoníaca, verdadeiramente destrutiva, precisamente quando, devido a uma situação objetiva, deixam de ser verdadeiramente substanciais."[188] O nacionalismo, em sua versão renovada, manifesta-se como um "órgão de representação coletiva de interesses, no âmbito dos grandes grupos, em causa"[189].

Mas, a exemplo de como foi durante a ascensão do nacional-socialismo, o antissemitismo continua a ser uma "peça do quebra-cabeça".[190] Adorno mostra como ele ainda representa uma rede de denúncias em torno de um estigma aos traidores da Pátria associado ao prazer na punição. Para justificar essa posição, Adorno demonstra como escritores e agitadores antissemitas (de Chamberlain até Rosenberg e Hitler) expressam uma espécie de "orgulho sinistro", como se tivessem resolvido um enigma da humanidade que, até então, teria sido decifrado, e que serviria como forma de demonstrar segurança, através de uma ideia chave, naquele caso, de que os judeus estavam conspirando contra o povo autêntico.

Como nos lembra John Abromeit[191], essa demanda não é muito "diferente das promessas dos nacionais socialistas de restaurar uma poderosa *Volksgemeinschaft*" (comunidade do povo) central para a ideologia nazista, ou a reivindicação do *Tea Party* republicano, de um "movimento" para restaurar um Estados Unidos mítico, no qual iremos "proteger e amar uns aos outros". Essa glorificação de um passado idílico, propagado pelos agitadores fascistas contra uma decadência causada por um invasor, manifesta-se através de três ideias, suscitadas pela atração pseudocognitiva do antissemitismo: os judeus são um "problema", a assertiva de

[185] Adorno, 2019, p.267.
[186] Abromeit, 2017, p.20.
[187] Adorno, 2020, p.23.
[188] Adorno, idem.
[189] Adorno, 2020, p.14.
[190] Adorno, 2020, p.34.
[191] Abromeit, 2017, p.32.

que todos são iguais e, por conseguinte, a afirmação de que os judeus podem ser reconhecidos, tais quais, sem exceção.

Ao avaliar tais manifestações e atitudes autoritárias, Adorno, acompanhado de pesquisadores, como Daniel Levinson, R. Nevitt Sanford e Else Frenkel-Brunswik, elaboraram questionários que eram avaliados de acordo com um critério psicológico: a escala F, onde F corresponde ao índice de fascismo. Antes dos estudos da Arendt sobre "Eichmanns e Himmlers", Adorno identificou um "tipo antropológico" que, na obra *Personalidade autoritária,* era vinculado ao "tipo manipulador: são pessoas simultaneamente frias, sem relações e com um pensamento estritamente tecnológico, mas, em certo sentido, loucas, das quais Himmels constitui um protótipo. E esta unidade notável, entre um sistema delirante e a perfeição tecnológica, parece estar numa fase ascendente, desempenhando novamente um papel decisivo nestes movimentos".[192] O antissemitismo teria na rejeição do intelectualismo e no conformismo suas forças motrizes.[193] Nota-se que nas entrevistas efetuadas na elaboração de "A Personalidade Autoritária", em que Adorno mobiliza como métrica para avaliar o nível de autoritarismo de cidadãos americanos a conhecida "escala F"[194], temos como constatação a ideia segundo ao qual esse ódio passa a ser focalizado de forma generalizada, inclusive para negros e para outras minorias e para grupos subalternos.

> O sadismo busca uma saída em direção àqueles com quem o sujeito não se identifica: em última instância, o outgroup. O judeu, frequentemente, torna-se um substituto para o pai odiado, muitas vezes assumindo, em um nível de fantasia, as mesmas características do pai contra as quais o sujeito se revoltava, tal como a de ser prático, frio, dominador e, até mesmo, um rival sexual.[195]

Essa estratégia, como Adorno enfatiza no contexto da Alemanha pós-guerra, apoia-se numa falsa ideia de ameaça interna: o chamado "Imago comunista"[196] que, naquela época, assim como hoje, possui uma espécie de caráter místico, completamente abstrato e irreal, dada a correlação de forças nesses dois períodos. Essa constante paranoia reforça a ideia de que o fascismo precisa de uma massa como base[197] e uma cooperação ativa de pessoas para a

---

[192] Adorno, 2020, p.28
[193] Adorno, Theodor W. **Zur Bekämpfung des Antisemitismus heute: Ein Vortrag**. Berlin: Suhrkamp, 2024
[194] Adorno, 2019.
[195] Adorno, 2010, p.14.
[196] Adorno, Theodor W. **The Psychological Technique of Martin Luther Thomas' Radio Addresses.** Stanford, CA: Stanford University Press, 2000.
[197] Adorno, 2019, p.88.

efetivação de seu projeto político de destruição e, para isso, não apela ao auto interesse racional dos cidadãos, mas apela, sobretudo, às necessidades emocionais, que Adorno aponta serem, frequentemente, os medos e os desejos mais primitivos e irracionais. Contudo, há também um elemento socioeconômico central para a mobilização de tais afetos disruptivos, a saber, a fragilidade e a instabilidade financeira de classes intermediárias. Como bem nota Adorno, a:

> [...] harmonia com o fato de que o movimento fascista, na Alemanha, recorria fortemente a pessoas de classe média frustradas de todas as categorias: aquelas que haviam perdido sua base econômica, sem estarem prontas para admitir sua situação de classe; aquelas que não viam nenhuma chance para si mesmas, a não ser o atalho de se juntar a um poderoso movimento que lhes prometia empregos e, em última instância, uma guerra bem-sucedida.[198].

É por esta razão que a crise econômica torna a classe média, enquanto sujeito histórico, a mais propícia para assumir a massa fascista, pois, Abromeit bem aponta, como Adorno identifica, que "este desprezo pelos pobres, como parasitas, vem geralmente acompanhado da admiração pelos ricos e bem-sucedidos, como sendo, supostamente, os membros mais produtivos da sociedade." De fato, a característica tradicionalista marca a ideologia do pseudoconservadorismo, no qual Adorno[199] resume como sendo um indivíduo que, “em nome da preservação dos valores e das instituições tradicionais americanas, e da defesa deles contra perigos mais ou menos fictícios, consciente ou inconscientemente, visa a sua abolição”. O tradicionalismo, neste aspecto, é apenas um disfarce para seus desejos, repressivos e destrutivos. Para compreender esse caráter de estrutura de personalidade, Adorno[200] distingue, entre duas categorias de pseudoconservadores, “aqueles que dizem acreditar na democracia, e são, na verdade, antidemocráticos, e aqueles que se consideram conservadores, enquanto cedem, sub-repticiamente, a desejos subversivos”.

O caráter econômico de classe retorna aqui, novamente, em uma forma de ideologia anti-assistencialista e pró-desigualdade social: os pseudoconservadores fazem objeções à interferência estatal nas leis "naturais" do mercado, e adotam o espírito do adágio "aqueles que não trabalham, não devem comer"[201]. O tradicionalismo marcado nesse pensamento é, sobretudo, antidemocrático, pois, conforme Adorno sugere, “a democracia formal parece, para

[198] Adorno, 2019, p.397.
[199] Ibidem.
[200] Adorno, 2019, p. 388.
[201] Abromeit, 2017, p. 21.

esse tipo de pensamento, estar muito longe ‘do povo’, e o povo só terá o seu direito se os processos democráticos ineficientes forem substituídos por um sistema bastante indefinido de braço forte”.[202] Como vimos, esse sistema se adequa as diretrizes que conduziram o regime nazista e, no caso brasileiro, apontaremos mais adiante, torna-se compatível com o monarquismo ou a ditadura militar. A infraestrutura moral desse sistema autoritário estaria calcada nas chamadas “paixões tristes”, sentimentos de ódio e ressentimento, o que Adorno explica como que:

> O ressentimento causado por essa contradição é desviado por aqueles que falham em reconhecer suas raízes econômicas, contra a própria forma de democracia. Por não cumprirem o que prometem, eles a consideram uma "fraude", e estão prontos para trocá-la por um sistema que sacrifique todas as reivindicações à dignidade humana e à justiça, mas do qual eles esperam vagamente alguma espécie de garantia de suas vidas, por meio de um melhor planejamento e por organização[203]

A mobilização é efetuada graças à propaganda fascista, que aglutina os potenciais que solapam a fisionomia normativa e equânime que já estaria contido na população, e fazem, “ativando cada grama de potencial antidemocrático, ajustando-se a elas, eliminando a mais tênue centelha de rebelião”. É neste sentido que Adorno acredita que o “conhecimento sobre a natureza e a abrangência dos potenciais antidemocráticos indicarão programas para a ação democráticas” que, por sua vez, estariam voltados “para aumentar aquele tipo de autoconsciência e de autodeterminação, que torna qualquer tipo de manipulação impossível”.

Aqui reside a sutileza da estratégia da propaganda fascista e antidemocrática pois simula de modo cínico e exibe que *a paradoxal retórica populista é, ao mesmo tempo, contra e a favor da democracia*. Inevitável não associar esse recurso ao que, recentemente, Adam Przeworski vem chamando de um “autoritarismo furtivo”[204], um procedimento de erosão constitucional que ocorre em democracias iliberais contemporâneas. Característica do populismo de direita, tal procedimento consiste na utilização do mesmo arcabouço liberal das instituições e uma retórica democrática mobilizada para solapar essa mesma infraestrutura em nome do personalismo autoritário do líder e da constituição de uma soberania de um povo autênticoPara reforçar essa cultura política, os agitadores fazem uso de dispositivos da estereotipia e da personalização, que são traduzidas como repetições dentro de padrões

[202] Adorno, 2019, p.384.
[203] Adorno, 2019, p.384.
[204] Przeworski, Adam. **Crises da Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

infantis, atrofiando a experiência política.[205] Por esta razão, Adorno[206] diagnostica que "há razões para acreditar que o potencial fascista, hoje (na década de 1960), apresenta-se, em grande parte, na manutenção de ideias tradicionais que podem ser chamadas tanto de liberais, quanto de conservadores".

A fim de investigar essas nuances, Adorno lança a crucial distinção entre conservadores genuínos e pseudoconservadores[207]. Os primeiros, apoiando "não apenas o capitalismo em sua forma libidinal e individualista, mas também aqueles princípios do americanismo tradicional, que são definitivamente antirrepressores e sinceramente democráticos, como a rejeição irrestrita a preconceitos antiminorias", e os pseudoconservadores, marcados pela agressividade e pelo revanchismo, que correspondem a uma estrutura psicológica direcionada ao convencionalismo e à submissão autoritária no nível do eu, com violência, impulsos anárquicos e destrutividade caótica na esfera do inconsciente".[208] Consequentemente, a representação política desse movimento encarna, por um lado, o anti-intelectualismo, assim como o caráter autoritário, formando conjuntamente uma espécie de síndrome social.[209] Ignorância e confusão mental (aqui próxima da ideia de dissonância cognitiva) aparecem como sintomas de uma formação política escassa e de uma abundância de notícias políticas, com o qual, afirma Adorno, a população é inundada de modo irreflexivo, isto é, no rádio, na imprensa e nos noticiários, questões políticas relevantes são absolvidas como momentos de lazer e se transfiguram em um entretenimento, como o esporte ou o cinema.[210]

Não é à toa que a chamada ameaça comunista, elemento central na guerra cultural, revela para Adorno que o "comunismo transformou-se, pura e simplesmente, numa palavra que assusta." Essa mensagem é mobilizada pela retórica na qual "apresentam-se informações difíceis de comprovar, mas que, precisamente, por ser impossível verificá-las, conferem àquele que as apresenta, uma autoridade especial", ou, em muitos casos recorrentes, Adorno pauta que as práticas daquelas épocas eram ressonâncias da "famosa técnica hitleriana da mentira grosseira"[211]. Em geral, trata-se de um aperfeiçoamento de técnicas de manipulação de massa, que Adorno vincula, diretamente, aos ideólogos do nacional-socialismo. Um

[205] Adorno, 2019, p.356.
[206] Ibidem.
[207] Adorno, 2019, p.379.
[208] Adorno, 2019, p.379.
[209] Adorno, 2020, p.42.
[210] Adorno, 2019, p.354.
[211] Adorno, 2020, p.43.

exemplo desse recurso retórico é conceituado por Adorno, sob a rubrica de um "*Método do salame*": corta-se um bocado de informação a um completo, depois mais um e mais outro. Por exemplo: reduz-se o número de judeus assassinados, recorrendo a uma bijuteria pseudocientífica, próprio do movimento. No primeiro caso, diz-se que não foram seis milhões, depois chega ao ponto de duvidar que alguns sequer tenham sido assassinados.[212] Adorno ainda nomeia isso como um "truque do oficial", na medida em que estes grupos, através de sua nomenclatura, comportam-se como se tivessem a cobertura e o apoio de entidades oficiais.

Outro elemento crucial da teoria do populismo de Kracauer[213] é o terror representado e encarnado no líder do povo. O terror tem dois usos como ferramenta da propaganda: cria medo (tudo vira incerto e instável e passível de crença) e separa indivíduos de seus interesses concretos e o subordinam a uma comunidade imaginada ou a uma forma espetacular (perda da capacidade reflexiva em função de uma ideia fictícia). A propaganda fascista estabeleceria um vínculo emocional entre o líder e o povo[214] – mais do que a violência, um líder como Hitler deveria ser um "virtuoso do instrumento das almas", sobretudo porque Hitler acreditava que a Alemanha perdeu a primeira guerra mundial porque falhou no seu projeto de propaganda[215].

Um exemplo dessa dimensão fictícia de uma falsa solução que promete uma distorcida integração está em outro ensaio intitulado "A conquista europeia na tela: o noticiário nazista, 1939-1940"[216], onde Krakauer descreve as técnicas de edição e enquadramento empregados pelos cineastas e câmeras nazistas nas passeatas em Berlim. Nessas filmagens, chama atenção os closes de partes do corpo das pessoas, que privilegiam fragmentos, mas não tomadas da parte inteira dos indivíduos - como se eles fossem apenas a parte de um corpo inteiro, quando o único corpo que aparece é o de Hitler ele mesmo.

---

[212] Adorno, 2020, p.44.

[213] Traverso, Enzo. **Siegfried Kracauer: itinerario de un intelectual nómada**. Trad. Anna Montero Bosch. València: Edicions Alfons el Magnànim, 1998.

[214] Fritzsche, Peter. "The Role of 'the People' and the Rise of the Nazis": In: Abromeit, John; Chesterton, B; Marotta, G e Norman (org.). **Transformations of Populism in Europe and the Americas**, . Y. London: Bloomsbury, 2016, p. 5–14.

[215] Kracauer, Siegfried. **From Caligari to Hitler: A Psychological Study of the German Film**. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2019.

[216] É por esta razão que, na apresentação a edição espanhola do ensaio, Jesus Casquete observa que a propaganda tem a intenção de formatar uma nova ideia de subjetividade, isto é, alterar a "estructura psico-física del hombre y aspira a una revolución antropológica que altere la percepción que el individuo tiene de la realidad hasta conseguir que este renuncie a su autonomía en aras de su sometimiento de grado a la condición de eslabón de la 'comunidad nacional'"

O líder exerce uma função fundamental na propaganda e na disseminação do terror porque enquanto a massa aparece como partículas de um todo, o líder aparece como a totalização do movimento, cuja culto da personalidade torna-se elemento fundamental do processo de hipostasiação da massa. O líder, segundo Krakauer, assume a fachada de um charlatão – que através de uma personalidade falsa, tem como tarefa manter um continuo aumento das esperanças fantásticas. Tal como um hipnotizador, Kracauer apresenta o Führer como um encantador de massas, ressoando a sua análise do tipo tirânico da figura de Dr. Caligari, um feiticeiro que se utiliza do sonambulo Cesare para manipular as massas.

Batalhadores da liberdade como personalidade autoritária

O próximo grande estudo empírico do Instituto de pesquisa social de Frankfurt buscou analisar como atitudes autoritárias entre as classes médias e baixas na Europa e nos Estados Unidos eram condicionadas pela estrutura cambiante da família. Para os propósitos desta tese, gostaria de me deter sobre os estudos empíricos que foram conduzidos nos Estados Unidos na década de 1940, que ilustraram a premissa básica de que o populismo de direita e as tendências sociais e políticas populistas e autoritárias não estavam de modo algum restritas à Alemanha ou à Europa. Na análise de Lowenthal[217], os discursos "apontam para a desintegração das instituições existentes, a perversão e destruição da democracia, a rejeição dos valores ocidentais, a exaltação do líder, a redução do povo a robôs arregimentados, e a solução de todos os problemas sociais pela violência terrorista".

Tais mecanismos, à primeira vista, oferecem um alívio temporário de sofrimento social causado pela depressão econômica, mas, paulatinamente, encorajam os seus ouvintes a abandonar formas de reflexão e formação da vontade política, enfim, baseadas na prática da autonomia e nos recursos das ciências modernas que contam com evidências, para adentar numa prática de hostilidade, paranoia e irracionalidade. Fundamental para tal análise foi a demarcação proposta pelos autores das cartografias das coordenadas políticas. Tal configuração vai além de uma mera performance de atrizes e atores sociais e indica a formação do caráter e das personalidades em meio ao contexto politico: a distinção entre um agitador e um ativista. A partir de uma definição muito geral, o "ativismo progressista" que Lowenthal e Guterman identificaram em suas entrevistas, diria respeito a uma ideia não

217 Löwenthal, Leo; Guterman, Norbert. **Prophets of Deceit. A study of the Techniques of The American Agitator**. Nova Iorque: Verso Books, 2021.

reificada e ampla de uma "liderança democrática"[218] como uma forma de pedagogia voltada para emancipação e o pensamento autônomo.

Em outras palavras, os batalhadores da liberdade se tratariam de sujeitos cuja personalidade estaria comprometida com uma concepção de progresso político (autonomia ou autodeterminação) que possa ser difundida nos termos de uma noção de transformação social enquanto reforma ou revolução. O reformista e o revolucionário se tornam tipos ideais que encarnam o papel de um líder progressista, apresentando a si mesmos, simultaneamente, como similar e diferente de seus seguidores: parecido porque tem interesses em comum, diferente porque ele tem talentos especiais em representar tais interesses. Já o agitador, ao invés de enfatizar uma identidade de seus interesses com de seus seguidores, ele personifica (ao modos de um populista autoritário) ser alguém simples, que pensa, vive e sente como o resto da população mais vulnerável aos seus discursos.

O agitador, todavia, não pretende se esforçar para explicitar quais seriam as causas da insatisfação social, apenas mirar a um inimigo inventado e responsabilizá-lo. Enquanto o agito de denúncia "a violação e desapropriação da forma presente social, ele não nomeia os responsáveis pelas patologias sociais, como faz o revolucionário"[219]. Desse modo, Löwenthal e Guterman notam que o agitador é antes de tudo um conservador, um defensor do status quo, pois, ao invés de mobilizar sentimentos para uma mudança social, o agitador não quer organizar uma visão de um mundo melhor, pelo contrário, "o agitador transforma democracia de um sistema de garantias para direitos de minorias para um que meramente afirma o status privilegiado da maioria"[220]. Essa característica do agitador, segundo os autores, se aproximaria dos fascismos da época, tendo em vista que Hitler e Mussolini negavam o modo de vida democrático em favor de um sistema baseado na liderança carismática.

No prefácio de Horkheimer sobre a obra, o autor enfatiza que a "demagogia sempre aparece quando uma sociedade democrática é a ameaça da destruição interna". Este último componente que marca a característica central do agitador: a demagogia é composta por uma série de técnicas e recursos manipuladores e molda o pensamento por excelência reacionário do agitador como uma patologia social da esfera pública democrática. A demagogia, que compõe o arsenal retórico da agitação fascista, assume o papel do que Freud chama de mal-estar, e Löwenthal e Guterman vinculam a noção de doença social (*social malaise*), isto

[218] Adorno, Theodor. Democratic Leadership and Mass Manipulation. In. Gouldner, Alvin (org.). **Studies in Leadership: Leadership and Democratic Action.** New York: Russell and Russell, 1965. p. 418-438.
[219] Löwenthal, Leo; Guterman, Norbert. **Prophets of Deceit. A study of the Techniques of The American Agitator**. Nova Iorque: Verso Books, 2021.
[220] Ibidem.

é, uma patologia, se usarmos um termo da teoria crítica mais recente, como uma deformação as bases racionais de circulação do poder na esfera pública democrática. No entanto, a ideia de espaço onde a agitação espraia seu poder se aproximaria mais de uma indústria cultural e de uma cultura de massa, que ainda precisaria ser destrinchada

Importante salientar que, para além do esforço metodológico de análise de discursos de agitadores da época, a intenção maior de tal projeto seria desenvolver um manual político e pedagógico em que poderíamos identificar os truques usado por tais demagogos, que Löwenthal chama de "código Morse psicológico tapeado pelo agitador e incorporado pelos seguidores", ou seja, uma "linguagem da destruição", de modo a desarmá-los e expor o núcleo anômalo da empreitada. Trata-se de desmascarar os charlatões e o seu modus-operandi. O alvo seria a desconstrução da demagogia suscitada pela agitação entendida como uma patologia política, que mobiliza a raiva e o mal-estar social em um discurso de ódio excludente e focalizado em indivíduos pré-estabelecidos, sem, contudo, remediar e indicar as causas sociais que produzem sistemicamente tal sofrimento.

Nesse sentido, estamos diante de uma legitimação ideológica de uma "narrativa de justificação", que se adequa ao procedimento de abstrair uma romantização do discurso do agitador: esse recurso tem origem nos estudos de Lowenthal, na sociologia da literatura e em sua críticas da ideologia autoritária, usada aqui como uma forma de identificar temas recorrentes e decodificá-los. Para isso, os autores se utilizam de análise de conteúdo e psicanálise como metodologia: primeiro como uma catalogação de temas, topos recorrente que aparecem nos discursos como imagens depreciativas de "judeus", "refugiados", "estrangeiros" que seriam equivalente a "vermelhos", "plutocratas". E, em segundo lugar, para demonstrar como agitadores transformam seguidores, criam um inimigo espectral construído e criam um mundo hostil onde todos consumem uma desconfiança na democracia, paranoia da manipulação geral, catastrofismo iminente, a ideia de que todos gozam de algo em função daqueles que são autênticos em uma nação.

A este conjunto de "dispositivos manipuladores" que fazem pessoas se submeterem em uma escravidão psíquica, Löwental e Guterman nomeiam "psicanálise reversa"[221]. Ao

[221] Conforme comenta Era Loewenstein, Lowenthal, em suas memórias de Adorno, escreveu: "Tenho orgulho de que Adorno tenha aprovado e usado minha definição abreviada de agitação fascista, bem como de indústria cultural, como psicanálise às avessas, ou seja, como dispositivos mais ou menos constantemente manipulados para manter as pessoas em permanente escravidão psíquica, para aumentar e reforçar o comportamento neurótico e até mesmo psicótico, culminando na dependência perpétua de um 'líder' ou de instituições ou produtos". Loewenstein, Era. In Dark Times: Psychoanalytic Praxis as a Form of Resistance to Fascist Propaganda. **Psychoanalytic Inquiry**, 43:2, 130-144, 2023.

invés de oferecer ao paciente uma experiencia de autorreflexividade, eles insistem na ferida, aumentando e reforçando comportamentos psicóticos e neuróticos. É neste momento do "auge paranoico", que os autores sugerem ocorrer a transformação de cidadãos democráticos em sujeitos totalitários. O movimento é duplo: ignorando a pobreza real e as experiencias de vulnerabilidade simplificando os problemas e sofrimentos sociais e ignorando as injustiças reais, não localizando as suas causas (capitalismo) e as redirecionando individualmente a personagens específicos, clamando pela "necessária eliminação de pessoas ao invés de uma mudança da estrutura política". Em sentido regressivo, tais agitadores clamavam a um retorno a uma comunidade, ao povo e a nação de modo idealizado e homogeneizado. O mal-estar passa a ser refletido, intensificado, estimulado até ser canalizado em um inimigo indeterminado. Esse estímulo, relatam os autores, se assemelha ao processo de coçar uma ferida:

> O desconforto pode ser comparado a uma doença de pele. O paciente que sofre sente, por instinto, a necessidade de coçar. Se ele seguir o conselho de um médico competente, ele evitará coçar e procurará uma cura para a causa de sua coceira. Mas se ele ceder à sua primeira reação, ele se coçará ainda mais vigorosamente. Esse exercício irracional de automutilação lhe dará algum alívio, mas ao mesmo tempo aumentará sua necessidade de coçar e não curará sua doença de forma alguma. O agitador diz: Continue coçando.[222]

Nesse processo neurótico, o agitador não chega a uma imagem definitiva do inimigo, como os autores mencionam, trata-se de um strip-tease infindável, conforme Löwenthal critica, que se usa de imagens desses pretensos inimigos sem promover uma real perspectiva de transformação social, apenas alguns estímulos que, tal como o flautista de Heimlin, enfeitiça a sua audiência com mentiras. Além desse encantamento, o psicanalista Christian Dunker enumera algumas dessas tendências identificadas que aparecem de forma recorrente nas investigações de Theodor Adorno: "o pequeno grande homem, a promessa indeterminada, a sobriedade cínica associada à intoxicação psicológica, a apresentação estilizada, a economia da gratidão, o rebaixamento calculado de inibições, a imitação de sentimento, a revelação e o abandono temporário às emoções, o truque do testemunho, assim como o reforço imaginário de "nós" e da comunidade contra os inimigos fabricados.

---

[222] Löwenthal, Leo; Guterman, Norbert. **Prophets of Deceit. A study of the Techniques of The American Agitator.** Nova Iorque: Verso Books, 2021

Embora esteja mais preocupado com a análise do populismo de direita, Kracauer[223] analisou também uma espécie de populismo anticapitalista ou progressista, que ele encontra nos estudos sócio-históricos de Horkheimer que vimos no capítulo anterior acerca de líderes burgueses durante a primeira modernidade: baseando justamente na transformação da celebração burguesa da autonomia individual (pensemos em Mill ou Goethe sobre o desenvolvimento da individualidade) no seu oposto. Essa ideia de um populismo anticapitalista ou progressista, que Abromeit[224] identifica em Gregor Strasser, sujeito que foi responsável pela propaganda do partido nazista, tentou retirar o nacionalismo do capitalismo e o socialismo do internacionalismo para criar o nacional-socialismo – mas flertava com uma retórica anticapitalista, que Hitler rotulava com um nacional-bolchevismo, que retirava o caráter empresarial e das relações capitalistas fundamentais para perpetuação do nazismo - umas espécie de vitória do populismo de direita sobre um de esquerda.

O populismo reacionário, fascista, autoritário, seria de direita porque usa o conceito de povo para esconder e escamotear as contradições do capitalismo monopolista e para legitimar as formas de dominação social. O líder tem um papel muito mais central do populismo de direita fascista do que no de esquerda. Pois, no campo socialista, o líder teria a função de articular a melhor forma de se alcançar os interesses materiais dos indivíduos no movimento. Já no fascismo, o líder tem uma função sociopsicológica: ele deve criar o vínculo emocional de uma comunidade, que no socialismo seria secundário. Neste sentido, o culto à personalidade fascista seria o oposto do culto burguês: ele visa a uma estetização da política – na etimologia grega, não em relação à arte, mas aos sentidos, de modo que existe um prazer fascista no que Debord chamaria de espetáculo e dominação de massa e que Kracauer [225] nomeia de "Massenbildkunst" – uma arte das imagens de massa.

Todo o prazer estético de frequentar comícios e marchas fascista seria, em si mesmo, um prazer da propaganda, assim como assistir a performance das Tiller Grils, como ele analisa no ornamento da massa. Porque, nesse gozo, a propaganda fascista consegue fazer que a audiência se torne um partícula da massa, uma parte de uma "Volksgemeinschaft". Pensemos no "Triunfo da vontade", o filme em que soldados de várias regiões da Alemanha

[223] Honneth, Axel. Der destruktive Realist. "Zum sozialphilosophischen Erbe Siegfried Kracauers" in: Honneth, Axel. **Vivisektionen eines Zeitalters**. Suhrkamp, 2018.
[224] Abromeit, John. "Appendix 2 Siegfried Kracauer and the Early Frankfurt School's Analysis of Fascism as Right-Wing Populism". **Selected Writings on Media, Propaganda, and Political Communication**, (org.) John Abromeit, Jaeho Kang e Graeme Gilloch, New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, 2022, pp. 395-422.
[225] Kracauer, Siegfried. Vidraças despedaçadas. Trad. Fernando Albuquerque. In: Albuquerque, Fernando. **10 x Kracauer**. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura) – Faculdade de Letras, UFRJ.

falam os nomes de suas cidades natais – e a montagem faz se tratar de uma comunidade unificada. A propaganda, neste sentido, não seria algo ocasional no populismo de direita, mas sim algo socialmente necessário. É por conta desse respaldo que o líder populista de direita tem como intuito *capturar, sequestrar e se apropriar* dos conceitos filosóficos da burguesia e do seu conteúdo e transformá-los em reforço da dominação em uma ordem social repressora. O mesmo ocorre com formas e estratégias políticas, como comícios de massa, que foram desenvolvidas na luta proletária democrática e socialista e foram ressignificada pelo fascismo:

> A dissolução das estruturas, que a propaganda totalitária estava determinada a destruir, já havia sido desencadeada pelo colapso do sistema partidário. Esse colapso preparou o terreno para essa propaganda, criando uma brecha na qual ela poderia saltar. Quanto mais os partidos operários alemães não atendiam às expectativas, mais fácil era para a propaganda nacional-socialista atrair as massas, produzidas pela crise, com a ideia de socialismo, ao mesmo tempo em que suprimindo os interesses em que o socialismo se baseava. A partir do momento em que a propaganda totalitária explora os procedimentos utilizados no campo revolucionário, sua função muda [...]. *As mesmas ações [...] que, de um lado, dirigem para objetivos revolucionários perdem, do outro, qualquer propósito transcendente à massa e agora servem apenas para transformar a massa em uma formação dura, rigidamente estruturada [...]. O movimento torna-se um fim em si mesm*o[226]

Aqui Kracauer nos dá não apenas um excelente exemplo da apropriação fascista das ideias políticas de esquerda e sua transformação em ideologia populista de direita, mas também nos fornece uma explicação convincente de por que tais transformações são *socialmente necessárias* – precisamente no sentido que Marx discutiu em sua teoria da ideologia. O fascismo pretende eliminar a dimensão progressista da tradição iluminista: seja liberalismo, democracia ou mesmo a dimensão das ideias da revolução francesa – enquanto o socialismo seria o desenvolvimento evolucionário dessa tradição. Conforme nota Horkheimer:

> Os levantes ocorridos no passado mais recente em alguns Estados europeus (...) não são reações absolutistas ou clericais, mas a encenação de uma pseudorrevolução burguesa com ornamentos populistas radicais, totalmente contrária a qualquer possível reorganização da sociedade. As formas que elas

[226] Kracauer, Sigfried. "Totalitäre Propaganda" In: Kracauer, Sigfried. **Werke**, vol 2.2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2012, p. 121.

> tomam parecem ser uma imitação ruim dos movimentos discutidos anteriormente.[227]

Se as ideias políticas e econômicas liberais eram a forma socialmente necessária de ideologia nas sociedades capitalistas liberais do século XIX, a rápida concentração do capital nas sociedades monopolistas e capitalistas estatais do século XX criou a necessidade de novas formas de ideologia populista de direita, que assumem sua forma mais extrema e virulenta na propaganda fascista e nacional-socialista.

2.3.Miragens da libertação na modernidade industrial: contrarrevolução fascista

Os desenvolvimentos do velho espirito do populismo e seus simpatizantes tomaram corpo de forma clandestina em espaços que acolhiam e prestavam homenagem a ex-combatentes e mártires fascistas, tais como os membros do Waffen-SS e HIAG na Alemanha e o belga Fundo Saint-Martin. Mesmo presentes nestas associações, os neofascistas tinham baixo apoio popular por ser amplamente rejeitado em países como Alemanha e Holanda, tendo desempenhos pífios e patéticos em corridas eleitorais, ficando, quase sempre, abaixo da cláusula de barreira, quando não foram banidos, como foi o caso do partido socialista do Reich, em 1950, e o Movimento Social Nacional Europeu, em 1956, tendo somente como exceção o partido fascista italiano MSI (Movimento Social Italiano), que fazia alusão e venerava o enforcado líder Mussolini.

Embora tenha as mesmas características dos movimentos nazistas que ficaram proibidos, o MSI conseguiu chegar a patamares mais aclamados que em outros países no parlamento, vigorando atá a sua mudança de nomenclatura para Aliança Nacional em 1995 e chegando a compor setores do governo de Fernando Tambroni em 1995. Não somente na Europa o neofascismo se mesclou entre partidos populistas de direita, se articulou marginalmente entre grupos tradicionalistas e conquistou vitorias parlamentares: no leste europeu resquício do colaboracionismo nazista sobreviveu em países como Croácia, Hungria e Eslováquia; na América Latina, muitos salazaristas e franquistas se infiltraram em movimentos populistas de direita abertamente fascistas, como no caso brasileiro do integralismo, além de vermos também ressonâncias em lugares como Austrália.

---

[227] Horkheimer, 2011, p. 97.

O caráter democraticamente regressivo do populismo de direita pode ser constatado no seu desenvolvimento nas décadas subsequentes do pós-guerra (1955-1980), onde o neofascismo enquanto ideologia passou a ter um lugar periférico nos movimentos populistas de direita, que tomaram como pauta principal uma postura antielitista e tentavam capitalizar aquelas e aqueles que sofreram com as crises econômicas do pós guerras, em especial, as pessoas marginalizadas pelo Estado do Bem-estar social que se encontravam em periferias rurais. É a dimensão rural que virou o campo de batalha central entre os novos movimentos populistas de direita que recuperam muito das plataformas que estiveram em voga na Irlanda com o Partido Nacional Agrícola e a Frente do Homem Comum na Itália.

Dentre o populismo rural, o movimento que teve maior visibilidade e alcançou uma influência acachapante na Europa foi a União da Defesa de Lojistas e Artesãos, mais conhecidos como partido Poujadista, liderado pelo seu fundador Pierre Poujade. Embora introduzisse uma dimensão anti-urbana, anti-parlamentarista e personalista típica do neofascismo dos anos anteriores, o *poujadismo* não tinha um caráter antidemocrático por demais acentuado, tendo em vista o seu sucesso em conciliar uma vasta influência eleitoral no parlamento francês e, ao mesmo tempo, angariar uma massa fiel ao seu líder com mais de 400 mil seguidores no final da década de 1950.

A rápida e intensa ascensão deste movimento legou uma contribuição que tem lastro na política contemporânea: Jean-Marie Le Pen, que foi eleito o parlamentar mais jovem da história do pós-guerra francês em 1956, era fruto direto do poujadismo e levou adiante muito de legado populista de direita nos seus pleitos seguintes. A década seguinte foi marcada ainda pela presença forte de partidos rurais populistas, como o Partido dos Fazendeiros da Holanda e o Partido Progresso da Dinamarca. A partir dos anos 1970 e 1980, o populismo de direita começou a ganhar conotações mais neoliberais, com uma rejeição forte à tributação pelo Estado e passou adotar pautas claramente refratárias em torno dos movimentos migratórios crescentes da época. Foi neste período que slogans que costumamos ver entre populistas da extrema direita hoje como “Parem com a imigração” e o mais corriqueiro “Tornem a Grã-Bretanha grande novamente” emergiu na Frente Nacional Britânica.

No outro lado do Atlântico, a influência do sentimento anti-imigração europeu se traduziu na pauta cultural do anticomunismo entre frações notórias do neoconservadorismo americano, abrindo um novo capítulo para a ultradireita mundial. Destacam-se, neste contexto, a Sociedade John Birch e o senador Joseph McCarthy, que ensejou o conhecido macarthismo e sua caça às bruxas contra qualquer pensamento progressista como uma ameaça vermelha. No entanto, a prerrogativa inverídica de uma invasão marxista nos valores

autenticamente americanos deu abertura para candidaturas que, sem qualquer constrangimento, se declaravam abertamente racistas e racialmente segregacionistas como na campanha do senador Barry Goldwater, e, de forma mais infame, na campanha do governador do Alabama, George Wallace, que em 1968, conseguiu uma enorme vitória com o apoio ressurgente da Ku Klux Klan - KKK, organização mais racista da história dos Estados Unidos. Esse período formou as bases para um neoconservadorismo se espraiar e formar uma subcultura relevante na esfera pública das democracias ocidentais, mas sem ainda conseguir angariar um capital eleitoral suficiente para formas hegemonias significativas e transformar sistemas políticos. Foi somente no final da década de 1980 que começamos a perceber ensaios de uma maior presença eleitoral do populismo de direita radical.

Curiosamente, Adorno nota como a revista do movimento da extrema direita chama-se "Jornal dos Estudantes", e a palavra "liberdade" é mobilizada de forma ideológica em diversas de suas chamadas, quando, na realidade, defendem pautas e plataformas antilibertárias por excelência. Essa distorção das instituições liberais pelos agitadores e líderes fascistas marca a antecipação de Adorno no que diz respeito a um diagnóstico contemporâneo das erosões normativas da democracia, ao constatar como "os movimentos fascistas poderiam ser considerados como os estigmas, as cicatrizes de uma democracia que continua, até hoje, a não corresponder, plenamente, ao seu próprio conceito"[228]. O aspecto de cinismo constitutivo forma o conjunto de ideologias da nova direita e estabelece a marca constitutiva desses movimentos, que respondem à patologia estrutural que promove um flerte profundo com sistemas delirantes[229]. Em última instância, há um elemento central demagógico no caráter populista, pois "invoca-se sempre a verdadeira democracia e acusa-se os outros de serem antidemocráticos". Conforme já indicava Simone de Beauvoir, o pensamento da nova direita populista é permeado por um tecido de contradições: "Realista, duro, pessimista, cínico, é também espiritualista, místico. É uma filosofia da imanência com uma religião do Transcendente. Em certo momentos, pretende ser sintético; em outros, postula o atomismo".[230]

---

[228] Adorno, 2020, p.19

[229] Adorno, 2020, p.27

[230] Logo, para o cinismo ser efetivo e angarias mentes e corações, Beauvoir nota como as promessas não são cumpridas, nem responsabilizadas, nessa concepção de liberdade populista de direita, sendo: "Uma das maiores mistificações do liberalismo considerar a contingência dos casos individuais submetidos globalmente a uma necessidade estatística, como sendo o prêmio de uma autêntica liberdade. A vantagem desta mentira é que, ao tornar o próximo responsável pela sua sorte, tenho o direito de lavar as mãos. Haveria outra maneira de se escapar à responsabilidade: considerar-se a si mesmo como determinado. Porém a burguesia timbra em se conceber soberanamente livre; só o atomismo individualista lhe permite conciliar liberdade e irresponsabilidade;

Para decifrar e desmontar essa estrutura de personalidade e o simulacro de liberdade, Adorno analisa os elementos que congregavam várias correntes no campo da direita, em torno de "perpetuações dos pressupostos sociais do fascismo"[231]. Perplexo ao verificar que, nos partidos e movimentos da direita populista da década de 1960, havia "poucas novidades acrescentadas ao velho repertório (nazista) e como estas novidades são secundárias e meramente reutilizadas"[232], Adorno nota que as características centrais já estavam presentes na juventude hitlerista e nos seus mecanismos de reprodução cultural e continuavam latentes na sociedade alemã. Tal persistência de elementos totalitários nos discursos correntes leva a Adorno constatar que "a identificação com o sistema nunca foi, realmente, destruída de forma radical e, neste fato reside, naturalmente, umas das possibilidades de serem, precisamente, os grupos de que estou a falar, retomarem o caminho".[233]

Diante desse cenário, caberia avaliar como o radicalismo de direita se impõe naquilo que Adorno chama de "setor cultural", e o procedimento de crítica deve voltar-se, como ele reforça, aos sintomas de reação cultural e de provincianização forçada do discurso importado pelo movimento. Tal empreitada teórica, todavia, requer para Adorno delinear as disposições sociopsicológicas dos alemães e a forma de atuação da agitação fascista, isto é, seu esquema retórico e performático, e o "páthos nacionalista",[234] que subjaz esse movimento.

Nessa mesma esteira, ao avaliar a persistência dos elementos fascistas da Alemanha nazista na sociedade americana, Neumann, Kircheimer e Marcuse colaboraram fornecendo relatórios sobre as dimensões culturais e politicas que replicavam elementos fascistas no populismo de direita da época[235]. Em especial, para este último, a essa captura populista da liberdade Marcuse[236] nomeia de um novo tempo do mundo: "o mundo ocidental atingiu um novo estágio de desenvolvimento: agora, a defesa do sistema capitalista requer a organização de uma contrarrevolução preventiva, interna e além mar"[237]. Assim Marcuse formava o

---

um homem de esquerda, ao contrário, se considera ao mesmo tempo condicionado e responsável." De Beauvoir, Simone. **O Pensamento de Direita, Hoje.** Tradução de Manuel Sarmento Barata. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967

[231] Adorno, 2020, p.11.

[232] Adorno, 2020, p. 38.

[233] Adorno, 2020, p.18.

[234] Adorno, idem.

[235] Neumann, Franz, Herbert Marcuse and Otto Kirchheimer. **Secret Reports on Nazi Germany: The Frankfurt School Contribution to the War Effort.** (org.) Rafaelle Laudani. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2013.

[236] Marcuse, Herbert. **Um ensaio sobre a libertação.** Trad. Humberto do Amaral. São Paulo: Editora Politeia, 2024.

[237] Marcuse, Herbert. O destino histórico da democracia burguesa. **Dissonância.** Dossiê Hebert Marcuse, v. 2, n. 1. 2, 2018, p. 42–76

diagnóstico do livro "Contrarrevolução e Revolta[238]", relativa ao desenvolvimento regressivo democrático da passagem de uma sociedade liberal-progressista para uma reacionária-conservadora (recuperada do jornalista William Shirer no The New York Times , que preconizava que os Estados Unidos seria o primeiro povo a aderir o fascismo por voto popular). Tal fase preparatória para um novo tipo de fascismo (não com um programa de terror sistemático, mas em torno da defesa da liberdade como significante de gestão e opressão política) seria marcado pela reação ou backlash dos movimentos de protestos do ciclo de lutas de 1968 (quando Marcuse era perseguido pelo então governador Reagan na Universidade de San Diego) e se consolidou com o evento fundamental da vitória de Nixon sobre McGovern (o democrata que defendia o fim da guerra do Vietnã e uma politica redistributiva) e a subsequente onda de bombardeios em Dezembro (Christimas Bombing) de 72 em Hanoi.

No entanto, esse novo momento era apenas a continuação do que a concepção de liberdade autoritária já havia anunciando desde sua consolidação em governos totalitários – como nos lembra Marcuse[239] ao lembrar da visão de mundo de um representante como Mises, ao qual defende que "o capitalismo é a única ordem possível das relações sociais. […] o fascismo e todas a única ordem possível das relações sociais […] salvaram na atualidade a formação civilizatória européia". As diferentes caraterísticas constitutivas da regressão política, próprias da formação de um Estado beligerante, que Marcuse identifica como "democracia totalitária"[240], são as seguintes: a *mobilização* de uma população inteira em torno do interesse nacional definido pela classe dominante e em torno da abolição do Estado de direito (rule of law); a (ii.) *violência extremada* (impulso destrutivo baseado em formas institucionais de dessublimação repressiva, que busca a aniquilar marginalizados da economia capitalista, seja por violações de direitos civis, encarceramento em massa, pela militarização da política, prática global de tortura no terceiro mundo ou sul global e a repressão brutal aos protestos anti-imperialistas etc.), a (iii.) *reorganização do poder econômico de modo oligopolizante em máfias/rackets*[241] (negocio, máfia e política se

[238] Marcuse, Herbert. **Counterrevolution and Revolt**. Boston, Beacon Press, 1972.
[239] Mises, Ludwig von. Apud Marcuse, Hebert. "O combate ao liberalismo na concepção totalitária de Estado". In: **Cultura e sociedade.** vol. 1, 1997, p.51.
[240] Negt, Oskar, "Marcuses dialektisches Verständnis von Demokratie", in: Marcuse, Herbert. **Das Schicksal der bürgerlichen Demokratie**. Hamburgo: Meiner1999, p. 21.
[241] A teoria dos rackets foi influente no circulo interno da teoria critica e se referia as máfias e sua relação intima com o estado: Adorno, Theodor. Reflexões sobre a teoria de classes. **Crítica marxista**, n. 50, p. 259¬273. Disponível em: https://bit.ly/3y4yMhY2020.. Acesso em: 27 jun. 2022. Horkheimer, Max. 2021. "Sobre a

confundem ao serem operacionados pela corrupção normalizada por milícias e incorporada à administração política); por fim, a (iv.) *legitimação por uma ideologia cínica* da liberdade (uma mentalidade individualista e sadomasoquista, calcada na moralidade capitalista do trabalho, que reproduz uma linguagem orwelliana da não-liberdade confortável, suave, razoável, como símbolo do progresso técnico, que coopta o potencial rebelde e torna indivíduos complacentes com sua dominação, que se assujeitam a um ideal de liberdade que aponta para sua própria auto aniquilação, aqui não mais pela força, mas pela aceitação dos ataques a estrutura de educação e bem-estar e ao estado social como um todo. *Em suma,* mais do que erosão normativa do constitucionalismo de democracias burguesas, a regressão política descrita aqui poderia ser traduzida nos termos que Gunther Anders (pra citar um ex-heideggeriano como Marcuse) chamaria de patologias da liberdade, deformações do potencial racional da liberdade por uma lógica alienante tecnológica (destruidora da natureza interna e externa) que se cristalizou na Era atômica e capitulou na Guerra Fria.

Conclusão

Neste capítulo, revisitamos o modo pelo qual o fascismo do início do século XX representou um velho espírito do populismo de direita. Reconstruindo esse diagnóstico à luz de uma dialética do liberalismo, analisada pelos estudos sobre autoritarismo daqueles que se reuniram em torno do consórcio interdisciplinar de uma Teoria Critica da sociedade, o foco voltou-se para a transformação, senão a captura, dos valores que constituíram uma ideia de liberdade social contra os poderes instituídos do "Ancien Régime", e se converteram, no contexto totalitário, em uma concepção autoritária de poder e legitimação ideológica. Para isso, primeiro, identificamos na personalidade autoritária a subjetividade rebelde que orientou os batalhadores da liberdade em torno de uma concepção de liberalismo e reverteu os sentidos progressistas da modernidade burguesa. Como vimos em segundo lugar, a apropriação da liberdade empreendida por líderes populistas autoritários através de mecanismos de propaganda e manipulação e uma sintomática ideológica cínica da liberdade. Por fim, para compreender o projeto maior das forcas regressiva, foi constado de acordo com os frankfurtianos que o velho espírito do populismo tinha, como orientação central, a retirada de quaisquer dimensões sociais ou democráticas da liberdade, tendo esse projeto seu formato mais realizado na ideia de contrarrevolução preventiva.

---

sociologia das relações de classe". **Cadernos de filosofia alemã**, v. 26, n. 1, p. 141¬164. DOI: 10.11606/ issn.2318¬9800.v26i1p127-164.

3. Novo espírito do populismo

> Antes do definhamento do Estado, a linguagem com a qual se articulava essa própria aspiração se esvaiu. O socialismo, a sociedade sob a qual vivíamos, havia definhado. O comunismo, a sociedade que aspirávamos criar, onde o conflito de classes desapareceria e as habilidades livres de cada um seriam plenamente desenvolvidas, também se fora. Desaparecera não só como ideal, não só como sistema de regras, mas também como categoria de pensamento. *Só restara uma palavra: liberdade.* Ela aparecia em todos os discursos na televisão, em todos os slogans vociferados nas ruas. Quando a liberdade finalmente chegou, foi como um prato servido congelado. Mastigamos pouco, engolimos rápido e continuamos com fome. Alguns se perguntavam se havíamos recebido sobras. Outros notaram que eram simplesmente entradas frias.
>
> **Lea Ypi**[242]

> Corria o boato de que a política estava morta. O advento de uma "nova ordem mundial" foi declarado. O Fim da História estava próximo ... A palavra "luta" foi desacreditada como um retrocesso ao marxismo, tornou-se objeto de ridículo. Quanto à "defesa de direitos", os primeiros que me vieram à mente foram os do consumidor.
>
> **Anne Ernaux**[243]

A derrocada do socialismo soviético com a queda do Muro de Berlim e o final da Guerra fria produziu uma alteração existencial na compreensão do significante da liberdade em um cenário político de proliferação de populismos de direita e esgotamento utópico de uma parcela significativa das esquerdas globais. O modo pelo qual as escritoras Annie Ernaux e Lea Ypi descrevem em suas obras citadas acima o processo e o choque com a passagem dos anos 1980 na França e os anos 1990 na Albânia não se restringe a estrutura de sentimento de

[242] Ypi, Lea. **Livre**. São Paulo: Todavia, 2023.
[243] Ernaux, Annie. **Os anos**. São Paulo: Relicário, 2020.

outras nações do centro europeu, ou, ainda, de países dos balcãs recém-saídos do regime soviético. Para além do norte global, tais fenômenos se estendem também para boa parte dos países que haviam sido afetados pela globalização econômica e pelo capitalismo neoliberal daquela época. Ambos os relatos têm em comum as mudanças sociais cujo pano de fundo era a emergência de uma nova fase do capitalismo a nível global. Certamente, um estranhamento similar que Didier Eribbon sentiu a retornar em Reims ou Luiz Ruffato ao regressar ao interior do Brasil em suas narrativas, indica uma nova paisagem ideológica e uma nova configuração afetada pela emergência de uma compreensão cada vez mais à direita da liberdade.

A emergência do populismo tardio, diferentemente do seu velho espírito esboçada no capitulo anterior, tem na tradução de conquistas eleitorais um contexto de surgimento vinculado a uma nova direita como herança das coalizões neoliberais do final de século[244]– que varia desde o centrismo até a ultradireita, sendo esta a última a sua representante mais notória e que melhor se apropriou das ferramentas digitais que surgiram neste período. É verdade também que muitos eventos populistas à canhota foram significativos para refrear esse predomínio conservador e neoliberal do status quo: Podemos, Syriza, La France insoumise apareceram como um alivio e alternativa a uma politica centrada no significante do povo.

Contudo, tais iniciativas foram devoradas pela onda centrista e direitista que predomina na dinâmica eleitoral e na dinâmica regressiva que Elias Cannetti identificou em "Multidão e Poder" ao notar a reação aos movimentos de trabalhadores de 1930, e hoje atestamos com espanto ao ver passeadas de conspiracionistas e negacionistas de toda lavra. Em ambos os rincões do espectro e das clivagens ideológicas, contudo, a novidade é a passagem da política para o que autoras e autores vem chamando de "hiper-política"[245]. Um ambiente no qual o discurso populista não só reivindica ser representante de um povo autêntico e de uma maioria silenciosa, mas, recentemente, vem se alçando em torno da mística difundida de serem os emissários da verdadeira liberdade digitalmente pulverizada.

Mais do que isso, o populismo tornou-se um forte aliado, senão o principal canal de vocalização e propagação demagogia na altura da modernidade tardia, de mecanismos de distorção sistemática das noções progressistas de liberdade e dos sentidos de emancipatórios de suas lutas por libertação. O que estou chamando de "captura neopopulista da liberdade" se

[244] Anderson, Perry. A Direita Intransigente no Final do Século. In: Anderson, Perry. **Afinidades Seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2002.
[245] Jager, Anton. **Hyperpolitik.** Berlin: Suhrkamp, 2023.

trata precisamente desse diagnóstico da paulatina utilização de uma gramática neoliberal para orientar as ressignificações do conteúdo democrático da liberdade moderna para suas pautas. Essa nova versão neoliberal do populismo, portanto, mistura elementos arcaicos e, sobretudo, modernos para propagar sua visão libertária de dominação, como nos lembra Bourdieu[246]: "se essa revolução conservadora pode enganar, é porque ela não tem mais nada, aparentemente, do velho bucolismo Floresta Negra dos revolucionários conservadores dos anos 1930; ela se enfeita com todos os signos da modernidade".

Portanto, para todos os efeitos, o objetivo deste capítulo consiste em apresentar a forma paradigmática de governo político que encarna as concepções de liberdade da modernidade tardia tratadas anteriormente: o populismo. Para isso, temos que mostrar que o desenvolvimento da concepção neoliberal e tradicionalista de liberdade caracteriza o seu amalgama liberal-autoritário que marcou o velho espirito do populismo, se desenvolveu no contexto de uma mudança estrutural da esfera pública em uma forma de libertarianismo autoritário.

Tal transformação exige que, em ordem de compreender melhor a captura populista da liberdade nesse contexto, deve-se compreender o populismo como produto político de uma modernidade tardia, fruto de um processo regressivo de modernização, no qual os processos econômicos, culturais e sociais influenciam o modo pelo qual a liberdade tornou-se capturada por uma gramática neoliberal com viés fascista. No que se segue, primeiro, o capítulo procurará identificar qual a nova subjetividade rebelde e qual sua concepção de liberdade que responde ao seu correspondente autoritário, para que, em segundo lugar, possamos compreender qual base social que dá substrato subjetivo e institucional a captura populista da liberdade, para, por fim, compreendermos qual seria a nova ideia de contrarrevolução como política antidemocrática na modernidade tardia.

3.1.Abusos da liberdade: neoliberalismo autoritário

As primeiras décadas do século XXI marcaram um rompimento com as características herdadas do pós-guerra da direita radical do final do século XX e o início de uma nova conjuntura de hegemonia em diversas democracias ocidentais. Nesse período, assistimos a uma disseminação de análise das novas experiências populistas na mídia e nos

[246] Bourdieu, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998, p. 81.

círculos acadêmicos teria entrado na moda, mas não sem alguns problemas. Em um período de tamanha profusão de nomes e plataformas populistas, torna-se mais difícil classificar em um significante compartilhado, conforme Thomas Zicman e Miguel Lago apontam, as diferentes características presentes entre um Bernie Sanders e Donald Trump do contexto estadunidense; Boris Johnson e Nigel Farage do caso do BREXIT britânico; do progressista Podemos, que surgiu dos Indignados na Espanha, para seu nêmesis de direita Vox; de Bepe Grillo e o Movimento Cinco Estrelas até Meloni na Itália; a francesa força da família Le Pen que surgiu na onda anterior da renovada presença de Jean Luc Melenchon e o movimento de esquerda da *France Insoumise*, e, no mesmo contexto, do populismo mais à direita de Nicolas Sarkozy e do centrismo de Emmanuel Macron; da tensão do populismo que levou a guerra de Vladimir Zelensky até Vladimir Putin, e, ainda assim, no contexto do sul global, a tensão entre Macri e Kirchner na Argentina Kast e Boric no Chile, Pedro Castille e Keiko Fujimori, Lopez Obrador e Pepe Mujica, e por ai vai.

No campo da direita, a especificidade inicial dessa onda pode ser apontada pela ampla popularidade da resposta do populismo de direita em relação a três crises vividas nesse período: os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a recessão econômica de 2008 e a crise dos refugiados em 2015. Esses momentos delicados na história recente permitiram movimentos populistas angariarem novas e novos eleitores ao redor do mundo e se naturalizarem, diferentemente do período de derrota do fascismo e do nazismo no pós guerra, e se consolidarem de forma inédita, ao contrário da nova direita durantes os anos 1980, nos sistemas políticos contemporâneos.

É o período no qual partidos tradicionais da direita passam a fazer coalizões com a extrema direita populista, e, às vezes, cederem seus partidos para lideranças concorrerem pleitos em parlamentos nacionais. Diversos temas que eram recorrentes em pautas da terceira onda populista como o discurso antimigração, foram recrudescidos e se associaram a uma retórica nativista e autoritária levada adiante por um euroceticismo, uma islamofobia e uma forte oposição a uma agenda humanista e progressista. Foi justamente essa abertura neoconservadora que permitiu a direita radical apoiar candidatos e candidatas da extrema direita, aumentando substancialmente o seu alcance: de 4,7% nos primeiros anos da década de 2000, chegando a 7,5% na segunda década (2010-2018)[247]. Isso permitiu a extrema direita avançar em países que anteriormente não tinha aceitação ou aclamação popular ampla, como a Alemanha, Suécia, Hungria e Holanda, e, até mesmo, figurar entre os partidos centrais de

[247] Mudde. Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de janeiro: Eduerj, 2022, p.35.

países - como são os casos do partido do Povo (Dinamarca), do Fidesz (Hungria), PiS (Polônia) e do SVP (Suiça).

A grande novidade dessa nova onda populista, como sabemos, coincide com a ascensão das redes sociais[248], que conseguiram mobilizar via algoritmos e um forte aparato ideológico as "paixões tristes" decorrentes da crescente desigualdade das crises econômicas do neoliberalismo e do enfraquecimento da democracia representativa em lidar com questões de imigração e colapso climática. Isso tornou possível outro aspecto muito característico desta onda: a formação de redes de extrema direita, o que eu chamei alhures de um "nacionalismo transnacional"[249], como uma plataforma orquestrada por uma rede de ideólogos**,** uma espécie de "gramscianos de direita", contra forças progressistas (aqui representadas por políticas públicas de integração da sociedade civil, multiculturismo e democratização de formas de vida) que perderam legitimidade na crise do neoliberalismo por diversos fatores e deram espaço para ascensão de governos populistas de direita.

Isso não, exclui, contudo, que estejamos vivendo um populismo com características de pós-fascismo[250] ou um autocratismo de viés fascista, como autores advogam, pois se seguimos a tipologia que o filósofo Jason Stanley[251] sobre as dez características constitutivas desse pensamento retrógrado e neofascista, encontramos afinidades em quase todos: (a) o recurso de uma nostalgia a um passado místico que glorifica uma estrutura de dominação social: seja um período de supremacia masculina ou racial e até mesmo um regime despótico como a ditadura militar no Brasil. (b) propaganda e a agitação fascista, (c) o Anti-intelectualismo, (d) a destruição da realidade e a relativização da verdade, compreendido hoje pela disseminação das fake-news, (e) a hierarquização da sociedade, (f) a vitimização de um grupo dominante, (g) disseminação de uma tensão sexual contra um grupo adversário que seria naturalmente imorais, (h) uma saga contra a ideologia de gênero e por último (i) um elogio ao trabalho ao modo nazista e uma acusação a todos contrários a essa teologia da prosperidade como vagabundos e preguiçosos que querem atravancar o avanço da nação.

Apesar das similitudes, populismo de ultradireita e fascismo diferem sobretudo no uso da violência de forma explicita. Embora autoras e autores como Samir Ganesha[252] e

---

[248] Mudde, 2022, p.125. op. Cit.
[249] Veras, Thor João de Sousa. "Negacionismo Viral E política Exterminista: Notas Sobre O Caso Brasileiro Da COVID-19". **Voluntas**, 2020.
[250] Singer, 2022; Safatle, 2022; Traverso, 2022.
[251] Stanley, Jason. **Como funciona o fascismo: A política do "nós" e "eles"**. Porto Alegre: LPM Pocket. 2018
[252] Gandesha, Samir. Spectres of Fascism: Historical, Theoretical and Contemporary Perspectives. London: Pluto. 2020.

Chiara Bottici, por exemplo, categorizam movimentos contemporâneos como neofascistas, como é o caso de Trump, temos ali uma definição muito ampla e totalizante que pode incluir quase todos lideres autocráticos da modernidade europeia:

> (...) o trumpismo, enquanto ideologia, encarna uma forma de neofascismo que apresenta características peculiares, incluindo algum respeito pelos aspectos formais da democracia representativa, a combinação da ideologia do livre mercado com a retórica populista e o paradoxo de uma crítica ao Estado e a suas elites "corruptas" que é acompanhada do recurso massivo às suas instituições. Mas o trumpismo também apresenta características de fato típicas do fascismo, tais como a forma extrema de nacionalismo, o racismo sistemático, o macho-populismo e uma legitimação implícita da violência contra inimigos. Portanto, proponho considerar o fascismo aqui como uma tendência do poder moderno e da sua lógica soberana, uma tendência que, como um rio cárstico, pode fluir debaixo das instituições formais, mas também sempre pode irromper em sua forma mais destrutiva toda vez que as condições estruturais o permitam.[253]

No entanto, diferente do fascismo *stricto sensu*, a recente onda seria marcada por uma "falta de rupturas nítidas" e pela "corrosão interna dos sistemas político e de justiça"[254] que tornaria nebuloso definir um regime populista de extrema direita como um regime de fato fascista. Trata-se, conforme argumente Mudde, de uma nova extrema direita muito específica, que combina uma heterogeneidade de pautas e de orientações partidárias, que diferem em termos de longevidade, sucesso eleitoral, histórico, legado, liderança, organização e relevância politica. Isto é, o que podemos assumir desta quarta onde é que ela está consolidada no cenário político. O que antes era apenas considerados como "partidos de nichos", que carregam pautas muito especificas do universo sociocultural como criminalidade e imigração, se tornaram centrais para o debate político contemporâneo.

O fato de questões chamadas "identitárias" tomarem o palco dos debates, tornaram prioritário que populistas de todo espectro disputassem tais agendas socioculturais em função daquelas questões socioeconômicas que eram cruciais e primordiais anteriormente, mas que, hoje, se tornaramm de nicho conforme aponta Mudde. A politização de grupos LGBTQIAP+

---

[253] Bottici, Chiara. Navegando pela psicologia de massas: a mitologia política do trumpismo. Revista Estihaco. Trad. Aline Dainez, Carine Laser, Gabriel Bichir, Régis Alves. 2023.
[254] Brito A. S.; Mendes C. H.; Sales F. R.; Amaral M.C.S.; Barretov M.S. São Paulo. O caminho da autocracia – Estratégias atuais de erosão democrática. Centro de Análise da Liberdadee do Autoritarismo (LAUT). (2022).

e de movimentos negros puxou o debate da extrema direita para uma defesa cada vez mais explicita de uma plataforma supremacista branca. Esse movimento também reverbera nas questões de território, onde a integração europeia tornou-se para a extrema direita uma defesa de um conspiracionismo comunista que ameaça a integridade nacional e a segurança de seu povo.

Não é à toa que a questão de gênero tem um papel central nessa dinâmica retrógrada. Regidos por uma "masculinidade tóxica", os extremistas de direita propagam a ideologia do familismo, no qual compreende as mulheres prioritariamente como progenitoras necessárias para a sobrevivência da raça e a reprodução da hegemonia de uma nação. A emergência de subculturas como os incels, os involuntários celibatários, apenas reforçam a ideia de que as mulheres que não se adaptam aos padrões tradicionalistas e patriarcais de gênero são passiveis de serem hostilizadas e violentadas de toda forma possível.

Ademais, a política radical populista não está mais restrita aos partidos de direita populista radical, na medida que partidos tradicionais passaram a incorporar as pautas socioculturais reacionárias e normalizaram os preconceitos e teorias conspiratórias difundidos pela extrema direita. O que tornou a fronteira entre direita tradicional e extrema direita muito indefinido e cada vez mais porosa. No caso americano, o partido Republicano passou a ter como principal representante uma ala radical que compartilhava de teorias conspiratórios de uma Nova Ordem Mundial muito antes de Trump se consolidar, como é o caso do senador Ted Cruz. Esse efeito teve seu ápice no apoio de Trump aos racistas que se manifestaram de forma violenta em Charlotteville e depois na invasão do capitólio.

No caso brasileiro, como veremos no último capitulo desta tese, fica claro o surgimento de uma direita que, antes se colocava como democrática, passar a defender intervenção militar na linha dos elogios criminosos de Jair Bolsonaro ao regime civil-militar. Diferentes cientistas políticos comentam que esse processo seria marcado por um realinhamento e desalinhamento simultâneo: estão rompendo com partidos tradicionais e aderindo a partidos digitais[255], e, ao mesmo tempo, estão realinhando partidos tradicionalmente vinculados à nova esquerda ou à social-democracia, como é o caso dos Partidos Verdes na Alemanha. Sobre essa paradoxal onda de realinhamento de eleitores que tradicionalmente eram de esquerda migrando para pautas cada vez mais de extrema direita e

[255] Nobre, Marcos. **Limites da democracia. De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. Editora Todavia, 2022; Gerbaudo, Paolo. **The digital party: Political organisation and online democracy**. Londres, Inglaterra: Pluto.2019; Gerbaudo, Paolo. **Tweets and the streets: Social media and contemporary activism**. Londres, Inglaterra: Pluto, 2012.

colonizando partidos mais redistributivistas tem a ver com o que quero chamar de uma quinta onda do populismo, ensejado, fundamentalmente, pelas consequências políticas da pandêmica da covid-19.

A crise sanitária causada pelo vírus do Covid-19 alterou de forma drástica as demarcações e as coordenadas populistas dos últimos anos[256]. Os limites entre ação do Estado e liberdade individual ficaram mais acentuados com as medidas de proteção contra contaminação e a prevenção da vacina[257]. É justamente a novidade que marca a transformação do populismo de extrema direita que consideramos importante para a filosofia aqui empregada na tese em diagnosticar: os chamados "conflitos da liberdade" que se intensificaram radicalmente a partir de protestos contra lockdowns e quarentenas que emergiram a partir do signo já exaustivamente utilizado na retórica populista da liberdade como bem mais precioso da humanidade.

Não é à toa que, como demonstra Todorov[258], partidos que levam adiante a pauta xenófoba e hipernacionalista ensejada pela reação humanitária da crise de refugiados levem no nome a ideia de liberdade: Partido da Liberdade, nos Países Baixos e o Partido Austríaco da Liberdade e muitos outros ao redor do mundo. Os governos populistas de ultradireita aderiram a este protestos, ora incorporando suas demandas em políticas públicas de combate à pandemia, relativizando o alcance da contaminação da doença e até mesmo duvidando de sua existência, ora imputando teorias conspiratórias acerca da origem da pandemia e de um suposto plano global de dominação comunista que estaria por detrás desse evento que gerou tanto infortúnio na história da humanidade.

Liberdade negativa como neolibertarianismo

A primeira concepção de liberdade empregada pela nova ultradireita populista a vem de uma atualização da ideia ultraindividualista de autonomia. Atrelada à tradição filosófica do libertarianismo, essa noção de liberdade passou a ser incorporada por uma família de teorias políticas, comportando diferentes características que perpassam vertentes mais progressistas ou mais conservadoras. Mais do que defini-la como uma doutrina unitária, importa

---

256 Rennó, Lucio (org**), Populists and the Pandemic: How Populists around the World responded to COVID-19,** New York, Routledge, 2023.
257 Gunther, Klaus (Org.) **Freiheit oder Leben? Das Abwägungsproblem der Zukunft**. Suhrkamp, 2022.
258 Todorov, Tzvetan. **Inimigos íntimos da democracia**. Tradução: Joana Angélica d Melo. Companhaia das Letras: São paulo, 2012.

compreender os contornos de um complexo de ideias que variam conforme seu contexto de surgimento e aplicação.

Se uma primeira onda do libertarianismo surgiu na metade do século XIX e tinha como reação os ensaios de socialismo na Europa e a escravidão nos Estados Unidos, a vertente que emergiu no século XX, especialmente durante a guerra fria, se colocava não somente contra o socialismo, mas também contra a guerra e o Estado do bem-estar social, enquanto a terceira onda, em voga ainda no século XXI, se posiciona contra fenômenos de imigração, identidades culturais e assistência social. Por atualizar as ideias do liberalismo clássico, por vezes a tradição libertariana pode ser confundida com chamado o neoliberalismo, doutrina forjada na sociedade Mont Pelerin que avançou politicamente ao redor do mundo como base filosófica e econômica de processos autoritários de mercantilização e desmantelamento do Estado. Embora Elizabeth Anderson[259], esteja correta ao observar como o neoliberalismo seria uma forma de continuidade do "sequestro" da ética protestante do trabalho contra os próprios trabalhadores, uma captura realizada em função do "um por cento", ainda assim, diferente de libertarianos mais radicais, neoliberais conferem um papel importante do Estado em processos políticos que asseguram o livro fluxo do mercado, inclusive interferindo em instituições como o Fundo Monetário Internacional.

Portanto, a liberdade que circula entre os "autoritários libertários" diz mais respeito a dimensão libertária ou libertariana, que de forma muito ampla significa ser advogada da liberdade, mas que. na realidade. expressa uma polissemia de perspectivas que se alternam entre esquerda e direita. Ora, se foi justamente um anarco-comunista, o agitador Joseph Déjaque, a primeiro empregar o termo em um jornal sindicalista francês de 1858 e retomado por outra figura da esquerda como o anarquista Benjamin Tucker, hoje a alcunha de libertário se refere usualmente a personagens da direita. Seja no meio acadêmico filosófico com Robert Nozick e seu livro de 1974 "Anarquia, Estado e Utopia", seja entre economistas que cultuam o livro de Milton Friedman "Capitalismo e Liberdade", ou mesmo entre ativistas políticos que encontram na literatura de Ayn Rand ou na teoria política de Murray Rothbard expoentes formadores dessa doutrina. Podemos afirmar que,apesar de suas diferenças, elas confluem em uma radicalização da noção liberal clássica de ausência de impedimentos, geralmente do Estado[260].

---

[259] Anderson, Elizabeth. **Hijacked: How Neoliberalism Turned the Work Ethic Against Workers and How Workers Can Take It Back**. MIT Press, 2023, p. 255.

[260] Zwolinski, Matt; Tomasi, John. **The individualists: radicals, reactionaries, and the struggle for the soul of libertarianism**. Princeton, Princeton University Press, 2023; Niesen, Peter. "Die politische Theorie des

Essa coloração filosófica assume diferentes manifestações da defesa de um individualismo moral, justificada por vezes por uma teoria jusnaturalista (muitas vezes neo-lockeana como no caso de Nozick, Rothbard, Spooner e Barnett); além de uma ideia de autopropriedade de si abolutizada, um papel muito reduzido do governo, vinculado apenas à proteção da agressão de outrem, a defesa de mercados livres, o ceticismo de autoridade e à crença na sociedade como uma ordem espontânea. Diferentes práticas políticas: desde as formas mais individualistas, como a desobediência civil (agorismo, não pagar impostos); até de larga escala, como governos autoritários e despóticos, que realizam a utopia libertária de um capitalismo sem democracia. Seja na forma de Liberland, um micro país entre a Croácia e a Servia, que tem sua economia baseada em criptomoedas, até no Chile e o golpe em Allende para brecar as avanços distributivistas e sociais. No futuro, os libertarianos ainda imaginam um projeto gestado por décadas para fugir do Estado e criar muros e espaços (heterotopias?) nos quais bilionários possam implementar esse projeto político ultraliberal.[261] Transformar ilhas em paraísos fiscais para o fim do mundo.

A liberdade de expressão, neste sentido, torna-se a bandeira mais forte, que reivindica uma desregulamentação e uma desresponsabilização em nome da liberdade irrestrita. Trata-se, portanto, de um fenômeno transnacional, que vai do Brasil e sua defesa familista contra a exposição de arte performática d*o queermuseu ao queerdenker* alemão e suas manifestações violentas contra as restrições e passaportes vacinais no auge da pandemia. Pois foi durante a pandemia que diversos os exemplos de lideranças populistas de ultradireita que reforçaram o coro dessa patologia da liberdade negativa em função de um concepção de direitos individuais acima da saúde publica[262]: a presidenta do Partido Popular espanhol, Isabel Diaz Ayuso, na Argentina o populista neoliberal Javier Milei com a defesa de criptomoedas e denuncia de comunismo em torno do seu partido que se chama "A liberdade avança": adeptos da Escola Austríaca, tem como posições a destruição do Banco Central e estão envoltos a esquemas de pirâmides e tem como slogan: ¡Viva la libertad, carajo!; na Itália, Matteo Salvini mobilizou milhares de seguidores com o intuito de questionar a procedência e a qualidade das vacinas,

---

Libertarianismus. Robert Nozick und Friedrich A. Von Hayek", in: André Brodocz;Gary S. Schaal (org.). **Politische Theorien der Gegenwart**, Opladen 2002, p. 69-110.

[261] Cf. Slobodian, Quin. **Crack up capitalism. Market Radicals and the dream of a world without democracy**. Metropolitan Books, 2023.

[262] Brookes University. In the name of freedom: right-wing populism and the 2023. Disponível em: https://www.brookes.ac.uk/about-brookes/events/2023/01/in-the-name-of-freedom-right-wing-populism-and-the. Acesso em 20. 12. 2022. Cf. O populismo da Liberdade como experiencia. Le monde Diplomatique Brasil. Disponível em: https://diplomatique.org.br/o-populismo-da-liberdade-como-experiencia/. Acesso em 20. 12. 2022.

bem como a legitimidade da vacinação durante os períodos mais intensos de lockdown e mesmo no seu final mais branco; o mesmo ocorreu e ainda tem reverberações nos Estados Unidos, quando Trump questionou epidemiológicas como Anthony Fauci e o procedimento de vacinação em nome da liberdade individual[263].

Liberdade moral como neotradicionalismo

Enquanto a liberdade moral, compreendida progressivamente como garantia de autonomia e autenticidade de formas de vida e que tinha o potencial de assegurar uma autonomia pública e direitos sociais, se converteu na cristalização populista e excludente de um povo autêntico como valor representativo da liberdade. Esse povo autêntico encarna os valores de uma sociedade decadente mas que podem ser renovados em torno de uma causa e uma concepção da liberdade que valha ser lutada numa espécie de "guerra pela eternidade". No que concerne suas raízes filosóficas, encontramos de forma recorrente no integrismo católico[264] e na sua forma mais esotérica tradicionalista. Trata-se do vínculo mais fascista da liberdade[265], que tem suas origens numa pluralidade de filosofias de ordem conservadora, que incluem elementos morais, éticos e políticos clamando por um retorno a uma ordem natural que fora abalada pelos progressos morais da modernidade.

No cerne dessa concepção de autenticidade, temos a filosofia tradicionalista, mas também uma filosofia de origem neotomista que historicamente foi uma doutrina fundada por René Guenon, Julius Evola e Frithjof Schuon, traduzida numa filosofia perene que é a síntese ocultista de doutrinas orientais e da gnose clássica. Para compreender esse fenômeno de ideias "fora do lugar" nos remetemos ao livro "Against the modern world", de Mark Sedgwick[266],

---

[263] Não é à toa que o bilionário Elon Musk se tornou guru dessa nova geração, por ser a figura que encarna o libertarianismo mais reacionário bem sucedido pelo mercado, e ao mesmo tempo, tem como bandeira uma liberdade de expressão nada regulada, sobretudo nas mídias sociais, sendo replicado por plataformas e influenciadores que procuram espaços que permitem discursos de ódio supremacistas (como o Rumble), capitaneado no nosso contexto pelo infame Monark, podcaster brasileiro, e que angariou pessoas progressistas, como é o caso do Glenn Greenwald, um ativista da liberdade expressão, que acabou se rendendo a essa visão libertariana e anti-estatista da política ou de colunistas neoconservadores como Joao Pereira Coutinho ou Luis Felipe Pondé. Cf. Coutinho, Joao Pereira. Liberdade contra patrulha. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/joaopereiracoutinho/2023/02/a-liberdade-de-expressao-deve-ter-prevalencia-sobre-a-cartilha-das-patrulhas.shtml. Acesso em 23.07.2023.

[264] Lapper, Richard. **Beef, Bible and bullets: Brazil in the age of Bolsonaro**. Manchester, : Manchester University Press, 2021; Wink, Georg. Brazil, land of the past: the ideological roots of the new right. Cuernavaca, México: Bibliotopía, 2021

[265] Toscano, Alberto. **Late Fascism: race, capitalis and the politics of crisis**. Verso Books, 2023.

[266] Sedwick, Mark. 2009. **Against the Modern World: Traditionalism and the Secret Intellectual History of the Twentieth Century**. New York, Oxford University Press, 2009, p. 369

no qual o autor traça de maneira competente uma reconstrução da doutrina tradicionalista disposta em três componentes fundamentais: (a) o recurso à filosofia perene, isto é, a ideia segundo a qual a verdade presente na religião só pode ser alcançada por meio de um retorno ao núcleo autêntico da tradição religiosa; (b) a inversão do projeto moderno e seu ideal de progresso moral como uma fé supersticiosa na razão e na emancipação humana nos termos de uma recuperação de uma tradição pré-moderna fincada em valores orientais e espiritualistas; (c) a iniciação como um processo de recrutamento de uma elite metafísica como base catalisadora de um retorno do ocidente as suas origens espiritualistas.

A partir dessa perspectiva, as regulamentações governamentais sobre o comportamento cotidiano, como a obrigação de usar cintos de segurança ou capacetes, representam uma restrição à liberdade pessoal. Como complemento, a dimensão hedonista se mostra evidente com a ideia difundida de "conspiritualidade". Trata-se de um neologismo formulado por Charlotte Ward e o David Voas para designar formas híbridas e pensamento conspiratório e espiritualidade new age que formam uma ocultura – cultura em torno do oculto -, essa última baseada em filosofia e saberes pré-modernos (mindfulness, mediunidade, astrologia), que entendem a pessoa como ser holístico, regido por princípios que se estendem ao cosmo – e o pensamento conspiratório como uma grande maquinação de agente humanos que impedem o despertar espiritual, que incluem o Deep State, a nova ordem mundial, o terraplanismo, QAnon, e a múltiplas narrativas em torno da fabricação da pandemia como plandemia ou fraudemia que partem de uma eu-pistemologia própria. Em última instância, temos uma concepção de liberdade cujo efeito prático político consiste na desvalorização da autonomia pública coletiva, a transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções mercadológica, a produção de um cidadão-consumidor como disponível para ser manipulado para governança e autoridade e a legitimação de um estatismo autoritário.

Mas qual seria o catalisador político que reúne tanto a abordagem negativa e moral de liberdade em torno uma plataforma que possa governar e propagar seu projeto retrotópico de poder? Trata-se justamente do populismo de ultradireita.

3.2. Captura neopopulista da liberdade

O populismo tardio é o catalisador dos batalhadores da liberdade de ultradireita. Nesse contexto, os sentidos de liberdade negativa e liberdade moral, segundo nossa hipótese, estão sendo capturadas pela extrema direita nos governos e movimentos populistas contemporâneos. Mas o que a noção de captura da elite quer dizer aqui? Vale, antes, uma

pequena incursão na teoria social para explicitar o real alcance e significado dessa critica. O conceito de "captura da elite" foi atribuído originalmente no estudo de países em desenvolvimento para se referir ao modo como pessoas socialmente avantajadas tendem a ganhar controle de benefícios financeiros, especialmente de ajuda humanitária, que era destinada a outras pessoas. Não obstante, como nos lembra Olufemi Taiwo[267], o conceito tem sido mobilizado para descrever projetos políticos que são sequestrados em princípio ou em consequência pelos bem posicionados e com recursos suficientes para manipulá-los para a massa. De modo geral, *a captura da elite* consiste numa distorção de ideias e recursos públicos em função de uma determinada estrutura de poder. Essa captura elitista, contudo, não é baseada em teorias conspiratórias como aquelas propaladas pelas plataformas populistas. Se fosse algo do tipo, poderia ser considerada como uma simples apropriação cínica, oportunismo ou mesmo um sucesso moral de um determinado indivíduo ou grupo. A captura elitista diz respeito muito mais a um sistema de comportamento. Os exemplos mobilizados por Taiwò dizem respeito às chamadas políticas identitárias ou da identidade tais como aquelas do movimento negro ou queer.

Esses movimentos se entrelaçam se retomarmos a origem do termo "políticas da identidade", cunhado pela ativista Barbara Smith do coletivo *Combahee River*, cujo sentido aqui passa a ser deslocado de uma identidade primordialmente negra e LGBTQAP+ para serem tratados como se fossem iguais aos restantes de brancos heteronormativos. Esse é o caso denunciado pela jornalista Shannon Keating, quando comenta a trajetória combativa das políticas queer na plataforma encanada por Peter Buttigieg, um político que reclama a política de identidade para que todos sejam iguais a ele: monogâmico, branco, financeiramente seguro e cristão. Esse seria um efeito da modernidade tardia, no qual as distribuições desiguais de poder permitem que a elite possa definir determinados valores e identidades de um grupo, deslegitimando as lutas que ocorrem por detrás dos interesses hegemônicos dos mais bem avantajados. É como se inventassem uma ideia falsa de solidariedade que exclui a dimensão de luta e contestação inerentes aos movimentos políticos.

A captura elitista nesses casos opera uma ressignificação semântica de avanços normativos resultantes de lutas morais que moldaram a modernidade tardia. Portanto, se partimos da hipótese geral dessa tese relativa a uma paulatina captura da gramática da liberdade, devemos investigar como procedeu a captura da elite de um conceito emancipatório

[267] Táíwò, Olúfẹ́mi. **Elite Capture: How the Powerful Took Over Identity Politics (and Everything Else)**. London: Pluto Press, 2022.

como liberdade e de uma estratégia política como o populismo que deveria ser progressista e se reverteu em seu contrário: reforço à dominação neoliberal. [268] O mesmo ocorre, como podemos ver, com os significados de liberdade suscitados pelos entrevistados de movimentos "autoritários libertários". É possível ver os abusos da liberdade negativa, que se rende à patológica forma ultraindividualista, e a liberdade moral, que se resume a um terrorismo tradicionalista, como veremos mais adiante. Mas o que é central aqui é a ausência de responsabilização pessoal e o desmantelamento social que conduzem essas duas visões deturpadas da liberdade. No primeiro caso, os sentidos de liberdade negativa no contexto do populismo libertário assumem uma afinidade eletiva com a doutrina libertariana[269].

Aqui a liberdade está associada a um sentido negativo que toma como destinatário exclusivamente o individuo isolado, atomizado do seu contexto de relação e processos sociais. A liberdade passa a ser interpretada como uma posse pessoal, passível de um controle individualista e orientada para valores hedonistas. Trata-se de uma liberdade irrestrita que, de acordo com Amlinger e Nachtwey, "não é mais entendida como contrária somente a uma demarcação do monopólio estatal do uso da força, mas das normas sociais como um todo. A partir dessa perspectiva, as regulamentações governamentais sobre o comportamento cotidiano, como a obrigação de usar cintos de segurança ou capacetes, representam a maior ameaça à integridade e autonomia pessoal. Inclusive regras informais como respeitar sinal vermelho, estudar em jardim de infância, pagar imposto – deveres sociais passam a serem vistos como absurdos.

Trata-se, então, de uma liberdade que permite inclusive que o indivíduo possa morrer e matar sem impedimentos, como socióloga da cultura Eva Horn havia atribuído aos *querdenker* e seu movimento conspiracionista um "conceito hiperindividualista de liberdade"[270] que ignora os limites da liberdade (e, portanto, qualquer necessidade de proteção de outros seres humanos). Forjado no que os pesquisadores chamam de "neocomunidades de desconfiança", que propagam narrativas como do "Grande Reset" e da "Nova Ordem Mundial", emerge aqui a ideia de que a liberdade não pode ser institucionalizada em nenhum lugar, por conta da sua arbitrariedade característica de organizações sociais (visão típica

[268] Slobodian, Quinn. The Backlash Against Neoliberal Globalization from Above: Elite Origins of the Crisis of the New Constitutionalism**. Theory, Culture & Society**, 38(6), 51–69, 2021.
[269] Niesen, Peter. "Die politische Theorie des Libertarianismus. Robert Nozick und Friedrich A. von Hayek".In: Brodocz, André;Schaal, Gary S. (org.). **Politische Theorien der Gegenwart**, Opladen: UTB, 2002, p. 69-110.
[270] Horn, Eva. Conspiracy theories: reality is crumbling. **Berliner Zeituing**. Disponível em: https://www.berliner-zeitung.de/en/conspiracy-theories-reality-is-crumbling-li.111238. Acesso em 20. 12. 2022.

anarcocapitalista ou como Melinda Cooper[271] a partir de Rotthbard vai chamar de paleoconservadora).

Uma liberdade que se utiliza dos poderes coercitivos do Estado para poder obliterar qualquer vestígio de liberdade e solidariedade provinda de uma visão de justiça social de governos e organizações sociais ao redor do mundo[272]. A conjunção entre populismo autoritário e neoliberalismo realizaria a utopia do libertarianismo, na qual toda sociedade se resume a um mercado e as instituições devem apenas fazer as vontades para a livre-circulação desse mercado, mesmo que seja necessário a violência clássica de regimes autocráticos.

Os efeitos da aliança entre neoconservadorismo e neoliberalismo são fundamentais para compreender a despolitização da sociedade em nome de uma submissão aos valores do populismo de extrema direita: a desvalorização da autonomia política, a transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções mercadológica, a produção de um cidadão-consumidor como disponível para ser manipulado para governança e autoridade, e a legitimação de um estatismo autoritário

Batalhadores da liberdade como personalidade neoliberal

Todos esses aspectos, institucionalizados em políticas e ações de governos, ou replicados nas redes sociais e em coletivos e movimentos que emergiram ou se consolidaram durante a pandemia fazem parte do que durante esta tese vamos nomear, a partir de um tipo ideal desenvolvido em um complexo e exaustivo estudo repleto de entrevistas e depoimentos, intitulado "*Gekränkte Freiheit*" (Liberdade danificada), publicado recentemente por dois sociólogos alemães, Carolim Amlinger e Oliver Nachtwey[273], de "autoritarismo libertário" e que encontraram na Alemanha o núcleo mais organizado desse novo tipo social, dessa aliança neoconservadora, embora consigamos identificar ressonâncias em outros lugares, conforme exemplificaremos no decorrer desta tese. Nessa lógica,

> O autoritarismo libertário luta contra a falsa autoridade em nome de uma verdadeira: a liberdade. No entanto, não é mais realizado por

[271] Cooper, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Zone Books/MIT Press, 2017
[272] Chamayou, Grégoire **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. São Paulo: Ubu, 2020; Heller, Hermann, Authoritarian liberalism?, **European Law Journal**, v. 21, n. 3, p. 295–301, 2015.
[273] Amlinger, Carolim; Nachtwey, Oliver. **Gekränkte Freiheit. Aspekte des libertären**. Suhrkamp Verlag, Berlin, 2022

> uma poderosa figura líder, mas o próprio indivíduo que se autoriza com um líder de si mesmo. Os autoritários libertários também participam de um "pensamento de poder" binário, que exibe sua própria superioridade como a fraqueza do oponente. Enquanto o próprio grupo é glorificado, há "criminalidade" em relação ao grupo estrangeiro[274].

Esse modelo de autonomia sem qualquer lastro de solidariedade compõe o que chamamos de "populismo tardio". Trata-se de um formato de populismo como um movimento que replica, ou captura, as mesmas ideias do *occupy*: uma espécie de horizontalismo insurgente que, conforme Cas Mudde e Rovira Kalwasser ressaltam, o papel do líder não tem tanta relevância quanto nos formatos autoritários mais clássicos. As insurreições e o modelo de populismo de massa que emergiu nos protestos da Primavera Árabe até as ondas de ocupações, indicam que o papel do líder teria sido dissolvido em uma forma de tática política mais horizontalista e sem a centralidade do líder. De acordo com Amlinger e Nachtwey,

> As pessoas que examinamos se rebelam desafiadoramente contra as convenções sociais, são animadas pelo impulso anárquico de impor suas preocupações contra todas as resistências externas. Às vezes, eles desenvolvem uma atividade destrutiva incansável, que é virada como uma coragem heroica para se defender. Seu autoritarismo é libertário porque representa uma defesa contra qualquer forma de restrição de comportamento individual. Uma ideia negativa de liberdade continua nele, na qual o indivíduo se localiza em contraste com a ordem social. Os autoritários libertários não se identificam com uma figura líder, mas consigo mesmos, sua autonomia.[275]

Para Amlinger e Nachtwey, esse novo tipo social do autoritarismo libertário luta contra a falsa autoridade em nome de uma verdadeira: a liberdade irrestrita e individual- que estaria sendo paulatinamente sendo sequestrado por elites progressistas globais.[276]No entanto, não é mais realizado por uma poderosa figura líder, mas o próprio indivíduo que se autoriza

---

[274] Amlinger, Carolim; Nachtwey, Oliver. **Gekränkte Freiheit. Aspekte des libertären**. Suhrkamp Verlag, Berlin, 2022p.71

[275] Ibid, p.45

[276] Cf. Tucker, Jeffrey. **Liberdade ou Lockdown**. São Paulo: LVM Editora, 2021. De modo mais explícito no Brasil, o livro de Fiuza, Guilherme. Passaporte 2030: o sequestro silencioso da liberdade. Editora Avis Rara, 2022.

com um líder de si mesmo. Trata-se de um fenômeno político recente, marcado por uma "rebeldia regressiva" que passou a compor movimentos dos chamados "pensadores transversais ou laterais", uma espécie muito deturpada de livre pensadores, ou, como se reivindicam "aqueles e aquelas que pensam diferentes", os Querdenker, conspiracionistas que se uniram a partidos da ultradireita como a AfD, (*Alternativa para Alemanha*) e a grupos internacionais como o Q-Anon, para protestar contra as restrições nas fases mais agudas da pandemia em nome de um ideal de liberdade e com práticas autoritárias e violentas. Três estudos centrais foram crucias para desvelar essa nova personlidade autoritaria:

No *primeiro caso*, Amliger e Nachtwey entrevistaram virtualmente cerca de 1150 participantes de grupos de *Telegram* e presencialmente em torno de 45 protestantes que estiveram presentes em manifestações em Leipzig e tinham em comum um plano de fundo no qual nem todos são de direita, mas historicamente estiveram alinhados com algum grupo alternativo, tais como práticas esotéricas, yoga e atividades que procuram harmonia interior. Mas também há aquelas e aquelas que têm uma visão de mundo hedonista, e, por esta razão, ultraindividualista, estando mais propensas a endossar teorias da conspiração e a rejeitar a democracia representativa como se fosse um complô contra a individualidade e a noção de desempenho que tanto veneram. É consequência disso que, em sua maioria, tais públicos estão filiados e filiadas à AfD, partido de extrema direita abertamente antidemocrático, e endossam o título de "pensadores laterais" como um protótipo do "autoritário libertário": a educação, a saúde e o bem-estar devem ser garantidos e afirmados como fruto de uma autodeterminação, por esta razão, são a favor do *homeschooling*, do tratamento homeopático e práticas sociais que não tenham interferência externa.

No *segundo caso*, Nachtwey e Amlinger analisam figuras de intelectuais que endossaram a narrativa negacionista da pandemia em nome do signo da liberdade. Curiosamente, tais intelectuais variam em diversos espectros políticos, mas se identificam em uma cruzada em nome da liberdade de expressão e dos interesses da maioria, para, claro, defender interesses particulares. O que une, de fato, tais intelectuais, é o que nomeiam de "cultura do cancelamento" que formaria um grupo de inimigos em comum: a chamada política identitária de minorias anteriormente excluídas, bem como as supostas "elites" da ciência, da mídia e do Estado. Para Nachtwey e Amlinger, tais intelectuais representam uma reação regressiva ao movimento progressista dos últimos anos em termos de inclusão e integração de minorias, bem como a relevância de autoridades públicas no combate da pandemia, como a organização mundial da saúde, a mídia e os órgãos governamentais de saúde pública. Ao analisar intelectuais como Hans-Ulrich Gumbrecht, Peter Sloterdijk e

Giorgio Agamben, os autores identificam três elementos que entrecruzam na retórica negacionista empregada: “a crítica intelectual excessiva às medidas estatais no decurso da pandemia do coronavírus, a luta nostálgica de classes contra a política de identidade de grupos marginalizados e a transferência de um pensamento pós-moderno anteriormente anti-hegemônico em posições libertárias-autoritárias.”

No *terceiro e último cas*o, Nachtwey analisa uma pesquisa que foi realizada no período prévio à pandemia com eleitores da AFD, o partido de extrema direita chamado “Alternativa pela Alemanha”. Já naquela época, Nachtwey identificava os “rebeldes agressivos” e sua característica personalidade "autoritária libertária" marcada por um histórico de “rupturas bruscas em seus empregos”, forte isolamento social, um prazer destrutivo e sádico contra imigrantes, raiva contra minorias e disponibilidade para a violência. Logo, a subversão como princípio destrutivo é o elemento unificador. Todos esses aspectos passam a ser justificados numa narrativa em que seus direitos individuais foram feridos. Conforme relata Nachtwey, juntamente com a Compact, uma ONG que trata de questões ambientais e sociais e é abertamente anti-extrema direita, “queríamos descobrir por que algumas pessoas comprometidas com preocupações progressistas desenvolvem uma afinidade com a AfD.” Para este fim, Nachtwey realizou dezesseis entrevistas biográficas-narrativas com pessoas que criticaram a campanha progressista da Compact. Entre muitos dos entrevistados, Nachtwey identificou que sempre desprezam as autoridades, têm dificuldade em se submeter a convenções e continuam em conflito com seu ambiente.

Mas o que chama atenção na análise de Nachtwey é a identificação de um subgrupo de autoritários libertários que compõe uma camada bem-sucedida profissionalmente da sociedade, além de bem integrada e abastada, que se identifica com a ideologia neoliberal e gera um preconceito contra minorias que não tem o mesmo desempenho econômico que eles, considerando-os como “parasitas sociais que não querem se integrar”. Trata-se de uma classe média perigosa que se vê ressentida diante de políticas sociais do Estado alemão e procura dissipar toda agressividade e rebeldia contra aqueles que acabam se beneficiando de auxílios sociais. Nesse estrato social específico, expressamente fruto da modernidade tardia e do neoliberalismo, Nachtwey confere o título de “inovador autoritário”:

> Sua tendência para o extremo, excessivo e subversivo caiu em águas destrutivas no passado mais recentemente. Eles protestam contra refugiados, muçulmanos ou judeus e às vezes aumentam em fantasias violentas. A maioria experimentou rupturas ou crises existenciais em suas vidas, pelas

> quais culpa um sistema corrupto que os limita em suas liberdades e os oferece "estrangeiros". Eles lembram os rebeldes que foram explorados pela Teoria Crítica, mas têm uma diferença decisiva: seu ceticismo fundamental em relação às autoridades não permite qualquer identificação autoritária, nem com uma poderosa figura de liderança nem com a nação. Os nossos, com base nos estudos sobre o caráter autoritário, os chamados rebeldes regressivos, são provavelmente a expressão mais radical do autoritarismo libertário. Eles consideram o sistema democrático com suas normas liberais tão apertado que se rebelam contra ele, mesmo que apenas verbalmente, mas extremamente agressivamente.[277]

Qual a relevância desse novo tipo social para a tese aqui empreendida? Trata-se justamente de demonstrar mediante estudos empíricos que o populismo tardio conseguiu capturar a gramática da liberdade em função da reprodução ideológica da sua visão anti-solidária e, portanto, neoliberal de sociedade como resultado de uma concepção totalmente aversa às conquistas históricas da modernidade tardia. Nos interessa aqui, sobretudo, investigar como o uso da ideia de liberdade passa por uma captura que gera abusos e distorções que incitam e promovem violência em nossas sociedades contemporâneas. Para isso, cabe questionar, que concepções de liberdade estão aqui em jogo?

3.3.Paisagens da libertação na modernidade tardia: contrarrevolução neofascista

A conjunção entre tradicionalismo e neoliberalismo formou combustível para uma nova concepção de contrarrevolução para ultradireita populista. Neste sentido, o populismo tardio tem um viés neofascista declarado, pois, inspirados em fascistas como Julius Évola[278], um tradicionalista influente no fascismo italiano, que contribuiu com Mussolini, associam o tradicionalismo logicamente ao fascismo: "o Fascismo se nos mostra como uma revolução reconstrutiva, dado que afirma um conceito aristocrático e espiritual da nação, oposto tanto ao coletivismo socialista e internacionalista quanto à noção democrática e demagógica da nação." [279]

E é essa mesma doutrina de uma metafísica da guerra, que disputa uma guerra cultural, mas tem como foco não só a disputa por valores e normas sociais, mas a eliminação

---

[277] Ibidem, p.26.
[278] Guenon, René. **Autoridade Espiritual e Poder Temporal**. São Paulo: Irget, 2011
[279] Evola, Julius. **Revolta Contra o Mundo Moderno**. São Paulo: Irget, 1979; Evola, Julius. **Metaphysics of war. Battle, victory & death in the world of tradition**. Londres: Arktos, 2011.

do inimigo – aqui entendido como aqueles que se integraram à sociedade e não correspondem aos ideias de pureza e ordem espiritual. Ela está presente nos documentários de formação e divulgação da produtora de Bannon[280], nos panfletos eurasianos de Dugin e nos escritos de Carvalho que passam a ser reproduzidos na guerra cultural por produtoras de conteúdo e pelos séquitos que seguiram propagando suas ideias mesmo após sua morte, todos críticos do liberalismo e das democracias constitucionalistas ocidentais, mas, que se utilizam de uma gramática da liberdade de modo particularmente regressivo.

Para o projeto contrarrevolucionário e, portanto, antidemocrático, ser bem-sucedido, o populismo de ultradireita é a plataforma internacionalista fundamental. No caso de Bannon, a crítica do liberalismo e da modernidade vem acompanhada de uma captura dos projetos modernos e libertários em nome de uma articulação transnacional. O que rendeu a Bannon a condução da campanha de Donald Trump nos Estados Unidos e o que está no cerne da sua ideologia, conforme argumente Jeffrey Alexander, é a defesa de uma "verdadeira América". De acordo com Bannon, "O movimento Trump tem três coisas: nacionalismo econômico, uma política de segurança nacional "America First" e desconstrução do estado administrativo. Os progressistas nos últimos quarenta ou cinquenta anos construíram um estado administrativo maior do que os departamentos do gabinete". Para Bannon, essa América estaria representada por cidadãos comuns, não escolarizados, que se opõem a elites cosmopolitas liberais. Para propagar essa ideologia, Bannon mobiliza uma série de categorias binárias que retomam a visão tradicionalista e conspiracionista de sociedade. Nessa lógica populista,

> Nacionalistas são sacralizados, globalistas, desprezados. A propriedade é louvada, a pobreza evidencia desqualificação. A religião é sempre abençoada, e o secularismo injuriosamente incriminado. O cristianismo é equacionado com piedade e civilização. Ainda que Bannon às vezes, recuperando suas boas maneiras, acrescente o adjetivo "judaico" à civilização, como em civilização "judaico-cristã", os judeus como povo ou o judaísmo como religião não fazem parte de sua visão do mainstream nacional (embora Israel faça). Quanto às religiões mundiais não ocidentais, principalmente o islamismo, esqueçam. Bannon as descarta como inimigos ímpios, bárbaros da civilização ocidental. — E não vamos esquecer as "elites". Bannon vilipendia as elites contemporâneas da América e do Ocidente como desarraigadas, cosmopolitas, egocêntricas e só interessadas no próprio enriquecimento,

[280] Hornaday, Ann. "You can learn a lot about Steve Bannon by watching the films he made". **The Washington Post**, 2, fev. 2017.

> contrastando-as com "O Povo", essa entidade vaga, misteriosa, pia que ele e outros populistas evocam de forma tão reverente.[281]

Ao eleger um inimigo em comum, Bannon tenta refutar a ideia de conspiracionismo em nome de uma suposta dominação liberal propagada por figuras progressista como George Soros, que representaria essa hegemonia globalista. Para Bannon, a emergência do populismo de direita se dá principalmente pela crise da hegemonia liberal do partido democrata, mas também de todas as forças progressistas ao redor do mundo.[282] Nessa lógica binaria, Bannon confirma que o populismo deve ser a política agonista oficial, nada de deliberacionismo ou demais formas de representação da dinâmica politica. Mas, neste sentido, Bannon inverte a lógica, sendo o populismo de esquerda a favor das elites, e o populismo de direita o defensor do cidadão comum:

> The only question before us is this: Is it going to be a populist nationalism that believes in capitalism, in deconstructing the administrative state, in giving the little guy a piece of the action, and in breaking up the "crony capitalism" of big corporations and big government? Or is it going to be a Jeremy Corbyn and Bernie Sanders type of populist socialism?"[283]

Em suma, Bannon representa aquilo que Alexander[284] chamou de um "herdeiro idílico da reação intelectual contra a modernidade", pois se apresenta como "inimigo das ideias, instituições e movimentos que idealizam o universal e marcham com bandeiras utópicas proclamando a verdade, liberdade e igualdade". Por esta razão, Bannon não seria um conservador, mas sim um revolucionário, calcado em teorias apocalípticas e conspiracionistas que levam à forma extremista os ideais de um povo escolhido e autêntico de Deus e da pátria americana. No caso de Dugin, o diagnóstico populista consiste em apontar que a chamada ordem global estaria em decadência. Essa criação totalizante e fictícia de uma "nova ordem do mundo" seria orientada pela ideologia do "globalismo", que Dugin e sua teoria conspiratória

---

[281] Alexander, Jeffrey. "Vociferando contra o iluminismo: A ideologia de Steve Bannon". **Sociologia & Antropologia**, vol. 08, n. 3, set-dez, 2018.
[282] Bannon, Stephen K; Frum, David**. The Rise of Populism.** Toronto: Anansi International, 2018.
[283] Para Bannon, the reason that Donald Trump and the populist movement rose is because of the George W. Bush administration, which you worked in. You keep talking about the ability to make these decisions, and how great a decision you're making, and all these scumbags and thieves that are in the populist movement. The reason you don't like it today is liberal democracy. The concept in the Economist is illiberal democracy. The reason you call it that is, of course, Orbán is winning with 70 percent of the vote; Luigi Di Maio and Matteo Salvini are winning with two-thirds of the vote; Captain Bolsonaro wins with 55 percent of the vote; Donald Trump wins with over three hundred electoral votes. Ibidem.
[284] Alexander, Jeffrey. "Vociferando contra o iluminismo: A ideologia de Steve Bannon". **Sociologia & Antropologia**, vol. 08, n. 3, set-dez, 2018

tratam como fruto do liberalismo. O liberalismo seria uma ditadura alimentada pelo que Dugin, na esteira de Trump, chama de totalitarismo pós-moderno. Trata-se de uma ideologia liberal que para Dugin tende a uma intolerância sistemática em torno de uma "cultura do cancelamento".

Essa cultura teria incidência na história, quando Dugin compara exacerbadamente o nazismo como uma forma de cancelamento de judeus, os soviéticos como cancelamento de dissidentes, e, agora, o liberalismo, teria a cancelar tudo, menos Black Lives Matter, LGBT+(sic) do Soros e algumas minorias. Para Dugin, "o liberalismo hoje representa o fascismo", "um crime contra a humanidade", que seria pior que todos os regimes totalitários. O liberalismo representaria o "mal absoluto", que regido por uma "elite transnacional", marcada pela defesa dos direitos humanos, progressismo, individualismo, e a "total alienação do povo e a extinção de vínculos sociais". A quarta teoria política de Dugin, portanto, se colocaria como uma ideia alternativa de liberdade que se oporia a primeira teoria, o liberalismo, mas também na segunda teoria, o comunismo e na terceira, o fascismo ou nacional socialismo. Essas três teorias representariam a modernidade política, em suas representações filosóficas, metafísicas, políticas e ideológicas.

De modo geral, o objetivo maior da quarta teoria política é de extinguir a "modernidade ocidental, o materialismo, a ciência moderna – todas formas políticas, culturais e filosóficas da modernidade"[285], pois somente assim poderíamos retomar a relevância da herança greco-romana, que teria sido destruída pelo liberalismo. Com isso, o liberalismo teria formado uma governança anticristã, anti-espiritual, anti-tradicionalista e anti-sagrada em nome do colonialismo, do materialismo e da ciência moderna. Todas essas características representam para Dugin o mal central da contemporaneidade, que teria sido introduzido com ajuda do capitalismo, materialismo e ateísmo. E aqui Dugin opera uma inversão no mínimo curiosa: a escravidão é produto da democracia liberal, e esta seria o veículo moderno de dominação colonial, baseado na ideia de progresso. Progresso, portanto, nessa narrativa deslocada, seria o responsável pela legitimação da escravidão. Paradoxalmente, Dugin clama por uma descolonização do ocidente em ordem de "restaurar a sua dignidade". Isso seria levado adiante por uma "revolução global contra a modernidade política ocidental". Para isso, seria necessário retornar à dimensão pré-moderna, com o auxílio de instrumentos que o "pós-

[285] Dugin, Alexander. **The Great Awakening vs. the Great Reset: Reconciliation of Worldviews**. Washington: New Order, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/The_Great_Awakening_Vs_the_Great_Reset.html?id=JzyqzgEACAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 01. mar. 2023. p.54

modernismo" – aqui uma versão de direita de pós-modernismo - teria como recurso de desconstrução da modernidade pela sua crítica da ideia vinculada entre modernidade e totalitarismo.

Em oposição à concepção de liberdade do liberalismo globalista, Dugin advoga por um projeto educacional libertário em torno da perspectiva de uma quarta teoria política: uma ideia de liberdade que marca uma estrutura pré-moderna de um povo autêntico. Na realidade, Dugin está pensando em três tipos diferentes de povos dispostos em diferentes castas: os Brâmanes, que seria composto por pessoas que estão inclinadas a seguir a filosofia, a religião e a teologia e ter acesso ao conteúdo real da tradição espiritualista de diferentes religiões e diferentes culturas; os Kshatryinas, que seria os guerreiros e lutadores, que colocam o conhecimento em prática ao combater inimigos, no caso, o liberalismo e derrubar a ditadura globalista; e uma terceira casta de Vaishyas, o restante da população, ou os plebeus na linguagem de Dugin, que devem construir sociedades rurais baseadas em um agricultura de subsistência, que retornem a terra e fujam das capitais cosmopolitas liberais.

Como vimos, trata-se de um populismo com viés neofacista, não somente fascista, porque, como argumentam estudiosos, não temos os elementos de um Estado totalizante[286], mas sim um hackeamento da democracia[287] que mobiliza elementos democráticos contra ela mesma em favor de um povo privilegiado. Ou seja, aqueles elementos em rede que caracterizam os levantes altermundialistas progressistas que marcaram movimentos contra o neoliberalismo na modernidade tardia, foram apropriados em função destes públicos da ultradireita. Nesse populismo tardio, o projeto contrarrevolucionário conta com o apoio de mobilizações populares em torno da cruzada espiritual e das guerras culturais travadas: desde passeatas até a prática de terrorismo doméstico[288].

Somente assim que a captura da liberdade se efetiva: se reapropriando das mesmas táticas e estratégias da esquerda progressista na modernidade industrial e tardia para ressignificar tais atos em torno de ações golpistas e insurgentes regressivamente. É assim que

---

[286] Conforme argumenta um importante historiador do fascismo, Robert Paxton: "Trump adopts several typically fascist motifs', but he perceives in him above all the more common features of a 'plutocratic dictatorship'. For there are also major differences from fascism: no single party, no proscription of all opposition and dissidence, no mobilization and enlistment of the masses in compulsory hierarchical organizations, no professional corporatism, no liturgy of a secular religion, no ideal of the 'citizen soldier' totally devoted to the total state, and so on." Cf. Paxton, Robert. **I've Hesitated to Call Donald Trump a Fascist. Until Now** Disponível em: https://www.newsweek.com/robert-paxton-trump-fascist-1560652. Acesso em 13.04.2023.

[287] Kopotsha, Jazmin. "We're Going To Be Talking About 'The Great Hack' Documentary For A Long Time". Disponível em: www.refinery29.com. Acesso em: 27-11-2019.

[288] Castro Rocha, Joao Cezar de. **Bolsonarismo. Da guerra cultural ao terrorismo doméstico**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2023.

se usa não somente o mercado como modelo de democracia[289], mas também uma esfera pública submissa à tomada popular de poder em função das frações tradicionalistas da sociedade. Foi assim que a ideia de insurgência, associada às classes populares tomando o poder de classes proprietárias, desde a queda da bastilha até a revolução francesa, foi capturada pela ultradireita que ressignificou movimentos antirrascistas como *Black Lives Matter* para *All Lives Matter*, ou movimentos feministas como *MeToo* para *WeToo*, Acampamentos do MST para acampamento de Patriotas, ou, de forma mais violenta, ultradireita que invadiu o capitólio americano, que tentou explodir o *Reichstag* alemão ou mesmo invadiram a praça de três poderes em Brasília a partir de uma linguagem e táticas atribuídas a movimentos de esquerda.

Conclusão

Neste capítulo foi abordada a captura neopopulista da liberdade no contexto de um novo espirito do populismo no século XXI. Isso implicou revisitar, em primeiro lugar, a nova personalidade autoritária como um fenômeno libertário que emergiu no contexto de emergência de novos líderes da ultradireita como batalhadores da liberdade; e, em segundo lugar, analisar como a captura da liberdade parte da ressignificação da liberdade negativa e moral em termos de uma ideologia neolibertariana e neotradicionalista. Por fim, verificou-se que a tradução antidemocrática dessa apropriação se deu pelo surgimento de um projeto contrarrevolucionário com viés neofascista levado adiante por frações de uma ultradireita populista transnacional.

[289] Slobodian, Quinn. **Capitalismo destrutivo: Os radicais do mercado e a ameaça de um mundo sem democracia**. São Paulo: Editora objetiva, 2024.

PARTE II – CRÍTICA INTERNA E EXTERNA DO POPULISMO TARDIO

> Quando populistas distinguem entre "o povo" e a "elite", eles percebem cada um desses grupos como homogêneos. Populismo é o inimigo do pluralismo, e, assim, inimigo da democracia moderna.
>
> **William Galston**[290]

> Ao invés de ver o momento populista como uma ameaça à democracia, torna-se urgente perceber que ele também oferece a oportunidade de sua radicalização. (...) Somente ao restaurar o caráter agonista da democracia é que será possível mobilizar afetos e criar uma vontade coletiva em direção ao aprofundamento dos ideais democráticos.
>
> **Chantal Mouffe**[291]

No início do século XXI, em uma pesquisa célebre no meio acadêmico, desenvolvida entre outros com Fernando Limongi, o cientista político Adam Przeworski elaborou a hipótese segundo o qual as democracias sobrevivem em países afluentes a despeito das erosões constitucionais e do crescimento de governo autocráticos ao redor do mundo[292]. Desse cálculo, o motivo principal da estabilidade de tais regimes seria que há muito em jogo para as classes dominantes em trocarem as regras do jogo democrático para uma ditadura. Pela mesma razão, países pobres, as democracias não entrariam em colapso enquanto houvesse uma riqueza nacional e medidas de desenvolvimento econômico. Nessa mesma esteira, em um estudo que compartilha o mesmo otimismo institucional, elaborado muito mais recentemente, Anne Meng e Andrew Little[293] levantam a hipótese de que a qualidade democrática tem aumentado nas democracias contemporâneos pois se tem conseguido manter,

---

[290] Galston, William. **Anti-Pluralism: The Populist Threat to Liberal Democracy**. Yale University Press, 2018.
[291] Mouffe, Chantal. **For a left populism**. Verso Books, New York, 2020. p.85.
[292] Przeworski, Adam (et.al.). **O que mantém as democracias? As Transições e a Modernidade.** Lua Nova, 40-41, Ago 1997.
[293] Meng, Anne; Little, Andrew. **Subjective and Objective Measurement of Democratic Backsliding**. SSNR, 2023.

em sua maioria, uma alternância do poder e a existência de um sistema multipartidária que refreiam qualquer aventura autocrata.

Contudo, quem acompanha noticiários sobre politica internacional, certamente já se deu conta de que o populismo vem provando eleitoralmente que a alternativa de um governo iliberal, autoritário ou ditatorial não está fora de cogitação dos planos de lideranças de massas e elites econômicas e culturais de países afluentes.[294] O alcance desse fenômeno é tão amplo que figuras de clivagens e movimentos sociais tão diferentes como Steve Bannon e Jean luc Mélenchon endossam o coro de que o populismo é o futuro da política - que visa desafiar o consenso neoliberal tecnocrático thatcherista do "Não há alternativas". Não mais a "classe trabalhadora", essa entidade que foi disputada por todos blocos políticos em democracias eleitorais, mas agora o significante a ser conquistado seria o "povo", de modo geral.

Fomos acostumados a acreditar que as mortes das democracias ocorrem devido a tiros em golpes e revoluções, anunciava o editorial da revista britânica *The Economist* em agosto de 2019, mas, seguia o texto, "elas agora estão mais propensas a serem sufocadas em nome do povo"[295]. Tomando espaço nas discussões da esfera pública a cada evento contraditório de governos populistas, essa ideia muito circulada de um retrocesso e deterioração democrática[296] em nome de um interregno populista representa o espírito desconjuntado de nossos tempos. Temos visto que não apenas a mídia tradicional, mas também as plataformas políticas vêm questionando alegações de que o caráter central do povo esteja sendo representado. Observamos aturdidos o andamento dos acontecimentos em que os personagens políticos oscilam entre comportamentos atônitos e erráticos, as regras se esgarçaram e a confiança em acordos se esvaiu, um cenário típico do que o sociólogo francês Michel Dobry chamou de "conjuntura política fluida"[297]: no qual alinhamentos políticos costumeiros desabaram, poderes trombaram entre si e leis claudicaram.

Este atípico momento, marcado por um levante, explosão ou catarse populista está pavimentando o caminho para um estado de indeterminação de nosso sistema político ao qual novos desafios se apresentam para a sobrevivência da democracia no mundo ocidental. De modo mais sintomático, podemos verificar como no debate acadêmico esse estado de ânimo responde a uma similar atitude. A avaliação do populismo enquanto um acontecimento que

---

[294] Müller 2016; Judis, 2019; Mudde; Kaltwasser 2017

[295] The Economist. Populism and polarisation threaten Latin America. **The Economist,** London, v. 431, n. 9148, p. 9-12, 9 May 2019. Disponível em: https://www.economist.com/briefing/2019/05/09/populism-and-polarisation-threaten-latin-america. Acesso em: 6 mar. 2023.

[296] Diamond, Larry. "Facing Up to the Democratic Recession." **Journal of Democracy**, no. 1 (2015): 141-55.

[297] Dobry, Michel. **Sociologie des crises politiques.** Paris: Presses de la FNSP, 1986

seria de fato progressista ou regressivo do ponto de visto do desenvolvimento institucional tem sido alvo de constante e grande controvérsia e disputa: seria este explosivo e amplo sucesso eleitoral de novos líderes e partidos de massa uma mudança positiva em regimes democráticos controlados por elites esclerosadas, promovendo mais participação política e engajamento de cidadãos até então apáticos aos acontecimentos políticos, ou, partindo de uma perspectiva menos otimista, seria o populismo um sintoma de uma patologias nas democracias representativas, que teriam em seu núcleo uma demanda anti-pluralista, e contribuiria com o fenômeno de uma "recessão democrática", e não um recrudescimento, expressa em recentes sentenças de morte e desaparecimento da democracia[298] por escritores e teóricos políticos. Apenas na segunda metade do século o tema do populismo se viu diante de uma crescente demanda de análise que iria para além do âmbito histórico do fenômeno e adentrava os rincões normativos do problema: seria o populismo um ameaça ou um corretivo, uma salvação ou uma destruição para as democracias liberais da modernidade tardia?[299]

Como criticar o populismo tardio: uma desiderata

O populismo tardio de direita que acompanhamos nos capítulos anteriores se assenta em três dimensões: uma concepção de liberdade ultraliberal e neoconservadora, levada a cabo por públicos radicalizados em ações de protestos disruptivos, cuja expressão institucional é traduzida eleitoralmente através de uma plataforma política populista da ultradireita, com o objetivo de minar e realocar internamente os expedientes democráticos contra si próprios. Estamos, pois, diante de um populismo da liberdade, cujo caráter libertário expressa o significante central que aglutina os elementos do repertorio transnacional desse fenômeno político da modernidade tardia. Conforme veremos adiante, o desafio para o campo de teoria política e da análise social tem sido explicar *como* tal novidade vem ganhando corações e mentes de novas formações subjetivas, além de ter incrementado, a nível formativo, uma nova pletora de pseudoteorias conspiratórias e teorias de estratégia política como base intelectual de tal movimento. Para dar conta desses elementos, no que se segue, três aspectos são fundamentais para oferecer uma possível explicação teóricas do fenômeno.

---

[298] Basta observar Levitsky, Steven;Ziblatt, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.Trata-se de um fenômeno que em alhures Alessandro Pinzani chamou de "milenarismo democrático".

[299] Canovan, Margaret. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. **Political Studies**, v. XLVII, n. 1, p. 2-16, March, 1999.

Uma ideia progressista de liberdade

Partindo de um diagnóstico preciso das causas estruturais da crise, devemos explicar a normatividade do populismo, isto é, fornecer um quadro teórico que explicite, como saída da crise, quais as condições adequadas para a realização da liberdade e que concepção de progresso está em jogo para que possamos de modo adequado fornecer parâmetros do que é justo, legitimo e correto. Por que essa condição é necessária depois da nossa controversa incursão nas formas de defesa do progresso como liberdade na modernidade tardia?

Uma resposta inicial seria de que podemos acessar estudos que indicam que a luta pela redução de desigualdade e pelo fim de exploração e dominação social tem vestígios bem-sucedidos, conforme relata, por exemplo, o economista Thomas Piketty[300], acerca da existência de um movimento histórico voltado para a garantia da igualdade enquanto ampliação da liberdade social.[301] Isto é, existe registros da possibilidade de progresso já comprovada pela história, e para ser convencido disso, basta olhar o desenvolvimento da educação e da saúde desde 1820: a expectativa mundial de vida ao nascer passou de cerca de 26 anos em média, em 1820, para 72 anos em 2020. Enquanto a mortalidade infantil atingia cerca de 20% de recém-nascidos do planeta em seu primeiro dia de vida, hoje temos menos de 1% de casos. Na mesma medida, a mortalidade adulta era generalizada, e apenas uma minoria poderia viver até os 50 anos, o que hoje em dia é quase uma norma. O fato de a humanidade ter mais saúde, ter acesso à educação e à cultura, de ser mais alfabetizada, ter acesso à escolarização e inclusive à universidade, o que sempre havia sido um privilégio, é um indicio que ao progresso existe, mesmo apesar das grandes disparidades e desigualdades que continuam a andar juntas.

Todavia, a existência de dispositivos institucionais específicos como a igualdade jurídica, o sufrágio universal e a democracia parlamentar, a educação gratuita e obrigatória, o seguro-saúde universal, o imposto progressivo sobre a renda, a herança e propriedade, a cogestão e o direito sindical, a liberdade de imprensa, o direito internacional, para mencionar alguns, indicam que há um compromisso com conquistas, em perpetua redefinição, que

---

[300] Piketty, Thomas**. Uma breve história da igualdade**. Trad.: Maria de Fátima Oliva Do Coutto, Intrínseca, 2022.
[301] Larson, Rob. **Capitalism vs. Freedom: The Toll Road to Serfdom** . Zero Books, 2018

mesmo fragilizada, indica que a luta pelo progresso é constante e possível.[302] Portanto, o motivo pelo qual essa ideia de progresso ainda cumpre uma relevância na filosofia política normativa é sua função heurística que serve para determinarmos que processo de desenvolvimento tem um sentido emancipatório ou regressivo. Contudo, conforme a própria pesquisa de Freulerbauey nota, o progresso não se baseia em uma teoria da justiça específica, ficando aberto a elaborações das filosofias e teorias poliíicas para disputarem e determinarem tal critério.

É por este critério que as teorias sociais, econômicas e políticas empíricas podem ter como baliza orientadora de suas pesquisas acerca da evolução das sociedades ocidentais e o seu grau de democratização. Na fundamentação, diferentes princípios como bem-estar e liberdade, segurança e solidariedade, pluralismo e inclusão, justiça distributiva e equidade, preservação ambiental, transparência e democracia figuram como possíveis orientações normativas ao progresso[303]. Como determinar o papel das instituições como o mercado e sua função no progresso social? Para Sen, elas são necessárias, mas estão longe de ser suficientes como base de uma sociedade justa – uma sociedade que garante equidade e dignidade humana, bem como sustentabilidade e robustez[304].

Para além disso, graças à ideia de progresso social, podemos contestar aquelas e aqueles que sustentam o "fim da história" ou mesmo que o projeto neoliberal de que não existe alternativa a determinado regime econômico ou organização social. Progresso como liberdade, portanto, alarga nosso horizonte institucionalista e pensa as contribuições que as lutas anticoloniais, antirracistas[305] e feministas fazem para aprimorarmos nosso mundo e a liberdade de todas e todos nele. Se o populismo tem um sentido normativo, portanto, a pergunta por qual critério de progresso ele responde é fundamental pra nossa investigação.

Crítica da distorção da liberdade pelo populismo

---

[302] Sen, Amartya. Prefacio. In: Fleurbauey, Marc. **Manifesto pelo Progresso Social**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 2018. Vide o louvável esforço do Painel internacional sobre Progresso social e sua pesquisa de mais 300 cientistas sociais coordenada por Marc Fleuerbaey que defendem que o progresso social pode sim ser substancializado em mudanças institucionais e convenções que estejam imbuídas de um projeto de justiça social que tem como conteúdo que "todo ser humano tem direito à plena dignidade, independente de gênero, raça, religião, educação, talento e capacidade produtiva. Esse ideal de dignidade inclui a possibilidade de participar da vida social em pé de igualdade com outros e de estar no controle das dimensões importantes da própria vida".

[303] Ibidem.

[304] Ibidem.

[305] Stovall, Tyler. **White Freedom: The Racial History of an Idea**. Princeton: Princeton University Press, 2021.

22. Keeanga-Yamahtta Taylor. **From #BlackLivesMatter to Black Liberation**. Chicago: Haymarket Books, 2016, p. 100.

No segundo caso, procuramos a *etiologia do populismo* e da emergência do *neoliberalismo autoritário*, visto que uma teoria crítica da política tem como objetivo fornecer diagnósticos claros e coerentes das causas que possibilitaram a emergência do fenômeno político em questão, a saber, o populismo libertário. Diversos diagnósticos estão conectados com uma ameaça à democracia liberal[306] ou uma espécie de renovação de sua dimensão precária, mas no cerne está em jogo qual relação estrutural que apresenta condições para que a crise emerja. A crise da economia, da forma de vida e do sistema capitalista e seu efeito na autonomia[307] passam a ter relevância no debate. Divergem diferentes interpretações de crise: aquelas mais culturalistas e outras mais econômicas.

Enquanto o primeiro campo trata das mudanças morais complexas e de comportamento na cultura política, a segunda pensa as mudanças estruturais da economia, que poderia ser traduzida em sentidos mais normativos de tributação e da dinâmica financeira. Mas, no geral, torna-se necessária uma crítica da organização social capitalista para dimensionar seus efeitos políticos. Essa é a lição de Horkheimer nos anos 1930: "Ninguém pode desejar que os emigrantes, que testemunham por si mesmos o fascismo, apresentem para o mundo um espelho justamente ali onde ele lhes concede ainda asilo. *Mas quem não quer falar de capitalismo deveria se calar também sobre o fascismo.*"[308] Neste sentido, cabe indagar como a distorção da liberdade não seria, de fato, um instrumento ideológico do atual estágio do capitalismo. Uma crítica do populismo tardio deveria levar em conta, sobretudo, tal dimensão sistêmica e estrutural da dominação capitalista.

Concepção democrática de libertação

No *terceiro caso*, por fim, seguindo a pergunta mais fundamental de uma teoria crítica, a saber, "existe um interesse emancipatório?", chegamos à noção de transformação social e sua distinção com a ideia normativa de progresso. Enquanto o segundo elemento da *desiderata* nos oferece uma possibilidade de conectar um critério avaliativo de condições

---

[306] Rummers, Stefan. Populism as a threat to liberal democracy. In: Kaltwasser, Cristóbal Rovira; Taggart, Paul; Ochoa espejo, Paulina; Ostiguy, Pierre (org.). **The Oxford Handbook of Populism**. New York: Oxford University Press, 2017. p. 697-717.

[307] Benhabib, Seyla. "Critique as crisis theory: Capitalism and autonomy". In: Benhabib, Seyla. **Critique, norm, and utopia. A study on the foundations of Critical Theory**. New York: Columbia University press, 1986, p. 102-146.

[308] Horkheimer, Max. Juden und Europa [1939]. **Studies in Philosophy and Social Science**, 8, caderno 1. Reimpressão pela Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980, p.115.

mais adequadas de vida, a ideia de transformação social nem sempre vem vinculada a uma intenção de estipular seus critérios, mas sim de provocar mudanças nas estruturais sociais em torno de estratégias políticas específicas. Esse elemento retoma importantes debates acerca dos papeis da política na história e de quais táticas tornam-se fundamentais para levar adiantes agendas progressistas e emancipatórias. Isso significa que uma compreensão dos movimentos sociais que carregam em si os processos de transformação deve articular os valores que estão mobilizando a mudança social, como os movimentos sociais funcionais, e mais, importante, como movimentos sociais nos ensinam sobre a teoria e a prática de mudança social, incluindo sobre a natureza da justiça social. Para isso, uma teoria da transformação social[309] deve operar ao especificar que progresso político pode ocorrer localmente, isto é, no domínio particular das questões sociais e políticas, e, ao mesmo tempo, em um nível global que articule níveis diferentes de resistência transnacional ao autoritarismo. Não só os métodos, como boicotes, ocupações, greves e barricadas precisam ser refletidos, mas os mecanismos que circundam tal compreensão das expressões simbólicas dos grupos sociais.

Sabemos que nem sempre a democracia foi o caminho mais almejado pelas lutas políticas que pensavam as formas de transformação social em torno dos paradigmas de revolução e reformismo. Contudo, os mecanismos de transformação social hoje em dia passam pelo incontornável projeto de radicalização da democracia, que retoma em outros sentidos o debate que marcou o século XX. Como o populismo se posiciona como proposta interpretativa de democracia[310] e qual o veículo de transformação social se mostra como mais bem sucedido no debate entre as variações interpretativas do populismo. Com isso, um novo debate se instaura a respeito da democracia: seria o agonismo ou deliberacionismo as únicas formas de transformação social diante do momento populista? Ou novas formas políticas ainda se incorporam a disputa de projetos?

É por este motivo que, em ordem de analisar o fenômeno, precisamos "diagnosticar o caráter normativo dos conflitos sociais (a gramática moral dos conflitos) e reconstruir o caráter discursivo e conflituoso da normatividade social, política e institucional".[311] Esse conjunto de questões moldam as linhas gerais do que chamamos aqui de uma Teoria Critica

---

[309] Moody-Adams, Michelle. **Making Space for Justice: Social Movements, Collective Imagination, and Political Hop**e. Cambridge: Columbia University Press, 2022.

[310] Cassimiro, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**. , n. 35, 2021.

[311] Werle, Denilson. Conflitos sociais, justiça e as bases normativas da crítica em Axel Honneth in: (org) Polyana Tydre et. Al. Os Caminhos da Crítica em Axel Honneth. Uducs, 2024.

da Política[312] (TCP), que dê conta de diagnosticar, analisar e indicar uma tendencia de transformação social presentes nas dinâmicas politicas contemporâneas. Nos capítulos que se seguem, confrontaremos e avaliaremos duas estratégias distintas de crítica do populismo tardio: aquela relativa à tradição de uma filosofia política normativa como crítica de injustiças sociais (teoria da hegemonia ou teoria do liberalismo político) e da crítica imanente como critica de patologias sociais. Essa questão acirrou as divisões internas entre as que convencionamos chamar de teorias idealistas e realistas, as primeiras mais próximas de estudos empíricos e da realidade factual e, as segundas, voltadas para elaboração de princípios e artificio de pensamento contratual, colocaram em xeque a própria ideia de liberalismo subjacente às democracias ocidentais.

Embora ambas as modalidade teóricas tenham como objetivo a elaboração de importantes esquemas de orientação para o pensamento e a ação política, uma nova gama de diferenças abre um fosso disciplinar que, neste capítulo, pretenderemos investigar ao avaliar os recursos analíticos presentes na filosofia política normativa contemporânea para uma análise crítica do populismo em sua versão libertária de extrema direita, ressaltando quais seriam os componentes e parâmetros de crítica, para, em seguida, contrapor dois modelos de maior visibilidade e debate que disputam a interpretação desse fenômeno.

Por um lado, as intuições de Carl Schmitt seguem na *filosofia política agonista*, influenciada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e mobilizada pelas teorias realistas que retomam a ideia gramsciana de hegemonia e por outro, temos a *filosofia política liberal*, levada a cabo pelas teorias idealistas e deliberacionistas do liberalismo político, que recuperam a tradição contratualista moderna em consonância com a posição de uma "razão pública" tal como formulada por John Rawls, como basilar para a ideia de democracia liberal. Trata-se, em última instância, de duas diferentes "ontologias do político": uma direcionada ao *dissenso* e a outra que busca o *consenso* (mas sem excluir o conflito dessa dinâmica). Ou seja, uma t*eoria realista* da política e outra *teoria idealista*, sendo a primeira mais próxima de estudos empíricos e movimentos sociais e a segunda voltada para procedimentos e princípios de uma teoria contratualista. Por fim mostraremos os potenciais e limites de ambos os modelos, tendo como orientação a *desiderata* de uma crítica do populismo anteriormente esboçada.

[312] Bohmann, U.; Sörensen, P. Prospectando uma Teoria Crítica da política. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 22, e42204. 2022.

Em ordem de aplicar tal quadro categorial e proceder de modo a contrapor dois blocos teóricos da filosofia política contemporânea que oferecem diagnósticos, critérios normativos e sentidos de transformação social democráticas dispares e divergentes: as *teorias da hegemonia* e as *teorias liberais* – as primeiras que apostam no *populismo como um corretivo às democracias* em torno uma estratégia inclusiva[313] e estas últimas que veem *o populismo como uma ameaça* e degeneração da democracia liberal[314] que se faz valer de uma forma de política excludente. Tais abordagens se dividem entre as influências em termos de interpretação da liberdade e igualdade no horizonte da modernidade: uma de extrato hegeliano (liberdade como autenticidade) e outra kantiana (liberdade enquanto autodeterminação), e que ocuparam um lugar de destaque no debate da filosofia política normativa da década de 1980 e 1990, a chamada querela entre os **"**comunitaristas e liberais".

Embora tais influências se entrecruzem em estratégias de crítica do populismo no desenvolvimento de suas formulações, especialmente ao serem aplicados em situações não-ideais, é comum que divirjam em diferentes determinações de uma ontologia do político e seus contextos: os liberais sendo "desconectados" dos contextos e os comunitaristas ou agonistas sendo "obcecados" aos contextos históricos-sociais[315].

Ainda assim, ambos compartilham nos últimos anos diagnósticos e remédios similares para o avanço do populismo de ultradireita no mundo. Por sua vez, três perspectivas reflexivas da liberdade surgem aqui como contrapostas: ética (positiva e negativa) e outra moral[316]: a primeira vertente de liberdade ética procede de modo mais negativo em relação ao fundamento normativo das comunidades políticas, como no caso de Mouffe e Brown. Ao analisar ambas as correntes e seus desdobramentos na esfera pública, avaliaremos os potenciais e limites da filosofia política normativa ao fornecer uma crítica do populismo entre uma alternativa externa ou interna ao populismo. De modo mais específico, a *crítica externa*[317] parte de uma concepção de liberdade moral cujo padrão de avaliação seria a ideia filosófica de justiça, independente de sua aplicação prevista. Tal modelo de crítica implica

---

[313] Mudde, Cas; Kaltwasser, Cristóbal Rovira. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. **Government and Opposition**, 48, p. 147-174, 2013.

[314] Rummens, Stefan. Populism as a threat to liberal democracy. In: Cristóbal Rovira Kaltwasser, Paul Taggart, Paulina Ochoa Espejo and Pierre Ostiguy (eds.). **The Oxford Handbook of Populism**, Oxford: Oxford University Press, pp. 554-570, 2017.

[315] Cf. Rainer Forst. **Contextos da justiça. Filosofia política para além de. Liberalismo e comunitarismo**. Tradução. Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

[316] Forst, Rainer. "Ethik und Moral". In: Günter, Klaus e Wingert, Lutz (org**.). Die Öffentlichkeit der Vernunft und die Vernunft der Öffentlichkeit, Festschrift für Jürgen Habermas**. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2001, pp. 344-371.

[317] Sobre a distinção entre crítica externa, interna e imanente. Ver: Stahl, Titus. Immanent critique. Rowman & Littlefield Publishers, 2021; Iser, Mattias.

que a teoria tenha acesso a algum tipo de verdade normativa objetiva ou um padrão anterior à revelia das atrizes e atores sociais. Tal posição depende de experimentos de pensamento para definir de antemão um ambiente de radical igualdade que não permita desequilíbrios de poder que sejam arbitrários ou não justificado segundo um método de ponderação e equilíbrio reflexivo. A chamada *crítica interna* parte precisamente da autocompreensão de movimentos sociais e de uma aposta na soberania de um específico e situado povo. Leitores e leitoras de Gramsci como Stuart Hall[318] dentro do contexto das políticas britânicas da metade do século e Ernesto Laclau e Chantal Mouffe[319] no contexto latino-americano, conseguiram levar adiante o quadro teórico desenvolvido em torno da ideia de hegemonia para pensar uma atualização culturalista do marxismo em relação às dinâmicas emergentes da sociedade civil do pós-guerra.

Em especial, gramscianos entendem o populismo como uma forma emergente de massa política que engaja em uma luta contra-hegemônica por poder político com um bloco histórico no poder – no caso seria a hegemonia do neoliberalismo tecnocrático e antipolítico. Na mesma esteira, leitores e leitoras de Foucault, tendem a interpretar as forças populistas de ultradireita como um fenômeno marcado por uma governamentalidade autoritária, uma gestão biopolítica das formas de poder que aderem a gramática própria do ethos neoliberal e da subjetividade moldada a partir do controle economicista de corpos.

Do lado oposto, o diagnóstico das crises da democracia liberal e suas causas, dando ênfase ao campo bem constituído do liberalismo constitucionalista democrático que encontra ressonâncias na teoria política, na ciência política e na teoria social liberal. Antes de adentrar na relação específica do liberalismo com o populismo, devemos revisitar preliminarmente a influência acachapante que os procedimentos de formulação e justificação de princípios de justiça liberal tiveram a partir de elaborações programáticas na década de 1970. Emerge daí uma constelação de duas concepções de política que interagem ao fundamentar sua própria normatividade e perspectivas do que seria um princípio progressista de liberdade: uma visão *associativa* da política[320], provinda do liberalismo político e, uma visão *dissociativa* da política, representada pelo agonismo.

---

[318] Hall, Stuart. "Authoritarian Populism: A Reply to Jessop et. al." In: Gregor McLellan (ed.). **Selected Writings on Marxism**,. Durham: Duke University Press, 2021, p. 282–92.

[319] Barret, M. "Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". In: Z

[320] Rendtorff, J. D. Political Philosophy Against Populism: Democratic Theory of Justice as Justification of Human Rights and Citizenship in Political Liberalism. In A. Akande (Org.), **Globalization, Human Rights and Populism: Reimagining People, Power and Places** Springer, 2023. pp. 147–170.

4. Crítica desconstrutivista do populismo

> Nós precisamos perguntar o que fazer com a liberdade em uma conjuntura histórica em que ela realmente se tornou desonesta, quando foi arrancada de contextos através dos quais poderia apoiar em vez de destruir perspectivas de justiça, ecoviabilidade e coabitação pacífica, quando a alquimia do neoliberalismo, da supremacia masculina branca e do niilismo tornou a liberdade monstruosa.
>
> Wendy Brown[321]

É cada vez mais comum o fenômeno do populismo ser atribuído às noções de "guerras culturais" e disputas por "hegemonia". Essa estratégia teórica de interpretar a dinâmica política como uma batalha, quase sempre violenta, seja nas ruas ou nas redes sociais, e que adentra os valores e práticas culturais de uma sociedade, remonta geralmente às contribuições de diferentes filósofos na história do pensamento político: Espinosa, Nietzsche e mais comumente, Carl Schmitt - nomes que recorrentemente aparecem como fontes inspiradoras de uma visão mais realista de política e mais centrada em afetos do que procedimentos abstratos. Contudo, a tradição eminentemente de esquerda do século XX, que deu início, conforme relata Perry Anderson[322], à transição do marxismo tradicional e ao chamado marxismo ocidental e que teve como importante movimento uma perspectiva menos economicista da política, tem como basilar as contribuições do jornalista socialista, militante político e filósofo marxista Antonio Gramsci. O seu pensamento original tem como contribuição uma concepção dialética marxista de "hegemonia" e de "revolução passiva" que remonta a Lenin[323], mas que ultrapassa as suas aspirações revolucionarias no contexto

---

[321] Brown, Wendy. What is left of freedom? In: Allen, Amy; Mendieta, Eduardo (org.) **Power, Neoliberalism, and the Reinvention of Politics: The Critical Theory of Wendy Brown**. Pennsylvania: Penn State University, 2022.

[322] Anderson, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

[323] A palavra hegemonia aparece um total de 167 vezes na obra de Lenin, sendo por este motivo que Gramsci remonta a noção ao revolucionário russo. "Somente a concepção de hegemonia de um negociante pequeno-burguês poderia concebê-la como um acordo, um reconhecimento mútuo, uma questão de termos verbalizados. Do ponto de vista proletário, a hegemonia em uma guerra pende para o lado que luta com mais energia, que não perde nunca a chance de desferir um golpe no inimigo, que sempre ajusta a ação às palavras, sendo, portanto, a liderança ideológica das forças democráticas, que critica políticas intermediárias de todo tipo." Lenin, Vladimir. **Estratégia e Tática da Hegemonia Proletária**. Trad. Gabriel Varandas Lazzari, Marcelo Bamonte Seoane, Mário Coelho, Otávio Losada e Vinícius Okada M. M. D'Amico. São Paulo: Editora LavraPalavra, 2023.

internacional de democracias ocidentais. Para Gramsci[324], a ideia de "hegemonia", em sua primeira ocorrência, indicaria uma alternativa ao sentido que as noções de "preeminência" e "supremacia" e uma proximidade ao sentido que "direção" ocupa em oposição a de "domínio".

Isto é, hegemonia diz respeito a uma forma de direção que o partido tomaria no terreno da sociedade civil, o que pode alternar politicamente entre um agrupamento subalterno e um grupo dominante. A possibilidade de formação de blocos hegemônicos e contrahegêmonicos é o que marca a dinâmica política que permite a uma classe dominante ser dirigente dentro de um partido político e ditar economicamente, eticamente e politicamente ideologia em sua totalidade para a massa. Contudo, as classes dirigentes também podem ser cooptadas por uma hegemonia inimiga que absorve e ressignifica suas ideologias, como foi o caso do transformismo como um sintoma de uma "revolução passiva".

A noção de hegemonia supõe que a disputa que se coloca na sociedade civil é daquelas entre classes dirigentes que conseguem o controle das classes subalternas, de modo a implementar de forma hegemônica a ideologia que conduz sua posição. Isso nos leva à ideia de populismo, que aqui estaria vinculada ao papel dos intelectuais na sociedade civil. Embora Gramsci não tenha utilizado propriamente o conceito de "populismo" como central no seu léxico político, a noção de "nacional-popular" aparece de modo recorrente nos *Cadernos do Cárcere* ao se referir aos fenômenos do "bonapartismo", "cesarismo", "boulangismo" e os "narodniki" como tendências de criação de uma "vontade coletiva nacional-popular".

Trata-se de uma força nacional que tema na ideia de classe um meio de conquista de hegemonia. Leitores de Gramsci como Stuart Hall[325] dentro do contexto das políticas britânicas da metade do século e Ernesto Laclau e Chantal Mouffe[326] no contexto latino-americano, conseguiram levar adiante o quadro teórico desenvolvido em torno da ideia de hegemonia para pensar uma atualização culturalista do marxismo em relação às dinâmicas emergentes da sociedade civil do pós-guerra. Em especial, esse esforço compreende o populismo como uma forma emergente de massa política que se engaja em uma luta contra hegemônica por poder político com um bloco histórico no poder – no caso seria a hegemonia

---

[324] Liguori Guido e Voza Pasquale (orgs.) **Dicionário Gramsciano,** São Paulo, Boitempo, 2017,pp. 635/637.
[325] No caso de Stuart Hall, o fenômeno em questão seria o populismo neoliberal thatcherista, quando para Laclau e Mouffe, o centro de análise seria o peronismo argentino. Tais abordagens procuraram analisar discursos que circulam nas formas popular da cultura política como em obras literatura, na mídia, na religião e em lugares que demarquem um hegemonia especifica. Cf. Hall, Stuart. "Authoritarian Populism: A Reply to Jessop et. al." In: Gregor McLellan (org.). **Selected Writings on Marxism** . Durham: Duke University Press, 2021, p.282–292.
[326] Barret, M. "Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**". Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010

do neoliberalismo tecnocrático e antipolítico. Para Laclau[327], em especial, o populismo marcaria uma contradição entre um povo específico e um bloco de poder, cuja característica central não seria mais como nos marxismos da época, como os de estrato althusseriano, as relações de produção, mas sim as articulações ideológicas que permeavam as performances políticas de tais blocos. Em "a razão populista", Laclau[328] aprofunda esse insight a partir de uma perspectiva profundamente marcada pelo pós-estruturalismo, ao ponto de a análise se concentrar mais em questões ontológicas do que marcadamente produtivas.

Em particular, Mouffe se vale das contribuições de Laclau ao enfatizar que o populismo sempre surge na sociedade a partir de crise de um certo modelo hegemônico vigente. Justamente essa plasticidade do populismo permite trabalhar o conceito para que ele seja capaz de explicar em um quadro teórico amplo os discursos ideológicos em diferentes tipos de sociedade e de constituição política. Visto que, para Mouffe, o populismo não é uma ideologia, não é um regime e não é necessariamente uma plataforma específica. O populismo é antes de tudo uma estratégia, organizada nos moldes de um bloco contra-hegemônico que disputa, na esfera pública agonística, termo que Mouffe retoma de Schmitt, o controle de governança e do reestabelecimento da fronteira entre "eu" e "eles", isto é, entre "direita" e "esquerda".

Essa mesma intuição de uma governança hegemônica é coroada pela teoria do poder de Michel Foucault, onde a noção hegemonia, no caso do neoliberalismo, aparece como uma racionalidade governamental. No seu conhecido seminário no *College de France* acerca do "Nascimento da Biopolítica", Foucault[329] define neoliberalismo como uma resposta à forma de governança liberal, seja como uma forma de governo, seja como um processo de subjetivação. A novidade neoliberal é a criação de uma racionalidade estatal no qual a economia passa a ser o criador das formas que as leis são comandadas, não mais pelo Estado, mas sim pelas leis do mercado. As consequências que Foucault analisa nessa transformação de subjetividade que tratam o Estado como inimigo é a emergência de um novo sujeito que é auto interessado, que maximiza o lucro em função das virtudes, e que assume o papel de um "empreendedor de si mesmo" e cumpre a função de um poder produtivo que propala uma visão de mundo no qual quem rege são as leis do mercado sobre todas esferas da vida social. Diferente, portanto, do *homo economicus* clássico do liberalismo, que se dentro de uma

---

[327] Laclau, Ernesto. Towards a Theory of Populism. In: Laclau, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory: capitalism, fascism, populism.** London: New Left Review Editions, p. 143-199, 1977.
[328] Laclau, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.
[329] Foucault, Michel. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo, Martins Fontes, 2008. Em especial, a aula de 14 de fevereiro, p. 179-220.

dinâmica de compra e troca no mercado seguindo as leis mais costumeiras dos procedimentos financeiros, o novo sujeito se vê atomizado e sujeito apenas a uma obediência de suas próprias regras de reprodução da sua própria vida.

Influenciada por Foucault, Wendy Brown[330] parte de sua concepção de uma governamentalidade neoliberal para desenvolver uma atualização em face da ascensão das políticas antidemocráticas no ocidente. A governamentalidade[331] cumpre aqui o papel da "hegemonia" em Gramsci e nos autores e autoras anteriormente citados. Mas, ao contrário de Foucault, a quem a autora critica por partir de uma análise micropolítico e focada no individuo do *homo economicus*, sem se atentar, portanto, para as estruturas da economia e do Estado que produzem esse sujeito e reforçam uma lógica sacrificial de responsabilização individual generalizada.

Em última instância, hegemonia e governamentalidade fundamentam a compreensão do populismo do modelo crítico desconstrutivista, no qual política e luta política são concebidos enquanto uma disputa sobre como apropriar palavras, uma partilha do sensível, cujo campo de batalha semântica é sempre aberto, indeterminado e plural. Com o intuito de diagnosticar essa força emergente de uma hegemonia do populismo tardio de ultradireita, mas também para repensar alternativas em torno do campo pós-marxista e sua articulação com a influência da filosofia francesa contemporânea de teorias pós-estruturalistas, o projeto levado adiante por tais críticas sociais teve sua marca vinculada à conhecida metodologia desconstrutivista.

Trata-se de uma crítica do populismo que se volta para uma decomposição do quadro teórico da democracia liberal e de sua correspondente concepção de liberdade e povo, que perpassam os discursos de tolerância, direitos humanos, racionalidade. Nesta subseção, reconstruiremos as linhas gerais do que se trata essa chamada "crítica desconstrutivista" do populismo, influenciada por uma concepção agonista de político, rubrica que se refere a uma relação social especifica entre adversários numa determinada dinâmica política eleitoral. Persevera, nessa lógica dissociativa, a figura do adversário como o opositor em um jogo político cujas regras são respeitadas, diferentemente da posição de um inimigo, que não aceita o contrato e as regras do jogo e parte para o vale tudo.

---

[330] Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

[331] Brown, Wendy. On Governmentality. A conversation with Nicholas Rose and Partha Chatterjee. In: (org.). Tazioli, Martina; Walters, William (org.). **Handbook on Governmentality**.. Cheltenham: Edward Elgar, 2021.

Das implicações dessa dinâmica para o populismo, trataremos mais adiante, realçando a especificidade de diagnóstico do populismo de ultradireita que circula nessa vertente teórica. O que se procura enfatizar, neste caso, é a relevância da hegemonia neoliberal como pervasiva na democracia liberal e como causa da crise de representação e da ascensão da ultradireita. Em seguida, iremos estabelecer quais os elementos que constituem uma normatividade agonista, sua posição em relação a uma orientação para o progresso e a noção de liberdade envolvida, para, ao final, compreendermos que a defesa de uma esquerda populista[332] como plataforma se torna fundamental para a concepção de democracia radical contida nessa posição de uma transformação social que, todavia, coloque o povo como elemento central de insurgência. Em linhas gerais, trata-se de uma liberdade agonista que se funda em uma concepção negativa de ética; cujo pressuposto para uma crítica da ideia de povo e liberdade capturada pela ultradireita pode ser tomada como uma hegemonia ou uma governamentalidade distorcida, para, enfim, vislumbrar uma alternativa republicana radical, em torno de uma política prefigurativa e uma concepção agonista de democracia radical.

4.1.Agonismo político e liberdade ética

"O que a esquerda precisa é uma concepção pós-individualista de liberdade, pois é sobre essas questões de liberdade que as batalhas ideológicas estão sendo disputadas", argumentava Chantal Mouffe[333] em resposta a grande reorganização do campo da direita no final da década de 1980. Nessa época, marcada pela ascensão dos governos neoliberais de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, representantes mais notórios da novidade paleolibertária e de uma ameaça antidemocrática inaudita, teóricas como Mouffe e Wendy Brown foram cruciais para elaborar uma renovada teoria política da regressão.

Hoje, mais do que nunca, tal disputa se acentua de forma vertiginosa, diante de um populismo tardio que perverte as questões da liberdade em nome de uma destruição da democracia e suas bases políticas progressistas. As teorias críticas de Brown e Mouffe representam uma compreensão renovada das relações de poder não como dadas, mas como contingentes, históricas e maleáveis. A tarefa desse procedimento metodológico consiste em

---

[332] Agustín, Óscar García. **Left-Wing Populism: The Politics of the People.**, Bradford: Emerald Publishing, 2020.

[333] Mouffe, Chantal. Hegemony and New Political subjects: Towards a new concept of democracy. In (org.) Nelson, Cary; Grossberg, Lawrence**. Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988. p.100.

"diagnosticar os perigos e danos desses poderes e descrever as possibilidades inerentes a tais que poderiam nos levar para outro lugar".[334]

Distante dessa visão regressiva do populismo, o ponto de partida da aludida concepção pós-individualista, ou, neste caso, agonista de liberdade[335], consiste na sua particular ontologia política *dissociativa*, que compreende seres humanos como personagens que constituem, desempenham e reproduzem suas identidades coletivas através de uma relação estrita entre poder e antagonismo. Tais identidades são forjadas em um sentido *antiessencialista* – o que significa pensar a articulação de uma demanda política não como determinado universalmente – tais como as categorias que a esquerda lidava no marxismo tradicional, como proletariado, burguesia e lumpemproletariado - mas sim como uma decisão ética[336]. A ação política do ponto de vista agonista implica uma articulação de discursos e posições que determinam a disputa por hegemonias. Pela razão da hegemonia ser algo frágil, não garantido, que depende de certa configuração de poderes que não são ancorados em uma verdade ou concepção de validade racionalmente pressuposta. O que existe, portanto, são decisões passiveis de serem revisadas por contestações a favor ou contra determinada hegemonia.

Trata-se de uma liberdade política forjada *no* e *para* o conflito. O "político" se refere, portanto, à dimensão antagonista constitutiva humana, enquanto a "política" seria expressão do conjuntos de práticas e instituições que organizam a coexistência humana no contexto da conflitualidade fornecida pelo "político".[337] Logo, o estabelecimento de instituições estariam voltadas para a transformação do antagonismo em agonismo, como expressão *do dissenso*, de uma relação entre inimigos, para uma relação entre adversários, e que percebe a existência do outro como legitima e não passível de destruição, ou como Marcel Mauss colocou: "opor, mas sem matar o outro".

Ainda, estamos diante de uma visão *pós-fundacionista*[338] da sociedade, isto é, que não seja orientada por noções de verdade ou validade universal em uma razão prática. A

---

[334] Brown, Wendy. Entrevista: É necessário romper com a força antidemocrática dos regimes de direita. IHU-Unisinos. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618538-e-necessario-compreender-a-forca-antidemocratica-dos-regimes-de-direita-entrevista-com-wendy-brown. 2022.

[335] Demirović, Alex. Das Scheitern der Agonistik. Zur kritischen Theorie des Politischen. In: Bohmann, Ulf; Sörensen, Paul (Org.). **Kritische Theorie der Politik**, Berlin: Suhrkamp, 2019.

[336] Mouffe, Chantal. How to Envisage the Political Dimension of Architecture In: Bedford, Joseph (org). **How Is Architecture Political? Engaging Chantal Mouffe**. London: Bloomsbury Publishing, 2024

[337] Chantal Mouffe How to Envisage the Political Dimension of Architecture**.** In: Bedford, Joseph (org.). **How Is Architecture Political? Engaging Chantal Mouffe**. London: Bloomsbury Publishing, 2024

[338] Marchart, Oliver. **Post-Foundational Political Thought. Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

concepção de liberdade que vem daí, centra-se numa ideia que rejeita a mesma concepção de autonomia enquanto normatividade central da modernidade e da abertura ao perspectivismo nietzschiano que conduz a crítica ao pensamento político marxista. Ao retomar uma tradição de filosofia da história negativa que, em Nietzsche, Freud e Foucault representam uma radical crítica da modernidade, a vertente agonista procura evitar as essencializações de uma figura unificada de subjetividade e uma de totalidades sociais como fundamento e orientação normativa.[339]

Da perspectiva da teoria agonista, a liberdade em sua manifestação progressista não pode ser assentada em uma visão linear e acumulativa de história. Isso implica, conforme argumenta Brown, rejeitar "o progressismo da modernidade europeia e sua auto-unção como o zênite da maturidade civilizacional em função de uma compreensão que privilegia a contingência da historia".[340] Logo, a perspectiva pósfundacionista diz respeito à valorização da contingência da história como um emaranhado de práticas de poder, o que permite as atrizes e atores sociais: "openly *invent* our political projects and their moral content, without relying on either teleological or redemptive history, without having recourse to moral or other onto- logical systems rooted in nature, fetishized reason, the dialectic, or the divine."[341]

Por estas implicações ontológicas, o procedimento de desconstrução encontra na genealogia francesa[342] um aporte para pensar de forma problematizadora a história. Em linhas gerais, o projeto de uma crítica desconstrutivista consiste numa estratégia metodológica de depuração do contexto de surgimento de um ideal ou uma prática social. Neste aspecto, a influência da genealogia como fonte de problematização da história é extremamanete relevante na medida em que reconfigura a filosofia da história moderna e "extends to a refiguring of *the political* that directly opposes this term to conventional understandings of politicization on one side and policy on the other."[343] Vemos aqui um foco na "ontologia do presente" calcada em um exercício pós-teleológico e iterativo de desconstrução da histórica: privilegiando suas rupturas e descontinuidades, mais do que suas ocorrências e acúmulos do

---

[339] Brown, Wendy. Sovereignty and the Return of the Repressed. In: Campbell, David; Schoolman, Morton (org.). **The New Pluralism: William Connolly and the Contemporary Global Condition**,. Durham: Duke University Press, 2008.
[340] Brown, Wendy. Thinking together. In: Allen, Amy; Mendieta, Eduardo (org.). **Power, neoliberalism, and the reinvention of politics: the critical theory of Wendy Brown**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2022.
[341] Ibid.
[342] Lévy, Bernard-Henri. **Adventures on the Freedom Road: The French Intellectuals in the 20th Century**. London: Harvill Press, 1995.
[343] Mouffe, Chantal. **Sobre o Político.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

ponto de vista do exercício autônomo da razão. Uma articulação simbólica e discursiva[344], que privilegia paixões e afetos[345] em vez de disposições racionalistas, que setorna objeto da crítica agonista.

Neste aspecto, a crítica desconstrutivista nega de partida que a liberdade se reduza a um ideal de autonomia, adotando em contrapartida uma posição *antirracionalista*, no sentido que guarda para teoria um lugar onde emoções, paixões e afetos possam ter a capacidade de organizar uma construção coletiva de formas de identificação. Sob vários aspectos, racionalismo, individualismo e universalismo abstrato tornam-se entraves para o desenvolvimento de uma concepção de teoria política. A impotência liberal não permite antever o caráter não erradicável do antagonismo como base da dinâmica social.

Essa dimensão da liberdade "não pode ser organizada em termos de um liberalismo"[346], pois implica a adoção de uma ontologia que separa princípios políticos de um complexo humano da sua interdependência planetária ou terrestre. Para Brown[347], formular liberdade como "licença pessoal seria incoerente e criminoso", pois tais concepções que circulam no léxico moderno da autonomia atribuem ser livre como ser visível ou escutado, o que na perspectiva desconstrutivista se trata de uma documentação sempre passível de dependência, exclusão e regulação. Por esta razão, tais discursos que reivindicam uma universalidade racional na realidade são ''annexed by those unitary discourses to which they are in putative opposition, they become a particularly potent source of regulation, carrying as they do intimate and detailed knowledge of their subjects''.[348]

Ao invés de uma concepção procedimental, provinda das concepções morais que fundamentam a teoria liberal da política, a teoria agonista se assenta sob uma concepção substancial de liberdade, fincada em torno de uma ideia de bem comum, realçando uma dimensão contingente, nunca puramente neutra[349], que exige compromissos com valores

---

[344] Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

[345] Em sua crítica das elites e sua trama com a ultradireita em Israel, a socióloga Eva Illouz também centraliza o papel dos afetos e paixões na dinâmica do populismo tardio, indicando quatro emoções fundamentais para compreensão crítica do fenômeno: o autoritarismo seria legitimado pelo medo e o nacionalismo conservador no nojo, no ressentimento e no amor por um pais. *Cf.* Illouz, Eva. **The Emotional Life of Populism: How Fear, Disgust, Resentment, and Love Undermine Democracy**. Cambridge: Polity Press, 2023.

[346] Brown, Wendy. Thinking together. In: Allen, Amy; Mendieta, Eduardo (org.). **Power, neoliberalism, and the reinvention of politics: the critical theory of Wendy Brown**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2022.

[347] Ibidem.

[348] Brown, Wendy. Freedom's Silences.In: Brown, Wendy**. Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 90.

[349] Mouffe, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polit**, 25, Nov. 2005

específicos de uma comunidade política. Neste sentido, Mouffe discorda, se baseando no último Wittgenstein e sua ideia de jogos de linguagem, das compreensões liberais que subordinam a ética a uma esfera moral consensual. Para Mouffe, procedimentos democráticos são antes de conjuntos de práticas ou formas de vida compartilhadas, que todavia envolvem compromissos éticos substanciais, de modo que não pode nunca haver procedimentos puramente neutros.[350] Tais posições implicam antes formas de construção discursiva simbólica emaranhadas em uma dimensão libidinal, articuladas a um significante hegemônico ou bipolitico, em que afetos possam ser cristalizados. Importante notar que Brown considera que liberdade ‘‘neither to lie in institutions nor in ideals and proclamations, but only in practices’’.[351] A tentativa liberal de institucionalizar a liberdade em um ideal moderno se converte em seu contrário, isto é, ‘‘metamorphoses freedom into its opposite, into a system of constraints by norms of routinization and calculability …’’[352]

Desse modo, se há algo de regulativo na crítica agonista, a saber, uma dimensão transcendente da crítica desconstrutivista, trata-se de um “objeto vazio” que incorpora toda uma pletora de significações e representações que devem ser tomadas do ponto de vista da crítica como igualmente válidas. Essa seria uma ideia de poder pós-foucaultiana que compatibiliza as ideias de governamentalidade e hegemonia.[353]

Por fim, a crítica desconstrutivista defende uma visão *realista da política*, que reafirme a divisão entre esquerda e direita, e exclua a conciliação de uma terceira via, ou seja, que mantenha a confrontação entre projetos hegemônicos que não podem ser reconciliados racionalmente. A implicação direta consiste em repensar a ideia de esquerda de uma ruptura totalizante da sociedade na forma revolucionária e apostar em processos, agenciamentos e práticas de libertação que podem ser interpretados genealogicamente. Conforme defende Brown, “genealogy thus *reduces the political need for progressive history* as the only source of movement away from the present even as it eliminates the grounds for such a history. Similarly, genealogy *reduces the political need for total revolution* even as it eliminates the possibility of such revolution by depriving the present of the status of a seamless totality, revolution’s critical object.” [354]

---

[350] Mouffe, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polit**., 25, Nov., 2005.
[351] Brown, Wendy. **Politics Out of History**. Princeton: Princeton University Press, 2001, p.83.
[352] Brown, Wendy. **States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity**. Princeton: Princeton University Press, 1995,. p.23–24.
[353] Brown, Wendy. Political Power After Foucault**.**In: Drysek, John; Honig, Bonnie; Phillips, Anne (org.). **Oxford Handbook of Political Theory**.. Oxford: Oxford University Press, 2006.
[354] Brown, Wendy. **Politics Out of History.** Princeton: Princeton University Press, 2001, p.42.

Todos esses elementos se coadunam pois a sociedade e a esfera pública passam a ser compreendidos a partir de uma ontologia política que pensa o conflito como central para a formação de ordens hegemônicas, isto e, a configuração de práticas sociais em suas diferentes manifestações econômicas, culturais, políticas e jurídicas, articulados em torno de um significante simbólico específico. A liberdade agonista de cidadãos[355] se assenta em uma posição de povo ou uma vontade popular numa esfera pública agonista[356] que rejeita a ideia abstrata e universalista de público oposta a um domínio privado. Influenciada pela crítica feminista, os critérios de generalidade e universalismo tem sido, para Brown e Mouffe, formas de exclusão e subordinação da mulher na esfera pública.

Para evitar esse risco reducionista, a crítica agonista procura superar uma visão de cidadania baseada em direitos, conforme exposta por T.H. Marshal em "Cidadania e Classe social", ampliando o pluralismo dessa perspectiva com base em "identidades que devem primeiro ser descontruídas para que novos direitos sejam reconhecidos". Essa nova ideia de cidadania agonista não vê os sujeitos como unitários, mas como uma articulação ou agrupamento de posições de sujeito, que são construídos no interior de discursos específicos, e, como argumenta Mouffe, sempre precariamente e temporariamente suturada na interseção daquelas posições. Logo, cidadania se configura em um sentido pós-moderno[357].

Em geral, todos esses elementos que a crítica desconstrutivista reúne: a dimensão dissociativa, a identidade antiessencialista, ontologia pós-fundacionista e o caráter contigente da história, posição antiracionalista, a noção realista de política e o fundamenta uma concepção ética de liberdade. Remontando à concepção foucaultiana de liberdade, essa visão ética remete ao vínculo de ser livre não como uma posse, mas uma condição humana, isto é, um pressuposto existencial de práticas em exercícios, discursos e práticas sociais de soberania de si onde o poder se dissipa em uma arte ou ethos. Por esta razão, a ênfase na concepção de liberdade agonista mobilizado por Brown[358] e Mouffe representa um pressuposto ético-

---

[355] Tully, James. The Agonic Freedom of Citizens. **Economy and Society** 28(2), p. 161–182, July 1999.
[356] Mouffe, Chantal. For an Agonistic Public Sphere. In: Tonder, Lars; Thomassen, Lasse (org.). **Radical Democracy: Politics between abundance and lack**. Manchester: Manchester University Press, p. 123-132. 2005.
[357] Mouffe, Chantal. A cidadania democrática e a comunidade política. **Revista Joaquim A Burity. Estudos de Sociologia, Unesp** – FCL, 2, 1997. Disponivel em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/663/778>.
[358] [358] Brown, Wendy. What is left of freedom? In: Allen, Amy; Mendieta, Eduardo (org.) **Power, Neoliberalism, and the Reinvention of Politics: The Critical Theory of Wendy Brown**. Pennsylvania: Penn State University, 2022.

politico, uma conjunção particular[359] que por ser substancial pode se ancorar em práticas agonistas progressistas[360] se articuladas em um sentido contextualmente cosmopolita.[361]

4.2.Populismo tardio como crise biopolítica-hegemônica

Como explicar a captura populista da liberdade pela ultradireita do ponto de vista desconstrutivista? Para compreender o modo pelo qual a crítica agonista interpreta o populismo tardio é preciso situar esse fenômeno na chave de uma nova hegemonia ou governamentalidade que surge como crise do neoliberalismo. Isso significa que, para critica agonista, deve-se descontruir a relação de poder e hegemonia que o neoliberalismo promoveu em seus aspectos progressistas e regressivos em todas as dimensões das vida social, e, sobretudo, para a democracia e a sua consolidação populista.[362] O ponto de partida para Mouffe diagnosticar o populismo tardio contemporânea é buscar suas origens na eleição de Margaret Thatcher como primeira-ministra em 1979, que marcaria a grande vitória do populismo de direita para que sua agenda fosse implementada até hoje. Seu feito foi de reorganizar o consenso do pós-guerra em torno de uma narrativa que colocava o sistema político como burocrático e contra os interesses do povo, implementando assim sua política econômica como uma estratégia hegemônica que Mouffe nomeia de "populismo autoritário".

Acontece que, justamente na hesitação do campo da esquerda democrática em apresentar uma disputa mais pulverizada entre projetos alternativos à ordem neoliberal, que Mouffe apontou na sua obra de 2005, "*L'ilusion du consensus*", está o risco de a direita radical assumir o protagonismo eleitoral e institucional. Dito e feito. Assistimos pasmos na segunda metade da década do século XXI à ascensão de regimes autoritários e iliberais no

---

[359] Mouffe defende que "one must reject the conflation of the political with the moral, but I do not reject the ethical. The moral is a concept that presumes universality. The ethical by contrast is particular, specific and situated. I insist on what I call the 'ethical-political'".

[360] Connolly, William E. **Aspirational Fascism: The Struggle for Multifaceted Democracy under Trumpism.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

[361] Mouffe, Chantal. Globalização e cidadania democrática. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, 36, 2001. Disponivel em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/1779/1476&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=8575582517263920805&ei=ta4lZMCdDYSwmgHanbr4Cw&scisig=AJ9-iYvLfNE3RtvEnKAm1LuEfKKw>. Acesso em: 07 mar. 2023.

[362] Brown concede que "as a critical theorist, I think it's important for us to deconstruct the putative distinctiveness of the political, the social, the economic, the familial. But as a critical theorist who also subscribes to genealogy, I think it's important to see the extent to which neoliberalism itself has featured the political, the social, and the economic as if they can be pulled apart, and has also valorized markets while depoliticizing them, and demonized social justice in favor of traditional morality". In. Brown, Wendy. Ruins and Renewal. Interview. **Tocqueville21.** Disponível em: https://tocqueville21.com/interviews/ruins-and-renewal-an-interview-with-wendy-brown/.

poder ao redor do mundo: Modi na Índia, Trump nos Estados Unidos, Bolsonaro no Brasil, para nomear alguns. Para Mouffe[363], a direita radical reinterpretou a ideia de soberania popular nos termos nacionalistas, mas com isso criou um povo autêntico nacionalista. É neste sentido que a construção de um "povo" para a direita é um movimento excludente, pois deixa de fora imigrantes e outros grupos políticos que aparecem como uma ameaça a essa integridade nacional. A realização paradoxal desse projeto é que a efetivação de projeto nacionalista acaba sendo submetida a uma versão neoliberal autoritária que no discurso promove uma recuperação democrática que na prática é a sua restrição e destruição drástica.

O fenômeno do *Thatcherismo* e sua "revolução neoliberal" foi tão eficaz que, para Mouffe, quando o Partido trabalhista retornou ao poder nos anos 1990 com Tony Blair, a lógica neoliberal continua sendo a mesma empregada pelo governo em nome da manutenção de sua governança. No seu livro "*Agonistics*"[364], Mouffe nomeia essa estratégia na trilha de Gramsci, como uma "revolução passiva" que realiza hegemonia pela neutralização. No léxico mouffiano, uma formação hegemônica é a configuração de práticas sociais em suas diferentes manifestações, como econômicas, culturais, políticas e jurídicas, articulados em torno de um significante simbólico específico. O bloco hegemônico que teria iniciado com o populismo neoliberal de Blair, a hegemonia do "blairismo", surgiu como ruptura do modelo iniciado por Thatcher, seria nessa chave de leitura, uma continuação do projeto de uma liberdade neoliberal: aquela próxima da ideia negativa de liberdade, não menos ideológica, do eleitor como consumidor e aquele que teria escolhas em um horizonte meritocrático.

Contudo, a herança mais nefasta para Mouffe desse modelo de governança é que o modelo de política silenciou os conflitos sociais na esfera pública e reduziu-a a uma plataforma tecnocrática e burocrática, enquanto no campo cultural, as críticas sociais empreendidas pelos movimentos contestadores de contracultural se transformaram em um reforço a dominação neoliberal nos termos de uma ideia de liberdade hiper-individual e desconectada de partidos, sindicatos e outas formas de organização social. Mas o que seria importante na análise de Thatcher, uma figura que representa tudo que Mouffe aparenta lutar contra? A lição que Mouffe[365] parece nos passar é que a astúcia do Thatcherismo em formar um bloco histórico que hegemonizou com sucesso os princípios que legitimaram sua manutenção no poder é o que falta à esquerda para montar uma nova formação hegemônica

---

[363] Mouffe, Chantal. **Pour um populisme de gauche.** Paris: Albin Michel, 2018.
[364] Mouffe, Chantal. **Agonistique: Penser politiquement le monde**. Paris: ENSBA, 2014.
[365] Mouffe, Chantal. The "end of politics" and the challenge of right-wing populism. In: Panizza, Francisco. (org.). **Populism and the Mirror of Democracy.** Londres: Verso, p. 5-71, 2005.

progressista no contexto de forte disseminação de um populismo de direita pós-democrático. A incapacidade da esquerda em se transformar nas últimas décadas do século XX levou a uma crise na qual a confrontação agonística foi eliminada em nome da hegemonia de um modelo liberal de política que legitimou muito do consenso neoliberal.

É justamente a retórica da liberdade populista que Brown identifica como fundamental para justificar uma política excludente que reforça a dominação do capital e repõe toda identidade que foge do escopo supremacista branco, hetenormativo e cristão:

> Freedom as a right of aggression against social mores, protections, and justice; freedom as entitlement to refuse democratic principles and accountability; freedom as anti-social and antipolitical, and freedom that is perfectly compatible with undemocratic governments—this is what neoliberalism bore to the world. And, when this formation is also energized by the rancor of wounded whiteness—wounds generated by neoliberal *economic* effects—it can become freedom with a fascist glint in its eye. [366]

Ao mesmo tempo, a ideia de uma unidade do povo, conforme a captura da liberdade moral nos mostra, cria um bloco hegemônico reacionário e tradicionalista, sustentado pelo ressentimento da ascensão de minorias (nas formas da branquitude e masculinidade) e o cultivo a um passado idílico como slogan dos partidos de extrema direita: o partido Republicano sob Trump com "Faça a América Grande de novo"; na França, Le Pen defendeu a "França para os franceses"; o Brexit usou o slogan "Recupere o controle"; o Partido Polonês da Lei e da Justiça defendeu "Polônia Pura, Polônia branca"; Democratas Suecos usaram o "Mantenha a Suécia sueca"; o Partido Alternativa para a Alemanha defendeu "Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha".

A liberdade aqui se torna "uma arma contra os necessitados ou historicamente excluídos e paradoxalmente solicita o crescimento do poder estatista na forma de proteção paternal, tanto econômico quanto securitário."[367] Portanto, o que Mouffe chama de

---

[366] Brown, Wendy. What is left of freedom? In: Allen, Amy; Mendieta, Eduardo (org.) **Power, Neoliberalism, and the Reinvention of Politics: The Critical Theory of Wendy Brown**. Pennsylvania: Penn State University, 2022. p.31

[367] Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo. Editora Politéia, 2019.

"neoliberalismo autoritário digital" e Brown de "Frankstein neoliberal"[368] seria a versão mais atual, pós pandêmica, que estaria sendo legitimada por uma forma de solucionismo tecnológico - uma ideologia produzida pelo vale do silício de que todos os problemas, incluindo os políticos, teriam uma solução tecnológica. Isso teria ressonância do populismo tardio que vê o capitalismo verde e a promoção da geoengenharia como soluções ao aquecimento global, o que para Mouffe seria mais uma forma do neoliberalismo comprar tempo. Mas não seria apenas a ultradireita a responsável pela erosão democrática desse movimento. Aqui reside o diagnóstico mais importante da gênese do populismo tardio que nos encontramos: estaríamos vivendo numa era da "pós-democracia", um termo que Mouffe toma emprestado de Colin Crouch e Jacques Ranciére, para representar tanto o que Crouch[369] compreende como o aumento paulatino do interesse de grandes corporações na dinâmica democrática em face de grupo subalternos, e Ranciére[370] como a eliminação pelademocracia da aparência e da disputa política de grupos pela simple dinâmica burocrática de mecanismos estatais e de interesses de elites.

Em última instância, a exclusão de trabalhadores da esfera política agonística se deu pela ascensão de uma política tecnocrática ditada pela reificação das instâncias de decisão, que por sua vez são influenciadas pelas medidas de austeridade e pelo lobbysmo no campo parlamentar. Ao incorporar tal crítica de uma pós-democracia para compor um momento de retrocesso social que seria representado pela pós-política e pela oligarquização da sociedade, Mouffe chama atenção para o fato de que a crescente desigualdade global permitiu a formação de acumulação de riqueza pelos 1% da sociedade graças o contexto de alta financeirização, desregulamentação e privatização da economia. Isso teria levado, para Mouffe, a morte da democracia social: a redução do potencial social e radical teria sido reduzido a um projeto de esquerda neoliberal por parte dos partidos progressistas do ocidente. Ao traçar os motivos desse cenário ao campo progressista e suas teorias que legitimariam tamanha resignação política, Mouffe[371] identifica como, na democracia liberal, opera-se uma conjunção entre duas lógicas que são em sua constituição incompatíveis, a saber, a igualdade e a liberdade que se manifesta de modo agonístico em um confronto entre adversários. Sob a

---

[368] Brown, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo – liberdade autoritária nas 'democracias' do século XXI. In: Rago, Margareth; Pelegrini, Maurício (org.). **Neoliberalismo**, **Feminismo** e **Contracondutas**: Perspectivas Foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 17-49.

[369] Crouch, Colin. **Post-democracy - After the Crisis**. Cambridge: Polity Press, 2020.

[370] Rancière. Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014; Wenman Mark. **Agonistic Democracy: Constituent Power in the Era of Globalization**. Cambridge: Cambridge University Press. 2013.

[371] Mouffe, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso. 2000; Mouffe, Chantal**. L'illusion du consensus.** Paris: Éditions Albin Michel, 2016.

hegemonia neoliberal, a tensão entre princípios liberais e democráticos perdeu seu caráter agonístico e foi reduzido formalmente a realização periódica de "*checks and balances*", isto é, na garantia básica de eleições e a defesa de direitos humanos.

E aqui a dimensão política da liberdade como mobilizada pelo "tardio" de ultradireita se torna central para nossa análise e comunga com o que Brown cunhou como "neoliberalismo frankstein". Trata-se de um neoliberalismo *sui genesis*, pois se utiliza dos poderes coercitivos do Estado para poder obliterar qualquer vestígio de liberdade e solidariedade provinda de uma visão de justiça social de governos e organizações sociais ao redor do mundo[372]. É como se o neoliberalismo tivesse refeito a passagem do Estado de natureza no contrato social – enquanto seres puramente econômicos, somos imbuídos em uma utopia totalizante do mercado absolutizado no social. Com isso, a "moralidade tradicional se torna hiperpolitizada"[373] gerando uma a hostilidade à justiça social e mesmo à democracia em favor da justiça de mercado e das racionalidades combinadas com o estatismo pesado.[374] A conjunção entre populismo autoritário e neoliberalismo realizaria a utopia do libertarianismo, no qual toda sociedade se resume a um mercado e as instituições devem apenas fazer as vontades para a livre-circulação desse mercado, mesmo que seja necessário a violência clássica de regimes autocráticos[375].

Os efeitos da aliança entre neoconservadorismo e neoliberalismo são fundamentais para compreender a despolitização da sociedade em nome de uma submissão aos valores do populismo de ultradireita: a desvalorização da autonomia política, a transformação de problemas políticos em problemas individuais com soluções mercadológica, a produção de um cidadão-consumidor como disponível para ser manipulado para governança e autoridade, e a legitimação de um estatismo autoritário[376]. De acordo com Brown, o conservadorismo faz parte da arquitetura original do neoliberalismo: a primazia do indivíduo se concentra em uma estrutura hierárquica. Mercado e moralidade teriam o papel de organizar a sociedade de forma

---

[372] Chamayou, Grégoire **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**, São Paulo, Ubu, 2020; Hermann Heller, Authoritarian liberalism? **European Law Journal**, v. 21, n. 3, p. 295–301, 2015.

[373] Brown exemplifica: "political mobilization to Supreme Court decisions on religious liberty that aim entirely at empowering Christianity in the commercial and public sphere. Religious liberty jurisprudence is largely aimed at challenging egalitarian, justice-driven statutes, achieved over the past fifty years for racial minorities, women, and LGBT folks". Cf. Brown, Wendy. Apocalyptic Populism**. Eurozine,** Vienna, 24 abr. 2017. Disponível em: https://www.eurozine.com/apocalyptic-populism/. Acesso em: 2 mar. 2023.

[374] Brown, Wendy. Apocalyptic Populism**. Eurozine,** Vienna, 24 abr. 2017. Disponível em: https://www.eurozine.com/apocalyptic-populism/. Acesso em: 2 mar. 2023.

[375] Brown, Wendy. Neoliberalism's Scorpion Tail. In: Callison, W.; Manfredi, Z., (org). **Mutant Neoliberalism.** New York: Fordham University Press, 2019

[376] Brown, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory,** Vol. 34, No. 6 (Dec., 2006), pp. 690-714

reacionária[377]. É justamente a retórica da liberdade populista que passa a ser fundamental para justificar uma política excludente que reforça a dominação do capital e repõe toda identidade que foge do escopo supremacista branco, hetenormativo e cristão.

No centro deste sentimento antidemocrático, encontramos em Brown um diagnóstico que perpassa uma atualização da ideia nietzscheana de niilismo como uma característica marcante do "populismo tardio". Mas não se trata especificamente do niilismo como descrito por Nietzsche a respeito da "moralidade do escravo europeu", mas sim de um niilismo que passa a ser manipulado pelas plataformas populistas de ultradireita com o intuito de manejar o ressentimento presente na cultura política[378]. Com isso, o neoliberalismo promoveu a banalização e instrumentalização de valores que Weber associou à racionalização, desencanto e burocratização. De acordo com Raza e Davidon-Vecchione[379], a condição niilista que Brown mapeia em nosso presente é caracterizada de forma mais pungente pelo barateamento e desvalorização de nossos compromissos.

Enquanto demagogos corruptos obcecados pelo poder, por um lado, e políticos profissionais pouco inspiradores, por outro, proliferam em uma política em ruínas, as universidades[380] se encontram à deriva em uma espiral de forças econômicas, hiperpolitização e polarização. Desse modo, em diferentes instituições da sociedade, a dimensão afetiva passa a ser instrumentalizada pelos populistas de direita, assim como Herbert Marcuse havia identificado que a captura das energias pulsionais da sexualidade pelo mercado de consumo do capitalismo tardio geravam uma "dessublimação repressiva" e um aumento paulatino das formas de violência e agressividade generalizada, em um contexto que geraria a sua própria autodestruição. Essa subjetividade rebelde do populismo tardio, o batalhador da liberdade, portanto, é descrito da seguinte maneira:

---

[377] Brown, Wendy. Redefinir a liberdade ou perder a batalha. **Insurgência.** Disponível em: https://www.insurgencia.org/blog/wendy-brown-redefinir-a-liberdade-ou-perder-a-batalha

[378] "Remember, nihilism rightly understood isn't about the loss of values but their devaluation: it's about values becoming thin, instrumentalizable, trivial, usable for other ends. When liberty is reduced to being able to get your nails done during a deadly pandemic, when a Bible never opened by a president is deployed for a political photo op, when truth has literally ceased to matter for millions, when everything is partisan and politicized—from believing in climate change or masking during the pandemic to the food you eat—that's nihilism" (Lechley-Yuill, H. J.; Sinclair, I. A Year in The Ruins: An Interview with Wendy Brown. **Interfere: Journal for Critical Thought and Radical Politics,** 1, p. 112-116, 2020. Disponível em: https://interferejournal.files.wordpress.com/2020/11/11.-a-year-in-the-ruins-lechley-sinclair.pdf

[379] Raza, S., & Davison-Vecchione, D. With and against Max Weber: A Conversation with Wendy Brown on Politics and Scholarship in Nihilistic Times. **Theory, Culture & Society**, 2024.

[380] Petry, Franciele. A vocação da universidade pública contemporânea a partir da crítica de Wendy Brown. **Revista Inter-Ação,** Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1228–1244, 2024.

> …criatura ofendida, reativa, moldada pela razão neoliberal e seus efeitos, criatura que abraça a liberdade sem o contrato social, a autoridade sem legitimidade democrática e a vingança sem valores ou horizonte de futuro. Longe daquele ser calculador, empreendedor, moral e disciplinado imaginado por Hayek e seus parentes intelectuais, este é raivoso, amoral- Não tendo nada a perder, seu niilismo não é apenas negador, mas festivo e mesmo apocalíptico, decidido a levar a Grã-Bretanha para o abismo, negar a mudança climática, apoiar poderes manifestamente antidemocráticos ou colocar um ignorante instável no posto mais poderoso da Terra.[381]

Em suma, para a crítica agonista, o populismo tardio é um resultado da conjunção de um neoliberalismo *Frankstein* com o autoritarismo da ultradireita, isto é, do ultraliberalismo e do neoconservadorismo. Ele conseguiu formar uma bem-sucedida hegemonia angariando afetos de ressentimento traduzidos numa política antidemocrática niilista. Trata-se do que Brown classificou como um "populismo apocalíptico"[382], uma mobilização política que oferece elementos para sua própria autodestruição. De modo geral, tais movimentos capturaram as demandas antiestablishment em plataformas da ultradireita por meio de um discurso exclusivo etno-nacionalista que constrói um povo que exclui migrantes e os consideram uma ameaça à identidade nacional e à prosperidade, ou seja, defendem uma democracia que somente consideram os verdadeiros nacionalistas e patriotas. Em nome da recuperação da democracia, eles a estão restringindo, erodindo assim dois pilares de um ideal democrático: igualdade e soberania popular, o que nos leva para a concepção de democracia radical promovida pela crítica agonista.

4.3.Transformação social como prefiguração republicana

Contra a apropriação de ultradireita do significante da liberdade, a crítica desconstrutivista retoma diferentes elementos da tradição do "republicanismo cívico"[383] para elaborar sua alternativa teórica e política ao populismo tardio antiprogressista. Em ordem de formular as

---

[381] Brown, Wendy; Gordon, Peter E.; Pensky, Max. **Authoritarianism: three inquiries on critical theory.** Chicago and London: University of Chicago Press, 2018, p.35. Cf. Peters, Gabriel. Frankenstein, Trump, Bolsonaro: figuras do novo monstro autoritário. Blog do Labemus, nov. 2020 . Disponível em: https://blogdolabemus.com/2020/11/03/frankenstein-trump-bozo-figuras-do-novo-monstro-autoritario/

[382] Brown, Wendy. Apocalyptic Populism. **Eurozine,** Vienna, 24 abr. 2017. Disponível em: https://www.eurozine.com/apocalyptic-populism/. Acesso em: 2 mar. 2023.

[383] Mouffe, Chantal. A cidadania democrática e a comunidade política. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 2, p. 59-68, 1997.

linhas gerais de uma contra-hegemonia nessa chave republicana radical, tal estratégia de transformação social se articula em torno de uma política prefigurativa e uma concepção agonista de democracia radical. Veremos a seguir que concepções de prefiguração e democracia seriam essas que fundamentam uma visão agonista contrárias ao populismo tardio regressivo. Em primeiro lugar, o caráter aberto e experimental desse projeto radical assume os ares descontrutivistas de uma "democracia por vir"[384]. O caráter indeterminado é uma precaução que Brown considera salutar em tempos que a democracia tem sido "sequestrada" tanto pela direita e suas manifestações de "colonialismo, imperialismo agressões da guerra fria e supressões internas", quanto pela esquerda e as barbárie de gulags, revolução cultural, corrupção e outras perversões que foram feitas em nome do socialismo ou comunismo.[385] Portanto, do ponto de vista da criítica agonista, o sentido de democracia agonista estaria próximo de processos de experimentação posta em tração nas praças e ocupações[386] que legam uma dimensão direta e horizontalista com a institucionalidade.

Tais movimentos podem recuperar uma ideia potente de democracia do "sequestro" neoliberal: "as people power and the fight for justice against financial power, neoliberal privatization, white supremacist policing and incarceration, and destruction of the planet by corporations and their political enablers — that is potent stuff. It recovers the term from its denigration and co-optation by neoliberalism and before that from its terrible thinning by liberalism."[387] No caso de Brown, a ideia de "bare democracy" remete a um modelo no qual pessoas governam elas mesmas [388] e, em Mouffe, temos uma concepção particularista de um grupo "establishing a collective will. This is about how we think about different people coming together for common cause and aspirations."[389] Logo, a ideia de democracia radical

---

[384] De acordo com Mouffe, "We have to give primacy to democracy, therefore, because it is an open horizon; an unfinished project. As Derrida put it speaking of democracy, democracy is always a 'democracy to come'. It is always underway and always open-ended. If it were not, it would not be pluralist". Chantal Mouffe How to Envisage the Political Dimension of Architecture**.** In: Bedford, Joseph (org.). **How Is Architecture Political? Engaging Chantal Mouffe**. London: Bloomsbury Publishing, 2024

[385] Lechley-Yuill, H. J.; Sinclair, I. A Year in The Ruins: An Interview with Wendy Brown. **Interfere: Journal for Critical Thought and Radical Politics,**n. 1, 112-116, 2020. Disponível em: https://interferejournal.files.wordpress.com/2020/11/11.-a-year-in-the-ruins-lechley-sinclair.pdf

[386] Graeber, David**. Um Projeto de Democracia: Uma história, uma crise, um movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

[387] Lechley-Yuill, H. J.; Sinclair, I. A Year in The Ruins: An Interview with Wendy Brown. **Interfere: Journal for Critical Thought and Radical Politics,**n. 1, 112-116, 2020. Disponível em: https://interferejournal.files.wordpress.com/2020/11/11.-a-year-in-the-ruins-lechley-sinclair.pdf

[388] Brown, Wendy. Interview. **Theory and Society**. Disponivel em: https://www.theoryculturesociety.org/blog/interviews-wendy-brown

[389] Mouffe, Chantal. America in Populist times: an interview. **The Nation.** Disponível em: https://www.thenation.com/article/archive/america-in-populist-times-an-interview-with-chantal-mouffe/

tem um sentido falibilista de experimentar diferentes locais práticas horizontais como "escolas para a democracia"[390], muito próxima da ideia "assembly"[391], mas diferente da apropriação de vertentes das esquerdas que não seguem a mesma premissa agonista.[392]

Neste aspecto, a influência direta da crítica agonista segue uma tradição republicana plebeia latino-americana[393] que foi inaugural na proposta de um populismo progressista. Decorre daí o chamado populismo de esquerda – e suas variantes, progressistas ou humanistas – tornando-se o significante de uma nova contra-hegemonia ou governamentalidade como política prefigurativa. Essa literatura busca origens do populismo na Revolução Mexicana de 1910 e no uso de movimentos populares como representantes de um republicanismo radical – não o republicanismo que agonistas concebem como oligárquico e de extrato iluminista e que encontra suas bases teóricas numa influencia em instituições, razão e pluralismo de origem europeia - mas, no bojo de um republicanismo plebeu, debitária de uma tradição subalterna que busca influência em escritos de Maquiavel, jovem Marx ou Simon Rodriguez, cujo foco centra-se na liderança, nas paixões políticas e na formação de hegemonias.

Em segundo lugar, a ideia de uma política prefigurativa procura romper com o modo de articular uma alternativa política na construção de uma luta de classes entre burguesia e proletariado, típica do marxismo tradicional, para reenquadrar tal conflito em torno da disputa de um povo contra a oligarquia. Com isso, procura-se tornar a categoria "povo" a prefiguração mais inclusiva e plural. Prefiguração significa, então, uma nova tática para se combater o niilismo sem ser fatalista – e para Brown e Mouffe, isso implica recuperar os

---

[390] "Democracy from below, workplace democracy, experiments with radical democracy in towns or regions can all provide what Tocqueville termed the experience of ordinary citizens handling power, thinking about ourselves in common, and being closely connected to political decisions one makes with others. They can pull participants from self-interest or ideological rigidity into wrestling with difference, diversity, and the common when that is not our culture or our wont. This is why Tocqueville called them "schools of democracy": handling power, living with our political decisions, and thinking together about the common are essential features of a democratic citizenry but are not cultivated by large nation-states or capitalist, especially neoliberal, culture. However, local experiments can also wall off the outside and outsiders. They can be exclusionary, reactionary, racist, provincial, or xenophobic. Even mutual aid networks can become bubbles of collective self-satisfaction or self-enclosure. There are no bright lines here, and what begins as a radical critique or model of another world can transform into something else. Brown, Wendy. Amy Kapczynski and Wendy Brown on Democracy. **Law and Political Economy**, 2022 Disponível em: https://lpeproject.org/blog/amy-kapczynski-and-wendy-brown-democracy/.

[391] Mouffe, Chantal. Towards an Agonistic conception of assembly. **Arts of assembly.** Disponivel em: https://art-of-assembly.net/material/chantal-mouffe-towards-an-agonistic-conception-of-assembly/

[392] Mouffe vê com ceticismo as iniciativas mais radicais de teóricos do *operaísmo* como Antonio Negri ou mesmo críticos da esquerda que se organizam em torno do paradigma dos "Comuns". Para Mouffe, essas propostas promovem um conceito de multiplicidade ou multidão que, todavia, é livre de negatividade e antagonismo e não reconhece a necessidade de constituir um campo hegemônico oposto ao que está colocado. A recusa de representação e soberania por teóricos como Negri, ou, mesmo, Michael Hardt por vias de uma ontologia imanente, contradiz o projeto de uma democracia radical que Mouffe encontra em movimentos sociais e em plataformas postas em experimentação no norte global, mais do que em teorias da esquerda.

[393] Dussel, Enrique. **Cinco tesi sul populismo.** Roma: Editora Castellvechi, 2022.

poderes de uma liderança carismática renovada[394] incorporando um projeto de responsabilidade e, sobretudo, de reparação[395] (ao invés de utopia):

> A politics that is oriented towards repairing the worlds that we have inherited: ecologically destructive, racist, sexist, colonial, and, of course, capitalist, producing terrible consequences for both the Earth and the human species. So a reparative politics attempts to remain conscious of all of those things and transform the world according to a vision that doesn't imagine there is some final end of history, some utopia, but rather attempts to repair from the disastrous historical trajectories that continue to make the present and the future unless we interrupt them.[396]

Logo, a ideia de uma política prefigurativa parece retomar a intuição benjaminiana de um "freio de emergência" dos trens da história em função da sobrevivência da espécie humana e de uma concepção renovada de liberdade e democracia. Mas, como Mouffe concede, não se trata de uma política de ruptura ou revolução totalizante, mas sim o que a própria teórica chama, na esteira da experiência do partido-movimento espanhol Podemos, de uma "máquina de guerra eleitoral". A proximidade de Mouffe com Podemos a torna praticamente uma intelectual orgânica do populismo progressista deste partido:

> This is why I am very involved with Podemos in Spain. For me, it is an excellent example of the importance of establishing a synergy between social movements and parliamentary politics. They have been able to channel all the energy created by the Indignados. The Indignato movement was very important in raising new forms of consciousness but because they did not want to engage in electoral politics, when the elections took place in Spain it was the right, the Partido Popular, which won with an absolute majority. Artistic activism is important, but it is not enough. It can play a role in creating new forms of subjectivity and designing new forms of social relations but those practices cannot be a substitute for more traditional forms of political involvement, trying to gain power, occupy the state and attempt to transform society from there. That is what I call left wing populism: an articulation between the horizontal dimension and the vertical dimension

[394] Brown, Wendy. Foreword. In: Biglieri, Paula; Cadahia, Luciana. **Seven Essays on Populism: For a Renewed Theoretical Perspective**. Cambridge: Polity Press, 2019.
[395] Brown, Wendy. **Reparative Democracy.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MuHnyGPJD8c
[396] Raza, S.; Davison-Vecchione, D. With and against Max Weber: A Conversation with Wendy Brown on Politics and Scholarship in Nihilistic Times. **Theory, Culture & Society,** 2024.

> between social movements and a new form of party politics: a party/movement.[397]

Nesse sentido, a dimensão transformativa não consiste em esmagar o capitalismo, mas substituí-lo por meio da implementação de uma série de "reformas não reformistas", como o filósofo social André Gorz as chamou, e por meio do desenvolvimento de instituições alternativas, como iniciativas cooperativas e de baixo para cima da sociedade civil que promovem atividades econômicas caracterizadas por relações igualitárias. No centro dessa proposta, temos uma concepção de liberdade:

> Uma noção de liberdade que inclui estar livre da carência, estar livre do desespero e da precariedade, estar livre do desamparo dos sem-teto. "Liberdade de", mas também "liberdade para": liberdade para realizar nossos sonhos, não apenas para sobreviver; liberdade para escolher, não simplesmente para fazer um aborto ou com quem dormir - o que é importante - mas também liberdade para construir vidas, para construir comunidades e mundos nos quais todos nós queremos viver. A liberdade tem que codificar não apenas a solidariedade social e o bem-estar social, mas também a capacidade de viver vidas em um ambiente sustentável e protegido, o que hoje está em tremendo perigo. É assim que a liberdade nos preocupa. E não é bom dizer que recuperar a liberdade é tirar a bota das costas, ou falar de liberdade apenas como abolicionismo, ou liberdade como sinônimo de se livrar da polícia. Pode ser assim, mas isso não vai seduzir ninguém. O que seduz é a liberdade como algo com o qual se constrói a própria vida.[398]

É importante compreender que o apelo de Mouffe concerne à necessidade de a esquerda fugir da paralisia causada pela gramática neoliberal na reorganização de lutas emancipatórias (e isso significa, em parte, abandonar a noção de liberdade como articulação comum de luta por ter sido capturada pela direita), e disputar com o populismo de direita a possibilidade de inaugurar uma nova semântica de lutas que pudessem compreender também os eleitores dessa onda autoritária. O novo significante hegemônico deveria ser o "Green

---

[397] Mouffe, Chantal. "Art can't change the world on its own" in conversation with Pelin Tan and Florian Malzache. In: Malzacher, Florian; Tan, Pelin; Öğüt, Ahmet (org.). **The Silent University: Towards a Transversal Pedagogy.** Berlin: Sternberg Press, 2016. Para ver a relacão entre Mouffe e Podemos, cf. Mouffe, Chantal; Errejon, Íñigo. **Construir Pueblo: hegemonía y radicalización de la democracia**. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

[398] Brown, Wendy. Se não trabalharmos na resignificação da liberdade, perderemos esta batalha. Veronica Gago conversa com Wendy Brown**. Tinta Limón, 21 de novembro de 2020**. Disponível em: https://www.insurgencia.org/blog/wendy-brown-redefinir-a-liberdade-ou-perder-a-batalha.

New Deal"[399], o projeto de um pacto ecológico de medidas redistributivias, que permite articular a desigualdade do setor popular com as demandas ecológicas. Inspirada na ideia de contramovimento polanyano, Mouffe[400] identifica uma importante resistência política na mobilização em torno de pautas ecológicas liderado por movimentos sociais como "Fridays for the future" e antirracistas como o "Black Lives Mattter". A necessidade de proteção social molda o combate ao populismo tardio e suas formas de perpetuação do poder como o solucionismo tecnológico e o estatismo autoritário neoliberal que emergem como pseudo-salvação da pandemia da Covid-19.

Assim, o populismo de esquerda oferece uma estratégia entre o clamor horizontalista das ruas e a dinâmica verticalista partidarista que todavia conserva a tensão interna de tais movimentos e partidos "Some people say that the state and parties are corrupt so we only need social movements. Other people think that we only need to win elections and take seats in parliament. Both modes of thinking are wrong. We need an articulation of a 'movement party' with a critical electoral dimension that is linked with the movements but also distinct and independent".[401] Por esta razão, Mouffe valoriza, como potencial para uma estratégia populista de esquerda[402], uma "democracia real", nas esteira do que Tocqueville chamava de uma "revolução democrática". A construção de uma estratégia para um populismo de esquerda não implica uma ruptura com a democracia liberal: trata-se antes de radicalizar de modo republicano os princípios e instituições de igualdade e liberdade para que sejam efetivamente aplicados para todo um povo.

A energia de um ciclo global de revoltas democráticas foi a recuperação do discurso populista pelas forças progressistas, que comentadores como Gerbaudo revelam ser uma espécie de anarcopopulismo, uma defesa cidadanista, em torno de uma concepção social de liberdade, que acusa as elites de serem corruptas ou de promoverem a desigualdade social graças às políticas de austeridade. No Brasil, essa plataforma formou a base social para as

---

[399] Mouffe, Chantal. **Towards a green democratic revolution: Left populism and the power of affects**. London: Verso. 2022.

[400] Mouffe, Chantal "Why a populist Left should rally around a green democratic transformation". **Open Democracy**. Disponivel em: https://www.opendemocracy.net/en/rethinking-populism/left-populist-strategy-post-covid-19/. Acesso em:

[401] Mouffe, Chantal. America in Populist times: an interview. **The Nation.** Disponível em: https://www.thenation.com/article/archive/america-in-populist-times-an-interview-with-chantal-mouffe/ Acesso em 1 de marco de 2024.

[402] Mouffe, Chantal. La apuesta por un populismo de izquierda (entrevista). **Nueva Sociedad** nº 281, maio-junho de 2019; Mouffe, Chantal**. Por um populismo de esquerda**. Trad. Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

chamadas revoltas ou jornadas de junho[403]. Na mesma época, o partido democrata americano se viu tomado por uma onda de populismo de esquerda[404] que convocou jovens a votarem e pensarem em posições socialistas. Lembremos que Sanders, um socialista democrático tradicional, representou uma nova etapa da vertente populista de esquerda e constantemente recorria à gramática da liberdade, sobretudo para disputar, através de proposta de políticas publica, uma concepção alternativa, senão socialista. O projeto de um Medicare para todos[405], uma espécie de "Sistema Único Saúde", tornou-se no discurso de líderes políticos progressistas uma questão de liberdade, conforme Sanders levantou como bandeira em seus comícios e, em relação a direitos reprodutivos e a liberdade da mulher, conforme Kamala Harris[406] recupera contra a apropriação de Trump.

Enquanto o populismo reacionário que vimos como promotor da captura da liberdade pela ultradireita estaria próximo de um *modelo delegativo*, no qual pessoas entregam eleitoralmente aos governantes o poder irrestrito de governar em nome delas, nem que seja necessário desmontar restrições a sua reelegibilidade ou mesmo minar direitos de expressão e associação e competição eleitoral, o populismo progressista faz referência ao que Adam Przerworski chamou de *modelo participativo*. Diferente do *populismo delegativo*, que diz respeito a sermos governados por outros, o modelo participativo responde à demanda de governar a nós mesmos. Tal fenômeno pode ser considerado salutar, para essa fração progressista, pois retomaria algumas demandas dos antifederalistas nos Estados Unidos de 1789: "mandatos curtos, limites de mandato, revogação de mandatos, redução de salário de legisladores e limitações na circulação entre os setores público e privado", mas também remonta à recente experiência brasileira de "orçamento participativo" e "conselhos populares", no qual movimentos sociais teriam uma ligação mais direta com o processo deliberativo de governos executivos, assim como a formas não menos controversas de referendos populares: desde a descriminalização de drogas que incentivam políticas de encarceramento em massa até iniciativas municipalistas de gestão cultural.

---

[403] Nobre, Marcos. The June Revolts. In: Green, J. N.; Langland, V.; Schwarcz, M. (org). The **Brazil Reader. History, Culture, Politics**. Durham: Duke University Press, 2019.

[404] Green, Joshua. **The Rebels: Elizabeth Warren, Bernie Sanders, Alexandria Ocasio-Cortez, and the Struggle for a New American Politics.** New York: Verso Books, 2022.

[405] Harris Rally. Disponivel em: https://www.youtube.com/watch?v=PtAzK-W6c5g&ab_channel=BernieSanders – a bandeira da liberdade foi recuperada na campanha de 2024 para presidência do partido democrata em torno de Kamala Harris.

[406] O GLOBO. Qual o significado por tras do jingle da campanha de Kamala. https://oglobo.globo.com/mundo/eleicoes-eua/noticia/2024/08/22/freedom-qual-o-significado-por-tras-do-jingle-da-campanha-de-kamala-cantado-por-beyonce.ghtml

Contudo, esse horizonte emancipatório de uma política democrática ainda fica restrito às fronteiras do estado nacional. Na elaboração de "Por um populismo de esquerda", apesar de sustentar um pluralismo amplamente permissivo no campo das lutas antagonistas por hegemonia populista, Mouffe ainda opera sua estratégia no contexto dos estados-nações. Isto é, a formação de uma contra-hegemonia passa pela possibilidade de uma liderança nacional assumir um "patriotismo de esquerda"[407], a capacidade de "sentir orgulho, identificação com os aspectos positivos da história de seu pais" e reorientar tais afetos em um sentido progressista, como um processo gradual. O mesmo ocorre para Brown, que aposta na revitalização da democracia por meio de processos locais e nacionais que retomem uma ideia de populismo de esquerda de modo a combater os processos de reificação e devastação contra a natureza e a humanidade em um mundo cada vez mais próxima de sua autodestruição.[408]

Conclusão

O foco deste capítulo foi apresentar as linhas gerais da crítica descontrutivista ao populismo tardio. Para isso, primeiro foi necessário apresentar a concepção normativa de liberdade como referência agonista de uma visão ética da política, que passa a ser deteriorada pela hegemonia de um populismo capitaneada pela concepção neoliberal-autoritária de liberdade que, por sua vez, pode ser mitigada pela plataforma de uma política prefigurativa que encontra na democracia radical um modelo transformativo realizável no populismo de esquerda.

[407] Dado o histórico problemático do uso do patriotismo em países como Alemanha ou Áustria – pelo trauma nazista - Mouffe parece aqui estar mais próxima da tradição francesa que recupera elementos revolucionários. Todavia, Mouffe ainda procura na experiencia da Viena Vermelha ou do Austro marxismo alguns resquícios desse patriotismo militante.

[408] Brown, Wendy. Preface. **Capital: Critique of Political Economy, Volume 1.** Trad. Paul Reitter e Paul North. Princeton Uni Press, 2024.

5. Crítica construtivista do populismo

> Mesmo à luz dessa desarmonia, a democracia tem um valor para os indivíduos à parte de ser instrumental à satisfação de interesses, ainda que esse valor diminua na medida em que as decisões não são deliberativas e os que as tomam não prestam contas de seus atos. Ser um cidadão democrático é parte, uma parte importante (ainda que de forma alguma tudo), do que para nós, e para um número cada vez maior de povos do mundo, significa ser um indivíduo autônomo. A autonomia é exigente, mais exigente do que tanto a democracia populista quanto o liberalismo negativo. Ela também pode ser uma experiência agônica, mas o sofrimento vale a pena. As alternativas são piores.[409]
>
> Amy Guttman

Encenado em 2013, o musical *A Theory of Justice* conta a história de um professor de filosofia em Harvard que, ao se apaixonar por uma aluna chamada Equidade (*Fairness*), assume o desafio de conquistá-la em uma aventura que atravessa a história do pensamento político e moral. A narração da peça fica por conta de Immanuel Kant, um filósofo que por detrás do "véu de ignorância", conduz o jovem John Rawls, um herói liberal, na sua saga de desenvolver uma teoria liberal-igualitária que promoveria a distribuição de riqueza e a redução de desigualdades sociais ao redor do mundo. Mas essa não seria uma tarefa fácil. Rawls cai em um vórtex temporal no quintal de Harvard e tem que enfrentar diversos adversários à realização de seu projeto de justiça social. Entre eles estão o filósofo libertariano Robert Nozick e a livre-pensadora Ayn Rand, vilões que tentam reduzir o tamanho do Estado e podem, segundo Rawls, atravancar o acesso de pobres a serviços básicos. Outros adversários que aparecem no caminho são os autores utilitaristas que pensam a justiça nos termos de aumento de felicidade e bem-estar.

Além dos anarco-capitalistas e utilitaristas, Rawls se depara também com figuras como Platão, Rousseau, Locke e até Karl Marx, com quem tem interessantes diálogos que colocam diversos problemas ao desenvolvimento de sua teoria da justiça. Após ter tido um diálogo fatalista e pessimista com Marx, Rawls já cansado e desmotivado com a filosofia

[409] Guttman, Amy. A desarmonia da democracia. **Lua Nova** , n. 36, 1995

finalmente encontra Immanuel Kant, a "fada-madrinha deontológica", que o convence a continuar sua jornada e renova sua fé em um progresso moral da sociedade. É com Kant que Rawls desenvolve um artificio teórico chamado "véu de ignorância", que consegue aprisionar tanto Nozick e Rand em um procedimento que os fazem esquecer de seus interesses e os convergem em torno de dois princípios da justiça. É somente assim que Rawls consegue conquistar o seu amor, a Equidade, e assim desenvolve uma teoria da justiça que conquista a reconciliação de todos ali envolvidos. Final feliz.

O curioso enredo dessa incursão dramatúrgica elaborada por Tommy Peto[410], claramente inspirada em um dos clássicos da filosofia política publicada em 1971 por John Rawls "*Uma Teoria da Justiça*", serve de exemplo do que podemos encontrar do núcleo metodológico e normativo da crítica liberal do populismo tardio. O fato de um livro analítico, extremamente denso e abstrato, conseguir adentrar a cultura pop de maneira divertida, mas ao mesmo tempo instrutiva, não somente revela o vigor de uma das contribuições mais importantes do pensamento liberal de todos os tempos, mas uma atualidade de uma obra que não se restringe a ser propagada no universo das artes.

No contexto de mundo globalizado que passa por uma transição de democracias consolidadas para um escalada autoritária de líderes da ultradireita internacional, o pensamento de Rawls vem sendo reabilitado em diversos cantos do planeta, não somente restrita a acadêmicos e pesquisadores do norte global, como ocorreu na recepção de sua teoria nos anos 1980, mas justamente por ativistas, partidos políticos e movimentos sociais que lutam por justiça social nos países em que a democracia é acintosamente atacada. De modo diametralmente oposto ao campo pós-marxista das teorias da hegemonia, a filosofia política analítica que surgiu na metade do século XX, graças à revolução copernicana promovida pela sua teoria da justiça, escrita durante a guerra do Vietnã, estabeleceu um guia de referência para teóricas e teóricos que perseguiam o ideal de uma sociedade democrática liberal e igualitária[411]. O núcleo fulcral dessa ideia de sociedade foi propalado na história recente da filosofia política pela vertente do assim chamado "liberalismo igualitário"[412].

---

[410] Bambery, C. A Theory of Justice: The Musical. **Philosophy Now,** Oxford, n. 95, p. 26-28, Nov./Dec. 2013. Disponível em: https://philosophynow.org/issues/95/A_Theory_of_Justice_The_Musical. Acesso em: 6 mar. 2023.

[411] Larmore, Charles. **What is political philosophy?** Princeton, Princeton University Press, 2020; O'Neill, Onora. "Constructivism in Rawls and Kant". In: Freeman, Samuel (org.). **The Cambridge Companion to Rawls.** New York, Cambridge University Press, 2003, pp. 347-367.

[412] Para uma genealogia da história do liberalismo igualitário e da figura de Rawls nessa tradição, ver: Forrester, Katrina. **In the shadow of justice: Postwar Liberalism and the Remaking of Political Philosophy**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

Forjado por Rawls após a sua perspectiva refratária dos acontecimentos do início do "século dos extremos", marcado pelo totalitarismo, guerra mundial, Holocausto e Hiroshima, essa reflexão ganhou contornos mais elaborados nos termos de um modelo de "justiça como equidade", um ideal que tomou espaço de desenvolvimento durante os "*trente glorieuses*" (1945-75) anos do pós-guerra, e aprimorado no final do século XX - no auge do liberalismo no mundo ocidental e no fim da história, ou melhor, do chamado socialismo realmente existente. Além do já mencionado sucesso de vendas da época *Uma Teoria da Justiça*, que foi levantado como o símbolo de desobediência civil em protestos de estudantes chineses na praça Tiananamen em 1989 e nas ruas de Hong Kong em 2013, se completam com os incontornáveis *Liberalismo político* (1993) e *Direito dos povos* (1999), que formam o campo gravitacional dessa vertente e representam os cânones centrais que alicerçaram os tijolos filosóficos da "casa que Jack construiu"[413], expressão que Simon Laden mobiliza para se referir ao condomínio de desdobramentos teóricos liberais que constituíram (e ainda reproduzem) a comunidade intelectual que orbitou em torno da constelação da teoria pós-rawlsiana.

Desde seu surgimento, esse modelo de análise filosófica, que Rawls nomeou de "justiça como equidade", se tornou popular no contexto anglo-saxão, entrando em sintonia com teorias que buscavam retomar potenciais na tradição política contratualista[414]. Tal teoria emergia em oposição às vertentes utilitaristas, especialmente entre aquelas que davam uma primazia a questões emocionais na política ao invés de teses com ímpetos voltados para estabelecimento de princípios orientadores para ação. E, também, rivalizou com teorias libertárias ou libertarianas, que pensavam a instituição da justiça desconectada de políticas redistributivas de Estado e se colocavam contrárias ao ideal de igualdade democrática. Para pensar uma atualização dessa *liberdade neocontratualista* da modernidade, somente uma concepção de uma sociedade justa e bem-ordenada pode orientar aquilo que Rawls compreende como necessário para garantir a coesão e estabilidade social. Uma sociedade bem ordenada e estável seria aquela cujos membros entendem, endossam e agem de acordo com princípios de justiça, e que as instituições justas nutrem as atitudes apropriadas de seus membros. Próxima das posteriores elaborações das teorias da sociedade civil, essa teoria da justiça parte de uma original concepção de cidadania, e não de povo, que os compreende

[413] Laden, Anthony Simon. The House That Jack Built: Thirty Years of Reading Rawls. **Ethics.** Vol. 113, No. 2, p. 367-390, 2003.
[414] Waldron, Jeremy. Theoretical foundations of liberalism.**The Philosophical Quarterly**, Vol. 37, No. 147, pp. 127-150, 1987.,.

como livres e iguais, e que participam em uma cooperação social e contribuem ativamente para a manutenção política desse arranjo democrático.

Por esta razão, temos em Rawls um radical opositor a ortodoxia neoliberal[415] e, consequentemente, do modo como o populismo tardio se apropriou dessa doutrina como forma de capturar o ideal de liberdade de modo antidemocrático. Mas quais seriam essas diretrizes orientadoras de uma crítica construtivista, cuja concepção de liberdade como realização progressista das bases normativas da modernidade[416]poderia servir como baliza crítica do populismo tardio? Compreender qual ca oncepção de normatividade que distingue um desenvolvimento progressista ou regressivo e, sobretudo, qual ideia de liberdade estaria contida nessa compreensão da dinâmica política é o que será analisado a seguir. De modo geral, a proposta deste capítulo consiste em analisar como o liberalismo igualitário interpreta o fenômeno da captura populista da liberdade a partir de três elementos: um referencial da normatividade do seu método de análise que ancora sua concepção de liberdade e progresso político; o seu diagnóstico do populismo tardio e da captura dessa liberdade pela gramatica neoliberal dessa regressão iliberal; e, por fim, a solução democrática como alternativa de transformação social e libertação política.

5.1.Liberalismo político e liberdade moral

A crítica construtivista pode ser definida como uma particular metodologia da filosofia política que assume uma análise moral da sociedade em contraste com as filosofias utilitaristas, perfeccionistas e intuicionistas. De fato, há diversas variantes de uma interpretação construtivista da sociedade, mas a aqui analisada reporta à concepção dominante de origem kantiana: construtivismo como uma teoria que especifica uma concepção de pessoa como elemento de procedimento razoável de construção que determina princípios da justiça. Desse ponto de vista, a teoria da justiça como equidade de John Rawls pode ser considerada como a representante mais atualizada da ideia kantiana de uma liberdade moral como progresso em sociedades pós-tradicionais. Embora Rawls expresse em poucos momentos que tenha desenvolvido algo próximo de uma doutrina do progresso, de modo a se afastar das premissas teleológicas do liberalismo clássico, o que podemos encontrar de semelhante dessa perspectiva é uma justificação de uma concepção particular de justiça liberal, que apoia as

[415] Chandler, Daniel. **Free and Equal: What Would a Fair Society Look Like?** Bristol: Allen Lane, 2023
[416] Baynes, Kenneth. **The normative Grounds of social criticism. Kant, Rawls and Habermas**. New York: Suny Press, 1992.

liberdade políticas e civis básicas, aliada a uma redistribuição econômica significativa[417]. Esse ideal, segundo Rawls, não somente é possível na história, mas segundo o próprio, tem o potencial de durar "perpetuamente"[418], caso garanta a efetivação de tais princípios de justiça.

O objetivo maior seria aquele de denunciar as formas de injustiça e evitar relações arbitrárias de vantagens da vida social. Como exemplo de desenvolvimento de uma liberdade progressista, Rawls costuma apontar para a relevância dos eventos históricos de disputas religiosas surgidos na modernidade. Em especial, Rawls constata que, no seu contexto de irrupção na esfera pública, a defesa da liberdade religiosa estava restrita a um simples *modus operandi*, uma evocação estratégica e instrumental para cessar provisoriamente as chamadas guerras de religião entre católicos e protestantes. Como lembra Werle[419], conflitos profundos que marcam a modernidade nos aparecem não necessariamente articulados de modo normativamente determinado, trata-se de disputas morais e religiosas. Nessa lógica não haveria entre tais grupos, portanto, um interesse genuíno em garantir princípios de liberdade para a sociedade em geral, mas somente pelo autointeresse imediato de cessar os conflitos sociais da época.

O que o liberalismo politico[420] busca realizar, segundo Rawls, seria o passo seguinte de estabelecer a necessidade de diferenciação entre religiões e visões de mundo moral, em correlação com sua efetividade em uma sociedade verdadeiramente bem-ordenada. Isso requer, dentre outras coisas, um debate público respeitoso, que Rawls chama de uso da "razão pública"; que fortaleceria o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, que, mesmo em meio a uma pluralidade de visões de mundo concorrentes, a uma disputa de "doutrinas abrangentes razoáveis", na linguagem do liberalismo igualitário, [421] consegue um consenso sobreposto acerca dos princípios de justiça que governam a esfera pública.

Elaborada em torno do que Rawls chama de uma "teoria ideal", no centro encontramos uma concepção de sociedade bem-ordenada, em contraposição à dimensão "não-ideal" que prevalece em nossas "desordenadas" sociedades. Embora Rawls afirme que sua teoria é o resultado de uma elaboração imanente de ideias "já embutidas em nossa vida pública"[422], a

---

[417] Lange, Margaret Meek. Progresso. In: **Enciclopédia de Teoria da Justiçaa**. Trad. Thor Veras. Pelotas: Edufpel. No prelo.
[418] Rawls, 1971, p.131; Rawls, 1996, p.18.
[419] Werle, Denilson. **Normatividade, justice e democracia: sobre a centralidade do conceito de esfera pública**. Editora Conhecimento, 2022, p. 122
[420] Larmore, Charles. Political liberalism: Its motivations and goals. In: Sobel, D.; Vallentyne, P.; Wall, S. (eds). **Oxford Studies in Political Philosophy**: Volume 1. Oxford: Oxford University Press, pp. 63–88.
[421] Vita, Alvaro. **O liberalismo igualitário**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
[422] Rawls, 1980, p.307

realização desse ideal dependeria de um engenhoso "experimento de pensamento" no qual as pessoas, imbuídas de uma forte psicologia moral como a reciprocidade como base em uma determinada sociedade, pudessem discutir acerca dos princípios de justiça em um espaço onde ninguém teria noção de sua posição de classe, status social, tampouco do nível de habilidades e recursos sociais, ou mesmo a inteligência e força que poderiam influenciar na formação da identidade pessoal.

Logo, a realização da liberdade como indício de um "progresso moral consiste", segundo Rawls, "em corrigir essas disposições à luz daquele princípios que, por fim, reconheçamos como válidos"[423]. A democracia seria o regime político que encarnaria esses princípios em um arranjo constitucional, sendo composta por "a) uma concepção dos cidadãos como livres e iguais; b) a ideia de legitimação democrática do poder público; c) a ideia de direitos constitucionalmente garantidos e, portanto, dos limites da autoridade das maiorias democráticas; e d) a ideia de separação de poderes"[424]. Nesse contexto, o critério para um progresso moral, gira em torno do valor intrínseco igual dos seres humanos e uma concepção da justiça distributiva[425], que garanta autonomia às cidadãs e cidadãos do ponto de vista razão prática[426], calcada em procedimentos e de uma concepção construtivista de justiça que tem como objetivo primeiro a esturra básica da sociedade.

Por esta razão, "a tarefa de uma teoria da justiça é fazer com que a própria estrutura básica da sociedade assegure às pessoas a possibilidade real de definirem social e politicamente sua vida em comum"[427]. Essa abertura democrática tem sido uma das contribuições mais interessantes da arquitetônica de sua teoria da justiça e está disposta numa experiência de pensamento que permite à filosofia política ter esse papel reflexivo de avaliação das instituições de justiça numa democracia.

Ao chamar esse experimento de "posição original", o próximo passo seria as cidadãs e cidadãos envoltos por um "véu de ignorância", dispostos de dois poderes (ou faculdades) morais que lhes permitem agir de acordo com tal concepção de justiça, pudessem deliberar de forma equânime acerca dos parâmetros construtivistas[428] de justiça para uma "sociedade

---

[423] Rawls, 1980, p. 567.
[424] Maffentone, 2020, p.15
[425] De Vita, Alvaro. Progresso moral. In **A ousadia critica**: Ensaios para Gabriel Cohn. p. 376-378.
[426] Melo, Rurion. Autonomia, construtivismo e razão pública. Rawls leitor de Kant. **Dois pontos**; v. 7, n. 4, 2010, pp. 127-149.
[427] Werle Denilson. Justiça, liberdades básicas e as bases sociais do autorrespeito. **ethic@**-Florianópolis v.13, n.1, p. 74 –90, Jun. 2014. p. 85
[428] McCarthy, Thomas. Kantian constructivism and reconstructivism: Ralws and Habermas in dialogue. **Ethics,** 105, pp. 44-63, 1994.

democrática bem-ordenada". Os chamados princípios de Rawls: o primeiro princípio, relativo a liberdades civis e um conjunto político de medidas igualitárias, diz respeito à capacidade de agir de acordo com uma concepção publica de justiça social, e o segundo princípio refere-se à capacidade de elaborar, rever e racionalmente perseguir uma concepção de bem ou de vida boa de acordo com um príncipio de igualdade equitativa de oportunidades. Desse ponto de vista, a desigualdade só poderia ser justificada na medida que pudesse ser fornecido um benefício material ao menos avantajados, seja de renda ou de riqueza.

Contudo, diferente de interpretações que colocam Rawls e sua concepção de liberdade do rol das concepções negativas, Werle enfatiza na linha Wellmer que, em sua teoria da justiça estaria presente uma concepção de realização das liberdades mais próxima de uma ideia hegeliana, que pensa a sociedade como um todo de instituições que compõe uma eticidade democrática. É justamente essa forte ênfase na normatividade justificada com uma argumentação moral que molda a referência na qual a crítica liberal do populismo se baseia: uma visão específica de justiça social, composta pela ideia de justiça política distributiva e associada a uma noção de autonomia política.

Complementar a essa formulação, a dimensão distributiva repousa na intuição moral que liga o valor de uma determinada alocação de vantagens que resultam da cooperação social ao destino daqueles que estão menos avantajados nessa dinâmica distributiva. Conforme sugere Denílson Werle, Rawls não está pensando apenas em termos redistributivistas, mas tem um foco nas chamas "bases sociais do autorrespeito"[429], que fundamentam a sua concepção específica de liberdade e de progresso moral. Essa perspectiva leva em conta a natureza social dos seres humanos no modo que as instituições moldam as relações mediadas por um senso da justiça, que garante a reciprocidade numa estrutura básica da sociedade.

Antes, precisamos indicar com mais cuidado do que se trata essa ideia de construtivismo e qual sua especificidade no sistema rawlsiano. A concepção de justiça liberal proposta por Rawls não assume um modelo de sociedade estático, nem o considera como ponto final do desenvolvimento histórico. Pensar uma filosofia da história na teoria rawlsiana é certamente um desafio. Tal aproximação foi feita de modo residual pelo filósofo alemão Jan Werner Mueller, cuja contribuição foi identificar um "historicismo receoso" ao tratar da dimensão história no liberalismo político rawlsiano. Essa dimensão histórica, segundo Müller, segue ao menos três aspectos: histórias de sucesso modernista, narrativas de liberalização e utopias realistas.

[429] Werle, 2014.

Logo, para Muller, é inevitável que o problema central referente ao liberalismo político carregue um index temporal, afinal se a questão que o acompanha é aquela da possibilidade de existir uma sociedade justa e estável de cidadãos profundamente divididos por doutrinas morais, religiosas e filosóficas incompatíveis, então a dimensão da estabilidade é algo que só pode medida no decorrer do tempo. Isto é, o argumento aqui reforça que a necessidade de estabilidade social vem acompanhada justamente de fatos empíricos, históricos ou sociológicos que garantem a plausibilidade de uma estabilidade. E nesse sentido, o "fato do pluralismo", o exercício livre da razão humana sob instituições livres que produz uma pluralidade de doutrinas abrangentes do bem, cumpre um papel fundamental para Rawls justificar historicamente a razoabilidade de formas de vida em oposição ao mero modus vivendi. Para isso, Rawls fundamenta a estabilidade na ideia de um consenso sobreposto que, todavia, é historicamente passível de ser apontado em torno de uma pluralidade de doutrinas compreensivas.[430]

Desse modo, podemos situar que a crítica rawlsiana supõe uma teoria da modernidade, no qual o pluralismo constitui a experiência fundante. Nesse contexto, a função do construtivismo kantiano, mais do que simplesmente construir uma concepção política de justiça, consiste em também recuperar recursivamente fatos do passado que garantem a perpetuação de uma perspectiva moral e política de sociedades justas, estáveis e razoavelmente plurais. É possível até argumentar, com Mueller, que um momento importante do procedimento metodológico rawlsiano supõe uma genealogia (liberal) de fatos históricos da modernidade, em especial aqui os eventos da Reforma e do pluralismo religioso, segundo qual emergiu um desacordo entre concepções de razão e bem. Enquanto exemplo negativo, Rawls cita a experiência da desintegração da República de Weimar no regime nazista[431] como uma forma de regressão política, ocasionada principalmente pela perda de fé das atrizes e atores políticos em perseguirem uma sociedade justa e plural.[432]

---

[430] Rawls exemplifica com a história de doutrinas conflitantes "…the history of religion and philosophy shows that there are many reasonable ways in which the wider realm of values can be understood so as to be either congruent with, or supportive of, or else not in conflict with, the values appropriate to the special domain of the political as specified by a political conception of justice. History tells us of a plurality of not unreasonable comprehensive doctrines Rawls, John, **Political Liberalism**. New York: Columbia University Press, 1993, p.140

[431] Ibidem, p. lxi-lxii

[432] "Debates about general philosophical questions cannot be the daily stuff of politics, but that does not make these questions without significance, since what we think their answers are will shape the underlying attitudes of the public culture and the conduct of politics. If we take for granted as common knowledge that a just and well-ordered society is impossible, then the quality and tone of [political] discussions will reflect that knowledge. A cause of the fall of Weimar's constitutional regime was that none of the traditional elites of Germany supported its constitution or were willing to cooperate to make it work. They no longer believed a decent liberal parliamentary regime to be possible. Its time had past". Rawls, John. Ibidem.

Contudo, Rawls aposta que essa "fé" pode ser reconquistada por práticas liberais sustentadas por crenças morais genuínas que combatam uma perspectiva auto interessada ou um modus vivendi religioso: "a tolerância religiosa tem historicamente aparecido pela primeira vez como um modus vivendi entre religiões hostis, mais tarde se tornando um princípio moral compartilhado pelos povos civilizados e reconhecido por suas principais religiões. O mesmo se aplica à abolição da escravatura e da servidão, ao Estado de direito, ao direito à guerra apenas em legítima defesa e à garantia dos direitos humanos". Essa compreensão da história, conforme sugere Müller[433], explicita que o esforço de Rawls consiste em justamente mostrar que, a passagem de uma crença irracional e intolerante para uma posição moral legitima, gira, neste caso, em torno da adesão à cooperação social e a práticas políticas que desenvolvam com o tempo afinidades de confiança e solidariedade que possam servir de exemplos para outrem. Em outras palavras, trata-se de um argumento similar que um teórico como Honneth[434] mobilizou para definir a dimensão intersubjetiva da filosofia da história kantiana: o progresso aqui é compreendido à luz de tais processos de aprendizado moral que, falibilisticamente, transformaram narrativas atomizantes e unilaterais de autointeresse em princípios morais legítimos, de acordo com uma concepção política de justiça. Em termos hegelianos, podemos afirmar que a mudança de práticas em princípios se trata de uma reconciliação com os ideais imanentes das instituições sociais.

De todo modo, a realização da liberdade como um fenômeno do progresso moral, compreendido enquanto um processo de aprendizagem, se desenvolve socialmente na medida que indivíduos se tornam capazes de ter um senso de justiça ao apoiar o consenso sobreposto em ordem de tornar as sociedades estáveis e autonomamente sustentáveis. Em *Direitos dos Povos* tal modelo de sociedade pode ser descrito enquanto um sistema internacional de democracias constitucionais, bem-sucedidas na medida em que diminuem o risco de guerras e conflitos não razoáveis. Trata-se de um aprendizado historicamente situado, que depende do que Mueller chama de "modelos morais", referências históricas que contribuem para uma cultural pública e fatos históricos ou tradições de pensamento que indicam como as sociedades progridem moralmente ao cultivar práticas de cooperação social e sistemas democráticos que evitem entrar em guerra com outras nações.

---

[433] Jan-Werner Müller. "Rawls, historian : remarks on political liberalism's 'historicism'. **Revue internationale de philosophi**e " 2006/3 n° 237

[434] Honneth, Axel. The Irreducibility of Progress: Kant's Account of the Relationship between Morality and History. **Critical Horizons: A Journal of Philosophy and Social Theory,** 8, 2007

Essa noção, embebida de liberalismo político e do "historicismo receoso" rawlsiano, é muito similar com o que Habermas uma vez chamou de "usos públicos da história". Em última instância, Rawls reconhece que a história do liberalismo e com isso o progresso moral das sociedades está permeado por modelos, mecanismos e exemplos de modelos morais que podem nos reconciliar com ideais progressistas imanentes na realidade, mas também mostrar que um mundo justo é possível historicamente. Assim, a crítica construtivista reúne todos esses elementos: a dimensão associativista de uma sociedade cooperativa; a identidade essencialista pessoas dotadas de poderes morais e reciprocidade; uma ontologia fundacionista calcada na razão pratica e o caráter teleológico da história orientada por modelos morais, uma posição racionalista que embasa sua noção idealista de política; fundamentam, por fim, uma concepção moral e reflexiva de liberdade.

5.2.Populismo tardio como crise democrática-iliberal

Diante dos constantes ataques populistas ao aparato liberal das democracias contemporâneas, o seu nível de resistência, ou como a literatura da ciência política costuma nomear, resiliência[435], tem decaído consideravelmente nas primeiras décadas do século XXI. Embora grande maioria das teorias positivistas tem acenado para a famosa narrativa conservadora de que "as instituições estão funcionando"[436] e de que o risco autoritário teria sido domesticado ao redor do mundo, as teorias liberais normativas tem se apoiando numa denúncia mais acachapante da ameaça que lideres autocráticos tem vinculado a diversos sistemas políticos democráticos. Aquelas e aqueles teóricos que se identificam com o vasto campo do liberalismo político, que se confunde as vezes com a tradição rawlsiana de forma mais ampla, têm se alinhado como uma das vertentes que destilaram críticas mais vorazes ao fenômeno do populismo tardio. A primeira característica do diagnostico liberal do populismo tardio consiste em apontar para o paulatino processo de erosão normativa das democracias constitucionais do ocidente, recorrendo a uma crescente literatura das *ciências políticas* e de

[435] Weyland, Kurt. **Democracy's Resilience to Populism's Threat. Countering Global Alarmism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.
[436] Melo, Marcus Andre; Pereira, Carlos. **Por que a democracia brasileira não morreu?** São Paulo: Companhia das letras, 2024.

teorias sobre as mudanças de sistemas políticos e comportamentos eleitorais para cunhar a chamada tese da "crise das democracias"[437].

No centro desse diagnóstico, encontramos uma série de análises que atestam que "as escolhas institucionais no campo econômico ocorridas nas últimas quatro décadas e que penalizaram os segmentos mais fragilizados da população, tais como figuras precarizadas, contradizem uma visão compartilhada de justiça política e de justiça distributiva"[438]. Essa leitura compartilha o fato de que o populismo seria, não somente na sua variável de ultradireita com elementos libertários, mas também aquele que se coloca como progressista e propala, na realidade, um verdadeiro risco à garantia de liberdade equitativas e uma grande abdicação republicana das instituições guardiãs de uma democracia constitucional moribunda.

Não é por acaso que essa literatura costuma ser radicalmente crítica às experiências populistas de esquerda na América Latina e na Europa, questionando a demanda por soberania popular com o destino autoritária inerente nessa dinâmica de reivindicações, incompatíveis, nessa perspectiva, com as democracias constitucionalistas ocidentais. O front da ciência política tende a atribuir o enfraquecimento das democracias a diferentes transformações econômicas que agudizam e múltiplas desigualdades sociais já existentes. Essa hipótese é explorada por Adam Przerworki[439] em torno de três diferentes mudanças que abriram espaço para um descredito democrático: o declínio da taxa de crescimento de países desenvolvidos, o aumento de desigualdade de renda e por fim a diminuição de empregos na indústria e a proliferação de um novo exército de trabalhadores precarizados no setor de serviços. A consequência direta é um aumento generalizado de desempregados e uma crescente massa de indignados políticos.

Esses ingredientes formam motivações suficientes para ao menos três motivos que, segundo Yasha Mounk[440] as sociedades falham em garantir para sua população: anarquia, dominação e fragmentação. As democracias morrem e chegam ao seu fim quando temos uma série de violações às bases de uma democracia constitucional que apontam para indícios e sinais de um ambiente propicio para desdemocratização e um processo de crise política mais aguda. Para Przerworki, alguns desses sinais são a perda de poder de partidos tradicionais e o

---

[437] Castells, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Trad. Joana Angelica D'Avila Melo, Zahar, 2018; Runciman, David. **Como a democracia chega ao fim**. Trad. Sergio Flaksman. Todavia, 2. Levitsky, Steven & Ziblatt, Daniel. **Como as democracias morrem** Trad. Renato Aguiar. Zahar, 2020.
[438] Maffettone, Pietro. **Populismo e filosofia politica**. Liguori Editore, 2020.
[439] Przeworski, Adam. **Crises da Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar. 2019.
[440] Mounk, Yasha. **O grande experimento : por que as democracias diversificadas fracassam e como podem triunfar**. Companhia das Letras: São Paulo, 2024.

surgimento de novas divisões no sistema partidário, onde encontramos uma entrada mais enfática de populistas de extrema direita na dinâmica parlamentar, além dessa presença institucional, há também um declínio considerável do apoio ao sistema democrático em pesquisas públicas.

O processo de desdemocratização tem como plataforma maior o autoritarismo expresso pelas políticas implementadas em um governo populista, que, para Ziblatt e Levtsky[441], seguem ao menos quatro características: rejeição das regras democráticas do jogo ou um compromisso débil com elas (quando rejeitam constituições, restringem direitos civis, e, principalmente, tentam minar a legitimidade das eleições recusando a aceitar resultados dignos de credito e planejam golpes de toda sorte); negação da legitimidade dos oponentes políticos (quando perseguem rivais e criam teorias conspiratórias para excluir pensamento adversário do debate público); adoção de tolerância ou encorajamento a violência (quando se apoia ataques e demonstrações de violência pública ou privada, se aliam a gangues, milicias e grupelhos que perseguem oponentes); e, finalmente, a propensão a restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia (ao apoiarem medidas repressivas de outros governos, leis injustas que retiram liberdades e até ameaçar a mídia de sua liberdade de expressão).

Esses conjuntos de manifestações solapam as bases mais robustas que a ciência política liberal confere à democracia, a saber, aquilo que Levitsky e Ziblatt[442] sustentam ser os valores primordiais de uma democracia: os ideais de igualitarismo, civilidade e liberdade que tornam a sociedade diversificada e inclusiva[443]. A sobrevivência da democracia, portanto, dependeria da manutenção desses valores em instituições, além de uma pitada de visão otimista acerca do progresso político, que aposte que uma democracia possa ser bem-sucedida caso preserve, como sugere Mounk[444], liberdades civis fundamentais, tais como a liberdade da perseguição de um grupo exterior e liberdade da coerção de um grupo interno, além instituições inclusivas, prosperidade segura, solidariedade universal e uma cultura de respeito mutuo que só pode ser conferido com o expediente de eleições regulares, separação de poderes e direitos individuais.

Enquanto as eleições regulares permitem cidadãos e cidadãs removerem líderes do governo quando estão impopulares, a separação de poder ajuda a fazer com que eleições ocorram de forma livre e justa, os direitos individuais permitem o exercício de princípios

[441] Ibidem, 2020, p.56.
[442] Ibidem.
[443] Ziblatt; Levtsky, 2020, p.218.
[444] Mounk., Yascha **The Great Experiment. Why Diverse Democracies Fall Apart and How They Can Endure.** New York: Penguin Press, 2022.

liberais mais basilares como liberdade de expressão, liberdade de reunião e o exercício de liberdade religiosa. Tais elaborações, tanto em termo de diagnóstico e prognóstico, contudo, não incorporam muito do construtivismo do liberalismo político, permanecendo instrumentais ao ponto de serem muito formalistas e não penetrarem no seio da cultura política democrática de uma sociedade contemporânea. Tampouco se afiliam a uma determinada crítica mais estrutural da sociedade e das relações econômicas numa democracia. E, fundamentalmente, seu escopo está muito fora do contexto específico do sul global e das dinâmicas de países periféricos, que fogem da lógica e estrutura jurídica e constitucional dos Estados Unidos.

Em geral, dentre as diversas críticas que tomam como ponto de partida o arcabouço construtivista, destacaremos aqui algumas relativas à captura populista da liberdade como uma forma de regressão democrática que replica uma: (a) "não-razoabilidade", (b) "antipluralismo", a (c) "instabilidade", a (d)"não-reciprocidade", além de reforçar o aspecto (e) "antidemocrático" e (f) "anticonstitucionalista" deste fenômeno.

Ao considerar o núcleo antiliberal do próprio movimento populista, Alessandro Ferrara[445] classifica como uma "não-razoabilidade nativa" a característica central desse movimento, que já se esboçava no início do governo de Berlusconi e que seria marcada pelo desaparecimento da civilidade, da intolerância de princípios do partidarismo e da demonização de adversários políticos como inimigos, numa redução significativa do povo em eleitorado, essencializando o povo como uma nação. Ao menos três problemas emergem dessa não-razoabilidade: (i.) "o povo" enquanto uma soberania democrática passa a ser confundido com o eleitorado, ou com os atuais votantes, e assim o eleitorado vira uma nação; (ii.) enquanto a incorporação do "povo", o eleitorado passa a ter um poder constituinte; e, assim, (iii.) somente uma interpretação do bem comum passa a existir, ao passo que todas as outras opiniões passam a ser detratoras para o povo e para a vida democrática. Os chamados ônus de julgamentos, os "burdens of judgment", passam a serem inoperativos na racionalidade populista e a deliberação passa a ser vista como supérflua e um veículo de distração.

Em primeiro lugar, a captura populista da ideia de povo é problemática e representa uma não-razoabilidade pois consiste numa simplificação que concebe um povo como homogêneo aglomerado que permanecera assim desde as elites corruptas sejam removidas; ao mesmo tempo pensa as instituições sociais como permeadas por uma corrupção generalizada

[445] Ferrara, Alessandro. Can political liberalism help us rescue "the people" from populism? **Philosophy and Social Criticism**, v. 44, 4, 2018.

que está no caminho do povo, e que, também, não define a unidade de um povo a partir da qualidade das relações, como na ideia rawlsiana de uma sociedade como a união de uniões sociais, mas como uma identidade que passa a ser compartilhada em oposição a outras. Essa unificação brusca tende desconsiderar as variações históricas internas de um povo ao essencializá-lo. Para Ferrara, do ponto de vista do liberalismo político rawlsiano, essa simplificação tende a desconsiderar três diferentes expressões do povo que são relevantes e por isso se tornam não-razoáveis: o populismo tende a desvalorizar o processo que o povo participa como autor da constituição ao longo de um período do tempo mais esparso, cujo acumulo de experiencias influenciam a primeira até a última emenda; o populismo falha em incluir as pessoas participantes que estão em movimentos sociais, que fazem greve, que protestam e que participam na dinâmica da esfera pública; por, ultimo, o populismo tende a tomar o povo em sua aleatoriedade, sem considerar as opiniões e trajetórias. Além disso, o populismo conserva um elemento democrático, mas ainda assim, antiliberal, o que se revela ser monista e majoritário por excelência. Notemos que no discurso de Órban, a própria de ideia de uma democracia iliberal[446] esta esboçada sem nenhum embaraço:

> Nós tivemos que afirmar que uma democracia não precisa necessariamente ser liberal. Justamente porque um Estado não é liberal é que ele pode ainda ser uma democracia. E, na verdade, nós também tivemos que afirmar, e afirmamos, que sociedades erigidas sobre o princípio organizacional do Estado da democracia liberal serão provavelmente incapazes de manter sua competitividade mundial nas próximas décadas e, ao invés disso, provavelmente serão rebaixadas, a menos que sejam capazes de se transformar significativamente.[447]

Justamente porque o eleitorado passa ser a encarnação do povo, então a constituição sob o populismo passa a ser o eleitorado. Da perspectiva do liberalismo político, essa aproximação é problemática, pois o populismo erode o ancoramento institucional da razão pública numa corte suprema ou constitucional, relegando a razoabilidade apenas nas virtudes de alguns atores e atrizes políticas. Se o eleitorado possui um poder constituinte, as regras do jogo podem ser mudadas pelos próprios jogadores, o que causa um desconforto e um

---

[446] Zakaria Fareed. The rise of illiberal democracy**, Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, p. 22–43, 1997; Jan-Werner Müller, The problem with 'illiberal democracy', **Project Syndicate**, 2016. Disponível no endereço eletrônico: https://www.socialeurope.eu/the-problem-with-illiberal-democracy.

[447] Discurso proferido em 26 de julho de 2014, na cidade de Băile Tuşnad, na Romênia Disponível (em inglês) em: https://www.kormany.hu/en/the-prime-minister/the-prime-minister-s-speeches/prime-minister-viktor-orban-s-speech-at-the-25th-balvanyos-summer-free-university-and-student-camp.

descrédito dos procedimentos constitucionais, que podem ser reinterpretados à vontade por uma parcela da população que detém o poder. Essa abertura torna o sistema político mais vulnerável, pois, a maioria populista pode colocar em xeque e pedir anulação de qualquer procedimento constitucional que não vá ao encontro de seu interesse específico. Essa dimensão anti-pluralista contraria a própria noção de constitucionalismo, que se coloca como um sistema de garantias da participação ampla. Para Ferrara, o problema nesta captura é que:

> A democracia não é mais uma arena onde elites alternativas competem por eleições ou onde diferentes plataformas de políticas são debatidas, mas se transforma em um espaço público onde um ator político é abençoado pelo sucesso eleitoral porque supostamente representa o verdadeiro povo ou a visão da nação do bem comum.[448]

Do ponto de vista das sociedades ocidentais, o populismo, em todo seu alcance, passa a ser visto como uma incapacidade constitutiva e estrutural de tais atores estabelecerem uma atitude política razoável e consensual, e uma incitação aos sentimentos de revolta e ódio popular, impedindo um pluralismo razoável de entendimento recíproco[449]. Nessa ótica, Jan Werner-Mueller[450] argumenta que o populismo é um fenômeno inerentemente anti-pluralista, pois representa uma forma de política de identidade e faz uma reivindicação exclusiva e excludente de representação. Logo, ao moralizar a soberania popular, essa lógica instancia o antagonismo amigo-inimigo de Schmitt, sendo a opinião contrária ou a contestação popular sempre vista como se fossem elites corruptas. Curiosamente, aponta Ferrara, o populismo se apresenta como um reverso do neoliberalismo tecnocrático: ambos reduzem a pluralidade de opções a uma interpretação correta da vontade popular ou a uma solução técnica correta, eliminando o espaço de desacordo razoável.

De modo similar, David Rasmussen[451], defende que o populismo solapa as instâncias de decisão coletiva e cooperativa, nas quais o desacordo não é só possível, mas fundamental para a dinâmica democrática. Ambos apontam para a dimensão não-estável que a política populista encaminha as democracias liberais. A multiplicação da desigualdade cria as condições para um terreno fértil para movimentos populistas, que se esforçam para instaurar "uma economia moral na qual a rejeição dos outros e a indignação restituem ao cidadão

[448] Ferrara, ibidem, p.9.
[449] Galston, William A. **Anti-Pluralism: The Populist Threat to Liberal Democracy.** New Haven: Yale University Press, 2018.
[450] Muller, 2019
[451] Rasmussen, 2019

infeliz seu valor e sua dignidade"[452], seja opondo o povo à elite, ou os naturais aos estrangeiros. A consequência disso é que, segundo François Dubet, desconfia-se de maneira mais acentuada da democracia representativa, colocando no lugar uma pletora de paixões tristes. Como vimos anteriormente, o ponto de referência da reciprocidade, antes da estratégia utilitarista, mediada pela identificação da simpatia, que Rawls considera "relativamente rara"[453], consiste na posição mais próxima da concepção de justiça como equidade. As partes na posição original concordam que ninguém irá se beneficiar, nem tomar vantagens de desigualdades econômicas de nenhum tipo, a não ser que sejam compartilhadas entre todas e todos. De acordo com Paul Weithman[454], isso presume que os princípios que as partes escolham estejam regidos por um ideal de benefício mutuo ou reciprocidades:

> Rawls contornou essa possibilidade e sustentou que o princípio da diferença é um princípio de benefício mútuo, assumindo o que ele chamou de 'conexão de cadeia' entre as expectativas dos cidadãos (Rawls 1999, p. 70). A conexão em cadeia diz que qualquer vantagem para o melhor que aumenta o lote dos menos favorecidos melhora o lote de todos no meio. Assim, Rawls pensou que o princípio da diferença expressava as demandas de reciprocidade e - embora ele não o tenha dito - evitou provocar ressentimento direcionado para baixo, desde que a conexão da cadeia se mantenha.[455]

O argumento de Samuel Scheffler consiste em apontar que, em governos populistas de extrema direita, como no caso americano de Donald Trump, uma falha grave estaria generalizada pela sua incapacidade de garantir qualquer base razoável de reciprocidade, dado o modo como Trump conduzia as instituições e suas políticas públicas. Isso não quer dizer que, na era pré-Trump, os Estados Unidos já cumpriam as bases de uma sociedade bem-ordenada e estável. Pelo contrário, o déficit de justiça social que ocorria antes da ascensão do movimento do MAGA (*Make America Great Again*), com a conivência das prosperidades de pessoas mais afortunadas enriqueceram às custas arbitrárias de outros, foi o que permitiu criar as condições de um terreno fértil para a emergência de candidatos como Trump.

Isso não quer dizer que Rawls fosse contrário ao papel das emoções na política, mas sua psicologia moral, que encontramos desenvolvida no capítulo VIII de *Uma Teoria da*

---

[452] Dubet, Francois. **O tempo das paixões tristes**. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Editora vestígio, 2020
[453] Rawls, 1999, p.438.
[454] Weithman, Paul. Comment: Reciprocity and the rise of populism. **Res Publica**, Vol. 13, 2019.
[455] Ibidem.

Justiça, tem uma orientação relativamente oposta àquela compreensão formulada pelo utilitarismo e seu critério de simpatia para avaliar a vida psíquica dos cidadãos. Embora reconheça que a simpatia tenha uma importância na dinâmica social, a via tomada por Rawls, no entanto, está fundamentada na ideia de uma tendência humana possível de ser encontrada no desenvolvimento cognitivo que nos predispõe a ter uma reciprocidade em relação ao bem-estar dos outros e demonstrar amor.

Em outras palavras, a reciprocidade é uma relação não-alienada, onde, como Samuel Scheffler[456] afirma, retribuímos gentileza com gentileza, bondade com bondade. Esse processo tem um florescimento na infância e tem sua maturidade na vida adulta, onde o que antes era uma intuição, agora tem uma conotação moral mais arraigada, baseada em uma concepção de justiça motivada por princípios. Diferente, portanto, da logica utilitarista, que coloca o cálculo da maximização da felicidade na frente da estabilidade social, sacrificando interesses fundamentais de seres humanos em nome de uma maior agregação e aclamação popular, Rawls pensa que a impossibilidade de satisfazer todos os cidadãos provocaria só mais infelicidade e ressentimento.

Nesse aspecto, Scheffler nos convida a refletir sobre a persistência da desigualdade na sociedade americana que permitia índices altos de mortalidade entre pobres e classes trabalhadoras, os recorrentes casos de racismo e violência racial contra pretos americanos, que chega a ser institucionalizada pela polícia, como na denúncia do movimento social *Black Lives Matters*. Todas essas condições já contrariavam a ideia de uma estrutura básica da sociedade que fosse justa. Acontece que, para Scheffler, a intervenção de Trump acirrou e fez crescer um sentimento de ressentimento e discórdia, de modo degradante e desestabilizante para as instituições liberais, produzindo um grande efeito rebote alimentado pela demagogia cínica como característica central do populismo trompista. Segundo Scheffler:

> Rawls adverte que sérias violações da reciprocidade provavelmente produzirão uma reação desestabilizadora, cuja forma é imprevisível. Os ressentimentos inspirados pela desigualdade sustentada são tão propensos a serem alimentados e explorados por forças inescrupulosas e demagógicas quanto a serem organizados de forma eficaz para alcançar uma maior justiça social. O exemplo de Trump nos lembra que o kit de ferramentas do demagogo pode incluir a apropriação cínica da linguagem da justiça e da

[456] Scheefler, Samuel. A Rawlsian Diagnosis of Donald Trump**. Boston Review**, Boston, 2017. Disponível em: https://www.bostonreview.net/articles/samuel-scheffler-rawlsian-diagnosis-donald-trump/. Acesso em: 6 mar. 2023.

> reciprocidade para expressar o grandioso senso de queixa de um narcisista e fornecer uma folha de figueira para o cultivo de animosidades de grupo e, no pior dos casos, a legitimação da violência.[457]

Da perspectiva do liberalismo político, sendo o povo esse poder constituinte, o populismo cria uma erosão institucional da ancoragem normativa da razão pública nas cortes supremas e nas instâncias constitucionais e confina a razoabilidade numa virtude ocasional de atores políticos, levando a uma forma de desconstitucionalização dos regimes democráticos. O que esses autores liberais ressaltam é que o populismo nos leva à rejeição do pluralismo e à defesa desenfreada da intolerância justificada, que beira às práticas expressamente fascistas.

Por exemplo, a chacota com a cultura democrática e o generalizado desrespeito à cidadania empregado pela retórica trumpista confirma apenas o que Martin O'Neill[458] se referiu como a negligência populista com as liberdades civis mais básicas. Segundo O'Neill, ainda em campanha eleitoral pela presidência, Trump esboçava nenhuma consideração às instituições políticas e legais de seu país: inventando mentiras e proferindo os mais vis xingamentos a seus adversários, falsificando sua receita federal, reproduzindo discursos misóginos e racistas.

Esse risco de desfiguração da representatividade, leva Nadia Urbinati[459] a afirmar que o populismo é parasitário da democracia, na medida que historicamente a sua emergência esteve acompanhada do declínio da organização partidária, transformando de modo oportunista os arranjos institucionais das democracias liberais constitucionais. Com isso, o populismo tem como objetivo distorcer as práticas e instituições que garantem o estado de direito e todas as garantias constitucionais, flertando inevitavelmente com tendência autoritárias e totalitárias da política (que justificam a adoção de formas imediatistas de comunicação de massa), uma formação "líquida" de legitimidade local para ação que ela chama de majoritarismo extremista.

É neste sentido que o populismo pode ser melhor entendido como uma democracia iliberal, que infringe os direitos políticos mais básicos, especialmente aqueles de formação de opinião e de expressão de dissenso, que constituem as liberdade civis, na medida em que: (i.)

---

[457] Scheffler, op. cit.
[458] O'Neill, Martin. Orwell, Rawls, Trump: Citizenship & Democratic Culture. **Daily Nous**, 2016. Disponível em: https://dailynous.com/2016/12/06/orwell-rawls-trump-citizenship-democratic-culture-guest-post-martin-oneill/. Acesso em: 6 mar. 2023.
[459] Urbinati, Nadia. **Me the people: how populism transforms democracy.** Cambridge/Londres, Harvard University Press, 2019.

se submete exclusivamente à maioria vencedora para resolver desacordos dentro da sociedade; (ii.) tende a quebrar a mediação das instituições, tornando-as diretamente sujeitas à vontade da maioria dominante e seu líder; e (iii.) constrói uma representação do povo que, embora inclua a grande maioria, é *ex ante* excludente de outra parte. A inclusão e a exclusão são internas à dialética democrática entre os cidadãos que discordam de muitas coisas, e a dialética democrática é um jogo de governo e contestação[460]. Embora o populismo busque seus recursos de legitimidade no princípio da soberania popular, Urbinati argumenta que isso muitas vezes é improcedente, visto que muitas vezes o que está sendo mobilizado como recurso de legitimação é uma concepção idealizada de comunidade, próxima de uma entidade popular mítica que deveria ser traduzida diretamente numa vontade de poder do povo.

Essa tradução tradicionalista do populismo é marcada pelo que Urbinati chama de uma "concepção possesiva de poder politico"[461], onde a regra da maioria deixa de ser um processo para tomar decisões legítimas em um ambiente pluralista e passível de contestação , e em vez disso se torna a facticidade do poder, permitindo que qualquer parte da sociedade que esteja buscando uma força e autoridade compense sua negligência passada por partidos eleitos, e permitindo que ela governe em seus próprios interesses e contra "o estabelecimento" e os interesses daquela parte que não pertence.

O caráter acachapante do seu liberalismo apenas indica que a dimensão libertariana do populismo não tem, como advoga, nada de moderno. Freeman reforça o quanto a concepção de poder político do feudalismo, e não da modernidade tardia, está presente na ideia libertariana de contrato privado e acordos que circulam essa esfera de relação de vassalagem que foi capturada pelo populismo tardio:

> primary institutions endorsed by the liberal political tradition are incompatible with libertarianism. I have assumed that liberal institutions can have different philosophical justifications and can be accepted from different points of view. This is to be expected given the reasonable pluralism (as Rawls calls it) that will exist in a well-ordered liberal society. Libertarianism will no doubt be advocated by some in any liberal society, but they will not endorse basic liberal institutions. Whether libertarianism will gain sufficient adherents to undermine a well-ordered liberal society is a question of the stability of liberal institutions. No matter how coherent its justification, classical liberal institutions may be prone to disintegrate into libertarianism.

[460] Urbinati, 2019, p.18
[461] Urbinatti, op. cit

> Instability would most likely result from the extensive significance that classical liberalism assigns to private property and the desirability of market distribution. [462]

Por esta razão, o populismo se mostra "anticonstitucionalista". Mas nem todo populismo se coloca contra ao constitucionalismo democrático ou é apresentada na esfera pública *tout-court* como iliberal. Ao diagnosticar o "sequestro da democracia" pelos populistas, teóricos liberais como Simone Chambers[463] e Andrew Arato[464] chamam atenção que os populismos dependem de um certo comprometimento com o constitucionalismo para atacar as bases liberais da democracia. Em ordem de implementar a agenda plebiscitária populistas de soberania popular, tais movimentos se engajam em reformas constitucionais que dão a impressão de um jogo de cena de participação popular democrática, escondendo a supressão de direitos e a manipulação desses processos que contém forte intervenção governamental. Essa dimensão parasitaria seria inerente a uma tática antissistema[465]**.**

É por isso que, para Jean Cohen[466], o populismo tem uma afinidade muito forte com o autoritarismo, pois a estratégia populista eviscera as próprias instituições democráticas em que os grupos excluídos anteriormente estavam incluídos, em vez de torná-las mais democráticas, suplementando-as com formas democráticas adicionais. As dimensões participativas democráticas da mobilização de massas tornam-se plebiscitárias e clientelistas. Os afetos[467] também cumprem um papel nessa dinâmica, pois, para Cohen, uma especialista em movimentos da sociedade civil, a função de tais mobilizações é a de explorar sentimentos de lealdade em uma organização monista partidária, de tal modo que a formação da opinião coletiva intrapartidária serve somente para a eleição de um líder e para a implementação autoritária de sua agenda retrógrada no poder. A democracia, assim, passa a ser hackeada[468]. Em última instância, o diagnóstico do liberalismo político acerca do fenômeno populista consiste em apontar como as regras do jogo democrático são abaladas em função de sua concepção antagonista de política e de seu descompromisso com os procedimentos eleitorais.

---

[462] Freeman, Samuel. Illiberal Libertarians: Why Libertarianism Is Not a Liberal. **Philosophy & Public Affairs**, Vol. 30, No. 2, pp. 105-151, Spring, 2001.
[463] Chambers, 2019
[464] Arato, 2019.
[465] Nobre, Marcos. The Global Uprising of Populist Conservatism and the Case of Brazil. Giesen, K.-G. (ed.). **Ideologies in World Politics (Staat – Souveränität – Nation).** Wiesbaden: Springer,2019
[466] Cohen, 2019
[467] Walzer, 2019, p.322
[468] Moore, Martin. **Democracy Hacked: Political Turmoil and Information Warfare in the Digital Age**. London: Oneworld Publications, 2018.

Assim, o populismo é marcado pela "não-razoabilidade", o "antipluralismo", a "instabilidade", a "não-reciprocidade", e, sobretudo, se mostra parasitário para a democracia, pois pretende transformar uma sociedade pluralista em uma oposição dualista, ofertando legitimidade apenas aos seus membros constituintes, o que restringe, em vez de expandir, o domínio do político.[469]

5.3.Transformação como deliberacionismo liberal

O liberalismo igualitário possui recursos não somente para criticar o populismo tardio, mas, também, para contrapor outra concepção de democracia.[470] Mesmo que variem quais concepções maximalista e minimalista da democracia[471] devem ser defendidas, é importante recuperar o fato de que Rawls já anunciava ser incompatível o capitalismo com sua perspectiva de justiça social. Necessário seria uma forma de regime socioeconômico alternativo ao capitalismo como a democracia de cidadãos proprietários ou formas de socialismo liberal. O que vale é recuperar o sentido de democracia social em Rawls[472].

Sabemos, portanto, que do ponto de vista do liberalismo político, a saída de um regime populista e de sua ameaça às instituições liberais consiste em aprofundar um horizonte democrático. Mas, qual modelo está em jogo? Para a tradição aqui em análise, os contornos de uma democracia deliberativa representam o paradigma central que o liberalismo se apoia para pensar como a razão publica se efetiva em um regime institucional democrático. Neste sentido, o referencial continua sendo o ideal de "justiça como equidade", o que para Rawls é a concepção filosófica mais adequada para uma democracia constitucional, e, ao mesmo tempo, a base moral mais apropriada para uma sociedade democrática[473].

Essa concepção rawlsiana de democracia deliberativa[474], de acordo com Werle e Melo[475], tem no seu núcleo um ideal de justificação política, que aposta para a

---

[469] Rasmussen, David. Reflections on the Nature of Populism and the Fragility of Democracy: Democracy in Crisis'. In: Besirevic, Violeta (org.). **The New Politics of Decisionism**. Eleven International Publishing. 2019, pp. 52–60..

[470] Reid, Andrew. How can political liberalism respond to contemporary populism?. **European Journal of Political Theory,** 2020.

[471] FOLHA DE S. PAULO. Defesa da democracia é mais que oposição a governos autoritários. Disponivel em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/02/defesa-da-democracia-e-mais-que-oposicao-a-governos-autoritarios.shtml

[472] Cohen, Joshua. "For a Democratic Society." In: Freeman, Samuel (org**). The Cambridge Companion to Rawls.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 86–138.

[473] Prefácios original e da edição revista da teoria da justiça. Respectivamente xi. e viii.

[474] Rawls, 1993, pp. 531-533.

autodeterminação de cidadãos livres e iguais por meio da argumentação publica – ou seja, "um procedimento justo segundo o qual indivíduos e grupos engajam-se em um argumentação racional com o propósito de resolver conflitos políticos". Na medida em que as cidadãs e os cidadãos deliberam, trocam seus pontos de vista e debatem defendendo suas razões, estão fazendo em relação a um processo argumentativo que tem como plano de fundo uma concepção de justiça básica e um ideal de razão pública. Neste sentido, Rawls[476] indica que há ao menos três elementos essenciais para uma democracia deliberativa: a já mencionada ideia de razão pública; um quadro de instituições democráticas constitucionais que especifica o cenário que atuarão os corpos legislativos deliberativos, e, enfim, o conhecimento e o desejo por parte de cidadãos e cidadãs em seguir a razão pública e realizar seu ideal em sua conduta política.

Uma sociedade democrática, neste prisma, consiste em um público disposto a empregar estratégias de justificação recíproca, que respeitam a liberdade e a igualdade de todos e todas. A aposta, portanto, é no espírito, isto é, no ideal de deliberação, e não necessariamente na efetividade das regras democráticas de ordem representativa e participativa[477] e sua correlação com os procedimentos de sistemas políticos liberais.[478] Uma sociedade democrática, para Rawls, portanto, deve assegurar a todo cidadãos o mesmo complexo de direitos políticos a partir de arranjo institucional justo, assim como liberdade políticas e uma igualdade de oportunidades para que trabalhos e posições de autoridades sejam distribuídos de forma equânime eque qualquer desigualdade seja limitada pelo princípio de diferença..

Por esta razão o modo pelo qual Rawls pensa a dinâmica política depende do recorrente questionamento acerca de quais são as condições de possibilidade para um acordo sobre as instituições básicas em uma comunidade política cujos cidadãos possuem visões de mundo e formas de vida concorrentes e irreconciliáveis. Partindo do fato de que a sociedade está marcada pela escassez moderada de bens e por uma pluralidade de concepções religiosas, filosóficas e morais incompatíveis, ainda que razoáveis, como resolver de modo estável as

---

[475] Melom Rúrion Soares; Werle; Denílson Luis. (Org.) **Democracia deliberativa.** São Paulo: Editora Singular; Esfera Pública, 2007.

[476] Rawls, John. A ideia de razão publica revisitada. In. Werle, Denilson; Melo, Rurion (org.). **Democracia deliberativa.** São Paulo: Esfera Pública, 2007

[477] Cohen, Joshua. Democracy and liberty. In: Elster, Jon (org.). **Deliberative democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 185-231; Schauer, Frederick. Talking as a decision procedure. In: Macedo, Stephen. **Deliberative politics. Essays on Democracy and disagreement**. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 17-27.

[478] Chambers, Simone. Deliberation and mass democracy. In: Parkinson, J.;Mansbridge, J. (orgs.). **Deliberative systems. Deliberative democracy at the large scale**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp. 52-71.

questões da justiça distributiva e da tolerância. Esses são os problemas filosóficos das democracias contemporâneas, como os capta e formula Rawls. Uma sociedade marcada por conflitos entre doutrinas irreconciliáveis que derivam da diferença de status, étnicas, de posição de classe ou de sexo e raça. Para os resolver, Rawls parte da anteriormente aludida ideia de razão pública: a razão de cidadãos iguais que formam seus juízos e tomam decisões comuns acerca de questões constitucionais e de justiça básica. Rawls apresenta os conceitos que seriam capazes de garantir uma "base pública de justificação em questões políticas fundamentais aceitável para todos os cidadãos". Esses conceitos precisam ter validade social e imanência na sociedade moderna, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, críticos e transcendentes à configuração atual das democracias.

Nas suas lições sobre a história da filosofia política, fala, por isso, da tarefa de compor uma "utopia realista". Para cumprir esses requisitos de uma teoria realista, mas sem recair em um cinismo conservador, apela para diferentes concepções de razão pública. Isso cria uma tensão interna na obra, que, de certo modo, replica a tensão entre realidade numênica e fenomênica, humanidade transcendental e empírica da filosofia kantiana e que foi reavivada no embate entre liberais e comunitaristas. Para isso, o liberalismo político retoma os princípios normativos de igualdade de direitos e igualdade socias, a ideia de liberdade e, por fim, um elemento adicional em algumas dessas versões[479] : a incerteza[480]. Segundo essa ideia lefortiana, a democracia é um lugar vazio, o que preservaria sua dimensão dinâmica e criativa. Inspirado no argumento de Przeworki e sua definição minimalista de democracia, que a concebe como uma forma de incerteza institucionalizada, e a localiza numa garantia de regras eleitorais de voto e mínima garantia constitucional, esse ideal de deliberação procura um aprofundamento da democracia como resposta ao populismo:

> A ameaça populista à democracia surge quando os apoiadores das forças incumbentes adotam, com conhecimento de causa, medidas desenhadas com o propósito de erodir restrições institucionais contra seu próprio poder ou entranham-se permanente no cargo até tornar-se praticamente impossível removê-las por meios pacíficos. Os perigos da polarização aumentam quando os riscos de uma eleição

[479] Mueller, Jan-Werner. **Democracy rules.** Londres: Allen Lane, 2021.
[480] Przeworski, Adam. "Ama a incerteza e serás democrata**". Novos Estudos** 9, julho de 1984.

> se tornam excessivamente elevadas, levando perdedores a não reconhecerem sua derrota[481].

A essência da democracia, neste sentido, reside no fato de que os conflitos numa sociedade possam ser conduzidos pelas eleições. De algum modo, seremos governados pelos outros, agradáveis ou não para nossa posição, mas esse permanece sendo o canal para troca ou retirada mediante votação daquele projetos que queremos ou rejeitamos. Esse seria, para um liberal como Przeworski, o valor e a essência da democracia.[482] É neste sentido que a democracia representativa, mediante procedimentos de deliberação, pode não ser, provavelmente, a via mais capacitada para encontrar soluções, mas é a melhor para produzir e identificar os problemas políticos. O caminho de renovação política é uma aposta nas instituições intermediárias que são essenciais para a manutenção democrática: os partidos políticos e a mídia.

Isso requer, segundo Álvaro de Vita[483], depositar esperança no valor equitativo das liberdades políticas para que a democracia produza decisões políticas justas. O argumento de Rawls, conforme De Vita, se trata de um desdobramento da interpretação normativa da razão publica, o que inclui tanto os elementos constitucionais essenciais, quanto questões de justiça básica. Esses critérios de justificação com base na razão pública são uma modalidade de razão que os cidadãos e cidadãs racionais e razoáveis empregam para fazer uso de uma concepção razoável de justiça, ao invés de doutrinas de bem ou mesmo visões metafisicas. Mas esses recursos morais de uma democracia deliberativa seriam suficientes para superar a regressão social determinadas pelas estruturas de dominação e formas de opressão sistêmica da economia capitalista?

Haveria, em outras palavras, progresso em uma sociedade capitalista?[484] Como nos lembra de Vita[485], evocando Shumpeter, “uma sociedade pode ser escrupulosamente fiel a procedimentos democráticos e ainda assim ser profundamente injusta.” Em um comentário público acerca de Rawls e seu pensamento político, Noam Chomsky, de quem o filósofo de

---

[481] Przeworski, Adam. O valor e a essência da democracia. Blog **Novos Estudos Cebrap,** 11 de fev. de 2022. Disponível e.: http://novosestudos.com.br/o-valor-e-a-essencia-da-democracia/

[482] Przeworski, Adam. O valor e a essência da democracia. Blog **Novos Estudos Cebrap,** 11 de fev. de 2022. Disponível em: http://novosestudos.com.br/o-valor-e-a-essencia-da-democracia/

[483] De Vita, Alvaro. Justiça, democracia e Rawls,. Estadão, 11 dez. 2018. Disponível em: https://estadodaarte.estadao.com.br/justica-democracia-rawls-devita/. Acesso em: 06 mar. 2023.

[484] Essa me parece ser a proposta de Stigltz de uma concepcão de liberdade calcada numa ideia de progresso no capitalismo: Stiglitz, J. E. **The Road to Freedom: Economics and the Good Society**. New York: W. W. Norton & Company., 2024. E também de Daniel Chandler em seu livro que retoma uma popularização de Rawls no contexto de crise de democracias: Chandler, Daniel. . New York: Knopf P. House, 2024.

[485] De Vita, 2018.

Harvard foi amigo pessoal, revela que a teoria da justiça não poderia alcançar problemas estruturais de uma sociedade dominada por corporações como a do capitalismo realmente existente. Por ser muito abstrata, Chomsky[486] argumenta que a teoria de Rawls lidaria apenas com os efeitos do capitalismo, mas não colocaria em questão sua dimensão mais fundamental: a economia política e a exploração de classe. No entanto, recentemente vemos uma nova literatura[487] que realça importantes insights rawlsianos acerca dos limites do progresso moral encontrado em leituras marxianas da alienação e de uma crítica da justiça que alcança o tema da distribuição econômica desigual e de propostas concretas de alternativas ao sistema de mercado capitalista baseados em grandes corporações que mobilizam uma acentuada concentração de renda. Já em 1971, na Teoria da Justiça, Rawls observa a vinculação entre questões morais e econômicas na organização social:

> An economic system is not only an institutional device for satisfying existing wants and needs but a way of creating and fashioning wants in the future. How men work together now to satisfy their present desires affects the desires they will have later on, the kind of persons they will be. These matters are, of course, perfectly obvious and have always been recognized. They were stressed by economists as different as Marshall and Marx. Since economic arrangements have these effects, and indeed must do so, the choice of these institutions involves some view of human good and of the design of institutions to realize it. This choice must, therefore, be made on moral and political as well as on economic grounds.[488]

Enquanto no livro de 1971 o foco está na centralidade na prioridade lexical de liberdade política equânimes, *Justiça como Equidade* Rawls tem como central a tarefa de criar condições institucionais onde uma classe social (dominantes) não possa ser a capaz de conduzir a economia ou legislação política de forma unilateral. Para isso, não bastava pensar somente em medidas como taxação progressiva de bens e fortunas e outras legislações específicas contra a concentração de renda, era preciso pensar alternativas institucionais que assegurassem maior isonomia no controle do sistema de mercado e suas implicações

[486] Chomsky, Noam. On Rawls. [Vídeo]. Canal Chomsky's Philosophy. **YouTube**, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E6Cqi_W8PmI&ab_channel=Chomsky%27sPhilosophy. Acesso em: 06 mar. 2023.

[487] O'Neill, Martin. Three Rawlsian Routes towards Economic Democracy. **Revue de Philosophie Économique,** 9 (1), pp. 29-55, 2008; DiQuattro, Arthur. Rawls and Left Criticism. **Political Theory,** 11/1, pp. 53–78. 1983; Edmundson, William. **Socialism for Soloists: Spelling Out the Social Contract**. New York: Wiley, 2021.

[488] Rawls, John, **A Theory of Justice**.Cambridge: Harvard University Press, 1971, p.259

econômicas[489]. Numa guinada teórica marcada por inspiração marxiana, Rawls compartilha a crítica a certos limites que os mecanismos que a justiça formal numa democracia constitucional poderia frear os impulsos de autovalorização do capital. Assim como Marx, Rawls formula uma crítica ao capitalismo e uma alternativa política ao modelo socioeconômico em questão: o capitalismo do bem-estar social. Para Rawls, a socialdemocracia e o modelo do *Welfare State* permitiriam que uma classe ínfima tivesse o monopólio dos meios de produção. Contra essa organização social, Rawls encontra no modelo desenvolvido pelo economista britânico James Meade da "democracia de cidadãos proprietários" [490] uma manifestação do progresso político e econômico, de modo que a satisfazer os princípios de justiça.

Pois justamente no contexto de democracia de cidadãos proprietários a organização das instituições seria moldada de modo a dispersar a concentração de renda e prevenir que somente um grupo social tenha controle quase único dos meios econômicos. Diferente de Marx e sua clássica crítica ao liberalismo na *Questão Judaica*, no qual ele enfatiza que direitos liberais numa democracia apenas reforçam uma acumulação egoísta da propriedade privada, Rawls argumenta que numa Democracia de cidadãos proprietários bem-ordenada os interesses dos cidadãos enquanto sujeitos livres e iguais seria um requisito fundamental e, desse modo, não haveria espaço para legitimação de aspectos alienantes do capitalismo como indiferença, egoísmo e individualismos. Na mesma medida, a influência política dos cidadãos nesse modelo de sociedade seria equânime, todos teriam acesso a participação e deliberação, sendo impedido estruturalmente a forma de dominação de classe existente no capitalismo.

Haveria, também, um modelo alternativo ao capitalismo de bem-estar social, concorrente à utopia realista de "*Democracia dos Cidadãos Proprietários*": o socialismo liberal. A diferença reside no fato de que o primeiro modelo permitiria a propriedade privada de ativos, enquanto no segundo a posse estaria relacionada a forma cooperativas e sociais de propriedade que poderiam ser planejadas e estatizadas de modo mais planificado. No entanto, Rawls não deixa claro qual modelo seria melhor como alternativa ao capitalismo[491]. Esse desafio, ficaria aberto aos atores sociais para decidir. Como ambos são manifestações de um

---

[489] Dahl, Robert**. A preface to democratic theory. Expanded edition**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006, pp. 63-87; Downs, Anthony**. An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 2006, pp. 2-74.

[490] O'Neill, Martin; Williamson, Thad. Introduction. In.: O'Neill, M.; Williamson, T. (org.). **Property-Owning Democracy: Rawls and Beyond** Oxford: Blackwell Publishers, 2012,pp. 1-14.

[491] Werle, Denilson. Utopia realista: teoria ideal e teoria crítica da justiça. In: De Vita, Álvaro. **Por que uma teoria ideal da justiça? E outros ensaios rawlsianos.** Leandro Zanitelli; Franklin Marques Dutra. (Org.).Belo Horizonte: Conhecimento, 2023, p. 5-234.

progresso moral, fica a cargo da história e do aprendizado acumulado para organizar qual modelo social seria mais bem apropriado para garantir institucionalmente que todos tenham as mesmas condições de controle políticos das dinâmicas econômicas. É possível, como sugerem alguns comentadores, encontrar uma crítica cultural ao capitalismo, mesmo de forma residual, em escritos laterais de Rawls. A publicação da troca de correspondências entre Rawls e seu aluno belga Philippe Van Parijs[492] a respeito do projeto da União Europeia revela uma posição explicitamente anticapitalista por parte de Rawls e cética em relação ao progresso econômico no sistema social e econômico europeu.

Portanto, conforme vimos nessa breve e talvez apressada reconstrução da teoria rawlsiana, a superação da alienação no liberalismo político é eminentemente uma das funções da filosofia política, a saber, a "reconciliação do nosso mundo social". Trata-se de uma possibilidade que não é meramente lógica, mas como o próprio Rawls sustenta, uma utopia realista[493] que se "conecta com as tendências mais profundas e as inclinações de nosso mundo social". O liberalismo de Rawls, conforme defende Catherine Audard[494], é um liberalismo da esperançapelo consenso sobreposto entre cidadãos, e não necessariamente por um povo unificado como defendem teóricos populistas. Reflexo disso é sua influência em políticas redistributivas[495] que vislumbram a possibilidade de um consenso internacional em torno de uma "Sociedade de povos"[496], pluralmente razoáveis, que compartilham um ideal cosmopolita de justiça global. Tal concepção de justiça, contudo, retira das mãos do capital o controle monopolista da distribuição de riqueza, e coloca, com ajuda de barricadas ou não, como Simone Chambers indica, nas mãos do controle dos próprios cidadãos em uma radical "democracias de cidadãos proprietários".

Conclusão

Neste capítulo, o foco foi na crítica construtivista do populismo tardio. O ponto de partido foi a concepção de liberdade provinda do liberalismo político cuja normatividade gira em torno

---

[492] John Rawls and Philippe Van Parijs Three letters on The Law of Peoples and the European Union. **Revue de philosophie économique**, 7, 2003, pp. 7-20

[493] Moura, Julia. **Compreendendo a utopia realizável: uma defesa do ideal de justiça distributiva da teoria de John Raw**ls. Rio de Janeiro: lumens juris, 2019.

[494] Audard, Cathereine. Realistic Utopia. In Mandle, Jon (ed.). **The Cabridge Rawls Lexicon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p.690.

[495] Obama's Rawlsian Vision. **The Economist**, 19 February 2013. Disponivel em: https://www.economist.com/democracy-in-america/2013/02/19/obamas-rawlsian-vision

[496] Rawls, John. O Direito dos Povos. Trad. Luís C. Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

de uma ideia de liberdade-igual, cidadania democrática e deliberação política racional. No segundo momento, notou-se a incompatibilidade do populismo tardio com o liberalismo igualitário na medida que o primeiro defende uma distinção entre pessoas e cidadãos que podem ser corruptos, inautênticos ou, de alguma maneira, de segunda ordem, e o segundo pensa na cidadania de forma universal enquanto livres e iguais. Trata-se de uma doutrina que impede que impulsos antiliberais, tais como perseguições e práticas de intolerância, sejam permitidas em uma democracia constitucional. No terceiro e último ponto, diferente de seus acusadores, o enquadramento liberal-igualitário permite criticarmos o populismo tardio como sendo um efeito pernicioso do capitalismo e apontar ainda como remédio políticas e medidas de redistribuição de efeito socialista e anticapitalista em torno de uma idea de democracia deliberativa.

6. Limites da teoria tradicional do populismo

"Populismo é simples, democracia é complexa", afirmava Ralf Dahrendorf[497] no início do século XXI ao alertar as novas gerações para as tendencias autoritárias que desabrochavam no alcance de suas vistas. Ao notar o caráter atraente das explicações populistas aos problemas sociais, econômicas e políticos que se anunciavam naquele momento e que antecipavam crises que nos marcam até hoje, Dahrendorf tentava chamar atenção para a tentação de simplificação de problemas e processos sociais emergentes como algo manipulável e passível de uso antidemocrático. É pela aposta na complexidade da democracia e suas variadas manifestações que a parte final dessa tese visa criticar o populismo tardio e, sobretudo, o modo pelo qual se apodera e ressignifica as concepções de liberdade.

Contudo, apenas na segunda metade do século XX que constatamos que o tema do populismo se viu diante de uma proliferação de diferentes *fronts* de análise no ambiente acadêmico, que excedia o mais conhecido âmbito de interpretação histórico-social do fenômeno e adentrava aos rincões normativos do problema. A questão do populismo se colocava politicamente enquanto uma necessidade de se pensar o estatuto do povo nas dinâmicas constitucionais e, também, se as liberdades ali reivindicas seriam uma ameaça ou um corretivo para as democracias liberais da modernidade tardia.[498]

A miséria da crítica tradicional do populismo ou um planetário de erros

Conforme vimos nessa segunda parte da tese, ao abrir novas chaves de leitura, o problema do populismo acirrou as divisões internas entre as teorias políticas que influenciaram os diagnósticos de tais filosofias e convencionaram chamar-se de realistas e idealistas: as primeiras, mais próximas de estudos empíricos e da realidade factual, pensavam o populismo como uma estratégia política e as divisões entre elite e povo em torno de questão de poder e hegemonia. As segundas, voltadas para elaboração de princípios e artificio de pensamento contratual, lançavam a leitura do populismo e sua clivagem como um fenômeno antiliberal por excelência que sobrepunham a soberania de um povo sobre direitos liberais mais básicos. No que se segue, ambas teorias serão comparadas à luz da desiderata proposta nesta tese de

[497] Dahrendorf, Ralf. Acht Anmerkungen zum Populismus/Eight remarks on populism. **Liberal Institute of the Friedrich Naumann Foundation for Freedom**, 2024.
[498] Canovan, Margaret. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. **Political Studies**, v. XLVII, n. 1, pp. 2-16, March 1999.

uma crítica do populismo tardio. Para isso, será avaliado tantos as potencialidades, quantos os limites que tais teoria políticas apresentam no debate contemporâneo de uma crítica da captura da liberdade pelo populismo contemporâneo.

6.1.Construção ou e desconstrução da liberdade?

A *primeira dimensão deficitária* da filosofia política do populismo diz respeito à fragilidade de sua concepção de progresso enquanto liberdade reflexiva, isto é, os critérios critico-normativos que são mobilizados para pensar a lógica de desenvolvimento do progresso na história: a autodeterminação dos direitos dos povos no caso do liberalismo e a autenticidade de um povo ou comunidade no caso do comunitarismo e no caso do agonismo, podem facilmente ser apropriados sem um ancoramento em uma concepção de liberdade social que tenha uma eticidade democrática pós-tradicional bem delineada. Trata-se de um déficit ou deturpação da normatividade que permeia em ambas as teorias como veremos a seguir. No entanto, ambas as teorias apresentam limitações e parcialidade no que diz respeito a nossa desiderata estipulada anteriormente. No caso da abordagem externa, corremos o risco do politicismo, uma abordagem caixa preta no normativismo liberal-kantiano ou rawlsiano de esquerda que exclui a economia da reflexão e assim (i.) temos um diagnostico que na foca centralmente nas causas extra-institucionais da ascensão do populismo da ultradireita e da dimensão estrutural da crise do capitalismo, que produz uma subjetivação da dominação no neoliberalismo; tampouco fornece um nexo explicativo que parta dos atores e atrizes (déficit sociológico) ou mesmo da dinâmica transnacional que ultrapasse a realidade do norte global por conta de seu positivismo ou conservadorismo institucionalista; (ii) temos ainda uma normatividade que padece de um idealismo na abstração dos princípios empregados, o que flerta com uma neutralidade axiológica e um individualismo metodológico que perde de vista dimensão imanente das lutas sociais modernas; (iii) por fim, pela ausência de imaginação política institucional, temos um certo imobilismo: a falta de uma ideia de emancipação mais robusta, senão as regras formalistas de um retorno à democracia liberal pré-crise (criticada as vezes com razão pelo público).

Em outros termos, temos uma *paralisia da análise*, ou como Marcuse descrevia, uma "paralisia da crítica" como elitismo democrático; uma *subordinação da política à moralidade* pelo idealismo e, por fim, um *quietismo que produz despolitização* ou conformismo centrista. Em última instância, "o que Rawls não chega a oferecer é o vínculo entre teoria da justiça e um diagnóstico crítico das patologias sociais capaz de apontar ao mesmo tempo para sua

superação."[499] Já no caso da abordagem interna, embora forneça um (i) diagnostico do capitalismo neoliberal e suas formas de acumulação por despossesão das políticas de austeridade, falta uma concepção da esfera pública e do modo de circulação de poder; (ii) a normatividade ética em torno de um povo autêntico de esquerda corre o risco de um convencionalismo ou relativismo muito paroquial que recusa princípios liberais basilares em função de um pluralismo muito permissível, e por fim (iii) a ideia de transformação social focada muito na estratégia imediatista populista de esquerda nacionalista e ignora as eventuais derivas autoritárias (legalismo discriminatório) que vimos nas experiencias já existentes, o que nos leva a um decisionismo e voluntarismo político, quase messiânico.

Atento aos diagnósticos que circulam na filosofia política contemporânea acerca da erosão normativa da democracia e todas circunstâncias que entornam a sua crise, causadas, dentre diversos motivos elencados , pelos fenômenos de "aumento de partidos xenófobos e populistas", "fragmentação da comunicação pela mídia digital", "enfraquecimento de confiança no sistema político e o aumento das desigualdades", dada a " incapacidade da democracia em lidar com crises do chamado Antropoceno" e a em decorrência da recusa em saídas transnacionais pela sua "dimensão elitista e tecnocrática", Forst[500] procura se distanciar dessa literatura de um realismo político não-normativo que finda em reproduzir diversos desencontros em relação as causas das regressões políticas de nosso tempo.

Sob esse aspecto, trata-se de apontar a insuficiência de conclusões muito apressadas, provindas dos aludidos diagnósticos múltiplos do tempo presente, em relação, especialmente, ao plano de fundo maior que constitui o projeto inacabado da democracia. O alerta é dirigido ao que Forst considera ser um "conservadorismo progressista" uma espécie de patologia política, que confunde o ponto de vista teórico com o debate da esfera pública, as posições de defesa da democracia como uma ideia e com sua manifestação efetiva na realidade. Isto porque a democracia, para Forst, representa antes de tudo um ideal a ser constantemente colocado em prática, que contém em si uma promessa de justiça que nem a maioria dos cidadãos podem romper. Tais teorias provindas de uma "esquerda schmittiana", representadas pela posição democrática radical desconstrutivista, compartilham a tese de Jaeggi de que o liberalismo é problemático por advogar uma neutralidade em relação a formas de vida. Esse seria o limite da chamada "crítica externa", de caráter transcendental e permeado por um fundacionalismo e por um normativismo abstrato que ela nomeia de abordagem caixa-preta,

[499] Melo, Rurion; Werle, Denilson. Introdução. In: Honneth, Axel. **Sofrimento de indeterminação. Uma reatualização da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Editoria Singular, 2010.
[500] Forst, 2021, p.285-286

um modo de procedimento filosófico rawlsiano e habermasiano, que teria em seu desenvolvimento uma pretensa neutralidade liberal, uma recusa em julgar a validar formas de vidas de uma perspectiva que não levasse em conta meramente a contradição de normas morais universais ou requisitos de justiça.

Esse distanciamento de uma abordagem moralizante é sintomático para como Jaeggi compreende o movimento em torno da ideia de progresso. Pois para Jaeggi, mais do que um fenômeno moral que foca no resultado, progresso deveria ser lido como uma forma de mudança próxima do que Appiah chama de "revoluções morais", um processo de transformação que é ao mesmo tempo contínuo, no sentido de um processo de expansão e aprofundamento do entendimento de nossas instituições, e também descontínuo, isto é, considerado com uma inovação e ou mudança de paradigma.

De forma mais especifica, isso quer dizer que, no caso da teoria liberal, os princípios rawlsianos de liberdade e igualdade não conseguem oferecer um referencial do que pode ser ideológico[501] ou não no conteúdo de uma concepção de liberdade numa determinada estrutura social. Justamente pelo seu referencial contratualista ser uma noção reflexiva de liberdade e de progresso moral, o risco de recair em uma forma de normativismo abstrato pode incorrer em diferentes patologias da normatividade: (i.) *procedimentalismo neutro de uma visão alocativa da justiça, (ii.) darwinismo moral marcado por um paroquialismo liberal e uma (iii.) concepção optativa de liberdade.*

No primeiro caso, o problema reside na forte conexão do paradigma distributivista com uma visão de justiça como alocação de bens e com uma concepção de progresso embebida em uma noção positivista. O fato dessa perspectiva imputar ao indivíduo o entendimento de um agente passivo, como se fosse um recipiente de bens sociais a serem redirecionados por uma máquina autocrática ou um ditador benevolente para satisfação de suas carências ou necessidade, torna a justiça um conceito menos relacional e mais instrumental. Nessa lógica, os artifícios de um cálculo igualitário de satisfação de necessidade, a garantia de condições de vida humanamente dignas medidas de acordo com valores que devem ser satisfeitos de modo absoluto, como assistência moral humanitária, tornam-se os parâmetros de avaliação de um desenvolvimento progressista[502]. Não que tais

[501] Przwerski, Adam. Dominação ideológica. In: Werle, Denilson Luís; Melo, Rúrion Soares (org.). **Democracia deliberativa.** São Paulo, Editora Singular, 2007

[502] Presentes abordagens neo-aristotélicas das teorias das capacidades humanas fundamentais (basic capabilities) como de Martha Nussbaum, passando pelosuficientarismo de Angelika Krebs, pelo luck-egalitarismo de Arneson, pelo igualitarismo social de Harry Frankfurt, até as abordagens consequencialistas de Peter Singer, não levam em questão a dimensão mais fundamental do progresso como justiça.

condições sejam relativas a uma crítica moral, no entanto essa perspectiva negligencia o núcleo de tais problemas sociais que se tratam, antes, como tais bens são produzidos numa dimensão material de estruturas econômicas: a dimensão do conflito, do poder, poder de recusar algo, dizer não, polemizar contra uma injustiça compreendida aqui como arbitrariedade.

No segundo caso, encontramos uma forma ideologicamente revanchista (*vindicatory*) de defesa do progresso que garante aos vencedores da mudança histórica o status de garantidores do progresso moral. O problema é que isso leva a uma espécie de "darwinismo moral", isto é, uma "forma autocongratulatória de narrativa história onde o liberalismo, a democracia, a tolerância pelo respeito e etc. são tratadas como vitoriosos".[503] Contudo, as lutas históricas se dirigem para a superação da dominação em diferentes manifestações, incluindo as formas de dominação presentes numa interpretação unilateral do liberalismo. Por isso não é correto dizer que somente a história dos vencedores que garantiria a sua justificação.

Essa lógica de argumentação contida no *darwinismo moral* reforçaria uma certa noção de que somos "herdeiros do liberalismo vitorioso", reproduzindo o argumento errôneo de que eventos históricos só se tornaram bem-sucedidos porque se tornaram vitoriosos. Pensemos nos eventos históricos como a luta contra as ordens feudais, a Revolução Francesa, as lutas por justiça de gênero e racial, ou mesmo nas concepções de tolerância de Pierre Bayle, ou de justiça como tal de Marx – todos resultados de lutas por progressos morais que não tem nada de linear nem teleológico, mas sim de disputa de interpretação de princípios de respeito, reconhecimento e dignidade humana.

Neste sentido, "precisamos ser cuidadosos ao garantir que nossos julgamentos sobre progresso histórico está bem refletido e não produz estereótipos vitoriosos".[504] Não é necessário assumir que elas só foram justificadas por conta de sua vitória histórica, afinal, ainda estão sendo dinamicamente levantadas por agentes sociais em diversas lutas até hoje em muitas ordens e narrativas de justificação. Tais lutas são contínuas, e não é de nenhuma ajuda pensar nelas como estáticas ou avantajados só porque estão no lado liberal ou democrata da força. De fato, tal visão não apenas paralisa o exercício histórico, mas também de julgamentos futuros. Na realidade, ela nega a própria possibilidade de agentes lutarem pelas suas

[503] Forst, 2021, p.227.
[504] Forst, 2021, p.211.

demandas com a crença de que têm boas razões para tratá-las como moralmente justificadas[505].

Em outras palavras, não seria o direito e a estrutura de um constitucionalismo liberal que influenciam diretamente no progresso moral, tampouco podem ser considerados a fonte de motivação central de lutas, porque as melhorias sociais não são diretamente ligadas ao desenvolvimento da liberdade jurídica, mas sim à alteração de costumes e práticas. Basta pensar nas transformações culturais que dependem de formas de protestos que não estão estritamente vinculados à esfera jurídica, mas que dependem de relações de reconhecimento institucionalmente reguladas em esferas éticas. Uma cultura política democrática não se faz valer apenas pelas leis e garantias jurídicas, mas sim pelas formas de aprendizado que são passados pelos contextos éticos, conforme Honneth[506] chama atenção: tais como o respeito de um marido pela autonomia sexual da esposa, que está mais voltado para normas implícitas ao contexto do que a regulação jurídica, do mesmo modo que um trabalhador que espera de seu superior ordens justas e não arbitrárias e um salário proporcional ao seu desempenho, assim como uma cidadã negra que possui expectativas que se estiver grávida que cedam o lugar para ela sentar no ônibus ou no metro. Essas formas de aprendizados históricos foram resultadas melhorias de expectativas que estão arraigadas em instituições sociais.

Enquanto Rawls assume que cidadãs e os cidadãos têm uma garantia e um direito igual à liberdade individual, respeito e dignidade, vemos que fica secundária a importância com as formas de vida e as formas de indignação que atingem e motivam esses grupos a protestar de forma coletiva. Ora, quando uma esposa é estuprada maritalmente, ou o trabalhador e a trabalhadora recebem salários injustos e demandas arbitrarias e, quando a mulher branca recebe o lugar no transporte público e a mulher negra não, temos violações que dizem respeito não somente a princípios, mas sim a expectativas de reconhecimento que estão institucionalmente reguladas nas esferas éticas da vida social. Ainda que seja possível identificar uma apropriação relacional da teoria da justiça[507], e não distributiva-alocativa como apontamos aqui nesta interpretação procedimental liberal, a posição corrente do liberalismo tende a desconsiderar os seus contextos e reforça um paroquialismo liberal que apenas reproduz estruturas de dominação.

---

[505] Forst, 2021, p.210.
[506] Honneth, Axel. Beyond the Law: A Response to William Scheuerman. C**onstellations**, 24, 2017, p.126-132.
[507] Werle, Denilson. A estrutura básica como objeto da justiça: liberdades básicas e as bases sociais do autorrespeito. **Cadernos de Filosofia Alemã**: Crítica e Modernidade, v. 19, p. 63-83, 2014.

É por esta razão que devemos rejeitar toda forma de "paroquialismo liberal" das teorias alocativas da justiça ou mesmo o positivismo cultural das teorias pós-coloniais que ignoram as discordâncias internas de grupos dentro dos contextos de movimentos sociais. O foco da crítica, nessa perspectiva, não deveria ser realocado em uma disputa entre aquelas que se posicionam a favor da globalização e progresso ou grupos contra a globalização e o progresso, mas tendo como ponto de partida o fato de que o progresso é um conceito reflexivo, permanentemente questionado pelos movimentos sociais e pelas lutas políticas que ocorrem na história, e que deveríamos redirecionar o abuso de uma visão ocidentalizada e ideológica do progresso para a mais fundamental dimensão que estrutura os modos de justificação ou falta de justificação: o poder.

Por fim, essas limitações se refletem na concepção de liberdade moral e reflexiva que o liberalismo político toma como referência. Embora a instituição da liberdade moral conceda aos indivíduos a possibilidade e rechaçar determinadas imposições de ação alegando motivos juridicamente justificáveis, torna-se posteriormente parasitária de uma prática de vida social pelo caráter imparcial e desinteressado dos procedimentos que subjazem a auto legislação moral. O risco é justamente que o agente político pode se ver despido de deveres sociais, de modo que seus próprios princípios determinam o seu agir de modo universal. Ocorre assim um encolhimento do mundo social que gera figuras patológicas como o moralista desvinculado de uma comunidade política ou mesmo de terroristas moralistas[508].

No caso das teorias agonistas, o déficit normativo da sua concepção de progresso está numa limitação da sua formulação crítico-normativa da liberdade. Apesar de elaborar uma importante denúncia da captura, o agonismo oferece uma crítica caricatural ao liberalismo, reificando o conceito de liberdade e toda a tradição do liberalismo como sendo a mesma coisa que o neoliberalismo. Ao espelhar a crítica ao liberalismo de Macpherson, quando este elabora uma análise do "individualismo possesivo", o agonismo mira em Hobbes e Locke e não se dá conta de que a reformulação liberal diz mais a respeito à filosofia neokantiana, que o autor sequer aborda em sua análise. De fundo, pela influência nietzschiana[509], temos uma concepção de liberdade que se refere antes de tudo a uma dimensão negativa, inapreensível, que somente se manifesta em eventos disruptivos ou em performances estéticas, o que,

[508] Honneth, Axel. **Direito da Liberdade**. São Paulo: Maritns Fontes, 2015, p.210
[509] Mouffe, Chantal. Democracy, Power, and "the Political"'. In: S. Benhabib (org.). **Democracy and Difference*:* Contesting the Boundaries of the Political**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

evidentemente, afunila as oportunidades emancipatórias. Para Mouffe[510], os princípios constitutivos de legitimidade da autoridade política de seu modelo agonista gira em torno das ideias de igualdade e liberdade e da ampliação de participação de acordo com essas balizas, que, todavia, não possuem um status normativo suficiente para criticar qualquer apropriação arbitrária da autoridade política.

Embora esteja correta ao questionar o alcance e a efetividade do liberalismo político, Benhabib[511] tem razão ao mostrar como a leitura de Rawls como teórico do consenso é no mínimo equivocada, pois não reconhece a dimensão conflitiva que perpassa os desacordos morais que existem nas democracias liberais e no projeto de sociedade que Rawls elabora. Na mesma medida, Mueller[512] é correto em apontar que o risco dessa critica feminista ao liberalismo e da sua complacência com injustiças de gênero seria recair numa caracterização problemática schimittiana: ou a teoria liberal é hipócrita (*a neutralidade é uma farsa!*) ou ineficaz (*o liberalismo não pode se defender dos ataques antiliberais!*)

O problema é que Mouffe deixa em aberto, pelo caráter pluralmente permisso, a sua noção de razão pública, o que enfraquece a sua posição normativa e abre espaço para a apropriação do grupo social mais forte em incorporar tais princípios. De acordo com Cohen[513], Mouffe reproduz esse déficit normativo pela sua direta vinculação a crítica de Carl Schmitt ao liberalismo, que desconsidera a liberdade como valor central da democracia, e recoloca a soberania popular em termos de uma política da identidade como o núcleo de mobilização política. Ao reduzir a política aos processos de identificação de um povo hegemônico, a vontade passa a ser personificada no líder e rejeita os mecanismos democráticos liberais como eleições partidárias competitivas. Um segundo problema da teoria agonista diz respeito ao uso da análise de discurso como centro de avaliação das dinâmicas populistas, que aparenta mais como uma análise descritiva do que propriamente normativa, oferecendo poucos critérios ou parâmetros de avaliação, senão pela formação de hegemonias e comunidades éticas. Sua força e capacidade de aglutinar blocos vale como desenvolvimento progressista ou não.

---

[510] Mouffe, Chantal. Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism. **Social Research**, vol. 66, no. 3, 1999, pp. 745-758.

[511] Benhabib, Seyla. Breves reflexões sobre o populismo (de esquerda ou de direita). Trad. Adriana P. Matos. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 3 n. 2., Dossiê Theodor W. Adorno, 2º semestre de 2019, pp. 372-383.

[512] Müller, Jan-Werner. Rawls and right-wing populism - A qualified defense of the former: A reply to Gila Stopler, **International Journal of Constitutional Law**, Volume 19, Issue 2, April 2021, pp. 419–422.

[513] Cohen, Jean. What's wrong with the normative theory (and the actual practice) of left populism. **Constellations**, 26 (3), pp. 391-407, 2019.

6.2.Populismo como hegemonia ou erosão democrática?

O *segundo déficit* de ambas as teorias diz respeito a etiologia limitada em relação à explicação das origens do "populismo" e sua dimensão sistêmica na organização social capitalista. Ambos os diagnósticos se centram em teses unilaterais em relação à ascensão do "populismo tardio": oscilando entre as recorrentes explicações a partir do retorno do fascismo ou da crise da democracia liberal. Se por um lado, a teoria agonista indica estar muito centrada na cultura política e nos contextos locais de surgimento do populismo, as teorias liberais estariam muito fixadas nas regras formais constitucionais e não conseguem adentrar os bloqueios à emancipação vigentes, dado a dimensão estrutural da crise do capitalismo, tampouco conseguem pensar nas causas reais a partir da agências de atores e atrizes sociais a respeito das falhas do sistema político e das demandas por representatividade e participação vindas de eleitores de plataformas populistas. No caso das *teorias liberais*, a tese mais recorrente no debate, relativa às "crises da democracia liberal", representam a influência dominante da vertente institucionalista na ciência política contemporânea.

Conforme aponta Nobre[514], o "diagnóstico aqui costuma envolver duas teses explicativas da crise (derivadas da teoria de que se parte): as pessoas querem que a democracia entregue o que ela não pode entregar; em conexão com isso, a crise revela elementos de instabilidade (institucionais ou extra institucionais) que antes se encontravam velados." Ao menos três fatores despontam como limitantes nessa análise: *análise positivista* que não leva em conta a subjetivação da dominação; a falta de *uma crítica estrutural do capitalismo* e do neoliberalismo e, por último, o *conservadorismo institucional* que marca a ausência de problematização das formas de neoimperialismo e colonialismo em contexto transnacional, e, em especial, das dinâmicas do poder do Sul Global e a da necessidade de imaginação dialética para além da estrutura de democracia liberal[515].

As teorias liberais partem de uma prescrição normativa de princípios que, apesar de serem retirados da história e da razão prática, estão colocadas no procedimento crítico de modo exterior à sociedade. Isso se dá pelo alto nível de abstração e idealismo no procedimento empregado pela vertente do liberalismo político. Se por um lado temos um

[514] Nobre, Marcos. **Limites da democracia. De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Editora Todavia, 2022.
[515] Com a exceção das teorias rawlsianas de Edmundson (2021) e O'Neill (2020), que pensam um modelo de socialismo moral liberal.

ganho analítico em termos de generalização e clarificação, temos por outro lado uma perca pela simplificação do mundo, que diminui a utilidade de tais teorias e perdem o contato como mundo real, resumido apenas a descrições.

Embora Charles Beitz[516] esteja correto ao enfatizar que descrever a realidade não seja o objetivo maior da teoria liberal, mas de usar o recurso da teoria ideal para estabelecer fins que reformistas possam alcançar, essa perspectiva, como Michael Goodhart e Charles Mills podem replicar, se mostra problemática em dois sentidos: ela concretiza essas aspirações em pressupostos específicos sobre a natureza e as características da sociedade idealmente justa, muitas vezes higienizando, eufemizando ou apenas ignorando características desagradáveis ou inconvenientes do nosso mundo no processo.

Em segundo lugar, as teorias liberais distorcem nosso pensamento sobre a justiça e inibem nossa capacidade de conceituar adequadamente a injúria, descartando-a, tornando-a invisível[517]. Os limites dessa critica externalista e construtivista gera um déficit de imanência que torna difícil a teoria liberal estar comprometida com um conceito mais robusto de emancipação social e a aproxima de uma teoria positivista, ainda mais com sua abordagem individualista metodológica. A consequência metodológica direta é que tal teoria liberal adotada pelo neoinstitucionalismo parece defender em alguns momentos uma neutralidade axiológica, próxima da ideia rawlsiana de "justificação independente", e no contexto não-ideal, típica do positivismo[518], que a impede de delinear um interesse emancipatório. Ademais, o recurso a teorias dos jogos ou da escolha racional presente nas análises eleitorais do populismo carece de uma compreensão da dimensão crucial da subjetivação da dominação e dos mecanismos psicossociais que estão em jogo em tais dinâmicas políticas. Em suma, temos uma defesa de um método que se advoga mais descritivo, mas que mascara concepções políticas em nome de uma pretensa neutralidade:

> tanto hoje como naqueles tempos, os defensores do status quo se escondem atrás da presumida neutralidade política e axiológica de suas teorias e da presumida superioridade do método científico meramente descritivo. Por isso, uma teoria política que queira estar à altura do seu tempo deve hoje confrontar-se, em primeiro lugar, com

[516] Goodhart, Michael. **Injustice: Political Theory for the Real World**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
[517] Ibidem, p-38-39.
[518] Adorno, Theodor W., Karl R. Popper, Ralf Dahrendorf, Jürgen Habermas, Hans Albert e Harald Pilot. **La disputa del positivismo en la sociología alemana**. Barcelona: Grijalbo, 1973.

> essas posições e desmascarar a sua parcialidade e natureza ideológica, como o fizeram os autores mencionados neste artigo. Fazer teoria política significa sempre tomar uma posição política específica. Quem afirme não querer fazer isso, ou mente, ou não está fazendo teoria política.[519]

O problema nessa vertente, contudo, é que as ameaças autoritárias, assim como "a crise econômica e a conexão com experiências históricas pregressas são tomadas no mais das vezes como exógenas, como meramente conexas a esse diagnóstico fundamental." Ao blindar a democracia liberal como a melhor das opções em jogo no cenário político transnacional, a teoria liberal acaba por negligenciar as demandas reais que existem na crítica das fissuras dos dispositivos de representação e participação nas democracias liberais. O risco, em última instância, seria aquele de estabelecer a democracia liberal como "o fim da história", que não aparece aberta a revisões e experimentalismos, tampouco a uma análise das contradições sociais, políticas e econômicas que permeiam o sistema política liberal.

Por ser característica marcante da teoria liberal, a centralidade da tematização da proteção jurídica do Estado de direito, embora fundamental em face do retrocesso democrático dos últimos anos, nebula e relega para a periferia da crítica questões como "a mudança estrutural do trabalho social, o crescimento insidioso da exclusão social, o papel dos afetos no processo de integração política, as rápidas mudanças da forma da indústria cultural, a transferência da acumulação capitalista para a esfera financeira e a importância do mercado da arte para o trabalho artístico". Em outras palavras, o direito cumpre aqui um papel central para explicação dos processos de desdemocratização, mas essa supervalorização desconsidera os pontos de vista éticos segundo os quais os sujeitos se determinam ao respeitarem normas especificas de cada esfera da vida social[520].

Existe um perigo, portanto, das análises liberais que se centram na dimensão jurídica recaírem em patologias como as mencionadas no capítulo anterior: unilaterização dos direitos subjetivos sem conectar a uma esfera ética democrática da esfera pública em que vivemos. Ora, embora o Estado de direito garanta liberdades politicas e direito à segurança pública, essa formalidade não garante que um jovem negro não deixe de apanhar e ser morto pela polícia.

---

[519] Pinzani, Alessandro. Teorias Politicas tradicionais e Teoria Critica. Dossie – Teoria Politica Contemporanea. **Lua Nova**, v,102. Set./Dec, 2017.

[520] Para um aprofundamento desta critica, ver: Honneth, Axel. Os limites do direito: Réplica a William Scheuerman" Trad. Felipe Gretschischkin, Ricardo Gonçalves. **Dissonância**, v. 5, pp. 713-736, 2021..

Em especial na questão econômica, a defesa de uma concepção de livre-mercado abre espaço para interpretações ideológicas do papel do Estado que se chocam com a infraestrutura de dominação e incorporação perpetuada pelo neoliberalismo e suas políticas sociais de desregulamentação. Em especial, algumas teorias ideais que elaboram críticas de economia global tendem a relativizar os efeitos negativos do neoliberalismo como efeitos secundários das forças do mercado, enquanto se trata de instituições moldadas para privilegiar as elites. No contexto transnacional, a idealização sobre agentes racionais e de estados soberanos como protetores de direitos humanos tendem a perder referencias para uma crítica das relações abusivas de tais nações. Na mesma esteira, Anne Philips[521] critica como a teoria liberal e sua idealização acerca do mercado como justo e eficiente tende a vê-lo apenas como alocador de recursos e negligencia os efeitos perversos que tem sobre a população trabalhadora.

Embora a teoria liberal pense a democracia também em termos socioeconômicos, a propriedade privada permanece intocada na sua análise de regimes econômicos, na mesma medida, a chamada democracia do espaço de trabalho passa desapercebido nessa visão alocativa de justiça. Por esta razão, a teoria liberal é limitada por não oferecer um recurso da economia política e do ponto de vista dos processos socioeconômicos da sociedade capitalista. Embora tenha como reflexão a distribuição da propriedade privada, os esforços são concentrados na sua dispersão, mas não nas causas sociais que geram exploração e dominação, que poderiam ser acessados por uma teoria do valor.

Por não tematizar a relação direta entre crise financeira do neoliberalismo e núcleo de exploração que reside no valor do capital, falta à teoria liberal uma concepção de reificação que possa pensar de modo estrutural as influências que os processos de autovalorização do capital incidem nas dinâmicas políticas do nosso mundo multipolar. Conforme critica Fraser[522], os "rawlsianos de esquerda ou socialistas como G.A. Cohen assumem uma abordagem radical e igualitária em questões de justiça distributiva, mas, em geral, evitam comentar sobre a própria economia"[523]. Seria como se tivesse uma "caixa preta" da economia[524], em que se foca no aspecto distributivo de tais resultados econômicos, mas não se coloca em questão o próprio modo de produção inerente ao sistema que origina tais resultados.

---

[521] Philips, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford Universivty Press, 1995.
[522] Fraser, Nancy; Jaeggi, Rahel. Capitalismo em debate. Boitempo, 2020. p.15
[523] Ibidem, p. 16
[524] Ibidem, p.16.

Ao pensar nas causas dos retrocessos políticos nas democracias ocidentais, as teorias liberais reproduzem um eurocentrismo e criam modelos orientadores da análise da crise a partir de exemplos constitucionais dos países do Norte Global, que tem uma estrutura jurídica, um sistema político e a formação de elites que não seguem a herança de governos autocráticos e ditatórias que floresceram nos governos do Sul global. Essa cegueira sistemática se reflete em teóricos liberais quando, ao analisar os processos de desdemocratização no sul global do ponto de vista da ciência e sociologia política, tendem a replicar juízos eurocêntricos ou correspondentes a processos de constitucionalização que ocorrem no Atlântico norte e não levam em conta a especificidade de dinâmicas internas e a história particular do populismo e da democracia em países da América Latina, África ou Asia. Além disso, podemos afirmar que tal ênfase em modelos de democracias ocidentais acaba por solapar a possibilidade de pensar reinvenções de novos experimentalismos democráticos que ocorreram ao redor do mundo e que não servem como modelo universal do que poderia ser um processo de rompimento com democracias iliberais.

Já no caso do déficit etiológico da teoria agonista, a análise da emergência do "populismo tardio" de ultradireita está associada à tese de uma crise da hegemonia neoliberal e da emergência de uma nova forma de racionalidade. Apesar de conseguir abarcar a dimensão mais estrutural do contexto político, que permeia uma nova cultura política conservadora e da sua incorporação ideológica da gramática da liberdade, a abordagem agonista reproduz ao menos três problemas que abalam a precisão do diagnostico: *fetiche da teoria da crise, funcionalismo totalizante e simplificação da esfera pública.*

Os três casos dizem respeito a um aspecto limitante central para o diagnóstico das teorias da hegemonia em relação ao populismo de direita: se reproduz uma imagem da sociedade como uma totalidade integrada pela racionalidade neoliberal (no caso de Brown) ou um bloco hegemônico neoliberal (no caso de Fraser) ou mesmo uma política completamente dominada pela logica neoliberal de governança (no caso de Mouffe). O problema dessa análise é uma imagem muito truncada das dinâmicas hegemônicas, sem, todavia, se valer de um conceito mais desenvolvido de esfera pública e da circulação do poder. Em vários aspectos, quando as autoras denunciam a dimensão progressista do neoliberalismo, de modo a superá-lo, tendo como principal inimigo as políticas de reconhecimento, tendem a dispensar nessa leva uma gama de importantes conquistas sociais como "lliberdade reprodutiva, formas equânimes de salário, legislação sobre violência doméstica, igualdade de oportunidades de

emprego e leis que regem o assédio sexual e racial e sexual, padrões iguais de posse para homens e mulheres direitos civis e aplicação dos direitos de voto"[525].

Embora tenham limites no modo que foram incorporadas pelo mercado, tais pautas continuam emancipatórias e podem ser fundamentais para a vida de diferentes minorias. No entanto, parece que a retórica de uma classe social e uma política para a classe parece recuar nesta análise, replicando uma aliança com uma nova metafisica do trabalho que pavimenta muito dos candidatos populistas de esquerda. Mas esse diagnóstico de blocos hegemônicos, diferente de sua influência gramsciana, não tem nada a dizer sobre o papel de partidos políticos nessa dinâmica. Falta uma complexidade na análise das dinâmicas partidárias e da emergência do papel digital nessa nova esfera pública, para a qual a limitação da explicação agonista não tem a contribuir.

6.3.Transformação: prefigurativa ou deliberativa?

O *último elemento problemático* da filosofia política normativa diz respeito ao seu conceito de transformação social e, precisamente, qual modelo de democracia seria mais adequado para tal estratégia. Trata-se de avaliar o processo de formação democrática da opinião e da vontade comum, que se traduz em eleições gerais e em decisões parlamentares. Enquanto de um lado temos a proposta de uma democracia deliberativa que tem como base um constitucionalismo liberal, que pensa esse processo na forma de compromissos entre interesses, do lado oposto uma ideia de democracia agonista, que pensa a formação democrática da vontade comum em torno de uma autocompreensão ética, que aparece como possibilidade de transformação em torno de um projeto populista progressista de esquerda. No entanto, esses dois paradigmas de teoria democrática apresentam limitações do ponto de vista prático e teórico que devemos apontar aqui.

No caso da teoria liberal, a concepção de justiça e suas reverberações distributivistas levam a implicações políticas de sua teoria para a prática social, levando sua concepção de democracia deliberativa a gerar ao menos três "patologias da critica", uma *paralisia da análise*[526] , ou como Marcuse[527] descrevia, uma "paralisia da critica" como elitismo

[525] Isaac, Jeffrey C., Beyond Trump? A critique of Nancy Fraser's call for a new left hegemony Philosophy and Social Criticism, 45(9-10), 2019.
[526] Hamilton, Lawrence. **The political philosophy of needs**. Cambridge University Press, 2006.
[527] Marcuse, Herbert. The historical fate of bourgeois democracy. In: Marcuse, H. **Towards a critical theory of society – collected papers of Herbert Marcuse**. Volume 2. London, New York: Routledge, 2001, p. 163-186.

democrático; uma *subordinação da política à moralidade* pelo idealismo e, por fim, um *quietismo que produz despolitização* ou conformismo centrista.

No primeiro caso, a paralisia da crítica se dá pela "inabilidade de mover do primeiro estágio de teorização acerca de qual seria o verdadeiro significado de justiça", enquanto a necessidade emergencial do presente nos impele a investigar "o que podemos fazer para desafia e combater a injustiça". A patologia reside justamente no imobilismo que as abstrações, idealizações, inferências e deduções que permeiam esse primeiro estágio e impedem questões mais voltadas às formas de injustiças sociais e políticas de nossa realidade. Trata-se de uma incapacidade de mover para a chamada teoria não-ideal. Para Hamilton, a filosofia política liberal, por estar fundada nessa dinâmica idealista e baseada na gramática de direitos, reforça uma naturalização e uma hierarquização de perspectivas políticas em relação a qualquer processo político.

Por este caráter de rigidez moral e conservadorismo inerente, que toma os direitos como autônomos, auto-evidentes e universais, o liberalismo reforça status quo e impede a participação política. A gramática dos direitos passa a ver vista por Hamilton como muito abstrata em relação às motivações humanas para ação, ou muito subjetiva em relação aos desejos humanos, preferências e atitudes em relação a bens.

No segundo caso, a subordinação da política à moralidade gera aquilo que Raymond Geuss resume a política enquanto "aplicação de uma ética" ou Raymond Williams chama de "moralismo político". Nesse sentido, exclui-se todo elemento de incerteza da política, que é a marca da dinâmica em que ela surge: aberta, imprevisível, e pretende-se domesticá-la e limitá-la em torno de uma concepção moral especifica. O problema da justiça, segundo Goodhart[528], se transforma em um quebra-cabeça filosófico: a sua investigação gira em torno de qual princípio se adequa melhor a uma concepção mais substantivas de justiça, prestando atenção à claridade conceitual e ao rigor analítico, na esperança que conquiste alguma forma de irrefutabilidade lógica.

O problema dessa perspectiva, de acordo com Goodhart, seria a orientação da política para o acordo razoável, o que encoraja a compreender do ponto de vista filosófico qualquer desentendimento como um erro ou uma ação recalcitrante, o que contradiz a pluralidade de perspectivas e posições sociais acerca do que seria a justiça e dos requisitos que ela promove. Em última instância, o risco maior consiste nessa orientação ao acordo e na

[528] Goodhart, Michael **Injustice: political theory for the real world**. New York, NY: Oxford University Press, 2018.

negação do papel dos afetos, o que se torna uma forma de injustiça epistêmica, que exclui, marginaliza e diminui formas de conhecimento e de saberes, silenciando outras compreensões de injustiça e critica às estruturas da dominação que não partem da ontologia liberal de um homo economicus moderno, ou seja, de um sujeito autointeressado moderno: racional e razoável, que oferece uma carga de responsabilidade individual muita alta e não reconhece diferentes formas de individualidades em culturas distintas.

Ao descartar elementos de uma teoria que não seja motivada pela moral kantiana, como no caso do papel das paixões e emoções, a teoria liberal mostra limitações em capturar esse núcleo fundamental de compreensão do populismo. Conforme Whitman[529] argumenta, a simpatia ainda pode ser um referencial para combater a "história profunda", o que é descartado pelo liberalismo político com seu aporte na ideia de reciprocidade. Tendo como base os relatos etnográficos de Hochschild[530], acerca da narrativa comum entre os apoiadores de Trump no "Rust belt", região que angariou mais votos para o partido republicano, o que parece o elemento escasso compartilhado entre tais eleitores é justamente a ausência de simpatia e empatia com outros cidadãos. Para Weithman[531], o recurso à teoria de Rawls, e, mesmo "*the most powerful liberal political theory is not going to dispel the appeal of right-wing populism by showing us what reciprocity really demands*." A ideia de empatia ainda parece ser central e não pode ser descartada de antemão.

> For telling those with whom the deep story rings true that their feelings of resentment and alienation are groundless is not going to make those feelings go away. Nor will those with whom it rings true be easily convinced that they are drawing the wrong comparisons when they measure their current and past purchasing power, or their current income, with what they might have in a weaker welfare state. Moreover, as we have seen, Rawls's argument for his benchmark depends upon the claim that members of society are equal contributors. But the beliefs and sentiments in virtue of which the deep story rings true have a powerful grip, a grip reinforced by those who stand to gain politically from their widespread acceptance.

---

[529] Weithman, Paul. Comment: Reciprocity and the Rise of Populism**. Res Publica** 26 (3):2020, p. 423-431.
[530] Hochschild, Arlie Russell. No country for white men. **Mother Jones** 41(5): 21–29, 2016a.; Hochschild, Arlie Russell. **Strangers in their own land: Anger and mourning on the American right**. New York: The New Press, 2016b.
[531] Weithman, Paul Comment: Reciprocity and the Rise of Populism. **Res Publica** 26 (3): 2020, p. 423-431.

A fragilidade da estratégia do liberalismo político em lidar com o ressentimento daqueles que compartilham dessa "história profunda" mostra uma limitação do modo que o argumento moral e sua psicologia moral passa a ser mobilizada. Para um extremista de direita, o pressuposto de que suas demandas não compartilham de uma base comum é justamente o que motiva os protestos contra as elites. Levar a política e as demandas afetivas a sério necessita de uma maior elaboração das bases psíquicas de crítica que o corpus Rawlsiano não permite, justamente por essa subserviência à teoria moral. O ponto dessa crítica não consiste em subestimar o argumento moral e seu papel na fundamentação de princípios de justiça, mas apontar que analiticamente essa perspectiva pode recair em erros ideológicos que não consideram a política real como algo relevante de avaliação de injustiça sociais.

Por último, o atrofiamento da política é resultante de um espaço político delimitado e controlado somente pelo Estado, que em termos eleitorais se converte, eventualmente, em um centrismo liberal. Note que a adoção política das ideias de Rawls se tornaram disseminadas de forma mais exemplar na chamada "terceira via" britânica[532]. O risco que o liberalismo político imputa aos membros da sociedade civil de poder implementar os princípios de justiça social se dá pelo risco de uma ditadura das virtudes, contudo, a centralização do Estado como único agente capaz de implementar políticas de realização da justiça trata o material da justiça como bens a serem distribuídos, enfatizando uma dimensão monológica da justiça e desconsiderando o caráter relacional que encontramos nas relações de reconhecimento e justificação reciproca entre cidadãos e cidadãos de uma sociedade democrática.

Conforme argumenta Habermas, "essa visão da política centrada no Estado pode dispensar uma suposição pouco realista, a saber: a de que os cidadãos em conjunto são capazes de ação coletiva. Ela não se orienta por um input de uma formação racional da vontade política mas sim por um output favorável no balanço da atividade estatal"[533]. Ademais, a crítica ao populismo como elo fundamental de todas críticas econômicas e políticas da contemporaneidade pode ensejar um retorno a "política como sempre", ou seja, o modo deficitário de política que vinha sendo reproduzida nos tempos pré-crise e que justamente deram motivação para coletivos protestarem em torno de movimentos populistas.[534]

---

[532] Cf. Gould, Bryan. Socialism and Freedom. London: Macmillan, 1985, líder do Partido Trabalhista; Hattersley, Roy. Choose Freedom: The Future for Democratic Socialism.London: Penguin, 1987, líder do Partido na câmara)."

[533] Habermas, Jurgen. Três modelos normativos de democracia. **Revista Lua Nova,** v.36. 1995.

[534] Frank, Jason. Populism Not the Problem. **Boston Review**, 10 Oct. 2018. Available at: https://www.bostonreview.net/articles/jason-frank-populism-not-the-problem/. Accessed on: 06 Mar. 2023.

No caso da teoria do agonismo, a resposta democrática para o problema do populismo de direita vem angariando apoio ao redor do mundo como uma plataforma e projeto político alternativo de reorientação progressista das democracias contemporâneas. No entanto, essa abordagem me parece ser a solução equivocada do campo neomarxista e radical por três razões: o *decisionismo e voluntarismo* que perpassam sua estratégia política e sua compreensão anti-fundacionalista de democracia; a *dimensão enfaticamente nacionalista* e seu apelo irreflexivo às paixões políticas na mobilização da ação social , que gera um déficit normativo de sua teoria da hegemonia[535]; e por último, um pluralismo amplamente permissível, normativamente fraco que reflete na sua compreensão obtusa da institucionalidade liberal, senão, inapropriada, por parte da ontologia política antagonista e de sua crítica à noção de consenso liberal e de deliberação democrática.

No primeiro caso, duas características apontam para o caráter problemático da política agonística: o imediatismo (short-termism), a ideia de que líderes populistas não se preocupam em construir programas políticos e agem ao sabor das negociações pela manutenção do poder, e um continuísmo (long-termism), a ideia de que só eles, o líder e a personificação do movimento ou partido, devem monopolizar o alto-escalão para se manter no poder[536]. Essa aproximação deixa claro o elo entre populismo de esquerda e o risco permanente de sua recaída autoritária. Na crítica de Cohen, ao menos seis características despontam em relação a este risco: (i.) a inclinação do populismo de esquerda ao cesaro-plebianismo, no qual um líder forte personalista e carismático passa a personificar e encarnar um povo autêntico e sua unidade. (ii.) o recurso a uma política identitária que não apenas joga com afeto e forte identificação catequizada, mas também personaliza discordando, fomentando identidades políticas que não são direcionadas para acordo algum; (iii.) a importação da estratégia e lógica de um movimento populista em governo, pervertendo o funcionamento do pluralismo de uma democracia, e abrindo espaço para fundamentalismos e absolutismos do poder político; (iv.) a postura anti-establishment dos partidos-movimentos populistas gera hostilidade aos partidos políticos tradicionais, e assim reproduzem posturas clientelistas e apelos plebiscitários. (v.) o "legalismo discriminatório", que confunde maiorias eleitorais com poder constituinte, mina a democracia constitucional; (vi.) a lógica populista

[535] Critchley, Simon. Is there a Normative Deficit in the Theory of Hegemony. In: Critchley, Simon; Marchart, Oliver (org.). **Laclau:. A Critical Reader**, ,. New York: Routledge. 2004, pp. 113–122.
[536] Cohen, Jean. What's wrong with the normative theory (and the actual practice) of left populism. **Constellations**, 26 (3), p. 391-407, 2019.

evita e se coloca contra a negociação com a oposição, interpretando qualquer construção de consenso como uma forma de cooptação.

Não é por acaso que tais sintomas confluem com sua identificação de um agente privilegiado, a saber, uma específica interpretação de quem seria os 99% contra o 1%, que acaba incorrendo na mesma crítica pós-marxista que é lançada por Mouffe no seu livro com Laclau, "Estratégia e hegemonia socialista", contra o essencialismo da política. Essa problemática homogeneização do povo, que, sem buscar as reais explicações das razões estruturais que fizeram a guinada da aceitação das pautas populistas de direita, contorna as importantes contribuições da economia política contemporânea em função de uma explicação voluntarista, senão, vanguardista da ação política. Nada mais próximo do decisionismo de Carl Schmitt, de quem Mouffe pretende se afastar, mas permanece ontologicamente imbricada, ignorando a formação pública da vontade.[537] Na mesma medida, Mouffe não consegue visualizar o quanto no projeto de populismo de esquerda há elementos implícitos do neoliberalismo, como podemos encontrar nos governos que são incipientemente analisados e apaixonadamente endossados pela autora no ensaio neodesenvolvimentista latino-americano com acentos autoritários. Inclusive no caso brasileiro, a defesa neomouffiana padece de traços de messianismo, na medida em que defendem abertamente na tradição do populismo democrático uma referência à figura do apóstolo Paulo e de sua empreitado de transformar[538] o cristianismo de uma seita de tribo em uma religião com vocação para abraçar todos. A construção de um povo que abarque as diferenças tem um caráter teológico, que, todavia, se mantem congruente com uma tradição schmittiana de crítica da democracia liberal.

No segundo caso da teoria agonista, a ênfase no neonacionalismo como front de enfrentamento do populismo de direta recai nas mesmas aporias dos modelos de teoria democrática que encontram pretensas soluções locais para problemas de ordem transnacional. Especialmente problemática é a ênfase no patriotismo e o seu risco histórico de elevação a

[537] Conforme Habermas argumenta, " I find that the criticism developed by Cristina Lafont against the critique of agonistic models such as Chantal Mouffe's is quite correct when she argues that, 'The problem with modeling political action on conflicts between adversarial parties is that the broad context in which political decision-making always takes place is left out. In particular, the model leaves out the public sphere and with it the rest of the citizenry who may not be directly involved in the political conflict question. Ironically, for all its alleged attentiveness to power, the agonistic model wholly misses the power of public opinion within democracy'. (Lafont, 2020, pp. 66–67).(Habermas, Jurgen. Commentary on Cristina Lafont, Democracy Without Shortcuts, **Journal of Deliberative Democracy,** 16(2), pp. 10–14. 2020.

[538] A aposta de Thomas Zicman e Miguel Lago em retomar um populismo de esquerda em torno do lulismo flerta com essa dimensão agonista mezzo messiânica. De Barros; Lago, 2020, p.126.

posicões fascistas em torno de uma "nationalist metaphysics of state power."[539] Logo, o problema maior seria uma forma de paroquialismo que rejeita muita das conquistas de organização multilaterais para o fortalecimento não só de instituições e políticas liberais de combate ao autoritarismo, mas, também, reforça uma retórica patriótica perigosa que vem ensejando plataformas antisolidárias e radicais de esquerda. O que parece ser um pluralismo muito ilimitado ou permissivo pode acabar se tornando em um reforço autoritário, conforme acusa Levitsky:

> A hipótese do "populismo como um corretivo" para a democracia descansa sob uma definição abstrata de democracia como a "combinação de soberania popular e regra da maioria", na qual os direitos liberais não são um elemento definidor. Na prática, no entanto, a democracia sem o liberalismo é sempre efêmera. Na ausência de direitos, aqueles empoderados pela regra da maioria frequentemente usam o Estado para bloquear ou distorcer a formação de maiorias alternativas em eleições subsequentes [...]. Antes, o populismo bem sucedido frequentemente leva ao autoritarismo competitivo[540]

Isto posto, importa defender que a democracia não deveria ser apenas o fruto de um bloco hegemônico, mas uma construção coletiva e normativa de todos envolvidos no processo de construção de uma vontade popular compartilhada. Nesse tipo de interpretação, há quem veja em um "populismo radicalmente democrático" uma saída prática possível; há quem simplesmente diagnostique um mergulho sem volta no autoritarismo, em processos de desdemocratização que só poderiam ser abolidos com a abolição do próprio capitalismo. Temos aqui um antiliberalismo e um institucionalismo frágil, causado pela incompreensão de Mouffe em relação ao paradigma liberal do consenso, especialmente sua crítica à situação ideal de fala, que ela interpreta como se fosse um movimento ingênuo de assepsia do conflito social, quando, na realidade, trata-se de uma ideia regulativa apresentada na forma de um artifício, um experimento mental ou uma ficção metodológica que reconstrói as condições necessárias para possibilitação uma ação comunicativa e um possível acordo entre as partes de

---

[539] Genova, Nicholas de. Rebordering 'the People': Notes on Theorizing Populism. **South Atlantic Quarterly** 117, no. 2, 2018,p. 368.

[540] Levistky; Loxton, 2012, p. 160 apud CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschieto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Rev. Bras. Ciênc. Polít. ,** no.35, 2021.

uma democracia. Influenciada pela noção derrideana de indecibilidade e pela teoria do afeto de ordem psicanalítica com sua noção de inconsciente, Mouffe passa a se afastar da importância normativa da noção de conflito social e da necessidade de uma gramática política compartilhada.

Tabela 1. Comparativo entre filosofias políticas do populismo tardio.

Crítica/ Aspectos	**Agonismo**	**Liberalismo**
Representantes	Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Wendy Brown; Jacques Ranciére	John Rawls; (Jan-Werner Mueller, Nadia Urbinati; Alessandro Ferrara; Jean Cohen; David Rasmussen)
Gramática	Necessidades; Hegemonia, Dissenso, Antagonismo, soberania de povo	Justiça, Direitos, Deliberação; razão pública,
Influências	Espinosa, Nietzche, Marx; Sigmund Freud; Antonio Gramsci, Carl Schmitt	Immanuel Kant
Progresso	Soberania popular, Igualdade radical	Liberdade moral, igualdade política.
Regressão	Crise de afetos; Crise neoliberalismo progressista	Crise normativa das democracias liberais
Política/Democracia	Revolução; Democracia agonista	Reformismo forte; Democracia deliberativa
Filosofia da história/ Ontologia	Nietzscheana; Foucaultiana	Kantiana; Hegeliana
Epistemologia	Contextualismo; Antifundacionismo	Universalismo reflexivo; fundacionismo
Metodologia	Análise de discurso; Desconstrução	Construtivismo
Problemas	Voluntarismo; Decisionismo; autoritarismo	Idealismo; Elitismo; Positivismo, paralisia

Fonte: elaborado pelo autor.

Conclusão

A intenção nesse capítulo foi de contrastar dois modelos críticos do populismo e avaliar seus alcances e limites de acordo com a *desiderata* de uma crítica normativa do populismo exposta na primeira parte da tese. No primeiro caso, tendo como diagnóstico a crise de um modelo neoliberal de social democracia, a teoria da hegemonia representa um longa tradição crítica do liberalismo e do ideal de consenso como política, contra a qual as autoras representantes opõem uma ontologia do dissenso como central para compreensão das dinâmicas sociais, calcada em normatividade agonista, que tem na soberania popular o maior princípio de efetivação de um igualitarismo radical e de um modelo de democracia que gira em torno de um populismo democrático progressista.

Neste sentido, podemos afirmar que a teoria da hegemonia, em face de nossa desiderata, elabora em primeiro lugar um diagnóstico preciso das mudanças estruturais no espaço público em conexão com a novo modelo de capitalismo neoliberal, mas falham em apresentar uma teoria da esfera pública e, da circulação do poder. Ao mesmo tempo que a teoria da hegemonia fornece uma justificativa para o agonismo como forma de política a partir da frágil análise de discurso, apresenta uma concepção de liberdade moral sem fundamentação normativa, o que gera uma patologia da liberdade de um povo autentico e um pluralismo amplamente permissível. Ele culmina em uma estratégia política progressista para o populismo que flerta com os mesmos problemas da extrema direita: autoritarismo e neonacionalismo excludente, sem fornecer, contudo, uma explicação de como seria a relação do "contra-bloco hegemônico" e a institucionalidade constitucionalista que poderia combater um populismo libertário de extrema direita, isto é, sem recair na mesma lógica que denunciam.

No segundo caso, as teorias liberais têm como diagnostico central a crise das democracias liberais alavancada pela emergência de plataformas iliberais e autoritárias de esquerda e de direita que tendem a erodir as bases normativas de uma constitucionalidade democrática. Em terno de um ideal de consenso e deliberação conflitiva, a normatividade do liberalismo polític gira em torno dos princípios de liberdade e igualdade política e de uma concepção de justiça como equidade, que seria realizada em uma democracia deliberacionista liberal, despida de qualquer vestígio populista. No entanto, o diagnostico parece desprezar as reais demandas populares dos movimentos sociais e insurgência que emergiram na primeira década do século XXI em torno da falência de sistema políticos em reconhecimento e de maior representatividade e participação do povo. A mesmo passo, a normatividade parece

repousar em uma concepção de liberdade muito legalista e jurídica, que não acompanha as reviravoltas de uma cultura política marcada pela crise de um modelo capitalista e a transformação neoliberal da política. Como combate ao populismo, o liberalismo parece voltar a um modelo democrático pré-crise, que foi justamente o que levou líderes populistas a mobilizarem a insatisfação popular para erodir as bases normativas e institucionais dessa mesma democracia.

Em suma, podemos afirmar, na esteira da crítica de Azmanova[541], que enquanto a teoria liberal reproduz o mesmo elitismo nas suas concepções de democracia como saída do "momento populista", a teoria agonista não estabelece princípios e divisões rígidas entre as saídas populistas e democráticas, podendo tolerar formas de autoritarismo inerentes a qualquer estratégia neonacionalista. Tais críticas elencadas acima não se esgotam e, como veremos, aparecem de forma reiterada nas concepções de democracia radicais que são mobilizadas contra sua crise contemporânea. Entre a tentação populista de esquerda[542] e o imobilismo liberal, dependemos de modelos alternativos que evitem os déficits aqui elencados, de modo que, em geral, tais teorias representam o limite de um "normativismo liberal-kantiano" e da "critica pós estruturalista da normatividade", como Jaeggi e Fraser referem-se ao situar a ideia central de teoria critica no esteira de uma análise do capitalismo inaugurada pela vertente de uma esquerda-hegeliana. Para Fraser "o domínio intelectual alcançado pela combinação desses dois campos", no caso, o liberalismo rawlsiano e sua oposição pós estruturalista, desconectou o vínculo entre análise social e critica normativa, onde o "normativo foi abstraído do âmbito social e tratado como algo independente, a despeito de o objetivo ser afirmá-lo, como no caso dos liberais, ou rejeitá-lo, como no caso dos pós-estruturalistas"[543].

O ponto é que, nas abordagens de crítica ou de refuncionalização do populismo, faltam a clareza e sistematicidade de uma teoria normativa que una ambas as dimensões de uma teoria realista e um ideal com orientação para a emancipação social. E, portanto, que trate do populismo em sua dimensão dialética, isto é, de um fenômeno que apresente, por um lado, aspectos progressistas e, ao mesmo tempo, uma dimensão consideravelmente regressiva. Precisamos de um conceito de progresso político e um arcabouço normativo para avaliar, portanto, que tal fenômeno populista é regressivo, e, se não, como podemos orientá-lo

---

[541] Azmanova, Albena. The populista catharsis: On the revival of the political. **Philosophy and social criticism**, 44, No.4,p p. 399-411, 2018.
[542] Žizek, Slavoj. Against the populist temptation. **Critical Inquiry**, 32, pp. 551–571, 2006
[543] Fraser; Jaeegi, 2017, p.19.

emancipatoriamente. Sabemos que a defesa de uma teoria reflexiva pode ser a orientação de uma superação das tendências regressivas presentes na política contemporânea. Contudo, seria o conceito de progresso, apesar de todas suas ressalvas, pertinente para o momento atual? E, se sim, qual conceito de progresso é o mais indicado e apropriado para nosso tempo presente? Investigaremos possíveis respostas a essas questões na próxima seção.

PARTE III – CRÍTICA IMANENTE DO POPULISMO TARDIO

> *Adorno:* Como seria se formulássemos alguns princípios políticos orientadores hoje?
> *Horkheimer:* Se quisermos nos apresentar com tais ambições, temos que ser claros sobre os critérios que estamos aplicando, caso contrário, Marx continuará reaparecendo nas costuras.[544]
>
> **Max Horkheimer e Theodor W. Adorno**

> Marx não viu que a liberdade e a justiça são conceitos dialéticos. Quanto mais liberdade, menos justiça e mais justiça, menos liberdade. A teoria crítica que eu concebo mais tarde é baseada na ideiea de que não se pode determinar, o que é bom, o que uma boa, uma sociedade livre seria como de dentro da sociedade em que vivemos. Faltam-nos os meios. Mas em nosso trabalho podemos trazer à tona os aspectos negativos desta sociedade, que queremos mudar.
>
> **Max Horkheimer**

Os contornos de uma teoria tradicional do populismo, que foram analisados no capítulo anterior a partir das contribuições do liberalismo, comunitarismo e agonismo, indicam a necessidade de uma complementaridade teórico-explicativa e crítico-normativa que supere a parcialidade e as limitações encontradas. No que se segue, o argumento deste capítulo consiste em defender que somente uma aliança entre uma filosofia política normativa e uma Teoria Crítica da política podem sanar os problemas encontrados nos modelos precedentes e, com isso, oferecer os sentidos de "crítica, norma e utopia" necessários para o enfrentamento do problema do "populismo tardio". Trata-se de reforçar aquilo que o pensamento agonista e de democracia radical, assim como o auxílio do que a tradição liberal e do liberalismo político, enquanto seus interlocutores principais têm de melhor, "pelo seu

[544] Horkheimer, Max; Adorno, Theodor. Towards a new manifesto? **New Left Review**. Sept-Oct, 2010.p. 48. O indicio de que autores que criticaram radicalmente a modernidade cederam em suas versões políticas à infraestrutura polítio-jurídica fundamental para democratizaçãoo, como podemos atestar na continuidade da frase de Horkheimer: "We want the preservation for the future of everything that has been achieved in America today, such as the reliability of the legal system (…)".

apelo progressista, civilizatório"[545] , porque os outros, desde os tempos de Adorno e Horkheimer, "eram barbárie"[546]. Para isso, torna-se fundamental apresentar as linhas gerais de uma constelação teórica próxima da filosofia social que influenciou fortemente o modo de análise e crítica da política contemporânea e, consequentemente, recuperar uma dimensão normativa em torno de uma Teoria Crítica da política[547]. Refiro-me ao conjunto de contribuições vinculadas à tradição de uma crítica imanente da sociedade[548], formulada pelos participantes e continuadores do projeto de um análise histórica-materialista interdisciplinar do capitalismo iniciado pelos integrantes da chamada Escola de Frankfurt[549] e de sua influência no marxismo ocidental como um todo.

De modo geral, "a Teoria Crítica dos primórdios é uma crítica do capitalismo (...) *não é outra coisa senão* crítica do capitalismo, na medida em que tudo aquilo de que se ocupa – inclusive nos pensamentos mais elaborados sobre fenômenos estéticos – é abordado em termos dos efeitos e das características da socialização capitalista".[550] Se opondo ao idealismo e ao positivismo, essa crítica, como veremos, trata dos modos de cominação e de obstrução da liberdade social na modernidade:

> uma característica central da teoria crítica questionar se as relações sociais da modernidade, que se baseiam na racionalidade e são denominadas livres de dominação, ainda contêm traços de violência que persistem nelas de forma dificilmente perceptível: a reciprocidade do amor romântico, condições de trabalho mais humanas nos negócios modernos, Sob o olhar cauteloso de Adorno e Horkheimer (basta pensar na Dialética do Esclarecimento ou na Minima Moralia), todas essas supostas melhorias poderiam ser rapidamente desmascaradas como as meras fachadas de uma história de subjugação física e tirania que se repete sob a superfície. Buscar os traços de tal coerção infundada onde quer que a não-dominação seja apresentada normativamente

[545] Souza, Luiz Gustavo da Cunha. **Reconhecimento, redistribuição e desreconhecimento: um debate com a teoria crítica de Axel Honneth**. Florianópolis: Editora UFSC, 2018. p.33
[546] Cohn, Gabriel. Razão e história. In: Cohn, Gabriel. **Liberalismo e socialismo**: velhos e novos paradigmas. São Paulo: UNESP, 1995.
[547] Bohmann, Ulf; Sörensen, Paul (eds.). **Kritische Theorie der Politik**. Berlin: Suhrkamp 2019.
[548] A rubrica de critica imanente parece ser uma alternativa adequada não somente para a pouco visual distinção entre teorias criticas com "t" minúsculo e a Teoria Critica da sociedade da Escola de Frankfurt, mas amplia o campo tendo como referências o modelo marxiano de uma critica da economia politica. Para ver sobre esse debate, ver: Saar, Martin. Critical Theory and critical theories. Philosophy & Social Criticism 43 (3): p. 298-299, 2017.
[549] Freyenhagen, Fabian. "Critical Theory's Philosophy". In: Overgaard, Søren (org.). The Cambridge companion to philosophical methodology. Cambridge, UK: Cambridge UP, 2017, pp. 356–77.
[550] Jaeggi, Rahel. Um conceito amplo de economia: Economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 3, pp. 503-522, 2018.

> continua sendo uma preocupação fundamental para qualquer um que tente levar adiante o projeto da teoria crítica hoje.[551]

Em outras palavras, a preocupação inicial daqueles e daquelas envolvidas no projeto de uma critica da sociedade se volta para o desenvolvimento de um interesse emancipatório no qual devemos explicitar os fundamentos normativos que guiam tal orientacao para a superacao da dominacao e a ampliação da liberdade social.

Pressentimento de reconstrução

Do ponto de vista *histórico*, quando nos referimos à Teoria Crítica com letras maísculas, remetemos a uma experiência intelectual que surgiu no começo do século XX e se consolidou na cidade de Frankfurt em torno de um grupo de filósofos, sociólogos, psicólogos e críticos literários movidos pela renovação do pensamento socialista. A inauguração do Instituto de pesquisa social em 1923 marcou a história intelectual de mais de 100 anos nada solitários. De acordo com a reconstrução histórica de Helmut Dubiel, a consolidação da Teoria Crítica se desenvolveu em ao menos três diferentes fases: Materialismo (1930-1937), Teoria Crítica (1937-1940) e Crítica da razão instrumental (1940-1945) e teve como eixo três diferentes temas: um contexto histórico-político, uma crítica do fascismo e um sentido de utopia. Primeiramente, o círculo frankfurtiano respondia ao desafio histórico do movimento proletário alemão, do desenvolvimento do socialismo na União Soviética e do desenvolvimento do fascismo na Alemanha e do autoritarismo nas sociedades capitalistas tardias.

Durante os anos 1930, o círculo oferecia uma análise detalhada do movimento de trabalhadores e sua influência nos partidos de esquerda da época, o KPD e a SPD, compreendendo a própria biografia política de seus participantes como envolta nesse universo partidário. O que cessou nas décadas seguintes, quando seus membros generalizaram as análises da dinâmica eleitoral como parte de um mesmo caldo cultural. Essa atitude marcou um rompimento de Horkheimer com as teses de Lukács acerca de uma sujeito-objeto da história privilegiado, isto é, com a ideia de cunho luxenburguista que eleva o proletariado como o tipo revolucionário por excelência. Ao psicologizar a teoria da consciência de classe,

---

[551] Honneth, Axel. Prefácio. In: Loick, Daniel. **A critique of Sovereigty**. London: Rowman and Littlefield, 2019.

Horkheimer mostrou que as condições históricas não indicavam que o proletariado seria o sujeito de transformação, especialmente diante do contexto em que a indústria cultural do capitalismo tardio cooptava, mediante a propaganda fascista, os trabalhadores, impedindo o desenvolvimento de qualquer consciência de classe.

A teoria crítica passou a desenvolver uma análise na qual trocava o destinatário do marxismo tradicional, o proletariado, para uma categoria mais ampla de "sujeitos críticos". O mesmo ocorreu com a análise do socialismo soviético, para com a qual o círculo nutria uma solidariedade crítica, que depois foi substituída por uma atitude de rejeição sistêmica, de forte crítica ao stalinismo e de uma aproximação do sistema bolchevique com a ordem social fascista. Por fim, a análise do fascismo se dividiu entre a perspectiva político-econômica de Pollock, a crítica da ideologia e da cultura de Marcuse e os estudos de Horkheimer acerca do culto ao Führer, e os estudos socio-psicanalíticos de Erich Fromm. Em 1934, Marcuse já havia desenvolvido a tese segundo ao qual o fascismo seria a continuidade do capitalismo monopolista, sendo a decadência da República de Weimar um sinal do que viria depois, com a ascensão do nacional-socialismo, conforme analisado no ensaio "Os judeus e a Europa"[552].

A orientação materialista da primeira fase do círculo frankfurtiano representava mais que uma atitude anti-idealista, porque representava uma renovação do marxismo da época na forma de uma teoria da sociedade, que evitava os erros epistêmicos de hipostasiar um sujeito coletivo histórico, tal como Lukács teria feito e também as filosofia pré-fascistas da República de Weimar. Essa orientação muda com a publicação do ensaio de Horkheimer em 1937, chamado "Teoria Critica e Teoria Tradicional", no qual vemos o esboço mais definitivo da orientação teórico do círculo frankfurtiano, o seu objetivo central, a saber, a organização racional de processo social do trabalho" e de sua relação com as outras filosofias políticas, que serviriam como o complemente negativo dessa investigação.

As teorias tradicionais, vinculadas às ciências naturais, operavam uma divisão rígida entre objeto científico e o sujeito de análise, enquanto a teoria crítica não marca essa divisão, pois estão socialmente imbricados no seu contexto histórico de pesquisa. Nos anos seguintes, a teoria crítica ensaia um lento abandono da teoria marxista como central para análise da sociedade, e se volta para a critica dos processos negativos da modernidade que levaram ao fascismo, tais como uma crítica da tecnologia, da racionalidade instrumental e da dominação da natureza.

---

[552] Horkheimer, Max. Juden und Europa. **Studies in Philosophy and Social Science**, 8. Reimpressão pela Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980 (1939), p. 115.

Já o conceito de utopia neste período seguia durante a fase materialista o sentido de uma "utopia concreta". Conforme relata Dubiel, a especificidade do conceito frankfurtiano de utopia não se referia a uma "fantasia de condições políticas ideais para além de uma sociedade real", como defendia a filosofia política burguesa da época, mas sim a possibilidade e as estratégias de superação da sociedade capitalista por meio de uma tomada revolucionária dos meios de produção. Contudo, a centralidade de uma aposta na planificação da economia dos anos 1930 foi substituída por uma descrença e uma denúncia da dimensão individualista e burguesa das filosofias utópicas da época, relacionando-as como produto da fantasia e imaginação de uma classe dominante. Nas décadas seguintes, a utopia passou a ser fundamentada por uma filosofia da história que colocava no centro formas de resistência a dominação da natureza como orientações políticas para a ação.

Embora, segundo essa narrativa, a crítica imanente passa a ser cindida de modo geracional, uma perspectiva que alguns acusam de imprecisa, ela nos ajuda a introduzir a disposição histórica e os eventos que permitiram compor uma tradição que ficou marcada pelos seus modelos críticos da sociedade. A primeira geração, que contou com ao menos dois círculos de pesquisadores: um central, que contaria com Pollock, Horkheimer, Adorno e Lowenthal, e um mais periférico, que tinha como representantes Neumnann, Gurland, Kirchheimer e Marcuse[553], estava envolta na análise dos efeitos políticos do capitalismo de estado que produzia formas autoritárias de organização social, como a experiencia totalitária e fascista das primeiras décadas do século XX. Neste período, a crítica imanente seria tomada pela negatividade e teria um sentido de denúncia mais forte do que utopismo, sendo a dialética a metodologia de crítica empregada que poderia entrever as ambiguidades e paradoxos do sistema capitalista.

Enquanto o primeiro grupo seguia a tese de Pollock acerca do capitalismo de Estado, segundo ao qual um sistema fascista, como o caso concreto do Nacional Socialismo alemão, tende a anular a primazia econômica sobre fatores políticos. Já o segundo grupo continuava a defender a velha tese da continuidade, que defendia que o fascismo seria a forma mais avançada de capitalismo monopolizado de guerra, isto é, a organização política mais apropriada para esse formato de capitalismo.

A segunda geração se ocupou das transformações do capitalismo tardio, o sentido de crítica imanente tomou contornos mais positivos, como a proposta de uma teoria da democracia ou mesmo de reflexões acerca do papel da estética numa esfera pública insurgente

[553] Dubiel, Helmut. **Theory and Politics**. Cambridge: MIT Press, 1985. p. 79

e crítica do capitalismo e ofereceu uma alternativa política. Autores como Albrecht Wellmer, Claus Offe, Ludwig von Frideburg, Alfred Schmidt, Ralf Dahrendorf, Alexander Kluge e Oskar Negt figuram nesse cenário intelectual. Já as gerações subsequentes, retomando os insights estéticos dos alunos de Adorno como Schmidt ou Kluge, ou a crítica do valor que se desenvolveu nas décadas subsequentes, e principalmente, o método reconstrutivo de Habermas, vêm pensando o neoliberalismo e sua apropriação de mecanismos políticos, ambientes financeiros e condições ideológicas e culturais.

Do ponto de vista *metodológico*, podendo ser atualizada em diferentes modelos, a crítica imanente procura performar a tarefa de uma descrição teórica, dando compreensão e explicação para determinado fenômeno social, guiado por um "comportamento crítico" e um interesse pratico orientado para emancipação, que seria a realização da liberdade social, nas palavras de Horkheimer, um comportamento crítico que emerge da autoconsciência dos participantes para "luta pelo futuro".

Diferentemente da filosofia política normativa, a Teoria Critica da sociedade estaria próxima à ideia de uma filosofia social[554], cujo objetivo é diagnosticar patologias sociais do capitalismo, resultantes de processos e estruturas negativas e regressivas que produzem opressão e injustiça do ponto de vista da organização racional da sociedade.[555] Conforme explicita Deranty[556], a pesquisa da crítica imanente se divide entre um nível objetivo, no qual o foco seria a organização coletiva que inclui setores econômicos, culturais e jurídicos da sociedade, e um nível subjetivo, de agentes individuais e processos sociais que analisa as estruturas psíquicas que perpassam as pessoas.

Desde sua concepção, a tradição da Escola de Frankfurt[557], mais conhecida sob a rubrica de Teoria Crítica, "tem-se apresentado como uma alternativa à Filosofia Política"[558]. O esforço de Horkheimer consistiu numa reconstrução das chamadas "filosofias políticas burguesas" para definir um contraste com a abordagem de uma filosofia social[559] que representaria o modelo da crítica imanente. O procedimento consistia basicamente em

---

[554] Horkheimer, Max. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. **Estudos Marxistas**, 7, pp.121-32, 1999.
[555] Ibidem.
[556] Deranty, Jean-Philippe. **Critical theory and/as Political Philosophy. Hegel and the Frankfurt School**. London: Routledge, 2020.
[557] Para uma reconstrução histórica, as obras canônicas são de Wiggerhaus, Jay e Dubiel. Mas para uma análise que leve em conta narrativas transversais e personagens femininos e periféricos marginlalizados, ver. Jeffries, Lenhard Philipp. **Marx: Das Institut für Sozialforschung von den Anfängen bis zur Frankfurter Schule**
[558] Ibidem.
[559] Horkheimer, Max. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. **Estudos Marxistas**, 7, pp.121-32, 1999.

relacionar o pensamento de filósofos modernos como Hobbes, Maquiavel ou Vico, e correlacionar a produção teórica deles a etapas do desenvolvimento econômico do capitalismo industrial, apontando para as formas de exploração e para as contradições que estariam relacionadas a determinado conceito e ressaltando o caráter ideológico na dinâmica política que determinada teoria cumpria em termos de pacificar ou cooptar os conflitos de classe.

Estes modos de filosofia política, que Horkheimer nomeou de "teoria tradicional", apresentam ao menos três problemas: princípios morais e normas politicas transhistóricas, análise liberal-burguesa que desconsidera seu contexto de surgimento e, por fim, a equivocada correlação entre a realidade e a normatividade de um ponto de vista moral. No primeiro caso, o esforço da filosofia política em definir de forma abstrata seus conceitos, em termos puramente analíticos, remonta a crítica de uma esquerda-hegeliana a teorias normativistas que formulam seus conceitos sem qualquer vestígio histórico.

É certo que a tradição crítica, desde seu nascimento kantiano e sua consolidação marxista, tratou de rejeitar pressuposto dogmáticos e idealistas de verdades e evidencias imutáveis e universais que rejeitavam seus contextos históricos. No entanto, em ordem de evitar o "Cila do dogmatismo transcendente e ahistórico e o Caríbdis de uma teoria reducionista da ideologia"[560] provinda do chamado marxismo vulgar, a particularidade do modelo frankfurtiano, doravante chamado de crítica imanente, consiste em "gerar um ímpeto normativo partindo do exame de uma tensão entre os ideais expressos de uma sociedade contra a sua performance atual". Para isso, torna-se necessário que a crítica parta da autocompreensão de atrizes e atores sociais de um tempo contra suas próprias ações práticas para que se apresente as contradições existentes entre uma cultura política e os valores que o circundam e os obstáculos estruturais a implementação dessas promessas normativas.

Portanto, a definição de uma crítica imanente da sociedade centra-se em torno da análise entre o abismo de um objetivo laureado da sociedade e sua realização imperfeita, que mesmo oscilando em diferentes idiomas, modelos e formulações, tem um núcleo de verdade em que busca uma fundação normativa para explicitar, se podemos dizer, em termos hegelianos, a discrepância entre objeto e conceito, entre a aparência e a essência, entre a potencialidade e a realidade de normas sociais. Do ponto de vista da crítica imanente[561], conceitos políticos que se referem a normas sociais que permeiam lutas sociais como

[560] Jay, Martin. **Immanent Critique: The Frankfurt school under pressure**. Verso Books: Nova Iorque, 2023. p. 13

[561] Deranty, Jean-Philippe. **Critical theory and/as Political Philosophy. Hegel and the Frankfurt School**. London: Routledge, 2020.

liberdade ou igualdade; conceitos relativos a instituições políticas, como soberania, legitimidade, autoridade e cidadania; e, por fim, conceitos que remetem a regimes constitucionais, tais como democracia, república, parlamento e eleições, estão todos no contexto histórico e respondem a determinados eventos circunscritos a um período do desenvolvimento da história.

A crítica imanente, neste sentido, debruça-se sobre um conceito de sociedade volta contra a "hipertrofia patológica de uma esfera social em que a norma que poderia ser de uma balança saudável"[562] passa ser objeto de análise de sua realização parcial e incompleta. Conforme argumenta Ibsen[563], a Teoria Critica já havia empregado o termo de uma "estrutura básica da sociedade"[564] (die *Grundstruktur der Gesellschaft)* muito antes de Rawls, quando Marcuse e Adorno[565], se referindo a que tipo de sociedade que vivemos, cunharam essa noção para designar o modo em que as estruturas que em dada forma de vida ordenam e arranjam seus vários componentes que, mudam na história e se reproduzem, pelo menos, ao longo do tempo. Nessa dinâmica, a Teoria Crítica tem a função de fazer uma crtica ao modo de "dominação humana que é exercida por meio do processo econômico".[566]

No segundo caso, a filosofia política que baseia sua análise de conceitos políticos de forma desconectadas de processos sociais de uma "estrutura básica da sociedade", tendem a reproduzir o caráter ideológico e reforçam os mecanismos que fazem um sistema social ser injusto e patológico. Aqui temos um risco claro de reprodução do status quo que paradoxalmente, nas palavras de Pinzani[567], "o liberalismo acaba negando a liberdade individual e a reduz à liberdade a um animal preso em uma jaula de ir incessantemente de um lado ao outro sem conseguir sair, como a pantera do homônimo poema de Rilke." Por outro lado, "a Teoria Crítica afirma que na situação atual da sociedade não há liberdade nenhuma e que ela poderá ser alcançada somente quando os indivíduos tiverem o poder de controlar realmente a constituição e o funcionamento da sociedade."

Tal concepção de liberdade, embora tenha traços diretos com o ideal kantiano de autonomia, remete a uma inspiração diretamente da tradição da esquerda-hegeliana, que não toma a autonomia como algo desarraigado e desvinculado de um contexto histórico-social

---

[562] Jay, Martin. **Splinters in your eye: Frankfurt School provocations** Londres/Nova York, Verso, 2020.
[563] Ibsen, Malte Froslee. **A critical theory of global justice**. Oxford: Oxford University Press, 2023. p. 20.
[564] Ibidem.
[565] Adorno, Theodor W. **Erziehung zur Mundigkeit**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971, p.88.
[566] Adorno, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: Cohn, G (org.). **Theodor W. Adorno**. São. Paulo: Ática, 1998.
[567] Pinzani, Alessandro. Teorias politicas tradicionais e teorias criticas. **Lua Nova**, São Paulo, 102: 57-91, 2017

específico, isto é, como uma propriedade, uma prática cognitiva, como na ideia de autonomia ainda influenciada pela noção metafisica kantiana. Liberdade, aqui, trata-se da libertação do sofrimento. Em outras palavras, a normatividade específica operada na teoria crítica da sociedade responde a um conceito historicamente embutido de razão que identifica, nas palavras de Honneth, "um potencial normativo que reemerge em toda realidade social porque ela está fundida com a estrutura de interesses humanos".[568]

Dentro dessa "grande igreja" constituídas pelas constelações, afinidades de família e campos de forças da crítica imanente, temos uma especificidade da ideia de liberdade relativa à dimensão comunicativa[569] exercida nas sociedades modernas. Neste sentido, a categoria de liberdade refere-se a uma concepção "comunicativa" de liberdade, que em um sentido pós-metafísico, pensa a realização da autonomia em estruturas comunicativas do mundo da vida, seja mediado por relações de reconhecimento, justificação ou ressonância. Por fim, o grande abismo entre a análise da filosofia política e os processos da realidade social, transforma o idealismo que permeia sobretudo as teorias do liberalismo político pós-rawlsiano em uma teoria tradicional para aplicação a questões morais e políticas, sem fornecer uma crítica relevante, recaindo em um normativismo vazio.

Em suma, "enquanto a teoria tradicional persegue um interesse pragmático em sua tentativa de ordenar e classificar dados tidos como naturais e imutáveis, a teoria crítica possui um interesse emancipatório na transformação da realidade social."[570] No contexto contemporâneo, diferente da filosofia política normativa, que parte de uma anlise de posições externalistas[571] em relação à normatividade, a Teoria Critica imanente tem como motor um "desejo a mudar a sociedade em ordem de preencher um comprometimento universalista com a emancipação"[572], ou seja, a partir de possibilidade inerente a sociedade moderna, a remoção de obstáculos à realização da liberdade para todos indivíduos. Essa dimensão marcaria a herança marxista e hegeliana da sociedade, a saber, uma rejeição de uma análise normativa descontextualizada da realidade social.

---

[568] Honneth, Axel. The point of recognition. In: Honneth, Axel; Fraser, Nancy. **Redistribution or recognition: a political philosophical exchange**. New York: Verso Books, 2003.
[569] Honneth, Axel .Gerechtigkeit und kommunikative Freiheit. In: Merker, B.; Mohr, G.; Quante, M. (org.). **Subjektivität und Anerkennung**. Paderborn: Mentis, pp. 213-27, 2004.
[570] Pinzani, 2018, op. cit.
[571] Deranty, Jean-Philippe. **Critical theory and/as Political Philosophy. Hegel and the Frankfurt school**. London: Routledge, 2020.
[572] Deranty, Jean-philippe. Between Honneth and Rancière: problems and potentials of a contemporary critical theory of society. In: Deranty, Jean-Philippe; Genel, Katia (org.). **Recognition versus Disagreement**. New York: Columbia University Press, pp. 33-80, 2016.

Neste sentido, a crítica imanente da sociedade se distingue de teorias idealistas[573], isto é, que elaboram uma crítica externa e construtivista das injustiças sociais; das teorias do dissenso, que projetam voluntaristicamente um agente social transformador sem a mediação de uma análise estrutural da organização social de modo não totalizante, e também das abordagens cientificistas, que procedem de modo quantitativo orientando governança em teorias sociológicas e de ciências políticas. As potencialidade da emancipação estariam presentes não em princípios abstratos, ahistóricos ou deslocados dos eventos políticos da sociedade, mas sim em processos de resistência à dominação vigente, que apontam para as estruturas que bloqueiam tal transformação social, e, ao mesmo tempo, indiquem as forças e tendências progressistas que podem realizar a mudança institucional para efetivação da liberdade social. Para isso, a crítica imanente conta com uma rede de disciplinas como ciências sociais, psicologia, economia política e estudos jurídicos para formar uma aliança explicativa de tais tendencias regressivas ou progressistas.

Sentimento de reconstrução

No decorrer da terceira parte da tese, o foco será mobilizado em torno da filosofia social enquanto uma crítica imanente do populismo tardio. Esse modelo em específico parte de um procedimento metodológico reconstrutivo – em contraposição aos modelos anteriores: desconstrutivista, compositivista e construtivista. De modo geral, a noção de "reconstrução" tem uma longa vida no pensamento e nas dinâmicas políticas modernas. Desde que foi mote central para a redemocratização da República Federal Alemã após o sequestro do Estado pelo totalitarismo nazifascista, a ideia de reconstrução figura nos processos sociais de redemocratização, como nos casos latino-americanos do final da ditadura-civil-militar. Mas, também, recentemente no uso que o do governo brasileiro da chapa Lula e Alckmin, formulado como linha de força para marcar um período e um modo de gestão política posterior ao período da "desconstrução" da infraestrutura institucional da democracia constitucional, levado a cabo pelo governo de Bolsonaro.

Nesse mesmo espírito, concebemos a continuidade da tradição da Teoria crítica da sociedade no pós-guerra como um esforço antes de tudo, reconstrutivo, pois a teoria política, em chave crítica de uma noção reconstrutiva e reflexiva de progresso, atualizaria o projeto de

[573] Kreide, Regina. Social critique and transformation: Revising Habermas's colonisation thesis. **European Journal of Social Theory**, v. 26, 2, pp. 215-235,2022.

um “materialismo interdisciplinar” inaugurado pelos pesquisadores associados ao *Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt* e continuada por Habermas nos anos 1960, nos termos de uma análise normativa e crítica dos fenômenos regressivos políticos que reconstruía um novo sentido de razão não-patológica.

Assumindo o cargo de professor de filosofia social, Habermas sucedeu a cadeira de Horkheimer, formulando um retorno ao programa original na forma de uma teoria do conhecimento – um conhecimento com o interesse prático para a emancipação. Ressoando a crítica de seus antecessores ao cientificismo e ao positivismo, Habermas formula um renovado confronto com a teoria tradicional por meio de uma concepção renovada de racionalidade e de crítica do conhecimento. Para isso, uma aliança com diversas ciências empíricas é mobilizada e dá surgimento a novas questões como justificação normativa, pragmática do uso da linguagem e uma teoria discursiva da moralidade, direito e política.[574] Após as mortes de Adorno e Horkheimer, Habermas procurou superar os impasses do negativismo de seus mentores, passando a operar uma resolução da aporia do diagnóstico de um mundo totalmente dominado pela racionalidade instrumental em direção a uma renovação que teria na reconstrução do “projeto inacabado da modernidade” uma nova orientação à emancipação.

É neste sentido que o “comportamento crítico” que marcava a primeira geração em relação à emancipação se tornou, nas palavras de Luiz Repa, “um comportamento reconstrutivo”[575], que procurou identificar partículas e fragmentos de uma racionalidade existente de consenso sem coerções já incorporadas nas práticas políticas, por mais distorcidas que possam ser[576]. A compreensão habermasiana de politica como um “ideal distante contra o qual a realidade sórdida deve ser medida, mas como uma precondição existencial em sociedades pluralistas de qualquer democracia digna do nome”[577]

É a partir da tradição da teoria crítica da sociedade, e, neste recorte, que analisamos as contradições estruturais e formas de dominação que são promovidos mediante diagnósticos do tempo das “patologias da razão” no chamado “paradigma da reconstrução” [578]. Dentro deste

---

[574] Allen, Amy. Third generation critical theory: Benhabib, Fraser, and Honneth. **The History of Continental Philosophy**, vol 6, 2019.
[575] Repa, Luiz. **Reconstrução e emancipação - Método e política em Jürgen Habermas**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2021, p.35.
[576] Habermas, Jürgen. **Facticidade e validade**. Trad. Rurion melo e Felipe Çoncalves, São Paulo: UNESP, 2020, p. 369
[577] Habermas, 2022, p.149.
[578] Gaus D. Rational reconstruction as a method of political theory between social critique and empirical political science. Constellations, 20(4), 553–567. 2013

paradigma, como veremos, a ideia de uma "reconstrução racional" representa o modelo de uma critica imanente habermasiana[579], que serviu como modelo paradigmático para seus estudantes[580]e para as gerações que se seguiram no projeto de uma teoria critica da sociedade. Ao se distanciar do modelo antecessor de uma dialética do esclarecimento, Habermas desloca um quadro teórico calcado numa filosofia da consciência, guiado por um modelo de sujeito-objeto de cognição e ação, para um modelo baseado na filosofia da linguagem e na racionalidade comunicativa[581].

Uma ideia de liberdade pós-metafísica

Uma reconstrução como procedimento crítico se articula em dois níveis: primeiro em uma dimensão horizontal, que recupera e diagnostica uma gramática normativa intramundana, onde as experiências de desrespeito e indignação têm uma centralidade na compreensão dos potenciais de resistência embutido nessas formas de injustiça. E, em segundo lugar, uma dimensão vertical, na qual se deve mostrar a plausibilidade dos critérios obtidos a partir de uma concepção de progresso moral que determina a lógica de desenvolvimento histórico de processos de aprendizagem social[582]. De modo a fundamentar uma concepção progressista de liberdade, Habermas precisou resgatar os potenciais racionais da filosofia após o seu eclipse, um movimento que, segundo Martin Jay[583], envolveu uma série de procedimentos legados para as gerações subsequentes da Teoria crítica.

Em primeiro lugar, foi necessária uma "dessubstancialização da razão", que abandonou uma ideia de razão objetiva e a fé ontológica em um princípio de racionalidade suficiente. Em segundo lugar, procedeu-se a uma "detranscedentalização da razão", que recusa o ancoramento de um sujeito universal racional anterior aos contextos históricos. Em terceiro lugar, Habermas promoveu uma "linguistificação da razão", que procura na interação comunicativa e na pragmática universal uma orientação de fundamentação racional como telos da crítica. Para isso, foi necessário em quarto lugar "uma dessublimação da razão", que

---

[579] Stahl T. Habermas and the project of immanent critique, in: **Constellations.** Special section in Constellations: The Communicative Action after Three Decades, 20(4), 2013.
[580] Repa, Luiz. **Reconstrução e emancipação - Método e política em Jürgen Habermas**. 1. ed. São Paulo: EDUNESP, 2021.
[581] Wellmer, Albrecht. Reason, Utopia, and Enlightnment. In R. M. Bernstein (org.) Arato, Andrew. Et. Al. **Habermas and Modernity**. MIT Press, 1985
[582] Cf. Iser, Mattias. **Emporung und Fortschitt: grundlagen einer kritischen Theorie der Gesellschaft**. Frankfurt am Main: Cmpus 2008.
[583] Jay, Martin**. Reason after eclipse**. University of Wisconsin Press, 2017. p.123

a situa em práticas e instituições do mundo social como um processo incompleto; e, consequentemente, uma " pluralização da razão", que não integra a racionalidade em uma metacategoria, mas a articula em complementaridade a outras manifestações racionais.

Em seguida, Habermas forneceu elementos para "a procedimentalização da razão", que procura protocolos discursivos de argumentação que podem ser aplicados a questões normativas e cognitivas, e, também, uma "atemporalização da razão como um projeto infinito", que o pensa como um ideal regulativo que nunca chega a sua realização completa. Por fim, a teoria de uma liberdade comunicativa estabeleceu uma, por assim dizer, narrativação da razão, que implica em uma reconstrução racional dos processos de aprendizagem da espécie que podem ser realizados potencialmente no futuro, sem reviver uma filosofia objetiva da história.

Uma crítica desinflacionada da ideologia

As linhas gerais dessa concepção progressista de liberdade integram a base normativa com a qual as teorias críticas reconstrutivas tiveram que se adequar ou insurgir em ordem de apresentar, à luz desse paradigma, uma concepção de crítica que se apoia na reconstrução de construções normativas internas às práticas sociais, que, por sua vez, não estão conscientemente disponíveis ou esclarecidas aos conhecimentos dos atores e atrizes sociais, de modo a derivar delas seus próprios critérios normativos.

Essa perspectiva implica a adoção de uma concepção de esfera pública que avançarem em termos de complexidade e circulação de poder e liberdade comunicativa em relação à noção prévia de indústria cultural e sua visão de uma sociedade de massas. Esse descentramento de um complexo integrativo totalizante de dominação para esfera de poder e contrapoder foram fundamentais para Habermas repensar os próprios termos de uma crítica da ideologia. Não mais concebida como uma falsa-consciência objetivamente necessária, o papel das ideologias assume uma conotação mais desinflacionada.

Em razão das sociedades do capitalismo tardio experimentarem um processo difuso de aculturação, o papel do teórico crítico não poderia mais estabelecer um denúncia de sujeitos coletivos como passiveis de uma falsa consciência ou mesmo uma incapacidade estrutural de racionalizar. Isso implicaria um autoritarismo ético ou privilégio epistêmico incompatível com a virada reconstrutivista da crítica social. Do ponto de vista então comunicativo, ideologia passaria a significar uma fragmentação das consciências ocasionado pela distorção sistemática da linguagem e dos procedimentos orientados para o entendimento.

Uma noção deliberativa de transformação social

Por fim, a ideia de transformação social também se modifica: não mais reduzida a posições subjetivas de redenção ou florescimento humano, a ideia de emancipação ganha contornos radicalmente democráticos, inscritos nas instituições do Estado democrático de direito e das múltiplas formas de resistência na sociedade civil. O ideal deliberativo assume uma forma de prática social institucionalizada em procedimentos que garantem a autonomia privada e pública das e dos agentes políticos que discutem mediante razões e escolhem eleitoralmente seus representante de forma a aprimorar os instrumentos técnicos das democracias constitucionais modernas.

Certa herança habermasiana

Para se aprimorar o debate, é possível explicar as três constelações que comportam imagens e concepções desta liberdade enquanto progresso: a primeira imagem fortemente influenciada pela psicanálise, a segunda imagem influenciada pela sua fase neokantiana e seu modelo específico de compreensão da pragmática formal, e, finalmente, uma concepção mais hegeliana que, retorna recentemente para pensar o progresso em termos de evolução social do pensamento pós-metafísico. Nesse sentido, a ideia de reconstrução racional assume ao menos três sentidos de progresso e liberdade no desenvolvimento da teoria de Habermas: psicanalítica, ética-imanente e pragmático-moral.

No primeiro caso, essa imagem de progresso é inspirada pela obra da juventude de Habermas, em especial, *Conhecimento e Interesse* e outros escritos críticos do progresso, quando, influenciado pela psicanálise, ele elabora uma noção de reconstrução que teria a relação dialética entre analista e analisado. A esta dinâmica Habermas erige como mediação um procedimento hermenêutico de descoberta, decifrações que podem ser feitas racionalmente a partir de rememorações de sonhos e repetições, onde o psicanalista (aqui entendido como teórico crítico) pudesse desencadear no paciente uma autorreflexão dos modos operantes de dominação e subjugação que permeiam o cotidiano do analisando.

O sentido de progresso, neste aspecto, teria uma conotação negativa de formar a autocompreensão do ator social a partir do recurso de uma noção de filosofia da história, que, por sua vez, tem o inconsciente e suas pulsões como matéria prima da análise reconstrutiva. Em linhas gerais, a reconstrução trataria de analisar as patologias concretas, mediante um

expediente genealógico, que verifica a origem de tal deslocamento racional em dominação para sua manifestação presente.

No *segundo caso*, a imagem moral ou reflexiva da reconstrução tem como influência uma noção kantiana de pragmática formal de Habermas que é desenvolvida em suas elaborações acerca de uma teoria da comunicação. O papel que a reconstrução cumpre, sugere Repa, terá a função de "transformar o saber intuitivo de regras dos atores no uso comunicativo da linguagem em um saber teórico [..] de tal modo que se possa comprovar a universalidade dessas regras como condições 'quase-transcendentais' da fala". Progresso, neste sentido, tem em si uma demanda de ser universalmente e reciprocamente aceitos pelas estruturas de justificação normativa política e social. Ou seja, "o objeto é abstrato e supra-histórico, e isso é desdobrado ao modo de tipos ideais representando as condições de comunicação como universais".[584]

No *terceiro modelo* de reconstrução, este recurso metodológico assume um caráter hegeliano ao investigar os processos de evolução social contidos nas práticas e rotinas dos atores sociais que são incorporados eticamente mediante uma noção de razão social localizada na história. Logo, o "objeto de reconstrução é o conteúdo normativo de uma práxis ou forma de vida", e diferente dos demais, ele é "desdobrado como um processo de realização progressiva da razão". Em suma, o recurso à vertente teórica da crítica social pós-habermasiana nos ajuda a avaliar os sentidos do populismo: ele se figura como um avanço político e um progresso moral nas instituições democráticas ou se trata antes de uma forma de regressão política e uma forma de erosão das democracias constitucionais?

Investigaremos nesta seção com mais aprofundamento as circunstância pela qual certa herança habermasiana influenciou (de forma negativa ou positiva) as contribuições de suas alunas e alunos que se formarem com a geração subsequente a partir das intuições de uma teoria reconstrutiva da sociedade. No que nos interessa para adentrar os aspectos centrais da tese, conforme sugerimos, é importante indicar que elementos constituem a crítica reconstrutiva do populismo, que como veremos, será retomada e elaborada mediante uma crítica imanente que tem como base ou critério normativo uma concepção de progresso político.

---

[584] Repa, Luiz. **Reconstrução e emancipação - Método e política em Jürgen Habermas**. 1. ed. São Paulo: EDUNESP, 2021. p. 39

7. Crítica reconstrutiva do populismo

> O que falta neste trabalho (Facticidade e Validade) é o reconhecimento do "descontentamento da democracia" (Michael Sandel). A ascensão de líderes carismáticos de direita, como (Ross) Perot ou Berlusconi, que exploram o circo da mídia tele-eletrônica numa onda de movimentos neofascistas na Europa Ocidental, que mobilizam fortes identidades contra estrangeiros, imigrantes e requerentes de asilo; o desmantelamento do Estado de bem-estar social pelos governos neoliberais...; o tremendo sentimento de apatia, cinismo e desilusão com o processo político... o eclipse da soberania popular através do surgimento de novas redes financeiras, capitais e de comunicação – todos estão ausentes do relato de Habermas sobre a democracia[585].
>
> **Seyla Benhabib**

O trecho acima é parte de uma significante resenha dew Seyla Benhabib da tradução americana do livro *Facticidade e Validade* de 1997, onde a filósofa expõe um das críticas mais radicais ao seu modelo teórico e das lacunas colocadas naquele período. Colocando em xeque seu suposto otimismo estadocêntrico e questionando a euforia com a redemocratização pós-queda do muro de Berlim, Habermas não estaria preparado para responder a altura um diagnóstico do emergente populismo de direita da década do chamado colapso da modernização ou da ascensão do totalitarismo neoliberal.

Contudo, nos dias de hoje, em que vivemos o chamado "momento populista", uma explosão de discursos e plataformas do sul ao norte global, com as mesmas características que Benhabib descreve em 97 no campo da direita, ainda podemos dizer o mesmo do modelo teórico habermasiano e de seu lapso programático com tais dinâmicas politicas autoritárias?

As contribuições da obra de Habermas, em especial, nas intervenções dos últimos anos em entrevistas, ensaios e textos de intervenção, apontam em sentido contrário da posição de Benhabib: temos um sofisticado diagnóstico da regressão política (que a interpreta como desaprendizagem, bloqueios a experiencia emancipatória, interrupção do fluxo comunicativo que impede reflexivamente a articulação do sofrimento e formas de dominação social), a luz da confluência de uma crítica do capitalismo e uma teoria democrática.

---

[585] Benhabib, Seyla. Resenha de Between Facts and Norms, de Jürgen Habermas. **The American Political Science Review** 91, no 3 (set. 1997): p. 725-6

Neste capítulo, de modo geral, ao menos ao que pretendemos aqui para fins analíticos e de sistematização do problema do populismo, os componentes normativos de uma ideia progressista de liberdade, uma crítica atualizada da distorção ideológica e uma concepção política de deliberação formam a trifecta de uma crítica de uma patologia da esfera pública de sociedades capitalistas avançadas

7.1. Crítica imanente e liberdade comunicativa

> Uso o termo "reconstrutivo" para descrever teorias que buscam explicar os conteúdos normativos implicitamente assumidos de práticas empiricamente estabelecidas - por exemplo, a comunicação cotidiana - a partir da perspectiva do participante, ou seja, em uma atitude performativa.[586]

O ponto de partida da teoria crítica de Habermas é sua concepção político-ontológica na qual os seres humanos são constituído por meio da linguagem. Em seu cerne, temos a importância que comunicação entre sujeitos dirigida e orientada pelo entendimento sobre o estado de coisas no mundo social e autenticidade de suas expressões em um mundo subjetivo. Decorrente dessa premissa existencial, o conceito de "liberdade comunicativa" diz respeito à capacidade adquirida na evolução social de indivíduos dizerem "sim" ou "não" a pretensões de validade. Trata-se de um pressuposto para a estratégia metodológica fundamentada numa crítica imanente reconstrutiva racional, que apresenta os potenciais emancipatórios em torno de uma intersubjetividade intacta e de relações de reconhecimento recíproco não-arbitrárias. Tais relações são calcadas numa racionalidade comunicativa orientada para o entendimento mútuo, ao contrário de formas estratégicas e instrumentais de racionalidade, que podem ser vistas como obstáculos a uma forma de liberdade reflexiva. Liberdade essa, como veremos em *Facticidade e Validade*, está vinculada desde seu início com uma forma de vida democrática como um pressuposto existencial.

Influenciado por Kant, Habermas concebe a liberdade enquanto um sinônimo de autonomia. Baseado na sua teoria do discurso, liberdade se relaciona com uma dimensão moral de juízos universalmente e normativamente justificados. Para isso, como indica

---

[586] Habermas, Jurgen. Response to my critics In.. Finlayson, James Gordon & Freyenhagen, Fabian (org.) **Habermas and Rawls: Disputing the Political.** New York: Routledge, 2010.

Cooke[587], a fundamentação moral da liberdade por Habermas é marcada pelas suas dimensões deontológicas, cognitivas, universalistas e formalistas.

Assim como na visão reflexiva kantiana, trata-se de uma concepção de liberdade deontológica, porque atribui um imperativo como força vinculativa moral que seria analógica a um caráter incondicional de demandas de validade; é cognitivista pois fundamenta positivamente a questão se seria possível justificar racionalmente pressupostos normativos em um sentido transcendente de contextos; é universalista no sentido de que é ancorada em interesses universais; finalmente, é formalista no sentido de estabelecer uma distinção entre normas validas ou não com base de uma processo governado pelo princípio formal da universalização (U), que requer normas morais válidas para ser universalizadas.

Na ética do discurso, o princípio formal U fundava o princípio do discurso. O direito e a política tinham uma base na moral. Em *facticidade e validade*, as coisas se invertem. O princípio moral de universalização passa a ser derivado do princípio mais geral do discurso. Esse nem sempre tem um conteúdo universal, pois pode ser instrumental, ética, jurídico etc.

Contudo, Habermas avança em termos não-metafísicos – assim como Rawls - em relação à concepção de liberdade kantiana, mas vai além porque fundamenta sua teoria do discurso em um sentido pós-metafísico. Isso significa que, enquanto Kant assume que indivíduos apenas testam sua validade das máximas de ação de forma monológica, Habermas compreende que tais normas são produzidas de forma dialógica, por meio de argumentações e acordos entre participantes. Tais normas podem ser testadas e geradas em um procedimento de argumentação.

Trata-se da dimensão de uma "transcendência na imanência", como Cooke observa, que defende que a transcendência passa a ser gerada com práticas de comunicação, diferente de Kant, que não concebe a validade moral de normas produzidas pela argumentação, mas como algo geneticamente anterior a essa prática. Consequentemente, a autonomia moral também assume um caráter dialógico, pois é produzido de modo intersubjetivo traves de deliberações acerca da validade de normas morais, enquanto para Kant trata-se de algo inerente a todos os seres racionais, um fato, por assim dizer, pré-social.

Essa concepção de liberdade como autonomia, que Habermas chama de "liberdade comunicativa", além de ser dialógica, mediada intersubjetivamente e processual por ser deliberativamente gerada, deve satisfazer a condição cooriginária que a determina enquanto

[587] Cooke, Maeve. Beyond Positive and Negative Liberty: Habermas and Honneth on Political Freedom. In: Christman, John. **Positive freedom: past, present and future**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

uma autonomia pública e privada.[588] Essa constituição mútua determina uma recíproca dependência entre a liberdade de uma moral privada, garantida por um sistema de direitos subjetivos, e uma moral pública, assegurada por direitos sociais.

A conexão entre soberania popular e direitos humanos e civis correspondentes às duas dimensões da liberdade moral também é tida como sinônimo entre autonomia privada e pública. Neste sentido, Habermas encontra o núcleo normativo desse projeto crítico na ideia de auto-organização democrática de uma comunidade político jurídica, voltado para todos os cidadãos e não apenas para um "povo".

Esse se expressa na expectativa institucionalizada (em práticas sociais de regulamentação discursiva e procedimentos jurídicos democráticos) de uma circulação do poder que possibilite uma solução cooperativa de problemas por meio de procedimentos deliberativo-decisórios radicalmente inclusivos, nos quais os próprios participantes estão em condição de realizar, por iniciativa própria, as possibilidades concretas de uma vida melhor e menos arriscada, segundo as necessidades e os discernimentos próprios onde todos possam participar da agenda pública de forma que os processos decisórios tenham uma ampla transparência e autonomia da parte da sociedade civil, como em eleições gerais, deliberações parlamentares, julgamentos judiciais, e que tais processos tenham credibilidade e possam ser legitimados.

Esse projeto fica mais claro em "Teoria da ação comunicativa", na qual Habermas responde a pelo menos três objetivos interrelacionados, conforme resume McCarthy: (1) desenvolver um conceito de racionalidade que não esteja mais vinculado e limitado pelas premissas subjetivistas e individualistas da filosofia moderna e da teoria social; (2) construir um conceito de sociedade de dois níveis que integre os paradigmas do mundo da vida e dos sistemas; e, por fim, (3) esboçar, nesse contexto, uma teoria crítica da modernidade que analise e dê conta de suas patologias de forma a sugerir um redirecionamento e não um abandono do projeto de iluminação.[589]

No cerne da crítica imanente de Habermas reside "um conceito de sociedade em dois níveis", no qual aglutina duas atitudes metodológicas distintas: primeiro aquela do *investigador participante* que está de algum modo implicado no objeto da realidade social, neste caso, que se vê envolto e emaranhado a uma rede de relações comunicativas orientadas

---

[588] Gonçalves, Felipe. **Liberdades em disputa. A reconstrução da autonomia privada na teoria crítica de Jürgen Habermas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016, p.12

[589] McCarthy, Thomas. Introdução. In: Habermas, Jürgen**. Theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1984, pp. v– xxxvii.

ao entendimento que constituem o *mundo da vida*, e, em segundo momento, a *atitude do observador externo*, que está atento a uma coleção de ações comunicativas que estariam envoltas a nexos funcionais que incorporam uma dinâmica própria e que respondem a coerções determinadas, que Habermas nomeia de *sistemas*, tendo a economia de mercado capitalista e a administração burocrática estatal como representantes dessa teia social.

Complementar a essa teoria do mundo da vida e dos sistemas, encontramos uma teoria da modernização social que dá unidade ao processo de desenvolvimento, e mais importante, de diferenciação e desacoplamento dos sistemas em relação ao mundo da vida. Trata-se de uma específica vertente teórica que, por um lado, une insights práticos do liberalismo político, como no caso dos críticos mais radicais do populismo em torno de uma plataforma de constitucionalismo democrático liberal, e, ao mesmo tempo, está alinhada com as elaborações pós-marxistas de uma concepção de democracia radical e não essencialista de classe que preserve o potencial da soberania popular. Logo, o que provisoriamente chamamos de terceira via de análise do populismo comunga ambos os aspectos de uma teoria deliberativa liberal e da democracia radical, mas, ao mesmo tempo, explora as tensões e as limitações das análises agonísticas e liberais.

No centro dessa concepção comunicativa de liberdade moral ou reflexiva estão três condições necessárias para fundamentar um modelo de cidadania ativa como exercício de uma liberdade comunicativa: *a primeira condição* estipulada por Habermas consiste em uma cultura política liberal que comporte uma variedade de atitudes e assunções culturais que possa oferecer um ambiente de solidariedade entre os concidadãos. Essa cultura seria marcada por uma série de compromissos com os valores de uma democracia constitucional que seriam passados de modo intergeracional por meio da educação política.

Tais valores necessitam, por sua vez, da vontade de cidadãos e cidadãs em reconhecer outros como colegisladores democráticos em par de igualdade de direitos(ex. RFA na reunificação). Fundamental para esse aprendizado político foi propiciar, pela cultura liberal, um pluralismo em que adversários políticos passam a ser vistos nos debates e processos políticos como oponentes, e não como inimigos. Para ensejar tal cultura política, Habermas defende uma forma de solidariedade cívica orientada para um bem comum.

Em segundo lugar, Habermas defende que um nível de igualdade social é mais um componente essencial para uma sociedade civil ativa, pois permite que cidadãos e cidadãs participem em pé de igualdade no processo de formação da vontade política e da opinião pública. Para isso, Habermas reconstrói a importância de uma arquitetura constitucional de um sistema de direitos fundamentais que asseguram a liberdade em termos de uma autonomia

privada por meio de direitos subjetivos, e, ao mesmo tempo, uma autonomia política pública, que confere os direitos sociais de comunicação e participação.

Por fim, a terceira condição elencada por Habermas para um cidadania ativa contra o populismo consiste no desafio de eliminar as desigualdades que surgem na tensão entre capitalismo e democracia em torno de um projeto de reformismo radical. No caso do populismo tardio, a resposta de Habermas para uma regulação das demandas libertarianas contra o Estado de bem estar social e sua imposições e restrições, vira-se justamente à pratica coletiva de solução de problemas marcada pela proteção ao direito social dos cidadãos e cidadãs numas esfera pública[590] deliberativa.

7.2.Populismo tardio como patologia da esfera pública (I)

A contrapelo das condições para uma prática comunicativa da liberdade, o populismo tardio é compreendido por Habermas como produto de uma renovada mudança estrutural da esfera publica que produz fenômenos da natureza de uma "patologia comunicativa"[591]. "Nunca imaginei que o populismo iria derrotar o capitalismo no seu próprio país de origem", afirmava Habermas logo após a vitória da ultradireita no Brexit. Tal evento se tornou paradigmático para Habermas repensar a configuração política de cenário global de ascensão de forças neo-nacionalistas e o crescimento de desconfiança em relação à democracia e aos procedimentos que garantiam a relativa estabilidade de sistemas políticos no início do século XXI.

Embora fragmentado, sem um tratamento sistemático do controverso e disputado conceito, vimos nos últimos dez anos intervenções teóricas e políticas de Habermas que, aqui e acolá, empregavam o populismo como um fenômeno emergente de polarização política no horizonte das democracias contemporâneas e de uma nova constelação de nacionalismos. O resultado dessa paulatina incorporação de clamores populistas de direita no sistema político é "um mundo cada vez mais autoritário e dilacerado por conflitos"[592]. Esse seria um sintoma do

---

[590] Oliveira, Talita Cristina de. **A noção de esfera pública politicamente ativa no projeto de democratização radical de Jürgen Habermas**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2022.

[591] Habermas, Jürgen. Reflections on Communicative Pathology. In: Habermas, Jürgen. **On the Pragmatics of Social Interaction: Preliminary Studies in the Theory of Communicative Action**. Cambridge: MIT Press, 2001, p. 129–170.

[592] Habermas, Jurgen. Why The Necessary Cooperation Does Not Happen: Introduction To A Conversation Between Emmanuel Macron and Sigmar Gabriel on Europe's Future.**Social Europe**, 20-03-2017. Disponível em: www.socialerope.eu.

que Habermas identifica ser o "declínio, em alguns países e o quase completo desaparecimento do poder racionalizante de debates públicos"[593] que na pandemia se acentuou em uma nova configuração política:

> Quando o espaço compartilhado do "político" degenera no campo de batalha de públicos concorrentes, os programas políticos democraticamente legitimados e impostos pelo Estado provocam teorias conspiratórias – como no caso das manifestações anti-Coronavírus, que são encenadas em um espírito libertário, mas na verdade são movidas por motivos autoritários. [594]

Tratados por Habermas como epifenômenos da ressignificação de liberdade contra lockdown e vacina pelos contrapúblicos subalternos de ultradireita, Habermas em outra ocasião, ainda no contexto da pandemia, em uma coletânea organizado pelo Klaus Gunther intitulado *Freihet oder Leben*, insiste no fato desse ser:

> um fenômeno novo e seriamente preocupante para o futuro próximo - refiro-me à negação politicamente agressiva e baseada em teorias da conspiração dos riscos de infecção e mortalidade causados pela pandemia. Por causa de seu núcleo radical de direita, os protestos pseudo-liberais dos negadores da Corona contra as medidas supostamente conspiratórias de um governo supostamente autoritário não são apenas um sintoma de medos reprimidos, mas também sinais do potencial crescente de uma forma libertária completamente nova de extremismo de centro, que nos ocuparemos por muito tempo.[595]

Tal diagnóstico leva Habermas a reordenar a pergunta acerca das dinâmicas de regressão politicas contemporâneas: "Dada esta reversão irônica da agenda política, a esquerda na Europa deve se perguntar porque o populismo de direita está conseguindo conquistar os oprimidos e os desfavorecidos pelo falso caminho do isolamento nacional". Numa "combinação do populismo tradicional de direita com o egocentrismo libertários dos

---

[593] Habermas, Jurgen. Commentary on Cristina Lafont, Democracy Without Shortcuts. **Journal of Deliberative Democracy,** 16(2), pp. 10–14, 2020. DOI: https://doi.org/10.16997/jdd.397.

[594] Habermas, Jürgen. Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. **Theory, Culture & Society**, vol. 39, n. 4, pp. 145-171, 2022.

[595] Habermas, Jurgen. Grundrechtsschutz in der pandemischen Ausnahmesituation. Zum Problem der gesetzlichen Verordnung staatsbürgerlicher Solidarleistungen. In: Günther, Klaus; Volkmann, Uwe (org.). **Freiheit oder Leben? Das Abwägungsproblem der Zukunft** . Berlin: Suhrkamp, 2022, pp. 20-44.

excêntricos teóricos da conspiração, que defendem suas liberdades subjetivas contra a opressão imaginaria de um Estado de Direito supostamente pseudodemocrático". [596]

Como explicar, portanto, essa nova forma de autoritarismo libertário que na plataforma populista encontrou seu formato político e que, como vimos, capturou a gramática da liberdade em torno de uma ideia reificada e distorcida que legitima narrativas que tornam o injustificável em justificável, o desreconhecimento em reconhecimento, o irracional em racional e que deixaram as forças progressistas "fixada no populismo de direita como um cervo pego nos faróis"[597]? Duas respostas podem ser encontradas na produção dos últimos dez anos de Habermas: uma de ordem política institucional, e, outra mais voltada para a forma de dominação econômica na atual configuração da esfera pública. Esses dois lados da moeda – político e econômico - que compõe o diagnostico que eu gostaria de reconstituir aqui da política "exclusão do outro"[598] como consequência econômica dos "problemas de legitimação do capitalismo tardio"[599].

Vejamos o primeiro aspecto: a cultura política regressiva como falha institucional de governo e Estado. Em 2013, Habermas[600] já alertava para o retorno no populismo de direita ao poder na Alemanha e criticava a política elitista da União Europeia, que teria se afastado das cidadãs e cidadãos e cometido o erro de "menosprezar o populismo de direita desde o início". Naquela ocasião, Habermas criticava a incapacidade de governantes tecnocratas em compreender que o populismo de direita definiu o campo de batalha de nós contra eles, o que deu abertura para a inabilidade de partidos de esquerda em formularem políticas socias de redução da desigualdade que não recaíssem na captura neoliberal de seus governos:

> Desde Clinton (EUA), os social-democratas Blair (Grã-Bretanha) e Schröder passaram à linha neoliberal, predominante nas políticas econômicas, porque isso era ou parecia promissor no sentido político. Na "batalha pelo meio", esses partidos políticos achavam que só poderiam ganhar maioria adotando o curso de ação neoliberal. Isso significava aceitar a tolerância de

[596] Habermas, Jurgen. Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. **Theory, Culture & Society**, vol. 39, n. 4, pp. 145-171, 2022.
[597] Habermas, Jurgen. Moral Universalism in Times of Political Regression. **Theory, Culture & Society**, vol. 37, n. 7-8 (2020), pp. 11-36.
[598] Rodrigues, Ivan. A exclusão do outro. **Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade**, v. 29, p. 91-100, 2024.
[599] Santos, Tiago Mendonça dos. **Problemas de legitimação no capitalismo neoliberal**. Tese de Doutorado do PPGFIL UFSC, 2024.
[600] FILÓSOFO alemão Habermas alerta para volta do populismo na Europa. G1, 28 ago. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/08/filosofo-alemao-habermas-alerta-para-volta-do-populismo-na-europa.html. Acesso em: 6 mar. 2023.

> desigualdades sociais crescentes e de longo prazo. Enquanto isso, esse preço – o econômico e sociocultural de partes cada vez maiores da população –, claramente, aumentou, de modo, tão alto que a reação a ele passou para a direita.[601]

No caso de Nicolas Sarkozy, o ex-presidente francês que depreciava Marine Le Pen ou o ministro da Justiça alemão Heiko Mass, que recusava um debate com Alexander Gauland, tornou os adversários mais fortes e relevantes no cenário político eleitoral europeu. De acordo com Habermas, enquanto tais partidos de esquerda ficavam à mercê de uma agenda liberal a favor da globalização econômica, marcada primordialmente pela chantagem de bancos e a paulatina desregulamentação de mercados, a ultradireita conseguiu capitalizar um discurso que denunciava o elitismo e a tecnocracia presentes nesses movimentos do establishment político.

Neste sentido, o projeto de integração da EU tornou a "Europa um gigante econômico", mas, ao mesmo tempo, "um anão político", reproduzindo uma lógica tecnocrática e capturada por expertocratas, incluindo na esquerda social democrática, que deslegitimam a possibilidade a atuação de cidadãos como coautores numa autodeterminação democrática. Para Habermas[602], o advento do euro criou uma clivagem entre norte e sul na Europa que se traduziu entre uma relação desigual entre os ganhadores contra os perdedores do capitalismo neoliberal. A ausência de mobilidade em um mercado de trabalho único, um sistema de segurança social e uma política fiscal comum, abriu terreno para um modelo político neoliberal criando dependência de nações ao mercado financeiro.

As consequências desse movimento político foram desastrosas: erosão populacional, desemprego juvenil e, finalmente, um nacionalismo xenofóbico que se manifesta em pautas populistas de direita. Ainda, segundo Habermas, "a exortação fatal de Trump dificilmente teria encontrado a resposta furiosa pretendida dos cidadãos que invadiram o Capitólio em 6 de janeiro de 2021 se as elites políticas não tivessem decepcionado por décadas as expectativas legítimas e constitucionalmente garantidas de uma parcela significativa de seus cidadãos".

---

[601] Habermas, Jürgen. Por uma Polarização Democrática: como por abaixo o populismo de direita? **Redes: R. Eletr. Dir. Soc.**, Canoas, v.5, n. 2, pp. 135-141, nov. 2017.
[602] Habermas, Jürgen. Year 30: Germany's Second Chance. Social Europe Publishing. **Social Europe**, October 3, 2020. Disponível em: www.socialeurope.eu]

Neste contexto, "pós-democracia", ressalva Habermas[603], é um termo que pode ser apropriado para descrever o impacto político numa sociedade sob implementação global de desregulamentações neoliberais, que, paradoxalmente, usam de uma retorica nacionalista para proceder com o desmantelamento do poder do Estado social nacional. Quase dez anos depois, no seu balanço crítico da experiencia de 30 anos de reunificação da Alemanha, Habermas afirma que nunca este projeto esteve tão fragilizado quanto nos últimos anos, especialmente com o fato de que pela "primeira vez na história da República Federal da Alemanha, um partido bem-sucedido à direita (aliança entre CDU e a União Social Cristã [CSU]), conseguiu se firmar como uma crítica anti-Europa aliada a um nacionalismo etnocêntrico sem precedentes e que não mais se esconde, sendo escancarado".

Trata-se da entrada do partido de ultradireita AfD, "Alternativa para a Alemanha", que encontrou apoio entre economistas nacionalistas e representantes empresariais da Alemanha ocidental que criticavam a ausência de protecionismo à economia alemã durante o auge da crise econômica de 2012. As mudanças desse espectro político-partidário só foram possíveis, na análise de Habermas, pela pífia reação do governo alemão durante a crise de refugiados e do aumento exponencial de xenofobia entre cidadãs e cidadãos alemães. Esses fenômenos seriam indícios de uma nova mentalidade política regressiva, que diante da polarização, fez aumentar a distância histórica do momento de reunificação nacional alemã e do difícil processo que o levou a se concretizar:

> A regressão política que aparece na forma do surgimento e da consolidação da AfD (Alternativa para Alemanha) tem uma face confusamente ambivalente: por um lado, adquiriu um caráter compartilhado, pan-alemão; por outro lado, concentra diferentes histórias do pós-guerra e diferentes mentalidades no Oriente e no Ocidente. A distância histórica torna as duas coisas muito mais óbvias para nós – que compartilhamos o mesmo conflito com o populismo de direita, sendo que este conflito, ao mesmo tempo, lança luz sobre as mentalidades políticas muito diferentes que se desenvolveram ao longo de quatro décadas na República Federal e na República Democrática Alemã respectivamente. Ao menos dois eventos foram cruciais para a normalização da extrema direita populista no poder: os protestos xenófobos na cidade de Chemnitz em 2018 que contaram com uma porção de neonazistas e a reação às eleições de Thomas Kemmerich em 2020 na Turíngia[604].

[603] Habermas, Jürgen. Interview with Jürgen Habermas. In: Bächtiger, André; Dryzek, John S.; Mansbridge, Jane; Warren, Mark E.(orgs.). **Oxford Handbook of Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 871-882.
[604] Ibidem.

Nestas ocasiões, Habermas identificou uma mudança temerária do cenário político, pois antes os partidos de extrema direita eram apenas reconhecidos marginalmente na corrida eleitoral, com estes eventos pivotais se tornaram não apenas legitimados pelo Estado e por outros partidos, mas mostraram ter uma força eleitoral que se traduziu no crescimento da AFD no congresso e nos Estados do leste, e, ao mesmo tempo, se tornou normalizado o retorno de uma plataforma de extrema direita abertamente neonazista. Uma série de ações institucionais, inclusive, foram fundamentais para uma "aceitação tácita da violência da extrema direita", que trouxe a Habermas lembranças do contexto de Weimar.[605] O exame crítico das falhas do processo de reunificação alemã foi capturado por partidos como a AFD para difundir racismo, xenofobia e intolerância generalizada em torno de um projeto totalmente opositor a uma maior integração europeia.

Agora vejamos o segundo aspecto, o efeito de dominação econômica e da desigualdade específica do capitalismo neoliberal que incide na consolidação de plataformas populistas de ultradireita. Em uma entrevista sobre os efeitos que o Brexit poderia influenciar na dinâmica econômica alemã, Habermas atesta:

> Na Alemanha, vivemos uma década de crescimento econômico contínuo, enquanto a extrema desigualdade de riqueza e renda aumentou durante o mesmo período. Mesmo nas seções de negócios fundamentalmente conservadoras de nossos principais jornais diários, pode-se agora encontrar uma concordância ponderada com o diagnóstico de Thomas Piketty de que o capitalismo global está se colocando em perigo através da conexão entre a crescente desigualdade social e a ascensão do populismo de direita.[606]

Esse efeito econômico amplo e generalizado tem consequência políticas na reorganização da esfera pública pelo neoliberalismo: o descumprimento da aceitação de resultados eleitorais, que erodem as instituições políticas e deslegitimam os processos democráticos, foi impulsionado por três tendencias de uma nova organização da comunicação pública: uma piora na qualidade de serviços jornalísticos decorrente da pressão da publicidade algorítmica de grandes corporações capitalistas e também da qualidade de leitores que divergem no processo conflitivo do formação da opinião pública; um processo de fragmentação da esfera púbica resultante de uma explosão de redes autônomas e

[605] Habermas, Jürgen. The Players Resign. Core Europe to the Rescue. A Conversation with Jürgen Habermas about Brexit and the EU Crisis. **Die Zeit online**, 12-07-2016. Disponível em: www.zeit.de.
[606] Ibidem

independentes que impede cidadãos de participarem com qualidade na formação de vontades politicas coletivas; e o surgimento de redes de novas mídias que rejeitam mediações ou padrões de gatekeepers, evitando vozes dissonantes, excluindo critérios de verdade e falsidade típicos do jornalismo.

O diagnóstico do novíssimo neoconservadorismo[607], como Felipe Moraes atesta, atesta que os potenciais democratizantes da digitalização da nova esfera pública – o que Habermas chama de primeira revolução da mídia na história da humanidade, que empodera leitores a serem leitores e dinamiza, inclui e amplia as trocas de informações, passa a ser utilizado para fins econômicos e não mais culturais, gerando o que Habermas chama de "plataformização da sociedade", "mercadorização ou mercantilização da consciência pública". Temos aqui o que Habermas chama de "refeudalização da sociedade" , processo pelo qual Peter Gordon interpreta como uma nova "sociedade do espetáculo", no qual a invasão do capitólio por apoiadores trumpistas do 6 de janeiro, documentada pela Fox News e blog negacionistas, segundo o próprio, foi o resultado de um processo de fragmentação da consciência de um público refém de influencers, que se tornaram jornalistas que transmitem apenas narcisismos e puro entretenimento.

Ou seja, o que caracteriza normativamente as comunicações para Habermas são suas pretensões ilocucionárias, mas as novas comunicações digitais parecem ter como centro normativo a pretensão perlocucionária[608]. De uma maneira exageradamente ilustrativa, se antes era o intelectual que representava o crivo racional do debate público, agora é o influencer que condensa as atenções fragmentárias travestidas de opiniões. Nesse sentido, Habermas é cauteloso, mas em certa medida compartilha diagnósticos como o de Reckwitz[609] que conferem à totalidade da sociedade moderna tardia a imagem sociocultural de um usuário digital, que, em "em competição por visibilidade e reconhecimento, procura coletar 'likes' e o máximo de 'seguidores' possíveis por meio de autorretratos"[610] que podem ser melhor representadas pelas "aberrações narcisísticas" como Donald Trump.

Esse seria o vínculo da confluência perversa entre neoliberalismo e populismo para Habermas. Justamente a ênfase na desregulamentação de qualquer forma de opinião pública

---

[607] Moraes, Felipe Morales. **Neoconservadorismo: a teoria da injustiça de Jurgen Habermas.** Tese de Doutorado do PPGFIL UFSC, 2024.

[608] Borba, Eduardo de. **Modernidade, crise e crítica - Os problemas de legitimação do capitalismo tardio segundo Jürgen Habermas**. Tese de Doutorado do PPGFIL UFSC, 2022

[609] Diagnóstico que tratamos no primeiro capitulo acerca da modernidade tardia. Ver. Reckwitz, Andreas. **Society of singularities.** Polity Press, 2021.

[610] Habermas, Jürgen. "Moral Universalism in Times of Political Regression", **Theory, Culture & Society** , vol. 37, n. 7-8, pp. 11-36, 2020.

abre espaço para uma defesa irrestrita da liberdade de expressão conivente com os propagadores de discurso de ódio, e mais problemático, aqueles que estão em torno de plataformas negacionistas da sociedade. Neste sentido, a desformalização e a desresponsabilização da esfera pública caminham de mãos dadas com um sistema desregulado de mercado neoliberal, conforme o próprio Habermas exemplifica em eventos recentes da história politica alemã.

> Em contrapartida, o que estamos a assistir agora é a uma desformalização da comunicação pública e ao impacto da reduzida distância entre as opiniões publicadas e as opiniões semi-públicas da "caixa de sabão" digital. O aumento do antissemitismo e a degradação geral da discussão pública são suficientemente maus. Mas o que acho ainda pior é o potencial organizacional oferecido pela formação de bolhas e nichos na dark internet". As ilhas de comunicação das redes extremistas de direita, que se infiltraram secretamente na polícia, na Bundeswehr – em particular no KSK (Kommando Spezialkrafte) – e até nas burocracias dos serviços secretos, evocam hoje o pesadelo de um Estado profundo. O mercado digital não precisa ser desregulamentado, pois se conformou ao modelo neoliberal desde o início. Assim, a falta de regulação estatal nessa área é ainda mais dolorosa.[611]

É em face da desregulamentação global dos mercados financeiros e do enfraquecimento do Estado, que não garantiam mais a precondições materiais da população como forma de legitimação capitalista contra desintegração social (findou o período que o capitalismo democrático, esgotou o tempo comprado, nos termos de Streeck), o populismo emergiu na desestabilização interna que foi agravada pelo desafio da crise climática e da pressão da imigração. Segundo Habermas, o neoliberalismo, por meio de sua politicas orientadas por bancos, solapou a base de solidariedade cívica e politicamente se tornou mais forte na medida que governos social democratas cederam à pressão de um lobby corporativista e minaram o poder comunicativo de um debate público.

A desresponsabilização de grandes corporações em propagar notícias falsas e discursos de ódio geram apenas câmaras de eco que se retroalimentam em bolhas na redes sociais, gerando uma semiesfera pública e uma semiesfera privada que privatiza espaços comunicacionais em nome de uma concepção de liberdade que recusa justificação da validade de discursos e as distorce sistematicamente.

---

[611] Habermas, Jürgen. Moral Universalism in Times of Political Regression. **Theory, Culture & Society** , vol. 37, n. 7-8, pp. 11-36, 2020.

Neste sentido, torna-se fundamental para Habermas conectar o atual estágio da esfera publica[612] e a sua perversão pela política patológica do populismo em termos de uma crítica do capitalismo em sua fase neoliberal. Mas como elaborar uma crítica sem recair em um funcionalismo marxista, quer dizer, em um paradigma produtivista que baseia na economia política e na crítica da ideologia ainda próxima da utopia do trabalho como veículos de análise? Para isso, Habermas precisa atualizar os sentidos de capitalismo e ideologia no interior do seu paradigma comunicativo.

Tal desafio requer acomodar na sua teoria da sociedade tanto as teses marxistas da comodificação da sociedade, quanto foucaultianas de uma nova racionalidade neoliberal, e compatibilizá-las com ao arcabouço comunicativo de sua teoria. A interpretação de Roderick Condon neste sentido nos ajuda a compreender como a tese habermasiana da patologia social do capitalismo, a saber, a colonização do mundo da vida, pode ser compreendido como uma forma atualizada de ideologia neoliberal.

Ao tomar como ponto de partida o paradigma comunicativo habermasiano, Condon oferece uma interpretação da financeirização neoliberal não apenas a nível das trocas entre estados nacionais, mas sim a partir da infraestrutura interna da sociedade, em que privatiza domínios do mundo da vida que não são econômicos, como a linguagem comunicativa que assume a forma mercadoria. Em outras palavras, da percepção da teoria da ação comunicativa, Habermas compreende o neoliberalismo como um processo de "deslinguistificação" da sociedade, que reforça o conformismo e um modo de "individualismo possesivo" nas relações humanas.

> Portanto, se pensarmos nas teorias marxistas e foucaultianas do neoliberalismo, podemos afirmar que sob essa nova fase do capitalismo as formas de controle biopolítico pela ideia de capital humano e, ao mesmo tempo, as formas de trocas econômicas que despossuídas de seu caráter não alienante, passam a ser relinguistificadas, ou capturas pela força da invasão econômicas nas esferas da comunicação social.[613]

Neste sentido, um passo adiante das elaborações marxianas leva Habermas a atualizar a crítica da ideologia enquanto uma crítica do capitalismo em termos de uma análise

---

[612] O'Mahony P. Habermas and the public sphere: Rethinking a key theoretical concept. **European Journal of Social Theory**, 24(4), 485–506. 2021.

[613] Condon, Roderick. Reframing Habermas's colonization thesis: Neoliberalism as relinguistification. **European Journal of Social Theory**, vol, 24(4), pp. 507-525, 2020.

da expansão da racionalidade cognitivo-instrumental no mundo da vida, que reproduz distorções na infraestrutura linguística e nas interações simbólicas cotidianas, possibilita um processo de "fragmentação da consciência" enquanto reificação. De acordo com Habermas, "no lugar da consciência falsa parece hoje a consciência fragmentada, que evita o esclarecimento sobre o mecanismo de reificação. Somente com isso são preenchidas as condições de uma colonização do mundo da vida: os imperativos dos subsistemas autonomizados invadem de fora o mundo da vida, tão logo despidos de seu véu ideológicos – como senhores coloniais em uma sociedade tribal – forçando-o a assimilação"[614].

Esse processo de reificação sob o regime do neoliberalismo, se pensando como um novo capitalismo tardio[615], aparece como um processo de "relinguistificação"[616] em que a política acaba sendo colonizada pelo mercado[617], gerando não somente perda de liberdade e perda de sentido, mas uma fragmentação generalizada das trocas e interações comunicativas sob jubilo de uma concepção libertaria de ultradireita. Se a tese da colonização do mundo da vida é vista como patologia central da modernidade, as patologias sociais da comunicação contemporâneas estariam vinculadas ao medo realista de uma "perda de status" e as "experiencias de impotência política" que se transfiguram em combustível para a retórica populista.

O modo pelo qual o populismo hackeia o sistema político é consequência dessa forma de colonização. Em uma democracia constitucional, certas pressuposições ideais estão em jogo num tribunal ou no evento de eleições: no primeiro caso cidadãos nutrem a expectativa que seus julgamentos sejam justos, independente dos interesses particulares dos juízes; e no segundo caso, quando cidadãos participam em eleições, que seu voto conte e seja legitimado pelos procedimentos democráticos eleitorais.

O problema que Habermas[618] identifica no caso do populismo é a negação na participação na dinâmica deliberativa. Quando as pessoas se recusam a votar em nome de um ideal antissistema, seja pelo motivo que for, conspiracionista ou mesmo resignado, Habermas identifica uma possibilidade desse eleitorado obstruir as eleições e deslegitimá-las, quando ao invés de integrá-los nas infraestruturas de comunicação pública da vontade política, vemos

---

[614] Ibidem.
[615] Ibidem.
[616] Condon, Roderick. Reframing Habermas's colonization thesis: Neoliberalism as relinguistification. **European Journal of Social Theory**, 24(4), 507–525,
[617] Verovšek, Peter. Taking back control over markets: Jürgen Habermas on the colonization of politics by economics. **Political Studies,** 1–20. 2020
[618] Ibidem.

uma falha em encaminhar suas pautas que se evisceram em puro ressentimento. Por isso que Habermas defende que "o aspecto problemático de instituições como as eleições democráticas não são as pressuposições ideais do que eles demandam de cidadãos, mas sim a credibilidade das instituições."[619] Para isso, torna-se fundamental um ethos da democracia: o modo pelo qual os cidadãos se autocompreendem e se reconhecem mutuamente como membros livres e iguais da comunidade política. Pois, quando a credibilidade do sistema eleitoral é perdida e criticada por eleitores que se consideram lesados de alguma forma:

> O fenômeno do populismo de direita contemporâneo ilustra como, em democracias razoavelmente estáveis, o íngreme *gradiente normativo* entre a ideia de política deliberativa, por um lado, e a realidade preocupante da formação de opinião e vontade, por outro, está ancorado na própria realidade social *através das intuições dos cidadãos*. Há muito tempo conseguimos formar uma imagem realista de como as opiniões e a vontade políticas são moldadas como resultado de estudos empíricos sobre o comportamento eleitoral, o nível de informação e a consciência política da população, sobre a publicidade eleitoral profissional dos partidos, relações públicas, estratégias de campanha, etc.; mas nem esses fatos em si nem o conhecimento deles normalmente agitam a suposição do eleitorado ativo e como mostra a conversa de "partes do sistema", no entanto, mesmo tais *suposições* normativas prepotentes podem se inverter em seu oposto se a confiança neles entre a população em geral for abalada de forma duradoura. Então 'nós' somos as pessoas que sabem o que é verdadeiro e o que é falso, enquanto uma ponte não pode ser construída para os 'outros', mesmo com argumentos.[620]

Importante clarificar que a orientação do discurso político para o entendimento, baseado em pressuposições idealistas de um processo de formação da vontade política, que reconstruímos nesta seção, não significa que toda discussão pública segue o modelo panglossiano de "um seminário universitário". Conforme Habermas[621] procura enfatizar, existe uma dimensão polêmica, senão agonista, no fundo de cada pretensão de validade dos discursos que são colocados a prova no debate público. Mas esse seria o núcleo de uma política deliberativa: no momento em que um cidadão profere um "não" ao outro, se abre uma

---

[619] Ibidem.
[620] Habermas, Jurgen. Foreword. In: Emilie Prattico (ed.). **Habermas and the Crisis of Democracy**. Interviews with Leading Thinkers. London: Routledge, 2022, pp. xiii-xix.
[621] Ibidem.

discussão em que se procura mediante razões um processo de aprendizagem em que se possa solucionar problemas de forma cooperativa.

> [T]he non-antagonistic core of this background consensus does not mean that the constitution organizes the democratic process as a procedure that is continuously oriented to consensus—far from it. This thoroughly misleading conception of deliberative politics could come to mind only by isolating the deliberative element of opinion - and will -formation from the whole of the democratic process as it evolves through the various stages of a democratic system.[622]

Ou seja, conforme Habermas procura enfatizar, os debates políticos são intrinsicamente polêmicos, e deveriam ser "melhor descritos em termos agonistas do que consensuais"[623], mas não devemos confundir a intenção de convencer o oponente com a expectativas que acordos serão alcançados nos debates políticos. Para isso, precisamos de uma concepção radical de deliberação para mediar uma noção de transformação social.

7.3.Transformação social como deliberação radical

> Se há algum pequeno resquício de utopia que eu preservei, então é certamente a ideia de que a democracia – e a luta pública por sua melhor forma – é capaz de cortar os nós górdios de problemas de outra forma insolúveis. [624]

Em ordem de "derrubar"[625] o "populismo tardio" da ultradireita, a resposta habermasiana gira em torno de seu projeto de uma democracia radical que, no contexto da Europa, ao menos, depende primeiro do desafio de completar "o processo e unificação alemã,

---

[622] Habermas, Jürgen. Interview with Jürgen Habermas. In: Bächtiger, André; Dryzek, John S.; Mansbridge, Jane; Warren, Mark E.(orgs.). **Oxford Handbook of Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 871-882

[623] Ibidem.

[624] Habermas, Jürgen. **The past as future**. Lincoln: University of Nebraska, p. 96

[625] Habermas, Jürgen. Por uma Polarização Democrática: como por abaixo o populismo de direita? Trad. Veyzon Campos Muniz. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 5, n. 2, 2017.

reunindo forças nacionais para a etapa decisiva de integração da Europa"[626]. Desafio este que passa a ser desenvolvido em torno de uma estratégia reformista radical de transformação social nas estruturas democráticas das sociedades contemporâneas, que pretende reinterpretar os sentidos de liberdade que estariam sido capturados pela interpretação neoliberal:

> Mesmo nas democracias estabelecidas, as instituições existentes da liberdade não são mais incontestáveis, ainda que nelas as populações pareçam pressionar não por menos, mas, sim, por mais democracia. (...) no marco de uma política completamente secularizada, não é possível haver e nem preservar o Estado de direito sem democracia radical[627].

A política deliberativa assume esse papel na reconstrução habermasiana e na sua proposta de transformação social pela democracia radical. Voltado para todos os cidadãos e não apenas para um "povo", Habermas defende que a "democracia deliberativa" não representa um ideal absurdo contra qual uma realidade sórdida deve ser mensurada, mas sim uma pressuposição existencial de que qualquer democracia que mereça seu nome"[628].

Conforme pontuam Rúrion Melo e Felipe Goncalves, trata-se um modelo de democracia que nos "remete a estruturas comunicativas profundas na sociedade civil, das quais emergem fontes de autocompreensão e autodeterminação social que não se dedicam plenamente circunscrever pelas estruturas regulatórias do sistema politico".[629] No que consiste essa noção de política deliberativa? E, precisamente, que teoria da democracia está em jogo aqui? Uma puramente normativa, empírica ou de outra origem?

De acordo com Habermas[630], a ideia do papel político da deliberação primeiro foi formulada no contexto dos seus estudos sobre a mudança estrutural da esfera pública burguesa, mas só conseguiu ser sistematizado em *Facticidade e Validade* em torno de uma teoria discursiva do estado constitucional que situa o papel da política deliberativa no

---

[626]Habermas, Jürgen. 30 anos depois: a segunda chance. Eurozine. Disponível em: https://www.eurozine.com/30-anos-depois-a-segunda-chance/?pdf, 2021.

[627] Habermas Jurgen. Facticidade e validade. Trad. Rurion Melo e Felipe Goncalves. São Paulo: Editora UNESP, 2022, p. 29.

[628] Habermas, Jürgen. Interview with Jürgen Habermas. In: Bächtiger, André; Dryzek, John S.; Mansbridge, Jane; Warren, Mark E.(orgs.). **Oxford Handbook of Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 871-882.

[629] Goncalves, Felipe; Melo, Rurion. Apresentação à edição brasileira. In: Habermas Jurgen. **Facticidade e validade**. Trad. Rurion Melo e Felipe Goncalves. São Paulo: Editora UNESP, 2022. p.14.

[630] Habermas, Jürgen. Interview with Jürgen Habermas. In: Bächtiger, André; Dryzek, John S.; Mansbridge, Jane; Warren, Mark E.(orgs.). **Oxford Handbook of Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 871-882.

contexto de da organização estatal como forma de integração a soberania popular no Estado de direito. Embora permeada por discordância que revela o impulso agonista dessa dinâmica, a regra básica da democracia deliberativa é a de que a normatividade seja justificada no debate público entre cidadãs e cidadãos livres e iguais,[631] em que prevaleça a força do melhor argumento.[632]

Enquanto participantes no discurso, devemos incorporar algumas pressuposições pragmáticas que operam na medida que defendemos nosso argumento – sem o uso de coerção, manipulação, exclusão ou supressão de opiniões. Essas pressuposições, que seguem uma orientação idealista e contrafactual, cumprem o papel de uma "ideia regulativa" na busca cooperativa pela verdade. Historicamente, tais pressuposições pragmáticas para uma democracia deliberativa estariam enraizadas no poder político de uma vontade democrática como procedimento de formação e legitimidade de um procedimento que garantisse a inclusão e a legalidade de todos os participantes. Conforme defende Habermas:

> Na minha opinião, o papel da teoria democrática é reconstruir o conteúdo racional das normas e práticas que adquiriram validade positiva desde as revoluções constitucionais do final do século XVIII e, como tal, se tornaram parte da realidade histórica. O próprio fato de que os estudos empíricos da formação de opiniões sob condições democráticas se tornam inúteis se não forem também interpretados à luz dos requisitos normativos que devem satisfazer nas democracias constitucionais destaca uma circunstância interessante.[633]

Logo, enquanto no século XVIII o poder político se resumia às crenças religiosas, com a formação do Estado secular, observamos a institucionalização jurídica de um procedimento de decisão democrática que prevê a inclusão de todos e todas afetadas em pé de igualdade de forma discursiva, de modo que solucionem de modo coletivo e racional os problemas políticos. O princípio de legitimidade reside na razão pública, que é entendida, tanto por Rawls como por Habermas, como a expressão política do conceito kantiano de autonomia, interpretado de modo intersubjetivo: os cidadãos atuam de modo autônomo

---

[631] Habermas, Jurgen. Commentary on Cristina Lafont, Democracy Without Shortcuts. **Journal of Deliberative Democracy,** 16(2), pp. 10–14, 2020.
[632] Werle, Denilson. O esgotamento das energias utópicas e a ideia de emancipação em Habermas. In: Werle, Denilson Luis; Piroli, Diana; De Borba, Eduardo; Sell, Jorge Armindo; Ali, Nunzio ; Xavier, Raquel Cipriani (Org.). **Justiça, teoria crítica e democracia, volume II**. 1 ed. Florianópolis: Nefiponline, 2018, p. 72-90.
[633] Habermas, Jürgen. Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. **Theory, Culture & Society**, vol. 39, n. 4, pp. 145-171, 2022.

quando se submetem àquelas leis que poderiam ser aceitas, com boas razões, por todos os atingidos sobre a base de um uso público de sua razão.

Neste sentido, o Estado constitucional deve, portanto, assumir algumas pressuposições ideais da parte de cidadãos para validar o núcleo normativo e ao mesmo tempo discursivo da democracia. Para isso, Habermas fornece um parâmetro "para distinguir os arranjos e compromissos democráticos legítimos e desejáveis do ponto de vista normativo daqueles arranjos e compromissos que são injustos e deploráveis"[634].

Deve haver em alguma medida uma distância curta entre essas pressuposições dos cidadãos e o modo pelo qual a realidade política institucionaliza essas demandas como o resultado direito da formação da vontade e da opinião pública. O objetivo maior seria de efetivar procedimentos democráticos radicalmente inclusivos, onde todos possam participar da agenda pública de forma que os processos decisórios tenham uma ampla transparência e autonomia da parte da sociedade civil. Somente com esse contexto histórico da esfera pública burguesa e da democracia liberal, podemos entender que as pressuposições que Habermas[635] reconstrói em torno de diferentes condições: "instituições de legislação parlamentar; competição entre partidos políticos, e eleições políticas livres conectadas a uma esfera pública vibrante, uma sociedade civil ativa e uma cultura política liberal."

Em última instancia, a estratégia habermasiana oscila entre um reformismo radical em relação à dominação neoliberal e um reformismo fraco em relação ao cosmopolitismo da união europeia. Se recordamos o inicio do capitulo, Benhabib objeta justamente esse ímpeto ainda liberal no horizonte de transformação democrática habermasiana. Isso porque a ideia de utopia no pensamento habermasiano tem um sentido de democracia radical, justamente pelo esgotamento das energias utópicas:

> O teor utópico de uma "sociedade da comunicação" se reduz aos aspectos procedimentais de uma intersubjetividade intacta, formada em relações de reconhecimento recíproco não arbitrárias. Trata-se da reconstrução das faíscas de uma razão socialmente efetiva que permite distinguir apenas as 'condições necessárias, mas universais, para uma práxis comunicativa cotidiana e para um procedimento de formação discursiva da vontade que poderiam colocar os próprios participantes em condição de realizar, por

[634] Werle, 2019, p. 135

[635] Habermas, Jürgen. Interview with Jürgen Habermas. In: Bächtiger, André; Dryzek, John S.; Mansbridge, Jane; Warren, Mark E.(orgs.). **Oxford Handbook of Deliberative Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2018, pp. 871-882.

> iniciativa própria, as possibilidades concretas de uma vida melhor e menos arriscada, segundo as necessidades e os discernimentos próprios'.[636]

O sentido de transformação social no paradigma reconstrutivo assume os termos de uma política deliberativa radical. Isso presume superar a concepção de emancipação da filosofia do sujeito marcado pela dimensão da consciente. A emancipação não mais se coloca em termos de reformismo ou revolução, classicamente vinculados ao paradigma funcionalista e produtivista do marxismo tradicional, mas sim pela via da radicalização da democracia a nível transnacional e dispersa em múltiplos focos de ação política formados a partir de procedimentos democráticos.

Se cumpridos os pré-requisitos da liberdade comunicativa aludidos anteriormente, teríamos uma renovação das energias utópicas, em torno de uma noção de liberdade socialista como forma de vida, já desenvolvida na década de 1980 por Habermas, que significa o todo das relações que evitem, a partir de uma perspectiva supranacional e radicalmente democrática, formas de dominação arbitrárias. No caso do populismo tardio, a resposta de Habermas para uma regulação das demandas libertarianas contra o estado de bem-estar social e sua imposições e restrições, torna-se justamente uma prática coletiva de solução de problemas marcada pela proteção ao direito social dos cidadãos:

> Na pandemia, é a prioridade da proteção estatal à saúde que torna necessário pensar a relação entre política e direito. Enquanto o direito é o meio para garantir as liberdades subjetivas, a política é o meio para atingir objetivos coletivos, que prevalecem em situações excepcionais. Então, é claro, os cidadãos devem poder confiar na estabilidade da constituição – ou seja, que o governo não irá perpetuar o regime de benefícios de solidariedade legalmente prescritos baseado em políticas de saúde além da atual situação perigosa; pois o segredo desse estado constitucional democrático reside na complementaridade e estabilização mútua dos dois princípios constitucionais, que ao mesmo tempo permite a individualização dos cidadãos através da comunitarização política. Sem a possibilidade de assegurar o direito obrigatório na solidariedade dos cidadãos, o estado democrático de direito não pode sobreviver politicamente.[637]

---

[636] [636] Werle, Denilson. O esgotamento das energias utópicas e a ideia de emancipação em Habermas. In: Werle, Denilson Luis; Piroli, Diana; De Borba, Eduardo; Sell, Jorge Armindo; Ali, Nunzio ; Xavier, Raquel Cipriani (Org.). **Justiça, teoria crítica e democracia, volume II**. 1 ed. Florianópolis: Nefiponline, 2018, p. 72-90..

[637] Habermas, Jürgen. Corona und der Schutz des Lebens. Zur Grundrechtsdebatte in der pandemischen Ausnahmesituation. **Blätter für deutsche und internationale Politik** 9/2021, pp. 65-78. Disponivel em: https://www.blaetter.de/ausgabe/2021/september/corona-und-der-schutz-des-lebens. Acesso em 4. Mar. 2023.

Portanto, como vimos, para Habermas, o populismo tardio deve ser combatido a partir de uma renovada crítica da ideologia neoliberal, de uma crítica da mudança estrutural da esfera pública, e, sobretudo, a partir de uma teoria da democracia deliberativa e de uma política reformista radical que bloqueie o crescimento de um sentimento antisolidário e privatizante.

As vantagens que a teoria de Habermas oferece em relação à democracia agonística e ao populismo de esquerda não são apenas de ordem metodológica, mas, também, política: sua teoria complexa da sociedade e sua proposta de democracia deliberativa me parecem mais robustas e consistentes do ponto de vista do seu pluralismo e de seu procedimento e garantias constitucionais. Tal modelo de democracia a nível transnacional[638], nos blinda de certo voluntarismo e decisionismo presente na alternativa realista de um populismo de esquerda.

Ao mesmo tempo, Habermas também avança e apresenta vantagens em relação a teoria política estritamente liberal[639], oferecendo uma leitura dialética do progresso e do populismo no arcabouço crítico de sua teoria normativa da comunicação e do direito. Ao distinguir a posição do participante do local de fala de um teórico por meio de sua concepção mais alargada de razão pública, Habermas acaba por pensar as dinâmicas democrática em um sentido mais amplo, graças sua teoria da evolução social, e estruturalmente mais atento às transformações socioeconômicas, como no caso de sua teoria da esfera pública.

Contrário aos argumentos neopopulistas de esquerda, tais como de Mouffe, e, mais especificamente, de Wolfgang Streeck, Habermas nomeia essa alternativa "radical pluralista"[640] e remete-a ao exemplo grego de um plebiscito de saída da União Europeia e dos limites de sua experiência de reafirmação da soberania popular pelo calote.

---

[638] Rodrigues, Ivan. Democratização transnacional em Jürgen Habermas (necessidade normativa, possibilidade sócio-histórica e núcleo institucional). In: Luciano da Rosa Muñoz; Raphael Spode (Org.). **Relações internacionais para um mundo em mutação: policentrismo e diálogo transdisciplinar**. 1. ed.Curitiba: Appris, 2020, p. 295-314.

[639] As diferenças metodológicas entre Rawls e Habermas foram tematizados de forma abrangente nos seguintes artigos: McCarthy, Thomas. Kantian Constructivism and Reconstructivism: Rawls and Habermas in Dialogue. **Ethics,** 105, pp. 44 -63, 1994 ; Werle, Denilson Luis. Razão e democracia: uso público da razão e política deliberativa em Habermas. **Trans/Form/Ação,** 36 , pp. 149-176, 2013.

[640] Habermas, Jurgen. Commentary on Cristina Lafont, Democracy Without Shortcuts. **Journal of Deliberative Democracy,** 16(2), pp. 10–14, 2020.

Conclusão

Procurando fazer um balanço, podemos afirmar que, no centro dessas concepções democráticas, está a compreensão do princípio da soberania popular que marca, por sua vez, a demanda central do populismo: o liberalismo tem uma posição mais reticente, o agonismo mais entusiasta (senão fetichizada) e a teoria habermasiana fica entre essas duas compreensões, numa aposta no poder deliberativo de uma infraestrutura comunicativa. Ou seja, em relação aos modelos de democracia visto anteriormente, a saber, o agonístico baseado em sua concepção republicana radical, e o modelo liberal de democracia, Habermas defende sua concepção deliberativa como mais vantajosa. Por um lado, o liberalismo político também diverge com a ideia de que as pessoas são um projeto intergeracional, assumindo o desafio de buscar a unificação para uma entidade ainda mais ampla: não só os indivíduos dispersos das sociedades pós-modernas precisam ser mantidos juntos, apesar de serem indefinidamente fragmentados em sistemas sociais, culturas étnicas, nacionais, religiosas, folclóricas, subculturas populares, antecedentes pessoais, educacionais e profissionais; essa diversidade intergeracional é multiplicada quando uma dimensão intergeracional entra em jogo.

Como vimos, a solução de Rawls está na ideia de uma identidade constitucional. Ou seja, conforme argumenta Fiorespino[641], para Rawls o povo é a entidade que molda coletivamente e é moldado por uma constituição ao longo das gerações, e sua identidade mais profunda é cristalizada em essenciais constitucionais que alcançam uma legitimação consistente e durável por meio de atos constituintes (raros) e constitucionais (frequentes) ao longo dos séculos. Essas essências constitucionais são o objeto de um consenso sobreposto, o que significa que a justificativa para elas pode ser fornecida a partir da perspectiva de várias doutrinas abrangentes. Logo, Fiorestino[642] defende que a soberania popular para Rawlsé a prática de autogoverno por meio de procedimentos e dentro dos limites estabelecidos pela constituição e ratificados por séculos de prática.

Por outro lado, Habermas nega que o povo possa a ser visto como na concepção agonística na forma de uma sujeito coletivo capaz de agir autonomamente através de interesses particularizados que demandam uma vontade coletiva autônoma. Conforme

[641] Fiorespino, Leonar. Comparing Radical Democracy and Populism: A Thin Red Line. **Philosophy and Politics - Critical Explorations**, 18., 2020.
[642] Ibidem.

reconstrói Fiorespino[643], o sentido de populismo para Habermas está mais próximo de uma concepção de cidadania, do que de uma vontade popular irrestrita. O seu argumento consiste em defender que, para Habermas, somente podemos pensar o povo em um contexto no qual estejam compartilhando um espaço comunicativo, linguisticamente constituído, dentro do qual a esfera constitucional passa a ser normativamente obrigada a legislar.

Esse impulso agonista de um povo deve ser mediado e filtrado pela dimensão institucional da esfera pública que traduz as demandas de soberania popular em termos de discurso e deliberação. Esse processo jurisgenerativo é o cimento que mantém unido "o povo" como entidade soberana. Neste sentido, Fiorespino[644] defende que soberania popular é, assim, possibilitada pelos direitos privados e cívicos que são concedidos aos cidadãos pelo sistema legal, e que permitem sua participação na esfera pública – direitos que, por sua vez, são discursivamente especificados e preenchidos com conteúdos dentro da própria esfera pública, em vez de serem conceituados por Habermas como universais e imutáveis. Logo, "povo" e soberania popular tornam-se, assim, sinônimo de "cidadania" e direitos de cidadania.

As diferenças entre o liberalismo político e a teoria comunicativa e deliberativa do discurso marcam uma cisão em relação à soluções – especialmente por Habermas ter a vantagem histórica de conseguir apreender as mudanças estruturais de uma esfera pública contemporânea. Pois, em um contexto marcado por essa refeudalização da esfera pública pelo neoliberalismo e a digitalização social, Habermas elenca uma série de condições necessárias para a estabilidade da esfera pública no seu objetivo de sustentar uma comunidade democrática política que não estariam presentes na versão liberal. Tais condições estariam dispostas nas dimensões econômicas, sociais e culturais que para uma política deliberativa devem ser suficientes.

Já em relação a teoria agonista do populismo, que define o “povo” como uma formação hegemônica que visa superar uma ordem dominada por uma “elite”, temos uma ideia de formação da vontade popular que é eminentemente negativa e o resultado de um antagonismo. Conforme reconstrói Fiorespino, a povo para a concepção agonística nada mais é que uma entidade autorreferencial cuja retórica e constituição afetiva não pode ser compreendida de fora, gerando uma dinâmica excludente da política. Importante lembrar que a crítica de Habermas ao modelo agonista vem da influência em relação ao Schimtt com sua concepção messiânica de política:

---

643 Ibidem.
644 Ibidem.

> Schmitt preenche essa lacuna com teologia política peculiar que não está orientada normativamente, mas sim em termos de história da salvação. O líder carismático legitima suas decisões de maneira *ad hoc*, por meio de *interpretações da situação* precisas e encenadas de maneira retórica e eficaz, onde elas perdem sua arbitrariedade no sistema de coordenadas da história da salvação. Para Schmitt, a luta contra o poder do "Anticristo" se estende por todo Aeon "entre a aparição do Senhor na época do imperador romano Augusto e segunda vinda do Senhor no final dos tempos". Essa luta ganha traços maniqueístas com a figura cristã de Epimeteu, que Schmitt contrapõe à forma prometeica da humanidade rebelada. Dentro desse âmbito gnóstico, o próprio diagnóstico de Schmitt está fixado na guinada revolucionária de 1789. Desde então, os espíritos em luta contra o mal se decidiram em tomar partido a favor da revelação e contra o esclarecimento; a favor da autoridade e contra o anarquismo, a favor da obediência a Deus e contra o auto empoderamento do ser humano [645]

Em outras palavras, trata-se de um pluralismo amplamente permissível, que sustenta antes uma concepção otimista e esperançosa da política, que dispensa de uma teoria normativa da política e reforça apenas uma noção descritiva da democracia, o que não impede de modo algum a emergência de formas autoritárias nessas disputas por hegemonia. A crítica de Habermas ao modelo agonista vem da influência em relação ao Schimtt com sua concepção messiânica de política. Tal modelo nos blinda de certo voluntarismo e decisionismo presente na alternativa realista de um populismo de esquerda.

Embora Habermas concorde com o conteúdo das pesquisas empíricas de Streeck acerca das dinâmicas do capitalismo global, o filósofo alemão não concorda com um "voltar ao formato de pequenos Estados-nação. (...) Pois estes teriam de ser geridos em mercados globalizados nos mesmos moldes que os conglomerados globais. Isso significaria uma abdicação completa da política em face dos imperativos dos mercados não

[645] Habermas está se referindo a uma tradição agonista da filosofia que pensa a política como antagonismo: "Para alguns filósofos franceses e italianos contemporâneos, na tradição de Carl Schmitt, Leo Strauss, Martin Heidegger e Hannah Arendt, esse conceito serve como uma sonda crítica (mencionemos somente Claude Lefort, Ernesto Laclau, Giorgio Agamben e Jean-Luc Nancy). O pensamento destes colegas envolve um conceito do político que se estende para dentro dos âmbitos metafísicos e religiosos e que transcende as conhecidas formas institucionais de competição política e de poder administrativo.". *Cf.* Habermas, Jürgen. **Pensamento posmetafísico II**. Trad. Denilson Luis Werle. No prelo.

regulamentados[646]". Esta seria uma crítica central de Habermas a respeito das teorias agonistas ou da hegemonia que dão abertura para um pluralismo muito permissível:

> The radical pluralistic image of a many-voiced mass public riven by irreconcilable dissonance, similar to the contrasting expertocratic image of an apathetic electorate with a limited attention span and mired in ignorance, justifies a profoundly skeptical view of the requirement that as many citizens as possible should participate in political deliberation as an unreasonable demand. According to both conceptions, albeit on different grounds, to expect that a public sphere generated by the currents of communication in the mass media will facilitate the generation of informed, directive and problem-related public opinions is to make excessive demands on civil society. The radical pluralistic view justifies this skepticism by appeal to the deep-seated conflicts of interests and values and the corresponding irreconcilable diversity of opinions in functionally differentiated societies marked by inequality. In other words, it grounds its skeptical conclusions on conditions that, it claims, prevent the formation of opinions oriented to consensus and therefore of rationally motivated majority decisions, and allows at best procedurally correct majority decision[647].

A saída habermasiana, que será parcialmente incorporada por seus orientandos e alunos destes orientandos, consiste em reafirmar a diversidade sociocultural das regiões e nações europeias em torno de um projeto de integração política com base na solidariedade entre diferentes. Trata-se de uma proposta de efetivação dos princípios da liberdade e justiça, nos termos de uma cidadania em contexto pós-nacional, que permite processos de individualização e pluralização sem recair no falso dualismo entre um establishment neoliberal e uma saída neonacionalista. Ao mesmo tempo, consegue propor uma mediação entre uma teoria normativa e sua dimensão realista[648], em conexão com estudos empíricos da política deliberativa e nas formas de transformação da esfera pública. Neste caso, convencer e aprender conjuntamente:

---

[646] Habermas, Jürgen. Core Europe to the rescue. **Social Europe**, 20 jan. 2016. Disponível em: https://www.socialeurope.eu/core-europe-to-the-rescue. Acesso em: 6 mar. 2023.
[647] Habermas, Jurgen. Commentary on Cristina Lafont, Democracy Without Shortcuts. **Journal of Deliberative Democracy,** 16(2), pp. 10–14, 2020.
[648] Moraes, Felipe Moralles e; Facticidade e validade: comentário sobre o livro de Jurgen Habermas. **A terra é redonda**. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/facticidade-e-validade/ Acesso em 02.03.2023.

> a democratic association of free and equal associates changes the very nature of the empiricist notion of political power through equally empowering each citizen to obey only those laws that they have jointly given to themselves. This demanding idea cannot be redeemed by a majoritarian vote that reflects the numerical aggregation of private citizens' raw preferences. Democratic voting must instead be conceived of as the final step in a problem-solving process — a process of opinion- and will-formation for citizens who form their preferences in the face of problems that they can solve only in the course of a more or less rational debate[649].

A aposta na deliberação democrática como saída combativa do impasse populista também destoa da tradição liberal calcada na razão pública. Essa diferença seria aquela que marca a teoria do liberalismo político com o modelo crítico da comunicação de Habermas, pois, como defende Lavalle, enquanto "Rawls é uma encarnação idiossincrásica do bom liberalismo, respeitoso da posição do outro e interessado em precisar e trocar ideias mais que em mudar as convicções do interlocutor, (...) Habermas representa bem a tradição da esquerda democrática, pleiteando e ansioso por convencer e vencer."[650]

[649] Habermas, Jurgen. Foreword. In: Emilie Prattico (ed.). **Habermas and the Crisis of Democracy**. Interviews with Leading Thinkers. London: Routledge, 2022, pp. xiii-xix. .
[650] Lavalle, Adrián Gurza. A humildade do universal: Habermas no espelho de Rawls. **Lua Nova**,n.42, 1997

8. Crítica pós-reconstrutiva do populismo

> As prateleiras de cima são altas, e as obras de Jürgen Habermas, de quem meu namorado tem uma coleção grande, são tão pesadas quanto as pedras usadas na construção das pirâmides. Eu digo a meu namorado que homens morreram para erguer essas estruturas, cujas bases eram muito largas e cujo ponto mais alto era muito pequeno e distante.[651]
>
> **Rachel Cusk**

Nessa curiosa passagem do romance "Esboço", da escritora Rachel Cusk, observamos uma personagem secundária da trama que apresenta, indiretamente, uma inesperada relação de amor e ódio com o legado habermasiano da teoria crítica da sociedade. O contexto retrata a moça recém oficializado o namoro com um professor universitário de filosofia, ainda encantada pelos seus trejeitos intelectuais e charme acadêmico, mas incomodada pela bagunça dos papeis e livros deixados pela sua casa. Ao interpelar o amante para organizar sua pequena biblioteca em um espaço determinado a poucos livros, a personagem cede duas prateleiras da sua estante, tentando dissuadi-lo a largar de algumas peças de sua vasta coleção, para que encaixe na parte inferior da estante para que ela, com razão, tenha espaço para seus romances.

Ainda assim, o namorado defende a extensão de sua coleção como algo fundamental para seu ofício: "Habermas é minha área, e nessa fase da vida, ninguém vai lhe oferecer outro terreno pra pastar". Desapontada, a personagem "ergue as pedras de Habermas e torna a colocá-las na estante", após tirar seus próprios livros para pintar a parede e depois sair para tomar um vinho e esquecer dos impasses de um recém namoro. Quando retornou de uma noite divertida, encontrou uma paisagem de caos na sala: "meus romances e volumes encadernados em couro estavam intactos: somente Habermas tinha sido atacado, sua fotografia arrancada de cada frontispício, "Mudança estrutural da esfera pública" marcada com grandes arranhões"[652].

---

[651] Cusk, Rachel. **Esboço.** São Paulo: Editora Todavia, 2022, p.170.
[652] Ibid, p.171.

Aliviada, a namorada agradeceu aos seus gatos pela lição pedagógica e, daquele momento em diante, o namorado habermasiano passou a trancar seus livros em um armário fechado a fim de protegê-los da implacável violência felina.

Jocoso, o relato do ataque dos gatos, na pena de Cusk, talvez pudesse ser interpretado como uma metáfora ou analogia da fantasia nacional da fúria francesa contra a fama escolástica do autor alemão. Mais do que um chiste, a aversão ao personagem habermasiano de Cusk ressoa o sentimento anti-habermasiano que circulou entre o ambiente estudantil francês nos anos 1990[653] – cuja pecha de "guardião da racionalidade" transformou a imagem de Habermas no que Deleuze chamou de "burocrata da razão pura".

Ocorre que, se para nosso argumento da tese o pensamento do autor da "Teoria da Ação Comunicativa" é incontornável para se estabelecer uma crítica imanente hoje, pode ser contestada a sua pertinência teórica para o mundo atual, a sua relevância política e intelectual, e, pasmem, sua filiação à vertente frankfurtiana como um todo. Sobretudo quando os rumos que a Teoria Crítica tomou após o consórcio com a filosofia política e as ciências empíricas motivou muitos estudantes de Adorno a localizarem Habermas como um total desvio do projeto de Horkheimer, colocando em xeque o caráter político que a teoria da democracia habermasiana teria em relação à crítica do capitalismo.

De fato, o paradigma da reconstrução constituído por Habermas marcou a virada da primeira geração para a segunda geração da Teoria Crítica da sociedade. Como vimos, essa virada foi fundamental para moldar a contribuição das gerações subsequentes em torno de critérios normativos mais delineados e de uma teoria da democracia que avançasse nos problemas políticos do pós-guerra, mas não sem controvérsias e polêmicas. Em sua recepção, contudo, uma profusão de suspeitas abriu portas para novos desenvolvimentos de modelos críticos que recusaram o paradigma reconstrutivo ou o aperfeiçoam em pontos que geravam um impasse metodológico.

No contexto do debate acerca do populismo tardio, a desconfiança que permeou o argumento de Benhabib em sua resenha sobre o alcance da crítica do populismo retorna em outra faceta: a partir da *desiderata* que conduziu a tese até aqui, reúno tais críticas em três aspectos: *normativo (concepção de liberdade), diagnóstico (distorção populista da liberdade) e terapêutico (terapêutica de transformação)*.

---

[653] Para compreender o caldo cultural desse momento anti-habermasiano, vale conferir a biografia de Flesch, Philip. **Der Philosoph: Habermas und Wir.** Berlin: Propyläen, 2024.

Ressentimento da reconstrução

Do ponto de vista normativo, a primeira dimensão crítica se volta para o conceito de liberdade comunicativa e seu ancoramento no método de reconstrução racional dos discursos numa esfera pública. Provinda de uma crítica negativa com inspiração psicanalítica, a concepção normativa de liberdade de Habermas recairia em três problemas: um "moralismo idealista"[654], que elimina tanto a dimensão narcisista e onipotente da fusão primária humana, por estar ancorada em uma antropologia positiva e otimista da formação da subjetividade humana e em uma concepção cognitivista de individuação; quanto os pressupostos ideológicos da esfera pública[655], que a tornam "seletivamente cega" para formas de subordinação de gênero; um "racionalismo" que confere prioridade à noção kantiana de razão prática para fundamentar o conceito de liberdade enquanto autonomia e à orientação racional para o entendimento que exclui afetos, paixões, desejos e emoções; por fim, um "desenvolvimentismo" que se reflete de modo cumulativo, direcionado e teleológico tanto na sua concepção micro de formação ontogenética do self através de uma socialização que perpassa níveis de reflexividade, generalização e abstração, passando de formas pré-convencionais até um estágio convencional; quanto na sua perspectiva macro, relativa ao progresso moral enquanto uma concepção de autonomia, análoga ao desenvolvimento dos indivíduos da infância à maturidade, e uma concepção de desenvolvimentos das visões de mundo de uma visão pré-moderna e mítica, e, portanto, infantil, para uma racionalizada e moderna, e assim, madura.

O problema com essa lógica desenvolvimentista e modernizante de sua teoria seria que tal posição recairia em uma análise triunfalista da modernidade europeia e na chamada "falácia eurocêntrica", uma visão parcial e provinciana da modernidade, no qual a periferia do mundo que não fosse a Europa não pudesse ter um desenvolvimento histórico passível de análise.

Em termos mais sistemáticos, a primeira limitação da teoria habermasiana, formulada pela chamada critica imanente negativa, seria um abandono do núcleo radical do projeto adorniano, e, portanto, um flerte com a teoria tradicional. A aliança do pensamento habermasiano com outras disciplinas da filosofia política normativa teria reforçado um caráter conservador da crítica, ao ponto de acusarem Habermas de reproduzir uma "teoria tradicional

[654] Allen, Amy. **Critique on the couch. Why critical theory needs psychoanalysis**. New York: Columbia University Press, 2022

[655] Allen, Amy. The Public Sphere: Ideology and/or Ideal? **Political Theory**, 40, pp. 822-829, 2012.

da crítica"[656], que não intervém para além do "Seminar room"[657] e reproduz uma "obsessão metacrítica"[658] marcada pela autorreferencialidade[659] e o supernormativismo[660].

Ademais, Habermas recairia numa "abstenção ética" (*etische Enthaltsamkeit),* uma incapacidade de avaliar normativamente o conteúdo ético das práticas sociais envoltas a essas formas de vida e modos de relacionar-se com o mundo diante da exigência de neutralidade de uma teoria moral. Tal bloqueio de extrato liberal impediria a crítica de acessar o conteúdo que obscurece a ocultação ideológica de formas e vida. Ocorre que desse modo, de negligência com o material crítico que está nas questões de vida boa, as formas de vida se tornam uma espécie de "caixa preta", inacessíveis para critica.[661]

Tal movimento seria sobretudo em decorrência de uma sedução da teoria dos sistemas[662] e o infeliz casamento entre hermenêutica e funcionalismo[663] que teriam levado a uma crítica da razão dualista em sua teoria e do paradigma voltado para o entendimento e não para o conflito. No centro da crítica, estaria a ênfase habermasiana no procedimentalismo que desconsidera uma infraestrutura moral de experiências cotidianas de desrespeito em função de uma normatividade crtica calcada no uso pragmático da linguagem. A incapacidade de Habermas para dar expressão às experiências morais dos sujeitos envolvidos, não como uma forma de restrição nas regras intuitivas da linguagem, mas sim de violação das demandas de formação identitárias na constituição social, gera uma espécie de déficit sociológico na teoria comunicativa.

A segunda dimensão do conjunto de críticas a Habermas, relativas ao modo como o filósofo alemão diagnostica o populismo em sua teoria do capitalismo, se volta para alguns problemas de ordem estruturais. Para Streeck[664], Habermas esquece da percepção fundamental da economia política: que as leis naturais da economia, que parecem existir em virtude de sua própria eficiência, na realidade não são senão projeções de relações de poder

---

[656] Fleck, Amaro. Desventuras da crítica imanente. **Cadernos da filosofia alemã**, v.27, n.2, pp. 87-98, 2022.
[657] Gandesha, Samir. Identifying with the aggressor: From the authoritarian to neoliberal personality. **Constellations**, 2018, p. 11.
[658] Campello, Felipe. **Crítica dos afetos**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2022.
[659] De Caux, Luiz Philipe. **A Imanência da Crítica. Os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana**. São Paulo: Edições Loyola, 2021
[660] Thompson, Michael J. **The domestification of critical theory**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2021.
[661] Jaeggi, Rahel. **Critique of forms of life**. Cambridge: Harvard University Press, 2018. Cf. Jaeggi, Rahel. Towards an Immanent Critique of Forms of Life. **Raisons Politiques**, vol. 57. n.1, 2012.
[662] McCarthy, Thomas. Complexity and democracy: Or the seducements of systems theory. In: Honneth A., Joas H (Org.). **Communicative action. Essays on Jürgen Habermas's the theory of communicative action** . Trad. Gaines J., Jones D. L. Cambridge: Polity Press, 1991, pp. 119–139.
[663] Joas, Hans. The unhappy marriage of hermeneutics and functionalism. **Praxis International**, 8(1), pp. 34–51. 1991.
[664] Streeck, 2015, p. 10.

social que se apresentam ideologicamente como necessidades técnicas. No mesmo passo, David Schmid[665], confere o problema não somente ao diagnostico, mas à própria estrutura da crítica do capitalismo do paradigma comunicativo habermasiano. Segundo Schimdt, Habermas apresenta duas limitações de análise: uma concepção essencialista de capitalismo e de sociedade civil. Ela gera o que Schimdt chama de uma visão "sanitarizada" de sociedade civil e de esfera pública, que separa reprodução material e simbólica, reproduzindo uma ideologia androcêntrica da sociedade civil.

Por fim, a ideia de uma *política deliberativa* oposta ao populismo tardio implica visões problematizadoras em relação à concepção de democracia e transformação envolvida. As críticas se voltam para sua confiança no potencial emancipatório do direito como forma de controlar o capitalismo global, como em seus escritos sobre a globalização e o futuro da União Europeia.[666] Habermas atribui culpa à política e não ao capitalismo pela crise global financeira de 2007/8. Enquanto Habermas está correto em culpar "a desregulação politicamente gerada do mercado financeiro, ele parece dar atenção insuficiente aos imperativos econômicos que o capitalismo globalizado impôs a política".[667] Com isso, Habermas teria um déficit de teoria do poder, pois para Pinzani ele "subestima os imperativos e os limites que impõe à ação política".

Essa perspectiva geraria uma "domesticação da teoria crítica" e uma redução dela à teoria tradicional na teoria habermasiana por ao menos quatro motivos[668]: a teoria teria ficado muito focada na teoria ideal ao invés da analise social; perdido a capacidade de desenvolver uma crítica do capitalismo; falhado em reconhecer sua negligência com as formas coloniais e raciais de dominação e da importância de descolonização da crítica e por fim, tornado fragmentada e especializada ao ponto de sua concepção política se reduzir a uma forma pacificada de política liberal dada sua ênfase preceduralista[669].

Recuperando uma crítica de William Scheurman, esse modelo oscila entre dois polos insatisfatórios: o racialismo esvaziado por uma utopia proceduralista, que se apoia em um ancoramento normativo desenraizado da realidade social, e um funcionalismo crítico, que se

---

[665] Schmid, David. **The Poverty of Critical Theory in International Relations**. London: Routledge, 2014.
[666] Pinzani, Alessandro. Habermas and Capitalism: an historic overview. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, 27(2), pp. 51-68, 2022.
[667] Ibidem.
[668] Schimd, 2023.
[669] Para Kompridis, a visão habermasiana de uma "proceduralist theory of normative justification'' is insufficient for fulfilling the anticipatory-utopian aims of critical theory; in order to achieve these aims, it would have ''to recover and recommit itself to its [i.e., critical theory's] possibility-disclosing role" Kompridis, Nikolas. Re-Envisioning Critical Theory: Amy Allen's The Politics of Our Selves. **Critical Horizons** 15 (1):1-13, 2014.

preocupa apenas com a estabilidade de uma ordem social e se resume a encontrar remédios para problemas técnicos. Em suma, Habermas ofereceria limites do ponto de vista normativo, de diagnóstico e crítica do capitalismo, e, por fim, de sua concepção de política que precisaria de uma revisão e renovação metacrítica.

8.1.Nova crítica imanente: liberdade negativa, reflexiva e social

Ao repensar uma crítica do capitalismo[670], esses novos modelos de crítica imanente[671], desenvolvidos em um contexto pós-habermasiano, ou melhor, pós-reconstrutivo, precisam, antes de tudo, prestar contas a favor ou contra a sua metodologia, o que implica adotar posições que oscilam entre uma tendência neoreconstrutiva e outra anti-recosntrutiva.[672] Esse movimento metodológico envolve um movimento de abandono ou aprofundamento da herança do método reconstrutivo, o que, nos anos 1970, Boockhin chamou de "Habermas Ltda"[673], , e uma interpretação atualizada do que consiste em estabelecer a liberdade comunicativa para além da pragmática formal, encontrando na psicanálise, sociologia ou ciência política um novo alicerce de uma concepção normativa de liberdade que ancore os fundamentos de uma crítica social. Nesse capítulo, exploraremos três constelações de modelos críticos que respondem ao problema de crítica o populismo tardio e sua captura da gramática da liberdade no contexto neoliberal, partindo de concepções normativa de liberdade e de seu correspondente método de fundamentação, diagnóstico das distorções da liberdade pelo populismo tardio e o momento terapêutico de libertação como transformação social democrática.

O *primeiro modelo* de crítica imanente *do populismo* investigado nesta seção é baseado em uma imagem eminentemente negativa da normatividade e consequentemente da

---

[670] Postone, Moishe. The task of critical theory today: rethinking the critique of capitalism and its futures. **Globalization, Critique and Social Theory**, v. 33, pp. 3-28, 2015.

[671] Pinzani, 2019; Postone, 2014, p. 110-111; Fleck, 2015, p. 149-150

[672] De acordo com Pinzani, "a primeira se limita a constatar a discrepância entre os ideais de uma sociedade e sua realidade (nisso, ela poderia eventualmente ser considerada como uma crítica da ideologia). Ora, tal crítica pode ser feita também tendo em vista um melhoramento da realidade e sua maior adequação com os ideais. (...) e uma crítica imanente negativa que "não é desenvolvida com base no que é, mas no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente", como no caso da crítica de Adorno ao fato que a sociedade não se serve de suas capacidades tecnológicas para eliminar o sofrimento socialmente evitável (..) as patologias seria aqui "o resultado lógico do desenvolvimento do potencial opressor intrínseco do Estado, da economia capitalista e da família burguesa". Essa distinção tem sido muito tematizada na teoria crtica recente. Para aprofundar o debate, ver: Stahl,2021 e De caux, 2021.

[673]Boockhin, Murray. Finding the Subject - Notes on Whitebook and "Habermas LTD." Disponivel em: https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-finding-the-subject-notes-on-whitebook-and-habermas-ltd Acesso em 24 de janeiro de 2024.

ideia de liberdade, progresso e desenvolvimento social. Conforme notaremos mais adiante, trata-se da abordagem frontalmente crítica ao paradigma deliberativo habermasiano e a sua metodologia de reconstrução racional, pois retoma um de seus mais radicais opositores: a ontologia agonística da política[674]. Diversos elementos compõem as características gerais de uma perspectiva da reflexão imanente negativa e, no desenvolvimento deste capitulo, serão cruciais para fundamentar a crítica ao que podemos chamar de uma "vida psíquica do populismo": uma filosofia da história de origem nietzschiana[675] radicalmente oposta à compreensão da modernidade e do curso da história como formulada pelo liberalismo kantiano e pela esquerda-hegeliana; o recurso a uma "antropologia filosófica negativa" calcada na teoria das pulsões freudiana; que, por sua vez; fundamenta uma concepção de *política realista e anti-idealista,* próxima da proposta agonista mouffeana baseada em uma noção de transformação social prefigurativa ou insurgente.

Representado pela teoria de Amy Allen, esse modelo, de modo geral, defende uma noção de *liberdade negativa* seja em termos de uma forma de heteronomia sem servidão e soberana; privilegiando as ambiguidade, a precariedade e vulnerabilidade, que culmina, como aludido anteriormente e veremos a seguir, em um método de *análise genealógica,* que contesta a dialética tradicional e a reconstrução racional habermasiana nos termos de um *déficit de negatividade* e que propõe uma crítica normativa ou da normatividade a partir da *gramática do desejo* e de uma compreensão somática das relações sociais, não necessariamente de direitos e instituições, como as empreitadas reconstrutivistas ou construtivistas procuram ancorar suas concepções de justiça.

O segundo modelo de crítica do populismo retoma as premissas de uma concepção reflexiva da liberdade, cujas origens modernas oscilam entre uma perspectiva kantiana da autonomia ou romântica da autenticidade. Assim, a primeira vertente de uma crítica baseada na atualização da moderna liberdade reflexiva procura dar centralidade da autonomia como fundamento a partir do espelhamento de uma crítica imanente da "injustificação do populismo": uma filosofia da história de origem kantiana; com o recurso a uma "antropologia filosófica" voltada para a concepção moral de respeito e reconhecimento moral de indivíduos e coletivos sociais; que, por sua vez, fundamenta uma concepção de *política*; a defesa de

---

[674] Além de Butler e Allen, figuras que podemos considerar de um círculo externo da nova geração da crítica imanente, noto aqui as contribuições de Martin Saar; Christoph Menke; Daniel Loick; Eva Von Redecker; Alex Demirovic.

[675] *Cf.* Allen, Amy. Beyond Kant versus Hegel: An alternative strategy for grounding the normativity of critique. In: Bargu, Banu; Bottici, Chiara (ed.). **Feminism, Capitalism, and Critique: Essays in Honor of Nancy Fraser.** New York: Palgrave Macmillan Cham, 2017, pp. 243-261..

uma noção de *liberdade moral* em termos de uma forma de autodeterminação; que culmina em um método de *análise de crítica imanente* que contesta a dialética tradicional e a reconstrução racional habermasiana nos termos de um *déficit político* e que propõe uma crítica normativa ou da normatividade a partir da *gramática dos direitos* e de uma compreensão somática das relações sociais, não necessariamente das necessidades básicas, como as empreitadas antireconstrutivas procuram ancorar suas concepções de vida boa. Por fim, tal perspectiva representada por Rainer Forst elabora uma crítica do populismo como uma patologia política da alienação democrática.

A segunda vertente de uma crítica baseada na noção reflexiva da liberdade como auto-descobrimento e autenticidade estaria representada por Hartmut Rosa e se coloca como ancorada numa crítica da "vida ética do populismo": uma filosofia da história de origem hegeliana[676]; o recurso a uma "antropologia filosófica" voltada para a concepção de vida ética, portanto, uma ontologia hegeliana de fundo que interpreta a autonomia de forma relacional; que, por sua vez, fundamenta uma concepção de *política ressonante*. De modo geral, trata-se da defesa de uma noção de *liberdade moral* em termos de autenticidade de uma forma de vida; que culmina em um método de *análise de crÍtica imanente* que contesta a dialética tradicional e a reconstrução racional habermasiana nos termos de um *déficit ético* e que propõe uma crÍtica normativa ou da normatividade a partir da *gramática das carências*[677] (ou necessidade de ordem neoadorniana) e de uma compreensão somática das relações sociais, não necessariamente de direitos e instituições, como as empreitadas reconstrutivistas ou construtivistas procuram ancorar suas concepções de justiça. Por fim, tal perspectiva representada pela teoria de Hartmut Rosa elabora uma crítica do populismo como uma forma de vida alienante, isto é, uma patologia social marcada por uma forma de vida disfuncional.

Logo, diferente da leitura vigente na filosofia política normativa que vincula a ação política a uma deliberação racional a partir de uma compreensão procedimentalista da dinâmica política, Rosa nos convida a retomar a crítica da primeira geração da Escola de Frankfurt ao conectar as regressões políticas do fascismo da época – enquanto uma critica da alienação - à estrutura mesma das promessas não cumpridas da democracia liberal, ao moldo das gerações subsequentes, em torno de uma conceito de democracia voltada para o bem comum e um modelo de solidariedade radical.

---

[676] Cf. Allen, Amy. Beyond kant versus hegel: An alternative strategy for grounding the normativity of critique. In Feminism, Capitalism, and Critique: Essays in Honor of Nancy Fraser (pp. 243-261). Springer International Publishing, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-52386-6_14.

[677] Sobre as diferentes gramaticas da critica social ver: Pinzani, Alessandro. The grammar of rights and the grammar of needs. Human Affairs, v. 29, p. 328-338, 2019.

O terceiro modelo de crítica imanente procurar combinar as três dimensões metodológicas das estratégias teóricas que o antecederam: um ressalva genealógica, que permite traçar a gênese e o deslocamento normativo das formas de poder e ideologias que permeiam as relações sociais; uma reconstrução recursiva que estabelece princípios morais igualitários e éticos de florescimento humano como baliza para uma noção de progresso social, e, por fim, uma dimensão normativamente reconstrutiva que identifica as práticas sociais em instituições modernas como orientação de uma experiência emancipatória contida na promessa de garantias de autonomia, autodeterminação e autorrealização. O imbricamento destas três gramáticas sociais: desejo, carências e direitos, perpassa o modelo teórico de Axel Honneth, partindo de sua concepção de liberdade social e reconhecimento progressista para fundamentar a sua crítica do populismo tardio como fenômeno patológico da esfera pública neoliberal contemporânea, como veremos a seguir.

a. Liberdade como autodescoberta performática

O ponto de partida da ideia de liberdade do modelo de crítica negativa é precisamente a dimensão vulnerável da subjetividade humana. A ambivalência que marca o processo de subjetivação de uma vida precária tem uma tradução política em lutas performativas pela partilha do sensível. Tal dinâmica social se coloca contra o modo pelo qual a teoria critica elabora a análise política – *regressão ou crise democrática e patologias da esfera pública* –, que seria politicamente problemática para Allen, pois estaria impregnado por imperialismo, colonialismo e autoritarismo epistêmico ao estabelecer o que seria um *ancoramento racional da crítica* – reconhecimento, justificação, ressonância, apropriação – e, consequentemente, um conceito de liberdade enquanto autonomia individual (autorrealização, autodeterminação e autoconsciência) quereproduz formas de dominação.

Contra esse modo de ancorar normativamente a crítica política, Allen propõe um contextualismo metanormativo, uma espécie de autocritica que esboça *uma genealogia problematizadora* de modo a questionar ideais, normas e valores da modernidade europeia, desaprender formas de conhecimento que esboçam uma superioridade moral ou cognitiva e esboçar uma atitude mais humilde e modesta em relação a outras formas de racionalidade de Adorno e Foucault, lidos em uma chave decolonial. No que concerne sua concepção de política, três características são fundamentais para compreender sua posição que privilegia a ambivalência e a indeterminação do processo político: *realismo, negativismo e não-teleologismo.* Trata-se de uma teoria *realista*, pois afirma a pulsão de morte e a resignação

humana perante sua finitude – contra um *moralismo, racionalismo e idealismo*, pois não seria uma ideia de natureza humana imutável, mas uma condição humana; *negativista* porque renuncia a ideia de normalidade e cura do sofrimento – ou seja, seria antiutópica, para evitar narcisismos e onipotências infantis; *e não teleológica* porque estaria aberta a novas possibilidade de aprimorar uma personalidade – *combatendo certo desenvolvimentismo*. Temos em última instância uma ideia de política como performatividade, cuja normatividade responde a uma ideia de universalismo contingente ou a um contextualismo de segunda ordem. Neste sentido, o primeiro modelo de crítica representado por uma reconstrução genealógica assume a função metodológica de desconstrução[678] das noções de liberdade como autonomia e fundamenta a condição livre em uma "ética relacional". Essa concepção ética de liberdade depende de uma interpretação relacional das pulsões de Klein, na qual a agressividade e a destrutividade humana[679] tornam-se as bases de seu ancoramento metanormativo.

A crítica imanente negativa e o seu modelo de crítica psicanalítica oferece um sentido de liberdade que expande a ideia de autonomia recuperando o núcleo dialético e a negatividade latente que perpassa os usos e os abusos do termo no contexto da teoria social e política. Essa atualização, todavia, acompanha o incontornável recurso de fundamentação da psicanálise como parte de uma teoria do sofrimento social que retomam insights adornianos da ambiguidade do progresso político e de formas de integração social. A dimensão indeterminada da política e ambígua das subjetividades nessa gramática negativa mobilizada por Allen abre espaço para uma concepção não-teleológica de progresso e para uma perspectiva anti-institucional da política que aponte para os paradoxos da estrutura de organização normativa da sociedade. Nesse sentido, na contribuição de Allen ao debate, a autora está convicta que os desenvolvimentos da teoria de Melanie Klein cumprem uma função mitigadora do idealismo teórico ao conceber uma concepção realista de pessoa e um modelo paranóide-esquizóide de política que dispensa noções de evolução social ou utopismo. Por estar menos presa a esquemas desenvolvimentistas, o recurso das elaborações de Klein fornece um quadro teórico que evita a patologização do outro da extrema-direita. Nos termos de uma genealogia problematizadora, o conceito de progresso é atualizado em termos da metapsicologia madura de Klein. Aqui, o uso da ideia de liberdade remete à resistência contra

[678] Amy Allen. Reconstruction or deconstruction? A reply to Johanna Meehan. **Philosophy & social criticism**, . v. 26 n. 3, pp. 53–60, 2000.
[679] Allen, Amy. Somos dirigidos pelas pulsões? Teoria crítica e psicanálise reconsideradas. **Dissonância. Teoria Crítica e Psicanálise**, v. 1 n. 1, 2017.

forças opressivas e tem um sentido individual de não-subordinação , mas, tambám, o sentido arendtiano de uma pratica coletiva de construção-de-mundos.[680]

Considerada umas das figuras responsáveis pelo reavivamento e acirramento do debate acerca das concepções de progresso e sua aplicação normativa na teoria política e social contemporânea, Allen tem como objetivo de sua empreitada teórica uma recuperação da centralidade da psicanálise enquanto disciplina responsável para se "repensar as bases normativas da teoria crítica da sociedade"[681]. De acordo com Allen, o contexto sociopolítico contemporâneo torna necessário retomar as bases gerais dos insights freudianos acerca da cultura e de seu mal-estar, devido, especialmente, ao fato de a teoria crítica problematicamente "abandonar totalmente a psicanálise ou domesticá-la ao descartar sua teoria explosiva das pulsões".[682]

O recurso à análise psíquica na teoria social demonstra desde sua formulação que há uma incompatibilidade constitutiva do progresso moral com as pulsões de morte que habitam o horizonte dos desejos humanos. A teoria de Freud reforça que esse caráter destrutivo intrínseco à natureza humana torna a tese marxista do progresso não somente como um projeto inviável, mas a inverte ao destinar a civilização para sua auto-aniquilação. Essa guinada trágica da história da psicanálise, como bem nos lembra Erich Fromm, outro aliado do recurso à crítica da civilização freudiana, mascara uma espécie de pessimismo entroncado com conservadorismo cultural que domina a compreensão dessa vertente a respeito dos processos de mudança social.

Contudo, além de revisitar aspectos possivelmente crítico-normativos do diagnóstico freudiano, Allen é astuta em recorrer ao pensamento de Melanie Klein e associá-lo com a crítica de Adorno ao esclarecimento. Justamente, pois eles podem desvencilhar a leitura reacionária de Freud e aproximar sua crítica do progresso à tradição frankfurtiana. Essa aproximação, que podemos ler aqui como um exercício aplicado de sua "genealogia problematizante", mantém o caráter negativo ao evitar resquício de um utopismo ou mesmo de um historicismo especulativo.

Nesse sentido, Allen recupera de Freud uma leitura não-teleológica e não-progressiva da história, uma leitura que o = aproxima de Nietzsche e de sua especulação acerca dos fundamentos da moralidade na agressividade do superego – movimento esse que antecipa em

---

[680] Allen, Amy Feminism and the politics of our selves: Rethinking resistance. **Critique & humanism**, n. 35, pp.111-125, 2010.
[681] Allen, Amy. **The End of Progress: Decolonizing the Normative Foundations of Critical Theory**. Nova York: Columbia University Press, 2016.
[682] Allen, 2021, p. 11.

alguns aspectos a crítica de Allen à possibilidade de um ancoramento normativo da ideia de progresso moral que seja, ao mesmo tempo, transcendente ao contexto. Em sua interpretação de Freud, Allen vê ali "um pensador do iluminismo radical", ou seja, cético em relação ao projeto maior do iluminismo, cuja trágica e irreconciliável visão dos conflitos entre progresso civilizacional e pulsão de morte é oferecida como "serviço de uma desconfortante desconstrução de nossas ilusões de harmonia ao problematizar nossa tendência em direção a concepção complacente e autocongratulatórias de progresso"[683].

Diferente de leituras vigentes no debate da teoria social psicanalíticas de um Freud pró-iluminista, a recuperação de Allen de Freud o retrata como um crítico ou pensador da suspeita, cuja teoria tem como contribuição central justamente desmontar e fragilizar certas concepções otimistas e autocongratulatórias e, assim, desvelar o caráter ilusório dessas perspectivas difundidas na sociedade burguesa. Tal leitura, fortemente influenciada pela posição adorniana em relação a Freud, sustenta que o fundador da psicanálise foi hábil em formular uma teoria que tem como ponto de partida o incontornável caráter antagonista da realidade social. O modo pelo qual Freud crItica as dinâmicas de mudança da realidade, no entanto, é o que Allen chama em o "*Fim do Progresso*" de uma concepção retrospectiva do progresso, ou *progresso como fato*, vinculada aos processos de desenvolvimento e aprendizagem do iluminismo.

Dentro desse contexto, Allen pretende formular, a partir de seu modelo teórico e com o auxílio de sua genealogia problematizante, um deslocamento de pensamento para recuperar uma concepção negativamente produtiva da ideia de progresso. Allen aproxima os insights adornianos acerca de Freud com a leitura de Klein, na qual a crítica do progresso com o auxílio da psicanálise serve como uma correção, um processo terapêutico de retirada do indivíduo do seu processo ilusório de negação da agressividade ou da pulsão de morte que marca um *wishful thinking*, um otimismo descabido com o curso da história, oferecendo uma concepção mais realista das dinâmicas sociais.

Nesse terreno, no qual as contribuições de Adorno, Freud e Klein se encontram para substanciarem uma filosofia da história negativa e uma concepção particular de progresso, Allen ancora seu edifício teórico para criticar seus adversários hegelianos ou kantianos de uma teoria crítica da justiça contemporânea. Como ela própria admite, ao invés desses baluartes de uma teoria da modernidade, os seus aliados mais próximos são, ao invés, Freud e Klein como Nietzsche e Marquês de Sade, isto é, aqueles entre os escritores sombrios da

[683] Ibidem.

burguesia, que fazem o progresso possível justamente pela sua crítica radical às fraturas da realidade social.

A consequência dessa perspectiva negativa em relação à liberdade é o modo como Allen une a intuição adorniana da ideia do progresso, fruto de sua dialética negativa, isto é, da ideia de progresso como modo de evitar a catástrofe, com a psicanálise kleiniana e sua compreensão dessa dinâmica como uma expressão da posição esquizo-paranóica, de uma reconciliação da ambivalência fundamental do *self* como uma unicidade não-repressiva da diferença. Isso envolve repensar a liberdade e sua concepção de autonomia em um sentido negativo. Pois a liberdade como uma capacidade, conforme argumenta Allen, não se situa fora das relações de poder e dependência, mas, emerge delas próprias.

Portanto, para Allen, "a autonomia é possibilitada pela sujeição – heteronomia e dependência são suas condições de possibilidade"[684], pois somente por ela podemos vislumbrar uma práxis crítica, reflexiva e autotransformadora. O problema com a teoria habermasiana seria que ela tende a "minimizar algumas das implicações ambivalentes da intersubjetividade do self"[685], aquilo que nossa dependência radical de nossos cuidadores nos torna sistematicamente vulneráveis à subordinação, precisamente porque nos torna dispostos a aceitar o reconhecimento em quaisquer termos que seja oferecido. Logo, para Allen,

> o objetivo dessas análises é decididamente não rejeitar insights feministas e teórico-críticos sobre intersubjetividade, relacionalidade e dependência, muito menos reafirmar um modelo liberal de self como uma "cidadela interior". A questão, ao contrário, é complicar e aprofundar essas percepções feministas e teórico-críticas, explorando a promessa e o perigo da intersubjetividade do self.[686]

Na esteira dessas promessas não cumpridas da intersubjetividade, Allen atribui ao procedimento genealógico a metodologia mais promissora para investigação e ao contextualismo metanormativo a concepção mais adequada de justificação normativa. Conferindo a essas estratégias uma prática racional "impura", no sentido de despidas de contextos históricos, sociais e culturais que estão permeados por relações problemáticas de poder. Portanto, se podemos sintetizar a alternativa de uma crítica imanente proposta por

---

[684] Allen, Amy; Rech, Paula Mariana; Cyfer, Ingrid ; Gonçalves Silva, Felipe; Marin, Inara Luisa; Bueno, Arthur Oliveira. Teoria crítica e psicanálise. **Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS**, v. 7, p. 323-341, 2022.
[685] Ibidem.
[686] Ibidem.

Allen, encontramos antes um projeto levado a cabo por um procedimento crítico e metanormativo, cuja noção de progresso está calcado numa concepção *realista, aberta e negativa de liberdade*, sustentada nos termos de um imperativo ético-político: a) *realista*, pois afirma a pulsão de morte e a resignação humana perante sua finitude; b) *negativista*, pois renuncia à ideia de normalidade e à cura do sofrimento; *e c) não-teleológica*, pois aberta a novas possibilidades de aprimoramento da personalidade.[687]

O *realismo psicanalítico* mobilizado pela teoria de Klein, psicanalista considerada por Allen[688] a mais importante sucessora de Freud, é a base de todo projeto de renovação de seu modelo de teoria crítica da liberdade. O modelo teórico de Klein, que Allen julga ser mais ambivalente que o recurso da psicologia cognitiva habermasiana ou da teoria dos objetos honnethiana, forneceria uma antropologia filosófica e uma teoria da subjetividade compatíveis com uma concepção não idealismo de progresso. A importância de Klein está circunscrita a sua versão madura de uma metapsicologia, no qual lança as linhas gerais da ideia de agressão primária, fantasia inconsciente e de ambivalência que formam a base realista de seu projeto. Pois, para Allen:

> Uma concepção realista de pessoa é aquela que leva a sério o papel ineliminável da irracionalidade, da insensatez e da agressão na vida social humana. Embora a agressão e a destrutividade obviamente não sejam o mesmo que poder ou dominação, certamente elas não são desvinculadas. A crítica psicanalítica do desenvolvimentismo normativo oferece talvez o vínculo mais óbvio com minha crítica anterior ao progresso; dizer que a cura é que não há cura é oferecer um análogo psicanalítico à afirmação de que poder e razão existem em uma tensão ineliminável.[689]

A recuperação kleiniana proposta por Allen identifica uma possibilidade de compatibilizar essas intuições com os desenvolvimentos de uma teoria intersubjetiva capaz de servir como modelo crítico social. Contrária ao racionalismo habermasiano como articulação da gramática política, Allen se volta para a influência psicanalítica e nietzscheana na primeira geração da escola de Frankfurt em ordem de criticar a dimensão neokantiana da teoria crítica. Ao tematizar uma teoria das pulsões de Klein, Allen argumenta que a vantagem de sua

---

[687] Allen, 2021, p.149

[688] Allen, 2019, p. 237. Cf. Allen, Amy; Ruti, Mari. **Critical theory between Klein and Lacan: a dialogue**. New York: Bloomsbury Academic, 2019.

[689] Allen, Amy ; Rech, Paula Mmariana ; Cyfer, Iingrid ; Gonçalves Ssilva, Felipe ; Marin, Inara Lluisa ; Bueno, Aarthur Ooliveira . Teoria crítica e psicanálise. Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS, v. 7, p. 330.

abordagem em relação as anteriores é que tal contribuição não se reduz a uma concepção biologizante e reducionista da pulsão de morte, nem se trataria de uma posição antissocial ou a-histórica (como no caso freudiano de uma característica intrínseca da humana):

> The movement between paranoid-schizoid modes of psychic functioning, which keep love and hate separate through splitting and internal fragmentation, and more depressive attempts to deal with the coexistence of love and hate in the same ego and object, is a lifelong struggle, one that is never complete or resolved, but is at best creatively repetitive: an oscillation between 'positions' rather than 'phases' throughout adult life. For Allen, this provides an alternative to both Adorno and Horkheimer's notion of the ego and super-ego as coercive, narcissistic, paranoid and dominating, and the later Habermasian model of individuation purely through socialization. Instead, for Klein, the ego is built up over time through an integration of experiences of the vicissitudes of love and hate. This includes the wish to repair the damage done to loved objects in the face of an increased fear of their loss, so that mourning and guilt provoke depressed feelings that in turn allow for further integration of the ego, and more awareness of a relation between inner and external realities. Allen uses Klein, then, to propose a notion of development that can be understood as expanding and enriching the inner world through the ongoing work of mourning; a non-coercive, non-dominating and open-ended conception of ego integration that can also allow for 'the possibility of resistance, autonomy and critique' Progress can thus be recast as 'realistic, negativistic and open ended'–as an ethical-political imperative.[690]

Esse movimento permite a Allen propor interpretações únicas em relação ao papel da psicanálise no seu modelo crítico. Em chave arendtiana, Allen argumenta que a teoria das pulsões de Klein não foca, tampouco emula, uma ideia de natureza humana imutável e atemporal, mas está relacionada a uma "condição humana" que diz respeito a diferentes sociedades e temporalidades históricas. Tal condição teria como característica uma posição inicial marcada pela dependência desamparada em relação a nossos cuidadores, que pode dar vazão a pulsões de agressão, destrutividade e dominação, bem como amor e vínculos afetivos. Essa ambivalência fundante que percorre a teoria kleiniana é mobilizada por Allen de modo a evitar a rejeição parcial ou total de uma teoria das pulsões na teoria crítica tardia:

[690] Allen, 2021, p. 67 e156.

A diferença entre Klein e Freud nesse ponto é que a metapsicologia de Klein começa onde termina a de Freud: com a dualidade ineliminável das pulsões de vida e morte, de amor e ódio, agressão e destrutividade. A teoria da psique de Klein, portanto, gira em torno da gestão de uma ambivalência profundamente enraizada que estrutura a vida psíquica à medida que procura negociar as vicissitudes dessas pulsões. Para Klein, a marca da maturidade psicológica – que ela entende não como um estágio de desenvolvimento que alcançamos, mas como uma posição que podemos assumir ou habitar naqueles momentos em que estamos sendo nossos melhores selves – é a capacidade de aceitar, sustentar e negociar a ambivalência que decorre da dualidade das pulsões, uma ambivalência que marca indelevelmente todas as nossas relações, inclusive a nossa relação com nossos selves.

Certamente, a tentação de excluir ou negar essa ambivalência ao se engajar na lógica maniqueísta da cisão, segundo a qual os outros são totalmente maus ou puramente bons, está sempre presente. Resistir a essa tentação exige persistir teimosamente em nos relacionarmos com os outros (e com nós mesmos) como pessoas inteiras, com partes boas e ruins. A capacidade de sustentar a ambivalência é uma marca registrada do que Klein chama de posição depressiva, que também é a fonte de criação de significado, criatividade e reparação. Como tal, poderíamos dizer que seu trabalho se concentra na questão de como a ambivalência pode se tornar produtiva.[691]

O *negativismo* que caracteriza sua concepção de progresso se insurge em um diálogo eminentemente anti-utópico com o restante da teoria crítica. O recurso à psicanálise é fundamental nesse projeto, pois ao concordar com a tese de Joel Whitebook, de que as imagens positivas de utopias sociais representam uma negação da finitude humanada, da perda e da falta, Allen identifica no utopismo uma expressão de uma onipotência infantil e de grandiosidade quase narcisística. Para dar corpo à negatividade de sua concepção de progresso, Allen retoma as elaborações adornianas e, instrumentalmente, as lacanianas para justificar a ambivalência constitutiva da sua visão de utopia. Certamente, Adorno não era um reformista no sentido habermasiano (apesar de contribuir para a reforma do sistema universitário alemão), mas tinha em mente uma ideia da forma de vida capitalista como errada em todos seus aspectos. Por óbvio, isso abria a possibilidade de Adorno identificar em momentos de não-identidade, do impulso somático, das pulsões, uma forma de especulação

[691] Allen, Amy ; Rech, Paula Mmariana ; Cyfer, Iingrid ; Gonçalves Ssilva, Felipe ; Marin, Inara Lluisa ; Bueno, Aarthur Ooliveira . Teoria crítica e psicanálise. Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS, v. 7, p. 330..

utópica, contudo, ele rejeitaria a noção de reconciliação hegeliana em função de uma perspectiva utópica negativista e, para Allen, contrafactual.

A dimensão *não-teleológica* da elaboração alleniana, que surge para combater o marcante *desenvolvimentismo* presente na dimensão psíquica das teorias de estrato kantiano e hegeliano, demarca a sua posição marcadamente *anti-fundacionalista*. O ponto de partida é a teorização de Klein acerca da relação entre ego e integração. Se para Adorno o ego racional é objeto de crítica pela sua caracterização narcisística, paranoica e opressora, Allen indica que Klein[692] pode oferecer uma compreensão alternativa do ego como não-coercitivo, não-dominador e aberto à experiência ambivalente que constitui sua perspectiva da intersubjetividade.

A consequência direta da crítica de Allen ao desenvolvimentismo consiste no esforço de evitar uma abordagem evolutiva da sociedade. O problema central dessa linha de raciocínio, que Allen identifica estar presente inclusive na posição de Freud acerca do progresso cultural e social da civilização, é a sua incisiva noção eurocêntrica, racista e colonizadora de vida psíquica. Em especial, o conceito de "primitivo". Todas essas facetas de sua teoria culminam na sua concepção específica de *crítica social*, isto é, um modelo crítico que combina problematização genealógica com a construção de constelações interpretativas:

> I am arguing for a richer, more ambivalent conception of recognition. It may well be true that recognizing ambivalence in this way will unsettle our normative and critical categories and even lead to a kind of normative undecidability. Like Butler, and unlike Honneth, I see this undecidability as enabling and productive for critique. As Butler puts it: "I may feel that without some recognizability I cannot live. But I may also feel that the terms by which I am recognized make life unlivable. This is the juncture from which critique emerges.[693]

Em última instância, estamos pensando uma dimensão da normatividade enquanto performatividade[694], que aposta na ambivalência dos processos sociais e na indeterminação da logica política, sendo que qualquer construção fixa de princípios ou modelos democráticos em torno uma ideia de liberdade como autonomia ameaçam esse modo de autonomia mais

---

[692] Allen, 2021, p.217.
[693] Allen, Amy. Recognizing ambivalence: Honneth, Butler, and Philosophical Anthropology. In: Ikäheimo, Heikki; Lepold, Kristina; Stahl, Titus. **Recognition and Ambivalence**. NewYork: Columbia University Press, 2022, pp. 99-128.
[694] Allen, Amy. Power Trouble: Performativity as Critical Theory. **Constellations**, v. 5, n. 4, pp. 456-471, 1998.

radical. Contra a ideia de um universalismo idealista, Allen propõe a ideia de uma universalismo contingente, voltada para uma "teoria da justificação que reconheça os problemas do fundacionalismo e os problemas das narrativas do progresso histórico, uma teoria que não aceite nenhuma dessas duas maneiras de justificar a estrutura normativa com que vamos trabalhar". Então, sob essa ótica, temos um contextualismo no nível metanormativo, epistemológico, sem colapsar em um relativismo moral ou político de primeira ordem.[695]

b. Liberdade como autoeficácia e autodeterminação

O segundo sentido de liberdade da crítica pós-reconstrutiva emerge como um complexo de concepções reflexivas que retomam as ideias de autonomia e autenticidade conforme estabelecidas pela tradição moderna kantiana ou romântica.

Liberdade progressista como justificação

No primeiro caso, o ideal atualizado de liberdade como autonomia encontra sua versão critica na forma de uma teoria moral da justiça centrada no conceito de justificação. Central para o desenvolvimento do projeto forstiano, a ideia de justificação diz respeito a um direito inerente e básico de toda humanidade, uma espécie de direito de objeção ou veto, possível de ser mobilizado por qualquer cidadã ou cidadão a partir de um "não" a uma situação de desrespeito ou injustiça contra formas de normas ou ações que não encontram justificação racional. Esta seria "a força sedutora da normatividade"[696] que reside no quadro geral de uma teoria da justificação.

A razão é entendida aqui como capacidade de seres "justificatórios" darem e receberem justificações, bem como refletir, a partir dessa faculdade, se tais justificações são pertinentes em determinado contexto de aplicação. Trata-se de um direito básico à autodeterminação. Traduzindo na linguagem forstiana, o objetivo consiste em compreender as justificações racionais a partir dos critérios de reciprocidade e generalidade de tais normas emergindo em contextos concretos, mas que, diferente das abordagens hegelianas, apontam para uma igualdade que transcende tais contextos. Vai se tornando evidente, aos poucos, a

[695] Allen, Amy; Matos, Saulo de [et. al.]. Entrevista com Amy Allen. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v.5, Campinas, 2021, p.829-865.
[696] Forst, 2018, p. 296.

motivação republicana que circunda a ideia de autonomia proposta por Forst[697]: não no sentido liberal de capacidade de perseguir sua própria concepção de bem, mas no sentido republicano de co-determinação de normas, isto é, como não-dominação.

Em primeiro lugar, Forst[698] trata de uma reconstrução recursiva dos princípio de universalidade e reciprocidade da justificação social. Diferente das posições anteriores, que criticam radicalmente a posição reconstrutivista habermasiana, Forst oferece uma versão própria, ainda dentro deste paradigma. Baseando-se na influência kantiana, assim como Habermas e Apel anteriormente o fizeram, tal modelo funda sua articulação metateórica no procedimento do construtivismo de uma concepção independente de razão prática, que ao mesmo tempo pode ser compreendida como uma *reconstrução recursiva*, articulada por um padrão político-moral universal de direito básico a justificação.

Na medida em que as demandas de justificação surgem historicamente a partir de relações sociais, o movimento de fundamentação se remete à própria prática discursiva que torna as justificações passíveis de legitimação. No caso da reconstrução recursiva forstiana, temos no centro uma perspectiva relacional e intersubjetiva de justiça, que se afasta das contribuições de Habermas, pois para Forst[699] a orientação de uma teoria discursiva da justiça não é a orientação para pretensões de validade ao telos do entendimento mútuo, mas sim para razões em uma prática conflitiva de justificação recíproca, ela não seria orientado por atos de fala de uma pragmática formal ou uma dimensão prévia de aceitabilidade vinculada a uma teoria dos sistemas, mas estaria próxima de uma teoria da ação, que tem em si o potencial da luta social por demandas políticas e performativas de não-dominação numa estrutura básica de justificação.

A reconstrução recursiva da justificação, assim como Forst[700] nomeia, é a tentativa de análise que, com referência a um critério específico de validade, procura operar uma crítica da sociedade sem o recurso de uma teoria geral da argumentação como no caso de Habermas, mas assumindo demandas de validade a contextos específicos de justificação. Ou seja, tais "exigências recursivas" fazem o princípio de justificação ser ao mesmo tempo um recurso de

---

[697] Forst, Rainer. A Kantian Republican Conception of Justice as Non-Domination. In: Niederberger, Andreas; Schink, Philipp (ed.). **Republican Democracy**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013, pp. 154-168.
[698] Forst, Rainer. A critical theory of transnational (in-)justice: Realistic in the right way. In: Brooks, Thomas (org.). **The Oxford handbook of global justice**. Oxford: Oxford University Press. 2020.
[699] Forst, Rainer. Justifying Justification: Reply to My Critics. In: Owen, David(org.). **Justice, Democracy and the Right to Justification: Rainer Forst in Dialogue**, London: Bloomsbury, 2014b.
[700] Forst, Rainer. What's Critical About a Critical Theory of Justice? In: Bargu B.; Boticci, C. (Orgs.). **Feminism, Capitalism, and Critique**. New York: Palgrave Macmillan. 2017.

crítica e autonomia. A partir desse procedimento dialético normativo, tal progresso só poderá ser verificado se uma estrutura básica de justificação garantir que aqueles afetados podem determinar de forma recíproca e generalizada suas demandas por maior autonomia como uma prática política de justiça. Para isso, é necessário que instituições possam produzir narrativas de justificação em uma prática discursiva reflexiva de autodeterminação coletiva.

Em primeiro lugar, o procedimento crítico não deve levar em conta apenas as relações a nível institucional, isto é, politicamente e socialmente justificadas, mas deve atentar para as relações econômicas ou culturas que são caracterizadas por formas de exclusão, privilégios e pela dominação arbitrária (*Beherrschung*). Isso implica levar em conta a dimensão genealógica das justificações falsas e ideológicas de relações sociais assimétricas cujas legitimações não apresentam estruturas e relações justificadas.

Para avaliar então a validade de uma demanda progressista, Forst mobiliza os critérios de reciprocidade e universalidade como pontos de referência. A exigência de relações sociais e política justificadas não é restrita apenas a uma demanda individual, ela é constitutiva do que Forst[701] chama de uma "estrutura básica da justificação" que, por sua vez, é caracterizada por ser um imperativo primordial de justiça. Essa estrutura opera como uma espécie de "moldura para uma práxis discursiva autônoma dos próprios concernidos". Nessa formulação, que até agora aparenta apenas analítica, Forst pontua ser necessário um recurso à análise história e sociológica para explicar o fracasso ou a ausência de estruturas de justificação efetivas em termos políticos e sociais que poderiam ser mobilizadas a identificar a dimensão ideológica e falsa de uma justificação em determinado momento da história.

Em último lugar, Forst[702] ressalta o recurso a um princípio meta-crítico em ordem de avaliar se tal procedimento estaria sob jugo de uma crítica idealizante de uma norma ou estaria partindo de uma norma absolutizada. Essa dimensão é importante para aquilo que é fundamental na tradição crítica da sociedade, a saber, um primado da práxis, que as normas tenham anuência de sua validade por aqueles que lhes estão submetidos. Logo, se o progresso é uma prática de justificação, e, ao mesmo tempo, está orientado por este princípio de justificação, como toda prática social é possível que exista em seu bojo por narrativas que

[701] Forst, Rainer. Toleration, progress and power. In: Forst, Rainer. **Toleration, power and the right to justification. Rainer Forst in dialogue**. Manchester: Manchester University Press, 2020, pp. 167-220.
[702] Forst, Rainer. Noumenal Power Revisited: reply to Critics. In: Haugaard, M.; Kettner, M. (org.). **Theorising Noumenal Power. Rainer Forst and his Critics**. London: Routledge, 2020, pp. 129–156.

estão permeadas de poder e ideologia, Forst[703] lança mão de um procedimento específico de crítica, a saber, *a reconstrução recursiva*, para, dentro na tradição pós-habermasiana, desenvolver uma concepção crítica contraposta a essa noção de dominação que está enraizada no princípio de justiça (i.) que deve ser pensando como uma prática de tolerância (ii.) que, contém em si uma noção inteligível de poder (iii.) e, consequentemente, tem como modelo a democracia em contexto transnacional (iv.). Essas quatro dimensões de uma concepção moral do progresso, como veremos a seguir, compõe em oposição à gramática hegeliana das necessidades ou da crítica ética da alienação, uma gramática política da justiça, que tem numa concepção moral de justificação o seu fundamento mais forte.

Ao defender uma forma de "universalismo reflexivo", Forst[704] parece combater formas deturpadas de fundamentação do progresso que se originam em "paroquialistas dominadores" , apresentada na forma particularista ou de um falso universalismo. Essa recusa é fundamental para evitar os fundamentalismos e autoritarismos contextualistas ou universalistas. No primeiro caso, a retórica daquelas dizem que "essa é a maneira que vivemos aqui", mas também aqueles que dizem que "vivem uma forma verdade de vida" ou que pertencem a uma raça dominante e autêntica. Para Forst[705], "se o falso universalismo baseado em paroquialismo é o problema, o particularismo esclarecido não é a solução".

Ora, para resolver esse impasse, Forst[706] acredita que a única solução é a proposta de um universalismo esclarecido e autocrítico. Essa última alternativa, representada pela ideia de direito à justificação, parece ser aquela que garante aos excluídos da modernidade a possibilidade de crítica e autodeterminação. Aos moldes de uma estratégia particular de crítica da ideologia, as objeções de Forst ao pensamento pós-colonial e decolonial que defendem essa posição, consiste, portanto, na ideia de que o contextualismo é condizente com a voz daqueles mais poderosos, porque ele relativiza outras vozes e as coloca fora da sociedade. É por isso que Forst[707] afirma que "contextualismo é a teoria dos dominantes que defendem que o privilégio interpretativo para definir sua cultura e sociedade não nega aos outros seu direito de justificação."

---

[703] Forst, Rainer. The Dialectics of Toleration and the Power of Reason(s): Reply to my Critics. In: Forst, Rainer. **Toleration, Power and the Right to Justification. Rainer Forst in Dialogue**. Manchester: Manchester University Press, 2020, pp. 167-220.
[704] Forst, 2019, p. 459.
[705] Forst, 2020b, p. 460.
[706] Forst, 2019a, p. 26.
[707] Forst, 2020b, p. 460.

O projeto de um "universalismo reflexivo" aos moldes forstianos clama, então, pela voz da crítica radical, que evita o essencialismo presente nessas demandas anti-fundacionalistas. Pois a consequência política desse gesto, como Forst[708] lembra, implica que a resistência ao fascismo, por exemplo, não significa convidar o fascista para ver as coisas do seu jeito em uma troca não-fundacionalista. Em última instância, temos em Forst a defesa de uma noção mais robusta do progresso que, na esteira de uma tradição da teoria crítica da sociedade de inspiração kantiana, supera as dominações vigente em direção a um horizonte normativo emancipatório enquanto uma prática de justificação.

Em última instância, o que Forst[709] sugere como intervenção no debate é que a linguagem do progresso é a mesma linguagem dos direitos humanos, da tolerância e da justiça. O que marca esse conceito, acima de tudo reflexivo, é a sua orientação para a autodeterminação, que aqui é entendida como um direito básico a proteção de indivíduos como iguais na participação de processos sociais. Nesse sentido, se uma sociedade é bem-sucedida em implementar esse princípio de maneira não-dominadora e não arbitrária, podemos chamá-la de progressista, pois ela está dentro de uma dinâmica legítima que luta por novos níveis de justificação.

Na esteira da tradição "reconstrutivista" na teoria crítica, Forst[710] advoga pela pertinência do uso do conceito de progresso enquanto tolerância na crítica social. Exatamente por levar a sério a ideia segundo a qual, da perspectiva do participante, é difícil para os seres humanos não se considerarem seres que progridem na história, isto é, agentes políticos que superam obstáculos sociais e lutam por melhoramento individual e coletivo. Em última instância, o conceito de progresso expressa uma força normativa e social que vem de atores políticos em relações de dominação e subordinação caracterizados pela injustiça e opressão social.

Na reconstrução de Forst, três seriam as acepções geralmente imputadas à noção de tolerância: objeção, aceitação e rejeição. Diferente de uma atitude de suspensão de julgamento ou indiferença, como no caso nietzscheano que resume a tolerância a uma relação responsiva de afirmação ou negação, a tolerância requer uma forma de *objeção*, seja em relação a uma crença, valor ou prática que pode ser correta ou reprovável; mas não só negativamente podemos avaliar uma forma de tolerância, visto que, segundo Forst[711], essa atitude envolve

[708] Forst, 2020b, p. 460.
[709] Forst, 2020b, p. 460.
[710] Forst, 2020b, p. 460.
[711] Forst, 2020a, p. 5.

uma forma de *aceitação* que, mesmo em face de uma objeção legítima, determina as razões envolvidas para que algo que seja errado possa ser tolerado; e, por fim, tolerância exprime também um sentido de *rejeição,* oferecendo razões mais fortes e sérias que trazem uma recusa direta.

Se a história do progresso é uma história dialética, o mesmo ocorre com a evolução das concepções de tolerância. Esse ponto é importante para a consolidação do argumento de Forst, pois parte de sua estratégia consiste em defender, piamente, que há uma dialética em operação no conceito de progresso que está correlacionada à história da tolerância: "ela conta uma narrativa da racionalização de argumentos pela tolerância (que tem seus limites e pode ser revertida em intolerância), mas também de uma forma avançada de racionalidade do poder, que as vezes é oposta a tolerância, mas é constantemente colada a ela."[712]

A ideia de progresso, conforme Forst[713] reivindica e mobiliza no seu modelo, é eminentemente dialética: só podemos ser "contra o progresso" se, de alguma maneira, defendemos uma concepção falsa e deturpada de progresso. Isto é, torna-se necessário pensar que, como outros conceitos normativamente carregados, a posição de qualquer teórico crítico, vista aqui enquanto participante "situado" do processo de luta por emancipação, deve ser ao mesmo tempo contra as perspectivas ideológicas de progresso. A postura dialética que Forst[714] sugere à intelectual aderir no debate público, ao menos em ordem de encaminhar o problema filosófico e prático aludido anteriormente, expõe uma tensão clássica nos modelos teóricos críticos da sociedade: aquela que gira entre um polo da normatividade, isto é, o ideal encrustado na noção de progresso, e no polo da história, que diz respeito à sua efetividade na realidade.

Em ordem de compreender de forma mais aprofundada a mediação entre história e normatividade na obra forstiana, é fundamental partir de uma via negativa para apontar quais percepções de progresso são rejeitadas e combatidas no decorrer das suas intervenções na esfera pública: o progresso está longe de ser representado apenas como (a) uma concepção meramente ideológica e particularista de dominação social, conforme advogam as teorias neofoucaultianas, tampouco, se pode imputar ao progresso político (b) uma noção

---

[712] Forst, Rainer. Toleration in the European Union. In: Twelve Stars Initiative; Bertelsmann Stiftung (org.). **Twelve Stars. Philosophers Chart a Course for Europe**. Gütersloh: Bertelsmann, 2019, pp. 185-192.

[713] Forst, Rainer. Navigating a World of Conflict and Power. Reply to Critics. In: Allen, Amy; Mendieta, Eduardo (ed.). **Justification and Emancipation. The Critical Theory of Rainer Forst**. University Park: Penn State University Press, 2019, pp. 157-187.

[714] Forst, Rainer. The Constitution of Justification: Replies and Comments. In: Herlin-Karnell, Ester; Klatt, Matthias (ed.). **Constitutionalism Justified. Dialogues with Rainer Forst**. Oxford: Oxford University Press, 2019, pp. 295-348.

pretensamente liberal e universalista, que esconde uma forma de "darwinismo moral", e, por fim, (c) uma noção particular de vida boa ou uma forma específica de vida imanente, que acompanha a imagem ética que vimos anteriormente. Todas essas concepções que divergem e entram em colisão no debate contemporâneo incorrem em diferentes visões parciais do que se pode compreender acerca do núcleo dialético do progresso.

De modo geral, a intervenção deste debate da parte de Forst consiste em desmembrar a ideia de progresso social em duas imagens: por um lado, há a orientação para a superação da dominação, que tem um caráter moral, e, sobretudo, político, expresso nos termos de uma posição prospectiva de emancipação social, que na sua reconstrução, Forst[715] nomeia como um "*progresso moral-político"*, vinculado ao paradigma kantiano. Dentro dessa tradição, cabe aos seres humanos na história progressista determinar a verdadeira e boa vida para si mesmos através de processos de justificação recíproca, e as discordâncias sobre o bem permanecem legítimas enquanto o imperativo de não dominar os outros permanece em vigor. O progresso humano é construtivo, de acordo com esse quadro essencialmente kantiano.

Para contrapor a proposta habermasiana, Forst[716] insiste em uma espécie de monismo moral, no qual teria como fonte normativa única um direito a justificação aplicado para procedimentos democráticos e para os direitos humanos. Essa seria uma forma, segundo Flynn[717], de contrastar a tese habermasiana de uma co-originalidade entre direitos básicos e soberania popular, calcado no princípio do discurso e no direito moderno, com o princípio forstiano de justificação, base angular de todo seu modelo de uma teoria crítica da justiça. P

ara Forst, haveria um déficit normativo ou moral na formulação habermasiana, haja vista que falha em "propor um dever moral ao entrar no discurso", dever este que estaria para Forst localizado no incondicional dever universal de prover justificações para aquelas e aqueles que estão moralmente afetadas pelas suas ações. Embora reconheça que a prática e a ideia de "moralidade universal é uma conquista histórica, onde o caráter emancipatório da moralidade consiste precisamente na demanda que normas morais devem ser normas consideradas a todos sujeitos a elas como seres de justificação livres e iguais", Forst[718] parece se afastar das intuições hegelianas da primeira geração da Escola de Frankfurt, e, também de

---

[715] Forst, Rainer. Toleration, progress and power. In: Forst, Rainer. **Toleration, power and the right to justification. Rainer Forst in dialogue**. Manchester: Manchester University Press, 2020, pp. 167-220. .

[716] Forst, Rainer.Das Recht der Negativität., In: T. Khurana, D.; Quadflieg, F.; Raimondi, J.; Rebentisch, D. Setton (ed.), **Negativität. Kunst, Recht, Politik**. Berlin: Suhrkamp, 2018, pp. 196-206.

[717] Forst, Rainer. Sobre la libertad politica. **Areté. Revista de Filosofia**, n. 10, 1998, pp. 21-47. Ver também: Forst, Rainer. "Critical Political Theory", in: raisons politiques 84, 2021, pp. 69-76.

[718] Forst, Rainer. Justifying Justification: Reply to My Critics. In Owen, David (org.). **Justice, Democracy and the Right to Justification: Rainer Forst in Dialogue**, London: Bloomsbury, 2014b.

Habermas e Benhabib, que pensam tais conquistas como formas de um "aprendizado moral" enraizado em uma estrutura de justificação que é historicamente necessária e contingente.

Liberdade progressista como ressonância

Em segundo lugar, o ideal moderno de autenticidade atualizado por Rosa concebe ontologicamente os seres humanos como *homo resonans*, como seres ressonantes que se relacionam estabelecendo afetação entre outros seres por meio da autoeficácia. Esse critério de autoeficácia subjetiva coletiva tornou-se a baliza normativa de uma teoria social hegeliana para julgar os desenvolvimentos progressistas e regressivos da política contemporânea. A atualização da filosofia comunitarista de Charles Taylor, a grande influência de Rosa, em consonância com as influências da Teoria Crítica convergem na defesa de um projeto de modernidade, compreendido por Rosa como uma lógica temporal chamada de "dinâmica de estabilização". Esse se torna o objeto de sua crítica ao capitalismo: a modernização que foi coloca em uma dimensão unilateral econômica tendeu para um enrijecimento e uma compulsão à aceleração e à lógica de acumulação e concorrência como alienantes.

Nesse quadro, a alienação é uma relação de insuficiência relacional. Essa formulação evita uma essencialização do conceito.. Para Rosa, assim como um fenômeno vibracional, como na metáfora musical de amplificação, a ressonância indica um modo de ser no mundo. Diferente que uma relação emotiva ou meramente afetiva, a "ressonância" é uma reverberação, uma forma de relação com o mundo no qual tanto sujeito quanto mundo se transformam mutuamente em seus encontros através da responsividade recíproca, contra formas de relações de eco, que produzem apenas uma mudez entre seus participantes.

Desse modo, a ressonância como objeto de uma sociologia das relações-mundanas, pode ser compreendida como um conceito não apenas descritivo, mas sobretudo normativo. No nível descritivo, ela indica uma necessidade e uma capacidade humana básica, fazendo jus à gramática das necessidades que subjazem uma crítica ética. É este critério normativo que avalia a possibilidade de uma forma de via boa ou autorrealizada. Para Rosa[719], uma relação bem-sucedida de ressonância requer quatro elementos em contexto político: afetação, autoeficácia, transformação e indisponibilidade.

No primeiro elemento, há uma dimensão do sujeito marcada pela vontade ou capacidade de ser tocado corporalmente ou movido por algo exterior: uma pessoa, uma ideia,

[719] Rosa, Hartmut. **Resonance: A Sociology of Our Relationship to the World**. Cambridge: Polity Press, 2019.

uma melodia. Na medida em que cidadãos se encontram na esfera pública, terão, certamente, algo a dizer uns aos outros. Essa pré-condição é prejudicada quando eles se percebem como racistas, fascistas ou traidores das nações, não estando interessados em ouvir o que outros têm a dizer e tentando silenciar os outros. No segundo elemento, o contato deve gerar uma resposta autoeficaz do sujeito para que ele possa agir efetiva e fisicamente. Portanto, tal relação não se limita à simples recepção da voz do outro, mas da experiência do "eu" de cada um tendo possibilidade de sua voz ser ouvida. Trata-se de uma promessa fundamental política da democracia, conforme argumenta Rosa, aquela de todos terem o direito à voz e de expressar suas posições através do voto, e, também, de contribuir sensível, ativa e receptivamente na esfera pública. Ter a possibilidade de votar proporciona aos cidadãos uma experiência de autoeficácia política e de participação na formação coletiva do mundo.

Ao contrário dos teóricos que se voltam para a escolha racional como uma forma individualista de satisfação de interesse, trata-se de um instrumento que usamos para alcançar outras pessoas com quem nos relacionamos. Um progresso político, portanto, deve possibilitar e facilitar a experiencias da autoeficácia. Em terceiro lugar, como consequência dessa responsividade ressonante, nenhum cidadão permanece o mesmo transformando e dinamizando o eu e o mundo. Para Rosa[720], a ressonância é um processo dialógico da "assimilação transformadora" recíproca, e, segundo o próprio, trata-se de uma ideia que esteve sempre no cerne do pensamento republicano.

Pois o bem comum não se basearia nos cidadãos compartilhando valores ou objetivos específicos ao longo da vida, mas na capacidade de estar aberto e atento ao outro, podendo transformar um projeto comum. Não se trata de uma forma de harmonia ou consonância, mas, pelo contrário, de uma forma de ressonância na diferença entre a identidade, e na consonância entre a dissonância, que permite uma transformação. Na mesma medida, a quarta característica fundamental da ressonância é a possibilidade que tal relação dispor de um momento, constitutivo por natureza, de não-disponibilidade ou inacessibilidade (*Unverfügbarkeit*) que dissocia a dimensão reificada e instrumental que a ressonância poderia incidir na subjetividade humana. Ela não pode ser imposta, deve surgir de modo não antevisto, imprevisível. No contexto político, a indisponibilidade significa que não há como garantir ressonância democrática institucional, nem que mudanças constitucionais possam sempre efetuar ressonância, visto que apatia, alienação, instrumentalização e reificação

[720] Rosa, Hartmut. O equívoco da ontologia social antagonista e a crise de alienação da modernidade tardia: Sobre a atualidade política da Teoria Crítica**. Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 22, pp. 1-18, 2022.

sempre estão no horizonte como um risco. Opapel das instituições jurídicas e políticas é, portanto, estabelecer e proteger conexões, eixos de ressonâncias para que relações vibrantes e ressonantes de desenvolvam. Não temos como definir o que de antemão é indefinido.

Nesse aspecto, a liberdade em um sentido progressista é dependente da criação de condições sociais, culturais e institucionais de relações de ressonância bem-sucedidas com o mundo. Na medida que o capitalismo é caracterizado como uma dinâmica de estabilização disfuncional marcada por crises múltiplas causadas pelo problema da aceleração social, relações alienantes aparecem como formas repulsivas e deficitárias de ressonância ou mesmo reificantes como um "esquecimento da ressonância ". Sendo a alienação a antítese da ressonância, podemos acompanhar que o projeto de Rosa[721] consiste em mostrar, em um sentido ético, como as relações de aceleração produzem uma concepção alienante, e por isso, uma vida esvaziada de significado, fria e empobrecida como toda vida alienada. Assim, uma pressuposição da experiência subjetiva e intersubjetiva é a disposição e o desejo de humanos por ressonância na formação de suas identidades coletivas e individuais.

c. Liberdade como autorrealização

O terceiro sentido de liberdade proposto na crítica pós-reconstrutiva, assim como a concepção comunicativa de Habermas, integra as duas dimensões anteriores – individualista e comunal – ou seja, autodeterminação individual e autolegislação coletiva, em uma noção social. No entanto, ao invés de Kant, temos aqui uma atualização da visão hegeliana de liberdade concreta, uma liberdade atualizada na realidade social e nas suas formas institucionais numa relação dialética de um "eu em nós". O que forma a mediação dessa relação é a concepção de seres humanos como sujeitos que buscam e lutam por reconhecimento social. A partir daí, a ontologia política que Honneth desenvolve consiste em oferecer a base de uma "cultura moral, que dá aos concernidos – aos desrespeitados e excluídos – a força individual para articularem suas experiências na esfera pública democrática ao invés de vivê-las nas contraculturas da violência."[722]

Essa relação é encarnada no ideal hegeliano que concebe a liberdade como a ação de "ser si mesmo no outro", ou seja, de se reconhecer em relações e complexos institucionais que

[721] Rosa, Hartmut. Social Media Filters and Resonances: Democracy and the Contemporary Public Sphere. **Theory, Culture and Society**,vol. 39, 4, pp, 17-35, 2022.
[722] Honneth, Axel. A dinâmica social do *desrespeito*: para a situação de uma teoria crítica da sociedade. Trad. Luiz Gustavo da Cunha de Souza. **Revista Política e Sociedade**. v. 17, n. 40, pp. 21-42, 2018.

encontram uma vinculação mútua como condição para realização do outro. Ao menos cinco esferas moldam essa ordem institucional de reconhecimento: o direito, a moral, as relações pessoais, o mercado e a esfera pública política[723]. O que Honneth promove, neste sentido, é a incorporação da dimensão negativa do direito e da reflexiva da moral, para assegurar legalmente um espaço livre para ação individualista sem pressão externa; e, moralmente, articular uma relação consigo mesmo de forma autônoma. Assim, independência e autoreflexividade são condições para a liberdade social[724].

Para além dessas duas dimensões cooriginárias, outras três esferas servem como baliza para interpretar as experiências sociais em instituições da modernidade[725]. Em cada esfera, a agência individual se forma de modo intersubjetivo: na primeira, através de desejos, necessidades e carências; na segunda, por meio de habilidades e interesses particulares; e, por fim, na terceira, enquanto direitos e vontades de autodeterminação. Embora as esferas da intimidade e da produção forneçam as precondições para a liberdade, que podem ser encontradas ou normativamente reconstruídas em hábitos e práticas sociais cotidianas, a formação da vontade democrática seria a base angular de toda ordem institucional da liberdade social. Logo, na esfera da intimidade, os pressupostos sociais devem satisfazer as demandas de confiança mútua, integridade física, complementaridade recíproca, amor romântico e um modo de lidar ludicamente com limites naturais da relação de ser-si-mesmo-no-outro. Isso consiste em se distanciar das ideias biologizantes de relações pessoais e íntimas e ancorar no modelo de amizade um referencial para relações familiares, parentais e amorosas que possam ser democraticamente mediadas.

Na esfera do trabalho, Honneth[726] elenca ao menos cinco critérios democráticos: (i.) as pessoas precisam de certa segurança financeira e tempo livre suficiente para agir democraticamente; (ii.) um sentimento de pertença à comunidade política e para isso cada indivíduo deve experimentar um certo reconhecimento do centro desta sociedade; (iii.) poder

---

[723] Honneth, Axel. Os limites do direito: Réplica a William Scheuerman. Trad. Felipe Gretschischkin, Ricardo Gonçalves. **Dissonância**, v. 5, Dossiê Walter Benjamin, Campinas, 2021, p. 721.

[724] Conforme argumenta Honneth, "Since Hegel is convinced that we can understand 'the good', the ethical appeal of the pre-existing obligations and commitments, only by thinking of their structure as consisting in 'being-with-oneself-in-another' and thus as instantiations of 'objective freedom', he has to relegate moral freedom or 'autonomy' to a secondary place relative to such institutionalized forms of freedom. It is only because we first experience ourselves as ethically bound to some among our 'social preconditions', which constitute opportunities for enjoying social freedom, that we can then come to feel their weight as obligations within a life-world from which we must distance ourselves in cases of conflict by taking up the moral stance. It will be apparent from my discussion in The Right of Freedom that I try to take up the Hegelian line of thought I have just sketched". Cf. in Honneth, Axel. Replies. **Krisis. Journal for contemporary philosophy**, 2019.

[725] Honneth, Axel. The point of recognition. In: Honneth, Axel; Fraser, Nancy. **Redistribution or recognition: a political philosophical exchange**. New York: Verso Books, 2003.

[726] Honneth, Axel. **Der arbeitende Souverän. Eine normative Theorie der Arbeit**. Berlin: Suhrkamp, 2023.

de negociação e formas organizacionais holísticas de trabalho; (iv.) a criatividade e, sobretudo, o poder criativo político realmente tangível na vida cotidiana. E por fim, (v.) uma contribuição na forma de tarifa sindical. Este modelo cooperativo de democracia oferece uma alternativa normativa à formação da vontade democrática que difere, de acordo com Honneth[727], do republicanismo e do próprio formalismo formalista e vazio da teoria do discurso habermasiano e da concepção democrática deliberativa (neste semelhante ao liberalismo político rawlsiano), que não leva em conta o fato de que a deliberação política dependeria de uma condição de igualdade social e econômica.

Na esfera pública democrática, pelo menos sete condições são necessárias para a realização da liberdade social[728]: (i.) direitos políticos e garantias legais, como o direito universal ao voto e à associação política; (ii.) um espaço de comunicação geral que transcende as divisões de classes e permite o estabelecimento de uma troca de opiniões entre os diferentes grupos e classes que são afetados pelas decisões políticas, ou seja, as arenas de políticas públicas que permitiam aos cidadãos em seus diferentes papéis trocar opiniões, antes marcadas pelo paternalismo político e limitados à esfera nacional do Estado de Direito, são agora constituídas como uma dimensão transnacional da cidadania democrática, especialmente em resposta a crises internacionais e desastres naturais; (iii.) meios de comunicação de massa, como rádio e televisão, sujeitos às normas éticas da mídia e não subordinados a coerções capitalistas responsáveis e não manipuladoras de lucro, capazes de construir uma solução desejável para os problemas sociais, na forma de experiências em grupo; (iv.) participação em processos deliberativos e uma sociedade civil ativa, ou seja, uma vontade por parte dos cidadãos que participam da formação discursiva da vontade de prestar serviços não remunerados para preparar e fazer apresentações de opiniões ao público, como debates ao vivo e manifestações de desobediência civil como expressão de indignação; (v.) contra a apatia política generalizada e a privatização da política, é necessário praticar uma cultura política baseada no bem-estar comum e na vida pública como autolegislação coletiva referida como solidariedade cidadã; (vi.) um Estado de direito constitucional que garanta o funcionamento da esfera públic;, (vii.) uma eticidade democrática que articula todas as dimensões de um modo democrático de vida socialista

---

[727] Honneth, Axel; Raffnsøe-Møller, Morten. Freedom, Solidarity, and Democracy: An Interview with Axel Honneth**.** In: Jakobsen, Jonas; Lysaker, Odin (org.). **Recognition and freedom**: Axel Honneth's political thought. Londres: Brill, 2015.

[728] Honneth, Axel. **O Direito da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015; Honneth, Axel. Recognition, Democracy And Social Liberty: A Reply. **Philosophy And Social Criticism**, vol.45, pp.694-708, 2019.

Neste sentido, o objetivo da crítica reconstrutiva de Honneth[729] consistiria em partir de historicamente traçar o desenvolvimento de um princípio ou ideia que é considerado pelos participantes como decisiva para uma correspondente esfera social, e, com isso, avaliar normativamente as precondições sociais da liberdade na esfera pública política – tanto as dimensões subjetivas, quanto as formas de aprendizado social que são institucionalmente traduzidas nas esferas de liberdade. Tais formas de aprendizado correspondem a "excedentes normativos" na validade e interpretação de cada esfera.

Assim, os sentidos de liberdade social, em oposição à redução subjetiva da forma pós-estruturalista negativa e sua dimensão reflexiva nas atualizações formalistas ou românticas de autonomia e autenticidade, encontram seu bojo no sentido de solidariedade e pertencimento de lutas contrahegemônicas da modernidade. Se Honneth identifica uma "luta ideológica em andamento acerca de como conceber a concepção de liberdade hegemônica"[730],

> a grande questão é como podemos justificar isso, o que nos permite dizer que um movimento populista como o de Le Pen ou da Lega Nord é regressivo. E a questão é como fazer essa distinção sem se referir a alguma promessa imanente dentro da modernidade, que pode ser realizada passo a passo – então, em suma, não podemos evitar o esquema teleológico da realização progressiva enquanto consideramos quase inevitável descrever certos desenvolvimentos sociais ou históricos como regressão.[731]

Nesse horizonte, somente uma política da esquerda e suas experimentações práticas estaria para Honneth, "orientada para o futuro e o progresso", enquanto a direita, "conservadora e reacionárias, tenderia a confiar que boas soluções já foram encontradas e devem ser preservadas". Se por um lado um movimento progressista luta por democracia, o outro luta pela manutenção hierárquica do mercado capitalista que permite a propriedade privada amplamente irrestrita dos meios de produção. Como exemplo de tais progressistas, Honneth cita a luta pela liberdade na Rússia czarista, o desmantelamento de ditaduras na

---

[729] Honneth, Axel. Reconstructive Social Criticism with a Genealogical Proviso: On the Idea of 'Critique' In The Frankfurt School." In: Honneth, Axel. **Pathologies of Reason: On the Legacy of Critical Theory**. Trad. James Ingram. New York: Columbia University Press, 2009

[730] Honneth, Axel; Skalski, Jérôme: Il y a une lutte idéologique concernant la manière de concevoir la liberté. **Humanité**. Vendredi, 3 Mars, 2017 Disponível em: https://www.humanite.fr/axel-honneth-il-y-une-lutte-ideologique-concernant-lamaniere-de-concevoir-la-liberte-632877. Acesso em 3.2.2023.

[731] Ibidem.

América Latina e, recentemente, o movimento estudantil chileno, que lutavam todas e todos, por maior democratização e aplicação de liberdades sociais.[732]

Mas que ideia de progresso seria esse? Antes de tudo, não temos em Honneth um apologeta de uma concepção ideológica de progresso vinculado aos otimistas do livre-mercado. Trata-se de uma perspectiva "necessária e incontornável para quem hoje pensa em revitalizar a ação emancipatória".[733] Plausível para o momento presente, supõe-se que a liberdade progressista assume o papel de uma ferramenta hermenêutica necessária para que as atrizes e atores sociais, bem como quem está na posição de crítico, localizem a compreensão de sua circunstância histórica. Isso não significa que tal concepção de progresso tende a ser linear, cumulativo e teleológico, pelo contrário, Honneth[734] reconhece o caráter ambíguo e paradoxal dos desenvolvimentos histórico que os critérios de inclusão e individualização indicam: ainda que muito indivíduos tenham sido incluídos como membros de direito e tenham ampliado a sua capacidade de autonomia, do outro lado da moeda Honneth[735] nota uma paulatina exclusão ou rebaixamento econômico e social, e também uma ampla tendência de conformismo entre a população.

Pensando nos seus usos e abusos, Honneth concorda com Walter Benjamin que "o progresso não pode ser descrito apenas em termos técnicos"[736], como no caso marxista das forças produtivas, mas sim no nível de ampliação da liberdade: enquanto a direita baseia-se no mercado capitalista, a esquerda permanece na expansão, ampliação e aprofundamento de liberdades sociais de formas democráticas encontradas nas instituições modernas.

Tomemos por exemplo as promessas de libertação das relações íntimas: o casamento homoafetivo e a legalização e permissão de adoção de crianças por tais casais. Trata-se de uma consequência do desenvolvimento das relações pessoais da modernidade, enquanto a direita estaria calcada em argumentos naturalistas para se opor a tal abertura dessa instituição. Tal concepção de progresso comunga elementos metafisicamente desinflacionados da posição hegeliana[737] de um avanço em nossas consciências históricas, mas também elementos

---

[732] Honneth, Axel; Nolte, Paul. Ich@Wir: Ein Streitgespräch über rechts und links in der globalisierten Moderne. Kursbuch 173 . Hamburgo: Murmann Verlag, 2013.
[733] Honneth, 2018, p. 157.
[734] Honneth, Axel. Antworten auf die Beiträge der Kolloquiumsteilnehmer. In: Halbig, Christoph; Quante, Michael (ed.); Honneth, Axel. **Sozialphilosophie zwischen Kritik und Anerkennung**. Münster: Lit-Verlag, 2004, pp. 99–121.
[735] Honneth, Axel. Rejoinder. **Critical Horizons**, 16, 2, 2015, p.416
[736] Ibidem.
[737] Honneth, Axel. "You" or "We": The limits of the second-person perspective. **Eur J Philos**, pp. 1-11, 2021.

kantianos, como sinais históricos que servem como orientação normativa para a crítica honnethiana evitar qualquer acusação de convencionalismo ou relativismo moral.

Quando tais ideais seguem um caminho de desenvolvimento, podemos reconstruir e constatar uma direção ao progresso moral, indicando que tais ideais normativos já foram realizados e que podem, todavia, serem institucionalizados de forma mais adequada. No entanto, quando tais desenvolvimentos são revertidos, temos anomalias ou desenvolvimentos falhos. A liberdade se torna progressista, para Honneth, quando há "uma diversificação de solidariedade, a saber, em todo lugar onde há realização de liberdade conjuntos como coexistência e estar-para-outro conjuntamente"[738].

O critério para avaliar uma mudança estrutural nas ordens de reconhecimento das sociedades modernas "pode ser o grau em que um sistema de reconhecimento pode garantir a liberdade através da individualização e da inclusão"[739]. Honneth[740] lança como baliza hermenêutica uma concepção de progresso desenvolvida a partir de uma visão desinflacionada de socialismo, mais próxima dos debates que o concebem como desmembramento do liberalismo político e da dinâmica democrática transnacional.

O que difere, portanto, as lutas progressistas por liberdade das lutas regressivas (rebelião da ultradireita) para Honneth são dois critérios: inclusão igualitária e individualização[741]. Enquanto as primeiras buscam diminuir descriminação e exclusão através de demandas justificáveis de reconhecimento e por integração social e coexistência social através de autonomia, as lutas regressivas indicam justamente um desrespeito ao outro sistematizado na defesa de uma noção excludente e restritiva de reconhecimento.

A eliminação dessas barreiras gera uma forma de aprendizado moral que permite aos atores sociais acumularem potencialidades para concretização da liberdade social. Esse modo de progresso social, contudo, deveria ser analisado não nas lentes dos socialistas do período da industrialização, que confundia as esferas de ação nos seus níveis empíricos e normativo, tomando interpretações no nível descritivos como sendo generalizações de uma totalidade social.

---

[738] Honneth, Axel. Interview. Freedom, Solidarity, and democracy. In: **Recognition and Freedom. Axel Honneth's Political Thought** Brill, p.274-.277

[739] Honneth, Axel; Stahl, Titus. Wandel der Anerkennung. Überlegungen aus gerechtigkeitstheoretischer Perspektive. In: Honneth, Axel; Lindemann, Ophelia; Voswinkel, Stephan (ed.). **Strukturwandel der Anerkennung: Paradoxien sozialer Integration in der Gegenwart**. Franfurt am Main: Campus, 2013.

[740] 2017, p. 44) Honneth, Axel. Recognition, Democracy And Social Liberty: A Reply. Philosophy And Social Criticism. Vol.45. P.694-708. 2019

[741] Honneth, 2010, p.218; Iser 2008, 194

8.2. Populismo tardio como patologia da esfera pública (II)

Tendo como base normativa as concepções de liberdade construídas por cada modelo e vertente atualizadora, as distorções e deturpações sistemáticas da liberdade pela sua forma política do atual estágio do capitalismo se referem, antes de tudo, a uma ideologia da liberdade, que, sob escrutínio de uma crítica imanente, se expressa como patologia que emerge da esfera pública contemporânea. A seguir, veremos como cada modelo atualiza a crítica da ideologia da liberdade e a aplica para o fenômeno do populismo tardio.

a. Populismo tardio como patologia psíquica

No primeiro modelo de crítica imanente negativa, o populismo tardio representa um distúrbio psíquico, mais do que uma patologia na acepção da esquerda-hegeliana, estando próximo de algo que remonta a uma vertente negativa de um distúrbio espiritual[742]. A emergência do trumpismo e do bolsonarismo suscitou uma profusão de diagnósticos acerca da dimensão psíquica do populismo de direita[743] e das possíveis estratégias de enfrentamento a este fenômeno democraticamente regressivo. O estudo que originou a publicação de "Personalidade Autoritária" conduzido por Adorno e colegas nos anos 1950 vem gerando renovados diagnósticos de uma subjetividade fascista no contexto democrático em crise, assim como a recuperação dos insights de Ernesto Laclau acerca da identidade do populismo a partir da matriz de análise freudiana de uma psicologia das massas. De modo geral, aqueles e aquelas que aderem a esse discurso tratam do populismo como efeito de uma crise psíquica:

Tais decomposições no nível micro-estrutural, ou seja, tais impossibilidades de reprodução material das formas hegemônicas de vida no nível micro-estrutural foram tematizadas pelos frankfurtianos no início dos anos trinta através da tópica do "enfraquecimento do Eu", do "declínio da autoridade paterna" e da consolidação da "família autoritária" como reação desesperada ao colapso do patriarcado. Elas compõem algo que

[742] Um antecedente seria a ideia cultural de patologia do espírito de Nietzsche, ver Neuhouser, Fred. Geistige Gesundheit und kulturelle Pathologie bei Nietzsche. **Deutsche Zeitschrift für Philosophie**, 68(1), pp. 1-27, 2020.

[743] Cf. Whitebook, Joel."Trump's Method, Our Madness." **The New York Times**, 2017; Birman, Jorl; Hoffman, Christian (org.). **Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo**. São Paulo: Instituto Langage, 2018; Birman, Joel. **O trauma na pandemia do Coranavirus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecologicas, culturais, éticas e cientificas**. Civilização brasileira, 2020; Dunker, Christian. Freud explica Bolsonaro na pandemia com conceito de pulsão de morte. **Folha de S. Paulo**, 2021. Acesso em 23.07.2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/03/freud-explica-bolsonaro-na-pandemia-com-conceito-de-pulsao-de-morte.shtml,

poderíamos chamar de uma "crise psíquica". Tal crise vem do colapso ligado à impossibilidade histórica de sustentar a ilusão de que a identidade, a unidade sintética e a integridade do Eu moderno não seria resultante da internalização de um "sistema de cicatrizes" e segregações. Daí a impossibilidade de sustentar a produção de tal identidade através das estratégias tradicionais de identificações paternas normalizadoras.[744]

Diferentes livros e textos de intervenção vêm procurando continuar o projeto em chave que pense o caráter da esfera pública digital e a influência dos algoritmos, as novas formas de subjetivação e, mais ainda, os desafios metodológicos que acompanham tal renovação[745]. De modo similar aos procedimentos de investigação da primeira geração, procura-se desenvolver no campo da crítica imanente negativa uma análise que compreenda os meios de reprodução dos discursos do ódio e sua aderência e aceitabilidade em um contexto que os direitos humanos representariam um avanço político – o que se convencionou chamar de uma "Era neoliberal-progressista". No processo de elaboração desses diagnósticos, contudo, ao menos três dificuldades de crítica surgem na forma de impasses teóricos: *patologização do contrário*, o sentido de qual *remédio ou alternativa terapêutica* ser empregada e por fim o *papel da e do intelectual* na esfera pública.

No primeiro caso, temos o caso de uma primeira desconfiança da crítica imanente negativa com o vocabulário das patologias sociais. Pela sua origem do campo da medicina, a noção de patologia tem uma impregnação discursiva do campo das ciências naturais modernas. O alerta foucaultiano acerca das distinções que esse discurso acarreta, especialmente entre os sentidos de normalidade e anormalidade, leva Allen e outras teóricas a objetarem aos riscos biologizantes que tal sentido pode inferir nas análises sobre a sociedade. Ainda mais quando se trata de uma abordagem psicanalítica, que fortemente se opõe as tentativas históricas de teóricos como Karl Jaspers, em sua Psicopatologia geral, em firmar uma análise social em torno de categorias patológicas como doenças mentais, expressando um forte apelo racista e evolucionista. Esse ímpeto em firmar desvios como doenças da história, já denunciados por Georges Canguillehm, correm o risco de imputarem formas hegemônicas culturais contra aquelas que estão à margem – tal como a noção de Max Nordau de

---

[744] Safatle, Vladimir. Para além da necropolítica. **Racismo Ambiental**, 24 out. 2020. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2020/10/24/para-alem-da-necropolitica-por-vladimir-safatle/. Acesso em: 6 mar. 2023.

[745] Jones, Paul. **Critical theory and demagogic populism**. Manchester: Manchester University Press, 2020; Morelock, Jeremiah. **Critical theory and Authoritarian Populism**. University of Westminster Press, 2018; Kellner, Douglas. **American Nightmare: Donald Trump, Media Spectacle, and Authoritarian Populism**. Rotterdam: Sense Publishers, 2016.

degeneração[746]. Em especial, essa retórica cumpriu um papel ideológico primordial em autores como Spengler, Lombroso ou Malthus, em justificar politicas excludentes e exterministas em nome da preservação de uma normalidade civilizacional.

O ponto de Allen e outras autoras que retomam essa reticência epistêmica contra a noção de patologia adentra, sobretudo, o uso que vem sido feito no campo das esquerdas. Mesmo em Adorno, um autor caro para a crítica imanente negativa, quando se refere em seus estudos empíricos sobre à personalidade autoritária da Escala F para discriminar o grau de fascismo do indivíduo, pressupõe que o teórico tem a autoridade para determinar o que seria o normal (no caso frankfurtiano, uma sociedade racional) e um anormal (ainda no mesmo caso, o capitalismo como patógeno da modernidade). Ocorre que esse uso parece abusar o recurso normativo para engajar, do ponto de vista de programas e intervenções sociais que extrapolam o papel do intelectual e reificam atrizes e atores sociais.

Na contribuição de Horkheimer à coleção de Ernst Simmel sobre antissemitismo, Martin Jay nos convoca a pensar, na esteira de Gilman e Thomas, autores de "Seriam racistas malucos?", que as noções ali empregas pelo diretor do Instituto de Pesquisa social como a "urgência para uma sanitarização mental", um "programa de higiene mental internacional", educação em "favela psicológicas", reforçam mais um capítulo do autoritarismo que tal autor pretendia combater e flerta com o abuso psiquiátrico de hospitais em regimes totalitários como a União Soviética ou em campos de reeducação na China.

De modo a evitar esse comportamento contraprodutivo e insatisfatório, Allen conclama a pensar o risco da *patologização do contrário* que leva a um discurso que generaliza oponentes políticos e coloca teóricas e teóricos como superiores a nível psicológico ou político. Esse fenômeno que Allen nomeia de "sedução da maturidade", trata, antes, de uma instrumentalização psicológica equivocada que teóricos críticos reproduzem ao identificarem estruturas autoritárias de oponentes e assim, ao reterem concepções divergentes de política como algo anormal, elevando-se com satisfação narcisística suas posições como plataformas e lógicas de argumentação mais racionais, autônomas e maduras.

A título de exemplo, lembremos do modo pelo qual Wendy Brown narra a ascensão da dimensão autoritária do neoliberalismo atualmente existente: não fora a insegurança econômica, tampouco o processo político de desdemocratização que teria dado as condições para o trumpismo se fortalecer, mas sim a força pública que uma especifica forma de vida –

[746] Jay, Martin. *The Authoritarian Personality* and the Problematic Pathologization of Politics. **Polity,** 54, 1. Jan, 2022

aquela de homens brancos e heteros estadunidenses - marcada por energias e afetos niilistas e rancorosos em função de sua perda de domínio e status social. O que resta desse modo de crítica social está direcionado à análise de uma forma de subjetivação específica, que por ser maleável e manipulável, pode ser vista aos olhos do teórico e da teórica como um indivíduo desprovido de autonomia. Sabemos que a chave teórica que Brown mobiliza para criticar os trumpistas retoma e atualiza o insight marcuseano da dessublimação repressiva[747], fenômeno segundo ao qual temos um enfraquecimento do superego e uma conformação política ocasionada por uma liberação de energias libidinais que tende a se reconciliar com o núcleo mais conservador do status quo social.

Novamente, o risco dessa estratégia critica consiste em recolocar os críticos como representantes de uma forma de vida política que estaria imune a impulsos autoritários, ao passo que, como reforça Allen[748] na esteira de Fraser e Jaeggi[749], tais demandas contra elites políticas e o descontentamento de massa com os efeitos redistributivistas na realidade são um sintoma de uma crise sentida por parte de uma população precarizada com demandas genuínas que devem ser validadas e levadas em consideração. Certamente não podemos legitimar as reações misóginas, racistas e homofóbicas ao neoliberalismo progressista, mas há algo na crítica de eleitores trumpistas que desvela o caráter antineoliberal que deveria ser levado em consideração pelo critica, e não reificado, como ocorre em determinados modelos mais enrijecidos.

A segunda dificuldade reside nas *alternativas terapêuticas* que possam vislumbrar a constituição de uma subjetividade progressista que não incorpore a agressividade e o ódio e mobilize esforços de superação desses "afetos tristes" em torno de um processo coletivo emancipatório. Não se trataria neste caso da liberação de tais energias reprimidas no contexto politicamente depressivo em uma demonstração ou evento nas ruas, tais como as jornadas de junho 2013[750]. Tal lógica, por emular um divã de ampla escala em processos de indignação social, ainda estaria presa no voluntarismo do modelo marcuseano. A terceira e última dificuldade na tematização da psicanálise no contexto de uma crítica imanente do populismo é

---

[747] Brown, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a Ascensão da Política Antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

[748] Allen, Amy. Psychoanalisis, critique and praxis. **Critique and Praxis**. Columbia University..Disponivel em: https://blogs.law.columbia.edu/praxis1313/amy-allen-psychoanalysis-critique-and-praxis/ Acesso em: 13.08.2022

[749] Fraser, Nancy; Jaeggi, Rahel. **Capitalismo em debate. Uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020,p. 224-225.

[750] Exemplo dessa análise está em Bueno, Arthur. What Comes After Depression? The Crisis of Neoliberal Subjectivity and the New Authoritarian Wave in Brazil, **Krisis**, 41,1, pp. 45-64, 2021.

relativa ao *papel do teórico ou da teórica nesse horizonte prático*. Este impasse acirra a querela contra o modelo de crítica imanente positiva quando, influenciados por *Conhecimento e Interesse*, reproduziriam uma concepção de competência intelectual nos termos de uma posição racionalista contra as patologias sociais que poderiam bloquear a emancipação política.

O papel da psicanálise estaria, de acordo a "critica imanente negativa", comprometido com uma visão do intelectual próxima da relação de transferência entre analista e analisando. Importante pontuar que não se trataria de uma noção freudiana *stricto senso* de transferência, mas um modelo de desvelamento de um "padrão idiossincrático"[751], desnaturalizando uma prática que foge ao controle do analisando que somente pela terapia uma prática de transformação de apresenta como possível. Ou seja, a crítica emergiria, assim como a transferência de uma análise, a partir de um processo dialógico que reponde aos problemas do presente mediante uma genealogia das formas sociais que estruturam tal realidade.

Ao mesmo tempo, esse modelo de critica também poderia ser compreendido como uma espécie de "ciência melancólica", que, influenciada pelo procedimento adorniano em "mínima moralia", oferece uma espécie de resposta construtiva à experiencia de luta, metabolizando esse processo e transformando-o em uma estrutura psíquica passível de interpretação. Em outras palavras, trata-se de uma forma de naturalismo crítico compatível com as noções de história desinflacionadas de sua totalidade na perspectiva foucaultiana[752]. Ora, assim como a psicanálise, esse influencia da critica de Foucault:

> employs for working through these unconscious, silent problematizations is deeply historical, while its aim is that of opening up blockages or transforming crises in the present. In other words, both Foucaultian critique and psychoanalysis dynamically re-work the past with the aim of opening up or transforming problems and crises in the present in the direction of a non-teleological, open-ended future. Both are ways of doing the history of the present. To be sure, psychoanalysis is often not understood in this way. Instead, it is often read as adhering to strict developmental trajectories that enforce a rigid, closed, and unified understanding of the telos of individual development.[753]

---

[751] Cf. Lear, Jonathan. **Freud**. New York: Routledge, 2015.
[752] Em outras palavras, estamos tratando de uma forma de aplicar a filosofia da história nietzschiana nos termos de uma inversão adorniana.
[753] Allen, Amy. The Power of Feminist Theory. Boulder: Westview Press, 1999.

De modo a superar essas limitações no estabelecimento da psicanálise como ponto de vista crítico mais desenvolvido, *o modelo kleiniano*[754] parte do seguinte diagnóstico: estaríamos vivendo um momento histórico de ascensão de forças conservadoras no qual estaríamos diante de duas posições políticas que reproduzem práticas da direita populista: a *paranóico-esquizóide* e a *depressiva*. No primeiro caso, populistas como Trump mobilizam uma energia neurótica na sociedade que induz os indivíduos a sentirem medo, a reproduzirem paranoias e a fomentar desconfiança contra objetos indeterminados, que, na retórica da ultradireita, são idealizadas por narrativas xenófobas, demonizando minorias e polarizando a sociedade –narrativas estas que são constantemente direcionadas contra os imigrantes como causa conspiratória das "forças globalistas". De modo geral, o momento político estimularia uma ansiedade persecutória que, por sua vez, aumentaria as tendências em direção à desintegração e a divisão, o que torna mais difícil o processo crítico de trazer à tona as fantasias projetadas na realidade. Em outras palavras, pala Allen:

> Dizer que a política é cada vez mais feita de modo esquizoparanóide é dizer que ela adere a uma lógica de cisão, desintegração e polarização que aumenta as tendências à demonização dos oponentes e às distorções fantasmáticas da realidade. Esse modo de política é alimentado por ansiedades persecutórias – ansiedades que são intensificadas quando, por exemplo, líderes de direita dizem a seus eleitores que estão sendo invadidos ou substituídos por imigrantes – e fornece terreno fértil para teorias da conspiração.[755]

Nessa lógica, situada no contexto político norte-americano, que passou por quase quarenta anos de reestruturação econômica neoliberal do capitalismo financeiro global, tendo com ápice desse processo a crise de 2008 e as ressonâncias em diversas esferas da vida, como a estrutura racista de encarceramento de massa e a criminalização da imigração, observamos que os líderes alimentam medos de serem invadidos por imigrantes, forças da globalização ou que estariam inseguros com a segurança pública, explorando e potencializando a correlação existente entre ansiedade e agressão. Essa condição política dá espaço ao que Noelle McAfee

---

[754] Cyfer, Ingrid; Silva, Felipe Gonçalves. Amy Allen e as reconciliações do Feminismo. In: Araújo, Carolina; Leal, Halina; Frateschi, Yara (org.). **Enciclopédia Mulheres na Filosofia**, v. 6, 2020, pp. 70-75; Cyfer, Ingrid; Marin, Inara. Apresentação: Número Especial Amy Allen. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 2, p. 7, 2018; Silva, Felipe Gonçalves. Amy Allen e o Empoderamento do Mundo da Vida. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 2, pp. 149-193, 2018.

[755] Allen, Amy; Rech, Paula Mariana; Cyfer, Ingrid; Silva, Felipe Gonçalves; Marin, Inara Luisa ; Bueno, Arthur Oliveira. Teoria crítica e psicanálise. **Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS**, v. 7, pp. 323-341, 2022.

chama de uma" política de divisões maniqueístas"[756], ou seja, uma dinâmica da disjunção e separação social que tende a demonizar o outro, o adversário político, não por ser incorreto, mas por estar permeado pela maldade, ao passo que nossa posição está sacralizada em uma posição de retidão mais pura.

Tal ambiente torna possível a emergência de um ambiente de "pós-verdade" no qual teorias conspiratórias tomam o centro do debate: aqueles que se sentem ofendidos ou privados de direitos (a despeito se o sentimento é justificado ou não) em sua comunidade mobilizam essa condição de insegurança e falta de poder em um afeto de ressentimento[757]. Curiosamente, nessa versão kleiniana, a posição *depressiva* contém em si um potencial emancipatório, que dissipa esse medo paranoico em uma experiência mais confortável com a natureza ambivalente e incerta[758] dos fenômenos políticos. Essa posição defende que sua vantagem do ponto de vista prático seria a aceitação da perda e das trocas políticas de uma forma mais madura que a estratégia deliberativa. Assim, para Allen:

> Se a noção de Klein a respeito da posição esquizoparanóide fornece uma estrutura útil para diagnosticar nossa situação política atual, sua concepção de posição depressiva oferece algumas ideias frutíferas para pensar sobre possíveis caminhos a seguir. A política em um modo depressivo é marcada principalmente pela capacidade de resistir à ambivalência e de se relacionar com nossos oponentes políticos como pessoas inteiras das quais discordamos (talvez fortemente) e não como a personificação do mal.

O sentido de maduro, isto é, uma política mais bem desenvolvida expressaria aqui uma dimensão mais compreensiva acerca das causas psíquicas que fazem indivíduos a entrarem no estado *paranoico-esquizoide*.

b. Populismo tardio como patologia reflexiva

[756] Mcaffee, Noëlle. **Fear of Breakdown: Psychoanalysis and Politics**. Nova York: Columbia University Press, 2019.

[757] Allen usa aqui o exemplo da branquitude e da masculinidade como ameaçada diante das perdas e deslocamentos causados pelos anos de neoliberalismo e sua influência na degradação da classe trabalhadores e média.

[758] Lembremos que a incerteza sempre esteve presente nos modelos agonísticos de demcoracia, desde Lefort (Cf. Werle, 2004) até mais recentemente Jan Werner Mueller (2021) e sua incorporação mais liberal.

A critica imanente reflexiva compreende o populismo tardio e sua captura da liberdade como expressão de uma alienação democrática. Trata-se de uma regressão do ponto de vista racional que mina as bases de justificação ou ressonância.

No primeiro caso, do ponto de vista da teoria da justiça, o populismo tardio se trata de uma regressão democrática que mobiliza ideologicamente o ideal de liberdade como forma de justificar o injustificável. Essa concepção de "ideología se define aquí de forma negativa y simple: justifica lo que no se puede justificar y, por tanto, silencia las dudas y las críticas".[759] Em suma, a ideologia ocorre onde o espaço social de razões seria distorcido por justificativa que justificam o injustificável – não fazem as pessoas serem iguais numa relação de respeito recíproco.[760] Em relação ao populismo contemporâneo, o diagnóstico de Forst consiste em afirmar que estamos vivendo "uma crise justificatória da democracia", ou seja, o resultado de uma redução da democracia pela metade, ou melhor, duas metades: o populismo autoritário de direita e o populismo nacionalista de esquerda. Essa cisão significa que "estamos lidando com uma dialética da democracia: a metade nacionalista da democracia se inverte em sua oposição. De uma prática iguais (note-se que essa é um ideal contrafactual) é transformado em um instrumento majoritário de opressão e exclusão." [761]

O risco de regressão ocorre quando do lado dos cidadãos que tomam decisões cresce um "desejo paradoxal de uma liderança estrita" que torna alvo de influência provinda dos "paternalistas políticos que reagem com retórica de força bruta e postura quase monarquista"[762]. Trata-se de uma regressão, uma reversão do significado de democracia, que se transforma no "desejo dos sujeitos por uma 'declaração clara' [*klarer Ansage*]". Neste ponto, Forst[763] é enfático em reafirmar a necessidade de combater o que ele chama de "pretensos governantes de emergência quase absolutistas", um eufemismo para populistas, que partem de uma defesa do "despotismo anárquico" e se blindam em torno de pautas como "não usar máscara" em nome de uma noção libertária equivocada..

A ameaça maior é o risco de regressão política corromper o imaginário comum e realocar tais alternativas democráticas em um horizonte nacionalista. É equivocada, para Forst, que "o fungo fendido da xenofobia se infiltra no coração da democracia, no conceito de

---

[759] Rainer Forst: La crítica racional de la sinrazón social.. **Revista científica de la Red Internacional de Ética del Discurso,** Año 9, 2024

[760] Forst, Rainer. 300 Jahre Kant – Kritik als Methode. Disponível em: https://www.fr.de/kultur/gesellschaft/300-jahre-kant-kritik-als-methode-93022015.html

[761] Forst, Rainer. Two bad halves don't make a whole: On the crisis of democracy. **Constellations**, 26, 3, pp. 378-383, 2019.

[762] Forst, 2021, p. 329.

[763] Forst, 2021, p. 329.

povo, que é reduzido a uma certa comunidade familiar que se mantém unida"[764]. Para especificar a ideia de regressão, Forst[765] distingue entre dois tipos de crise: uma crise estrutural ocorre quando a ordem não pode mais cumprir estruturalmente suas tarefas. Uma crise de justificação surge onde a autocompreensão da ordem escorrega, onde esta ordem perde seu próprio conceito. Logo, como no caso do populismo tardio, que grita "nós somos o povo" para dizer "estrangeiros fora". Quando tais movimentos são concebidos como democráticos, experimentamos uma crise de justificação que pode levar à regressão.

O populismo, que Forst[766] chama de "quadro familiar da democracia nacionalista", não fornece uma reposta para questões estruturais da democracia como forma de poder em um mundo em rede transnacional para moldar política orientada para o bem comum além do horizonte convencional. Além da crise estrutural que o populismo esgarça, há a ameaça de uma crise de justificação tal que o conceito de democracia seja sequestrado ou infectado por discursos de autoafirmação nacionalista." No entanto, Forst[767] não resume a regressão democrática a esses discursos e na densidade que eles têm na circulação social de tais posições políticas irresponsáveis. A regressão ocorre em um sentido mais estrutural quando as garantias de justificação recíproca são bloqueadas e cidadãos e cidadãs não se reconhecem como coautores de uma constrição democrática e justa em um sentido transnacional.

É por esta razão que Forst[768] defende que "democracias nacionalisticamente restritas e iliberais não merecem esse nome". Tais regimes só causam o que Forst[769] chama de "alienação democrática" uma variante da alienação numenal, que torna problemas globais em soluções localistas. Tal deturpação ocorre em um nível de primeira ordem onde as pessoas não se reconhecem como autoridades normativas iguais e leva ao extremo, em um nível de segunda ordem, as pessoas que não se respeitam como tal autoridade. As ordens existentes que chamamos de democracias criam tal privação em muitos lugares (para não mencionar os não democráticos). Grupos sociais são forçados por condições nas quais é difícil se verem como entidades normativas, e não é raro que outros grupos, que também não têm um status

---

[764] Forst, 2021, p. 331.
[765] Forst, Rainer. Noumenal Power Revisited: reply to Critics. In: Haugaard M; Kettner, M. (org.) **Theorising Noumenal Power. Rainer Forst and his Critics**. London: Routledge, 2020, pp. 129–156,
[766] Forst, Rainer. Os limites da tolerância. Trad. Mauro Victoria Soares. **Novos Estudos CEBRAP**, 84, 2009.
[767] Forst, Rainer. Can The Left Still Mount a Fight? **Die Zeit**, 7. Mai 2016Https://Www.Zeit.De/Politik/Deutschland/2016-05/Justice-Left-Wing-Solidarity-Poverty-Humanism-Political-Realism
[768] Forst, Rainer. Two Bad Halves Don't Make a Whole: On The Crisis Of Democracy. **Constellations**. 26, pp.378–383, 2019.
[769] Forst, Rainer. Gesellschaftlicher Zusammenhalt. Zur Analyse eines sperrigen Begriffs. In: Deitelhoff, Nicole (org). **Gesellschaftlicher Zusammenhalt. Ein interdisziplänер Dialog**. Frankfurt am Main: Campus, 2020, pp.41-53.

social privilegiado, releguem os primeiros às margens da sociedade e lhes digam que não pertencem a ela. A negligência da democracia, que se expressa onde quer que outros sejam negados em seu status de autoridades justificadoras iguais, e às vezes também na falsa invocação da democracia têm muitas causas, estruturais e mentais. Mas é uma das verdades dialéticas negativas da análise democrática que muitas rebeliões contra a regressão democrática (como a regra da elite) são, em si mesmas, regressivas[770] e, sobretudo, ideológicas[771].

No caso da pandemia da Covid-19, Forst[772] reflete acerca das possíveis consequências dessa crise sanitária se converter em uma crise da democracia. A primeira delas é o uso equivocado da ideia de liberdade e da sua condução pelo Estado. Tende-se a imputar ao Estado um papel opressor que retira as liberdades sociais temporariamente em função da incapacidade dos cidadãos em conduzir suas próprias vidas. Trata-se uma concepção permissiva da democracia, que desconsidera o seu contraponto coletivo e compartilhado de decisão e discernimento do agir democrático.

Essa outra face do papel do Estado e de sua atuação na democracia não leva em conta o caráter meramente instrumental do aparato governamental, mas coloca no centro precisamente a autonomia dos cidadãos em codeterminar a liberdade individual de forma soberana, sem com isso abdicar da importância dos direitos fundamentais. É importante, alerta Forst[773], que a aplicação específica de uma lei, sob período de exceção, como no caso de portarias para a pandemia, não se confunda e seja nivelada com a lei de modo geral. Tal risco, sempre presente diante do passado autoritário alemão, deve sempre ser colocado na análise dos limites do estado na dinâmica política. Desse modo, a estratégia de um estado democrático lidar com uma pandemia é inversamente diferente de um Estado autoritário, especialmente no que tange o modo de justificação pública.

No segundo caso, o diagnóstico de Rosa acerca das democracias contemporâneas consiste em declarar que estaríamos vivendo uma crise de alienação no qual as três dimensões

---

[770] Forst, Rainer Die Herrschaft der Unvernunft. Zum Begriff der (anti-)demokratischen Regression. **FGZ Working Paper,** Nr. 4. Leipzig: Forschungsinstitut Gesellschaftlicher Zusammenhalt, 2022.

[771] Vale a pena notar que na obra de Forst raros são os momentos em que se utiliza o recurso de uma crítica da ideologia. Apenas após a pandemia, diante do crescimento dos fenômenos populistas e negacionistas, Forst vem atualizando o expediente de uma *Ideologiekritik.* No entanto, não temos o significado retirado de sua acepção original marxiana, mas sim, como ele mesmo afirma, na esteira do uso de Piketty em sua obra "Capital e ideologia".

[772] Forst, Rainer Die Herrschaft der Unvernunft. Zum Begriff der (anti-)demokratischen Regression. **FGZ Working Paper**, Nr. 4. Leipzig: Forschungsinstitut Gesellschaftlicher Zusammenhalt, 2022.

[773] Forst, Rainer. A critical theory of transnational (in-) justice: Realistic in the right way. In: Brooks, Thomas (org.). **The Oxford handbook of global justice**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

ou eixos de ressonância foram silenciados e no horizonte democrático as possibilidades de ouvir e responder foram interditadas. Para fortalecer essa tese, Rosa[774] oferece alguns exemplos empíricos: um déficit de expectativas e de experiências de autoeficácia se disseminou no mundo ocidental a partir do declínio dos partidos políticos estabelecidos e a perda de legitimidade do establishment de tais lideranças. De acordo com Rosa[775], a percepção de tais atrizes e atores sociais é que a mídias, burocratas ou tecnocratas de Wall Street, Bruxelas ou Washington decidem os rumos políticos de uma nação. A política, portanto, reduzida a esses pequenas ciclos elitistas, não teria mais uma comunidade de reconhecimento e acessibilidade que poderi aouvir e responder aos cidadãos. É esse sentimento, segundo Rosa que populistas de direita como Trump nos EUA, a AFD na Alemanha, o Partido Austríaco da Liberdade captou e capturaram esse sentimento de alienação e este anseio de ressonância, traduzidos numa necessidade de ser ouvido.

A promessa da campanha de Trump aos seus apoiadores de que ele seria "a voz" daqueles abandonados ou deixados para trás pelo globalismo e a promessa da campanha do Brexit em "retomar o controle" que estava legado a burocracia de Bruxelas são exemplos de como ideologicamente esses populistas se utilizaram de uma dimensão esquecida pela democracia liberal, aquela de que uma compreensão e atenção: "ouvimos você, desenvolvemos sua voz e com ela a autoeficácia". Há, portanto, uma correlação entre o neoliberalismo com a crise da democracia e a emergência de tais partidos populistas. Nesse sentido, Rosa incorpora a noção de seu colega Klaus Dörre de "globalização repulsiva", uma espécie de rebote, ou backlash, contra a globalização levado a cabo pelos populistas de direita. Contudo, Rosa[776] é taxativo em demonstrar como tal estratégia populista de direita mina as próprias promessas imanentes a dinâmica de ressonância. O principal objetivo dos movimentos populistas de direita, conforme argumenta Rosa, é justamente silenciar todas as outras vozes que não estão movidos pela imagem nacionalista identitária. Quem não se encaixa nessa imagem, não tem lugar no regime supostamente democrática, deve permanecer em silêncio oudesaparecer. E isso está estendido para judeus, negros, muçulmanos, transgêneros, migrantes, esquerdistas, que de acordo com populistas de direita, não devem ser

[774] Forst, Rainer. The Justification of Progress and the Progress of Justification. In: Allen, Amy; Mendieta, Eduardo (eds.). **Justification and Emancipation. The Critical Theory of Rainer Forst**. University Park: Penn State University Press, 2019, pp. 17-37.
[775] Forst, Rainer. What's Critical About a Critical Theory of Justice? In: Bargu B.; Boticci, C. (org.). **Feminism, Capitalism, and Critique**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
[776] Rosa, Hartmut. Politik ohne Resonanz. Wie wir die Demokratie wieder zum Klingen bringen. **Blätter für deutsche und international Politik**, 61, juin, p. 97-108, 2016.

ouvidos. Trata-se de um banimento da diferença e da personificação de uma ideia de nação que não acolhe estranhos e seus costumes e familiares, crenças, orientações sexuais, convicções políticas, formas de culto e celebração, e todas as diferenças do mundo. O ressentimento, nesta chave, é uma forma de ideologia da ressonância que se transforma numa câmera de ecos

A crise de refugiados, por exemplo, é uma manifestação que Rosa[777] mobiliza para ilustrar essa forma de se relacionar com o mundo de forma alienada. Os partidos elencando por Rosa: AFD na Alemanha, PIS na Polonia, SPO na República Tcheca, o Rali Nacional na França, o Parti voo de Vrijheid na Holanda e o FPO na Áustria, compartilham da mesma política repressora e racista contra refugiados. Paradoxalmente, Rosa[778] e sua noção de vida ética do populismo procura enfatizar que comunidade mais concisas e não urbanas tendem a ser mais tolerantes com imigrantes do que em grandes metrópoles.

É por esta razão que o silenciamento sistemático do populismo de direita gera uma incapacidade própria do indivíduo em produzir sua própria voz, visto que, em um relacionamento ressonantes, só podemos ouvir, desenvolver e expandir nossa voz à medida que entramos em diálogo com outros. A assimilação do indivíduo em uma totalidade nacionalista homogênea faz perder a sua própria capacidade de autoeficácia de autotransformação. É por esta razão que "a resposta populista de direita ao problema da alienação nas sociedades capitalistas da modernidade tardia não é, portanto, a expressão de uma relação ressonante, mas profundamente repulsiva com o mundo, que de forma alguma promove o bem comum democrático"[779].

O que as lideranças estão oferecendo, Rosa[780] enfatiza em entrevista, é uma promessa da onipotência. Em última instância, o diagnóstico de Rosa consiste em apontar que a esfera política das sociedades contemporâneas é marcada por uma enorme falta de ressonância, que, por sua vez, tenta ser resolvida pela estratégia populista, estratégia esta totalmente ineficaz nos termos da teoria da ressonância de Rosa. De modo geral, a existência de uma patologia estrutural da sociedade moderna: "a imobilidade relâmpago" está marcada por um fenômeno regressivo voltado para a manutenção do *status quo* do sistema política

[777] Rosa, Hartmut. Democratic resonance or closed lifeworlds? Democracy and the structural transformation of the public sphere in the 21st century. **Réseaux**, 235, 5, September 2022.
[778] Rosa, Hartmut. La Société De L'écoute. La Receptivité Comme Essence Du Bien Commun. **Revue Du Mauss**, 53, p.361-395, 2019/1.
[779] Rosa, 2019, p. 378.
[780] Rosa, Hartmut. O equívoco da ontologia social antagonista e a crise de alienação da modernidade tardia: Sobre a atualidade política da Teoria Crítica. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 22, 2022.

atual e de todas as esferas da vida social. Essa patologia representa a velocidade e a aceleração da vida moderna que não indica uma direção, mas a permanência imóvel de um "estar no mundo alienado" pela lógica de crescimento desenfreado. De acordo com Rosa, a patologia social da aceleração permeia todos programas e partidos políticos: a direita, a esquerda, emesmo os verdes não conseguem opor nem propor uma alternativa as formas de crescimento problemático que engloba um déficit do sentimento de autoeficácia. Essa deficiência em criar autoeficácia, como Rosa[781] argumenta, consiste justamente no critério para um sentido progressista de ressonância – seja por fusão ou isolamento, coloca a extrema direita como incapaz de se orientar por um sentido positivamente ressonante.

c. Populismo como patologia social e desenvolvimento anômalo

O populismo tardio é, segundo Honneth, o resultado de uma série de crises:

> health crisis caused by the novel coronavirus pandemic and the social and economic crisis resulting from it, the environmental crisis related to global warming and its consequences, the refugee crises recently experienced in Europe but also South Asia, the humanitarian crises affecting places torn by civil wars from Syria and Afghanistan to Yemen and Sudan, and the political crises that threaten democratic processes in Brazil and Egypt as well as Hungary and Israel. [782]:

De modo geral, essas crises representam o resultado de uma regressão moral[783] dos últimos 30 anos em termos do que podemos considerar como as balizas para um progresso moral das esferas de intimidade, mercado social e política democrática. Trata-se de fenômenos decorrentes de uma mudança estrutural neoliberal da sociedade que mobiliza uma forma política regressiva do ponto de vista das lutas por reconhecimento, pois, de acordo com Honneth, não abre espaço para a autodeterminação de grupos ou indivíduos, mas prescreve de

---

[781] Rosa, Hartmut. **Resonance: A Sociology of Our Relationship to the World**. Cambridge: Polity Press, 2019.
[782] Honneth, Axel; Fassin; The Heuristic of Crises: Reclaiming Critical Voices. In: Didier Fassin, Axel Honneth (orgs.). Crisis Under Critique. How People Assess, Transform, and Respond to Critical Situations. New York: Columbia University press, 2022
[783] Honneth, Axel. Entretien: sans la reconnaissance, l'individu ne peut se penser en sujet de sa propre vie. **Philosophie magazine**, 5, 2006. Disponível em: www.philomag.com.

forma antagônica reificando rótulos, impossibilitando o reconhecimento de uma identidade positiva.

Tais conflitos pela liberdade configuram o que eu doravante chamo de “lutas regressivas por reconhecimento”, pois o populismo limita a autocompreensão de um "povo" ao restringir o autorreconhecimento dos participantes desses mesmos movimentos populistas, ou seja, mobilizando seus membros através da narrativa de marginalização e ressentimento direcionado contra um inimigo, reproduzindo assim uma dinâmica de exclusão social enquanto o caminho da autorrealização seria o reconhecimento intersubjetivo do outro.

Logo, o populismo, ao estabelecer uma dinâmica de "nós" contra "eles", limita assim a possibilidade de progresso social na medida em que ossifica identidades e impede a possibilidade reflexiva de avaliar o conteúdo dessas identidades e novas formas de compreensão do mundo social. A forma mais direta se encontra curiosamente em um artigo sobre Burke intitulado “contrarrevolução”, no qual ele lança a hipótese de que eventos contrarrevolucionários não seriam disruptivos, explosivos, mas sim uma paulatina reação aos processos de reformas que foram sedimentados institucionalmente como a ampliação de voto a minoria e mudanças subterrâneas da vida privada levado adiante por uma rebelião dos excluídos da nova economia capitalista.[784]

O diagnóstico de Honneth[785] sobre Orban e Trump, por exemplo, seria que o populismo de ultradireita representaria um rebote, uma reação conservadora daquilo que chamam de revolução silenciosa, uma mudança moral cultural em relação ao excedente normativo de políticas de reconhecimento que tornaram pessoas mais incluídas e individualizadas socialmente. Essa crise política, conforme argumenta Honneth[786], “permitiu falarmos confortavelmente do fato que o desejo de reconquista da supremacia branca nos Estados Unidos, o apelo por um retorno familiar patriarcal ou o racismo de atitudes nacionalistas constituem contrarrevoluções”. Trata-se de reações aos progressos morais que levam diferentes deformações da liberdade em nome dessas mudanças conservadoras.

O modo pelo qual o fenômeno do populismo caracteriza as organizações políticas e sociais dificulta o processo e a possibilidade de autorrealização e formação de identidade em

---

[784] Honneth, Axel. The Invisible Rebellion: Working People Under the New Capitalist Economy. In: Fassin, Didier; Honneth, Axel (org.). **Crisis Under Critique. How People Assess, Transform, and Respond to Critical Situations**. New York: Columbia University press, 2022, p. 387-402.
[785] Honneth, Axel. Gegenrevolution. In: Khurana, T.; Quadflieg, D.; Rebentisch, J.; Setton, D.; Raimondi, F. (org.). **Negativität: Kunst - Recht - Politik** . Berlin: Suhrkamp. 2018, pp. 341-348.
[786] Honneth, Axel. Will the pandemic teach us democracy? An interview with Axel Honneth. Disponivel em https://www.eurozine.com/will-the-pandemic-teach-us-democracy/ . Acesso em 20.01.2023.

termos de reconhecimento mútuo. O autoritarismo seria então uma forma de patologia do reconhecimento[787]. Em primeiro lugar, ele representa a regressão política da dinâmica moral do reconhecimento. A forma populista de liberdade conduz a uma inversão da realização da liberdade social que está prefigurada nos processos de aprendizagem das instituições modernas democráticas.

Logo, trata-se de um déficit da formação da vontade democrática, e, ao mesmo tempo, uma regressão em face das formas de desenvolvimento nas esferas da intimidade, do mercado e do Estado democrático de direito na modernidade em sua forma progressista. Esse bloqueio estrutural manifesta-se como patologia política, entendida como uma malformação ou uma disfunção social que, além de conceber a sociedade como uma ordem estática, que contrasta com a dinâmica moral intensa e fluída dos conflitos sociais, impede estruturalmente a realização da promessa normativa de reconhecimento enraizada nas instituições sociais.

Alhures, Honneth chama essa manifestação de reconhecimento ideológico[788], pois não proporciona o cumprimento material da promessa de autorrealização institucional. Na mesma medida, vemos aqui um sintoma de uma deformação cognitiva a nível existencial na forma do fenômeno da reificação ou invisibilidade social, que impede os atores políticos de compreender uma dimensão anterior de reconhecimento do outro, a liberdade interior que permite a autonomia individual e impede a ansiedade e o medo de acessar o espaço público como igual. No entanto, em seu diagnóstico da realização do Sittlichkeit democrático nas sociedades capitalistas contemporâneas, Honneth[789] indica que o retrocesso neoliberal nos distanciou das condições normativas da cooperação social caracterizando uma cultura política democrática: o neoliberalismo é o nome de um processo de colonização de esferas sociais cada vez mais vastas pela lógica do mercado capitalista, introduzindo novas patologias de reconhecimento e uma visão empobrecida da liberdade.

Tais fenômenos de desintegração ideológica, como o populismo, estão, portanto, ligados ao desencantamento com a política representativa tradicional. As decisões políticas são tomadas agora não como resultado de uma formação pública da vontade popular, mas em resposta aos lobistas considerados pela população como cartéis de poder reais. Essa inadequação democrática seria combinada com a flexibilização econômica da sociedade, com

---

[787] Herzog, Benno. Authoritarianism as pathology of recognition: the sociological substance and actuality of the authoritarian personality. **Humanities and Social Communication** , 8, 2021.

[788] Honneth, Axel. Recognition Between Power and Normativity: A Hegelian Critique of Judith Butler. In: Ikäheimo, Heikki; Lepold, Kristina; Stahl, Titus (org.). Recognition and ambivalence. New York: Columbia University Press, 2021.

[789] Honneth, Axel. **Direito da Liberdade**. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

o declínio dos salários reais, as condições precárias de contratação e o aumento da insegurança estrutural dos trabalhadores na sociedade contemporânea.

No contexto da pandemia do Covid-19, Honneth[790] aprofunda seu diagnóstico negativo da esfera pública democrática ao enfatizar a perda de força e relevância de partidos políticos em engajar uma plataforma progressista por uma série de razões: um envelhecimento e não renovação dos membros do partido, uma fixação em ganhar eleições sem ter projetos a longo prazo, uma mídia pública que falha em informar dada a privatização econômica e a limitação de participação de cidadãos que se encontram em condições de trabalho precárias.

Essa ressignificação semântica regressiva esvaziou o conteúdo emancipatório da luta social pelo reconhecimento, transformando essa dinâmica de lutas morais com potencial de indignação em uma "brutalização dos conflitos sociais" onde os cidadãos dependem de políticas compensatórias não públicas para ganhar autorrespeito, minando a base moral para o progresso – ou seja, a luta pelo reconhecimento intersubjetivo – em uma arena de assertividade, controlado por uma visão neoliberal ideológica que concebe a liberdade apenas de forma negativa. Diante dessa reação populista, Honneth[791] diagnostica que estamos experimentando uma desconexão entre uma revolta popular em massa no contexto das crises econômicas globais e a precariedade das condições de trabalho, por um lado, e a ausência de um futuro projeto emancipatório utópico contra o capitalismo, por outro.

Esta situação abre caminho para a catarse populista, o que Honneth chama de um caminho opaco e bloqueado de emancipação, alimentado por uma "patologia de segunda ordem"[792]. Em outras palavras, o populismo pode ser entendido como um sintoma de um bloqueio ideológico que reifica as condições institucionais de mudança social. Pois o fracasso em traduzir a indignação generalizada com a distribuição escandalosa da riqueza e do poder em metas alcançáveis não se deve nem ao desaparecimento de uma alternativa verdadeiramente existente ao capitalismo, nem a uma mudança fundamental em nossa compreensão da história. O que mostra, pelo contrário, é a predominância de uma concepção fetichista das relações sociais, produzida por patologias neoliberais da democracia que revelam a "pobreza dessa concepção de liberdade"[793]E aqui reside o centro de nossa argumentação em relação ao "populismo libertário", entendido aqui como uma regressão política, que decorrente da mudança neoliberal da esfera pública, torna-se uma patologia

[790] Honneth, Axel. Coopérer face à la crise. **Revue Esprit**, Outubro, 2020. Disponível em: https://esprit.presse.fr/article/axel-honneth/cooperer-face-a-la-crise-42973. Acesso em: 25 jul. 2021.
[791] Honneth, Axel. **A ideia de socialismo.** Lisboa: Edições 70, 2017.
[792] Honneth, Axel. Rejoinder.**Critical Horizons**, 2016.
[793] Honneth, Axel. **The Poverty of our freedom. Essays 2012-2019**. Londres: Polity, 2023.

social tanto das relações de reconhecimento, quanto da liberdade negativa e da liberdade moral.

No primeiro caso, as relações de reconhecimento de recíproco que deveriam ser institucionalizadas nas esferas da intimidade, mercado e política democrática por meio de um sentimento de complementaridade e cooperação social que garanta autorrealização enquanto autorrespeito, autoestima e autoconfiança, passa a ser capturada pelo logica patológica do populismo, reforçando um reconhecimento pré-formado do outro. Com isso, o populismo não abre espaço para a autodeterminação de grupos ou indivíduos, mas prescreve de forma antagônica reificando rótulos, impossibilitando o reconhecimento de uma identidade positiva. Consequentemente, o populismo limita a autocompreensão de um "povo" ao restringir o autorreconhecimento dos participantes desses mesmos movimentos populistas, ou seja, mobilizando seus membros através da narrativa de marginalização e ressentimento direcionado contra um inimigo, reproduzindo assim uma dinâmica de exclusão social enquanto o caminho da autorrealização seria o reconhecimento intersubjetivo do outro. Logo, o populismo, ao estabelecer uma dinâmica de "nós" contra "eles", limita assim a possibilidade de progresso social na medida em que ossifica identidades e impede a possibilidade reflexiva de avaliar o conteúdo dessas identidades e novas formas de compreensão do mundo social.

No segundo caso, as patologias da liberdade negativas são capturadas pela gramática hiperindividualistas do neoliberalismo[794] no qual a sociedade passa a ser gerida no modelo de uma empresa, ou para se utilizar de uma expressão do “centrismo extremista” de Emmanuel Macron, o governo é uma startup, no qual a liberdade passa a ser determinada pelo valores do mercado financeiro e a sua política é conduzida por uma visão juridificante dos direitos subjetivos, no qual qualquer concepção solidária e cooperativa de coesão social passa a ser vista como uma afronta a autonomia, como nos casos da vacinação e uso de mascaras na pandemia do covid-19[795].

E, também, as patologias da liberdade moral geram uma concepção de autenticidade no qual a tradição supremacista branca, racista, familista se torna ponto de referência de uma forma de liberdade que se violada pode ser legitimada pela violência autoritária que vimos no Capitólio, em Charlosteville e, mais recentemente, na invasão da praça dos três poderes pelos

---

[794] Honneth, Axel; Skalski, Jérôme: “il y a une lutte idéologique concernant la manière de concevoir la liberté ” Humanité. Vendredi, 3 Mars, 2017 Disponível em: https://www.humanite.fr/axel-honneth-il-y-une-lutte-ideologique-concernant-lamaniere-de-concevoir-la-liberte-632877. Acesso em 3.2.2023.

[795] Honneth, Axel. Will the pandemic teach us democracy? An interview with Axel Honneth. Disponivel em https://www.eurozine.com/will-the-pandemic-teach-us-democracy/ . Acesso em 20.01.2023.

militantes golpistas bolsonaristas. O suposto núcleo autêntico de um povo passar o modelo de reflexividade vigente de uma determinada concepção de nação, que pode ser o heimat, uma visão de lar e terra prometida que é hierarquicamente constituída por núcleos dominantes da sociedade, reproduzindo o tradicionalismo fascista que circula na ultradireita.

Primeiro, o conceito de paradoxo ou contradição paradoxal seria efeito dessa mudança estrutural da esfera pública neoliberal, impulsionado pelo que ele chama de revolução neoliberal, um capitalismo desorganizado, plataformizado, financeirista que desenvolve um ethos ou uma racionalidade do empreendedor de si, e recoloca a demanda de autenticidade para uma forma a produzir sofrimento e cansaço psíquico. A ideia de paradoxo une um vocabulário positivo para uma reação negativa: autonomia e autenticidade geram forcas motoras para dominação. Na esfera da intimidade, a instrumentalização da amizade ao invés da entrega afetiva, submissão de papeis familiares a condições socioeconômicas pra obtenção de satisfação, a revolução sexual gerou um consumismo do amor romântico e uma reificação dos sentimentos e afetos, fragilizando os laços e a relações. No mercado, temos a emergência desse novo sujeito neoliberal, regido por uma alta flexibilidade nos empregos, trabalha por projeto e se acha empreendedor de si mesmo, negando direitos socias e politicas assistencialista, e por fim, democraticamente, a sobreposição de uma identidade pré-política, étnica ou biológica, e a privatização de intenções publicas por um mídia corporativista, vimos justamente uma redução dos direitos sociais por reformas neoliberais.

Em última instância, paradoxo seria uma ressignificação semântica de algo emancipatório em seu propósito. Segundo, o conceito de patologias, desenvolvimentos sociais que levem um deterioração de nossas capacidades racionas de membros ao participar da cooperação social de maneira competente. Um sistema de pensamento e um conjunto de praticas que bloqueio ideologicamente o acesso a pessoas de compreenderem as relações emancipatórios de reconhecimento e as instituições da liberdade social.

Ademais, a captura elitista da ideia de liberdade gera patologias sociais, formas ideológicas de apropriação que "deterioram as capacidades racionais de membros da sociedade ao participar da cooperação social de maneira competente"[796] Diferente de injustiça sociais, que representam formas sistemáticas de exclusão, as patologias revelam distúrbios e formas de desreconhecimentos estruturais que impedem os indivíduos em ter um acesso reflexivo a praticas e normas sociais. Em outra palavras, trata-se de um déficit de racionalidade que leva a "membros de determinados grupos desenvolverem tendencias a um

[796] Honneth, Axel. **Direito da liberdade.** Martins Fontes, 2015. p.35

rigidez de comportamento, a inflexibilidade e autorreferencia, que se manifestam em estados de fanatismo terrorista, no caso de uma patologia da liberdade moral, e de autoritarismo libertário, no caso da liberdade negativa.

No caso das relações de reconhecimento passa a ser engessadas e pré-determinadas pela concepção populista de identidade que a partir de uma narrativa de ressentimento e marginalização rotula-os de forma antagônica a uma identidade falsa de um inimigo, impossibilitando o acesso a uma formação de autorrealização pratica positiva. Temos uma reificação ou um fenômeno de invisibilidade que não permite temos acesso empático a uma reconhecimento existencial do outro. Estaríamos reproduzindo uma ideia de reconhecimento ideológico que reforça uma forma de valorização do outro que não tem condições materiais e institucionais para assumirem tais identidades.

No caso das patologias da liberdade, a patologia da liberdade negativa se torna absolutizada ao reivindicar uma noção ultraindividualista de sociedade, no qual as relações sociais passam a ser geridas na forma de uma empresa, (Macron chama governo de uma startup), e a liberdade seria demarcada pelo mercado financeiro e pelo tribunal, e qualquer ação estaria passível de ser reificada em função na ideia neoliberal para negar o social em função dos direitos instrumentalizados jurídicos.

Já no caso da patologia moral, temos uma concepcao de autenticidade que substitui direitos humanos, para humanos direitos, uma noção ideológica grupal, uma monada familiar em torno de um passado idílico: faca américa grande de novo, franca para os franceses, recupere o controle, mantenha Suécia sueca, Polônia pura, Polônia branca, nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha.. etc.. Isso seria patológico porque captura a ideia reflexiva de autenticidade como autodescoberta e se converte em uma patologia moral do terrorismo domestico, conforme Honneth identifica em uma cultura moralizante que recorre a exemplos tradicionalistas:

> Um bom, embora assustador, exemplo desta última variante foram as acusações que o presidente dos EUA, Donald Trump, lançou aos seus adversários democratas através do Twitter, quando os acusou de abusarem dos seus direitos constitucionais com vista a um possível processo de impeachment dos acusados. O que está acontecendo aqui no uso de uma linguagem extremamente ofensiva com táticas frias em termos de sensibilidade moral; mobilizados através da raiva e do ressentimento, estavam os sentimentos monótonos de estar em desvantagem social, que eram amplamente compartilhados por seus seguidores predominantemente brancos, do sexo masculino e com baixa escolaridade. Este caso extremo de incitamento maligno de sentimentos

> morais cotidianos contra suspeitas de abusos legais leva-me de volta à questão levantada anteriormente sobre se existem correlações entre o conteúdo das convicções morais Isto explica porque é que os grupos aparecem repetidamente em nome de uma compreensão unilateral, nomeadamente conservadora, da moralidade, utilizando meios de vergonha pública e exposição para acusar os atores de usarem os direitos existentes de uma forma ilegítima e moralmente repreensível. O interesse destes autonomeados guardiões da moralidade cotidiana não é provocar uma discussão sobre os direitos em questão, mas sim intimidar os alegados transgressores e, assim, impedi-los de agir de acordo com a lei. Existem muitos exemplos de tal mobilização dos elementos incrustados de uma moralidade existente contra grupos que seguem uma compreensão diferente da lei, basta pensar nos representantes da supremacia branca nos Estados Unidos, que o fazem constantemente; acusar os oponentes de trair a melhor parte da América se defenderem o cumprimento estrito do objetivo da igualdade jurídica; ou manifestantes, sejam católicos ou em nome de valores religiosos, que fazem vigílias em frente a clínicas de aborto de grupos cristãos ou constrangem publicamente mulheres que exerceram o seu direito de interromper a gravidez[797]

Ainda, temos a noção de desenvolvimentos anômalos como último modelo de critica, na medida em que cada esfera da liberdade social, apresenta falsos desenvolvimentos que falham em garantir a dimensão emancipatório a praticas sociais: Na intimidade, a ideia de entrega afetiva reciproca, passa a ser sustentada por uma ideia de familismo, segundo ao qual a família tradicional seria a base da nação e que os direitos reprodutivos e de autodeterminação individual são secundários frente a perpetuação da nação – disso resultam o sexismo ambivalente, de um lado combinaria a dimensão benevolente de que mulheres são moralmente puras e fisicamente frágeis, merecedoras de veneração e de proteção por homens fortes, ao passo que combinam com sexismo hostil, uma variante misógina, que considera mulheres como seres moralmente corruptos e politicamente e poderosos, tentando controlar os homens por meio da ideologia feminista e da sedução. Ideologia de gênero surge como uma forma de mascarar uma visão excludente de família e intimidade (em função da ideologia de gênenis). No caso da família, temos uma construção fictícia de nação e de família que deveria assemelhar a uma empresa, em que o líder populista passa a ser patrão que dita de forma privatista qual tradição deve ser seguida . Neste sentido, a educação, a saúde e o bem-estar devem ser garantidos e afirmados como fruto de uma autodeterminação individualista, por

[797] Honneth, Axel. Recht und normativitat. Aspekte eines komplexen. Wechselverhältnisses in: (org.) Forst, Rainer; Gunther, Klaus. Normative Ordnungen. Suhrkamp, 2021.

esta razão, são a favor do homeschooling, do tratamento homeopático e praticas sociais que não tenham interferência externa.

No caso do mercado, ele se torna um modelo egoísta que alavanca o fenômeno da regressão social neoliberal tem muitas consequências institucionais: aumento do controle das empresas, aumento da precariedade do mercado de trabalho, impossibilidade de reconhecer o sentimento de colaboração ou contribuição social, a desregulamentação do capitalismo financeiro, o fim da garantia de um emprego ou cortes orçamentários em termos de proteção. Como argumenta Honneth,

> but here too an extra step is required to convince the ultra-liberal market advocates (think of the Tea Party) that the immanent norms of our political system possess any moral validity vis-à-vis the economic sphere, and once again we are brought back to the point where it is open to debate which normative principles are compatible with the functional requirements of a market economy[798].

Isso leva a uma formação da vontade democrática imperfeita resultante da intensa comercialização da mídia, da forma manipuladora de notícias falsas ou pós-verdades que fabricam o consentimento na realidade social, a fragmentação do espaço público em nichos atomizados através da intensificação das relações em rede, do consumismo que leva à apatia e ao desinteresse político.

No caso da esfera publica e o Estado de direito passa a ser incorporado pelo nativismo, uma ideologia que crê que Estados devem ser habitados exclusivamente pelos integrantes do grupo nativo – a nação – e que tudo não nativo ou estrangeiro seria uma ameaça a nação. Honneth constata ainda que "In the last 20 to 40 years we have, of course witnessed the massive loss of sovereignty of the nation states and parallel frazzling [*Auffranzung*] of the national frame of the democratic public sphere. [799] Aqui entra a predominância da Alt.right, um conjunto de ideologias e grupos da ultradireita que creem que a identidade branca esta sendo atacada pelas forças multiculturais, que usam do politicamente correto e da justiça social para enfraquecer brancos e sua civilização. Honneth argumenta que muito estados liberais removeram a formulação de politicas publicas da esfera publica para corporações privatistas, motivados por lobistas, negociações informais secretas entre indústria

[798] Honneth, Axel. Reply. Krisis, p. 46. 2019.
[799] Honneth, Axel. Raffnsøe-Møller, Morten. **Freedom, Solidarity, and Democracy: An Interview with Axel Honneth.** In: (org.) Jonas Jakobsen; Odin Lysaker Recognition and freedom : Axel Honneth's political thought. Londres: Brill, 2015. p.274

e governo. Para Honneth, as decisões econômicas do governo falta transparência e servem não ao interesse do publico, mas do governo. A exclusão e sub-representação encontrada nas democracias europeias levaram a fragmentação e o crescimento do nacionalismo: a republica de Weimar seria o exemplo dessa falha ou desenvolvimento anômalo que resultou na dificuldade em demandar neutralidade estatal e gerou um desencantamento pela politica.

Essa regressão é demonstrada, em primeiro lugar, por meio de um desrespeito às regras do jogo do ponto de vista da administração do Estado. Para Honneth, os populistas no poder não respeitam os aspectos formais da lógica governamental, substituindo funcionários públicos por ativistas de guerra cultural que mobilizam sua posição para se vingar de ativistas progressistas. O resultado é a incompetência e o comportamento corrupto no serviço público que é legitimado por um povo mobilizado por sentimentos de medo, raiva e ressentimento. Com uma base social mobilizada por sentimentos de exclusão, ódio, intolerância e incentivo à violência, impulsionada por uma polarização social que nega a base comum de uma democracia representativa, inclusiva e deliberativa, o populismo reforça uma propensão a restringir as liberdades civis, mesmo as da mídia devido a "tendência consistente a tabloidização"[800] e nega a legitimidade dos adversários políticos.

O fenômeno da regressão social neoliberal tem muitas consequências institucionais: aumento da precariedade do mercado de trabalho, impossibilidade de reconhecer o sentimento de colaboração ou contribuição social, a desregulamentação do capitalismo financeiro, o fim da garantia de um emprego ou cortes orçamentários em termos de proteção. Tal regressão leva a uma formação da vontade democrática imperfeita resultante da influência acachapante de "um jornalismo de entretenimento, maciçamente financiado pela indústria publicitaria, cujo enfoque friamente calculado nas necessidades de mero espairecimento não tem legitimidade democrática, nem mesmo forma"[801] intensa comercialização da mídia, da forma manipuladora de notícias falsas ou pós-verdades que fabricam o consentimento na realidade social, a fragmentação do espaço público em nichos atomizados através da intensificação das relações em rede, do consumismo que leva à apatia e ao desinteresse político, e, finalmente, a apropriação nacionalista (e populista) do espaço público e do Estado de Direito.

Assim, a captura elitista da ideia de liberdade gera patologias sociais, formas ideológicas de apropriação que "deterioram as capacidades racionais de membros da

[800] Honneth, 2015, p. 271),
[801] Honneth, 2015, p. 573

sociedade ao participar da cooperação social de maneira competente"[802]. Representa, pois, uma reação, e mais especificamente, um revanchismo conservador daquilo que podemos chamar de uma "revolução silenciosa", uma mudança moral na estrutura cultural do neoliberalismo progressista do mundo ocidental. Justamente a crise política permitiu Honneth "falar confortavelmente do fato de que o desejo de reconquistar a supremacia branca nos Estados Unidos, o apelo por um retorno à ordem familiar patriarcal ou o renascimento de atitudes nacionalistas constituem contrarrevoluções".[803] O modo pelo qual o fenômeno do populismo caracteriza as organizações políticas e sociais dificulta o processo e a possibilidade de autorrealização e formação de identidade em termos de reconhecimento mútuo. Autoritarismo seria então uma forma de patologia do reconhecimento[804].

Tais concepções de reconhecimento, em primeiro lugar, representam a regressão política da dinâmica moral do reconhecimento. A forma populista de liberdade conduz uma inversão da realização da liberdade social que está prefigurada nos processos de aprendizagem das instituições modernas democráticas. Logo, trata-se de um déficit da formação da vontade democrática, e, ao mesmo tempo, uma regressão em face das formas de desenvolvimento nas esferas da intimidade, do mercado e do estado democrático de direito na modernidade em sua forma progressista. Esse bloqueio estrutural manifesta-se como patologia política, entendida como uma malformação ou uma disfunção social que, além de conceber a sociedade como uma ordem estática, que contrasta com a dinâmica moral intensa e fluida dos conflitos sociais, impede estruturalmente a realização da promessa normativa de reconhecimento enraizada nas instituições sociais.

Na mesma medida, vemos aqui um sintoma de uma deformação cognitiva a nível existencial na forma do fenômeno da reificação ou invisibilidade social, que impede os atores políticos de compreender uma dimensão anterior de reconhecimento do outro, a liberdade interior que permite autonomia individual e impede a ansiedade e o medo de acessar o espaço público como iguais. Tais fenômenos de desintegração ideológica, como o populismo, estão, portanto, ligados ao desencantamento com a política representativa tradicional. As decisões políticas são tomadas agora não como resultado de uma formação pública da vontade popular, mas em resposta aos lobistas considerados pela população como cartéis de poder reais.[805] Essa

[802] Honneth, 2015, p. 35.
[803] Honneth, 2020, p. 346.
[804] Herzog, Benno. Autoritarismo secundario Herzog, B. 2021 , "Authoritarianism as pathology of recognition: the sociological substance and actuality of the authoritarian personality", Humanities and Social Communnication , 8: 135
[805] Honneth, 2015.

inadequação democrática seria combinada com a flexibilização econômica da sociedade, com o declínio dos salários reais, as condições precárias de contratação e o aumento da insegurança estrutural dos trabalhadores na sociedade contemporânea. Essa ressignificação semântica regressiva esvaziou o conteúdo emancipatório da luta social pelo reconhecimento, transformando essa dinâmica de lutas morais com potencial de indignação em uma "brutalização dos conflitos sociais"[806] onde os cidadãos dependem de políticas compensatórias não públicas para ganhar autorrespeito, minando a base moral para o progresso – ou seja, a luta pelo reconhecimento intersubjetivo – em uma arena de assertividade, controlado por uma visão neoliberal ideológica que concebe a liberdade apenas de forma negativa.

Ademais, podemos conceber o populismo como uma patologia de segunda ordem, isto é, uma estrutura politica na qual encontramos uma desconexão constitutiva entre conteúdos de uma primeira ordem como experiencias, praticas ou crenças (no caso do populismo as concepções de liberdade enquanto ultraindividualismo e neotradicionalismo) e as causas sociais que são pevarsivas e fazem populações experimentarem uma desconexão entre uma revolta popular em massa no contexto das crises econômicas globais e a precariedade das condições de trabalho, por um lado, e a ausência de um futuro projeto emancipatório utópico contra o capitalismo, por outro O que mostra, pelo contrário, é a predominância de uma concepção fetichista das relações sociais, produzida por patologias neoliberais da democracia que revelam a “pobreza dessa concepção de liberdade” .

A pandemia da Covid-19 levou Honneth a aprofundar seu diagnóstico de regressão da esfera pública democrática ao enfatizar a perda de força e relevância de partidos políticos em engajar uma plataforma progressista por uma série de razões: um envelhecimento e não renovação dos membros do partido, uma fixação em ganhar eleições sem ter projetos a longo prazo, uma mídia pública que falha em informar dada a privatização econômica, e a limitação de participação de cidadãos que se encontram em condições de trabalho precárias. Com isso, .Honneth retoma a ideia de uma critica da sociedade que pretende desnaturalizar padrões hegemônicos interpretação expondo os interesses em que estão motivados, sobretudo, aqueles interesses na perpetuação da dominação que encobrem formas historicamente arraigadas de desrespeito.

[806] Honneth, 2020b.

8.3.Transformação prefigurativa, republicana e socialista

Diante de tais diagnósticos do populismo e a captura dos elementos progressistas da liberdade, nesta parte final veremos como tais concepções normativas fundamentam modelos teóricos da democracia como alternativa e a deterioração e a regressão política. Tais modelos se dividem entre uma concepção neoagonista e prefigurativa; neorrepublicana e comunal e, por fim, neosocialista e deliberativa.

a. Democracia radical como neoagonismo prefigurativo

Em outras palavras, a partir de sua concepção de progresso político, que estratégia inclusiva e progressista, enfim, emancipatória, que Allen sugerem em ordem de enfrentar e combater a alastrada influência da extrema direita na esfera publica contemporânea? No caso do populismo, a resposta é uma mescla de táticas kleinianas e adornianas: de Adorno, inspirada na ideia que o fascismo pode surgir mesmo em regimes democráticos, Allen incorpora a necessidade de se criticar a persistência das estruturas autoritárias de personalidade.

Para o modelo kleiniano, o combate ao fascismo passaria pela promoção da pedagogia emancipatória e do tratamento psicanalítico (que educadores treinados psicanaliticamente facilitariam uma educação voltada para autonomia, esclarecimento e reflexão crítica, mesmo que não eliminasse os impulsos inconscientes e as ansiedades que servem de combustível para fascistas, isso permitiriam eles controlarem melhor) de Klein, Allen não pensa ser frutífero diagnosticar ou patologizar grupos ou indivíduos políticos específicos (portanto, o caminho não é direcionar aqueles populistas de direita que acreditam em teorias conspiratórias a ir pro divã).

Conforme notamos no argumento de Allen, a proposta aqui é retirar de Klein um conceito realista de democracia que evite as tentações de um *triunfalismo* (a ideia segundo ao qual a democracia é solução para todos nossos problemas) ou *derrotismo democrático* (que pensa a democracia meramente como uma fantasia neoliberal). Para Allen, democracia ainda pode cumprir a função de *negociar ambivalências* sem se render ao ódio e a demonização, lidar com as perdas, e ainda produtivamente canalizar as agressões. Ela pode apoiar o trabalho contínuo e aberto de construção de coalizões, constituição de mundos compartilhados e sustentar comunidades através das linhas de diferença e desacordo.

Portanto, para Allen, Klein ensina que nunca vamos nos livrar desse modo esquizoparanóide de política inteiramente, pois sempre vai existir uma possibilidade permanente de retorno às condições de estresse ansiedade. Para Allen, a saída não é esboçar uma ideia de democracia deliberativa, onde a partir de um ancoramento racionalista, poderíamos convencer e mudar as opiniões de outros. Seguindo a ideia de McAfee, Allen defende que o trabalho crítico da psicanálise nesse sentido consiste em compreender (e não justificar) a opinião, a experiência e história dos outros, isto é, mostrar como os outros que lutamos contra não são a encarnação da maldade, mas pessoas com partes boas e ruins.

Conforme Klein argumenta, o que podemos fazer é deslocar a política democrática para uma forma "depressiva", no qual comunidades podem formar e reformar elas mesmas enquanto fraturadas e internamente contestas em todos abertos, não reconciliados e incompletos, e que ao apontar as ambivalências presentes (e superar a dimensão preta/branco da adolescência), permitiria o trabalho maduro coletivo de soluções e de desconstrução da opinião de outros que nos fervorosamente discordamos. Isso não geraria consenso político, nem uma reconciliação com a mesma interpretação da realidade, mas daria as condições necessária para respeito e confiança mútua que são necessárias para mitigar a distorções fantasmagóricas e conspiratórias.

O recurso da teoria de Klein é fundamental pois a partir das suas noções de criatividade e reparação (aqui inspirada no trabalho de David McIvor sobre as comissões de verdade e reconciliação), permite a transformação de eventos traumáticos e passados violentos, sem recorrer a ideias potencialmente excludentes de unidade social, harmonia ou integração. Para Klein, isso seria a perda e das falhas em uma forma política e socialmente emancipatória (sem recorrer em resignação, ou nas fantasias narcisistas e potencialmente excludentes de completude revolucionária ou reconciliação completa) nos aponta na direção mais sóbria e realista, mas ainda defesa significativa da democracia como, para ecoar McAfee, "uma política para adultos". Em outras palavras, para Allen:

> O análogo político da concepção realista de pessoa de Klein é, portanto, uma forma de realismo democrático que entende a democracia como um mecanismo para negociar a ambivalência, lidar com a perda e canalizar a agressão de forma produtiva. Mais esperançosamente, o realismo democrático kleiniano também prevê o processo contínuo, meticuloso e aberto de construção de comunidades políticas em face de divergências e diferenças profundas e permanentes. Evitando as tentações gêmeas do

> triunfalismo e do derrotismo, Klein oferece uma defesa sóbria e realista, mas ainda assim significativa, do potencial produtivo e criativo da democracia[807].

O papel da utopia é relevante, mas não do modo em que se convencionou ser mobilizado da tradição de uma esquerda-hegeliana. O sentido que Allen se utiliza da ideia de progresso retoma um mote foucaultiano como forma de descolonização das bases normativas de uma concepção condescende de utopia e progresso:

> Em contraste com aqueles que baseiam suas aspirações utópico-emancipatórias em uma leitura progressiva da ascensão do Esclarecimento europeu como resultado de um processo (certamente frágil e contingente) de aprendizagem histórico, Foucault resolutamente recusa os dois movimentos: de um lado, é famosa (ou infame, dependendo do ponto de vista) sua recusa de ler a história do Esclarecimento como uma narrativa do progresso de outro, ele evita apoiar sua compreensão da emancipação em uma visão da boa sociedade que encontra seus fundamentos normativos em uma leitura progressiva do passado[808]Para a tarefa de abrir linhas de fragilidade e fratura, Foucault apela não à ideia de utopia, mas à de heterotopia. Em contraste com as utopias, que seriam espaços irreais ou imaginários que projetam a imagem de uma "sociedade em sua forma perfeita", as heterotopias são espaços reais que servem como "contralocais" nos quais a sociedade da qual eles fazem parte pode ser representada, contestada e invertida. Heterotopias servem como um espelho para nossa forma de vida, abrindo em seu interior uma fratura que cria um tipo de distância virtual entre nós mesmos e nossa forma de vida. Essa distância é o concreto espaço de liberdade.

O utopismo paradoxal de Allen, que segue a perspectiva de heterotopias, como os espaços de realização da liberdade performativa da democracia radical, permite para a autora uma ideia renovada de transformação social que evita os mesmos problemas da teoria habermasiana e pós-habermasiana. Isso porque essa posição se aproxima, na tradição de Ernst

---

[807] Allen, Amy ; Rech, Paula mariana ; Cyfer, ingrid ; Gonçalves silva, Felipe ; Marin, Inara luisa ; Bueno, arthur oliveira . Teoria crítica e psicanálise. Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS, v. 7, p.330.
[808] Allen, Amy. Emancipacao sem utopia: sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria critica feminista. Novos estudos CEBRAP [online], n. 103, p. 115-132, 2015. p.128

Bloch e também de Adorno, da possibilidade de se pensar novas formas de temporalidades para além da logica capitalista. Se inspirando nessa incorporação efetuada pelo filósofo José Muñoz, que ressignifica a ideia de utopia a partir do pensamento *queer* em torno de uma noção de futuridade, que abrange diferentes momentos, espaços e objetivos que podem encarnar aquilo que Bloch chamou uma de "não-consciente" que aponta para o "ainda não-lá". Para combater o utopismo das teorias reconstrutivas, então, Allen mobiliza a ideia de "futuridade" como um antidoto, uma espécie de antiutopismo reflexiva que a autora nomeia aqui a partir da ampla ideia de uma "iluminação emancipatória". Essa perspectiva desinflacionada permite romper com o "tempo continuo", que seguiria uma ordenação linear, progressiva e temporal do passado, presente e futuro, e, assim, excluiria a possibilidade de transformações mais radicais. Trata-se de uma concepção de emancipação que diverge de toda tradição contemporânea da critica, pois, segundo Allen:

> há uma tensão potencial entre a minha abordagem do método da teoria crítica – segundo a qual a tensão entre poder e razão não pode ser resolvida em nenhuma direção – e as concepções tradicionais de emancipação – que é tipicamente entendida como uma libertação ou uma libertação do poder. É por isso que entendo a emancipação em termos negativistas – como a minimização e transformação das relações de dominação em relações de poder móveis, fluidas e reversíveis[809]

Ao romper com essa dimensão critico-antecipatória de uma teoria da sociedade, Allen mobiliza Foucault como alternativa fincada em uma concepção negativista de emancipação, pois extrai suas atitudes normativas do objetivo negativo de dominação em relações de poder (o que supostamente procederia a teoria habermasiana ao colocar uma relação sem poder como o caso da disputa pelo melhor argumento).

Esse perspectiva negativista da emancipação possibilitaria, portanto, romper com o imperialismo informal e a leitura autocongratulatória do progresso na historia que Allen acusa a tradição reconstrutivista: "esses sinais não são vislumbres de formas de vida livres de poder, mas, ao contrário, matizes de luz lançados pelas linhas de fragilidade e fratura abertas dentro dos estados de dominação, os quais dão indicação de como tais estados podem ser transformados em campos móveis e reversíveis de relações de poder nas quais a liberdade

[809] Allen, Amy ; Rech, Paula mariana ; Cyfer, ingrid ; Gonçalves silva, Felipe ; Marin, Inara luisa ; Bueno, arthur oliveira . Teoria crítica e psicanálise. Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS, v. 7, p.330.

pode ser praticada". Essa abordagem critica heterotópica e queer, neste sentido, " consiste em escrever uma história do presente capaz de abrir em seu interior linhas de fragilidade e fratura que sejam também espaços de iluminação emancipatória, espaços que nos habilitem a transformar estados de dominação em campos reversíveis e móveis de relações de poder, e a praticar a liberdade nesses campos.". Em outras palavras, trata-se de uma nova ideia de prefiguração como aquela que vimos na critica agonista da sociedade.

b. Democracia radical como neorrepublicanismo

As concepções de transformação social no horizonte da crítica reflexiva tomam como veiculo para radicalização democrática o recurso da plataforma republicana que pode efetivar e garantir ao precondições sociais e politicas de suas respectivas concepções de progresso e liberdade, como veremos a seguir.

Democracia como republicanismo numênico

No caso de Forst, quando se trata de transformação social vemos aqui uma combinação de utopia normativa, republicanismo numênico, realismo político normativo e democracia transnacional. O sentido de republicanismo que é levado adiante como modelo politico no léxico forstiano, embora fundamentalmente inspirado no sentido original elaborado por Kant, mantém alguma distância da formulação moderna e atualização critico reflexiva. Isso porque além de corrigir alguns erros que estariam presentes na versão neorrepublicana mais avançada, aquele de Petitt, Forst o aproxima de um modelo democrático que está no contexto da sua concepção critica da justiça. A democracia, nesse acepção, simboliza um "processo de aprendizagem", ou, conforme Forst defende, "a democracia, em outras palavras, deve ser reflexiva e capaz de questionar suas próprias regras e procedimentos[810] Antes de tudo, democracia seria uma pratica de justiça:

> demanda por democracia não é uma demanda por governança, mas uma prática política de justiça, e em seu cerne está o estabelecimento de estruturas de justa e efetiva justificação pública geral, guiada pela razão, na qual aqueles que estão sujeitos à dominação arbitrária podem tornar-se sujeitos de justificação e autores de normas que podem co-determinar a ordem normativa

[810] Forst, Rainer. The power of critique. Political theory 39. p.118-123, 2011.

> a que pertencem como iguais entre iguais. A exigência de democracia é uma exigência de justiça, ou seja, não mais ser considerado um "zero normativo", mas atingir o status de autoridade normativa igual - ser o que, normativamente falando, já se é sempre (mas, empiricamente falando, dificilmente é permitido ser). Esta pretensão moralmente fundada à justiça é ao mesmo tempo uma pretensão de razão a ser respeitada como uma autoridade justificadora igual para as normas que reclamam validade geral. É por isso que o respeito moral-político entre iguais está normativamente inscrito na democracia, e que uma compreensão da democracia que coloca o poder político nas mãos de elites privilegiadas ou assume que as maiorias podem usar o poder democrático para dominar minorias, ou seja, privá-las de recursos sociais, direitos culturais ou oportunidades de participação que devem ser garantidas entre iguais, é regressiva.[811]

Trata-se uma ideia de progresso político combinando aspectos de uma reflexão moral abstrata e um realismo empírico sociológico para lidar com questões de justiça global, que, todavia, não exclui uma reflexão mais acentuado sobre as estruturas de poder econômico que regem oligarquias de poder, afinal, segundo Forst[812], "uma democracia que não quer ou não pode mudar as chamadas "leis" dos mercados para que as condições econômicas e sociais possam ser verdadeiramente universalmente justificadas, é na melhor das hipóteses, uma democracia parcial". Em outras palavras, a democracia seria uma prática de justificação.

A democracia pode ser considerada, do ponto de vista da teoria de Forst, na esteira da ideia de um "projeto inacabado", como um "campo de construção permanente", um "credo a ser lutado", e, também, "um processo de aprendizagem"[813]. A democracia surge como um combate a opressão, exploração e discriminação. Todavia, a democracia é suscetível a crises e perturbações política que se distinguem de dois modos: crises estruturais, que ocorrem quando certo ordenamento político se vê estagnado ou mesmo regredindo a uma condição incapaz de cumprir suas tarefas de modo estrutural, e crises de justificação, que remetem a perda total do significado de um conceito e de sua imagem correspondente.

Pois, para Forst, democracias não são instrumentos para a imposição egoísta de maiorias, mas formas de vida idealmente políticas nas quais os participantes se respeitam como iguais e buscam justificativas para normas universalmente aplicáveis que possam resistir àquelas se

---

[811] Rainer Forst. Die Herrschaft der Unvernunft. Zum Begriff der (anti-)demokratischen Regression. FGZ Working Paper Nr. 4. Leipzig: Forschungsinstitut Gesellschaftlicher Zusammenhalt. 2022.
[812] Forst, Rainer. Two Bad Halves Don't Make A Whole: On The Crisis Of Democracy. Constellations. 2019;26:378–383.
[813] Forst, 2021, p.315.

saem mal. Não por acaso, o modo como se mede a qualidade democrática de um sistema político, de acordo com Forst[814] está nivelado com base a qualidade de justificação de suas instituições e de seus ordenamentos jurídicos. Fundamental neste sentido é que tais instituições encorajem e tornem possíveis canais em que os participantes no jogo democrático não apenas sejam destinatários de leis, mas, ao mesmo tempo, coautores.

O precedente da pandemia dá indicações para o futuro, pois " se foi possível intervir tão fortemente na economia diante da pandemia, isso deve continuar sendo possível no interesse do bem comum e da justiça". Pensemos produção de vacinas e sua distribuição. Medidas como as que foram implementadas na pandemia devem ser justificadas para aqueles que são mais vulneráveis, e "nem sem são aquelas que fazem protestos na rua" no nosso contexto, aquelas e aqueles que adoeceram, que trabalham em condições precárias e que vivem em moradias apertadas sem renda outro trabalho. O problema aqui, como aponta Forst, é que se pensa no estado como uma justificação e agência que é separada dos indivíduos e os confronta de fora, por assim dizer, e restringe sua liberdade. No Estado democrático e numa perspectiva deontológica que lhe corresponde, porém, as liberdades cívicas e a autoridade estatal decorrem de uma raiz normativa, nomeadamente a autolegislação no sentido da pretensão fundamental de autonomia moral, jurídica e política.

Nesta coincidência, as medidas tomadas para combater a pandemia limitam nossa liberdade de ação específica e individual, mas não são uma restrição, mas sim uma expressão de nossa autonomia enquanto legisladores responsáveis e destinatários da justificação ao mesmo tempo. A este respeito, os direitos básicos são também uma expressão de respeito mútuo entre os sujeitos de igual justificação e, a este respeito, não transmitem quaisquer reivindicações a nada além do que é fundamentalmente reciprocamente justificável entre nós, em particular para não infectar outros - mesmo sem nosso próprio conhecimento - com um vírus perigoso.[815]

É neste sentido que a social-democracia ainda cumpre um papel de denunciar uma equivocada via nacionalista enquanto tática de solucionismo político e redirecionar uma forma de controle político que transforme os poderes socioeconômicos hegemônicos por estruturas de justificação. Somente uma forma de política transnacional poderia levar adiante uma política democrática como prática da justiça compreendida em termos processuais, transformando práticas de dominação em práticas de justificação generalizada e

[814] Forst, 2021., p.327.
[815] Forst, Rainer. Freiheiten, risiken und Rechtfertigungen. Eine deontologisch.demokratisch Perspektive auf die Bekampfung der Pandemiaa. In Gunther, Klaus. Freihet oder leben? Surhkamp, Berlim, 2022

recíproca. Nesse aspecto, a dimensão do processo social de democratização visa expandir um poder justificatório das atrizes e atores sociais ao estabelecer uma estrutura básica da sociedade. Diferente das perspectivas relativistas, particularistas, progresso social em sua forma reflexiva de justificação representa a política de uma forma de não-dominação discursiva voltada para a democratização da sociedade. Democracia passa a ser compreendida como uma pratica de solidariedade,[816] o que recentemente Forst chama de democracia não-regressiva cujo princípio central seria a ideia de que "existe apenas uma autoridade normativa suprema no espaço das normas aplicáveis a todos, a comunidade justificativa de todos como iguais. A realização deste status de igualdade de direitos jurídicas, políticos e sociais é a tarefa (interminável) da democracia e dos direitos humanos; eles formam uma unidade normativa." [817] Nessa defesa de uma democracia não-regressiva, o papel dos movimentos sociais apresenta uma dimensão global por justiça social, mas, como Forst alude em entrevista, as linhas dessa posição, fica a cargo de seus participante.[818]

Democracia como republicanismo ressonante

Na segunda concepção de democracia, no caso de Rosa, em ordem de superar a alienação causada pelo populismo tardio, torna-se preciso uma "politica de adaptação", que as condições para estar aberto para o diferente em torno de um ideal de democracia ressonante. A ideia de uma democracia ressonante, cujo forma bem sucedida de autoeficácia coletiva centraria em torno de um "bem comum democrático" como uma criação de eixos de

[816] Forst, Rainer. Dynamiken des Vertrauens. Demokratie und Solidarität in der Krise", in: Frank-Walter Steinmeier (Hg.), Zur Zukunft der Demokratie. 36 Perspektiven, München: Siedler, 2022, p. 317-325.
[817] Rainer Forst. Die Herrschaft der Unvernunft. Zum Begriff der (anti-)demokratischen Regression. FGZ Working Paper Nr. 4. Leipzig: Forschungsinstitut Gesellschaftlicher Zusammenhalt. fgz-risc.de/wp-4, 2022.
[818] If it has, it is only because its discourse is connected to transnational political movements and agents who have some force, a critical force, even if only as a minority. But I think part of the problem of global justice is to determine who are the movements and agents to carry that project forward. This is the problem to which Katrin referred when she was responding to Darrel about how the anti-globalization imagination works: namely that criticizing global injustice does not imply that you endorse the same substantial vision of global justice as a project that would unite Swedes, Italians, Ghanaians, Brazilians, Canadians, Koreans and people in other places. We have to see that the left (to use this very general term) predominantly is a socialist or social democratic left that has its support within particular countries, has its projects and base there, has its democratic force there, and has its constituency there. The socialist movement and the social democratic movement always had a universalist core idea about justice, but it was mostly directed at national regimes and organizations of society, especially once the global proletarian revolution was not an option any more. So yes, there are movements against extreme forms of exploitation and terrible working conditions, there is a movement concerned with ecological issues, with climate change in particular. But is there a global movement for distributive justice? I am not so sure. Cf. Forst, Rainer. On the Role of the Political Theorist Regarding Global Injustice.Katrin Flikschuh, Rainer Forst, Darrel Moellendorf, Valentin Beck & Julian Culp - 2013 - Global Justice Theory Practice Rhetoric 6:40-53.

ressonância: um eixo social, baseado nas relações entre pessoas, um eixo material, que corresponde a relação das pessoas com seu mundo comum, e um eixo existencial, que responde a relação do mundo, história, natureza e a vida como um todo. O resultado desses eixos é um espírito comunitário como uma capacidade e abertura das pessoas e da cidade a ressonância como uma forma de autoeficácia coletiva democrática. Em primeiro lugar, Rosa afirma que essa noção de democracia não exige apenas que os membros da comunidade compartilhem certos valores e resolvam seus conflitos por meio de compromissos, mas que sejam também capazes de entrar em contato uns com os outros, mobilizando argumentos e fazendo ouvir suas vozes através de uma ação política conjunta que pode transformar as suas posições, suas vozes e até as identidades de cada atrizes e atores em ordem de criar uma comunidade compartilhada e ir além dos compromissos ou vontades da maioria. Aqui, novamente, a autoeficácia é o critério que conduz a ideia reguladora da política de um "bem comum", orientadora para um fazer-se ouvir e deixar-se alcançar pelos outros, e não meramente seus próprios interesses, como no caso da noção de um individualismo metodológico da teoria liberal hegemônica.

Em relação a dimensão politica[819] de Rosa, cabe questionar que noção de comum ou "bem comum"[820] está em jogo e constituiu a pedra angular da noção democrática de progresso político? De início, podemos afirmar que para Rosa essa perspectiva é fundamental para orientar a constituição de uma "cultura política democrática" de forma duradoura. A legitimidade política de tal ordem normativa, por assim dizer, depende de o governo produzir argumentos fortes e convincentes do que serve ao bem comum, mesmo que tais argumento e a sua determinada validez mudem com o tempo. Inspirando-se em Peter Kielmansegg, Rosa reforça que o meio que podemos evitar que o bem comum seja monopolizado pelas maiorias é que existam garantias constitucionais e limites legais para que grupos setoriais seja monopolizado por maiorias.

Em conjunto com a noção política de bem comum, Rosa acrescenta uma dimensão histórica e espacial, como aludimos anteriormente. O deslocamento temporal proposto por Rosa consiste em não recair em uma forma de presenteísmo, no momento agonístico da disputa política, mas reconhecer que há interesses de gerações futuros e, ao mesmo tempo, também, obrigações herdadas da história e das experiências do passado de uma comunidade.

---

[819] Hartmut Rosa, Politische Weltbeziehungen unter den Bedingungen sozialer Beschleunigung, in: id**., Weltbeziehungen im Zeitalter der Beschleunigung. Umrisse einer neuen Gesellschaftskritik**, Berlín, Suhrkamp, 2012, pp. 357-373.

[820] Rosa, Hartmut. Democracia y bien común. Intento de redefinición desde la teoria de la ressonância.

No contexto espacial, Rosa[821] procura recusar noções de comunidade política a nível abstrato, mas incorpora um território comum que é compartilhado a nível institucional e material através de uma relação com o espaço que o moldado politicamente: seja na pólis grega ou no estado moderno, na proteção de urso polar no ártico ou de corais no mar.

Em suma, a proposta de Rosa consiste em entender o "bem comum democrático" como uma criação de eixos de ressonância: um *eixo social*, baseado nas relações entre pessoas, um *eixo material*, que corresponde a relação das pessoas com seu mundo comum, e *um eixo existencial*, que responde a relação do mundo, história, natureza e a vida como um todo. O resultado desses eixos é um espírito comunitário como uma capacidade e abertura das pessoas e da cidade a ressonância, que poderá alcançar, se tal relação for bem-sucedida, ao bem comum, no qual todas as condições sociais e materiais, temporais e espaciais permitirem estabelecer os eixos de ressonância social, material e existencial.

Portanto, a concepção normativa de progresso político que Rosa procura estabelecer a partir de sua noção de ressonância democrática e bem comum deve ser perseguida e realizada "quando um corpo político consegue estabelecer relações de ressonância, ou, precisamente, eixos de ressonância, primeiro, entre os membros da comunidade, segundo, com as instituições comuns e práticas do mundo da vida coletivo, e terceiro, com seu passado e futuro." Em última instância, o bem comum, se entendemos como um processo bem-sucedido, deve ser visto com uma relação de ressonância, baseado na capacidade, vontade e prática de ouvir e responder de forma "autotransformadora, imprevisível e aberta".

A proposta de resolução de Rosa e sua teoria da ressonância, partindo do pressuposto de uma ontologia relacional ao invés de uma ontologia antagônica, tem como premissa que atores sociais mantem relações conflitivas ou cooperativas, empáticas ou indiferentes que não são ontologicamente predeterminadas, mas resultam de umas condições sociais e políticas. Para mediar essas relações, precisamos criar uma esfera pública baseada em processos de ressonância, e que identifique a democracia como um processo primordial entre eles.

Mas como organizar essa noção de progresso político em torno de práticas organizacionais e formas de ação política que podem responder a autoeficácia de tais ressonâncias? O conceito de uma democracia ressonante como a ideia reguladora de um bem comum desenvolve esse conceito de progresso político de forma mais propositiva. Isto é, Rosa esboça quais seriam as linhas gerais de uma estrutura institucional democrática coerente

[821] Rosa, Hartmut; Dorre, Klaus; Fraser, Nancy; Lessenich, Stephan; Becker, Karina; Ketettere, Hanna. Una conversacion. In: Becker, Karina; Ketterer, Hannah. Qué falla en la democracia? Un debate entre Klaus Dorre, Nancy Fraser, Stephan Lessenich y Hartmut Rosa. Herder, Barcelona: 2023.

baseada na experiência da ressonância que envolveria os requisitos de participação, representação e sincronização. Em primeiro lugar, no que concerne a participação, Rosa se mostra simpático as propostas de James Fishkin a respeito de um parlamentarismo e de instituições democráticas, tais como órgãos consultivos ou mesmo deliberativos cujos representantes seriam escolhidos ao acaso entres os cidadãos baseadas em sorteios.

Essa dimensão participativa, baseado em evidência empíricas, daria corpo ao projeto de Rosa de estimular práticas e experiências históricas democráticas ressonantes, baseada na dinâmica de consideração recíproca de outras posições, à medida que tais órgãos daria uma voz mais ampla aos cidadãos que os órgãos tradicionais. Além de garantir autoeficácia autotransformadora, tal prática também abriria os horizontes temporais, visto que as instituições baseadas em loterias teriam demonstrado desenvolver uma prática maus duradoura que prazos eleitorais e mandatos de sessões parlamentares.

Em segundo lugar, a dimensão da representação numa democracia ressonante não deveria seguir o padrão tradicional de um procedimento que primeiro faz pesquisas aos cidadãos, recolhendo suas demandas, e depois leva para os partidos ou governos para especialistas formarem a opinião pública a seu favor. Essa dinâmica não reflete nenhuma ressonância, segundo Rosa, mas sim um eco que não tem uma escuta e resposta reflexiva. Consiste numa relação de manipulação e posterior delegação baseada numa "voz de ninguém". Não é à toa que os críticos dessa dimensão de representação política reivindicam a retomada da liderança política como aquela voz carismática a autêntica que vai moldar a opinião pública, e não o contrário. Tal estratégia empreendida pelo populismo de direita, clama pela fusão de todas as vozes na voz do líder. Segundo Rosa, nada é menos ressonante que essa fusão. A ressonância democrática e a assimilação transformadora da comunidade que ela implica são processos. As lanças financeiras (*Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht,BaFin*), na interface entre a política e os mercados financeiros, mostram-se capazes de ressincronizar os processos políticos e os setores da sociedade regulados ou influenciados por eles, ao custo de dessincronizar decisões sempre mais políticas a partir da formação de uma vontade democrática e, portanto, também à custa de uma maior alienação política:

> A democracia só pode estabelecer-se como esfera de ressonância se conseguir imobilizar as forças da crençanalidade, é a capacidade formativa da ressonância democrática, com seus resultados abertos e sua capacidade de engendrar um senso de autoeficácia, que desempenha essa função. A condição - mento e aceleração ligados ao modo de estabilização dinâmica, permitindo assim moldar e recuperar as estruturas fundamentais - A chave para superar as forças do crescimento e recuperar nossa

> capacidade de moldar o futuro é, portanto, o estabelecimento de uma esfera intacta de ressonância democrática. No entanto, as condições geradas pela estabilização dinâmica parecem impossibilitar estruturalmente essa perspectiva e essa alternativa . fundamentos da comunidade, o futuro, o ambiente material e institucional, e ativar os eixos de ressonância. Enquanto essas forças de crescimento e aceleração liderarem o caminho, permanecerá impossível moldar o mundo, e a política democrática não permitirá que os indivíduos experimentem a autoeficácia. citado, pelo menos é o que tentei mostrar aqui.[822]

Por esta razão, a teoria política de Rosa e o seu esforço em pensar concepções democráticas de política exigem uma arena funcional para a formação de opinião pública em um espaço midiático associado. Tomar decisões políticas requer uma conexão estável e confiável com os processos de formação de vontade pública. Esses processos foram o foco do estudo influente de Habermas sobre a esfera pública. A vantagem da teoria de Rosa em pensar as transformações recentes na esfera pública, cujas causas não se limitam à comunicação por meio de mídias sociais, consiste na analise de suas consequências em três etapas: 1) por meio da teoria da ressonância e em proximidade com as ideias de Habermas, onde se busca determinar o tipo de esfera pública que uma democracia requer; 2) analisa problemas na esfera pública dominante atualmente; 3) e discute as condições para a restauração de uma "esfera pública política funcional.[823]", incluindo mudanças nas áreas de participação, representação e espaços de encontro.[824]

c. Democracia radical como neossocialismo

Conforme vimos, o diagnóstico da crítica imanente social acerca do populismo tardio de ultradireita sustenta que tal plataforma de enclausura numa ideia de povo autêntico, e, neste sentido, reproduz uma “pobreza da liberdade”, quando se é compreendida como um conceito substantivo e autorreferencial de povo, ou abstrato limitado a direitos subjetivos e a autonomia moral. Tais interpretações são manifestações de regressão social e aparecem como formas unilaterais e instrumentais de liberdade negativa e moral, dimensões egoístas e

---

[822] Rosa, Hartmut. O equívoco da ontologia social antagonista e a crise de alienação da modernidade tardia: Sobre a atualidade política da Teoria Crítica. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, *22*, e42507. 2022.
[823] Rosa, Hartmut. Democratic resonance or closed lifeworlds? Democracy and the structural transformation of the public sphere in the 21st century. Réseaux Volume 235, Issue 5, September 2022
[824] Rosa, Hartmut. Social Media Filters and Resonances: Democracy and the Contemporary Public Sphere. **Theory, Culture and Society**. Vol. 39, issue 4, 2022.

competitivas, ou excludente e hiperindividualistas, que excluem o núcleo solidário da liberdade social.Então, de modo a combater a captura populista da liberdade, Honneth oferece um modelo de democracia radical, que deriva da reconstrução normativa honnethiana, enquanto uma plataforma cooperativa-reflexiva enquanto "uma terceira avenida entre as falsas opções de um republicanismo demasiadamente ético e um procedimentalismo vazio"[825] dos modelos negativos e reflexivos aludidos anteriormente. Essa alternativa de uma democracia radical deve servir como (i.) condição normativa para a formação da vontade democrática; (ii.) oferecer uma análise das relações de poder e dos bloqueios estruturais da democratização; (iii.) e, por fim, compreender os recursos motivacionais que explicam por que os cidadãos estão lutando pela democratização da sociedade.

Inspirado na concepção de John Dewey de "democracia radical", Honneth mergulha mais fundo em um modelo de democracia que poderia atender a esses três critérios em torno de uma concepção política cooperativa e reflexiva. Por esta razão, Honneth compreende que a contribuição de Dewey para este debate consiste em fornecer uma concepção de democracia baseada em um ideal político e social compartilhado por cidadãos que se engajam cooperativamente em deliberações públicas para resolver problemas coletivos. Inspirado nessa premissa, Honneth estabelece como fundamental "encarar a ideia normativa de democracia não só como um ideal político, mas primeiramente como um ideal social" cuja concepção "radical, no futuro deve ser visto como uma contribuição cooperativa a reprodução social" baseado na participação política dentro de uma "justa organização do trabalho".

Para isso, é necessário articular uma teoria da democracia radical em torno da ideia de socialismo que inclua "a natureza, a insistência no pluralismo cultural e a temporalização da justiça em relação a gerações futuras"[826] como elementos fundamentais para uma plataforma de justiça social que combata os paradoxos da modernização capitalista. Essa prática social depende do cultivo de atitudes democráticas que se espalham pelas instituições sociais – da educação pública ao ambiente de trabalho – com o objetivo de garantir cuidadosamente a cidadania mútua e a autodeterminação de uma comunidade. Ainda, esse socialismo democrático representa mais do que apenas uma variedade moral de internacionalismo, mas deve agir como um movimento global no qual projetos locais se complementam, apoiando todos os tipos de esforços sociopolíticos que mobilizam uma pauta democrática em torno das lutas progressistas por reconhecimento.

---

[825] Honneth, 2001, p. 90-91.
[826] Honneth, Axel. The Political Identity of the Green Movement in Germany: Social- Philosophical Reflections. *Critical Horizons, 2010.*

Em sua abordagem do internacionalismo socialista, Honneth entende que intervenções experimentais em um só lugar devem melhorar as perspectivas de experimentação em outros lugares. Em muitos aspectos, as interdependências são tão fortes que as intervenções só podem ser testadas com sucesso em todo o mundo – por exemplo, a tributação global da riqueza de Thomas Piketty para fins de redistribuição sustentável. Nessa dimensão, o socialismo deve convencer seus destinatários da necessidade de descobrir o potencial de cooperação mais forte, já existente de forma oculta na ordem social, como forma de solidariedade mundial, descobrindo assim as possibilidades de alcançar a liberdade social no futuro.

Ciente desse desafio, Honneth está comprometido com uma agenda que mitigue as exclusões promovidas pelo neoliberalismo ao redor do globo, especialmente aqueles menos favorecidos que se tornam afetados pela exploração de recursos naturais no Sul global.[827] Especialmente porque, como nota Honneth, o tamanho do problema ecológico adiante nos faz repensar a escala das estratégias de transformação: “resolving the ecological challenge makes it clear that this is not manageable within the nation-state. Thus the realisation of the democratic ideal makes it necessary to cooperate with other states and to surrender national sovereignty. So, under the challenge of being able to solve certain problems a mechanism that builds up transnational cooperation and integration. [828]

De acordo com Honneth, "o que é necessário hoje, portanto, é a retomada dos projetos de reforma suprimidos ou fracassados do passado, para que com a mistura certa de imaginação institucional, realismo político-econômico e julgamento sociológico, possamos encontrar novas e mais justas formas de divisão do trabalho”[829]. Em vez disso, Honneth defendeu uma reorganização das condições de trabalho social usando meios políticos e legais, oferecendo duas estratégias para transformar e democratizar as condições de trabalho. A primeira consiste em considerar alternativas democráticas ao mercado de trabalho, que inclui a ousada e controversa ideia de um ano obrigatório de serviço público ou trabalho social obrigatório, um recurso que Honneth acredita que as sociedades democráticas possuem e com

[827] In light of all the social exclusions which the neo-liberal unleashing of capitalism spawns today (…) Any political agenda aiming for social justice must be first and foremost a politics conducted in the name and for the benefit of the socially worst off, despite the necessity of all the afore-mentioned extensions. Admittedly, this lowest social position changes, depending on the political issue that is considered for the extension of social justice (…) the socially worst off are surely the poverty-stricken masses of the Third World, who suffer from the export of pollution and the forced exploitation of energy resources in their own countries. In: Honneth, Axel. The Political Identity of the Green Movement in Germany: Social- Philosophical Reflections. *Critical Horizons, 2010.*

[828] Honneth, Axel. Freedom, solidary,democracy. p.279

[829] Honneth, 2023, p. 387.

o qual podem preservar e fortalecer o espírito da divisão do trabalho que na esteira de Satz, Honneth chama de "solidariedade forçada".

Para que, paulatinamente, se possa "abolish long-term unemployment, for example by reducing working hours, or by finding new forms of work, or by ensuring the financial recognition of voluntary activities which until now have been given too little attention[830]. A outra estratégia consistiria em limitar o controle privado do mercado de trabalho, significando um redesenho do mercado de trabalho na direção indicada, criando assim condições de trabalho mais cooperativas e, sempre que possível, projetando empregos de tal forma que não consistam em atividades estupefacientes.

Tais estratégias que Honneth [831]descreve em seu livro sobre o trabalho e uma entrevista sobre as reverberações políticas, pressupõem limitar o controle dos proprietários privados e, em vez disso, autorizar os órgãos públicos a determinar as condições de trabalho. O objetivo é permitir o máximo possível de participação dos trabalhadores – em vez de criar slogans vazios anunciando a autodeterminação. Embora hoje em dia seja muito comum que os sindicatos entendam a participação em termos de seus funcionários possuírem voto em decisões fundamentais tomadas pelos conselhos de fiscalização, Honneth, ao contrário, acha que para a participação ser significativa ela deve começar no nível mais baixo possível, que seria no nível do que costumava ser chamado de "grupos de trabalho semiautônomos".

Essa perspectiva defende que o grupo presente em um local de trabalho deve decidir autonomamente como ele funciona em conjunto, isto é, deliberam acerca de qual é a melhor forma de divisão do trabalho, a melhor maneira de regular o tempo e assim por diante. Este deve ser um processo de baixo para cima, mas também que perdure no tempo, como um processo de aprendizagem que possa ser organizado em torno de uma forma de vida democrática e transnacional. Nesse aspecto, enquanto teóricos e teóricas, o papel consistirá em "descobrir nos progressos que se tornaram uma realidade social os contornos de um processo evolutivo que comprova que as suas próprias visões continuam a ser exequíveis no futuro"[832].Não é por acaso que a crise sanitária que vivemos também deu abertura e oportunidade para um processo de aprendizado no qual a democratização da saúde pública nos tornou capazes de pensar formas de solidariedade a nível transnacional:

Não aprendemos todos relativamente rapidamente a submeter-nos a diferentes autoridades legais, por exemplo, sendo membros legais de um Estado-nação e, ao mesmo

[830] Honneth, Axel. Why the workplace is democracy's blind spot. Philonomist. 2023
[831] Celikates; Jaeggi; Honneth, 2023; Honneth, 2023.
[832] Honneth, 2017, p. 104).

tempo, de uma cidade parcialmente autorregulada? Por que não deveríamos ser capazes de ampliar essa complexa autocompreensão jurídica, tornando-nos membros legais também de uma agência transnacional parcialmente soberana com poder de decisão? Penso que os argumentos políticos que só permitem uma alternativa entre a soberania nacional, seja ela baseada na "nação" ou no "povo", e a sua negação completa, uma agência supranacional do poder político, são demasiado simples e não correspondem à complexidade política do mundo que habitamos. Nesse sentido, Honneth[833] se contrapõe aos diagnósticos de intelectuais vinculados ao paradigma agonista que denunciavam os abusos do poder do Estado em um momento em que o conhecimento de especialistas médicos e a intervenção de medidas restritivas como lockdown ou vacinação se tornava fundamental para gerir a sobrevivência de cidadãos e cidadãs em nível de vulnerabilidade. Para Honneth[834], nada é mais obsceno num momento em que um sistema de saúde eficaz é urgentemente necessário do que a lamentação triunfante dos intelectuais foucaultianos, que argumentam que o crescente biopoder do Estado democrático está constantemente limitando nossa liberdade ao invadir nossas vidas físicas.

Como argumenta Honneth, " o contrário parece verdadeiro: nós, a maioria informada dos cidadãos, aceitamos de bom grado algumas pequenas, mas não catastróficas limitações às nossas liberdades civis, a fim de nos ajudarmos mutuamente para reduzir os perigos físicos do vírus"[835] Logo, para Honneth democracia aqui vai ser aproximar de uma ideia cooperativa e reflexiva de forma de vida, não apenas como um compromisso eleitoral, regido "numa corte suprema [...] que se decide autonomamente sobre como devem ser as condições a ser reguladas em sintonia com o Estado de direito"[836] mas antes como uma forma de vida, que "significa poder fazer em cada passo central da intermediação entre o indivíduo e a sociedade a experiência de uma participação igualitária na qual a estrutura geral da participação democrática se reflete na individuação funcional de cada esfera específica"[837]. Para isso, torna-se fundamentam um processo reiterado (influenciado pela ideia de iteração de Seyla Benhabib) das condições de inclusão social nas esferas do mercado e das relações intimas.

Por exemplo, compreender a integração política da Europa na perspectiva do objetivo negativo de evitar novas irregularidades e violações de normas em solo europeu

---

[833] (Honneth, 2020b)
[834] Honneth, Axel. Will the pandemic teach us democracy? An interview with Axel Honneth. Disponivel em https://www.eurozine.com/will-the-pandemic-teach-us-democracy/ . Acesso em 20.01.2023.

[835] Honneth, Axel. Will the pandemic teach us democracy? An interview with Axel Honneth. Disponivel em https://www.eurozine.com/will-the-pandemic-teach-us-democracy/ . Acesso em 20.01.2023.
[836] Honneth, 2015b, p.487.
[837] Honneth, 2015b, p. 144-145; 128-129.

através de um mecanismo de autocontrole discursivo também altera a nossa perspectiva sobre possíveis fontes de solidariedade europeia. A solidariedade europeia, defende Honneth[838], não tem as suas raízes no acordo sobre objetivos positivos, nem em tradições culturais comuns, mas numa vontade partilhada de evitar que o pior aconteça, e isto através da introdução de uma instituição democrática que interroga a consciência moral da Europa. A memória da longa história de guerra, expulsão, exclusão e genocídio da Europa, transmitida de geração em geração, é a base da coesão social dos cidadãos europeus . A dimensão política do progresso, nesse sentido, supera a dicotomia reforma e revolução no que concerne os desenvolvimentos sociais ainda fixadas no paradigma produtivista da filosofia da história, e está vinculado a uma forma de experimentalismo histórico, que prevê formas diferentes de práxis política de concretização da liberdade social, que visem para outras esferas sociais que não somente a econômica.

O desafio de pensar uma filosofia da história que aceite os termos de um socialismo revisitado como um experimentalismo democrático dá abertura para uma compreensão do progresso como esse espaço de conquista permanente de novas liberdades e condições de controle democrático. Trata-se de um liberalismo de baixo ou um socialismo com viés liberal popular. Para isso, Honneth[839] recorre a necessidade de cada projeto que seja elabora no plano intelectual tenha apoio a um “arquivo de experiências socialistas” do passado, mas que na sua transposição prático-política, ele tenha como referência as vantagens e desvantagem de outras referências de sucesso ou fracasso do passado. No caso de Honneth[840] há ainda um sentido intergeracional que a memória social cumpre como forma redentora de uma justiça reparadora. Em seu debate com Rancière[841] essa mobilização é defendida sob a designação de "lutas internas de reconhecimento", (opostas a "lutas externas" do horizonte normativo da modernidade), as lutas progressistas que podem hoje contribuir para a formação de uma cultura política comprometida e transnacional para o desenvolvimento de uma vontade pública. Este projeto significaria a renovação democrática em termos radicais e reformistas: defender um modo democrático de vida, mas ir além das formas atuais de sua implementação, em particular por meio da cooperação livre e igualitária nos campos das relações pessoais, da atividade econômica e da formação da vontade política.

[838] Honneth, 2020c, p. 238.
[839] Honneth, 2017, p. 146.
[840] Honneth, 2015.
[841] Honneth, 2016

Tabela 2. Quadro comparativo entre criticas pós-reconstrutiva

Modelo crítico	**Reconstrução genealógica**	**Reconstrução fenomenológica**	**Reconstrução recursiva**	**Reconstrução normativa**
Representantes	Amy Allen	Hartmut Rosa	Rainer Forst	Axel Honneth
Gramática	Ética negativa; carências e desejos; Sofrimento psíquico	Ética positiva, necessidades; Alienação	Moral positiva, Justiça, Direitos	Moral negativa; desrespeito, exclusão
Influências	Sigmund Freud; Theodor Adorno; Judith Butler	Charles Taylor, Bruno Latour	John Rawls, Jurgen Habermas	Karl Polanyi, Jurgen Habermas
Progresso	Desamparo; Indeterminação, despossesão, performatividade.	Ressonância (autoeficácia)	Justificação; (autodeterminação)	Participação politica; Reconhecimento (autorrealização);
Regressão	Crise psíquica, melancolia e identificação	Ressentimento; aceleração;	Alienação democrática, nacionalismo patológico	Desdemocratização, Contrarrevolução,
Política/Democracia	Resignação ou revolução	Reformismo fraco	Reformismo fraco	Reformismo forte
Filosofia da história/ Ontologia	Nietzscheana/ Foucaultiana	Rousseauniana, Hegeliana	Kantiana, Bayleana	Kantiana; Hegeliana
Epistemologia	Contextualismo/ Antifundacionismo	Objetivismo relacional	Universalismo reflexivo	Universalismo contextualista
Metodologia	Genealogia, Dialética negativa	Reconstrução Fenomenológica	Reconstrução recursiva	Reconstrução normativa
Problemas	Criptonormativismo	Romantismo	Moralismo	Idealismo
Normatividade	Fraca	Fraca	Forte	Forte

Fonte: **o próprio autor.**

Conclusão

As teorias pós-reconstrutivas renovaram o debate da teoria critica formulando diagnósticos renovadas e alianças múltiplas em ordem de repensar suas bases normativas e

novos sentido de transformação social a luz das mudanças do capitalismo neoliberal e do desafio do populismo tardio.

No primeiro caso, a critica imanente negativa conta com a psicanalise fundamenta uma concepção de liberdade e progresso marcada pela ambiguidade constitutiva da condição pulsional humana; cuja concepção de subjetividade se torna referencia para critica a dimensão paranoica e persecutória do populistas de ultradireita e redirecionar uma concepção de democracia ambivalente que negocie de modo agonista as soluções emancipatórias. No segundo caso, a critica imanente reflexiva oferece dois modelos de liberdade progressista entre autonomia e autenticidade que fundamenta nas noções normativas de justificação e ressonância as correspondentes criticas da sociedades. O populismo na perspectiva dessas teorias diz respeito a uma forma de alienação democrática que pode ser transformada por meio de uma democracia como pratica que garante a autoeficácia ou autodeterminação de seus agentes. Por fim, no último caso, temos uma concepção de liberdade social institucionalizada em relações de reconhecimento que critica o modo pelo qual o populismo tardio produz forma patológicas de liberdade negativa e moral enquanto desenvolvimentos anômalos da esfera pública democrática. Se por um lado tais posições avançam em relações as teoria politicas agonistas e liberais, e, em alguns aspectos, aprimoram a teoria da comunicação de Habermas, podemos identificar por outro lado alguns déficit em relação a nossa desiderata de uma critica do populismo tardio.

Um balanço

No caso da critica imanente negativa, o modelo psicanalítico da critica imanente do populismo nos permite observar os processos de subjetivação e as dinâmicas de poder envolvidas nos modos de dominação da extrema direita. Ao recuperar a ideia de critica adorniana em conjunção com novos desenvolvimentos psicanalíticos, a contribuição de Allen apresenta um esforço em superar a ênfase cognitivista e racionalista da critica do populismo presente no debate contemporâneo e se aproximar de uma interpretação que coloque os afetos como centro de analise. A psicanálise e a gramática do sofrimento permitem abordar a dimensão subjetiva da dominação social causada pela regressão populista e o modo como ela é capturada e parasitada pelo neoliberalismo e a ideia de gestão dos afetos. Como vimos, Allen procura avançar nas compreensões demasiadas procedimentalista e hiperracionalistas de crítica social, como aquelas que partem de um individualismo metodológicos e teoria dos jogos para avaliar a dinâmica política que é marcada por afetos e outras dimensões subjetivas que não são analisadas a fundo no modelo liberal. Entretanto, se pensarmos a luz de nossa

tipologia de critica do populismo lançada previamente, tais contribuições apresentam limites que recaem em problemas da critica agonista e do negativismo adorniano aludidos anteriormente. Desse modo, a critica a regressão democrática atual pode ser considerada do ponto de vista de uma teoria critica da politica no mínimo impotentes, senão ineficazes.

O primeiro problema seria o *fetiche com a indeterminação e negatividade* que gera um antideliberacionismo: um abandono da ideia de razão e autonomia e promove a abertura a um pluralismo amplamente permissível e uma normativismo fraco que flerta com formas de *convencionalismo e relativismo* que jogam agua no moinho dos autoritários e nativistas do populismo. Em tempos de destruição da razão, não basta conversar e desaprender politica. Esse risco particularista, que privilegia paroquialismos alegres, que Forst chamou em outro lugar de *orientalismo reverso*, reduz a politica a uma pratica de conversação mais humilde e menos arrogante, mas retira a função que direitos humanos universais podem proteger de arbitrariedades. Recai numa espécie de normafobia e uma posição romântica e especulativa da historia que descoloniza seletivamente como forma performativa. A critica deve ter uma dimensão construtivista para além da autoproblematizacao e da desnaturalização.

O segundo diz respeito a *psicologização da politica ou o superavit psicanalítico* do diagnóstico do populismo que foca nos mecanismos que geram a divisão: ansiedade e perseguição, mas ignora as estruturas que geram e legitimam os padrões de ódio de modo historicamente e geopoliticamente situado. O problema seria, em um tempo de algoritmização*, focar nas personalidades e não nas estruturas*. Pensando nisso, Forst chama de positivismo da resistência – onde tudo se resume a narrativas - uma politica realista que flerta com um d*ecicionismo* . A esse diagnóstico, falta uma critica do capitalismo neoliberal e de como as dinâmicas econômicas e sociais promovem e reproduzem desigualdades e injustiças.

O terceiro e último aspecto problemático diz respeito o *agonismo politico conciliador* , que revela fragilidade da teoria da democracia de Allen que se resumo, muito amplamente, a negociar ambivalências. Essa concepção minimalista de democracia não tem nada a dizer do modo autoritário que mecanismo eleitorais são vilipemdiados ao redor do mundo por lideres autoritários, tampouco sobre a necessidade de *formas de mediação politica contra pós-verdade, contra a defesa de direitos fundamentais*, enfim, não diz nada sobre a infaestrurua politica da esfera publica contemporânea. A aposta em formas mais criativas de negociar conflitos beira ao *quietismo individualista e imobilista* que aposta em *politicas prefigurativas* como futuridade mas esquece da defesa da democracia. Em suma, ao invés de pensar transformação social, Allen focaria nas formas de *resistência individual contra*

heteronomia, sobretudo formas de poder que subordinam indivíduos, mas não tem nada a dizer sobre a função que instituições politicas teriam nessa dinâmica de assegurar espaços de *criatividade e reparação* – comissão da verdade no Brasil somente foi possível pela *articulação política partidária e de movimentos sociais que usaram a democracia constitucio*nal para fortalecer instituição de participação politica.

No caso da critica imanente reflexiva, embora tal abordagem perspectiva da autonomia ou da autenticidade, consiga atualizar fortes contrapontos democráticas em torno dos ideias de liberdade como autodeterminação ou autodescoberta, as suas consequências apresentam limitações em relações a um modelo mais robusto de critica social. No caso de Rosa, a recusa ao modelo de liberdade e progresso com autonomia a sua concepção de liberdade próxima da dimensão vitalista da sua critica (que em alguns círculos chama-se de novos materialismos) assume o tropo romântico [842] distante de uma noção social mais ampla e emancipatória. Isso espelha na sua critica do sua critica do populismo que não coloca no central as relações de poder econômico fundamentais para repensar a dinâmica material das formas autoritárias contemporâneas. E sua visão de democracia cujo modelo continua sendo não lutas sociais, mas experiencias estéticas[843] ou religiosas, evitando o conflito como articulação central, excluindo emoções negativas. Assim, a redução a critica emancipatória a uma ética da autenticidade, cujo objetivo seria aquele de completar o "projeto incompleto do romantismo"[844] retorna as mesmas aporias da primeira geração da teoria critica, no qual a critica perde reflexivamente seu potencial ao ser reduzido a um "anticapitalismo romântico" ou, pior, a uma ética das virtudes.

No caso de Forst, a sua ideia de liberdade reflexiva como autonomia recai num formalismo e vazio de conteúdos de praticas sociais e rotinas institucionais que o recai no mesmo problema do liberalismo: padece de uma impotência do dever-ser – onde as dinâmicas conflitas se reduzem a mera pratica de dar e oferecer razoes, negligenciando a centralidade que o dimensão material da critica deveria ter para uma teoria critica da sociedade. Ademais, a redução cognitiva do seu conceito de poder também perde de vista as dimensões irracionais

---

[842] Taylor, Charles. Resonance and the Romantic Era. A Comment on Rosa's Conception of the Good Life. In *The Good Life Beyond Growth. New Perspectives*, ed. H. Rosa and C. Henning, 55–69. London: Routledge. 2018.

[843] Chama atenção o engajamento de Rosa com exemplos musicais como formas ressonantes de emancipação. Ver sua sociologia do heavy metal como exemplo in: Rosa, Hartmut. When Monsters Roar and Angels Sing: Eine Kleine Soziologie Des Heavy Metal.

[844] Rosa, 2021. Rosa, H., C. Henning, and A. Bueno. Introduction. Critical Theory and New Materialisms - Fit, Strain or Contradiction? In *Critical Theory and New Materialisms*, org. H. Rosa, C. Henning, and A. Bueno, 1–16. London: Routledge. 2021.

que são pervasivas as relações sociais. Por esta razão, o diagnóstico o populismo tardio recai numa ausência de uma critica da economia politica, e mais precisamente, uma critica do neoliberalismo e sua influencia na crise democrática. Em vários aspectos, Forst compartilha das limitações sociológicas, senão econômicas, de pensar tal como as teorias liberais o populismo a partir do prisma da crise da democracia sem o colocar no contexto maior de uma nova reorganização da sociedade em termos de financeirização da vida. Isso gerou o que Fraser chamou um "turvamento da fronteira, antes clara, que separava do liberalismo igualitário"[845]. No segundo caso, relativo à dimensão de normatividade e sua concepção de liberdade reflexiva, a critica a noção de uma critica externa e construtivista ainda continua sendo pertinente. A forma que Forst localiza seus princípios morais de justificação descolado da história, e amarrado a ideia de razão prática, gera ao menos três desenvolvimentos problemáticos: *Universalismo paroquial*: Reconhecimento e tolerância são experiencia somente desenvolvidas na modernidade europeia; *Reduction ad respectum*: que subtrai toda posição política a uma ideia neokantiana de respeito por pessoas, e, por fim, *abuso do rigorismo kantiano*: não levam a um acordo em relação a lista de direitos básicos[846].

No ultimo caso, da transformação, Forst ainda se mantem preso a dinâmica da democracia liberal, déficit de imaginação politica e de experimentalismo institucional, que em raros casos acopla um sentido politico mais enfático. Ainda assim não fica claro quais as linhas gerias de uma teoria democrática em Forst, e, em que sentido, a ideia de democracia como prática da justiça e de garantia de justificação reciproca possa ser melhor que os procedimento deliberativos liberais e comunicativos e do conflitos antagonista de uma democracia agonista. Diante desses limites da nova crítica imanente da sociedade em relação ao populismo tardio, na próxima e derradeira seção o objetivo será conectar as potencialidade que o modelo de uma crítica pós-reconstrutiva, calcada numa concepção de liberdade social, pode oferecer como instrumento teórico para pensar a realidade da periferia do capitalismo global.

---

[845] Fraser, Nancy: Jaeggi, Rahel. Capitalismo em debate. Boitempo São Pauolo: 2018.

[846] Essa crítica ressoa uma objeção de Habermas a esta hipermoralização da política, que afirma que "Rainer Forst assumes that the founding fathers and mothers are intrinsically moral persons. As such they feel committed to human rights and bring these morally justified rights into their constitution-making practice in order to implement them as civil rights and to establish the process of democratic legislation, among other things. In this way, however, the liberal priority of human rights would be translated into the paternalism of an assembly of morally pre-programmed founders who cannot proceed democratically because the system of rights and the democratic procedure first established along with this system would be a function of their antecedent moral wisdom that they bring to bear prior to any political deliberations." Habermas, Jurgen. "Reply to my Critics," in (org.) ed. by James Gordon Finlayson e Fabian Freyenhagen ¨ **Habermas and Rawls: Disputing the Political**, New York and London: Routledge, 2011, p.296.

9. Por uma crítica imanente do populismo na periferia

A periferia é onde o futuro se revela.
Mark Fisher

A construção de mitos políticos é marca indelével da tradição autoritária brasileira[847]. Presente de forma arraigada na memória social nacional, o grito pela liberdade às margens plácidas do rio Ipiranga, evento que marca a libertação tupiniquim das amarras coloniais, pode ser considerado o mito fundante mais representativo da linhagem de apropriação política de um vocabulário emancipatório. Uma história ao revés composta por políticos paladinos e líderes predestinados que pairam acima de cidadãos e de pactos republicanos. Uma nação cuja comunidade política imaginada se erigiu a partir de símbolos que mascaram vozes silenciadas, personagens invisibilizados, narrativas forjadas em nome da manutenção de hierarquias coloniais.

Independência ou Morte! Tal brado retumbante estaria, desde a cena criada pelo quadro de Pedro Américo de "7 de setembro de 1822" até o pronunciamento que serve de epigrafe a este texto que reproduz um discurso de "7 de setembro de 2022", permeado por sequestros, apropriações e inversões. Conforme relatam os historiadores Carlos Lima Jr, Lilia Schwarcz e Lucia Strumpf, o evento e as ilustrações da independência brasileira passaram por diferentes versões e construções: a primeira, de tonalidade palaciana e monárquica, cujo protagonismo foi de Dom Pedro I, ficou vinculado a história do Império, que chamou para si "o protagonismo na luta pela liberdade da colônia diante do jugo da metrópole portuguesa e apagou qualquer vestígio ou ruido de dissidência"[848].

Depois, em seu centenário, a tela e o evento tornaram-se palco de uma disputa entre Rio de Janeiro e a desconhecida província de São Paulo, entre a coroação de d.Pedro I na então capital do Brasil e o ato simbólico do Brado do Ipiranga, com vista de sequestrar o símbolo de emancipação politica agora para a narrativa dos bandeirantes. Já no Sesquicentenário, em plena ditadura, vemos o ato ser reduzido a uma cena de caserna, um

[847] Chaui, Marilena. "Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados", 6 Evelina Dagnino (org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1994.
[848] Lima Jr, Carlos; Schwarcz, Lilia; Stumpf, Lucia**. O sequestro da independência.** Uma historia da construção do mito do Sete de Setembro. Companhia das letras, 2022. p. 282

sequestro militar da independência, mobilizado o ufanismo a favor do suposto milagre econômico que escamoteava as torturas e mortes dos anos de chumbo.

Por fim, chegamos ao mais recente "sete de setembro de 2022", este ainda latente no imaginário de quem passou pelo trauma da recente regressão democrática, politicamente incorporado através do brado da liberdade ou morte ao aparelho de propaganda do governo de Jair Bolsonaro. Prova disso é o trecho do discurso de Bolsonaro que marca a epígrafe desse capítulo e retoma o brado sequestrado: "nem tudo está perdido, somente com a morte". O respaldo de uma nova formação pública o elevou a um mártir inaudito do patriotismo e um libelo libertário de nossa história recente.

Retomando a mesma frase utilizada na comemoração do bicentenário da independência, a narrativa consiste na ideia de que o próprio seria o Messias que estaria "nos libertando" da tirania dos ministros do STF e do establishment que pretende acabar com liberdades politicas no Brasil. Não foi mera coincidência que a evocação da liberdade e a convocação do povo as ruas precedeu a bárbara invasão dos chamados "patriotas" na praça dos três poderes em Brasília – a rebelião dos manés[849].Tal chamamento ao povo para defender a liberdade até a morte não foi uma coloração local.

Inspirado nas marchas pela liberdade da ditadura militar e, mais recentemente, nas passeatas pela liberdade de apoiadores trumpistas que estavam presentes na invasão ao capitólio do 6 de janeiro, o discurso foi proferido dois meses após o resultado de sua derrota no pleito de 2022. Logo, quando Bolsonaro[850] diz que a liberdade é mais importante que a vida e a reduz para defender que o povo a equivale a defesa de armamento individual, ou quando Trump afirma que a liberdade que unifica a alma[851] e a defende para cometer injurias contra minorias como um povo inferior, temos uma retorica populista de acordo com o que os seus ideólogos revelam ser o núcleo propagandístico de seus movimentos[852].

Este fenômeno nomeado aqui de "hackeamento" da liberdade, ressignifica uma metáfora mais ampla do processo de gameficação da vida social na forma de um digital

---

[849] Arantes, Frias, Meneses, 8/1 A rebelião dos manes – ou a esquerda e a direita nos espelhos de Brasília.Sao Paulo: Editora Hedra, 2024.

[850] No discurso de 7 de Setembro de 2022, Bolsonaro afirma: "*Nossa vida tem valor, mas tem algo com muito mais valoroso do que a nossa vida, que é a nossa liberdade. Além das Forças Armadas, defendo o armamento individual para o nosso povo, para que tentações não passem na cabeça de governantes para assumir o poder de forma absoluta. Temos exemplo na América Latina. Não queremos repeti-los. Confiando no povo, confiando nas Forças Armadas, esse mal cada vez mais se afasta de nós."*

[851] Trump, Donald. Freedom unifies the soul. **The Guardian**. Disponivel em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/feb/04/freedom-unifies-the-soul-trumps-state-of-the-union-speechwriters-have-thrown-in-the-towel

[852] Bannon, Steve. My Unsettling interview with Steve Bannon. **Ny Times**. Disponível em: https://www.nytimes.com/2024/07/01/opinion/steve-bannon-trump.html

sequestro do vocabulário politico progressista, mobilizando o potencial das redes para ressignificar a gramática oriunda de lutas sociais pela liberdade para formas de reforço a dominação vigente. A questão que fica é precisamente como criticar o populismo tardio brasileiro a luz de suas especificidades e demandas metodológicas? Para compreender o modo que o fenômeno do populismo tardio se instaurou no contexto brasileiro, neste derradeiro capítulo, lançando mão de um caráter especulativo, abordaremos elementos de uma critica reconstrutiva que leve adiante uma análise e um sentido emancipatório para o populismo tardio na sua feição nacional.

Pela extensão do trabalho até aqui, apenas algumas notas serão compartilhadas como elementos para um projeto futuro de fundamentação. Para além da Escola do Professor Horkheiemer, mobilizo três teóricos brasileiros que vem pensando uma reconstrução com reserva dialética do problema do populismo tardio: Paulo Arantes, Ruy Fausto e Marcos Nobre. Antes de tudo um disclaimer. Devo pedir perdão sobretudo pela dimensão paroquial das reflexões seguintes e da matéria de análise que toma como influxo a feição de uma cultura nacional muito particular, para não dizer paulistocêntrica. (Ainda assim, trata-se de uma parcela muito selecionada da cultura uspiana, que exclui o marxismo petista-espinosiano de Chauí, o marxismo militante de Sader e Quartim, entre muitos outros).

Contudo, uma teoria critica brasileira da política necessita, por força de sua vocação ilustrada, evitar ser o fazendeiro do ar e assumir, em alguma medida, uma coloração paroquial. Justifico. Nossa realidade periférica e dependente que se reflete em nossa história de dominação colonial se sobrepõe a qualquer movimento freestanding de ancoramento de um horizonte emancipatório normativo.

Por esta razão, o recorte aqui proposto está circunscrito a uma experiência intelectual da filosofia critica acadêmica surgida na Universidade de São Paulo nos anos 1960. Nesse contexto, um grupo de estudantes e professores reproduziam uma série de técnicas intelectuais criteriosamente importadas dos mestres franceses estruturalistas (Gaston Granger, Victor Goldschmidt, Martial Gueroult, Jean Maugue) que influenciaram o Departamento de Filosofia da rua Maria Antônia. Composta por Jose Arthur Giannotti, Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Octavio Ianni, Roberto Schwarz, Michael Lowy, Bento Prado Junior, Ruy Fausto, entre outros. E neste sentido que dialética como método e crítica do progresso na periferia do capitalismo se encontram como análise politica dos processos sempre bloqueados ou ideológicos de modernização. E aqui tomo emprestado uma compreensão da politica próxima de Oscar Negt e Alexander Kluge: politica é a capacidade

de dar uma resposta comensurável aos problemas tendo como horizonte uma emancipação da dominação vigente.

Neste contexto, o que se convencionou chamar de paradigma do populismo[853] esteva no horizonte no capítulo brasileiro do marxismo ocidental, por assim dizer. Meu argumento, ainda muito incipientemente esboçado, passa pela identificação, não a necessária pertinência, da dicotomia reforma e revolução ainda no pensamento politico desses representantes de uma teoria critica brasileira e de uma vertente de certa herança uspiana. Defendo, ao fim, que falta a essas perspectivas um sentido de progresso e de alternativa política próxima ao que entendemos como uma noção desinflacionada de progresso politico e de democratização radical da sociedade conduzida pelos movimentos sociais em sua pluralidade emancipatória.

A partir dessas referências, em primeiro lugar, intenta-se situar uma concepção de liberdade social e um procedimento metodológico que possa tomar tal experiência como ancoramento normativo de crítica em torno de uma ideia desinflacionada de progresso. Em seguida, será mobilizado um diagnóstico da captura dessa liberdade pelo populismo tardio brasileiro, representado pela experiência bolsonarista. Por fim, de modo a pensar uma contraponto político a este fenômeno regressivo, será contraposto uma ideia de democracia radical como transformação social na periferia do capitalismo.

9.1.Liberdade social e reconstrução com reserva dialética

A categoria analítica de reconhecimento, conforme teorizada por Honneth, ainda pode server de orientação teórica para pensar como a liberdade ainda pode ser considerado um valor progressista na esfera publica democratica do Brasil. Para Honneth, “a emancipação destina-se a trazer algum tipo de melhoria das condições de vida existentes ou um aumento na liberdade humana”. E isso requer uma consciente de que a história de um continente como a Europa não tem sido “uma história alegre sobre progresso moral e conquista civilizacional: “pensar que o passado da Europa é uma história brilhante de justiça e liberdade em constante expansão é enganar-se grosseiramente sobre os crimes que se estendem das guerras de religião, colonialismo e "acumulação primitiva" ao Holocausto.”

Em sua leitura sobre o colonialismo, Honneth enfatiza que “ a maioria dos casos de progresso moral nesta região do mundo seguiu alguma atrocidade, e tomou a forma de uma

[853] IanniI, Octavio**. O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

reflexão sobre os princípios morais que poderiam tê-la evitado"[854]. Se a perspectiva de Honneth acerca do progresso pode se traduzir em um "excedente de validade", decorrentes da institucionalização das formas de inclusão e individualização das esferas da modernidade a partir de conflitos e lutas que exigem um reconhecimento mais amplo da sociedade, podemos dizer que, politicamente, esse modelo é consistente com o que Honneth concebe como requisito para um projeto atualizado de progresso, na medida em que se trata de uma perspectiva fragmentada, pragmática e processual. Essa forma de modéstia teórica, no sentido de limitar os domínios políticos da análise, é diferente das premissas grandiosas do progresso civilizacional, que concebem o progresso como meio de aprender a resolver problemas a nível institucional, e também difere das concepções lineares e unitárias. Por fim, insiste que a dinâmica do progresso é processual e trans histórica, em vez de substancial, imutável e fixa.

Pensar em lutas por reconhecimento progressistas como fundamento dessa concepção de liberdade social torna-se, portanto, base para critica social local fundamentar uma esfera publica democrática e das instituições socias que a compõe[855] em torno de pressupostos sociais que garantem a autorrealização coletiva de atrizes e atores socias. Contudo, a relação entre modernidade e progresso[856] na periferia do capitalismo nem sempre acompanha uma narrativa de autonomia e autodeterminação. Muitas, pelo contraria, trata-se de uma força legitimadora de opressão, subordinação e exploração colonial. Neste sentido, como bem nota Gustavo Cunha, uma ressalva dialética na reconstrução honnethiana é importante para pensar o contexto de funcionamento dos valores normativos no Brasil.

Partindo da reflexão acerca de uma "coexistência estabilizada" nas classes sociais brasileira proposta por Roberto Schwarz, Cunha[857] nota como "a importação do liberalismo pelas elites nacionais que desejavam se inserir no concerto das noções chova-se com a reprodução das antigas formas de exploração do trabalho".

Pensar um sentido de liberdade progressista na realidade nacional depende das formas de herança colonial que servem como "compensação simbólica do arbítrio", ou como as formas de reconhecimento, assumem, um caráter regressivo e ideológico pelo passado escravagista. Tal sistema ideológico pressupõe uma compreensão das relações sociais de

---

[854] Honneth, 2020, p. 234.

[855] Lamounier, Bolívar. A questão institucional brasileira. *In*: Nohlen, D. (orgs.). **Presidencialismo ou parlamentarismo**: perspectivas sobre a reorganização ins- titucional brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

[856] Paulani, Leda. Modernity and capitalist progress in the periphery. European Journal of Social Theory, 19(2), 2015.

[857] Souza, L. G. da C. de. Usos do reconhecimento em Roberto Schwarz: tentativa de uma aproximação. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, *74*, 147-161,2019.

reconhecimento marcada pela lógica do favor como mecanismo de legitimação das elites e oligarquias nacionais. A essa forma social distorcida permeada por patologias sociais estruturais do caráter autoritário brasileiro, teóricos como Lelia Gonzalez, Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos remontaram a herança escravocrata ainda presente nas instituições e praticas sociais ditas modernas.

Como reforça González, a gênese desse sistema reificante remonta a figura colonial e escravocrata da mucamba: ela seria o paradigma do racismo e sexismo brasileiro, pois sendo na dinâmica violenta colonizadora uma mulata consumível, doméstica, por um lado, porque limpa tudo e mãe preta (símbolo da docilidade e ternura ideológica e ao mesmo tempo como versão feminina do Uncle tom) porque a mulher branca não cuida da prole, por outro. Assim, o reconhecimento do corpo negro da mulher brasileira mantém, portanto, essa ambiguidade característica de uma experiência racista da neurose cultural: alvo da libido e da fantasia subjugadora do homem branco, pois a mulher negra é desejada no carnaval como objeto público e exposto, logo, vulnerável, e ao mesmo tempo, um reconhecimento da servidão e do trabalho escravo. Na mesma medida, Guerreiro identifica na lusotropicologia um sintoma da patologia social do branco[858] "consiste em que, no Brasil, principalmente naquelas regiões (norte e nordeste do Brasil), as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua auto-avaliação estética, um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva. E é este desequilíbrio na auto-estimação, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico. Na verdade, afeta a brasileiros escuros e claros." Por esta razão, a parcialidade do reconhecimento requer representar o sentido de universalismo que fundamenta tal categoria de liberdade social e progresso no Brasil.

Uma ideia de liberdade progressista não etnocêntrica

Uma concepção de liberdade progressista que surja do contexto de nossa formação colonial e dependente e molde uma noção crítica de análise social deve levar em conta que "a tarefa de uma teoria critica não consiste tanto em assegurar um conjunto de direitos subjetivos fundamentais individuais ou os valores da eticidade vigente, mas sim as condições materiais, institucionais e simbólicas para a exisntecia de uma esfera publica"[859] Neste caso, não se trata de vincular uma concepção negativa liberal ou tampouco agonista ética para pensar nossa

[858] Guerreiro Ramos, Alberto. Patologia social do 'branco' brasileiro". In: Guerreiro Ramos, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957. p.177.
[859] Werle, 2023, p.130

experiência local, mas partir de uma concepção de liberdade social que encontra nas instituições da modernização parcial ou regressiva brasileira uma esfera pública que somente encontrou seu poder deliberativa no processo de redemocratização brasileira.

A ideia de progresso perpassa as reflexões de Ruy Fausto acerca dos impasses da dialética e da filosofia da história marxista, bem como da tradição socialista na totalidade. Fausto acerta ser possível utilizar o progresso como padrão de avaliação auto evidente da democracia: "De minha parte, acho que é possível julgar, e que esse julgamento não vem necessariamente afetado de relativismo e comprometido por causa deste."[860]. Trata-se de uma minuciosa investigação acerca do alcance, das promessas e deturpações de uma tradições que prezaria, segundo Fausto, pela "igualdade, liberdade, solidariedade, respeito mutuo entre cidadãos e governantes, e justiça social", enfim, tudo que estaria na base da tradição da esquerda mundial e que, não necessariamente se degenerou de uma condição antes pura (Fausto lembre que o jacobinismo robespierrista do Terror já rondava na sua origem), mas que foi patologicamente deturpado pelas experiências que nosso filosofo tratou sob a rubrica de totalitarismo igualitarista".

O caráter dessa intervenção, adverte Fausto, parte de uma minuciosa investigação eminentemente critica, que, todavia, pode ser prolongar em um desenvolvimento programático, o que veremos mais adiante. Cabe dizer, neste momento, que a dimensão negativa que sublinho no projeto de Fausto, privilegiava, antes de tudo, uma critica dos erros e das ilusões, (o que em entrevista a Silvio Rosa, Fausto confessa ser uma influencia benjaminiana: "*O miolo do primeiro texto desse livro é um pouco a crítica de Benjamin. Ou uma espécie de radicalização das Teses de Benjamin. Este critica a social-democracia e o continuísmo histórico dos reformistas, mas não critica o bolchevismo, e as ilusões históricas dos comunistas (fora vagas alusões). E todo mundo repete o que ele escreveu, em lugar de repensar tudo*"[861]. Portanto, uma revisão reflexiva do que nosso filosofo indicava ser as figuras aberrantes encarnadas nas experiências esquerdistas da história do século XX. Em outras palavras, os déficits democráticos do marxismo revolucionário e do marxismo reformista que chegou ao poder (no caso o tucano e petista). A linguagem de regressão da abertura para uma gramática de patologias, sendo três as doenças que atravancariam o

[860]Fausto, p. XV, 2017.
[861] Fausto, p.261, Primeiros Escritos, São Paulo, n. 8, 2017. Em *Caminhos da Esquerda,* Fausto reforça contudo um limite da critica benjaminiana: ela se volta apenas para a ingênua concepção otimista da social democracia, mas deixa de lado os abusos do revolucionismo.

progresso do campo da esquerda: neototalitarismo, o reformismo adesista, e, finalmente, o populismo.

No primeiro caso, ao se referir a tais desvios históricos como formas ideológicas de progresso, Fausto opera uma história dos abusos totalitários que o chamado socialismo de caserna operou como experiencia de um "Estado em que se negam todas as liberdades civis e políticas e que tem como projeto uma dominação total do indivíduo" e ocasionou catástrofes como resultado dessa concepção ultrapassada e autoritária de progresso: a fome stalinista dos anos 1930 que atingiu a Ucrânia e o sul da Rússia e o "Grande salto para frente", o hiperbólico projeto do maoismo entre 1958 e 1961 e as aventuras genocidas de Pol Pot no Camboja[862]. Em texto que rechaça a posição de uma parcela da esquerda em apoio ao regime ditatorial da coreia do Norte, Fausto não poupa a linguagem do retrocesso e da regressão para caracterizar o regime como o inverso de toda promessa emancipatório que havia se anunciado na revolução francesa:

> Se esse historiador se dispusesse a refletir um momento que fosse, se daria conta de que o regime norte-coreano é claramente *regressivo* em termos de uma história crítica. Se ele tiver presente o que ocorreu no ano de 1789, eu lhe diria que o poder norte-coreano representa, em termos de liberdade e também de igualdade (pelo menos de igualdade política), uma regressão de uns cem anos em relação aos princípios de 1789. E, no entanto, o historiador reconhece esse regime como socialista, e sua ideologia é legitimada porque estaria a serviço da autonomia econômica e da soberania política do país. Enfim, o regime é implícito ou explicitamente incorporado, como um componente respeitável do campo "progressista". Trocada em miúdos, a razão desse enorme engano político parece estar em um raciocínio vicioso que, ainda por cima, articula uma premissa de verdade duvidosa. Assim: os maiores adversários do progresso social seriam os americanos, a Coreia do Norte é um dos regimes que mais se chocam com o governo americano, logo a Coreia do Norte encarna bem o progresso social, e por isso merece ser

[862] Ibid. Isso não significa que Fausto seja abertamente antirrevolucionario, como sugeriu Safatle em um debate. Conforme o proprio autor se defente, o problema seria o destino autoritario e totalitario destas revolucoes: Não sou contra a revolução de 1848, nem contra a Comuna,nem contra a revolução russa de Fevereiro, nem contra as revoluções árabes, nem contra as revoluções "de veludo" no Leste, nem contra… Nem acho que "as revoluções tenham sido projetos, em sua essência, totalitários" (ib.). Nunca disse isso, nem poderia dizer. O problema (além do terror robespierrista, que não se confunde com o conjunto da Revolução Francesa) é o destino de certas revoluções, ou de certos movimentos considerados como tais, ou, mais especificamente, o do significado da chamada revolução de outubro"

> defendida… Acho que não é difícil explicar o que não funciona nesse raciocínio[863]

O esforço de Fausto seria evitar as dicotomias ou o dualismo que padecia a esquerda entre adotar um regime imperialista ou um ditatorial. Para além desses polos, o caráter radicalmente democrático de Fausto concedia a necessidade do terceiro excluído: "Ora, o princípio do terceiro excluído nunca valeu em matéria de política, e hoje vale menos do que nunca. Os inimigos dos nossos – eventuais -– inimigos não são necessariamente, nem mesmo em geral, nossos amigos. Não há apenas uma força reacionária ou antiprogressista na história contemporânea. Há várias e de conteúdo múltiplo.".

Ao mesmo tempo, Fausto como avido consumidor do debate da esquerda contemporânea, tinha no seu radar uma preocupação relativa às continuações e popularizações das ideologias do progresso - chamadas aqui de patologias - que ainda flertavam com os resíduos de um totalitarismo que marcou a experiência do leninismo, do trotskismo, do maoismo, do stalinismo e do castrismo.

Essa critica se voltava para a tradição de esquerda brasileira e de partidos que flertavam com as tendencias do socialismo soviético na época de seu regime, bem como daqueles partidos que ainda hoje simpatizam com regimes totalitarismo, e, também, no campo acadêmico, rastreando no debate de esquerda desde o perigo do neomaoismo de Alain Badiou e sua reivindicação de praticas similares ao período da revolução Cultural e o neoleninismo com flertes neosstalinistas de Slavoj Zizek e Vladimir Safatle, ate mesmo nas praticas autoritárias do que Fausto identifica estar presente na virulência e violência de ativistas universitários (aqui ele faz referencia a estudantes monarquista e de partidos de extrema esquerda).

9.2. Populismo tardio como patologia da esfera pública (III)

Na reconstrução histórica de Ruy Fausto, o populismo no Brasil teve dois ciclos: o getulismo e o PT. O primeiro momento getulista pode ser divido em dois: um como fruto progressista da mobilização de um conjunto de forcas na derrocada das oligarquias de São Paulo e de Minas pondo fim a republica velha. Nessa fase, o populismo serviu como impulsionador do desenvolvimento nacional, deu garantias a mais pobres, mas sempre

[863] Fausto, Ruy. Radicalismo. Serrote, n. 15, nov. 2013. Disponível em: https://www.revistaserrote.com.br/2014/10/radicalismo-por-ruy-fausto/. Acesso em: 12 jun. 2024.

operando de forma paternalista e autocrática. Já em 1937, o populismo varguista assumiu com o golpe o caráter autocrático e fascistizante, que por um lado deu vantagens as massas, mas também as classes dominantes, caindo em 1945, vitima, segundo Fausto, de suas próprias ambiguidades. Apesar de voltar em 1950, a interrupção deve projeto se deu pelo suicídio trágico do próprio em 1954. O populismo varguista teria se prolongado no governo Jango, quando estes pós em pratica um projeto de reformas (com o Brizola a sua esquerda mobilizando as massas em um movimento neototalitario). O fim desse projeto se deu com a ditadura civil militar e o pacto das classes dominantes, reaparecendo somente na redemocratização, com a fundação do PDT de Brizola.

O segundo ciclo do populismo surge com o PT, não no seu contexto de atuação na redemocratização, que teria como composição os movimentos sindicais, a intelectualidade e grupos católicos radicalizados, e uma forca, de inicio, antipopulista, rejeitando o trabalhismo varguista ou janguista em favor de uma base anticapitalista e antitotalitaria que formavam o sindicalismo independente de Lula. Na narrativa de Fausto, a alergia as praticas anticorrupção estava na base inédita da esquerda petista, enquanto essa pauta era de fato da direita conservadora. Contudo, a aliança com o PMDB, este pivô da politica brasileira, encarnara a corrupção endêmica. A partir da eleição de Lula de 2002 e a carta dos brasileiros, a conciliação de classes se torna uma pratica populista que, mesmo comprometida com distribuição de renda (bolsa família, valorização do salário mínimo, credito popular), cedo a reformas fiscais e ao laicismo dominante do sistema politico brasileiro. Essa história tem continuação da eleição de Dilma Rousseff, embora o populismo de Dilma não consiga reproduzir a conciliação de contratos e o nacional-desenvolvimentismo de Lula, o que a leva sofrer o impeachment e golpe.

E o lulismo, seria populista? Para Fausto sim, um “populismo atípico” (p.62, 2017) o elemento do carisma estaria presente, assim como o laxismo, mas não na forma autoritária presente em outras manifestações de Chaves, Peron ou Vargas. Para Fausto, mutatis mutandis, a politica dos neototalitarismos e do adesismo estaria próxima do populismo lulista por levar adiante um sistema errado de poder e de administração que desviava de todo projeto inicial do partido. Embora reconheça progressos sociais na politica redistributiva e a criação de uma atmosfera democrática, Fausto questionava (e muita vezes antagonizava com Marilena Chauí, a quem se referia como intelectual populista) os limites dessa democracia (como na brutal repressão do governo com os dois grandes eventos esportivos) e nas praticas de corrupção de deputados, desvio de dinheiro publico venda de cargos para sustentar o poder.

No caso do populismo de direita, Fausto em 2017 passou a teorizar como a ascensão do trumpismo deu guinada a uma cultura politica impulsionada por um movimento global da extrema direita. No Brasil, Fausto identificaria também os porta vozes dessa onde neoconservadora em agitadores como Olavo de Carvalho, Denis Rosenfeld, Luiz Felipe Ponde (Zizek da direita) e Reinaldo Azevedo (hoje convertido a uma centro esquerda) e o seu estilo de retorica e as figuras sofisticas que perpassam tais defesas do status quo, quando não, da regressão. Neste último ponto, Fausto localiza do discurso direitista uma defesa ideológica do progresso técnico, que legitimaria atrocidades como guerras ou formas de violência arbitraria, algo que do ponto de vista da esquerda, que defenderia, segundo o autor, uma noção de progresso social, estaria dissociada, vista que esta tradição privilegiaria as lutas sociais por redução da jornada do trabalho ou da democracia e seu caráter pacifista.

Neste momento, Fausto consegue apresentar um movimento que posteriormente o ornitorrinco bolsolavista se apropriaria: o fascismo seria contra o progresso social, pois, quando não se mobiliza a ideia de progresso técnico para o extermínio (no caso da ameaça nuclear), a extrema direita reproduz um antiprogressismo que tem núcleo antimoderno e tradicionalista, e que requer um movimento de retorno a um passado idílico e hierárquico (geralmente por argumento antissemitas, racistas e espiritualistas).

Contra isso, Fausto cita a necessidade de "uma filosofia complexa da história, na qual, longe dos simplismos, se reconheçam linhas de progresso coexistindo com regressões, a saber, a desigualdade social crescente, as crises econômicas, agressões ao meio ambiente e ameaça a sobrevivência da espécie."[864]. A partir de um mapeamento da nova direita e sua se debruçou a polemizar com os arautos do bolsonarismo e dissecar, em seus últimos textos, o que o autor chama de uma "revolução conservadora" perpetuada pelo ethos miliciano e conjunção com o aparato neoliberal nacional:

> Teríamos, assim, uma espécie de quadrilátero: um losango disposto na vertical. No vértice superior, Bolsonaro, seus filhos e o mestre de todos eles, Olavo de Carvalho. No inferior, a fração das Forças Armadas que os segue. Nos dois vértices laterais, a base religiosa, com seus líderes e fiéis, e, no outro, certas figuras do Judiciário, que se dispõem a colaborar com o regime. Essa seria a ilustração da estrutura de poder de uma eventual democratura no Brasil. Ali há grosso modo duas tendências. Uma, mais radical, como a descrita, e outra mais moderada.

[864] Fausto, 2017, p. 54.

Curiosamente, o populismo não teria como característica a associação neoliberal que teve no caso do trumpismo e bolsonarismo. Trataria de um casamento de ocasião unindo interesses que foram fundamentais para uma nova forma politica especifico dom populismo de direita contemporâneo: a democratura:

> De fato, para vários analistas, o fenômeno "neoliberalismo" é a chave explicativa não só do que aconteceu no Brasil, mas também nos casos aparentemente análogos, como as vitórias de Trump (Estados Unidos), Salviani (Itália), Duterte (Filipinas) e Orbán (Hungria). Embora isso possa parecer uma solução fácil, penso que é preciso ter em mente as duas tendências, porém num contexto explicativo que se volte mais para a descontinuidade. A democratura não provém do neoliberalismo, e o neoliberalismo é ainda menos um produto da democratura. Tudo se passa como se os adeptos desta última, com frequência depois de alguma hesitação, e às vezes de forma imperfeita, adotassem a pauta neoliberal. O vetor que conduz de uma posição à outra, operando eventualmente uma confluência, ou pelo menos uma frente comum entre elas, deve ser a "opressão". Os neoliberais, em princípio, não são especialmente receptivos ao fanatismo neoautocrático, embora já entre os clássicos do neoliberalismo aparecessem tendências autocráticas: a democracia como obstáculo ao mercado. Só que surgiram crises, as quais a ideologia corrente da direita tout court tem dificuldade em resolver. Setores privilegiados da população abandonam os partidos de direita, em proveito dos de extrema direita. [865]

Para Paulo Arantes, o caráter revolucionário do bolsonarismo segue uma toada similar. Em suas intervenções, Arantes adota, na esteira da ideia de "guerras de baixa intensidade", o conceito de uma democracia de baixa intensidade, e relaciona outro fenômeno populista como causador também da emergência da extrema direita no poder, a saber, o lulismo. A origem teria sido a captura da esquerda institucional dos movimentos sociais e de um potencial agonístico na esfera publico por um modelo de gestão d politica por concessões ou por

[865] Fausto, Ruy e Araújo, Cicero. "Sombras e luzes à esquerda". In: Fornazieri et alii (orgs). A crise das esquerdas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

conciliação típico da tradição populista que remonta o varguismo. Essa prática, para Arantes, teria desmobilizado as classes populares em seu afã progressista e aberto os porões da direita:

> Não dá para continuar ignorando a expressiva votação da direita no campo popular. Quer dizer, aos poucos o pacto conservador que emoldurou o lulismo está reconduzindo o voto popular ao seu trilho histórico, desde a orfandade varguista. Um ano ou dois antes de Junho já não eram mais tão raros os coletivos militantes na periferia de São Paulo que ao relatarem sua condição de estafa e desespero, ressaltavam um quadro de fundo de preconceito, fobias políticas e vale-tudo de todos os gêneros. Portanto devagar com o andor quando uma direita popular se insurge contra os pretensos vermelhos governistas.[866]

E neste sentido que aquilo que Singer, em outros momentos chama de reformismo fraco do lulismo, significa para Arantes uma cooptação ideológica das classes populares em função de uma politica populista desarticuladora do campo mais radical da esquerda:

> O que o PT não fez em mais de trinta anos de hegemonia à esquerda, não seria um similar em ponto menor que chamaria para si a responsabilidade de tirar o atraso. O que significaria hoje apresentar-se como "depositário da esperança de reformas reais"? Francamente. O etc. que fecha a pergunta já diz tudo, abrevia a canseira retórica inútil de enumerar todos os pontos clássicos de uma plataforma vencida. Não foi por crueldade social que o lulismo enterrou a reforma agrária, ou realizou uma verdadeira antirreforma urbana, coroada pelo monstrengo do Minha Casa Minha Vida, que deixa no chinelo os BNHs militares. Foi o que acabamos de ver. Enquanto um sonho de época se desfazia, um outro decolava. E não por acaso ambos giravam em torno de um sonho encravado no imaginário possessivo capitalista, o da casa própria. Quando se diz que o Brasil mudou, é para valer, não se trata de maré conjuntural. A partir do momento em que despertamos do sonho de uma sociedade do trabalho em construção, deixamos de ser uma comunidade política de expectativas imaginadas e nos tornamos uma comunidade de escolhas de produtos políticos oferecidos pelos governantes de turno e comprados, ou rejeitados, caso não satisfaçam determinado "sonho", pelos agentes de um novo mercado, o da cidadania. Saibam ou não saibam disso,

[866] Arantes, Paulo. Entre os destroços do presente. Blog da Boitempo, 10 abr. 2015. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/10/paulo-arantes-entre-os-destrocos-do-presente/. Acesso em: 12 jun. 2024.

> governantes e empreiteiras associados, o Minha Casa Minha Vida está na direção certa, por isso é irresistível, como demonstram os últimos movimentos sociais a ingressarem no programa pela porta dos fundos do cadastro reservado a entidades[867]

A tese de Arantes consiste em recolocar o lulismo na tradição varguista que retomaria a logica dualista que marcou o paradigma da formação e, sobretudo, do nacional desenvolvimentismo que teria entrado em colapso. Ao prefaciar o livro *O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise,* Arantes lança o diagnostico de um populismo marcado pelo que ele chama de petismo tardio, uma espécie de bloco hegemônico morto-vivo que retomaria a tradição latino americana de um neoestrativismo exaurido conservador. Isto é, Arantes coloca o lulismo como um fenômeno de regressão marcado pela não reforma agraria, a antirreforma urbana, a predação ambiental sistema, as engenharias sociais reversas, entre outras medidas que em nome do progresso teriam revertido as pautas clássicas de uma esquerda emancipatória. Nas palavras de Arantes:

> a regressão encarnada pelo lulismo tardio se manifesta sobretudo numa não tão surpreendente assim restauração do modus operandi do imaginário progressista brasileiro, golpeado mortalmente em 1964. A saber, uma visão do perene confronto com os representantes do atraso (às vezes com aspas, às vezes sem), cuja fisionomia variava conforme a temporada sociológica do momento, e sempre em nome de alguma atualização imperativa da hora, acertar o passo com as forças produtivas, em suma. Daí o retorno de anacronismos, geralmente aos pares contrastantes, como se costumava descrever a luta recorrente entre dois Brasis antitéticos. É preciso esfregar bem os olhos: entre tantas outras relíquias estão aí de volta novamente a civilização em luta com a barbárie, porém bem longe, quem diria, até, ou sobretudo, da visão inaugural de um Euclides da Cunha, ao ver como se demonstrava ao sertanejo retardatário "o brilho da civilização através das descargas", sem falar nos Vivas à República na hora da degola. E por aí segue o desfile: moderno e tradicional, patrimonialismo e interesse público, nacionalistas e entreguistas, elites com projeto e arcaísmo dos endinheirados, etc., o todo encimado pelo velho e bom desenvolvimentismo de sempre, que aliás o próprio PT repudiara ao nascer — para se ter uma ideia do tamanho da reviravolta. Regida pela mesma lógica binária do progresso por superação das resistências à mudança, um novo cortejo de dicotomias: razão e

[867] Ibidem.

> ressentimento (sempre da classe média, pobre Drummond), ciência e pós-verdade, esperança e ódio, etc. Como sugere um dos autores, a narrativa-tronco do lulismo tardio é uma verdadeira visita ao museu das dualidades brasileiras — sempre instrutiva, aliás.[868]

A herança do populismo lulista, para Arantes, é de grande desmobilização e cooptação aos moldes varguistas de uma sociedade do trabalho que não seguiria mais o modelo de Wanderley Guilherme de uma cidadania regulada pelo Estado, mas sim de uma cidadania administrada, ou nos termos de Arantes, uma cidadania cadastrada pelo dispositivo conciliador e domesticador do governo petista. A critica é radical ao ponto de, conforme relata Josué Medeiros e Pedro Luiz Lima, Arantes indicar que o PT teria coo projeto central "ingressar no condomínio patrimonialista brasileiro" (Arantes, 2007:255). Arantes chega a tratar de um "neopatrimonialismo petista", que, carente de atributos próprios e de projetos propriamente ditos, seria "idêntico ao velho Estado patrimonial estudado por Raymundo Faoro"[869].

E o Bolsonarismo, seria também uma regressão, ou apenas um epifenomeno do lulismo? Em resenha de Nathalia Colli de uma fala de Arantes nas vésperas da eleição de Bolsonaro, encontramos uma analise a luz de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, análise feita por Karl Marx no calor de 1848, no qual Arantes vai além do diagnóstico inicial do texto: não se trata de encaixar como uma fórmula histórica à realização de um golpe o jargão "primeiro como tragédia, depois como farsa", mas sim de encontrar o movimento real que transforma um período insurgente numa catástrofe contrarrevolucionária. A semelhança entre as Jornadas de Junho de 1848, na França, e as Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, estaria então na sua "temporalidade política decrescente", onde a insurgência popular, por não ter como se realizar à esquerda, é abocanhada pelo seu oposto.

O desgaste democrático evidenciado ainda no governo Dilma enseja o "despertar" de uma extrema direita nas ruas, e se em 2013 foi possível que a presidente acionasse a "Garantia da lei e da ordem" contra os manifestantes, já em 2016, essa mesma garantia de lei e ordem a coloca para fora do jogo parlamentar. É nesse cenário, onde os porões da ditadura se encontram com a legalidade institucional, que Bolsonaro surge. Diferente de 1964, o presente não rompe com os planos de governos anteriores, ele apenas acentua o gerenciamento militar

---

[868] Arantes, Paulo. Uma esquerda reduzida a politica do pânico. Outras palavras. Disponível em: https://outraspalavras.net/crise-brasileira/uma-esquerda-reduzida-a-politica-do-panico/ Acesso em 12 de junho de 2024.
[869] Arantes, 2007, p. 282.

da sociedade civil aberto pelo “neoliberalismo inclusivo” do governo petista. Quando o General Brilhante Ustra é conclamado herói por um presidente eleito democraticamente, é preciso encarar que ele rompe não só com a “democracia”, mas com a parte progressista que os próprios democratas guardaram da ditadura.

Além disso, Arantes vem teorizando de forma verborrágica em diversas lives a ascensão da nova direita bolsonarista e os meandros da sua perpetuação do poder. O devir jagunço do mundo, conforme teorizado por Gabriel Feltran, encarna a republica de milicias que compõe o governo populista de Bolsonaro. Essas analises fazem parte de um movimento de regressão mais complexo de militarização da sociedade contemporânea genealogicamente rastreado por Arantes. E neste sentido, a desconstrução que teve como método de investigação filosófica pós estruturalista o seu vigor na década de 1980 deu lugar a “desconstrução realmente existente” das conquistas sociais e progressos culturais perpetrada por ideólogos da extrema direita como Steve Bannon. Trata-se, em ultima instancia, de uma estratégia de contrarrevolução conservadora que tem como horizonte o aniquilamento do outro, algo que marcaria, portanto, ainda, a Era atômica e sua promessa de extinção. Nessa chave, o pensamento apocalíptico de Gunther Anders é fulcral no desenvolvimento do diagnostico de Arantes de um mundo como alvo, para usar um termo de Drummond, que marca a nova era de anomia social e aceleração de catástrofes locais (o modelo ainda parece ser o livro Estorvo de Chico Buarque).

Ainda nessa esteira, de acordo com Marcos Nobre, as ocorrências bolsonaristas revelam antes tentativas de bloquear mudanças de fundo que revelam potenciais democráticos que eclodiram no ciclo de revoltas no período 2011-3. Tais movimentos regressivos “se aproveitam do fato de que seus inimigos pouco tem a propor senão uma volta ao passado, um passado que já pode ser restaurado, já que as mudanças são estruturais” (Nobre, 2022, p.29), como a crise econômica global e o declínio do modelo neoliberal de sociedade, voltando para os Estados nacionais como modelo de solução dos problemas que na realidade tem um caráter global. O resultado desse movimento é uma profusão de crises de legitimidade da ação do Estado e uma perspectiva (senão uma premissa) compartilhada da esquerda de que o neoliberalismo progressista ainda poderia ser colocado como um horizonte de coalizão politica.

No mesmo passo, Nobre identifica a crise da mídia tradicional como propulsora de uma nova sociabilidade digital que foi capturada, ou na sua metáfora, hackeada pelo partido digital populista, uma parcela dos contra públicos da nova direita que surge nas redes sociais e contorna os chamados gatekeeprers do mainstream midiático. Aqui Nobre se baseia nas

formulações de Paolo Gerbaudo acerca do novo populismo de partidos de plataformas, partidos que mimetizam a logica de companhias como Facebook e Amazon, e, ao mesmo tempo, a logica de startups que substituem a logica de divulgação de rádios e jornais por dispositivos digitais e sua bolhas ou câmaras de eco. Na logica do partido de plataforma, o populismo de um líder carismática se volta para a formação de um hiperlider e superbases. O recurso das pesquisas de Camila Rocha, Jonas Medeiros e Esther Solano, isto e, o núcleo do cebrap que pesquisa os movimentos sociais pelo prisma da chave de Fraser dos contra públicos forma a compreensão de Nobre acerca da emergência das novas direitas na esfera publica digital dos fóruns de Orkut, chans e institutos ultraliberais do Brasil.

Do ponto de vista do sistema politico, a dimensão atávica da gestão da politica populista brasileira está representado pelo que Nobre chama de peemedebismo (que tem varias caras, outros nomes correntes podem ser o centrão carcara). O governo Bolsonaro representa uma ocupação do peemedebismo pela extrema direita. Conforme argumenta Nobre[870] "a forca do peemedebismo está na forca do imobilismo em movimento que o caracteriza. E na forca ideológica que impôs o arranjo segundo a logica de um "mito da governabilidade" que exigiria a formação de supercoalizões". Esse movimento oblitera a tese de que haveria uma crise da democracia, o que há, no argumento de Nobre, é antes "eventuais gerenciamentos inadequados do peemedebismo, que é ele mesmo tido como dado, em termos de uma constatação da logica do funcionamento do sistema". (ibid.).

A maior contribuição de Nobre nesse sentido foi inserir o seu conceito de peemedebismo na reflexão maior acerca do paradigma de formação e modernização que orientaram os estudos do populismo na teoria critica brasileira. Podemos dizer que se trata uma de uma regressão democrática, mas ao mesmo tempo, no melhor estilo frankfurtiano, trata-se uma patologia que se infiltra na normalidade das estruturas de dominação do sistema politica e da cultura politica do país. Por esta razão, como reforça Nobre, o peemedebismo não se trata de um déficit, falta ou desvio em relação a outros padrões de funcionamento democrático. Trata-se de uma cultura politica de baixo teor democrático. Esse pode ser a influencia da negatividade dialética que Nobre retoma de Adorno e sua recuperação critica Schwarziana em relação ao paradigma da formação no Brasil – que Nobre se refere como momento reflexivo da formação.

Mais do que um percalço do desenho institucional democrático, Nobre quer dizer que "a noção de peemedebismo pretende circunscrever o que seria o conservadorismo

[870] Nobre,Marcos. **Limites da democracia.** Companhia das letras, 2023. p.71, 2022.

democrático e sua maneira de operar" (p. 62, 2022). Neste sentido, a crise pode ser compreendida como um momento "normal" ou "funcional" do próprio sistema politico. Trata-se de ampliar uma análise pretensamente institucionalista (como seria o caso dos teóricos das crises da democracia) para uma leitura mais ampla de uma cultura politica. O lulismo, por exemplo, e um fenômeno que ocupa um espaço na maior constelação do peemedebismo, algo que as elites não previram, que a esquerda poderia ter um espaço no desenvolvimento ideológico desse campo, ou, para usar o termo de Nobre, de uma cultura politica que se desenvolve em torno do projeto de nacional-desenvolvimentismo. (E por esta razão que Nobre encontra vestígios de um bolsonarismo em forcas retrogradas que antes votavam em Maluf, em Enéas Carneiro, e que pairavam na cultura nacional.)

A tese central aqui é que o bolsonarismo é a forma limite do peemedebismo: "aponta para nada menos do que o fim do próprio conservadorismo democrático que o conceito de peemedebismo procurou circunscrever. No entanto, agora fora do poder e com o peemedebismo de certa forma obsoleto pelo crescimento da ultradireita e outros partidos de supercoalizões, o bolsonarismo sobrevive numa cultura politica que representa o capitulo brasileiro de um ultradireita internacional. Mas qual seria a concepcao de liberdade dessa novidade politica? A pista esta no discurso de Bolsonaro:

> Quantas vezes eu disse, ao longo desses quatro anos, que temos algo mais importante que a própria vida, que é a nossa *liberdade*? [...] E hoje estão vivendo um momento crucial, uma encruzilhada, *um destino que o povo tem que tomar*, quem decide meu futuro e para onde eu vou, são vocês. Quem decide para onde vai as Forças Armadas são vocês. Quem decide para onde vai a Câmara, o Senado, são vocês também. [...] Nunca é tarde para acordarmos e sabermos da verdade. Logicamente, quanto mais tarde você acorda, mais difícil é a lição. Não é "eu autorizo", não. É o que eu posso fazer pela minha pátria. Não é jogar a responsabilidade para uma pessoa. [...] Aconteceu algo que a gente não esperava numas condições normais. Aconteceu. Nunca vi no mundo *o povo ir à rua para um presidente ficar*. [...] Nada está perdido. Ponto final, somente com a morte.[871]

[871] Bolsonaro, Jair. Pronunciamento. Disponível em: https://www.itatiaia.com.br/politica/2022/12/09/bolsonaro-fala-pela-primeira-vez-apos-derrota-nas-urnas-assista-ao-pronunciamento-e-leia-na-integra. Acesso em 8 de janeiro de 2022.

Dois são o locais em que se propaga sua concepção de liberdade: o seu filho organiza anualmente o fórum da liberdade, evento que reúne think thanks e institutos ultraliberais que reúnem representantes do mercado para propagar a ideologia libertariana de Mises e defender a destruição do Estado e a eliminação da pauta da justiça social em função da liberdade econômica. O seu filho também tambem organiza o CPAC brasileiro (conservative political action conference) um encontro daqueles que defendem concepções tradicionalistas de politica (posições antimodernistas e antiprogressistas que retomam nostalgias retrotopicas como culto a ditadura ou no caso brasileiro a monarquia) em torno de uma liberdade neoconservadora. Uma liberdade ultraliberal e ultraconservadora.

Uma liberdade de mercado e de tradição: uma financeira e outra religiosa. Uma gestada no agronegócio desmatador; em especuladores da bolsa de valores; em sonegadores que financiam institutos de difusão do pensamento neoliberais; e outra gestada em igrejas neopetencostais ou seitas ultracatólicas neotomistas, em cursos de coachs e bodybuilders, em organizações neointegralistas e neonazistas que difundem o pensamento do tradicionalismo. Uma liberdade, portanto, ao mesmo tempo, libertaria e autoritária. #

Pensando no nosso equivalente doméstico do inovador-autoritário aparece aqui no Brasil como representante eminentemente do que podemos entender como bolsonarismo, cujo tipo social mais disseminada seria aquele que Rodrigo Nunes[872] chama de "empreendedor social" e que nomeio aqui de "batalhador da liberdade". Tais batalhadores em suas lutas regressivas de reconhecimento foram encontrados nas pesquisas que Rosana Pinheiro Machado e Debora Diniz realizaram nos perfis de apoiadores a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro: "A alta prevalência de usuários que se autodenominam empresários e empreendedores é um fenômeno político e religioso que rejeita a identidade da classe trabalhadora. Deriva de uma combinação de forte ideologia de livre mercado e ética de prosperidade de evangélicos neopentecostais.[873]".

[872] Nunes, Rodrigo. Do transe à vertigem: Ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

[873] Pinheiro Machado, Rosana (et.al). "Examining Support for the 2023 Brazilian Coup Attempt: Gender Stereotypes and Occupational Trends in a Radicalised Digital Ecosystem". *Global Network on Extremism and Technology.* , 21 de Agosto de 2023. Disponível em: https://gnet-research.org/2023/08/21/examining-support-for-the-2023-brazilian-coup-attempt-gender-stereotypes-and-occupational-trends-in-a-radicalised-digital-ecosystem/

Essas figuras que podemos nomear como "contrapúblicos conservadores de direita"[874], formações contrahegêmonicas que surgem da esfera pública para propagar uma forma de politica paradoxal em três sentidos: primeiro porque mobiliza uma direita anti-autoritária contra a ditadura militar, mas que todavia o apoiou pragmaticamente em torno de uma campanha que abertamente defendia o golpe; segundo porque atribui uma dimensão antissistêmica a posicionamentos reacionários, por meio da politica de choque e do politicamente incorreto, angariando eleitores que não são da ultradireita a defenderem discursos de ódio contra minorias, e ao mesmo tempo serem contra politicas afirmativas ou compensatórias como cotas raciais e programas de transferência de renda. E o terceiro paradoxo seria se apresentar como antissistema, estando e ocupando posições centrais de poder, como no caso da pandemia.

Esses paradoxos respondem a um fenômeno transnacional do que estou chamando de captura ou hackeamento da liberdade : hack pois se trata de uma estratégia que vem de um termo cibernético de invadir um sistema e se apoderar para interesse próprio. No plano da democracia, o documentário o grande hack ou privacidade invadida, que retrata o fenômeno da Cambridge analytica invadir dados pessois de pessoas para beneficio eleitoral da direita revela o quanto o sistema politica pode ser manipulado a bel prazer de plataforma regressiva. Hack é a linguagem da ultradireita contemporânea. Mas tambem seria a captura de uma linguagem aparentemente progressista: se os hackersativista era membros do wikileaks que vazaram documentos para criticar governos autoritários do mundo, hoje os hackers são personagens que viraram a casaca e surgem como uma subcultura das redes sociais e fóruns como discord, telegam e X.

A referencia intelectual desse hackeamento da liberdade é a figura de Olavo de Carvalho. Na data de sua morte, o ex-presidente Bolsonaro declarou que "Olavo foi um gigante na luta pela liberdade e um farol para milhões de brasileiros. Seu exemplo e seus ensinamentos nos marcarão para sempre"[875]. Mas qual concepção de liberdade e quais foram seus ensinamento que orientaram o governo bolsonarista? Aproveitando as fissuras do peemedebismo[876], o guru de Bolsonaro assumiu a posição de intelectual mais influente no

---

[874] Verbete Bolsonarismo in: Szwako, José; Ratton, José Luiz**. Dicionário Dos Negacionismos No Brasil**. Companhia Editora de Pernambuco: Recife, 2022; Rocha, Camila (et. Al**). The Bolsonaro Paradox:** The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil. Springer, 2022.

[875] Santana, Maurício. Olavo foi farol para milhões, diz Bolsonaro; veja repercussão da morte**. Veja**, São Paulo, 08 mar. 2022. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/olavo-foi-farol-para-milhoes-diz-bolsonaro-veja-repercussao-da-morte/. Acesso em: 01 mar. 2023.

[876] Nobre, Marcos. I**mobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma.** Companhia das Letras, São Paulo: 2013.

cenário brasileiro justamente em 2013, no ano de maior efervescência popular contra o sistema político dada as jornadas de junho e os protestos ao redor do país.

Enquanto as seitas ultraliberais de institutos replicadores da doutrina da Escola de Chicago surfaram na crítica moralista a corrupção, ensejando o fenômeno do lavajatismo e logo da deposição da presidente Dilma Rousseff, Olavo de Carvalho mobilizou uma astuta estratégia de fornecer para a nova direita cultural uma constelação doutrinária chamada aqui doravante de "olavismo cultural". Ao levar a serio a seguinte citação: " hábito de olhar as manifestações culturais como um adorno supérfluo impede de enxergar as tremendas consequências práticas que as ideias filosóficas podem desencadear sobre a vida de milhões de pessoas que nunca ouviram falar delas e que, se ouvissem, não as compreenderiam." [877] Olavo apropriou-se do formato de uma guerra cultural[878], e de modo oportunista, aproveitou a mudança estrutural da esfera pública neoliberal com as crises mundiais, assumindo o papel de denúncia de sua inconsistência, dos paradoxos e contradições políticas do lulismo, estabelecendo por meio de sua crítica e de sua estrutura ideológica à direita cultural em torno de contrapúblicos conservadores e de uma atualização de um pensamento esotérico como a doutrina tradicionalista por meio de diagnósticos constantes da realidade nacional.

Em geral, é possível notar que as três caraterísticas elencada por Sedwick[879] do tradicionalismo-nostalgia, antimodernismo e metafísica da guerra -podem ser encontradas em elementos locais que foram apropriados pelo olavismo cultural e são mobilizadas como uma política governamental bolsonarista direcionada a eliminação do inimigo. A dimensão nostálgica é gestada pelo saudosismo revisionista da ditadura militar e da censura e repressão do AI-5, ao passo que o elemento do antimodernismo é replicado nas políticas retrógradas e obscurantistas impulsionadas pelo campo neopetencostal e de sua saga contra a pluralidade de formas de vida e de sua concepção excludente de estado e políticas públicas; e, por último, a guerra cultural olavista assume o papel dessa elite metafísica, incendiada pela dinâmica da guerra, que reconduzira as nações para a sua origens espiritualistas.

---

[877] Carvalho, Olavo. **O jardim das aflições: de Epicuro à ressurreição de César - Ensaio sobre o materialismo e a religião civil,** Rio de Janeiro: Diadorim. 1995.
[878] Carvalho, Olavo de. **A inversão revolucionária em ação–Cartas de um terráqueo ao planeta Brasil** (Volume IV). Vide Editorial, 2015.p.50
[879] Sedwick, Mark. **Against the Modern World: Traditionalism and the Secret Intellectual History of the Twentieth Century.** Nova York: Oxford University Press, 2004.

Não é à toa que Olavo de Carvalho defende que Bolsonaro é o líder natural e predestinado da revolução brasileira. Como seria composta essa contrarrevolucao neofascista preventiva? A ultradireita é multifacetada em suas especificidades e apresenta ao menos cinco camadas no populismo representado pelo Bolsonarismo: (a) paramilitarismo ou milicianismo (b) olavismo cultural, (c) antipetismo-lavajatismo, (d) neoliberalismo hiper-reacionário, e o (f) conservadorismo fundamentalista da bancada fisiológica do BBB - Boi, bíblia, bala**.** Na última eleição essas frações se tornaram claras na campanha em favor de Bolsonaro, como ressalta o antropólogo Ronaldo Almeida, "a candidatura Bolsonaro articulou desigualmente essas linhas de força: a demanda securitária; a moralidade dos costumes; a desqualificação do Estado por ser corrupto e paternalista; e a intolerância interpessoal."

Batalhadores da liberdade: patriotas, anarcomonarquistas, hackers

Mas qual seria a especificada do autoritarismo libertário no Brasil que nos distingue de "proud boys" nos EUA ou Qanon na Alemanha? Podemos concluir especulando que que o autoritarismo libertário é a manifestação de uma rebeldia regressiva que funciona como uma patologia da liberdade negativa, que captura os direitos subjetivos e instrumentaliza de forma violenta e autoritária para impor uma agenda regressiva de ideologia anarcocapitalista[880] e de dominação neoliberal, e , ao mesmo tempo, um sintoma de uma patologia da liberdade moral, enquanto um fanatismo moralista, que congrega uma lei moral antimodernista e anticientífica[881] autoritária baseada em uma concepção tradicionalista e religiosa (uma determinada interpretação reacionária do cristianismo[882]) de povo autêntico. No caso brasileiro mais recentes, três personagens encarnam esse novo tipo antropológico da personalidade autoritária de uma esfera publica regressiva. Veremos brevemente a seguir.

a. Patriotas ou rebelião dos manes como autoritarismo libertário

Conhecida como "rebelião dos manés", o atentado de golpistas em instaurar uma ditadura militar no 8/1 de 2023 por meio da tomada e destruição dos palácios de Brasília representa um exemplo notório da captura populista da liberdade e como capítulo brasileiro das lutas

[880] Cf. Kogos, Paulo. O **mínimo sobre anarcocapitalismo.** Editora Minimo, 2022.
[881] Collins, Paul david. **A ascedencia da ditadura cientifica: um exame da autocracia epistêmica**, do século XIX ao século XX. Vide editorial, 2020.
[882] Oliveira, Nikolas Ferreira. O **cristão e a política**. Editora cetral gospel, 2022.

regressivas por reconhecimento dessa internacional populista tardia e da alianças de autoritários libertários de ultradireita. Por ser símbolo do poder moderno, Brasilia sempre foi invadida por movimentos populares em busca de reconhecimento da inclusão e individualização social. Indígenas invadiram na década de 1980 para terem participação na constituinte e clamando respeito a demarcação de povos indígenas; manifestantes do Movimento Sem Terra ocuparam o gramado de tais palácios em defesa da redistribuição de terra e da reforma agraria; e, enfim, manifestantes dos protestos de junho de 2013 até o governo de Temer, demandaram direitos sociais e projeto como gratuidade do transporte publico.

No entanto, sabendo dessa estética tradicional da esquerda de levantes, insurgências e rebeliões, no caso mais recente brasileiro, a revolta do Buzu em Salvador e as jornadas de junho de 2013 pela revogação do aumento da tarifa do transporte, os protestantes que se autodenominam de patriotas ou cidadãos de bem, tomaram a tática da esquerda em função do desrespeito ao resultado eleitoral e em defesa de um golpe militar. Ao redor do Brasil, meses antes, já haviam capturado a estética transgressora do movimento de acampados e occupy ao redor do mundo para acamparem em frente a quarteis em torno de teorias conspiratórias. No entanto, tais cidadãos em fúria, reivindicaram o nome de "rebelião dos manés" após o ministro do Supremo Tribunal, Barroso, responderem um patriota para respeitar os resultados eleitorais e não encampar a revogação do pleito: "não amola, mané".

A rebelião dos manés tomou o ponto de vista de indignação e insurgência em lutas regressivas por reconhecimento: em torno de uma ideia de sociedade como consumidores da democracia, como gestores que podem trocar o executivo como se fossem mercadorias, por isso o clamor por um novo sindico do Brasil que fosse o exercito militar pela sua eficiência da gestão; e, por fim, pela reivindicação de um um povo autentico, "o supremo povo", em contraposição a constituição democratia e seus representantes no Supremio Tribunal Federal. A ideia de uma desobediência civil, fundamental para os movimentos subalternos chamarem atenção para demandas simbólicos, se tornou uma forma de se rebelar contra os procedimentos democráticos. A mídia conversadora capturou, inclusive, a ideia de uma "primavera árabe" de ocupações de praças e manifestações libertarias ao noticiar a rebelião dos manes como "a primavera brasileira"[883]. Todas essas praticas que foram hackeadas pelos batalhadores da liberdade em uma torção cínica que teve como consequencia final o

[883] A primavera brasileira ganha repercussão. JOVEM PAN. Disponível em: https://jovempan.com.br/jorge-serrao/a-primavera-brasileira-ganha-repercussao-internacional.html Acesso em 12 de junho de 2024.

terrorismo domestico. Assim, a captura populista da liberdade usou esse significante para mobilizar o que Paulo Arantes chama de “um espantoso deslizamento semântico”, colocando o “mundo de ponta cabeça”.

b. Anarco-monarquismo como autoritarismo libertário

Na tradução do autoritarismo libertário no Brasil tem sua traducao mais acaba no que eu chamo de anarco-monarquismo: a aliança entre uma concepção negativa de mercado com uma visão tradicionalista do neotomismo. No campo da política institucional, a bancada monarquista no congresso se consolidou na campanha bolsonarista, de 2018, e está em partidos e movimentos ultraliberais, que defendem a redução do estado, inspirado pelas medidas do neoliberalismo austríaco, promovido pelo ministro da economia, Paulo Guedes, e, sobretudo, pelo livro do teórico oficial do movimento, Dom Orleans de Bragança. Sob o título de “Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo, para implantar uma “religião” ecológica, igualitária e anticristã”, o livro é vendido como o “guia politicamente incorreto do ambientalismo”, em alusão à profusão de uma literatura revisionista recente, da nova direita, que distorce a história em favor de uma apologia das elites e de grupos de poder, que oprimiram personagens subalternos da história, como negros, indígenas e mulheres.

O agitador e pseudointelectual que acredito representar a encarnação da compreensão ideológica do ecocídio é o autointitulado príncipe Dom Orleans. O pensamento, abertamente retrógrado de Bragança, como argumentarei, sustenta e propele uma ideologia fortemente arraigada em uma filosofia da história reacionária que, ao menos em terras brasileiras, vem legitimando estruturas pervasivas de opressão e dominação social e política, em todas as esferas e instituições que tiveram a escravidão, o colonialismo e, no regime da ditadura cívico-militar, os enraizamentos tácitos de seu *modus operandi* prático. O ambientalismo é retratado como uma “propaganda universal de uma seita neocomunista”.

Para Bragança, o ambientalismo tem, como objetivo, o socialismo, o miserabilismo, o totalitarismo e o comunismo, e a simples razão de que pessoas se mobilizam pela causa ambiental significa que vivemos uma crise moral, na qual a civilização está em decadência com os preceitos cristãos. Só uma verdadeira regeneração daria salvação e liberdade verdadeira. Contra isso, Bragança faz as seguintes exigências: “Queremos a restauração da civilização cristã, em clima de liberdade, que nos permita lutar pela liberdade, ao contrário do que ocorria no lulismo. Queremos o nosso País de volta". A Nação acima de tudo e Deus acima do todos é a retórica mobilizada para o retorno de um passado do país sob égide do

colonizador, tido aqui como desbravador e herói, que, na realidade, sustentou-se com a exploração causada pela escravidão e pelo genocídio nos povos indígenas. Esse passado idílico, portanto, é de um momento histórico em que as hierarquias, inclusive de raça, gênero e etnia eram harmônicas com o poder opressor colonizador.

A aliança entre neoliberalismo e tradicionalismo, isto sendo, as patologias e capturas da gramatica de liberdade negativa e moral tem no passado monárquico e suas estruturas escravocratas uma complementaridade com as politicas sociais de desmantelamento do Estado e manutenção de privilégios pelos mecanismos do mercado financeiro uma nova forma de dominação as forcas de resistências antirracistas, feministas, e ambientalistas. Isto é, a guerra cultural que Olavo travou contra os departamentos de filosofia, no Brasil, e, em especial, contra as filósofas e os filósofos progressistas que circulavam no caldo cultural da época, foi enfrentada em um plano de disputa religioso pela corrente ultraconservadora da Igreja Católica contra os setores mais progressistas e democráticos da igreja, representado pelas posições integrais provindas da Teologia da Libertação e das correntes que fortalecerem a instauração da Comissão da Verdade e o processo de redemocratização, no Brasil. Essa tendência se tornou mais hegemônica que imaginamos.

O objetivo do anarcomonarquismo seria capturar de forma populista a ideia de libertação de uma esquerda progressista católica. Em pesquisa acerca da relação entre católicos e meio ambiente, conduzida pela estudiosa estadunidense Amy Smith, os católicos apoiam a proteção ambiental. Essa tradição interna, de preservação e cuidado com a natureza, foi representada por lideranças, como Dom Helder Câmara, Leonardo Boff e, mais recentemente, o Papa Francisco que, no sínodo da Amazônia, expôs sua carta encíclica, a *Laudato Si*, e pensou a ideia de cuidado comum em um sentido menos instrumental e capitalista. Contudo, a TFP que Bragança recupera, estrategicamente, com a emergência da direita bolsonarista, está mais na esteira da compreensão neopetencostal que tem, como importação estadunidense, e se firmou nas eleições trumpistas. Desde os anos 1960, conforme Veldman[884] relata, emergiu junto com a ultradireita cristã uma retórica pro-business que, ao longo dos anos, entrou em conflito com a agenda ambientalista proposta pelo governo. Na reconstrução histórica de Veldman, o momento em que cristãos entraram no partido Republicano, a pauta do laissez-faire e da economia radicalmente libertária de direita tornou a

[884] Veldman, Robin Globus The Gospel of Climate Skepticism: Why Evangelical Christians Oppose Action on Climate Change. Oakland, CA, University of California Press, 2019

base de uma doutrina religiosa, cada vez mais imbricada com dimensões neoliberais e privatizantes da vida social.

c. Hackers como autoritarismo libertário

Por fim, ao terceiro tipo antropológico do batalhador da liberdade brasileiro eu nomeio de hackers como uma categorização ampla que engloba o partido digital que o bolsonarismo reuniu em ambientes virtuais. Tais hackers, portanto, pretender via populismo tardio capturar as lutas progressistas por reconhecimento dos hackers que formaram nos anos 2000 a contracultura da internet altermundialistas. Pensar em redes de compartilhamento de arquivos como Piratebay , ativismo digital como Wikileaks, iniciativas de divulgação do conhecimento como Library Genesis ou mesmo chat como 4chans como inicialmente progressistas, hoje vemos esses espaços capturados por contraculturas eminentemente regressivas, propagadoras de ideologias libertarianas de ultradireita e tradicionalistas tribalista. Quando tais hackers adentram o plano politico, encarnando um ideologia libertaria influenciada pelo vale de silício e a cultura de coachs, bem como uma perspectiva tradicionalista incitada pela teologia da prosperidade neopetencostal, tamos como resultados personagens como Pablo Marçal. Dominando uma subcultura eminentemente virtual, o marçalismo seria uma variante coach do anarco-monarquismo que pretende hackear o sistema politica e o procedimento eleitoral por meio da "economia da atenção".

9.3. Democracia radical como socialismo

Nos três autores mencionados acima, Fausto, Arantes e Nobre, como podemos vislumbrar alternarivas demcoraticas em um pais na periferia do capitalismo como o Brasil? Feito esse balanço negativo do que Fausto trata não ser uma ideia orientadora de progresso para a esquerda, qual, seria, portanto, um projeto capaz de reabilitar uma perspectiva progressista para a esquerda no século XXI? Conforme aludido anteriormente, Fausto evita uma noção de progresso eminentemente social democrata reformistas ou mesmo revolucionaria. Apesar de concordar com a crítica benjaminiana do caráter prometeico do domínio da natureza da ideia marxista de progresso, ideia segundo ao qual a emancipação viria no momento em que o capitalismo automaticamente iria devorar a si mesmo, roído pelas suas contradições, Fausto estaria próximo da dialética adorniana de modo a evitar também os abusos social democratas e revolucionários de uma ideia de progresso politico ultimo.

Conforme nos lembra Leonardo da Hora[885], esse movimento permite a Fausto evitar, ao mesmo tempo, tanto um "normativismo" humanista em que a ética aparece como fundamento da política e da história, quanto uma visão anti-humanista que só enxerga o jogo democrático e a ética como ilusões que mascaram a vontade de poder e a lógica do capital.

> Por outro lado, se há progresso e regressão, eles não ocorrem, provavelmente, como Marx o pensava. Existe um fio de progresso, que é de certo modo independente de um processo de progresso-regressão. Há um fio: ver - exemplo frequentemente evocado e às vezes ironizado - o curso do feminismo no Ocidente; ver os progressos, insuficientes, mas reais, em lutas micro históricas (homossexuais, diferenças étnicas); ver - eu diria - o papel não muito sustentado pela força, mas real e com certa eficácia (exemplo: luta dos dissidentes nos países "comunistas" da Eurásia ou da América) dos direitos do homem. Há, assim, um fio - ou fios - de progresso no interior de um processo que é de progresso técnico, mas que é regressivo sob mais de um aspecto (aumento da desigualdade, por exemplo). E principalmente: há uma ameaça de catástrofe.[886]

Em 2017, ao comparar a imagem da esquerda brasileira como um homem perdido na floresta, Fausto lança o ambicioso projeto pratico-teórico de uma reconstrução da esquerda que se encontraria sob ameaça de Trump, isto e, no contexto da ofensiva da direita internacional e de governo neoliberal do golpista Temer. Necessitava, mais do que nunca, a reabilitação de uma noção de progresso politico sensível aos processos de democratização e aos ideais originais do socialismo que pudesse conduzir a esquerda acuada pela crescente popularização do fascismo global. Um projeto anticapitalista, socialista, antipopulista, ecológico e democrático devera conduzir a reconstrução da esquerda. Para isso, Fausto reforça a necessidade de uma nova critica da economia politica, uma antropologia filosófica que não seja nem humanista, nem anti humanista, mas que nos leve para uma outra filosofia da história.

> "Acho que é preciso ligar duas coisas que se costuma considerar como antitéticas: a exigência democrática e o ideário anticapitalista. Supõe-se que os dois têm soma nula.

---

[885] Da Hora, Leonardo. Dialética e a força da sutileza: Ruy Fausto para além do humanismo e do anti-humanismo**. Cadernos de Filosofia Alemã** | v. 26; n.2 - Dossiê Ruy Fausto | pp.75-94

[886] Fausto, Ruy. **esquerda/direita: em busca dos fundamentos e reflexões críticas**. Revista fevereiro. Disponivel em: http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=05&t=13.

> O que acontece de fato. Mas não de direito. É preciso reafirmar a exigência democrática. E isso por várias razões. Sem ela, por exemplo, nem se entende a história dos séculos XX e XXI. Mas, ao mesmo tempo, importa retomar a crítica do capitalismo. E aí há muita novidade. Na minha opinião, é preciso cruzar Marx com o socialismo dito pequeno-burguês (Sismondi, Hodgskin, Leroux, Proudhon, etc.). Eu acho que Marx erra. Ele queria ditadura do proletariado, comunismo, e acho que isso está errado. Sociedade transparente não dá. Agora, Marx era moderno. O mal dele é que ele era mais ou menos prometeano. Mas já aquela turma [do socialismo "pequeno-burguês"] tinha o grande mérito de querer manter mercado e dinheiro. Acho que tudo isso é válido. E, principalmente, manter democracia." Em relação à democracia - mesmo se imperfeita -, não há razão alguma para ser "revolucionário". A democracia, imperfeita e, em alguns casos, muito imperfeita, deve ser melhorada, reformada, mas não, creio eu, "revolucionada". Os que querem "revolucionar" a democracia (por exemplo, substituindo toda representação por plebiscitos) visam na realidade liquidá-la (pelo menos correm o risco de serem levados a isto, queiram eles ou não). Outra coisa é aperfeiçoar a democracia, prevendo vários tipos de conselhos de representação popular além de plebiscitos, da possibilidade de revogar mandato, eleições primárias, mas sempre como formas que coexistem com a representação universal, isto é, sempre como formas complementares, que não coloquem em xeque a representação popular universal. Então, para a democracia, a resposta à pergunta "reforma ou revolução?" é, apesar de tudo, "reforma". Ora, em relação ao capitalismo a situação é diferente. Se é válido considerar como "revolucionário" um projeto de neutralização do capital, mesmo se conservando dinheiro e mercadoria9 e excluindo em princípio10 como meio o recurso à violência, poderíamos dizer que, diferentemente do que ocorre para com a democracia, diante da qual a postura socialista só pode ser reformista, a atitude socialista legítima para com o capitalismo não é reformista, mas "revolucionária". Se não queremos "neutralizar" a democracia, mas aperfeiçoá-la, queremos sim neutralizar o capital e não aperfeiçoá-lo."[887]

Quando Fausto se refere a experiencias progressistas positivas, ele cita o Front Populaire de 1930, o socialismo nórdico, o pensamento da Escola de Frankfurt, o jornalismo de esquerda do Liberation. Contudo, em 2013, em um ensaio publicado na revista Serrote sobre os movimentos que constituíram as jornadas de junho, pelo menos no seu polo progressista, Fausto enxerga no radicalismo da pauta e nas reivindicações que reuniam uma "postura ética de repudio a toda sorte de corrupção e desonestidade administrativa, bandeiras culturais do tipo de direito ao aborto e legislação favorável a liberdade sexual e exigências

[887] Fausto, Ruy. "Esquerda/direita: em busca dos fundamentos e reflexões críticas". In: Fevereiro: Política, Teoria, Cultura, outubro de 2012.

que implicam direta ou indiretamente na redistribuição de renda em chave democrática um compromisso com uma forma de democracia radical que se demonstrou um sinal da historia progressista similar ao que Kant, pasmem, viu na revolução francesa:

> Há um texto célebre de Kant em que ele fundamenta sua confiança no progresso ético-político da humanidade – não na Revolução Francesa, mas *na atitude de simpatia* que tiveram observadores desinteressados com os ideais daquela revolução. (Quanto a ela mesma, Kant, que, a aprecia por um lado, não se furta a denunciar seus horrores.) Se o leitor permite que eu me ponha à sombra imensa do "chinês de Königsberg", diria que as manifestações de junho, apesar de todas as ambiguidades, me fazem acreditar na possibilidade, embora problemática, do progresso social. Num mundo em que os fundamentalismos religiosos reaparecem com o seu cortejo de violências, em que o capitalismo se manifesta na sua forma mais selvagem, apesar das conquistas obtidas em termos de previdência social e de liberdades, em que do lado da esquerda as coisas vão muito mal – a social-democracia se esgota, a extrema-esquerda não se liberta dos seus antigos fantasmas, o movimento ecológico se mostra frequentemente incapaz de uma política independente e corajosa –, a gente respira ao ver que existe quem se disponha a buscar *outros caminhos.* De que essas tentativas tenham continuidade, de que elas não venham a ser afogadas pela repressão ou pelos donos da verdade teórica ou prática, de que não se trate de um fogo de palha a extinguir-se com a primeira chuva – disso não tenho certeza. Diria, mesmo: infelizmente, acho mais provável que venha a acontecer o pior. De qualquer modo, entretanto, e guardadas as proporções, os manifestantes de junho, parecem representar – como os espectadores generosos da Revolução Francesa para o grande autor das três críticas – aquele mínimo não só de lucidez mas sobretudo de boa vontade, que manifesta às vezes uma parcela diminuta da população humana, mínimo de uma fragilidade extrema, mas que, n*um instante pelo menos, aparece como suficiente para que não se perca de vez a confiança no progresso ético e político da humanidade.*[888]

A radicalidade marca o pensamento de Fausto. Essa perspectiva de um reformismo revolucionário, isto e, reformista em relação a democracia, e revolucionário em relação ao capitalismo, tem como horizonte uma forma de politica que encontra na democracia radical a possibilidade de evitar as patologias progressistas de um dogmatismo neototalitario e o semipopulismo. A definição de radicalidade de Fausto consiste em "buscar soluções novas e corajosas, a contrapelo da mediocridade, do dogmatismo, do carreirismo e das práticas de

[888] Fausto, Ruy. Radicalismo. Serrote, n. 15, nov. 2013. Disponível em: https://www.revistaserrote.com.br/2014/10/radicalismo-por-ruy-fausto/. Acesso em: 12 jun. 2024.

corrupção vigentes". E no contexto das Jornadas de Junho, ser radical "é recusar a direita e a centro direita, em cuja politica investem as classes dominantes que não querem dizer adeus as desigualdades escandalosas que dominam a vida social-econômica do país.". O modo que o radicalismo pode se manifestar hoje, para Fausto, estaria expresso no ato de ir à rua, sem bandeiras político-partidária, sem violência, lutando por medidas que parecem minúsculas, mas a partir das quais se abre um leque de reivindicações maiores, e rejeitando in limini toda concessão aos corruptos ou aos que sonham com a limitação das liberdades publicas.".

Como pensar uma alternativa politica progressista para o novo tempo do mundo marcado por catástrofes e uma perda paulatina do horizonte de expectativa? Ai que tá. Na perspectiva de Paulo Arantes, a própria gramatica do progresso estaria obsoleta, ou nos seus termos, a geocultura progressista de uma filosofia da história da modernidade de fato caducou e colapsou na atual configuração da economia-mundo, para utilizar uma expressão de Wallestein, com o esgotamento do modelo liberal-keynesiano do fim dos anos 1970 e a queda do muro de Berlim. Ou seja, nas palavras de nosso filosofo: **"**Com essa colonização do Lugar pelo Fluxo, é a própria noção moderna de Progresso – e a temporalização da história que a tornou pensável – que literalmente vai para o espaço".

> O progresso envelheceu, em suma. Tanto na biosfera quanto na geosfera estamos às voltas com reversões súbitas dos equilíbrios naturais que tornam pateticamente obsoletas as visões da flecha do tempo continuamente orientada para o futuro. Não se trata de um cenário melodramático anunciando o fim dos tempos – nem de requentar profecias regressivas –, mas de constatar que, tecnicamente, pelo menos, ingressamos num regime de urgência: linearmente desenhado, o futuro se aproxima do presente explosivamente carregado de negações. Não basta anunciar que o futuro não é mais o mesmo, que ele perdeu seu caráter de evidência progressista. Foi-se o horizonte do não experimentado. Com isso o próprio campo de ação vai se encolhendo, e isso porque "já dispomos no presente de uma parte do futuro". Digamos, não custa insistir, que cada vez mais a conjuntura tende a se perenizar. A inovação clássica do futuro, em nome da qual se legitimou a iniciativa política nos tempos modernos, não só perdeu sua força como deve ser rebatida sobre o presente. É isso, resumido de relance. Resta o dilema: se

> os efeitos indesejados devem ser calculados e tender a zero, como, para além do slogan desmoralizado "escolher o futuro", manter o horizonte […]"[889]

Trata-se de uma adesão parcial a tese do esgotamento das energias utópicas e a abertura para um novo tempo do mundo marcado pelo presentismo (na esteira da tese de Helga Nowotny acerca da destemporalizacao do tempo-espaço. O conceito de presentismo aqui é chave para compreender não só o diagnostico de Arantes, mas também, a sua orientação pratica politica: presente estendido se refere a discrepância entre um espaço de experiencia e horizonte de expectativas que foi acentuado com o fim do socialismo real do século XX.

Disso restaria não mais uma noção de temporalidade linear e ascendente, como aquela perspectiva de progresso moral inaugurada na modernidade, mas uma noção de tempo cíclico, que reduz o escopo de incertezas e a ideia de um futuro aberto, prenhe de descobertas e inovações. Uma das razoes seria o crescimento de "tecnologias de comunicação instantânea" que causaria a aceleração como nova forma de alienação (Hartmut Rosa chamaria de tempo frenético). Esse fenômeno de presentismo tem um sentido mais tácito para nosso contexto colonial e subdesenvolvido marcado por um processo de periferização interna, conforme relata Arantes em seu clássico ensaio "A fratura brasileira do mundo", que como sintoma de um capitalismo cada vez mais alinhado com a exploração que se ensaiou no processo colonial, se espraiou para o resto do mundo, ao ponto de defender que, conforme De Caux e Catalani explicitam, "a periferização do centro do capitalismo não é uma "regressão", entendida como um impasse contingente do progresso e do processo modernizador, mas é a revelação de sua própria verdade."

Essa conjuntura perene, analisa Eduardo Socha[890], "para a qual o futuro já chegou, as diversas formas de interação social e seus correlatos "horizontes de expectativa" já estariam prefigurados no atual "espaço da experiência", eliminando aquele descompasso fundamental na relação entre experiência e expectativa que, para Koselleck, era a essência do conceito de progresso". Essa estabilização, ou melhor, domesticação do conceito do progresso não viria de fora do capitalismo, mas dentro do próprio. E com auxilio da critica do capitalismo de Moishe Postone que Arantes pode identificar essa "compulsão estrutural" que se traduz na forma de uma dominação temporal abstrata presentista. O Novo Tempo do Mundo seria

---

[889] Arantes, Paulo. **Novo tempo do mundo**,Boitempo, 2014.. p.14

[890] Socha, Eduardo. Notas sobre o progresso em Adorno (ainda) ethic@, Florianópolis, v. 20, n. 2, 584-611. Ago. 2021

marcado, portanto, por um futuro estático, no qual progresso politico e toda politica progressista reformista seria mais um amalgama da repetição de um presente viciado. Ora, sem essa orientação para uma emancipação da dominação vigente, o que resta é um regime de negatividade total marcado por um politica de "urgência perpetua":

> É esse o horizonte negativo de um outro regime de urgência, lembrando que, a seu modo igualmente moderno, revolução e guerra nunca deixaram de configurar a emergência suprema, expectativas de exceção, portanto. Se Walter Benjamin pudesse incluir postumamente um parágrafo na entrada "Alarme de "incêndio" de sua Rua de mão única – entrada na qual redefinia a luta de classes, não como correlação de forças sopesadas numa gangorra sem fim, mas como urgência de apagar o incêndio geral que de qualquer modo os dominantes já atearam –, é bem provável que reconhecesse nesse aparente eterno retorno de uma conjuntura em que campo de experiência e horizonte de expectativa voltaram a se sobrepor, depois de seu longo divórcio progressista, a fisionomia mesma da Revolução, o Acidente original, em suma.

Na filosofia essa domesticação presentista também teria suas ressonâncias. Conforme nota Eduardo Socha[891], em entrevista de 1997, Paulo Arantes enxergava na Desconstrução (e mesmo no Discurso habermasiano) uma "sintomática desconversa" diante do esgotamento histórico da sociedade do trabalho e de suas narrativas e categorias autocongratulatórias, como a de progresso. Socha inclusive indica que o diagnóstico do "colapso da geocultura do progresso" que comparecerá no ensaio O novo tempo do mundo de 2013 já se encontrava na entrevista:

> "Nesse momento [final da década de 1970], as ideias herdadas de objetividade, de progresso, de consciência e de temporalidade estavam desmoronando, porque a sociedade do capitalismo organizado também estava. O crescimento com pleno emprego fora deslegitimado, o motor material da antiga consciência; o sujeito forte da sociedade liberal burguesa também tinha se eclipsado (...) A Desconstrução nada mais é do que a súmula dos fatos muito pouco metafísicos estilizados pelo colapso dessa geocultura progressista de legitimação do capitalismo. (...) Para continuar modernizando a modernidade, Habermas afirmou que seria necessário repensá-la por meio

[891] Socha, Eduardo. Notas sobre o progresso em Adorno (ainda) ethic@, Florianópolis, v. 20, n. 2, 584-611. Ago. 2021

> do paradigma da comunicação, coisa de que os pós-modernos vinham falando fazia tempo (...) Estão todos no mesmo barco. Então a polêmica com o pós-estruturalismo francês, no Discurso [filosófico da modernidade], não exprime esse confronto inapelável que o debate a respeito procura dar a entender" (ARANTES, 2004, 293)

No entanto, no plano politico cotidiano, que horizonte de melhora social alguma agencia poderia vislumbrar nesse cenário não menos catastrófico, no qual o próprio sonho de um mundo melhor, a expectativa de mudança que teria uma função utópica tal como em Bloch ou mesmo na contracultura de John Lennon, se dissipou numa exaustão ou cansaço existencial. Não surpreende encontrar numa resposta de Arantes acerca da função utópica do sonho ser vincula a gramatica liberal das lutas por reconhecimento ou mesmo na sociedade do trabalho que teria encontrado seu esgotamento:

> Passemos à outra palavra-armadilha da pergunta, se o sonho acabou ou não. Aqui também temos novidades. Numa era de expectativas rebaixadas e inteiramente rebatidas sobre o presente, podemos presumir que o regime político do sonho não é mais o mesmo, como nos tempos de um Ernst Bloch novamente, para quem o sonho diurno tinha uma função utópica, como na mesma época o sonho noturno para os surrealistas franceses interessados em ganhar para a Revolução as forças do êxtase. Já o sonho de John Lennon que acabou, era o da contracultura, do qual se despertou para o pesadelo da contrarrevolução careta surfando na onda destrutiva da restauração capitalista dos anos oitenta. As raízes da ultradireita renascida no Brasil de agora podem estar aí também. Mas voltemos à politização frouxa dos sonhos de agora, ao que parece acabando e recomeçando a todo momento, como uma espécie de barômetro da conjuntura mental. Todavia, a pergunta sobre o fim do sonho ainda exprime uma inquietação clássica, é a todo um sonho de época que ela se refere. Pois bem. No Brasil contemporâneo que está nos interessando, o Brasil popular que começou a entrar em cena quando a Ditadura virava Transição e a esquerda foi enfim legalizada, um sonho de fato acabou. Sem alarde. Não foi um despertar traumático no meio da noite, mas uma morte por inanição, o sonho acabou porque as pessoas simplesmente cansaram. As famigeradas energias utópicas sobre as quais tanto se discutiu para saber se estavam esgotadas ou não, a depender do paradigma adotado, se do trabalho ou do reconhecimento, provaram afinal que estavam mesmo exauridas não

> por equívoco categorial, mas por motivo de canseira total, física e mental. Cansadas de gestão[892]

Na continuação da entrevista, é sintomático Arantes correlacionar esse esgotamento como uma captura do imaginário social pela logica mercadológica que o fenômeno do populismo lulista transformou o processo de conquista da cidadania em uma experiencia mercadológica. No fundo, Arantes se utiliza estrategicamente das analises sociológicos de Adalberto Cardoso acerca da ascensão de uma nova classe media pelo consumo para criticar a gestão reformista de conflitos e de ascensão social promovidos pelo lulismo:

> Com o teto político rebaixado, todo um sonho de época se acabou, no caso, o sonho do controle popular das políticas públicas, para falar na língua dos movimentos. Sonho desfeito, sonho restaurado, para variar na escala descendente com a qual estamos nos defrontando. Pois foi um sonho restaurado pelo mercado que o sociólogo Adalberto Cardoso reconheceu nas ruas de Junho. O padrão FIFA exigido pelos manifestantes era uma aspiração racional. Num ambiente em que qualidade se tornou sinônimo de mercado, era natural que a aspiração da maioria por melhores serviços públicos, vividos nos circuitos da pobreza como sofrimento, penúria e humilhação, e além do mais suportados na consciência plena de que hospitais, escolas, não se fazem da noite para o dia e que a longo prazo estaremos todos mortos, demandar saúde e instrução agora só pode ser sonhar, e apenas sonhar, já que somos cidadãos de segunda classe, com hospital e escola privados. A quem pode comprar, só as empresas vendem aqui e agora as mais diversas soluções para seus infortúnios, novamente um sonho, pois a solução de mercado exige sempre cada vez mais renda, o melhor serviço sempre estará adiante. Precisando desesperadamente deixar o reino da necessidade o mais rápido possível, os trabalhadores pobres acordaram do sonho da construção de uma sociedade do trabalho emancipado para viver o sonho da vida coletiva mercantilizada, conclui Adalberto Cardoso. Se o lulismo poderia ou não poupar os mais pobres de sonhar um sonho assim tão mesquinho, são outros quinhentos. Além do mais, quem somos nós para criticar o que quer que seja, cada um sabe onde o calo aperta.

---

[892] Arantes, Paulo. Entre os destroços do presente. Blog da Boitempo, 10 abr. 2015. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/10/paulo-arantes-entre-os-destrocos-do-presente/. Acesso em: 12 jun. 2024.

Ou seja, no Novo Tempo do Mundo, a esquerda teria desistido da ideia de politica enquanto transformação o como conquista e luta social e teria deixado ao capitalismo e suas forcas auxiliares levarem essa pratica adiante:

> Ante tamanho destrambelho decididamente a própria palavra "concessão" já não faz mais o menor sentido, se é que ainda fazia em nosso novo tempo do mundo, pois sempre encerrou um fundo de fé progressista no progresso, no caso progresso do esclarecimento social, onde o recuo de agora é a garantia do avanço mais à frente, assim na política como na guerra. Não mais. Até parece de encomenda para confirmar o pesadelo descrito pelo sociólogo Wolfgang Streeck, o alemão de que há pouco falávamos. Tudo se passa como se o capitalismo desorganizado estivesse desorganizando também a sua própria oposição, sem receita, não digo nem para salvá-lo *in extremis*, como fez quando sua sobrevida esteve por um fio à beira do apocalipse nazi, mas para escapar ela mesma, esquerda histórica, ao abraço dos afogados.[893]

Que politica o presentismo em um contexto de urgência nos orienta, portanto? Especialmente, quando a pratica democrática se torna nula e esvaziada pela esquerda (comparável a direita nesse sentido – quando Arantes correlaciona sempre tucanismo e lulismo como fenômenos gêmeos) no contexto presentista marcado por:

> um ambiente social e político muito além do pasdedeux envelhecido Democracia e Ditadura. Vivemos fora do museu onde esses trastes podem ser visitados e apreciados na sua justa medida: Liberalismo (político ou econômico), Social-Democracia, Democracia Participativa (seção Últimas Aquisições), sem falar num outro museu, o da Revolução, a ser frequentado mais assiduamente, é verdade. É onde vivemos, numa ordem que poderia ser redescrita como ademocrática (...), onde não faz mais o menor sentido contrapor a democracia liberal de nossos avós ao fantasma de um autoritarismo neoliberal. Enquanto a esquerda não se livrar desse entulho, nada terá a dizer a não ser chorar o leite derramado, que aliás nunca foi o seu.[894]

---

[893] Arantes, Paulo. Entre os destroços do presente. Blog da Boitempo, 10 abr. 2015. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/10/paulo-arantes-entre-os-destrocos-do-presente/. Acesso em: 12 jun. 2024.

[894] Arantes, 2014, p. 452

A síntese de tal plataforma politica pode ser explicitada pelos seus seguidores na teoria critica contemporânea: isto, para Catalani e De Caux, "a Revolução não é, portanto, uma necessidade histórica inscrita na realidade tal como um destino, ela é antes o contrário: a contingência radical que quebra o nexo causal do desenvolvimento lógico das coisas."[895] Não é a toa que seus interpretes mais jovens o aproximas do Horkheimer tardio: o pessimismo em relação beira quase a resignação niilista politica ou o messianismo revolucionário. Em outras palavras, uma espécie de revolução presentista se coloca no horizonte da reflexão arantiana, ou estaria eu enganado?

Por fim, como pensar uma perspectiva progressista contra o hackeamento (ou cancelamento se usar temo do Fisher) da democracia pelo partido digital bolsonarista? Ao fim do seu mais recente livro o diagnostico é bastante pessimista e reflete o que Brown e Streeck discorreram sobre as ruinas do neoliberalismo e o impasse das forcas emancipatórias em decorrência da domesticação causada pelo desmantelamento das organizações clássicas de movimentos sociais, partidos políticos e outras associações de enfrentamento a ordem neoliberal. Contudo, o modelo de Teoria Critica que faz Nobre se diferenciar de outros modelos fenomenológicos vigentes (penso aqui o Hegel, Lukacs, Habermas e Honneth tardio) e retornar para uma critica da subjetivação da dominação ou da reificacao possibilita, contudo, pensar uma noção de emancipação diante de quatro tendencias que Nobre identifica no horizonte da politicas internacional: o autoritarismo de partido único (China), o autoritarismo eleitoral iliberal (Índia), o prolongamento do neoliberalismo progressista (Franca) e um novo acordo progressista proposto a partir da esquerda (Chile).

No contexto desse cenário, Nobre vislumbra duas saídas em termos de progresso politico democrático, a primeira de ordem pratica e a segunda de ordem teórica: a primeira estaria estabelecida pelo programa de governo de Biden, isto e, um reforço de programas de transferência de renda e serviços públicos e investimentos em infraestrutura. A segunda teria um caráter mais global em termos de um reformismo radical que passaria pela taxação de riqueza e de uma reforma tributaria redistributiva de caráter global, nacional e local. No contexto brasileiro, a agenda teria que passar para pautas que giram em torno da universalização dos serviços de água e esgoto, a garantia da moradia, a formalização integral

[895] Caux, Luiz Philipe de; Catalani, Felipe. A passagem do dois ao zero: dualidade e desintegração no pensamento dialético brasileiro (Paulo Arantes, leitor de Roberto Schwarz). **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo , n. 74, p. 119-146, Sept. 2019 .

do mercado de trabalho, a transição para uma sociedade de baixo carbono, entra outros remédios necessários vindos de uma politica progressista de estado.

No entanto, em termos urgentes e emergências, Nobre vem fazendo intervenções em torno de uma "Frente ampla contra o autoritarismo" que realize o "imperativo categórico de não permitir que uma regressão como essa se repita". (p.233, 2022). Para o combate imediato da regressão bolsonarista, Nobre lista ainda "um programa mínimo de contenção efetiva que passaria pela proibição de chefes da procuradoria, da policia ou da Justiça possam ser indicados para tribunal superior pelo mesmo presidente que os nomeou para aqueles cargos; um novo estatuto explicito e implícito para as forcas armadas e a policia, novos mecanismos institucionais capazes de garantir a independência da presidência da câmara em relação a presidência da republica no que diz respeito a pedidos de impeachment, impedindo a sua simples cooptação.".

E, em especial, superar a ideia de que a corrupção seja um tema de esquerda ou direita, mas que seja uma tarefa do estado democrático de direito. No sentido de um governo progressista, urge abandonar o projeto tecnocrático do governo Dilma e efetuar uma reforma tributaria de cunho efetivamente redistributivista e sobretudo uma real reforma das policias, além de alguma regulação da vida digital e de uma articulação global necessária para enfrentar a urgência climática. Em ultima instancia, trata-se de recuperar uma ideia de democracia não vista apenas como um regime politico, mas, sobretudo, como uma forma de vida.

Em suma, se tomarmos a noção da democracia como uma pratica de cooperação-reflexiva, especialmente contra o caráter colonizador do populismo tardio, torna-se importante remondar uma concepção socialista de politica democrática que radicalize a estrutura politica nacional. Neste sentido, lutas progressistas por reconhecimento promovem uma esfera pública dinâmica, inclusiva e integradora. Essa dimensão de aprendizagem social inerente ao socialismo de inspiração honnethianas torna possível conectar e renovar um "arquivo de experiencias socialistas" como referencial pratico de uma politica deliberativa radical. Como exemplo, três contramovimento apontar serem lutas progressista de reconhecimento: consolidação da constituição federal democrática de 1988 foi consequência de apoio massivo de movimentos sociais assim como a sua continuidade no movimento pelas "diretas já".

Em segundo lugar, a primavera de ocupações estudantis também consolidaram uma concepção de democracia como forma de vida em movimento. Por fim, o movimento passe livre constitui um exemplo neste sentido de repensar a forma de vida democrática na modernidade tardia. A indignação social que catalisou combustível para os protestos de junho

de 2013. Como legado institucional, o projeto de experimentalismo democrático que resultou em politicas publicas como a "tarifa zero"[896] tornou possível um modelo de reformismo radical que surgiu localmente e tem paulatinamente se tornado implementado em cidades cada vez maiores. Isso não implica desconsiderar que a liberdade seja, como Angela Davis sublinha, uma luta constante. Mas ter como referencia tais experiencia históricas tornam possível uma concepção expandida e democrática de socialismo em nosso solo nacional.

[896] Andres, Roberto. **A razão dos centavos: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.

Considerações finais

O Freheit, o Freheit, kehrst du zurück?

Beethoven

Justiça e liberdade. A causa é legítima.

Racionais Mcs

> O socialismo é, acima de tudo, uma teoria da liberdade humana, de como pensar o progresso na história, de como nos adaptamos às circunstâncias, mas também tentamos elevar-nos acima delas. A liberdade não é sacrificada apenas quando os outros nos dizem o que dizer, para onde ir, como se comportar. Uma sociedade que afirma permitir que as pessoas realizem seu potencial, mas não consegue mudar as estruturas que impedem que todos floresçam, também é opressiva. E, no entanto, apesar de todas as restrições, nunca perdemos nossa liberdade interior: a liberdade de fazer o que é certo.

Lea Ypi[897]

Era uma tarde efervescente de junho de 2013 na Brazulândia. Insurgências brotavam ao longo do asfalto. No meio do agito, destacavam-se dois ativistas, discutindo efusivamente acerca dos rumos do acontecimento político diante deles. O mais jovem, um estudante anarquista chamado Progréssio, elogiava o espontaneísmo e a radicalidade do movimento enquanto subia nos capôs dos carros convocando o povo à revolução: "Nós não queremos governar. Pelo contrário, queremos tornar o Brazul ingovernável. (...) Nós queremos que o controle se perca para que aconteça alguma coisa nova, nunca acontecida, diferente do passado que ninguém mais suporta. A nossa saída é a explosão"[898]. A mais experiente, Rita, dona de casa, ex-comunista e mãe de Progréssio, se mostrava mais reticente quanto a descoordenação do movimento e a ausência de uma linha politica bem delineada: "Sou treinada, uma espécie de estadista, conheço o nosso adversário como vocês não conhecem, não sou dada a ilusões baratas e *entendo de organização*".[899]

---

[897] Ypi, Lea**. Livre: uma criança e um país no fim da história**. Todavia. 2022. p.200
[898] Schwarz, 2022, p.56.
[899] Schwarz, 2022, p 44.

O dilema não era novo e suscitava daquelas e daqueles ali presentes uma profusão de indagações e divergências: tais protestos tratar-se-iam, afinal, de uma passeata ou uma revolução? E, dado o vigor do evento, como seria a melhor forma de organizar os passos seguintes da revolta? Embalado por uma perspicácia literária de diagnóstico do tempo presente, Roberto Schwarz narra o cenário acima em sua peça de teatro "Rainha Lira" (2022), como típica de uma Era no qual novíssimos movimentos sociais – à direita e à esquerda – repensaram diretrizes mais basilares da práxis política. A velha questão leninista, "O que fazer", tomava uma nova configuração diante da energia acumulada nas ruas e nos ciclos de lutas sociais que inauguram a massa crítica da segunda década do século XXI. A resposta, como era de se esperar, ganhou diversas e disputadas colorações.

De um lado, alguns, como Slavoj Žižek em seu icônico discurso sobre as incertezas do "dia seguinte" da revolução, no contexto do estabelecimento do movimento *Occupy Wall Street*, clamavam pela necessidade de reinterpretar os caminhos da insurreição com uma "tinta vermelha". Uma outra tinta, outra linguagem, que recuperasse elementos verticais de planejamento que pudessem engajar uma forma política de liderança comunista renovada, recuperando novos ares e retomar a consciência potente de 1917. De outro lado, outros, como David Graeber, que também se transformou em um arauto dos acampamentos nas mesmas praças, reforçava a necessidade de reestabelecer um conceito de democracia radical que fosse mais horizontal e menos autoritário, cuja hipótese anarquista, poderia, então, ter uma tração internacionalista e retomar as promessas libertárias de 1968. Na esteira desses eventos significativos da esquerda no século XXI, suscitados no contexto do neoliberalismo tardio, como reagir a um cenário no qual o protagonismo das organizações politicas em rede e ruas se voltaram a ultradireita e sua gramatica da liberdade? Como diz O Rei, personagem de Rainha Lira, de Roberto Schwarz , vão escolher entre banditismo e progresso. Nem que seja mínimo, sem o qual nem o atraso funciona?

Primeiro eles tomaram a liberdade. Depois a democracia? A astúcia do capitalismo tem sido a de inverter e ressignificar importante pautas progressistas. O populismo tardio, maior produto politico da crise desse neoliberalismo, tem colocado sob sequestro diferentes táticas e estratégias de lutas por reconhecimento progressista. O grande desafio das forcas radicalmente democráticas talvez seja responder ao fato de que a ultradireita populista tem não apenas sequestrado a gramatica da liberdade para seu uso retrogrado, mas, paradoxalmente, também sequestrado a própria ideia de um "sequestro da liberdade". Aliado a todo um arsenal de teorias da conspiração, esse cinismo característico tem sido a ideologia que motiva os batalhadores da liberdade.

Compreender a barata, o espirito monstruoso que paira sob tais batalhadores, tornou se o grande desafio dessa tese. Ao ressignificar a liberdade, talvez a única lição valida dessa ultradireita, seja que precisamos sempre repensar o sentido da liberdade em face dos desafios políticos, evitando reduzi-lo a um ideal progressista estático, metafisico, preso a uma modernidade especifica e não aliada as lutas por libertação, seus personagens e seus processos de aprendizagem que indicam uma abertura, sempre mais social e democrática, ao seu significado. De modo geral, esta tese procurou apresentar um diagnóstico multifacetado das dimensões subjetivas e institucionais da captura populista da liberdade por uma nova personalidade autoritária neoliberal, bem como uma cartografia critica desse fenômeno na tradição maior da critica imanente da sociedade, ao menos na versão desenvolvida no norte global.

Contra a redução tardo-moderna a posições politicas a uma mera luta de "narrativas" – primeiro empregada pela dissolução pós-estruturalista em discursos, depois pelas teorias conspiratórias em – esse texto procurou oferecer três possíveis estratégias de analise critica de tal diagnostico temeroso, ancorados, sobretudo, em uma perspectiva normativa coerente. Ao ressignificar a liberdade, talvez a única lição valida dessa ultradireita, seja que precisamos sempre repensar o sentido da liberdade em face dos desafios políticos, evitando reduzi-lo a um ideal progressista estático, metafisico, preso a uma modernidade especifica e não aliada as lutas por libertação, seus personagens e seus processos de aprendizagem que indicam uma abertura, sempre mais social e democrática, ao seu significado.

De modo geral, a intenção maior desta tese consiste em apresentar os potenciais e limites de modelos teóricos que circulam no debate da esfera publica acadêmica. Contudo, a coloração que o populismo tardio apresenta na periferia do capitalismo global expõe as fraturas de uma sociedade profundamente marcada pela sua herança colonial e escravocrata, mais ainda subserviente as dinâmicas de paranoia, desrespeito, desreconhecimento, injustificação, alienação, exclusão e reificação. Pensado a luz de um novo populismo tardio e seus novíssimos gurus do engano, que congregam elementos de uma personalidade autoritária-libertaria como subproduto do bolsonarismo, reproduzindo em milicias digitais um elo entre teologia do domínio (a retomada do velho testamento em igrejas para justificar o neotradicionalismo e suas politicas neoconservadoras) e a teologia da prosperidade (tradução neoliberal e ultraliberal, a ideia de liberdade ainda é central para recapturar seu potencial emancipatório das profundezas de cortes e medes de redes sociais.

Contudo, isso impele outro desafio para Teoria crítica elaborada abaixo dos trópicos: evitar uma ideia de liberdade etnocêntrica, que replica normatividade fora do lugar, formas

de paroquialismo liberais e universalismos que não dizem respeito ao processo de modernização periférica e violenta que passamos na formação da esfera publica de países da américa latina. O desafio consiste em pensar uma ideia heurística e hermenêutica de progressos em um pais como Brasil em que tal noção sempre esteve associada a formas ideológicas de legitimação de estruturas e poderes patrimoniais gerados.

Para isso, disputar uma noção social de liberdade depende de repensar nossa relação com escravidão e a terra mediante o expediente de nossa teoria critica brasileira (e amefricaladina) que proceda de uma reconstrução com reserva dialética. Liberdade de ficar e permanecer[900] e regenerar. Tais patologias da esfera pública do sul global nos impelem repensar ferramentas teóricas que tratem uma compreensão da normatividade que levem em conta um universalismo do sul como horizonte descolonial, no contexto de uma esfera pública atravessada por lutas por reconhecimento e contra públicos subalternos progressistas e regressivos. Dessa perspectiva, populismo tardio no sul global, este ornitorrinco fruto da hegemonia as avessas de uma nova ultradireita como fenômeno representante de um projeto "totalitário neoliberal" (como conceituaram Marilena Chaui e Chico de Oliveira) poderá ser combatido. Por fim, vale lembrar que todo capturador tem medo das janelas e portas entreabertas. Pois é dali que podem desmascarar seus métodos e desativar sua armadilhas de sequestro. Dos calabouços e salas de tortura que surgiram as figuras nefastas retratadas aqui reivindicando formas mais vis de liberdade totalitária, surgirá, oxalá, uma paralaxe de luzes das frestas. Se esse texto pode ter contribuído como mais um modelo critico e uma aliado democrático dentro dessa constelação, posso dizer que forjaremos juntos uma frente rumo ao dessombro da escuridão colocada pelo que aqui ficou conhecido como populismo tardio:

Na saúde que retorna
No perigo que passou
Nas esperanças sem eco
Escrevo teu nome
E ao poder de uma palavra
Recomeço minha vida
Nasci para conhecer-te
E chamar-te
Liberdade.

Paul Eluard

[900] Von Redecker, Eva. **Bleibe-freiheit**. Frankfut am Main, S. Fischer, 2023.

Referências

Abromeit, J. A Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e a persistência do populismo autoritário nos Estados Unidos. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 22, n. 1, p. 13, 30 jun. 2017.

Abromeit, J. Right-Wing Populism And The Limits Of Normative Critical Theory. In: **Logos: A Journal Of Modern Society And Culture**, Vol. 16, Nº 1-2, 2017, Disponivel em: http://Logosjournal.Com/2017/Right-Wing-Populism-And-The-Limits-Of-Normative-Criticaltheory/. Acesso em: 21.03.2023.

Adorno, T.W; Horkheimer, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

Adorno, T. W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial. In: (Org.) Cohn, G. **Theodor W. Adorno.** São. Paulo: Ática, 1998.

Adorno, T.W. **Ensaios de psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Unesp, 2015.

Adorno, T. W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Tradução de Francisco L. T. Correa, Virginia Helena F. da Costa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Unesp. 2019.

Adorno, T.W. **Aspectos do novo radicalismo da direita**. Lisboa. Edições 70, 2020.

Agustín, Óscar García. **Left-Wing Populism : The Politics of the People**, Emerald Publishing Limited, 2020.

Alexander, Jeffrey. "Vociferando contra o iluminismo: A ideologia de Steve Bannon". **Sociologia & Antropologia,** vol. 08, n. 3, set-dez, 2018

Allen, Amy. "Power Trouble: Performativity as Critical Theory". **Constellations**, Nova York, v. 5, n. 4, p. 456-471, 1998.

Allen, Amy. "The Power of Feminist Theory." **Boulder:** Westview Press, 1999.

Allen, Amy. Reconstruction or deconstruction? A reply to Johanna Meehan. **Philosophy & social criticism**. vol 26 no 3. pp. 53–60, 2000.

Allen, Amy. The Public Sphere : Ideology and/or Ideal? **Political Theory**, 40. 2012.

Allen, Amy. "Having One's Cake and Eating It, Too: Habermas's Genealogy of Post-Secular Reason." (org.) Craig Calhoun, Eduardo Mendieta, e Jonathan Van Antwerpen In **Habermas and Religion**, 234-72. Cambridge: Polity Press, 2013.

Allen, Amy. "Emancipação sem Utopia." Tradução de Inara Luisa Marin, Ingrid Cyfer, e Felipe Gonçalves Silva. **Revista Novos Estudos** 103, novembro de 2015.

Allen, Amy. **The End of Progress: Decolonizing the Normative Foundations of Critical Theory**. New York: Columbia University Press, 2016.

Allen, Amy, Jaeggi, Rahel; Eva van Redecker. “Progress, Normativity and the Dynamics of Social Change: An Exchange between Rahel Jaeggi and Amy Allen” In **Graduate Faculty Philosophy Journal**, 37 /2, pp. 225-251, 2016.

Allen, Amy. How Not to Critique the Critique of Progress: A Reply to Payrow Shabani. **Jounal Value Inquiry** 51, p. 681–687, 2017.

Allen, Amy. Progress and death drive. In: (Org.). Amy Allen e Brian O’Connor. **Transitional subjects: Critical Theory and Objects relations**. Columbia University Press, New York: 2019.

Allen, Amy. Progress, Normativity, and the "Decolonization" of Critical Theory: Reply to Critics. In: Harry F. Dahms; Amy Allen (org.) **The Challenge of Progress: Theory Between Critique and Ideology** Vol: 36 University of Tennessee, USA. 2019

Allen, Amy. Third generation critical theory: Benhabib, Fraser, and Honneth. In: (Org.) Schrift, A. D. **Poststructuralism and Critical Theory. The History of Continental Philosophy:** Volume 6. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

Allen, Amy, Mari Ruti. **Critical Theory Between Klein and Lacan: A Dialogue.** New York: Bloomsbury, 2019

Allen, Amy. “Psychoanalysis and the Critique of Progress?” in: Christ, J.; Lepold, K.; Loick, D.; Stahl, T. (Org.). **Debating Critical Theory. Engagements with Axel Honneth** Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2020

Allen, Amy. Recognizing Ambivalence: Honneth, Butler, and Philosophical Anthropology. Heikki Ikäheimo, Kristina Lepold, and Titus Stahl. (Org.). **Recognition and ambivalence.** New York: Columbia University Press, 2021.

Allen, Amy. “Entrevista com Amy Allen”. Entrevista feita por Saulo de Matos et.al. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v.5,Campinas, 2021, p.829-865.

Allen, Amy. **Critique on the couch: Why Critical theory needs psychoanalysis**. Columbia University Press, New York: 2021.

Allen, Amy ; Rech, Paula mariana ; Cyfer, ingrid ; Gonçalves silva, Felipe ; Marin, Inara luisa ; Bueno, arthur oliveira . Teoria crítica e psicanálise. **Eleuthería - Revista do Curso de Filosofia da UFMS,** v. 7, p. 323-341, 2022.

Allen, Amy "Slavery, Work, and History: Du Bois’s Black Marxism," Emancipations: A **Journal of Critical Social Analysis**: Vol. 1: Iss. 2, 2022.

Allen, Amy. Imperialism Ultimately Works for Us”: Rosa Luxemburg's Theory of History. **Critical Times 1** 7 (1): pp. 128–152, 2024.

Amlinger, Carolim; Nachtwey, Oliver. **Gekränkte Freiheit. Aspekte des libertären Autoritarismus.** Suhrkamp Verlag, Berlin 2022.

Anders, Gunther. **Patologia della libertà Saggio sulla non-identificazione** “ Orthotes, Napoli-Salerno, 2015

Anderson, Elizabeth. “When the Market was “Left””. In: **Private Government. How Employers Rule Our Lives (and Why We Don’t Talk about It)**. Princeton/Oxford: Princeton University press, 2017

Anderson, Elizabeth. **Hijacked: How Neoliberalism Turned the Work Ethic Against Workers and How Workers Can Take It Back**. MIT Press, 2023.

Anderson, Perry. A Direita Intransigente no Final do Século. In: **Afinidades Seletivas**. São Paulo. Boitempo, 2002.

Andres, Roberto. **A razão dos centavos: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023

Anderson, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Anker, Elisabeth R. **Ugly Freedoms**. Duke University Press, 2022.

Arantes, Paulo. **A fratura brasileira do mundo.** Lisboa. Cadernos Ultramares, 2019.

Arantes, Paulo. Entre os destroços do presente. Blog da Boitempo, 10 abr. 2015. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/10/paulo-arantes-entre-os-destrocos-do-presente/. Acesso em: 12 jun. 2024.

Arendt, Hannah. **Sobre a Revolução** Lisboa. Relógio d’Água, 2001

Audard, Catherien. Realistic Utopia. In: Mandle, J.; Reidy, D. A. (Org.). **Rawls Lexicon.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

Azmanova, Albena, **Capitalism on Edge: How Fighting Precarity Can Achieve Radical Change Without Crisis or Utopia**. New York: Columbia University Press, 2020.

Azmanova, Albena. The populist catharsis: On the revival of the political. **Philosophy and social criticism**, 44. No.4 p. 399-411.

Bakunin, Mikhail. **Political Philosophy of Mikhail Bakunin: Scientific Anarchism**. (org.) G. P. Maximoff London: Free Press of Glencoe, 1953.

Bambery, C. A Theory of Justice: The Musical. **Philosophy Now,** Oxford, n. 95, p. 26-28, Nov./Dec. 2013. Disponível em: https://philosophynow.org/issues/95/A_Theory_of_Justice_The_Musical. Acesso em: 6 mar. 2023.

Bannon, Stephen K; Frum, David**. The Rise of Populism.** Toronto: Anansi International, 2018.

Barret, M. “Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**”. Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010

Bauman, Zigmund. **Retrotopia.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

Baynes, Kenneth. **The normative Grounds of social criticism. Kant, Rawls and Habermas**. New York: Suny Press, 1992.

Beiner, Ronald. **Dangerous Minds: Nietzsche, Heidegger, and the Return of the Far Right.** University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 2018.

Benhabib, Seyla. "Breves reflexões sobre o populismo (de esquerda ou de direita)". Trad. Adriana P. Matos. **Dissonância: Revista de Teoria Crítica**, v. 3 n. 2., Dossiê Theodor W. Adorno, 2º semestre de 2019,pp. 372-383.

Benhabib, Seyla. **Critique, norm, and utopia. A study on the foundations of Critical Theory**. New York: Columbia University press, 1986.

Benhabib, Seyla. Brief Reflections On Populism (Left Or Right). Critique & Praxis, 13/13. Disponivel em: http://Blogs.Law.Columbia.Edu/Praxis1313/Seyla-Benhabib-Brief-Reflections-On-Populism-Left-Or-Right/ Acesso em 25.08.2023.

Bernard-Henri Lévy, Adventures on the Freedom Road: The French Intellectuals in the 20th Century. London: Harvill Press, 1995.

Bernstein, Eduardo. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

Bhambra, G. Decolonizing Critical Theory?: Epistemological Justice, Progress, Reparations. Critical Times 4(1), 73-89, 2021

Birman, Joel. O trauma na pandemia do Coranavirus: suas dimensões politicas, sociais, econômicas, ecologicas, culturais, éticas e cientificas. Civilização brasileira, 2020.

Blackburn, Richard James. O Vampiro da Razão: um ensaio de Filosofia da História. Trad. Raul Ficker, São Paulo: UNESP, 1992

Blumenberg, Hans**. Legitimacy of the Modern Age**. Trad. Robert Wallace. Cambridge, MA, 1983.

Bohmann, U.; Sörensen, P. Prospectando uma Teoria Crítica da política. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, 22, e42204. 2022.

Bohmann, Ulf, and Paul Sörensen, eds. Kritische Theorie der Politik. Berlin: Suhrkamp. 2019.

Bolsonaro, Flávio. Jair Messias Bolsonaro: Mito ou verdade. Rio de Janeiro: MCI Editora, 2022;

Boltanski, Luc e Chiapello, Ève. "Desconstrução do mundo do trabalho". **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 239-284.

Borba, Eduardo de. **Modernidade, crise e crítica - Os problemas de legitimação do capitalismo tardio segundo Jürgen Habermas**. Tese de Doutorado do PPGFIL UFSC. 2022

Bottici, Chiara. Navegando pela psicologia de massas: a mitologia política do trumpismo. **Revista Estihaco.** Trad. Aline Dainez, Carine Laser, Gabriel Bichir, Régis Alves. 2023.

Bourdieu, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1998, p. 81.

Bourdieu, Pierre. The utopia of endless exploitation: The essence of neoliberalism. **Le Monde Diplomatique**, December, 1998. Disponível em: http://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu.com/apocalyptic-populism.

Bragança, B. DE O. E. **Psicose ambientalista: os bastidores do ecoterrorismo para implantar uma "religião" ecológica, igualitária e anticristã.**

Brito A. S.; Mendes C. H.; Sales F. R.; Amaral M.C.S.; Barretov M.S **O caminho da autocracia – Estratégias atuais de erosão democrática.** Centro de Análise da Liberdade do Autoritarismo (LAUT). Tinta da China: São Paulo, 2022.

Brown, Wendy. **States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

Brown, Wendy. **Politics Out of History.** Princeton: Princeton University Press, 2001

Brown, Wendy. "Freedom's Silences'' in**: Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics.** 2005.

Brown, Wendy. "Political Power After Foucault**," Oxford Handbook of Political Theory**, (org.) John Drysek, Bonnie Honig, Anne Phillips. Oxford University Press, 2006a.

Brown, Wendy. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory,** Vol. 34, No. 6. Dez., 2006b, pp. 690-714

Brown, Wendy. "Sovereignty and the Return of the Repressed," in **The New Pluralism: William Connolly and the Contemporary Global Condition**, (org.) David Campbell and Morton Schoolman. Duke University Press, 2008.

Brown, Wendy. Apocalyptic Populism**. Eurozine,** Vienna, 24 abr. 2017a. Disponível em: https://www.eurozine.com/apocalyptic-populism/. Acesso em: 2 mar. 2023.

Brown, Wendy. Interview. **Theory and Society**. 6 de Agosto de 2017b. Disponivel em: https://www.theoryculturesociety.org/blog/interviews-wendy-brown. Acesso em 8 de agosto de 2023.

Brown, Wendy; Gordon, Peter E.; Pensky, Max. **Authoritarianism: three inquiries on critical theory.** Chicago and London: University of Chicago Press, 2018a.

Brown, Wendy. Neoliberalism Against the Promise of Modernity. Interview with Wendy Brown. **Critical Theory at a Crossroads**. Columbia University Press, 2018b.

Brown, Wendy. "Neoliberalism's Scorpion Tail," W. Callison and Z.Manfredi, (org), **Mutant Neoliberalism.** New York: Fordham University Press, 2019a.

Brown, Wendy. Foreword. In: Biglieri, Paula. Cadahia, Luciana. **Seven Essays on Populism: For a Renewed Theoretical Perspective**. Polity Press, 2019b.

Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo. Editora Politéia, 2019c.

Brown, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo – liberdade autoritária nas 'democracias' do século XXI. In: Rago, Margareth; Pelegrini, Maurício (Org.). **Neoliberalismo**, **Feminismo** e **Contracondutas**: Perspectivas Foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019d, p. 17-49.

Brown, Wendy. Ruin and Renewal. Interview. [Entrevista concedida a Jacob Hamburger]. **Tocqueville21.** Disponível em: https://tocqueville21.com/interviews/ruins-and-renewal-an-interview-with-wendy-brown/. 2019e. Acesso em 06.03.2023.

Brown, Wendy. El neoliberalismo es una de las fuentes del ascenso de las formas fascistas y autoritarias: conversación con V. Gago. **Le monde diplomatique**. Disponível em: www.eldiplo.org/notas-web/el-neoliberalismo-es-una-de-las-fuentes-del-ascenso-de-las-formas-fascistas-y-autoritarias/. 2020a. Acesso em 06.03.2023.

Brown, Wendy. **Se não trabalharmos na resignificação da liberdade, perderemos esta batalha- Veronica Gago conversa com Wendy Brown,** Disponível em: https://www.insurgencia.org/blog/wendy-brown-redefinir-a-liberdade-ou-perder-a-batalha. **Tinta Limón,** 21 de novembro de 2020b. Acesso em 06.03.2023.

Brown, Wendy. "On Governmentality" A conversation with Nicholas Rose and Partha Chatterjee. (org.). Martina Tazioli; William Walters. **Handbook on Governmentality.** Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2021.

Brown, Wendy. Amy Kapczynski and Wendy Brown on Democracy. **Law and Political Economy**. Disponível em: https://lpeproject.org/blog/amy-kapczynski-and-wendy-brown-democracy/, 2022a. Acesso em 06.03.2023.

Brown, Wendy. Entrevista: É necessário romper com a forca antidemocrática dos regimes de direita. IHU- Unissinos. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/618538-e-necessario-compreender-a-forca-antidemocratica-dos-regimes-de-direita-entrevista-com-wendy-brown. 2022b. Acesso em 06.03.2023.

Brown, Wendy. What is left of freedom? In Amy Allen & Eduardo Mendieta (org.), **Power, neoliberalism, and the reinvention of politics: the critical theory of Wendy Brow**n. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2022c.

Brown, Wendy. Preface. **Capital: Critique of Political Economy, Volume 1.** Trad. Paul Reitter e Paul North. Princeton Uni Press, 2024.

Brown, Wendy. **Reparative Democracy.** 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MuHnyGPJD8c. Acesso em 06.03.2023.

Bruce Caldwell; Leonidas Montes. Friedrich Hayek and his visits to Chile, **The Review of Austrian Economics,** v. 28, n. 3, 2015, p. 44.

Brunkhorst, Hauke. **Critical theory of legal revolutions. Evolutionary perspectives.** Bloomsbury, 2014.

Butler, Judith. Un populisme de gauche doit conduire a une democratie radicale. **Liberation.** Disponivel em: https://www.liberation.fr/debats/2017/01/20/judith-butler-un-populisme-de-gauche-doit-conduire-a-une-democratie-radicale_1542916/. 2017. Acesso em 20. 12. 2022.

Cassimiro, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online]. 2021, n. 35.

Castells, Manuel. Ruptura: **A crise da democracia liberal**. Trad. Joana Angelica D'Avila Melo, Zahar, 2012.

Castro Rocha, Joao Cezar. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-politico.** Caminhos, 2021.

Carvalho, Heloisa; Bugalho, Henry. **Meu Pai, o Guru do presidente: a face ainda oculta de Olavo de Carvalho.** Kotter Editorial, 2020.

Cesarino, Leticia. **O mundo do avesso: verdade e politica na era digital.** São Paulo: Editora Ubu, 2022.

Charbonier, Pierre. **Abundância e liberdade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

Cohen, Jean. "What's wrong with the normative theory (and the actual practice) of left populism". **Constellations**.26 (3), p. 391-407, 2019.

Cohen, Joshua "Democracy and liberty". In Elster, Jon (org.). **Deliberative democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, pp. 185-231.

Cohen, Joshua. "For a Democratic Society." In Freeman, Samuel. (org), **The Cambridge Companion to Rawls,** Cambridge: Cambridge University Press. 2003. p. 86–138.

Cohn, Gabriel. Razão e historia. In **Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas**. São Paulo, UNESP, 1995.

Condon, Roderick. Reframing Habermas's colonization thesis: Neoliberalism as relinguistification. **European Journal of Social Theory**, 2020.

Cooper, Melinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Zone Books/MIT Press, 2017.

Cowan, Benjamin. **Moral Majorities across the Americas. Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right**. University of North Carolina Press, 2019.

Critchley, Simon. "Is there a Normative Deficit in the Theory of Hegemony." In **Laclau. A Critical Reader,** (org.) Simon Critchley and Oliver Marchart, 113–122. New York: Routledge. 2004

Curcino, L. y Pereira, T. A "Livros, política e populismo: a 'nova' direita brasileira e seus best sellers", **Populismo(s) e suas linguagens. Textos selecionados**, Ribeirão, Húmus, pp. 197-222., 2022.

Cusk, Rachel. **Esboço**. Editora Todavia, 2022.

Campello, Felipe. **Critica dos afetos.** Editora Autentica, 2022.

Cardoso, Adalberto. À beira do abismo - uma sociologia política do bolsonarismo. Edições Kindle, 2020.

Casemiro, Paulo; Lynch, Christian. O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo. Rio de Janeiro: Editora Contracorrente, 2022.

Celia Lessa e Kerstenetzky, Jacques. "O Estado (de Bem-Estar social) como ator do desenvolvimento: Uma história das ideias". Dados – Revista de ciências sociais, vol. 58, n. 3, 2015, p. 581-615

Chakrabarty, Dipesh. **The Climate of History in a Planetary Age**. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 2021.

Chamayou, Grégoire **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário,** São Paulo, Ubu, 2020

Chambers, Simone. "Deliberation and mass democracy". ." In Parkinson & Mansbridge (orgs.). **Deliberative systems. Deliberative democracy at the large scale**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp. 52-71.

Chandler, Daniel. **Free and Equal: What Would a Fair Society Look Like?** Londres: Allen Lane, 2023

Connolly, William E. **Aspirational Fascism: The Struggle for Multifaceted Democracy under Trumpism.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

Constantino, Rodrigo. **Autobiografia de um guerreiro da liberdade**. LVM Editora, 2022

Cooke, Maeve. Beyond Positive and Negative Liberty Habermas and Honneth on Political Freedom. In: Christman, John. **Positive freedom: past, presente and future.** Cambridge University Press, 2021

Coutinho, João P.; Pondé, Luiz F.; Rosenfield, Denis. **Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo**. São Paulo, Três Estrelas, 2012.

Critchley, Simon. "Is There A Normative Deficit In The Theory Of Hegemony." In **Laclau. A Critical Reader**, (org.) Simon Critchley And Oliver Marchart, 113–122. New York: Routledge. 2004

Crouch, Colin. **Post-democracy - After the Crisis**, Polity Press, 2020.

Czingon, Claudia; Diefenbach, Aletta; Kempf, Victor : Moral Universalism at a Time of Political Regression: A Conversation with Jürgen Habermas about the Present and His Life's Work, **Theory, Culture & Society**, Sage, Vol. 37, Ed. 7-8, pp. 11-36, 2020.

Dahrendorf, Ralf. **Acht Anmerkungen zum Populismus/Eight remarks on populism**. Liberal Institute of the Friedrich Naumann Foundation for Freedom, 2024.

Davis, Angela**. A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

De Caux, Luiz Philipe. **A Imanência da Crítica. Os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana**. Edições Loyola, 2021

De la Torre, Carlos. **Fascism and populism**. Global Populisms. Routledge, 2021.

De Vita, Alvaro. Justiça, democracia e Rawls,. **Estadão**, 11 dez. 2018. Disponível em: https://estadodaarte.estadao.com.br/justica-democracia-rawls-devita/. Acesso em: 06 mar. 2023.

De Vita, Alvaro. Progresso moral. In **A ousadia critica: Ensaios para Gabriel Cohn**. São Paulo: Editora Azougue, p. 376-378.

Deranty, Jean-philippe. Between honneth and rancière: problems and potentials of a contemporary critical theory of society in: jean-philippe deranty & katia genel (org.), **Recognition versus Disagreement**. New york, usa: columbia university press. Pp. 33-80, 2016.

Deranty, Jean-Philippe. Critical theory and/as Political Philosophy. In: (org.) Giladi, Paul. **Hegel and the Frankfurt School.** Routledge, 2020.

Diamond, Larry. "Facing Up to the Democratic Recession." **Journal of Democracy**, no. 1 (2015): 141-55.

Dubet, Francois. **O tempo das paixões tristes**. Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Editora vestígio, 2020

Dubiel,Helmut. **Theory and Politics**.MIT Press, 1985.

Dugin, Alexander. **The Great Awakening vs. the Great Reset: Reconciliation of Worldviews.** Washington: New Order, 2021. Acesso em: 01. mar. 2023. p.54

Dussel, Enrique. **Cinco tesi sull populismo.** Editora Castellvechi, 2022.

Da Empoli, Giuliano. **Engenheiros do caos**. São Paulo, Vestígio. 2019.

Dahl, Robert. **A preface to democratic theory. Expanded edition**. Chicago, The University of Chicago Press, 2006, pp. 63-87.

Downs, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York, Harper & Row, 2006, pp. 2-74.

de Barros, Thomás Zicman; Lago, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DiQuattro, Arthur. “Rawls and Left Criticism,” **Political Theory** 11/1, 53–78. 1983;

De Djin, Annelien. **Freedom: An Unruly History**. Harvard University Press, 2021.

de Souza, Luiz Gustavo da Cunha. Crítica reconstrutiva do neoliberalismo: considerações sobre um modelo de crítica do presente **Civitas, Rev. Ciênc. Soc**. 22 ,2022.

Della Torre, Bruna. Com quantos paus se faz uma canoa? Notas sobre A personalidade autoritária. Crítica Marxista, n. 50, 2020, pp. 103-109. Disponível em: https://bit.ly/3OCPFXv. Acesso em: 23 jun. 2022.

Demirović, Alex. Das Scheitern der Agonistik. Zur kritischen Theorie des Politischen. In: Bohmann, Ulf; Sörensen, Paul (Org.) **Kritische Theorie der Politik,** Berlin: Suhrkamp, 2019.

Dobry, Michel. **Sociologie des crises politiques**. Paris: Presses de la FNSP. 1986

Dunker, Christian. Crítica Psicanalítica do Populismo no Brasil: massa, grupo e classe. In: Christian Hoffman & Joel Birman. (Org.). **Psicanálise e Política: uma nova leitura do populismo.** São Paulo: Instituto Langage, 2018, v. , p. 203-224

Dunker, Christian. **Lacan e a Democracia: clínica e crítica em tempos sombrios**. São Paulo: Boitempo, 2022

Dunker, Christian. **Mal-Estar, Sofrimento e Sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros.** São Paulo: Boitempo, 2015

Dunker, Christian. Psicanálise e o negacionismo. In: Adriasna Kortlandt & Marcos Linhares. (Org.). **Mosaico do Negacionismo.** 1ed.Brasília: Tagore, 2021, v. 1, p. 58-7

Ernaux, Annie. **Os anos**. São Paulo: Relicário, 2020.

Evola, Julius. **Revolta Contra o Mundo Moderno**. São Paulo: Irget, 1979.

Evola, Julius. **Metaphysics of war. Battle, victory & death in the world of tradition**. Londres: Arktos, 2011.

Eco, Umberto. **O fascismo eterno**. tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro : Record, 2018.

Edmundson, William. **Socialism for Soloists: Spelling Out the Social Contract**. Wiley, 2021.

Eng, David. Colonial object relations. **Social Text** v. 34(1): p. 1–19, 2016.

Esping-Andersen. Gosta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge/Oxford: Polity press, 1990,

Fausto, Ruy. **esquerda/direita: em busca dos fundamentos e reflexões críticas**. Revista fevereiro. Disponivel em: http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=05&t=13.

Fausto, Ruy. "Esquerda/direita: em busca dos fundamentos e reflexões críticas". In: Fevereiro: Política, Teoria, Cultura, outubro de 2012.

Fausto, Ruy. Radicalismo. Serrote, n. 15, nov. 2013. Disponível em: https://www.revistaserrote.com.br/2014/10/radicalismo-por-ruy-fausto/. Acesso em: 12 jun. 2024.

Finchelstein, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019

Fiorespino, Leonar. **Comparing Radical Democracy and Populism: A Thin Red Line**. Palgrave Macmillan, 2020

Fiuza, Guilherme. **Passaporte 2030: o sequestro silencioso da liberdade.** Editora Avis Rara, 2022.

Fleck, Amaro. Desventuras da critica imanente. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 27; n.2, p.96.

Fraser, Nancy. Jaeggi, Rahel. **Capitalismo em debate. Uma conversa na teoria critica**. São Paulo: Boitempo, 2020.

Freeman, Samuel. Illiberal Libertarians: Why Libertarianism Is Not a Liberal. **Philosophy & Public Affairs**, Vol. 30, No. 2 (Spring, 2001), pp. 105-151

Freyenhagen, Fabian. "Critical Theory's Philosophy". In (org.) Overgaard, Søren. **The Cambridge companion to philosophical methodology**. p. 356–77. Cambridge, UK: Cambridge UP, 2017.

Fausto, Ruy e Araújo, Cicero. "Sombras e luzes à esquerda". In: Fornazieri et alii (orgs). **A crise das esquerdas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Ferrara, Alessandro. Can Political Liberalism Help Us Rescue "The People" From Populism? **Philosophy And Social Criticism** 44 (4):463-477 2018

Ferrara, Alessandro. Can political liberalism help us rescue "the people" from populism? **Philosophy and Social Criticism**, 2018.

Finchelstein, Federico. Para una história global del populismo: rupturas y continuidades. **Conhecer – Debate entre o público e o privado**, Fortaleza, v. 10, n. 24, p. 12-23, 2020

Fiuza, Guilherme. **Passaporte 2030 - O sequestro silencioso da liberdade**. Editora Avis Rara, 2022;

Flesch, Philip. **Der philosoph: Habermas und Wir.** Berlim: Propyläen, 2024.

Foresti, Luiz Felipe Loureiro. **O arauto da contrarrevolução: o pensamento conservador de Plinio Corrêa de Oliveira (1968-1976**). 2013. Dissertação (Mestrado) apresentada à PUC-SP, São Paulo.

Forst, Rainer Die Herrschaft der Unvernunft. Zum Begriff der (anti-)demokratischen Regression. **FGZ Working Paper Nr. 4**. Leipzig: Forschungsinstitut Gesellschaftlicher Zusammenhalt. fgz-risc.de/wp-4, 2022.

Forst, Rainer. "Ethik und Moral". In: Günter, Klaus e Wingert, Lutz (org**.). Die Öffentlichkeit der Vernunft und die Vernunft der Öffentlichkeit, Festschrift für Jürgen Habermas.** Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2001, pp. 344-371.

Forst, Rainer. Toleration in the European Union, in: **Twelve Stars Initiative & Bertelsmann Stiftung (org.), Twelve Stars. Philosophers Chart a Course for Europe**, Gütersloh: Bertelsmann 2019, pp. 185-192.

Forst, Rainer. 300 Jahre Kant – Kritik als Methode. **FR.** Disponível em: https://www.fr.de/kultur/gesellschaft/300-jahre-kant-kritik-als-methode-93022015.html

Forst, Rainer. Dynamiken des Vertrauens. Demokratie und Solidarität in der Krise“, in: Frank-Walter Steinmeier (Org.), **Zur Zukunft der Demokratie.** 36 Perspektiven, München: Siedler, 2022, p. 317-325.

Forst, Rainer. Justice, democracy and the right to justification. **Rainer Forst in dialogue, Bloomsbury Academic**, 2014.

Forst, Rainer. “A Kantian Republican Conception of Justice as Non-Domination”, in: Andreas Niederberger & Philipp Schink (org.), **Republican Democracy,** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2013, pp. 154-168

Forst, Rainer. "Critical Political Theory", in: **raisons politiques** 84, 2021, pp. 69-76.

Forst, Rainer. “Justifying Justification: Reply to My Critics.” In Owen, David.(org**.) Justice, Democracy and the Right to Justification:** Rainer Forst in Dialogue,London: Bloomsbury, 2014b.

Forst, Rainer. “Navigating a World of Conflict and Power. Reply to Critics”, in: Amy Allen and Eduardo Mendieta (og.), **Justification and Emancipation. The Critical Theory of Rainer Forst,** University Park: Penn State University Press, 2019, pp. 157-187.

Forst, Rainer. "Sobre la libertad politica", in: **Areté. Revista de Filosofia** 10, 1998.

Forst, Rainer. “The Constitution of Justification: Replies and Comments”, in: Ester Herlin-Karnell and Matthias Klatt (org.), **Constitutionalism Justified. Dialogues with Rainer Forst**, Oxford: Oxford University Press, 2019, pp. 295-348.

Forst, Rainer. "The Dialectics of Toleration and the Power of Reason(s): Reply to my Critics", in: Rainer Forst, **Toleration, Power and the Right to Justification. Rainer Forst in Dialogue,** Manchester: Manchester University Press 2020, pp. 167-220.

Forst, Rainer. “The Justification of Progress and the Progress of Justification”, in: Amy Allen and Eduardo Mendieta (org.), **Justification and Emancipation. The Critical Theory of Rainer Forst,** University Park: Penn State University Press, 2019, pp. 17-37.

Forst, Rainer. "Toleration, Progress and Power", in: Rainer Forst, **Toleration, Power and the Right to Justification. Rainer Forst in Dialogue**, Manchester: Manchester University Press 2020, pp. 3-20.

Forst, Rainer. Freiheiten, risiken und Rechtfertigungen. Eine deontologisch.demokratisch Perspektive auf die Bekampfung der Pandemiaa. In Gunther, Klau. **Freihet oder leben?** Suhkamp, Berlim, 2022

Forst, Rainer. **Noumenal Republik**. Berlin: Suhrkamp, 2021.

Forst, Rainer. The power of critique. **Political theory** 39. p.118-123, 2011.

Forst, Rainer. Two bad halves don’t make a whole: On the crisis of democracy", in: **Constellations** 26/3, 2019, pp. 378-383.

Forst, Rainer. A critical theory of transnational (in-) justice: Realistic in the right way. In Brooks, Thomas. (org.) **The Oxford handbook of global justice**. Oxford: Oxford University Press. 2020.

Forst, Rainer. Can The Left Still Mount A Fight? **Die Zeit.** Disponivel em: Https://Www.Zeit.De/Politik/Deutschland/2016-05/Justice-Left-Wing-Solidarity-Poverty-Humanism-Political-Realism/Seite-5 Acesso em 5 de feveriro de 2023.

Forst, Rainer. Gesellschaftlicher Zusammenhalt. Zur Analyse eines sperrigen Begriffs. In: Deitelhoff, Nicole. (org). **Gesellschaftlicher Zusammenhalt. Ein interdisziplläner Dialog.** Frankfurt: Campus, 2020. (p.41-53)

Forst, Rainer. **Justificação e Crítica. Perspectivas de uma teoria crítica da política**. Trad. Denílson L. Werle. Editora UNESP, 2018

Forst, Rainer. Noumenal Power Revisited: reply to Critics. In: M. Haugaard and M. Kettner, org. **Theorising Noumenal Power. Rainer Forst and his Critics.** London: Routledge, 129–156, 2020.

Forst, Rainer. Os limites da tolerância. Trad. Mauro Victoria Soares. **Novos Estudos CEBRAP.** Ed. 84. 2009.

Forst, Rainer. The Discourse Theory of Morality: "Discourse Ethics—Notes on a Program of Philosophical Justification" (1983) p. 383 in: (org). Hauke Brunkhorst, Regina Kreide, Cristina Lafont. **Habermas handbook** New York : Columbia University Press, 2017

Forst, Rainer. The justification of Progress and the Progress of Justification. In: **Justification and Emancipation: The critical theory of Rainer Forst.** Org. Amy Allen e Eduardo Mandieta. The Pennsylvania State University Press, 2019b.

Forst, Rainer. **The Right to Justification: Elements of a Constructivist Theory of Justice**. Trad. Jeffrey Flynn. New York: Columbia University Press, 2012.

Forst, Rainer. **Toleration in Conflict. Past and Present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Forst, Rainer. Toleration, progress and power. In: **Toleration, power and the right to justification. Rainer Forst in dialogue**. Manchester University Press, 2020.

Forst, Rainer. Two Bad Halves Don't Make A Whole: On The Crisis Of Democracy. **Constellations.** 2019;26:378–383.

Forst, Rainer. What's Critical About a Critical Theory of Justice? In B. Bargu & C. Boticci (Orgs.), **Feminism, Capitalism, and Critique**. Palgrave Macmillan. 2017.

Forst, Rainer." Das Recht der Negativität", in: T. Khurana, D. Quadflieg, F. Raimondi, J. Rebentisch, D. Setton (org**.), Negativität. Kunst, Recht, Politik,** Berlin: Suhrkamp, 2018, pp. 196-206.

Forst, Rainer."Eine fortschrittliche Kritik des Fortschritts? Commentary on Amy Allen, ‚Das Ende – und der Zweck – des Fortschritts'", in: Michael Quante (org.), **Geschichte –**

Gesellschaft – Geltung. XXIII. Deutscher Kongress für Philosophie, Hamburg: Meiner, 2016, pp. 427-432.

Foucault, Michel. **O nascimento da biopolítica,** São Paulo, Martins Fontes, 2008

Fromm, Erich. **Escape from Freedom.** New York: Macmillan, 1994.

Fraser, Nancy. "From Progressive Neoliberalism to Trump – And Beyond." American Affairs 1, no. 4 (Winter). Diponível. https://americanaffairsjournal.org/2017/11/progressive-neoliberalism-trump-beyond/. Acesso em 21.12.22.

Fraser, Nancy. "The End Of Progressive Neoliberalism." Dissent Magazine, January 2.Disponivel em: https://www.Dissentmagazine.Org/Online_Articles/Progressive-Neoliberalism-Reactionary-Populism-Nancy-Fraser. 2017. Acesso em 4 de Janeiro de 2024.

Galston, William A. **Anti-Pluralism: The Populist Threat to Liberal Democracy**. New Haven: Yale University Press, 2018.

Gaus D. Rational reconstruction as a method of political theory between social critique and empirical political science. **Constellations**, 20(4), 553–567. 2013

Genova, Nicholasde "Rebordering 'the People':NotesonTheorizingPopulism," South Atlantic Quarterly 117, no. 2 (2018): 368.

Gerbaudo, Paolo. **The digital party: political organization and online democracy.** Pluto Press: Londres, 2018.

Gerstle Gary. **The rise and fall of the neoliberal order: America and the world in the free market era**. Oxford University Press, 2022;

Slobodian, Quinn. **Globalistas: o fim do império e o nascimento do neoliberalismo.** Enunciado Publicações, 2024.

Gonçalves, Felipe. **Liberdades em disputa. A reconstrução da autonomia privada na teoria critica de Jurgen Habermas.** Editora Saraiva, 2016. p.12

Goodhart, Michael. **Injustice: Political Theory for the Real World.** Oxford University Press, 2018..

Graeber, David. **Um Projeto de Democracia: Uma história, uma crise, um movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.#

Green, Joshua. **The Rebels: Elizabeth Warren, Bernie Sanders, Alexandria Ocasio-Cortez, and the Struggle for a New American Politics**. Verso Books, 2022.

Guenon, René. **Autoridade Espiritual e Poder Temporal.** S. Paulo, Irget, 2011

Guenon, René. **A Crise do Mundo Moderno**. São Paulo, Irget, 2009.

Guenon, René. **Formas Tradicionais e Ciclos Cósmicos**. São. Paulo, Irget, 2012.

Gunther, Klaus (Org.) **Freiheit oder Leben?:** Das Abwägungsproblem der Zukunft. Suhrkamp, 2022.

Guttman, Amy. A desarmonia da democracia. Democracia. **Lua Nova** (36), 1995

Gago, Veronica. **A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular**. Editora Elefante, 2019.

Gandesha, Samir. "'Identifying with the Aggressor': From the Authoritarian to Neoliberal Personality," **Constellations** 25: p. 147-164. 2018

Gilmore, Ruth Wilson. **Abolition Geography: Essays Towards Liberation**. (org.) Brenna Bhandar e Alberto Toscano London: Verso, 2002.

Gordon, Peter. "The Authoritarian Personality Revisited: Reading Adorno in the Age of Trump," in W. Brown, P. E. Gordon, M. Pensky. **Authoritarianism: Three Inquiries in Critical Theory.** Chicago/London: University of Chicago Press, pp. 45-84. 2018.

Habermas, Jurgen. "Commentary on Cristina Lafont, Democracy Without Shortcuts ", **Journal of DeliberativeDemocracy** , vol. 16, no. 2 (2020), pp. 10-14

Habermas Jurgen. "Interview with Jürgen Habermas" in André Bächtiger, John S. Dryzek, Jane Mansbridge & Mark E. Warren (eds.), **Oxford Handbook of Deliberative Democracy** .Oxford: Oxford University Press, 2018), pp. 871-882

Habermas, Jurgen. "Commentary on Cristina Lafont, Democracy Without Shortcuts ", **Journal of Deliberative Democracy** , vol. 16, no. 2 (2020), pp. 10-14

Habermas, Jurgen. "Moral Universalism in Times of Political Regression", **Theory, Culture & Society** , vol. 37, n. 7-8 (2020), pp. 11-36

Habermas, Jurgen. "Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the PoliticalPublic Sphere", **Theory, Culture & Society** , vol. 39, no. 4 (2022), pp. 145-171.

Habermas, Jürgen. "Reflections on Communicative Pathology." In **On the Pragmatics of Social Interaction: Preliminary Studies in the Theory of Communicative Action**, Cambridge, Mass.: MIT Press. 2001. p. 129–170.

Habermas, Jürgen. 30 anos depois: a segunda chance. **Eurozine**. Disponível em: https://www.eurozine.com/30-anos-depois-a-segunda-chance/?pdf, 2021.

Habermas, Jürgen. Core Europe to the rescue. **Social Europe**, 20 jan. 2016. Disponível em: https://www.socialeurope.eu/core-europe-to-the-rescue. Acesso em: 6 mar. 2023.

Habermas, Jürgen. Eine Psychoanalytsche Konstrution Des Fortschift. In: **Arbeit, Erkenntnis, Fortschrift. Aufsätze 1954-1970**. Amsterdam: De Munter, 1970

Habermas, Jurgen. **Facticidade e validade**. Trad. Rurion melo e Felipe goncalves, UNESP, p.369

Habermas, Jurgen. Foreword. Xviii. Prattico, Emilie. **Habermas and the crisis of democracy. Interviews with leading thinkers.** New York: Routledge, 2022.

Habermas, Jurgen. Grundrechtsschutz in der pandemischen Ausnahmesituation. ZumProblem der gesetzlichen Verordnung staatsbürgerlicher Solidarleistungen", in Klaus Günther &Uwe

Volkmann (org.), **Freiheit oder Leben? Das Abwägungsproblem der Zukunft** . Berlin: Suhrkamp,2022, pp. 20-44

Habermas, Jurgen. Once Again: On The Relationship Between Morality And Ethical Life. **European Journal Of Philosophy,** Volume 19, Edição 3, P.543-5512021.

Habermas, Jürgen. Por uma Polarização Democrática: como por abaixo o populismo de direita? Trad. Veyzon Campos Muniz. Revista Eletrônica Direito e Sociedade. Canoas, V. 5, N. 2, 2017.

Habermas, Jurgen. **The past as future.** University of Nebraska, 2005.

Habermas, Jurgen. Três modelos normativos de democracia. **Revista Lua Nova,** v.36. 1995.

Habermas, Jurgen. Why The Necessary Cooperation Does Not Happen: Introduction To A Conversation Between Emmanuel Macron and Sigmar Gabriel on Europe's Future" **Social Europe**. Acesso em 20-03-2017

Habermas, Jurgen. Year 30: Germany's Second Chance". Disponivel em **Eurozine.** Outubro, 2020.

Habermas, Jurgen. The Players Resign. Core Europe to the Rescue. A Conversation with Jürgen Habermas about Brexit and the EU Crisis. **Die Zeit**. 12-07-2016

Habermas, Jurgen. "Corona und der Schutz des Lebens. Zur Grundrechtsdebatte in der pandemischen Ausnahmesituation", **Blätter für deutsche und internationale Politik** 9/2021, pp. 65-78. Disponivel em: https://www.blaetter.de/ausgabe/2021/september/corona-und-der-schutz-des-lebens. Acesso em 4. Mar. 2023.

Hall, Stuart. "Authoritarian Populism: A Reply to Jessop et. al." In **Selected Writings on Marxism,** (org.) Gregor McLellan, p. 282–92. Durham, N.C.: Duke University Press. 2021

Hamilton, Lawrence. **The political philosophy of needs**. Cambridge University Press, 2006.

Hartman, Saidiya. **Scenes of Subjection: Terror Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America.** New York: W. W. Norton & Co., 2022

Hartmann, Martin. "Invisible Hand and the Impartial Spectator: The Adam Smith Problem Reconsidered?". In: Hans-Christoph Schmidt am Busch (org.). **Die Philosophie des Markts/The Philosophy of the Market**. Hamburg: Felix Meiner, 2016, p. 49-69.

Hayek, Friedrich. 'Whither Democracy?' in **New Studies in Philosophy, Politics, Economics, and the History of Ideas**. London: Routledge, 1990.

Herf Jeffrey. **Reactionary Modernism: Technology, Culture and Politics in Weimar and the Third Reich.** Cambridge: Cambridg University Press, 1986.

Hermann Heller, Authoritarian liberalism?, **European Law Journal**, v. 21, n. 3, p. 295–301, 2015

Herzog, B. “Authoritarianism as pathology of recognition: the sociological substance and actuality of the authoritarian personality**”, Humanities and Social Communnication** , 8: 135, 2021.

Herzog, Lisa. “Freedom, Freedoms, and the Market”. In: **Inventing the market. Smith, Hegel, and Political Theory**. Oxford: Oxford University press, 2013, p. 119-146.

Hill, Jenny. Reichsbürger: German 'crackpot' movement turns radical and dangerous. Disponível em: https://www.bbc.com/news/world-europe-63889792 . Acesso em 20. 12. 2022.

Hirvonen, Onni; Pennanen Joonas. Populism As A Pathological Form Of Politics Of Recognition. **European Journal Of Social Theory**. 2018

Hobsbawn, Eric**. A Era das Revoluções : 1789 – 1848.** Editora Paz e Terra, 2010.

Hochschild, Arlie Russell. Strangers in their own land: Anger and mourning on the American right. New York, NY: The New Press. 2016.

Honneth, Axel. Arbeit unter genealogischer Perspektive: Literaturessay zu "Über die Arbeit" von Raymond Geuss. **Soziopolis**: Gesellschaft beobachten. 2023.

Honneth, Axel .“Gerechtigkeit und kommunikative Freiheit”, B. Merker, G. Mohr y M. Quante (org.), **Subjektivität und Anerkennung,** Paderbornmentis, 213-27, 2004,

Honneth, Axel “You” or “We”: The limits of the second-person perspective. **Eur J Philos.** 2021;1–11p. 2021

Honneth, Axel (Org.) **Befreiung aus der Mündigkeit. Paradoxien des gegenwärtigen Kapitalismus.** Frankfurt am Main/New York: Campus, 2002.

Honneth, Axel (Org.). **Normative Paradoxien. Verkehrugen Des Gesellschaftlichen Fortschritts.** Frankfurt: Campus Verlag, 2021

Honneth, Axel Reconhecimento como ideologia: sobre a correlação entre moral e poder. Tradução de Ricardo Crissiuma. **Revista Fevereiro.** Julho, 2014. Disponível em: http://www.revistafevereiro.com/pag.php?r=07&t=09. Acesso em 3.02.2023

Honneth, Axel; Nolte, Paul. Ich@Wir: Ein Streitgespräch über rechts und links in der globalisierten Moderne. In**: Kursbuch** 173, Rechte Linke, Murmann Verlag. 2013.

Honneth, Axel; Fassin; The Heuristic of Crises: Reclaiming Critical Voices. In: Didier Fassin, Axel Honneth (orgs**.). Crisis Under Critique. How People Assess, Transform, and Respond to Critical Situations.** New York: Columbia University press, 2022

Honneth, Axel; Nico Bobka, Sina Knoll; Benjamin Köhle, Recognition theory as a critical theory of society? Interview with Axel Honneth in: **Propuestas Críticas en Trabajo Social** - Critical Proposals in Social Work Vol. 2, Num. 4, 176-186 Out, 2022.

Honneth, Axel; Skalski, Jérôme: “il y a une lutte idéologique concernant la manière de concevoir la liberté ” **Humanité.** Vendredi, 3 Mars, 2017 Disponível em:

https://www.humanite.fr/axel-honneth-il-y-une-lutte-ideologique-concernant-lamaniere-de-concevoir-la-liberte-632877. Acesso em 3.2.2023.

Honneth, Axel. 'Entretien: sans la reconnaissance, l'individu ne peut se penser en sujet de sa propre vie', **Philosophie magazine**, 5, www.philomag.com/ , 2006.

Honneth, Axel. "Angst und Politik": Stärken und Schwächen von Franz Neumann Pathologiediagnose. In: Honneth, Axel. **Pathologien der Vernunft: Geschichte und Gegenwart der Kritischen Theorie.** Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2007, pp. 180-191.

Honneth, Axel. "Os limites do direito: Réplica a William Scheuerman". Trad. Felipe Gretschischkin, Ricardo Gonçalves. **Dissonância**. 2018.

Honneth, Axel. "Reconstructive Social Criticism With A Genealogical Proviso: On The Idea Of 'Critique' In The Frankfurt School." **In Pathologies Of Reason: On The Legacy Of Critical Theory**. Traduzido Por James Ingram. New York: Columbia University Press, 2009

Honneth, Axel. "The Invisible Rebellion: Working People Under the New Capitalist Economy". In: Didier Fassin, Axel Honneth (org). **Crisis Under Critique. How People Assess, Transform, and Respond to Critical Situations.** New York: Columbia University press, 2022, p. 387-402.

Honneth, Axel. "The point of recognition". In: Honneth, Axel; Fraser, Nancy. **Redistribution or recognition: a political philosophical exchange.** New York: Verso Books, 2003.

Honneth, Axel. A dinâmica social do desrespeito: para a situação de uma teoria crítica da sociedade. Trad. Luiz Gustavo da cunha de Souzsa. **Revista Política e Sociedade**. v. 17 n. 40, 2018.

Honneth, Axel. A **ideia de socialismo.** Lisboa: Edicoes 70, 2017.

Honneth, Axel. A Textura Da Justiça: Sobre Os Limites Do Procedimentalismo Contemporâneo. **Civitas-Revista De Ciências** Sociais, V. 9, N. 3, P. 345-368, 2009.

Honneth, Axel. Coopérer face à la crise. **Revue Esprit**, Outubro, 2020. Disponível em: https://esprit.presse.fr/article/axel-honneth/cooperer-face-a-la-crise-42973. Acesso em: 25 jul. 2021.

Honneth, Axel. Democracia como cooperação reflexiva. A teoria democrática e John Dewey hoje. Trad. Lucio Rennó. In: In: Souza, Jessé (org**.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 63-91.

Honneth, Axel. **Der arbeitende Souverän. Eine normative Theorie der Arbeit**. Suhrkamp, 2023.

Honneth, Axel. Dois passos para trás, um passo para frente. Pós-colonialismo e o Ocidente. Manuscrito cedido pelo autor. 2024.

Honneth, Axel. Foreword. Loick, Daniel. **A critique of sovereignty**. trad. Amanda DeMarco. London ; New York : Rowman & Littlefield International, Ltd., 2018.

Honneth, Axel. How to Envision Social Progress Today? **Social Imaginaries** 4 (1):157-169 (2018)

Honneth, Axel. La "Viena roja": sobre el espíritu del experimentalismo socialista. In: Cuevas, Jose Manuel (org.) .**Recuperar el socialismo: Un debate con Axel Honneth**. Editora Akal, 2023.

Honneth, Axel. **O Direito da Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p.38.

Honneth, Axel. Raffnsøe-Møller, Morten. **Freedom, Solidarity, and Democracy: An Interview with Axel Honneth.** In: (org.) Jonas Jakobsen; Odin Lysaker Recognition and freedom : Axel Honneth's political thought. Londres: Brill, 2015.

Honneth, Axel. Recht und normativitat. Aspekte eines komplexen. Wechselverhältnisses in: (org.) Forst, Rainer; Gunther, Klaus. **Normative Ordnungen**. Suhrkamp, 2021.

Honneth, Axel. Recognition Between Power and Normativity: A Hegelian Critique of Judith Butler. In **Recognition and ambivalence.** (org.) Heikki Ikäheimo, Kristina Lepold, and Titus Stahl. New York : Columbia University Press, 2021.

Honneth, Axel. Recognition, Democracy And Social Liberty: A Reply. **Philosophy And Social Criticism.** Vol.45. P.694-708. 2019

Honneth, Axel. Rejoinder to my critics**. Journal of Classical Sociology**, p. 8. 2023.

Honneth, Axel. Remarks on the philosophical approach of Jacques Rancière. In: Axel Honneth; Jacques Rancière; Katie Genel; Jean-philippe Deranty (orgs.). **Recognition or disagreement: a critical encounter on the politics of freedom, equality and identity**. New York: Columbia University Press, 2016. p. 96-106

Honneth, Axel. Replies. **Journal for contemporary philosophy** . Krisis. P. 44

Honneth, Axel. Review of "Isaiah Berlin, The Crooked Timber of Humanity". European **Journal of Philosophy** 1 (1):98-101, 1993.

Honneth, Axel. The Irreducibility of Progress: Kant's Account of the Relationship between Morality and History. **Critical Horizons A Journal of Philosophy and Social Theory** Volume 8, 2007

Honneth, Axel. The Political Identity of the Green Movement in Germany: Social-Philosophical Reflections. **Critical Horizons**, 2010.

Honneth, Axel. **The Poverty of our freedom. Essays 2012-2019**. Polity: Londres, 2023. p.5; Honneth,

Honneth, Axel. Three, Not Two, Concepts of Liberty: A Proposal to Enlarge Our Moral Self Understanding. In: **Hegel on Philosophy of history.** Cambridge University Press, 2017.

Honneth, Axel. Why the workplace is democracy's blind spot. **Philonomist**. 2023

Honneth, Axel. Will the pandemic teach us democracy? An interview with Axel Honneth. **Eurozine.** Disponivel em https://www.eurozine.com/will-the-pandemic-teach-us-democracy/ . Acesso em 20.01.2023.

Honneth, Axel.. Rejoinder. Axel Honneth. **Critical Horizons**, 2016.

Honneth, Axel "Antworten auf die Beiträge der Kolloquiumsteilnehmer", in Christoph halbig/Michael Quante, Org., Axel Honneth. **Sozialphilosophie zwischen Kritik und Anerkennung,** Münster, Lit-Verlag, 2004, pp. 99–121

Horkheimer, Max; Adorno, Theodor. **Towards a new manifesto**. Trans. Rodney Livingstone. Verso Books, 2019.

Horkheimer, Max. Juden und Europa. **Studies in Philosophy and Social Science**, 8, caderno 1. Reimpressão pela Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980. (1939), p.115.

Horkheimer, Max. A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais. **Praga: Estudos Marxistas** 7: p.121-32. 1999.

Horkheimer, Max. Egoismus und Freiheitsbewegung. Zur Anthropologie des bürgerlichen Zeitalters. **Zeitschrift für Sozialforschung**, 5, caderno 2. Reimpressão pela Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980.

Horkheimer, Max. **Origens da filosofia burguesa da história.** Editorial Presenca.1990

Horn, Eva. Conspiracy theories: reality is crumbling**. Berliner Zeitung**. Disponível em: https://www.berliner-zeitung.de/en/conspiracy-theories-reality-is-crumbling-li.111238. Acesso em 20. 12. 2022.

Hornaday, Ann. "You can learn a lot about Steve Bannon by watching the films he made". **The Washington Post**, 2 fev. 2017

Inglehart, Ronald. **The silent revolution.** Princeton: Princeton University Press, 1977.

Iser, Mattias. **Emporung und Fortschitt: grundlagen einer kritischen Theorie der Gesellschaft**. Frankfurt am Main: Cmpus 2008.

Illouz, Eva. **The Emotional Life of Populism: How Fear, Disgust, Resentment, and Love Undermine Democracy**. Polity Press, 2023.

Jaeggi, Rahel. **Critique of forms of life.** Trad. C. Cronin. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press.2018.

Jaeggi, Rahel. Progress, Normativity, and the Dynamics of Social Change: An Exchange between Rahel Jaeggi and Amy Allen. In: **From alienation to forms of life: the critical theory of Rahel Jaeggi**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018

Jaeggi, Rahel. Um conceito amplo de economia: Economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas - Revista de Ciências Sociais,** vol. 18, núm. 3, pp. 503-522, 2018

Jan-Werner Müller. "Rawls, historian : remarks on political liberalism's 'historicism'. **Revue internationale de philosophi**e " 2006/3 n° 237

Jay, Martin**. Reason after eclipse**. University of Wisconsin Press, 2017. p.123

Joas, Hans. The unhappy marriage of hermeneutics and functionalism. **Praxis International,** 8(1), 34–51. 1991.

John Rawls and Philippe Van Parijs Three letters on The Law of Peoples and the European Union. **Revue de philosophie économique** 7, 2003, pp. 7-20

Jones, Paul. **Critical theory and demagogic populism**. Manchester: Manchester University Press, 2020;

Morelock, Jeremiah. **Critical theory and Authoritarian Populism**. University of Westminster Press, 2018;

Kellner, Douglas. **American Nightmare: Donald Trump, Media Spectacle, and Authoritarian Populism.** Rotterdam, Netherlands: Sense Publishers. 2016.

Judis, John B. **The Populist Explosion How The Great Recession Transformed American And European Politics**. Columbia Global, 2016

Judis, John**. The Populist Explosion: How the Great Recession Transformed American and European Politics.** Brill, 2016.

Nobre, Marcos. The Global Uprising of Populist Conservatism and the Case of Brazil K.-G. Giesen (org), **Ideologies in World Politics, Staat – Souveränität – Nation**. Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, 2020.

Kahht, Farid. **El eterno retorno: la derecha radical en el mundo contemporáneo.** Lima, Perú: Editorial Planeta, 2019.

Kaysel, André. "Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras", in Sebastião V. e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas (orgs.). **Direita, volver! O retorno da direita ao ciclo político brasileiro**. São Paulo, Perseu Abram(2015).

Kelley, Robin D. G. **Freedom dreams: the Black radical imagination.** Boston: Beacon Press, 2002.

Kellner, Douglas. 2018. "Donald Trump as Authoritarian Populist: A Frommian Analysis", in J. Morelock (org.). **Critical Theory and Authoritarian Populism.** London: University of Westminster Press, pp. 71-82.

King, Martin Luther. **Stride toward freedom**. The Montgomery Story. Souvenir Press, 2018.

King, Vera; Sutterlüty, Ferdinand (org.): Schwerpunkt: Destruktivität und Regression im Rechtspopulismus. **WestEnd. Zeitschrift für Sozialforschung** 1/2021

King, Vera. 2021. "Autoritarismus als Regression," **WestEnd** 18 (1): 87-102.

Klein, Naomi. **Doppelgänger - Uma viagem através do Mundo-Espelho.** Renato Marques. Trad. Editora Carambaia, 2024.

Kopotsha, Jazmin. "We're Going To Be Talking About 'The Great Hack' Documentary For A Long Time". www.refinery29.com. Acesso em 2019-11-27.

Koselleck, Reinhard. **Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos**. Rio de Janeiro. Contraponto/PUC-RIO, 2006

Kotz, David. "Crisis". **The Rise and Fall of Neoliberal Capitalism.** Cambridge/London: Harvard University press, 2015, p. 127-180

Kouvelakis, Stratis. **La Critique Défaite. Emergence et domestication de la Théorie Critique.** Paris: Éditions Amsterdam, 2019.

Kracauer, Sigfried. "Exposé. Masse und Propaganda"; "Totalitäre Propaganda" In **Krakauer, Sigfried. Werke**, vol 2.2, 2012, p. 17-173.

Krahl, Hans-Jurgen. The Political Contradictions in Adorno's Critical Theory. In J. Marcus & Z. Tar (org.), **Foundations of the Frankfurt School of Social Research Abingdon: Transaction Publishers**, (pp. 307–310). 1984.

Kreide, Regina. Social critique and transformation: Revising Habermas's colonisation thesis. **European Journal of Social Theory**. 2022.

Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios. 2015.

Laclau, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

Laclau, Ernesto. Towards a Theory of Populism. In: Laclau, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory: capitalism, fascism, populism.** London: New Left Review Editions, p. 143-199, 1977.

Laden, Anthony Simon. The House That Jack Built: Thirty Years of Reading Rawls. **Ethics.** Vol. 113, No. 2 2003), pp. 367-390

Laje, Agustin. **El libro negro de la nueva izquierda**, Unión, 2016.

Laje, Agustin. **La batalla cultural. Reflexiones críticas para una nueva derecha**, Buenos Aires, Hojas del Sur, 2022.

Lange, Margaret Meek. Progresso. In: **Enciclopédia de Teoria da Justica**. Trad. Thor Veras. Pelotas: Edufpel. No prelo.

Larmore, Charles. Political liberalism: Its motivations and goals. In: Sobel D, Vallentyne P and Wall S (eds) Oxford Studies in Political Philosophy: Volume 1. Oxford: Oxford University Press, pp. 63–88.

Larmore, Charles. **What is political philosophy?** Princeton, Princeton University Press, 2020. O'Neill, Onora. "Constructivism in Rawls and Kant". In Freeman, Samuel (org.), **The Cambridge Companion to Rawls.** New York, Cambridge University Press, 2003, 347-367.

Larson, Rob. Capitalism vs. Freedom: The Toll Road to Serfdom . Zero Books, 2018

Lavalle, Adrián Gurza. A humildade do universal: Habermas no espelho de Rawls **Lua Nova** no.42 São Paulo 1997

Lechley-Yuill, H. J., & Sinclair, I. A Year in The Ruins: An Interview with Wendy Brown. Interfere: **Journal for Critical Thought and Radical Politics,** 1, 112-116, 2020. https://interferejournal.files.wordpress.com/2020/11/11.-a-year-in-the-ruins-lechley-sinclair.pdf

Lechley-Yuill, H. J., & Sinclair, I. A Year in The Ruins: An Interview with Wendy Brown. Interfere: **Journal for Critical Thought and Radical Politics,** 1, 112-116, 2020. https://interferejournal.files.wordpress.com/2020/11/11.-a-year-in-the-ruins-lechley-sinclair.pdf

Lenin, Vladimir. **Estratégia e Tática da Hegemonia Proletária**. Trad. Gabriel Varandas Lazzari, Marcelo Bamonte Seoane, Mário Coelho, Otávio Losada e Vinícius Okada M. M. D'Amico. Editora lavra Palavras, 2023.

Levitsky, Steven; Ziblatt, Daniel. **Como As Democracias Morrem.** São Paulo: Companhias Das Letras. 2018.

Liguori Guido e Voza Pasquale (orgs.) **Dicionário Gramsciano,** São Paulo, Boitempo, 2017,pp. 635/637.

Lima Jr, Carlos; Schwarcz, Lilia; Stumpf, Lucia. O sequestro da independência. Uma historia da construção do mito do Sete de Setembro. Companhia das letras, 2022. p. 282

Loewenstein, Era. In Dark Times: Psychoanalytic Praxis as a Form of Resistance to Fascist Propaganda, Psychoanalytic Inquiry, 43:2, 130-144, 2023.

Lohmann, Georg. “Zur Rolle von Stimmungen in Zeitdiagnosen”, in: Hinrich Fink-Eitel & Georg Lohmann (org.) **Zur Philosophie der Gefühle,** Suhrkamp, Frankfurt/M., 1994, pp. 266-292.

Löwenthal, Leo; Guterman, Norbert. Prophets of Deceit. A study of the Techniques of The American Agitator. Nova Iorque: Verso Books, 2021.

Lutz, Raphael. **Jenseits von Kohle und Stahl: Eine Gesellschaftsgeschichte Westeuropas nach dem Boom**. Suhrkamp, 2019.

Macintyre, Alaisdair. Kantian constructivism and reconstructivism: Ralws and Habermas in dialogue. **Ethics,** 105, pp. 44-63.

Macpherson, C.B. **The Political Theory of Possessive Individualism**: Hobbes to Locke. Oxford University Press, 1987.

Maffettone, Pietro. **Populismo e filosofia politica**. Liguori Editore, 2020.

Mandela, Nelson. **A cor da liberdade**: os anos de presidência. Editora Zahar, 2018

Marchart, Oliver. Post-Foundational Political Thought. Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

Marcuse, Herbert. The historical fate of bourgeois democracy. In: Marcuse, Herbert. **Towards a critical theory of society – collected papers of Herbert Marcuse**. Volume 2. London, New York: Routledge, 2001, p. 163-186.

Mcaffee, Noëlle. **Fear of Breakdown: Psychoanalysis and Politics**. Nova York: Columbia University Press, 2019.

McCarthy Th. Complexity and democracy: Or the seducements of systems theory. In: Honneth A., Joas H (Org.), **Communicative action. Essays on Jürgen Habermas's the theory of communicative action** (pp. 119–139), trad.. by Gaines J., Jones D. L. Polity Press. 1991

McCarthy, Thomas. Introdução. In Jürgen Habermas, Thoery of communicative action Boston, MA: Beacon Press, 1984. (pp. v– xxxvii).

McEwan, Ian. **A barata.** São Paulo: Companhia das letras, 2019.

Melo, Marcus Andre; Pereira, Carlos. **Por que a democracia brasileira não morreu?** Companhia das letras, 2024.

Melo, Rurion; Werle, Denilson. Introdução. Sofrimento de indeterminação. Uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Editoria Singular, 2010.

Melo, Rurion. Autonomia, construtivismo e razão pública. Rawls leitor de Kant. **Dois pontos**; v. 7, n. 4, 2010, pp. 127-149.

Meng, Anne;. Little, Andrew. **Subjective and Objective Measurement of Democratic Backsliding**. SSNR, 2023.

Menke, Christoph. **Theorie der Befreiung.** Berlin: Suhrkamp. 2022.

Milei, Javier. Milei diz estar "infiltrado" no Estado com o objetivo de destruí-lo. **Jornal Metropoles**. Dosponivel em: https://www.metropoles.com/mundo/milei-estado-destrui

Moody-Adams, Michelle. Making Space for Justice: Social Movements, Collective Imagination, and Political Hope. Cambridge: Columbia University Press, 2022.

Moore, Martin. **Democracy Hacked: Political Turmoil and Information Warfare in the Digital Age**. London: Oneworld Publications. 2018.

Moraes, Felipe Morales. **Neoconservadorismo: a teoria da injustiça de Jurgen Habermas.** Tese de Doutorado do PPGFIL UFSC. 2024.

Moraes, Felipe Moralles e; Facticidade e validade: comentário sobre o livro de Jurgen Habermas. **A terra é redonda**. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/facticidade-e-validade/ Acesso em 02.03.2023.

Morelock, Jeremiah. (Org.) **How to Critique Authoritarian Populism Methodologies of the Frankfurt School.** Boston: Brill, 2021.

Mouffe, Chantal. 'Democracy, Power, and "the Political"', in S. Benhabib (org.) **., Democracy and Difference**: Contesting the Boundaries of the Political, Princeton University Press, Princeton, 1996.

Mouffe, Chantal. A cidadania democrática e a comunidade política. **Revista Joaquim A Burity. Estudos de Sociologia, Unesp** – FCL, 2, 1997. Disponivel em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/663/778>. Acesso em: 3 de março de 2022.

Mouffe, Chantal. 'Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism', **Social Research**, vol. 66, no. 3, 1999, pp. 745-758.

Mouffe, Chantal; Errejon, Íñigo. **Construir Pueblo: hegemonía y radicalización de la democracia**. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

Mouffe, Chantal How to Envisage the Political Dimension of Architecture **in**: Org. Bedford, Joseph. **How Is Architecture Political? Engaging Chantal Mouffe**. Bloomsbury Publishing Plc, 2024

Mouffe, Chantal "Why a populist Left should rally around a green democratic transformation". 2021. **Open Democracy**. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/en/rethinking-populism/left-populist-strategy-post-covid-19/. Acesso em: 3 de março de 2022.

Mouffe, Chantal "La apuesta por un populismo de izquierda" (entrevista). **Nueva Sociedad** nº 281, maio-junho de 2019

Mouffe, Chantal**. Por um populismo de esquerda**. Trad. Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literaria, 2020.

Mouffe, Chantal. A cidadania democrática e a comunidade política. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 2, p. 59-68, 1997.

Mouffe, Chantal. **Agonistique: Penser politiquement le monde**. Paris: ENSBA, 2014.

Mouffe, Chantal. America in Populist times: an interview. **The Nation.** Disponível em: https://www.thenation.com/article/archive/america-in-populist-times-an-interview-with-chantal-mouffe/. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.

Mouffe, Chantal. Art can'tchange the world on its own" in conversation with Pelin Tan and Florian Malzache Florian Malzacher, Pelin Tan, Ahmet Öğüt (Org..) **The Silent University: Towards a Transversal Pedagogy.** Berlin: Sternberg Press, 2016.

Mouffe, Chantal. Chantal Mouffe: Hegemony, Radical Democracy, And The Political Ed. James Martin. Routledge, 2013.

Mouffe, Chantal. For an Agonistic Public Sphere. In: Tonder, Lars; Thomassen, Lasse. (org.). **Radical Democracy: Politics between abundance and lac**k. Manchester: Manchester University Press, p. 123-132. 2005.

Mouffe, Chantal. Globalização e cidadania democrática. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, 36, 2001. Disponivel em:

<https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/1779/1476&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-gga&ct=res&cd=0&d=8575582517263920805&ei=ta4lZMCdDYSwmgHanbr4Cw&scisig=AJ9-iYvLfNE3RtvEnKAm1LuEfKKw>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Mouffe, Chantal. Hegemony and New Political subjects: Towards a new concept of democracy. In (org.) Nelson, Cary; Grossberg, Lawrence**. Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois Press, 1988. p.100.

Mouffe, Chantal. **How to Envisage the Political Dimension of Architecture** in: Org. Bedford, Joseph. How Is Architecture Political? Engaging Chantal Mouffe. Bloomsbury Publishing Plc 2024

Mouffe, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Democracias**. **Rev. Sociol. Polit**. 25. Novembro, 2005.

Mouffe, Chantal. **Pour um populisme de gauche.** Paris: Albin Michel, 2018.

Mouffe, Chantal. **Sobre o Político.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

Mouffe, Chantal. The "end of politics" and the challenge of right-wing populism. In: Panizza, Francisco. (org.). **Populism and the Mirror of Democracy.** Londres: Verso, p. 5-71. 2005.

Mouffe, Chantal. The Controversy Over Left-Wing Populism**. Le Monde Diplo,** Maio. 2020. Disponivel em: Https://Mondediplo.Com/2020/05/14populism. Acesso em 5 de maio de 2023.

Mouffe, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso. 2000.

Mouffe, Chantal**. L'illusion du consensus.** Paris: Éditions Albin Michel, 2016.

Mouffe, Chantal. The Return Of Political. New York: Verso Books, 1993.

Mouffe, Chantal. **Towards a green democratic revolution: Left populism and the power of affects**. London: Verso. 2022.

Mouffe, Chantal. Towards an Agonistic conception of assembly. **Arts of assembly.** Disponivel em: https://art-of-assembly.net/material/chantal-mouffe-towards-an-agonistic-conception-of-assembly/

Mounk, Yascha. **The People Vs. Democracy. Why Our Freedom Is In Danger And How To Save It.** Cambridge: Harvard University Press. 2018.

Mounk, Yasha. T**he Great Experiment: How the New Kind of Diversity Is Changing America and Why Its Makes Democracy Stronger.** Londres: Penguin Random House, 2021.

Moura, Julia. **Compreendendo a utopia realizável: uma defesa do ideal de justiça distributiva da teoria de John Raw**ls. Rio de Janeiro: lumens juris, 2019.

Mudde, Cas; Kaltwasser, Cristóbal Rovira. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. **Government and Opposition**, 48, p. 147-174, 2013.

Mudde, Cas. **A extrema direita hoje.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2023.

Mudde, Cas. How Populism Became The Concept That Defines Our Age . **The Guardian.** 22 Nov De 2018

Mueller, Jan-Werner. **Democracy rules.** Londres: Allen Lane, 2021.

Mueller, Jan-Werner. The Far Right's New-Old War on Women. **Project Syndicate.** Disponível em: https://www.project-syndicate.org/commentary/far-right-misogyny-war-on-women-by-jan-werner-mueller-2021-08. Acesso em 4 de janeiro de 2023. 2021.

Mueller, Jan-Werner. **What Is Populism?** Philadelphia: Pennsylvania University Press. 2016.

Muller, Jan-Werner Democracy And Disrespect. **Philosophy And Social Criticism** Vol. 45(9-10) pp. 1208–1221, 2019.

Müller, Jan-Werner. Rawls and right-wing populism— A qualified defense of the former: A reply to Gila Stopler, **International Journal of Constitutional Law**, Volume 19, Issue 2, April 2021, Pages 419–422

Negri, Antonio- 21 century fascistm. Disponivel em https://www.versobooks.com/blogs/4208-a-21st-century-fascist. Acessado em 10 de setembro de 2023.

Nelson, Maggie. **Liberdade. Quatro canções sobre cuidado e repressão**. São Paulo: Companhias das Letras, 2022.

Neuhouser, Frederick. Diagnosing Social Pathology. Rousseau, Hegel, Marx, and Durkheim. Cambridge University Press, 2022.

Niesen, Peter. "Die politische Theorie des Libertarianismus. Robert Nozick und Friedrich A. von Hayek", in: org. André Brodocz e Gary S. Schaal, **Politische Theorien der Gegenwart**, Opladen 2002, p. 69-110.

Nobre, Marcos. A nova direita **Folha de S.Paulo** - 03/03/2009. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0303200906.html.

Nobre, Marcos. Limites da democracia. De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. Editora Todavia, 2022.

Nobre, Marcos. The Global Uprising of Populist Conservatism and the Case of Brazil . K.-G. Giesen (ed.), **Ideologies in World Politics, Staat – Souveränität – Nation Springer, ,**2019

Nobre, Marcos. The June Revolts. In (Org) Green, J. N., Langland, V., and Moritz Schwarcz. The **Brazil Reader. History, Culture, Politics**. Durham: Duke University Press, 2019.

Norris, Pippa, Inglehart, Ronald. **Cultural Backlash. Trump, Brexit, And Authoritarian Populism.** Cambridge: Cambridge University Press. 2018.

Nunes, Rodrigo. Por onde começar? In: Paraná, Edemilson; Tupinambá, Gabriel**. A arquitetura de arestas: as esquerdas em tempo de periferização do mundo**. São Paulo, Autonomia Literária, 2022. p.244.

O'Mahony P. Habermas and the public sphere: Rethinking a key theoretical concept. **European Journal of Social Theory**, v. 24(4), p. 485–506, 2021.

O'Neill, Martin; Williamson, Thad. Introduction. In.: o'neill, m.; williamson, t. (Org.). **Property-Owning Democracy: Rawls and Beyond** Oxford: Blackwell Publishers, 2012. (pp. 1-14).

O'neill, Martin. Orwell, Rawls, Trump, Citizenship & Democratic Culture. Daily Nous, 2016. Disponível em: https://dailynous.com/2016/12/06/orwell-rawls-trump-citizenship-democratic-culture-guest-post-martin-oneill/. Acesso em: 6 mar. 2023.

O'Neill, Martin. Three Rawlsian Routes towards Economic Democracy. **Revue de Philosophie Économique** v. 9 (1): p. 29-55, 2008.

Oliveira, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: Oliveira, Francico.; Paoli, M. C. (orgs.). O sentido da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 55-81

Ottomayer, Kevin. "Autoritarismus im Kapitalismus und Neoliberalismus", Henkelmann, K. et al . (org.), **Konformistische Rebellen. Zur Aktualität des Autoritären Charakters** , Berlín: Verbrecher Verlag, 349-67. 2020

Owen, David. **Between Reason And History: Habermas And The Idea Of Progress**. Albany: State University Of New York Press, 2002.

Pasoloni, Pior Paolo**. Escritos corsários**. Trad. Maria Betânia Amoroso. Editora 34, 2020.

Petry, Franciele. A vocação da universidade pública contemporânea a partir da crítica de wendy brown. **Revista Inter-Ação,** Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1228–1244, 2024.

Philips, Anne. **The Politics of Presence**. Oxford: Oxford Universivty Press, 1995.

Piketty, Thomas. **Uma breve história da igualdade**. Trad.: Maria de Fátima Oliva Do Coutto, Intrínseca, 2022.

Pinzani, Alessandro. Habermas and Capitalism: an historic overview. **Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade**, 27(2), 51-68, 2022.

Pinzani, Alessandro. Teorias Politicas tradicionais e Teoria Critica. Dossiê – Teoria Politica Contemporanea. **Lua Nova.** V.102. Sep.Dec, 2017.

Postone, Moishe. The task of critical theory today: rethinking the critique of capitalism and its futures. **Globalization, Critique and Social Theory**, v. 33, p. 3-28, 2015.

Proudhon, Pierre-Joseph. **Philosophie du progrès. Programme**. Bruxelles: Alphonse Lèbegue, 1853.

Przeworski, Adam. "Ama a incerteza e serás democrata**". Novos Estudos** 9, julho de 1984.

Przeworski, Adam. **Crises da Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar. 2019.

Przeworski, Adam. O valor e a essência da democracia. Blog **Novos Estudos Cebrap** em 11 de fevereiro de 2022 http://novosestudos.com.br/o-valor-e-a-essencia-da-democracia/

Przwerski, Adam. Dominação ideológica. In : Denilson Luís Werle & Rúrion Soares Melo (Orgs.) **Democracia deliberativa.** São Paulo, Editora Singular 2007

Pzerworski, Adam (et.al.). **O que mantém as democracias?As Transições e a Modernidade.** Lua Nova (40-41) Ago 1997.

Rancière. Jacques. **O ódio à democracia**. São paulo: boitempo editorial, 2014; Wenman Mark. **Agonistic Democracy: Constituent Power in the Era of Globalization**. Cambridge: Cambridge University Press. 2013.

Raphael, Lutz. "Farewell to Class? Languages of Class, Industrial Relations and Class Structures in Western Europe since the 1970s". In: Brigitta Bernet, Lutz Raphael, Benjamin Zachariah (org**.). What's Left of Marxism? Historiography and the Possibilities of Thinking with Marxian Themes and Concepts**. Oldenbourg: De Gruyter, 2020, p. 265-290.

Rasmussen, David. Reflections on the Nature of Populism and the Fragility of Democracy: Democracy in Crisis'. In **The New Politics of Decisionism** (org. Violeta Besirevic) Eleven International Publishing. 2019, pp. 52–60. Eco-Ethica. Vol. 7. (ed. Peter Kemp and Noriko Hoshimoto. 2018, pp. 107–113.

Rawls, John, **A Theory of Justice**. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1971.

Rawls, John. A ideia de razão publica revisitada. In. Werle, Denilson; Melo, Rurion. (org.). **Democracia deliberativa.** São Paulo: Esfera Pública.2007

Rawls, John. **O Direito dos Povos**. Trad. Luís C. Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Raza, S., & Davison-Vecchione, D. With and against Max Weber: A Conversation with Wendy Brown on Politics and Scholarship in Nihilistic Times. **Theory, Culture & Society**, 2024.

Reckwitz, Andreas; Rosa, Hartmut**. Spätmoderne in der Krise. Was leistet die Gesellschaftstheorie?**, Suhrkamp, 2021.

Reckwitz, Andreas. **The End of Illusions. Politics, Economy, and Culture in Late Modernity**, Polity press, 2021.

Reid, Andrew. How can political liberalism respond to contemporary populism?. **European Journal of Political Theory,** 2020.

Rendtorff, J. D. Political Philosophy Against Populism: Democratic Theory of Justice as Justification of Human Rights and Citizenship in Political Liberalism. In A. Akande (Org.), **Globalization, Human Rights and Populism: Reimagining People, Power and Places**. pp. 147–170. Springer, 2023.

Repa, Luiz. **A Transformação da Filosofia em Jürgen Habermas - Os papéis de reconstrução, interpretação e crítica**. Editora Singular/Esfera Pública, 2008.

Repa, Luiz. **Reconstrução e emancipação - Método e política em Jürgen Habermas**. São Paulo: EDUNESP, 2021.

Roberts, Neil. **Freedom as Marronage**. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 2015.

Rocha, Camila; Solano, Esther; Medeiros, Jonas. **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere And Right Wing Counterpublicity In Contemporary Brazil**. Springer, 2021.

Rocha, Camila. "The New Brazilian Right and the Public Sphere". **Mecila: Working Papers** Series 32: p. 1-30. 2021.

Rodrigo Nunes. **Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política**. Tradução: Raquel Azevedo. São Paulo, Ubu, 2023

Rodrigues, Ivan. A exclusão do outro. **Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade**, v. 29, p. 91-100, 2024.

Rodrigues, Ivan. Democratização transnacional em Jürgen Habermas (necessidade normativa, possibilidade sócio-histórica e núcleo institucional). In: Luciano da Rosa Muñoz; Raphael Spode. (Org.). **Relações internacionais para um mundo em mutação: policentrismo e diálogo transdisciplinar**. 1ed.Curitiba: Appris, 2020, v. , p. 295-314.

Rosa, H., C. Henning, and A. Bueno. Introduction. Critical Theory and New Materialisms - Fit, Strain or Contradiction? In **Critical Theory and New Materialisms**, org. H. Rosa, C. Henning, and A. Bueno, p.1–16. London: Routledge.

Rosa, Hartmut. **Identität und kulturelle Praxis: Politische Philosophie nach Charles Taylor.** Frankfurt am Main: Campus, 1998.

Rosa, Hartmut. Politik ohne Resonanz. Wie wir die Demokratie wieder zum Klingen bringen , **Blätter für deutsche und international Politik**, vol. 61, juin, p. 97-108. — 2016

Rosa, Hartmut. Democratic resonance or closed lifeworlds? Democracy and the structural transformation of the public sphere in the 21st century. **Cairns Vol. 235, ed. 5. Set,** 2002.

Rosa, Hartmut. La Société De L'écoute. La Receptivité Comme Essence Du Bien Commun. **Revue Du Mauss.** N.53. 2019/1. p.361-395.

Rosa, Hartmut. Monteiro, Dario. Modernity, Nationalism, And The "Promise Of Omnipotence". A Conversation With Hartmut Rosa. **Pléyade**. 2021, N.27, Pp.175-191.

Rosa, Hartmut. O equívoco da ontologia social antagonista e a crise de alienação da modernidade tardia: Sobre a atualidade política da Teoria Crítica. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, v.22, e42507. 2022.

Rosa, Hartmut. **Resonance: A Sociology of Our Relationship to the World.** Cambridge: Polity Press, 2019.

Rosa, Hartmut. **Social Acceleration. A New Theory of Modernity**. New York: Columbia University Press, 2013.

Rosa, Hartmut. Social Media Filters and Resonances: Democracy and the Contemporary Public Sphere. **Theory, Culture and Society.** Vol. 39, issue 4, 2022.

Rosa, Hartmut. **When Monsters Roar and Angels Sing: Eine Kleine Soziologie Des Heavy Metal**. Editora. Kohlhammer, 2023.

Rosa, Hartumut. Adaptation, Not Fossilization: Two Responses To The "Refugee Crisis." **Eurozine,** 14 De Julho De 2017. Disponivel em Https://Www.Eurozine.Com/Adaptation-Not-Fossilization/. Acesso em 20 de maio de 2023.

Rummers, Stefan. Populism as a threat to liberal democracy. In: Kaltwasser, Cristóbal Rovira; Taggart, Paul; Ochoa espejo, Paulina; Ostiguy, Pierre (org.). **The Oxford Handbook of Populism.** New York: Oxford University Press, 2017. p. 697-717.

Runciman, David. **Como a democracia chega ao fim**. Trad. Sergio Flaksman. Todavia, 2020.

Saar, Martin. Critical Theory and critical theories. **Philosophy & Social Criticism** 43 (3): p. 298-299, 2017.

Safatle, Vladimir. Crítica da autonomia: liberdade como heteronomia sem servidão. **DISCURSO**, v. 49, p. 21-41, 2019.

Safatle, Vladimir. Fascist neoliberalism and preventive counterrevolution: the second round of the Latin American laboratory. In: Gandesha, Samir. (Org.). **Spectres of fascism.** 1ed.Londres: Pluto Press, 2020, v. , p. 179-191

Safatle, Vladimir. Para além da necropolítica. **Racismo Ambiental**, 24 out. 2020. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2020/10/24/para-alem-da-necropolitica-por-vladimir-safatle/. Acesso em: 6 mar. 2023.

Santos, Tiago Mendonça dos. **Problemas de legitimação no capitalismo neoliberal.** Tese de Doutorado do PPGFIL UFSC. 2024.

Scheefler, Samuel. A Rawlsian Diagnosis of Donald Trump**. Boston Review**, Boston, 2017. Disponível em: https://www.bostonreview.net/articles/samuel-scheffler-rawlsian-diagnosis-donald-trump/. Acesso em: 6 mar. 2023.

Scheuerman, William E. Donald Trump Meets Carl Schmitt. **Philosophy And Social Criticism** Vol. 45(9-10) pp. 1170–1185, 2019.

Scheuerman, William. Critical Theory And The Present Crisis. **Constellations.** V. 26: pp. 451–463. 2019.

Schink, Philipp. Freiheit. Eine Einführung. In: **Freiheit. Zeitgenössische Texte zu einer philosophischen Kontroverse.** Berlin: Suhrkamp, p. 7-68, 2007.

Schmid, David. **The Poverty of Critical Theory in International Relations**: Routledge, 2014.

Schuerman, William. “Donald Trump Encontra Carl Schmitt, (org.) Gilberto Bercovici.” in **Cem Anos Da Constituição de Weimar (1919-2019),** São Paulo, Brasil: Editora Quartier Latin, 2019

Schwarz, Roberto. Cuidado com as ideologias alienígenas. In: Sschwarz, Roberto. **O pai de família e outros estudos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008. (p.136-145)

Schwarz, Roberto. Nunca fomos tão engajados. **Folha de S. Paulo**, 26/jun./ 2004, p. 6

Schwarz, Roberto. **Seja como for: entrevistas, retratos e documentos**. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2019.

Sedwick, Mark. **Against the Modern World: Traditionalism and the Secret Intellectual History of the Twentieth Century**. Oxford University Press, Oxford, 2004.

Semán, Pablo**. Está entre nosotros** . Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2023.

Sen, Amartya. Prefácio. In Fleurbauey, Marc. **Manifesto pelo Progresso Social**. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 2018.

Simim, Thiago Aguiar. “Da luta de classes à luta por reconhecimento? Mérito e classificação na era pósindustrial”. **Problemata. Revista Internacional de Filosofia,** vol. 10, n. 4, 2019, p. 273-302. http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v10i4.49676

Singer, André; Araujo Cicero; Rugitsky, Fernando. **O Brasil no inferno global: capitalismo e democracia fora dos trilhos**. São Paulo: FFLCH. 2022.

Singer, Peter. The Measure Of Progress. Project **Syndicate.** Disponivel em: Https://Www.Project-Syndicate.Org/Commentary/Judging-Moral-Progress-By-Treatment-Of-Animals-By-Peter-Singer-2021-06. Acesso: 05.03.2022.

Slobodian, Quentin. “Los Hijos Bastardos De Hayek.” **Jacobin América Latina**. Disponível em: https://Jacobinlat.Com/2021/07/16/Los-Hijos-Bastardos-De-Hayek-Las-Raices-Neoliberales-De-La-Derecha-Populista . Acesso em 6 de março de 2023.

Slobodian, Quinn **Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism,** Cambridge/Londres, Harvard University Press, 2018.

Slobodian, Quinn, And William Callison. “Pop-Up Populism. The Failure Of Left-Wing Nationalism In Germany.” **Dissident.** https://Www.Dissentmagazine.Org/Article/Pop-Up-Populism-The-Failure-Of-Left-Wing-Nationalism-In-Germany?. 2019. Acesso em 25.04.2024.

Slobodian, Quinn. **Capitalismo destrutivo: Os radicais do mercado e a ameaça de um mundo sem democracia.** Editora objetiva, 2024.

Slobodian, Quinn. The Backlash Against Neoliberal Globalization from Above: Elite Origins of the Crisis of the New Constitutionalism. **Theory, Culture & Society**, 38(6), 51–69, 2021.

Souza, Luiz Gustavo da Cunha. **Reconhecimento, redistribuição e desreconhecimento: um debate com a Teoria Crítica de Axel Honne**th. Editora UFSC, 2018. p.33

Souza, Luiz Gustavo de Cunha. Propriedade privada e reconhecimento recíproco: fundamentos da crítica do capitalismo em Marx e Honneth e algumas consequências. **Soc. estado.** 39 (1) Jan-Apr 2024

Stahl T. Habermas and the project of immanent critique, in: **Constellations.** Special section in Constellations: The Communicative Action after Three Decades, 20(4), 2013.

Stahl, Titus. **Immanent critique**. Rowman & Littlefield Publishers, 2021

Stanley, Jason. **Como funciona o fascismo: A política do "nós" e "eles**". LPM Pocket. 2018

Stefanoni, Pablo. **¿La rebeldía se volvió de derecha? Cómo el antiprogresismo y la anticorrección política están construyendo un nuevo sentido común (y por qué la izquierda debería tomarlos en serio.** Buenos Aires, Siglo XXI, 2021.

Stiglitz, J. E. **The Road to Freedom: Economics and the Good Society**. W. W. Norton & Company., 2024

Stögner, Karin. "Vom Antisemitismus zum Antigenderismus und zurück. Die Authoritarian Personality neu gelesen, **WestEnd** v. 18 (1): pp. 115-126, 2021.

Stovall, Tyler. **White Freedom: The Racial History of an Idea**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2021.

Streeck, Wolfgang. The Return Of The Repressed." **New Left Review** 104: 5–18. 2017.

Streeck, Wolgang. "Neoliberal Reform: From tax state to debt state". **Buying time. The delayed crisis of demcoratic capitalism.** London/New York: Verso, 2014, p. 65-115.

Strobl, Natascha**. La nueva derecha: un análisis del conservadurismo radicalizado**. Katz editiones, 2023.

Swift, Jonathan. **Uma modesta proposta e outros textos satíricos.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Táíwò, Olúfẹ́mi. **Elite Capture: How the Powerful Took Over Identity Politics (and Everything Else)**. Pluto Press, 2022.

Taylor, Charles. Resonance and the romantic era. A comment on Rosa's conception of the good life. In Rosa, Hartmut (org). Hartmut Rosa; Christoph Henning.**The Good Life Beyond Growth.** Routledge, 2017.

Teitelbaum, Benjamin. **War for Eternity. Inside Bannon's Far right circle of global power brokers.** New York: Dey Street Books, 2020, p.15.

Thompson, Michael. **The domestification of critical theory**. Rowman and Littlefield, 2021.

Todorov, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

Mair, Peter. **Ruling the void: The hollowing of western democracy**. London: Verso, 2013.

Tomba, Massimiliano. **Insurgent Universality: An Alternative Legacy of Modernity**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

Toscano, Alberto. **Late Fascism: Race, Capitalism and the Politics of Crisis.** London: Verso, 2023.

Toscano, Alberto. 'Fascists, Freedom and the Anti-State State'. **Historical Materialism** 29(4) (2021): 3–21.

Tully, James. The Agonic Freedom of Citizens. **Economy and Society** 28(2) (July): p. 161–182, 1999.

Urbinati, Nadia. **Me The People. How Populism Transforms Democracy** . Harvard University Press, 2019.

Urbinati, Nadia "A Political Theory Of Populism," **Annual Review Of Political Science** 22 2019: pp. 111–27

Varol, Ozan. Autoritarismo Furtivo. v. 1 n. 2: **Juridicidade Constitucional e Democracia,** 2023.

Veras, T. J. de S. . Negacionismo viral e política exterminista: notas sobre o caso brasileiro da COVID-19. **Voluntas: Revista Internacional De Filosofia**, v.11, e45, 2020.

Verovšek, Peter. Taking back control over markets: Jürgen Habermas on the colonization of politics by economics. **Political Studies,** 1–20. 2020

Vita, Álvaro. **O liberalismo igualitário**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Von Mises, Ludwig. **Liberalismo – segundo a tradição clássica**. São paulo: Instituto Ludwig Mises Brasil, 2003.

Wagner, Peter. **Progress: a reconstruction.** Polity press, 2018.

Waldron, Jeremy. "Theoretical foundations of liberalism", **The Philosophical Quaterly**. Vol. 37, No. 147, 1987, pp. 127-150.

Weithman, Paul. Comment: Reciprocity and the rise of populism. **Res Publica**. Vol. 13, 2019.

Wellmer, Albert. **Endspiele: Die unversöhnliche Moderne.** Frankfurt am Main: Suhrkamp. 1993.

Wellmer, Albrecht. Reason, Utopia, and Enlightnment. In Bernstein, Richard. (org.) Arato, Andrew. Et. Al. **Habermas and Modernity**. MIT Press, 1985

Werle Denilson. Justiça. liberdades básicas. **ethic@**-Florianópolis v.13, n.1, p. 74 –90, Jun. 2014.

Werle, Denilson Luis. Lutas por reconhecimento e justificação da normatividade (Rawls, Taylor e Habermas). Tese de Doutorado, USP. 2004.

Werle, Denilson Luis. Melo, Rurion. Um déficit político do liberalismo hegeliano? Autonomia e reconhecimento em Honneth in: Melo, Rurion. **A teoria crítica de Axel Honneth**. Editora Saraiva, 2013.

Werle, Denilson. A estrutura básica como objeto da justiça: liberdades básicas e as bases sociais do autorrespeito. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade** , v. 19, p. 63-83, 2014.

Werle, Denilson. Conflitos sociais, justiça e as bases normativas da crítica em Axel Honneth in: (org) Polyana Tydre et. Al. **Os Caminhos da Crítica em Axel Honneth**. Educs, 2024.

Werle, Denilson. **Normatividade, justiça e democracia: sobre a centralidade do conceito de esfera publica.** Editora Conhecimento, 2022.

Werle, Denilson. Utopia realista: teoria ideal e teoria crítica da justiça. In: Leandro Zanitelli; Franklin Marques Dutra. (Org.). **Por que uma teoria ideal da justiça?: e outros ensaios rawlsianos:** Álvaro de Vita. 1ed.Belo Horizonte: Conhecimento, 2023, v. 1, p. 5-234.

Werle, Denilson.. O esgotamento das energias utópicas e a ideia de emancipação em Habermas. In: Denilson Luis Werle; Diana Piroli; Eduardo de Borba; Jorge Armindo Sell; Nunzio Ali; Raquel Cipriani Xavier. (Org.). **Justiça, teoria crítica e democracia volume II.** 1ed.Florianópolis: Nefiponline, 2018, v. 1, p. 72-90.

Weyland, Kurt. **Democracy's Resilience to Populism's Threat. Countering Global Alarmism**. Cambridge University Press, 2024.

Williams, Bernard. From Freedom to Liberty: The Construction of a Political Value. In**: Philosophy & Public Affairs** 30 (1): 3-26. 2001.

Wolf, Martin. **The Crisis of Democratic Capitalism**. New York: Penguin. 2023.

Wolin, Richard. Aleksander Dugin: Heidegger's Dubious Disciple. **Logos: a journal of modern society and culture.** Winter, 2023.

Wulf, Andrea. **Magnificent Rebels: The First Romantics and the Invention of the Self**. Polity, 2020.

Ypi, Lea. **Livre: uma criança e um país no fim da história**. São Paulo: Todavia, 2022.

Zakaria Fareed. The rise of illiberal democracy**, Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, p. 22–43, 1997;

Zakaria, Fareed**. The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad**. W. W. Norton & Company, 2007.

Zamboni, Fausto. A opção pelo homeschooling. Editora Kirion, 2020.

Žizek, Slavoj. "Against the populist temptation". **Critical Inquiry** 32, p. 551–571, 2006

Žizek, Slavoj. **A left that dares to speak its name: 34 untimely interventions**. Medford, MA : Polity, 2020.

Zizek, Slavoj. **Freedom: a disease without a cure.** Bloomsbury Books, 2023.

Zizek, Slavoj. **Against progress.** Bloomsbury Academic, 2024.

Zurn, Christopher. Political Progress: Piecemeal, Pragmatic, and Processual In: (org.) Christ; Julia; Lepold, Kristina; Loick, Daniel: Stahl, Titus. **Debating Critical Theory Engagements with Axel Honneth**, Rowman & Littlefield, 2020.